



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

**REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS QUADRINHOS:  
de Mafalda a Curvas Perigosas, o que mudou ?**

**por**

**IRANEIDE SANTOS COSTA**

**Orientador: Profª Drª Iracema Luíza de Souza**

**Salvador**

**2007**



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

**REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS QUADRINHOS:  
de Mafalda a Curvas Perigosas, o que mudou ?**

**por**

**IRANEIDE SANTOS COSTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Letras.

**Salvador**

**2007**



**IRANEIDE SANTOS COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS QUADRINHOS:**

de Mafalda a Curvas Perigosas, o que mudou ?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do grau de Doutor em Letras.

Salvador, de de 2007

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Iracema Luíza de Souza  
(Orientadora)

---

Profª Drª Maria Amélia Chagas Gaiarsa

---

Profª Drª Rosa Helena Blanco Machado

---

Profª Drª Stella Rodrigues dos Santos

---

Prof Dr João Antônio de Santana Neto

Salvador

2007

Dedico estes escritos a Maria Antônia, que me fez ler o mundo de outra forma.

## AGRADECIMENTOS

São todos eles muito especiais ...

A José Rômulo, por, principalmente, sempre ter sido “o companheiro”.

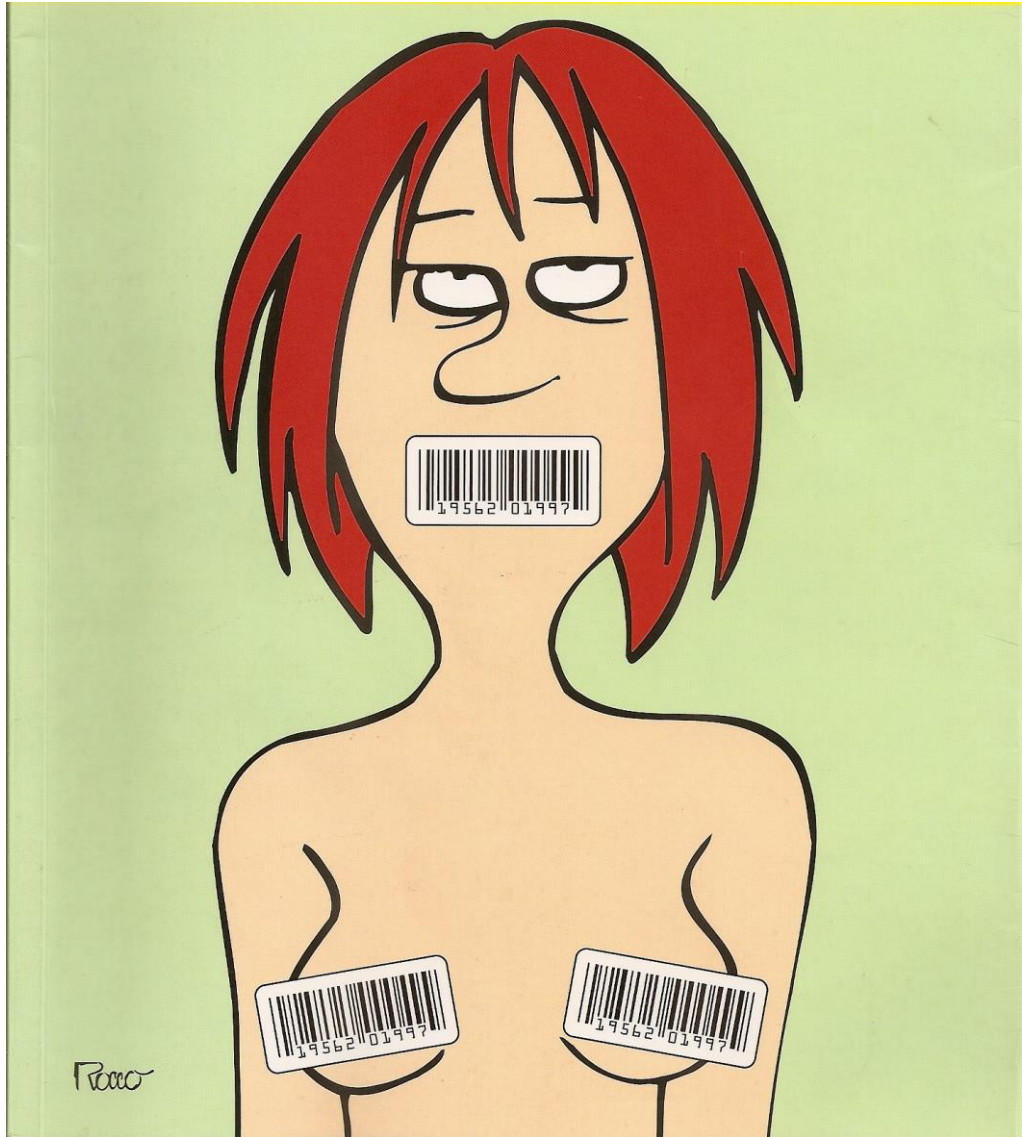
À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Iracema Luíza, pela orientação e pela confiança em mim depositada.

Ao Prof. Dr. João Antônio de Sant’Anna e à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Helena, pelas preciosas sugestões feitas no Exame de Qualificação.

Ao amigo-irmão César Vitorino, que muito me auxiliou com seus valiosos comentários.

À Universidade do Estado da Bahia, pela minha liberação para cursar o doutorado.

Enfim, a todos aqueles que me ajudaram, intelectualmente, emocionalmente ou espiritualmente, nesta minha caminhada.



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central detectar e avaliar a ocorrência de sentidos sobre a identidade feminina, bem como identificar e discutir as práticas discursivas sobre a mulher. Visa-se compreender o processo de significação instaurado pelo discurso sobre a mulher, observando-se sua historicidade, a fim de apreender sua discursividade. Para tanto, foram adotados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, aliados ao construto teórico estabelecido por Foucault para explicar a constituição do sujeito em sua relação com o saber-poder-ética, sempre se reportando ao que se elegeu como *corpus*, que é constituído por recortes discursivos, formados por seqüências discursivas produzidas em HQs. Inicialmente, procede-se a uma reflexão em relação aos postulados citados. Em seguida, discutem-se questões referentes à representação do feminino, mobilizando-se, para tanto, conceitos como identidade e gênero. Por fim, analisam-se as formulações verbais e não verbais de cartuns e tiras selecionadas de Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas 1, Curvas Perigosas, Curvas Perigosas 2, à luz dos postulados dos dois quadros teóricos supracitados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; sujeito; mulher; gênero; identidade; quadrinhos.

## **ABSTRACT**

The main objective of this paper is to detect and evaluate the main occurrence about feminine identity, as well as, identify and examine discourse practices about woman. It also aimed to comprehend the process of meaning established by discourse on woman, observing its historical development, in order to learn its discourse. Therefore, it was assumed methodological-theoretical presumptions of Analysis of the Discourse, allied to Foucault's set of theoretical presumptions to explain the subject constitution related with knowledge-power-ethics, always alluding to whatever was designated as CORPUS, which is consisted of discourses clipping elaborated by sequences of comic strips. Beginning with reflection related to principles mentioned and then going to questions regarding female representative, then mobilizing though concepts of identity and gender. At last analysing verbal and non verbal formulations from cartoons and strips selected from Mafalda, Radical Chic, Modified Woman 1, Modified Woman 2, Modified Woman 3, Modified Woman 4, Modified Woman 5, Surpassed Woman I, Dangerous Curves, Dangerous Curves 2, all from postulates of the 2 theoretical pictures above mentioned.

**KEY WORDS:-** Analysis of Discourse, subject, woman, gender, identity, comic strip.

## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO 2

História 1.....	65
História 2.....	74
História 3.....	78
História 4.....	85
História 5.....	89
História 6.....	92
História 7.....	94
História 8.....	97
História 9.....	104
História 10.....	107
História 11.....	107
História 12.....	122
História 13.....	131
História 14.....	138
História 15.....	140

### CAPÍTULO 3

História 1.....	149
História 2.....	156
História 3.....	162
História 4.....	167
História 5.....	175
História 6.....	185

## CAPÍTULO 4

História 1.....	193
História 2.....	194
História 3.....	196
História 4.....	197
História 5.....	199
História 6.....	201
História 7.....	202
História 8.....	204
História 9.....	207
História 10.....	211
História 11.....	212
História 12.....	213
História 13.....	213
História 14.....	214
História 15.....	218
História 16.....	221
História 17.....	223
História 18.....	227
História 19.....	228
História 20.....	230
História 21.....	232
História 22.....	233
História 23.....	234
História 24.....	236
História 25.....	238
História 26.....	240
História 27.....	242
História 28.....	243
História 29.....	245
História 30.....	247
História 31.....	249
História 32.....	252



História 33.....	254
História 34.....	255
História 35.....	258
História 36.....	260
História 37.....	262
História 38.....	263
História 39.....	265
História 40.....	268
História 41.....	270
História 42.....	274
História 43.....	275
História 44.....	279
História 45.....	281

## CAPÍTULO 5

História 1.....	289
História 2.....	289
História 3.....	290
História 4.....	291
História 5.....	291
História 6.....	292
História 7.....	293
História 8.....	294
História 9.....	295
História 10.....	296
História 11.....	296
História 12.....	296
História 13.....	297
História 14.....	297
História 15.....	298
História 16.....	298
História 17.....	299

História 18.....	300
História 19.....	300
História 20.....	301
História 21.....	302
História 22.....	303
História 23.....	303
História 24.....	303
História 25.....	304
História 26.....	304
História 27.....	305
História 28.....	306
História 29.....	307
História 30.....	308
História 31.....	309
História 32.....	310
História 33.....	311
História 34.....	312
História 35.....	313
História 36.....	314
História 37.....	315
História 38.....	316
História 39.....	317
História 40.....	319
História 41.....	320
História 42.....	321
História 43.....	322
História 44.....	323
História 45.....	324
História 46.....	325
História 47.....	327
História 48.....	328
História 49.....	329
História 50.....	330
História 51.....	332

História 52.....	333
História 53.....	334
História 54.....	336
História 55.....	337
História 56.....	338
História 57.....	339
História 58.....	340
História 59.....	341
História 60.....	342
História 61.....	343
História 62.....	344
História 63.....	345
História 64.....	346
História 65.....	346
História 66.....	347
História 67.....	347
História 68.....	348
História 69.....	349
História 70.....	350
História 71.....	351
História 72.....	351
História 73.....	352
História 74.....	353
História 75.....	354
História 76.....	355
História 77.....	356
História 78.....	356
História 79.....	357
História 80.....	357
História 81.....	358
História 82.....	358
História 83.....	358
História 84.....	358
História 85.....	359

História 86.....	359
História 87.....	360
História 88.....	361
História 89.....	361
História 90.....	362
História 91.....	363
História 92.....	364
História 93.....	367
História 94.....	368
História 95.....	370
História 96.....	371
História 97.....	372
História 98.....	373
História 99.....	374
História 100.....	375
História 101.....	376
História 102.....	377
História 103.....	378
História 104.....	380
História 105.....	382
História 106.....	384
História 107.....	385
História 108.....	387
História 109.....	388
História 110.....	389
História 111.....	390
História 112.....	391
História 113.....	393
História 114.....	394
História 115.....	395
História 116.....	396
História 117.....	397
História 118.....	398
História 119.....	400

História 120.....	401
História 121.....	402
História 122.....	403
História 123.....	404
História 124.....	405
História 125.....	405
História 126.....	406
História 127.....	407
História 128.....	408
História 129.....	408
História 130.....	409
História 131.....	409
História 132.....	409
História 133.....	410
História 134.....	411
História 135.....	412
História 136.....	413
História 137.....	414
História 138.....	415
História 139.....	416
História 140.....	417
História 141.....	418
História 142.....	421
História 143.....	422
História 144.....	423
História 145.....	424
História 146.....	425
História 147.....	426
História 148.....	427
História 149.....	427
História 150.....	427
História 151.....	427
História 152.....	428
História 153.....	428

História 154.....	428
História 155.....	429
História 156.....	430
História 157.....	430
História 158.....	430
História 159.....	431
História 160.....	431
História 161.....	431
História 162.....	432
História 163.....	432
História 164.....	433
História 165.....	433
História 166.....	433
História 167.....	434
História 168.....	434
História 169.....	435
História 170.....	436
História 171.....	438
História 172.....	439
História 173.....	440
História 174.....	440
História 175.....	440
História 176.....	440
História 177.....	442
História 178.....	443
História 179.....	445
História 180.....	446
História 181.....	447
História 182.....	448
História 183.....	449
História 184.....	450
História 185.....	450
História 186.....	451
História 187.....	452

História 188.....	453
História 189.....	454
História 190.....	455
História 191.....	456
História 192.....	456
História 193.....	457
História 194.....	457
História 195.....	457
História 196.....	458
História 197.....	459
História 198.....	460
História 199.....	461
História 200.....	462
História 201.....	463
História 202.....	464
História 203.....	465
História 204.....	466
História 205.....	467
História 206.....	468
História 207.....	469
História 208.....	471
História 209.....	472
História 210.....	473
História 211.....	475
História 212.....	476
História 213.....	476
História 214.....	477
História 215.....	477
História 216.....	479
História 217.....	479
História 218.....	479
História 219.....	479
História 220.....	480
História 221.....	480

História 222.....	481
História 223.....	481
História 224.....	481
História 225.....	482
História 226.....	482
História 227.....	483
História 228.....	484



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1. ANÁLISE DO DISCURSO NO PANORAMA LINGÜÍSTICO.....</b>	<b>29</b>
1.1 A linguagem.....	29
1.2 O sujeito.....	35
1.3 Uma Lingüística pós-Saussure.....	47
1.4 Breve histórico da Análise do Discurso.....	54
<b>2. ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>62</b>
2.1 O texto e o discurso.....	67
2.2 Heterogeneidade no discurso.....	75
2.3 Enunciado/enunciação.....	82
2.4 Condições de produção.....	86
2.5 Memória, esquecimentos, interdiscurso.....	93
2.6 Análise do discurso e a ideologia.....	103
2.6.1 A ideologia.....	103
2.6.2 A ideologia, os postulados de Althusser e a Análise do Discurso.....	109
2.6.3 As formações ideológicas e as formações discursivas.....	117
2.7 O processo de construção do sentido.....	127
2.7.1 A paráfrase e a construção do sentido.....	136
2.7.2 O silêncio e a construção do sentido .....	139
<b>3. MICHEL FOUCAULT.....</b>	<b>143</b>
3.1 As fases de Foucault.....	143
3.2 O discurso.....	145
3.3 As formações discursivas.....	154
3.4 O sujeito, o poder e o saber.....	159
3.5 O sexo e o poder.....	183

<b>4. MULHER.....</b>	<b>192</b>
<b>4.1 A questão da identidade.....</b>	<b>220</b>
4.1.1 A identidade feminina.....	241
<b>4.2 A construção dos gêneros.....</b>	<b>248</b>
<b>4.3 A mulher e o corpo.....</b>	<b>269</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>284</b>
<b>5.1 Quem são estas mulheres?.....</b>	<b>285</b>
5.1.1 Quem é Mafalda?.....	285
5.1.2 Quem é Radical Chic ?.....	286
5.1.3 Quem são as “Mulheres de Maitena”?.....	287
<b>5.2 Análise de dados.....</b>	<b>288</b>
5.2.1 A mulher e o casamento.....	288
5.2.2 Imagens de mulher.....	295
5.2.3 A mulher e o ser mãe.....	349
5.2.4 O que é ser homem e o que é ser mulher: a questão dos papéis.....	357
5.2.5 A mulher e as questões ligadas à aparência e à idade.....	408
5.2.6 A mulher e seus valores.....	429
5.2.7 A mulher e o sexo.....	440
5.2.8 A mulher e suas relações.....	456
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>486</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>493</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>510</b>

## INTRODUÇÃO

A idéia de começar, de fato o ato de começar, implica necessariamente um ato de delimitação por meio do qual algo é cortado de uma massa material, separado dessa massa e transformado em uma representação do ponto de partida, do começo, além de ser esse começo (SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**)

O trabalho foi desenvolvido centrando-se as reflexões em torno de uma questão maior da linguagem: Até que ponto as representações sobre as mulheres mudaram no período compreendido entre a década de 60 (século XX) e início do século XXI ? Procura-se aqui, então, pensar os discursos seguindo um caminho, um percurso e descobrir que nessa trajetória eles podem prosseguir, desviar ou mesmo estabilizar. Trata-se de levar em conta que o discurso tem uma história e uma memória, bem como que estudá-lo implica na investigação dos processos de sua construção, origem e funcionamento. Empreende-se, portanto, uma jornada em busca dos sentidos através de múltiplas vozes que legitimam os dizeres justamente por se inscreverem estes numa dada formação discursiva e não em outra, reconhecendo que só desta forma as palavras adquirem sentido: quando determinadas pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que elas são produzidas, conforme preconiza a Análise do Discurso. Nas discussões aqui empreendidas, buscar-se-á respaldo teórico na Análise do Discurso (doravante AD), linha francesa, bem como no construto teórico estabelecido por Foucault para explicar a constituição do sujeito em sua relação com o saber-poder-ética.

Em torno da questão central, suscitaram-se outras discussões, tais como: de que forma a exterioridade está presente na construção de sentidos nos textos analisados - os quadrinhos de Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas I, Mulheres Alteradas II, Mulheres Alteradas III, Mulheres Alteradas IV, Mulheres Alteradas V, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas II -, em sua discursividade? Por se tratar de tiras/cartuns de épocas diferentes – Mafalda (década de 60/70 séc XX), Radical Chic (décadas de 80 e 90/ séc. XX), Mulheres Alteradas 1, 2, 3, 4 e 5 (década de 90 / séc. XX e século XXI), Mulheres Superadas

1, Curvas perigosas 1 e Curvas perigosas 2 (século XXI) -, funcionam como diferentes lugares de dizer? Pelo fato de terem, de um lado, autores homens ( Paiva e Quino); de outro, uma mulher (Maitena) como autora, funcionam esses quadrinhos como diferentes lugares de dizer? Quais as formas e práticas discursivas através das quais a mulher se constitui como sujeito? De que saberes, poderes-ética tratam os discursos sobre/da mulher ? Interessa aqui investigar a historicidade das representações da mulher, para que se possa, então, se apropriar de sua discursividade. Será através da análise dos efeitos de sentido gerados por essa mesma discursividade que se tentará identificar alguns processos que caracterizam sua maneira específica de significar. ( ORLANDI, 1997)

A opção pela escolha da AD como norteadora deste trabalho deu-se em virtude de ela – AD - preocupar-se com o imbricamento entre um modo de enunciação e o lugar histórico-social de onde emerge a enunciação; enfim, por ter esta teoria como objetivo analisar a linguagem enquanto discurso, apreendendo, assim, os processos sociais, históricos, políticos e ideológicos em que os discursos estão fundamentados e trazem em seu bojo. Concebe, pois, a AD a linguagem não como mero instrumento de comunicação, mas sim como prática: “mediação, trabalho simbólico” (ORLANDI, 2001). Visa essa teoria apreender o “jogo de imagens” que nele – no discurso - se formam, entendendo que esse jogo de imagens não é dado *a priori*, mas se constitui no processo discursivo, ou seja, no que pode (ou não) / deve (ou não) ser dito, bem como na maneira como deve ser dito pelo sujeito. Em outras palavras, as imagens se constituem à medida que os sujeitos vão construindo seus discursos e por eles sendo construídos, levando-se em conta o lugar de onde enunciam.

Ou seja, a linguagem é aqui tomada como atividade histórica e social, cujo uso revela o lugar ocupado por seu usuário. Parte-se, assim, de uma visão de discurso como lugar em que as significações se mostram, um lugar de atuação dos sujeitos, em decorrência de envolvimento sociais, históricos, ideológicos; enfim, lugar onde se podem ver as formações discursivas em que os sujeitos e os sentidos se constituem e pelas quais são incluídos, excluídos, controlados. Tenta-se, neste trabalho, resgatar os sentidos, os saberes instaurados sobre a mulher e compreender as questões ideológicas que permeiam esses sentidos, bem como estabelecer quais os trajetos percorridos por eles, a fim de se compreender por que eles se apresentam, hoje, desta, e não de outra maneira. Procura-se mostrar como os discursos se fazem prática ao “dizer” sobre a mulher, numa ação que envolve saber e poder.

Para tal investigação, foi, pois, de suma importância considerar a questão do gênero. É preciso ressaltar que gênero é compreendido aqui como construção cultural do que a sociedade entende do que é ser homem e do que é ser mulher. Quando se fala de gênero feminino e gênero masculino, não se está referindo a algo inerente aos seres humanos, não se trata do ser genérico, mas sim do ser histórico, uma vez que a sociedade transformou a sexualidade biológica em produto de atividade humana. O que é feminino e o que é masculino, a forma de agir do homem e da mulher são, por assim dizer, determinados socialmente. Trata-se a questão do gênero de um elemento constitutivo das relações sociais, que se expressa em símbolos, normas, organização política e social e nas subjetividades pessoais e sociais. Gênero, portanto, “refere-se tanto às idéias, concepções que têm como referência a diferença sexual – e que servem de base para outras interpretações do mundo – quanto às práticas sociais orientadas por estas idéias” (BASSANEZI, 1996, p. 12). Observa-se, pois, que ser mulher pode ser visto como um construto histórico, social e cultural, que se faz representação através do discurso.

Nas análises a que neste trabalho se procede, toma-se o discurso como objeto teórico metodológico e o texto, em sua materialidade verbal e não verbal, como objeto observacional. Busca-se, pois, apreender o discurso, cuja ordem se materializa no texto. Será este que se constituirá na via de acesso àquele (ORLANDI, 2001, p.71).

Dessa forma, é possível procurar no texto o que faz com que ele funcione, e é essa sua qualidade discursiva; paralelamente, é no texto, na sua materialidade específica (seus traços), que se constitui a discursividade (ORLANDI, 2001,p.79)

As formulações verbais e não verbais são, pois, analisadas no nível do sistema de relações que constituem o discurso como prática discursiva, buscando-se compreender como o objeto simbólico produz sentido. Trabalha-se não apenas com a materialidade lingüística, mas também com a materialidade pictográfica, uma vez que, por se constituir o *corpus* deste trabalho de histórias em quadrinhos (doravante HQ), serão essas as materialidades simbólicas com que aqui se será defrontado.

É importante assinalar que o termo “História em quadrinhos” é tomado neste trabalho no sentido amplo, uma vez que se considera história em quadrinhos tanto as tiras que envolvem vários quadros como os cartuns, que representam o movimento em uma única imagem.

História em quadrinhos é a forma de expressão artística que tenta representar um movimento através do registro de imagens estáticas. Assim é história em quadrinhos toda produção humana, ao longo de toda sua História, que tenha tentado narrar um evento através do registro de imagens, não importando se esta tentativa foi feita numa parede de caverna há milhares de anos, numa tapeçaria, ou mesmo numa única tela pintada. Não se restringe, nesta caracterização, o tipo de superfície empregado, o material usado para registro, nem o grau de tecnologia disponível. Engloba manifestações na área da pintura, fotografia, principalmente a fotonovela, do desenho de humor como a charge, o cartum, e, sob certos aspectos, a caricatura. (GUIMARÃES, E., 1999, p. 87)

Tratam-se as condições de produção de fundamental valor neste trabalho, já que se procura estabelecer como as condições de produção de cada uma destas HQs que se constituem aqui no objeto observacional (Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas 2), encontram-se inscritas no funcionamento discursivo de cada uma delas, definindo-as como diferentes lugares de dizer. Ou seja, tenta-se apreender as determinações histórico-ideológicas nas redes de formulações verbais e não verbais, a partir do qual a mulher se constitui como sujeito.

O objetivo final aqui eleito é o de detectar e avaliar a ocorrência de sentidos sobre a identidade feminina, bem como identificar e discutir como as práticas discursivas sobre a mulher se dão. Visa-se compreender o processo de significação instaurado pelo discurso sobre a mulher, observando-se sua historicidade, a fim de apreender sua discursividade. Para tanto, procura-se focalizar e discutir as possibilidades de redimensionamento das relações de poder, partindo-se, muitas vezes, das próprias representações de submissão que se evidenciam nas instâncias de discurso da mulher nas tiras; avaliar em que medida os signos (verbais e não verbais) marcam, explícita ou implicitamente, uma posição ideológica; definir e discutir a presença do outro na constituição do discurso do um; estabelecer as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso, enfim, as imagens construídas nas tiras; discutir a importância da memória no processo de construção dos discursos; analisar como a relação interdiscurso/intradiscurso determina o dizer; definir e analisar os saberes mobilizados na construção dos discursos; questionar as vozes presentes no espaço discursivo e como essas interferem no sentido.

Para verificar o funcionamento concreto de um gênero de discurso, escolheu-se para descrição a história em quadrinhos, não só porque nela a interação interlocutiva pode ser observada nas

histórias, mas também por ser um discurso corrente no dia-a-dia a ocupar espaço nos veículos de comunicação de massa (jornal), tendo lugar de destaque nas análises sobre a indústria cultural e sobre os meios de comunicação de massa. (O fato inclusive de ser produto cultural e meio de comunicação de massa foi determinante para sua escolha.).

Salienta-se que foi justamente no seio do ambiente da indústria de comunicação para as massas que despontaram as histórias em quadrinhos. Por isso, seguem a tendência geral da indústria cultural, a qual seria a de pasteurizar conteúdos, camuflar individualidades locais e regionais, visando atingir o máximo de pessoas possível. Além do mais, “A comunicação para as massas se impõe, mas só o faz de uma forma sutil, sedutora, provocante.” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 12) Propicia-se, portanto, que sejam internalizados valores que se coadunam com o estabelecido pelo senso comum. Foram Adorno e Horkheimer (1969) que identificaram e assim – como indústria cultural - denominaram um sistema de produção massiva de produtos culturais. Procuravam eles ressaltar duas transformações ocorridas na esfera dos bens culturais: em primeiro lugar, a transformação de bens culturais em mercadoria; já a segunda diz respeito ao público, que passa a ser tomado como alvo a ser atingido. Tenta-se, levando em conta todos estes aspectos, neste trabalho apontar e discutir o campo discursivo nas HQs selecionadas em relação à mulher

Enquanto meio de comunicação de massa, as histórias em quadrinhos, surgidas na imprensa norte-americana do final do século XIX, têm como objetivo, desde o início, atingir públicos diferenciados, econômica e socialmente. Para isso, contribui também o fato de trabalhar com uma linguagem mista (signos verbais e não verbais), o que faz com que sejam entendidas por adultos e crianças, letrados e iletrados: se não se entende o texto escrito, pode-se muito bem “ler” as imagens e, a partir daí, interpretar o conteúdo da história de acordo com o seu repertório/contexto sócio-econômico (MOYA, 1977). Outro ponto marcante dos quadrinhos é a questão do humor – daí advindo o seu nome comics nos Estados Unidos. Observa-se, nas histórias analisadas, que é a ironia predominantemente a responsável pelos efeitos de humor. Através dela – ironia - , subverte-se a lógica do discurso; adota-se uma posição de ridicularização ao enunciador. (DUCROT, 1987, p. 200)

Os quadrinhos sempre foram o espaço por excelência da representação social: tudo nas histórias em quadrinhos pode ser visto como uma apropriação imaginativa de saberes, valores, crenças, que são, muitas vezes, aceitos como reais. Levando em conta o que preconiza

Foucault em sua obra “As Palavras e as Coisas” quando chama atenção para o fato de que a relação entre as representações e o que é representado muda de acordo com a configuração do saber de determinada época, não se constituindo assim em uma verdade absoluta, através de um *corpus* constituído de HQs de distintas décadas, tenta-se aqui estabelecer/compreender até que ponto houve mudança nessas verdades estabelecidas sobre a mulher, levando em conta que “a Análise do Discurso não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (ORLANDI, 2001, p. 59). Percebe-se, pois, que certos conceitos sociais e valores morais acabam sendo perpetuados numa relação paternalista entre produtor e consumidor.

Assim, se, de um lado, temos o consumidor, o qual prefere trilhar por caminhos já conhecidos a ter de se defrontar com ‘novidades’ que questionem antigos posicionamentos com os quais já está habituado; de outro, situa-se o produtor da indústria cultural, capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização das histórias em quadrinhos para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados. Vem isso a ocorrer com todos os meios de comunicação de massa, uma vez que, pelo menos teoricamente, quanto mais universais forem as problemáticas tratadas nesses meios, quanto mais se propõem eles a veicular verdades já estabelecidas, maiores as chances de seus produtos atingirem uma maior faixa da população.

A relação de cumplicidade entre essas duas pontas da cultura de massa – o consumidor do produto HQ e o seu produtor - fica bastante clara quando o assunto é a representação do feminino nos quadrinhos. Quando tal gênero aparece em cena, na maioria das vezes, reforçam-se representações estereotipadas, reflexos de conceitos tradicionais do que é ser feminino. Assim, as HQs tendem a ser suporte das representações de identidades.

À luz dos postulados teóricos da AD, percebe-se que o(s) discurso(s) presente(s) nas HQs é (são) predominantemente atravessado(s) por uma formação discursiva do senso comum. Não se perdeu de vista aqui, contudo, que a própria AD discute as noções de conflito e de contradição, sempre presentes na realidade e, sendo assim, no discurso, que determina o que pode e deve ser dito, bem como a forma como deve ser dito e, conseqüentemente, regula a imagem estereotipada que esse dizer constrói: por exemplo, nos discursos materializados nas HQs, reafirma-se a responsabilidade da mulher com os afazeres domésticos, filhos, marido. Assim, perpetua-se uma imagem de mulher que vive em função dos outros,



sacrificando-se por esses, isso inclusive sendo tomado como uma das suas principais qualidades .

Representam as HQ, pois, vozes que administram o poder dizer, ligam-se a uma rede heterogênea de formações discursivas. Através de sua dimensão simbólica, participam das práticas sociais, reproduzindo, reforçando e divulgando todo um panorama sócio-ideológico. Neste trabalho, busca-se estabelecer como a linguagem verbal e a não verbal dos quadrinhos levam à construção de contextos expressivos de valores, crenças, conceitos, ideologias, que constituem importantes indicadores de práticas sociais. Observa-se, por exemplo, muitas vezes, no que se refere à mulher, uma prática discursiva de submissão, que se revela uma estratégia de defesa e/ou de resistência ao poder instituído, representado principalmente por uma figura masculina (mas não só por ela)

É fácil perceber que, independentemente do estágio industrial de produção, o artista/produtor de quadrinhos fala de um lugar, de uma posição que indica uma verdade, uma moral. Por outro lado, seria ingenuidade pensar que essas produções chegam até os leitores de maneira pura, isentas das influências da indústria, já que essa estaria presente nas suas próprias condições de produção: pelo fato de serem criadas, produzidas e disseminadas dentro de um contexto industrial de produção em série, aí “prevalece a harmonia de sexos e faixas etárias, cujas tensões, no fim, se configuram como manifestações naturais e que naturalmente se diluem. [...] Neste universo pouco há que se fazer, e o convite à reprodução das atitudes parece ser o único apelo de ação”. (OSAKABE apud BRITTO, 1999, p.87)

A prática de montagem de equipes de trabalho, onde os diversos participantes transformam-se em trabalhadores anônimos sequer identificados aos olhos do leitor, tende a oferecer, como resultado, um produto que busca ir além de suas próprias fronteiras territoriais, propondo-se a atingir novos mercados e ser também veiculado de outras formas (ser transporte para publicidade, para a indústria de brinquedos, ou até para a televisão e para as páginas da Play Boy, como é caso de Radical Chic, por exemplo - vide anexo). Omitem-se, muitas vezes, as referências geográficas ou aquilo que poderia ser denominado como "idiossincrasias sociais", ou seja, o tratamento gráfico ou temático de características culturais exclusivas de uma determinada sociedade.

Ainda em relação ao *corpus*, é preciso destacar que, uma vez que se optou por proceder a uma pesquisa qualitativa, tendo em vista o propósito do trabalho, a seleção deu-se a partir de critérios teóricos, levando-se em conta para proceder àquela os postulados teóricos da AD. “Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas.” (ORLANDI, 2001, p. 63). Ainda segundo Orlandi (2001, p. 63), na constituição de um *corpus* deve-se “construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da AD, face aos objetivos da análise, e que permeiam chegar à sua compreensão”. A preocupação principal não foi, portanto, o aspecto quantitativo, mas sim o qualitativo, uma vez que se buscou fazer com a seleção das HQs uma “montagem discursiva” que propiciasse a análise dos tópicos eleitos como norteadores do nosso trabalho (já supracitados).

Não se objetiva nesse tipo de análise a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. [...] A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade [...] leva a consequências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações. Trata de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva. (ORLANDI, 2001, p.63)

As questões colocadas neste trabalho estão densamente entrelaçadas mas, para fins de organização, faz-se necessária a sua separação em capítulos:

- Capítulo I: situa-se a Análise do Discurso no panorama dos estudos lingüísticos, procurando, sempre que possível, estabelecer um comparativo entre o posicionamento desta teoria frente às outras, no que se refere principalmente a tópicos tidos como centrais, tais como o sujeito e a concepção de linguagem; conclui-se este capítulo com um breve histórico das fases da Análise do Discurso (segundo Pêcheux).
- Capítulo II: discutem-se os principais postulados da Análise do Discurso, que nortearam e fundamentaram as nossas análises. Já aqui se procura trazer estas reflexões para o foco de interesse do trabalho, a partir da análise de algumas histórias;

- Capítulo III: procede-se a uma reflexão de alguns pressupostos teóricos estabelecidos por Foucault e que também foram responsáveis pelo embasamento teórico deste trabalho. Neste capítulo, algumas histórias já são analisadas à luz da teoria foucaultina;
- Capítulo IV: procura-se estabelecer um breve histórico da condição “mulher”, priorizando-se uma discussão em torno das décadas de 60, 70, 80, 90 (século XX) e do século XXI; discute-se a questão do gênero, bem como as identidades enquanto construtos culturais. Durante todo o desenvolvimento deste capítulo, procura-se vincular as discussões a quadrinhos.
- Capítulo V: expõe-se a metodologia adotada na seleção/ análise dos quadrinhos. Analisam-se os quadrinhos a partir dos seguintes tópicos: as condições de produção e as representações da mulher; os jogos de imagens; as formações discursivas e os saberes mobilizados; as vozes presentes no texto; o silêncio como sentido; as práticas discursivas e a construção do sujeito mulher; o discurso sobre a mulher/ o discurso da mulher; a relação intradiscurso e interdiscurso; a memória que perpassa os discursos .
- Considerações finais: discutem-se os resultados obtidos na análise e tenta-se estabelecer o percurso dos sentidos instaurados sobre a mulher, sua representação

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central detectar e avaliar a ocorrência de sentidos sobre a identidade feminina, bem como identificar e discutir as práticas discursivas sobre a mulher. Visa-se compreender o processo de significação instaurado pelo discurso sobre a mulher, observando-se sua historicidade, a fim de apreender sua discursividade. Para tanto, foram adotados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, aliados ao construto teórico estabelecido por Foucault para explicar a constituição do sujeito em sua relação com o saber-poder-ética, sempre se reportando ao que se elegeu como *corpus*, que é constituído por recortes discursivos, formados por seqüências discursivas produzidas em HQs. Inicialmente, procede-se a uma reflexão em relação aos postulados citados. Em seguida, discutem-se questões referentes à representação do feminino, mobilizando-se, para tanto, conceitos como identidade e gênero. Por fim, analisam-se as formulações verbais e não verbais de cartuns e tiras selecionadas de Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas 1, Curvas Perigosas, Curvas Perigosas 2, à luz dos postulados dos dois quadros teóricos supracitados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; sujeito; mulher; gênero; identidade; quadrinhos.

## INTRODUÇÃO

A idéia de começar, de fato o ato de começar, implica necessariamente um ato de delimitação por meio do qual algo é cortado de uma massa material, separado dessa massa e transformado em uma representação do ponto de partida, do começo, além de ser esse começo (SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**)

O trabalho foi desenvolvido centrando-se as reflexões em torno de uma questão maior da linguagem: Até que ponto as representações sobre as mulheres mudaram no período compreendido entre a década de 60 (século XX) e início do século XXI ? Procura-se aqui, então, pensar os discursos seguindo um caminho, um percurso e descobrir que nessa trajetória eles podem prosseguir, desviar ou mesmo estabilizar. Trata-se de levar em conta que o discurso tem uma história e uma memória, bem como que estudá-lo implica na investigação dos processos de sua construção, origem e funcionamento. Empreende-se, portanto, uma jornada em busca dos sentidos através de múltiplas vozes que legitimam os dizeres justamente por se inscreverem estes numa dada formação discursiva e não em outra, reconhecendo que só desta forma as palavras adquirem sentido: quando determinadas pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que elas são produzidas, conforme preconiza a Análise do Discurso. Nas discussões aqui empreendidas, buscar-se-á respaldo teórico na Análise do Discurso (doravante AD), linha francesa, bem como no construto teórico estabelecido por Foucault para explicar a constituição do sujeito em sua relação com o saber-poder-ética. Dialogar-se-á com autores, tais quais: Orlandi, Possenti, Bakhtin, Gregolin. Quanto a Hall, Louro, Scott, darão respaldo em questões de gênero e identidade.

Em torno da questão central, suscitaram-se outras discussões, tais como: de que forma a exterioridade está presente na construção de sentidos nos textos analisados - os quadrinhos de Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas I, Mulheres Alteradas II, Mulheres Alteradas III, Mulheres Alteradas IV, Mulheres Alteradas V, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas II -, em sua discursividade? Por se tratar de tiras/cartuns de épocas

diferentes – Mafalda (década de 60/70 séc XX), Radical Chic (décadas de 80 e 90/ séc. XX), Mulheres Alteradas 1, 2, 3, 4 e 5 (década de 90 / séc. XX e século XXI), Mulheres Superadas 1, Curvas perigosas 1 e Curvas perigosas 2 (século XXI) -, funcionam como diferentes lugares de dizer? Pelo fato de terem, de um lado, autores homens ( Paiva e Quino); de outro, uma mulher (Maitena) como autora, funcionam esses quadrinhos como diferentes lugares de dizer? Quais as formas e práticas discursivas através das quais a mulher se constitui como sujeito? De que saberes, poderes-ética tratam os discursos sobre/da mulher ? Interessa aqui investigar a historicidade das representações da mulher, para que se possa, então, se apropriar de sua discursividade. Será através da análise dos efeitos de sentido gerados por essa mesma discursividade que se tentará identificar alguns processos que caracterizam sua maneira específica de significar. ( ORLANDI, 1997)

A opção pela escolha da AD como norteadora deste trabalho deu-se em virtude de ela – AD - preocupar-se com o imbricamento entre um modo de enunciação e o lugar histórico-social de onde emerge a enunciação; enfim, por ter esta teoria como objetivo analisar a linguagem enquanto discurso, apreendendo, assim, os processos sociais, históricos, políticos e ideológicos em que os discursos estão fundamentados e trazem em seu bojo. Concebe, pois, a AD a linguagem não como mero instrumento de comunicação, mas sim como prática: “mediação, trabalho simbólico” (ORLANDI, 2001). Visa essa teoria apreender o “jogo de imagens” que nele – no discurso - se formam, entendendo que esse jogo de imagens não é dado *a priori*, mas se constitui no processo discursivo, ou seja, no que pode (ou não) / deve (ou não) ser dito, bem como na maneira como deve ser dito pelo sujeito. Em outras palavras, as imagens se constituem à medida que os sujeitos vão construindo seus discursos e por eles sendo construídos, levando-se em conta o lugar de onde enunciam.

Ou seja, a linguagem é aqui tomada como atividade histórica e social, cujo uso revela o lugar ocupado por seu usuário. Parte-se, assim, de uma visão de discurso como lugar em que as significações se mostram, um lugar de atuação dos sujeitos, em decorrência de envolvimento sociais, históricos, ideológicos; enfim, lugar onde se podem ver as formações discursivas em que os sujeitos e os sentidos se constituem e pelas quais são incluídos, excluídos, controlados. Tenta-se, neste trabalho, resgatar os sentidos, os saberes instaurados sobre a mulher e compreender as questões ideológicas que permeiam esses sentidos, bem como estabelecer quais os trajetos percorridos por eles, a fim de se compreender por que eles se apresentam,

hoje, desta, e não de outra maneira. Procura-se mostrar como os discursos se fazem prática ao “dizer” sobre a mulher, numa ação que envolve saber e poder.

Para tal investigação, foi, pois, de suma importância considerar a questão do gênero. É preciso ressaltar que gênero é compreendido aqui como construção cultural do que a sociedade entende do que é ser homem e do que é ser mulher. Quando se fala de gênero feminino e gênero masculino, não se está referindo a algo inerente aos seres humanos, não se trata do ser genérico, mas sim do ser histórico, uma vez que a sociedade transformou a sexualidade biológica em produto de atividade humana. O que é feminino e o que é masculino, a forma de agir do homem e da mulher são, por assim dizer, determinados socialmente. Trata-se a questão do gênero de um elemento constitutivo das relações sociais, que se expressa em símbolos, normas, organização política e social e nas subjetividades pessoais e sociais. Gênero, portanto, “refere-se tanto às idéias, concepções que têm como referência a diferença sexual – e que servem de base para outras interpretações do mundo – quanto às práticas sociais orientadas por estas idéias” (BASSANEZI, 1996, p. 12). Observa-se, pois, que ser mulher pode ser visto como um construto histórico, social e cultural, que se faz representação através do discurso.

Nas análises a que neste trabalho se procede, toma-se o discurso como objeto teórico metodológico e o texto, em sua materialidade verbal e não verbal, como objeto observacional. Busca-se, pois, apreender o discurso, cuja ordem se materializa no texto. Será este que se constituirá na via de acesso àquele (ORLANDI, 2001, p.71).

Dessa forma, é possível procurar no texto o que faz com que ele funcione, e é essa sua qualidade discursiva; paralelamente, é no texto, na sua materialidade específica (seus traços), que se constitui a discursividade (ORLANDI, 2001,p.79)

As formulações verbais e não verbais são, pois, analisadas no nível do sistema de relações que constituem o discurso como prática discursiva, buscando-se compreender como o objeto simbólico produz sentido. Trabalha-se não apenas com a materialidade lingüística, mas também com a materialidade pictográfica, uma vez que, por se constituir o *corpus* deste trabalho de histórias em quadrinhos (doravante HQ), serão essas as materialidades simbólicas com que aqui se será defrontado.

É importante assinalar que o termo “História em quadrinhos” é tomado neste trabalho no sentido amplo, uma vez que se considera história em quadrinhos tanto as tiras que envolvem vários quadros como os cartuns, que representam o movimento em uma única imagem.

História em quadrinhos é a forma de expressão artística que tenta representar um movimento através do registro de imagens estáticas. Assim, é história em quadrinhos toda produção humana, ao longo de toda sua História, que tenha tentado narrar um evento através do registro de imagens, não importando se esta tentativa foi feita numa parede de caverna há milhares de anos, numa tapeçaria, ou mesmo numa única tela pintada. Não se restringe, nesta caracterização, o tipo de superfície empregado, o material usado para registro, nem o grau de tecnologia disponível. Engloba manifestações na área da pintura, fotografia, principalmente a fotonovela, do desenho de humor como a charge, o cartum, e, sob certos aspectos, a caricatura. (GUIMARÃES, E., 1999, p. 87)

Tratam-se as condições de produção de fundamental valor neste trabalho, já que se procura estabelecer como as condições de produção de cada uma destas HQs que se constituem aqui no objeto observacional (Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas 2), encontram-se inscritas no funcionamento discursivo de cada uma delas, definindo-as como diferentes lugares de dizer. Ou seja, tenta-se apreender as determinações histórico-ideológicas nas redes de formulações verbais e não verbais, a partir do qual a mulher se constitui como sujeito.

O objetivo final aqui eleito é o de detectar e avaliar a ocorrência de sentidos sobre a identidade feminina, bem como identificar e discutir como as práticas discursivas sobre a mulher se dão. Visa-se compreender o processo de significação instaurado pelo discurso sobre a mulher, observando-se sua historicidade, a fim de apreender sua discursividade. Para tanto, procura-se focalizar e discutir as possibilidades de redimensionamento das relações de poder, partindo-se, muitas vezes, das próprias representações de submissão que se evidenciam nas instâncias de discurso da mulher nas tiras; avaliar em que medida os signos (verbais e não verbais) marcam, explícita ou implicitamente, uma posição ideológica; definir e discutir a presença do outro na constituição do discurso do um; estabelecer as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso, enfim, as imagens construídas nas tiras; discutir a importância da memória no processo de construção dos discursos; analisar como a relação interdiscurso/intradiscurso determina o dizer; definir e



analisar os saberes mobilizados na construção dos discursos; questionar as vozes presentes no espaço discursivo e como essas interferem no sentido.

Para verificar o funcionamento concreto de um gênero de discurso, escolheu-se para descrição a história em quadrinhos, não só porque nela a interação interlocutiva pode ser observada nas histórias, mas também por ser um discurso corrente no dia-a-dia a ocupar espaço nos veículos de comunicação de massa (jornal), tendo lugar de destaque nas análises sobre a indústria cultural e sobre os meios de comunicação de massa. (O fato inclusive de ser produto cultural e meio de comunicação de massa foi determinante para sua escolha.).

Salienta-se que foi justamente no seio do ambiente da indústria de comunicação para as massas que despontaram as histórias em quadrinhos. Por isso, seguem a tendência geral da indústria cultural, a qual seria a de pasteurizar conteúdos, camuflar individualidades locais e regionais, visando atingir o máximo de pessoas possível. Além do mais, “A comunicação para as massas se impõe, mas só o faz de uma forma sutil, sedutora, provocante.” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 12) Propicia-se, portanto, que sejam internalizados valores que se coadunam com o estabelecido pelo senso comum. Foram Adorno e Horkheimer (1969) que identificaram e assim – como indústria cultural - denominaram um sistema de produção massiva de produtos culturais. Procuravam eles ressaltar duas transformações ocorridas na esfera dos bens culturais: em primeiro lugar, a transformação de bens culturais em mercadoria; já a segunda diz respeito ao público, que passa a ser tomado como alvo a ser atingido. Tenta-se, levando em conta todos estes aspectos, neste trabalho apontar e discutir o campo discursivo nas HQs selecionadas em relação à mulher

Enquanto meio de comunicação de massa, as histórias em quadrinhos, surgidas na imprensa norte-americana do final do século XIX, têm como objetivo, desde o início, atingir públicos diferenciados, econômica e socialmente. Para isso, contribui também o fato de trabalhar com uma linguagem mista (signos verbais e não verbais), o que faz com que sejam entendidas por adultos e crianças, letrados e iletrados: se não se entende o texto escrito, pode-se muito bem “ler” as imagens e, a partir daí, interpretar o conteúdo da história de acordo com o seu repertório/contexto sócio-econômico (MOYA, 1977). Outro ponto marcante dos quadrinhos é a questão do humor – daí advindo o seu nome comics nos Estados Unidos. Observa-se, nas histórias analisadas, que é a ironia predominantemente a responsável pelos efeitos de humor.

Através dela – ironia - , subverte-se a lógica do discurso; adota-se uma posição de ridicularização ao enunciador. (DUCROT, 1987, p. 200)

Os quadrinhos sempre foram o espaço por excelência da representação social: tudo nas histórias em quadrinhos pode ser visto como uma apropriação imaginativa de saberes, valores, crenças, que são, muitas vezes, aceitos como reais. Levando em conta o que preconiza Foucault em sua obra “As Palavras e as Coisas” quando chama atenção para o fato de que a relação entre as representações e o que é representado muda de acordo com a configuração do saber de determinada época, não se constituindo assim em uma verdade absoluta, através de um *corpus* constituído de HQs de distintas décadas, tenta-se aqui estabelecer/compreender até que ponto houve mudança nessas verdades estabelecidas sobre a mulher, levando em conta que “a Análise do Discurso não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (ORLANDI, 2001, p. 59). Percebe-se, pois, que certos conceitos sociais e valores morais acabam sendo perpetuados numa relação paternalista entre produtor e consumidor.

Assim, se, de um lado, tem-se o consumidor, o qual prefere trilhar por caminhos já conhecidos a ter de se defrontar com ‘novidades’ que questionem antigos posicionamentos com os quais já está habituado; de outro, situa-se o produtor da indústria cultural, capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização das histórias em quadrinhos para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados. Vem isso a ocorrer com todos os meios de comunicação de massa, uma vez que, pelo menos teoricamente, quanto mais universais forem as problemáticas tratadas nesses meios, quanto mais se propõem eles a veicular verdades já estabelecidas, maiores as chances de seus produtos atingirem uma maior faixa da população.

A relação de cumplicidade entre essas duas pontas da cultura de massa – o consumidor do produto HQ e o seu produtor - fica bastante clara quando o assunto é a representação do feminino nos quadrinhos. Quando tal gênero aparece em cena, na maioria das vezes, reforçam-se representações estereotipadas, reflexos de conceitos tradicionais do que é ser feminino. Assim, as HQs tendem a ser suporte das representações de identidades.

À luz dos postulados teóricos da AD, percebe-se que o(s) discurso(s) presente(s) nas HQs é (são) predominantemente atravessado(s) por uma formação discursiva do senso comum. Não

se perdeu de vista aqui, contudo, que a própria AD discute as noções de conflito e de contradição, sempre presentes na realidade e, sendo assim, no discurso, que determina o que pode e deve ser dito, bem como a forma como deve ser dito e, conseqüentemente, regula a imagem estereotipada que esse dizer constrói: por exemplo, nos discursos materializados nas HQs, reafirma-se a responsabilidade da mulher com os afazeres domésticos, filhos, marido. Assim, perpetua-se uma imagem de mulher que vive em função dos outros, sacrificando-se por esses, isso inclusive sendo tomado como uma das suas principais qualidades .

Representam as HQ, pois, vozes que administram o poder dizer, ligam-se a uma rede heterogênea de formações discursivas. Através de sua dimensão simbólica, participam das práticas sociais, reproduzindo, reforçando e divulgando todo um panorama sócio-ideológico. Neste trabalho, busca-se estabelecer como a linguagem verbal e a não verbal dos quadrinhos levam à construção de contextos expressivos de valores, crenças, conceitos, ideologias, que constituem importantes indicadores de práticas sociais. Observa-se, por exemplo, muitas vezes, no que se refere à mulher, uma prática discursiva de submissão, que se revela uma estratégia de defesa e/ou de resistência ao poder instituído, representado principalmente por uma figura masculina (mas não só por ela)

É fácil perceber que, independentemente do estágio industrial de produção, o artista/produtor de quadrinhos fala de um lugar, de uma posição que indica uma verdade, uma moral. Por outro lado, seria ingenuidade pensar que essas produções chegam até os leitores de maneira pura, isentas das influências da indústria, já que essa estaria presente nas suas próprias condições de produção: pelo fato de serem criadas, produzidas e disseminadas dentro de um contexto industrial de produção em série, aí “prevalece a harmonia de sexos e faixas etárias, cujas tensões, no fim, se configuram como manifestações naturais e que naturalmente se diluem. [...] Neste universo pouco há que se fazer, e o convite à reprodução das atitudes parece ser o único apelo de ação”. (OSAKABE apud BRITTO, 1999, p.87)

A prática de montagem de equipes de trabalho, onde os diversos participantes transformam-se em trabalhadores anônimos sequer identificados aos olhos do leitor, tende a oferecer, como resultado, um produto que busca ir além de suas próprias fronteiras territoriais, propondo-se a atingir novos mercados e ser também veiculado de outras formas (ser transporte para

publicidade, para a indústria de brinquedos, ou até para a televisão e para as páginas da Play Boy, como é caso de Radical Chic, por exemplo - vide anexo). Omitem-se, muitas vezes, as referências geográficas ou aquilo que poderia ser denominado como "idiosincrasias sociais", ou seja, o tratamento gráfico ou temático de características culturais exclusivas de uma determinada sociedade.

Ainda em relação ao *corpus*, é preciso destacar que, uma vez que se optou por proceder a uma pesquisa qualitativa, tendo em vista o propósito do trabalho, a seleção deu-se a partir de critérios teóricos, levando-se em conta para proceder àquela os postulados teóricos da AD. “Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas.” (ORLANDI, 2001, p. 63). Ainda segundo Orlandi (2001, p. 63), na constituição de um *corpus* deve-se “construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da AD, face aos objetivos da análise, e que permeiam chegar à sua compreensão”. A preocupação principal não foi, portanto, o aspecto quantitativo, mas sim o qualitativo, uma vez que se buscou fazer com a seleção das HQs uma “montagem discursiva” que propiciasse a análise dos tópicos eleitos como norteadores do nosso trabalho (já supracitados ).

Não se objetiva nesse tipo de análise a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. [...] A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade [...] leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações. Trata de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva. (ORLANDI, 2001, p.63)

As questões colocadas neste trabalho estão densamente entrelaçadas mas, para fins de organização, faz-se necessária a sua separação em capítulos:

- Capítulo I: situa-se a Análise do Discurso no panorama dos estudos lingüísticos, procurando, sempre que possível, estabelecer um comparativo entre o posicionamento desta teoria frente às outras, no que se refere principalmente a tópicos tidos como centrais, tais como o sujeito e a concepção de linguagem; conclui-se este capítulo com um breve histórico das fases da Análise do Discurso (segundo Pêcheux).

- Capítulo II: discutem-se os principais postulados da Análise do Discurso, que nortearam e fundamentaram as nossas análises. Já aqui se procura trazer estas reflexões para o foco de interesse do trabalho, a partir da análise de algumas histórias;
- Capítulo III: procede-se a uma reflexão de alguns pressupostos teóricos estabelecidos por Foucault e que também foram responsáveis pelo embasamento teórico deste trabalho. Neste capítulo, algumas histórias já são analisadas à luz da teoria foucaultina;
- Capítulo IV: procura-se estabelecer um breve histórico da condição “mulher”, priorizando-se uma discussão em torno das décadas de 60, 70, 80, 90 (século XX) e do século XXI; discute-se a questão do gênero, bem como as identidades enquanto construtos culturais. Durante todo o desenvolvimento deste capítulo, procura-se vincular as discussões a quadrinhos.
- Capítulo V: expõe-se a metodologia adotada na seleção/ análise dos quadrinhos. Analisam-se os quadrinhos a partir dos seguintes tópicos: as condições de produção e as representações da mulher; os jogos de imagens; as formações discursivas e os saberes mobilizados; as vozes presentes no texto; o silêncio como sentido; as práticas discursivas e a construção do sujeito mulher; o discurso sobre a mulher/ o discurso da mulher; a relação intradiscurso e interdiscurso; a memória que perpassa os discursos .
- Considerações finais: discutem-se os resultados obtidos na análise e tenta-se estabelecer o percurso dos sentidos instaurados sobre a mulher, sua representação

# CAPÍTULO 1

## ANÁLISE DO DISCURSO NO PANORAMA LINGÜÍSTICO

As palavras...que força têm as palavras. Inocentes e inofensivas não são. O contrário. Instrumentos de poder, isso sim. Palavra dita correta, no momento certo, vai rompendo barreiras. O homem, senhor, é diferente dos animais. Por isso, seu caminho é outro. O animal é governado por necessidade do momento. Homem não. Quando olha para trás, mira na frente. E junta, numa só coisa, o antes e o depois. Mas sem palavras não seria possível... Percebe o que quero dizer? Eu sei do passado, do agora e do que desejo para depois porque eu falo. E falar é criar um mundo que não é mas fica sendo. Quer dizer: vai sendo. A palavra vai fazendo o mundo verdadeiro.

Nisso Gramsci acreditou. Por que não acredito eu? (RODRIGUES,N.  
**Filosofia ...para não filósofos**)

### 1. 1 A linguagem

O interesse pela linguagem é certamente muito antigo. Pode-se mesmo supor que a admiração com que o homem tomou consciência de si mesmo e do mundo que o rodeava se tenha bem depressa fixado nesse fenômeno. Há várias razões que justificam a aquisição de um conhecimento acurado sobre a linguagem: além do fato de muitos problemas do mundo incluírem essencialmente a linguagem; é ela a chave do homem e da história social, a via de acesso às leis do funcionamento da sociedade.

Não se pode negar que ela – a linguagem - , em vários momentos no decorrer da nossa história, tem sido alvo de discussão teórica e conceitual.

[...] o próprio termo linguagem freqüentemente sugere uma falsa unidade, e uma das principais tarefas do historiador das idéias consiste tanto em explicitar diferenças e rupturas quanto em examinar influências e continuidades, neste caso específico, no que se refere ao interesse filosófico e ao interesse científico, ou mesmo técnico, pela linguagem. (MARCONDES,1995,p. 219)

Crystal (1988, p. 387) destaca as várias perspectivas sob as quais a linguagem pode ser discutida:

[...] Pelos problemas que apresenta, a linguagem é o objeto de análises muito diversas, que implicam relações múltiplas: a relação entre o sujeito e a linguagem, que é o domínio da psicolinguística; entre a linguagem e a sociedade, que é o domínio da sociolinguística; entre a função simbólica e o sistema que constitui a língua; entre a língua como um todo e as partes que a constituem; entre a língua como sistema universal e as línguas que são suas formas particulares; entre a língua particular como forma comum a um grupo social e as diversas realizações dessa língua pelo falante, sendo tudo isso o domínio da lingüística. Esses diversos domínios são necessária e estritamente ligados uns aos outros.

Segundo Kristeva (1969), a linguagem é vista de maneira diferente por cada civilização e época, a depender das suas crenças, da sua ideologia, dos saberes que domina. Essas diferentes visões podem ser rastreadas através do tempo: na época cristã (até séc. XVIII), tinha-se uma visão teológica de linguagem; já no século XIX, ela era abordada em sua evolução através dos tempos, uma vez que era a biologia a “grande” ciência da época. Busca-se, então, uma história ideal das línguas (as línguas nasceriam de uma língua-mãe); no século XX, predominaram as visões de linguagem como sistema, sendo também foco de interesse os problemas de funcionamento desse sistema. Pode-se entrever, pois, por trás dessa caminhada, a própria história do pensamento.

No século XX, os estudos da Lingüística Geral vão tomar uma dimensão extraordinária. É inegável o grande interesse em relação à linguagem por parte das ciências humanas e sociais. Contribuiu fortemente para isso o trabalho desenvolvido por Saussure – rompia-se com a antiga tradição filológica centrada na comparação das línguas e no estudo de sua evolução histórica.

Orlandi (1993, p. 16) estabelece um comparativo entre os séculos XIX e XX no que se refere à concepção de linguagem e, conseqüentemente, aos princípios teóricos, à metodologia e à análise:

No século XIX, a linguagem é definida como “produto da história” ; conseqüentemente, o método de análise proposto é o histórico-comparado, e as técnicas de análise buscam essas propriedades históricas do objeto. No estruturalismo, a linguagem é definida como estrutura (“entidade autônoma de dependências internas”, diz L. Hjelmslev, 1968); o método é o estrutural (o centro é a noção de diferença) e as técnicas de análise (oposição de pares mínimos, prova de comutação, etc. ) atestam essa perspectiva na consideração do objeto.

Segundo Lucchesi (1998), ao estabelecer a separação entre língua e fala, Saussure instituiu um modo objetivista de conhecimento, que caracterizaria a Lingüística como ciência. Promove-se, assim, a própria estrutura do saber lingüístico enquanto ciência, que acabaria por se perpetuar no pensamento estruturalista.

Gregolin chama a atenção para a grande importância nos estudos lingüísticos do Estruturalismo :

É impossível pensar o campo dos estudos de linguagem, hoje, sem nos deslocarmos ao final dos anos 50 e olhar o desenho que se insinuou na sua visada epistemológica com a aventura “estruturalista” que reuniu personagens tão díspares como Lévi-Strass, Dumézil, Jakobson, Althusser, Barthes, Greimas, Lacan, Foucault [...] os diversos “estruturalismos” franceses interligaram pesquisas que atravessaram o século XX desde o seu início (com a fundação, atribuída ao estruturalista *avant la lettre* que foi Saussure), firmaram-se, triunfantes, a partir dos anos 1950 até o final dos anos de 1970, e entraram em declínio a partir dos anos 80. (GREGOLIN, 2004a, p. 19).

Na segunda metade do século XX, percebe-se, no interior da Lingüística, contudo, que a linguagem passa a ser tomada a partir de várias perspectivas:

[...] a linguagem é um ‘objeto escondido’, assim como o objeto da Psicologia, da Sociologia, de outras Ciências Humanas.[...] pode-se dizer que há três grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana: a língua como atividade mental, a língua como estrutura, e a língua como atividade social.

De acordo com a primeira teoria, a língua é uma capacidade inata do homem [...].

A teoria da língua como estrutura postula que as diferentes línguas naturais dispõem de um sistema composto por signos distintos entre si por contrastes e por oposição, organizados em níveis hierarquicamente dispostos [...].



Finalmente, a terceira teoria considera a língua como uma atividade social [...] Assim concebida, a língua é um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado [...]. (CASTILHO, 1998, p. 11).

Afirma ainda Castilho (1998, p.12) no que se refere aos rumos tomados pelos estudos lingüísticos:

Ora, a indagação lingüística atual parte de um entendimento mais rico da linguagem, postulada como um conjunto de usos, cujas condições de produção não podem ser esquecidas no momento em que se analisa seu produto.[...].

Um elenco de novas disciplinas veio somar-se à Fonologia, à Morfologia, à Sintaxe, já conhecidas: a Sociolingüística, a Psicolingüística, a Análise da Conversação, a Semântica Argumentativa, a Análise do Discurso, a Lingüística do Texto.

Observa-se que a teoria social, ainda a partir da segunda metade do século XX, passa a atribuir à linguagem um lugar mais central na vida social (THOMPSON apud FAIRCLOUGH, 2001): um exemplo vem a ser a teoria marxista de Althusser, a partir dos trabalhos do qual Michel Pêcheux desenvolveu uma abordagem à análise do discurso, em que toma o discurso como a “forma material lingüística por essência da ideologia”.

Afirma Zizek (1999, p. 17) em relação ao trabalho de Pêcheux:

Também convém mencionar aqui Michel Pêcheux, que deu um toque estritamente lingüístico à teoria da interpelação de Althusser. Seu trabalho centra-se nos mecanismos discursivos que geram a ‘evidência’ do sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência [...] considerando que os fatos nunca falam por si mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos. Basta lembrar o célebre filme anti-aborto intitulado *O grito silencioso* – ali ‘vemos’ um feto que ‘se defende’, que ‘grita’ e assim por diante, mas o que não ‘vemos’, nesse ato mesmo de ver, é que estamos ‘vendo’ tudo isso contra o pano de fundo de um espaço discursivamente pré-construído.

De acordo com Lucena (2001), o discurso, na Análise do Discurso, passa a ser concebido não apenas como produção lingüística, mas também como produção social, produção do imaginário. Enquanto seria o discurso uma estrutura subjacente formada pela ideologia, pela história; o texto seria a estrutura de superfície: ter-se-ia nos textos a erupção do discurso.

A concepção de linguagem adotada pela AD contempla tanto o fato de ser ela – a linguagem - constituída na interação, quanto o de possuírem seus signos força ideológica. Toma-a, ainda, como resultado do trabalho que sujeitos realizam com e sobre a língua, preconizando que só a partir disso é que os indivíduos se constituem como sujeitos.

A linguagem é concebida pela AD como prática simbólica - não trata a AD de um indivíduo, nem de uma realidade empiricamente localizáveis quando discute sujeito, sentido e discurso -, a qual se constitui pela via do significante e se encontra na origem do processo de constituição do sujeito. O simbólico está, pois, relacionado à questão do significante e do sócio-histórico na constituição do sujeito: “simbólico é aquilo que na linguagem é constitutivo do sujeito como efeito” (HENRY, 1992, p. 34). O fenômeno da linguagem passa, então, a ser visto além da relação do seu sistema interno: alia-se o lingüístico ao sócio-histórico, a ideologia ao discurso. A língua não é vista pela AD como um instrumento, muito menos como expressão do pensamento: “a língua não ‘veste’ um pensamento prévio [...], mas, ao contrário, é a condição do pensamento” . (POSSENTI, 2004, p. 362)

Para a AD, os processos de construção da linguagem são, portanto, histórico-sociais, já que é no discurso que se constata o modo social de construção da linguagem (ORLANDI, 2001).Essa teoria postula que a unidade material do discurso constitui-se a partir da relação constitutiva da língua com a história. É, na verdade, o discurso um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade lingüística.

Orlandi (1993, p. 17) discute a concepção de linguagem tomada pela Análise do Discurso e as conseqüências advindas disso:

[...] para a análise do discurso, um objeto-linguagem diferente daquele instaurado pela lingüística tradicional, porque procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico, e não meramente do seu produto. Esse é o recorte teórico inicial (básico) para a análise do discurso.[...]  
 Ou seja, concebo a linguagem como trabalho, como produção, e procuro determinar o modo de produção da linguagem enquanto parte da produção social geral (ROSSI LANDI, 1975) [...]  
 Não consideramos nem a linguagem como dado nem a sociedade como produto: elas se constituem mutuamente. Se é assim, o estudo da linguagem não pode ser apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais.[...]  
 Além disso, a definição de linguagem como trabalho desloca percursos: se faz um percurso que não passa só pelo psíquico ou pelo social estritamente,

mas também pelo domínio da ideologia. Desloca também funções: importa outras funções além da referencial.

Já o conceito de linguagem que emana dos trabalhos de Bakhtin, cuja concepção de linguagem é incorporada pela AD, principalmente a partir dos trabalhos de Authier-Revuz, está comprometido não com uma tendência lingüística ou uma teoria literária, mas com uma visão de mundo que, justamente em busca das formas de construção e instauração do sentido, resvala pela abordagem lingüístico-discursiva, pela teoria da literatura, pela filosofia, pela teologia, por uma semiótica da cultura, por um conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas.

O próprio Bakhtin se indaga em relação ao que seria o verdadeiro núcleo da realidade lingüística:

Na realidade, não são as palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 2002, p. 95)

Para ele, pois, a prática viva da língua não permite que indivíduos interajam com a linguagem como se fosse esta um sistema abstrato de normas. Ele considera, portanto, a linguagem não como sistema abstrato, mas como criação coletiva, em que cada língua comporta um conjunto de linguagens e cada sujeito abre-se para uma multiplicidade de linguagens. A concepção de linguagem de Bakhtin é dialógica: o homem e a vida seriam definitivamente marcados pelo princípio dialógico.

Segundo Barros (1997), são postulados seus (de Bakhtin): a interação entre interlocutores é o princípio fundador das linguagens; o sentido do texto e a significação das palavras constroem-se na interação; a intersubjetividade é anterior à subjetividade, já que a relação entre interlocutores funda a linguagem e dá sentido ao texto, além de construir os próprios sujeitos produtores do texto; a existência de dois tipos de sociabilidade (a relação entre sujeitos entre si e com a sociedade).

O dialogismo seria, assim, para Bakhtin, o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. O discurso não seria, portanto, individual, quer seja por se construir

entre pelo menos dois interlocutores, que, por seu lado, são seres sociais; quer seja por se construir a partir de outros discursos. Para Faraco (2001, p. 122), é, a partir do caráter dialógico, que se cria a possibilidade de conectar o agir do homem (ser sócio-histórico) com uma linguagem fundamentalmente adaptável à transformação, ao movimento e à heterogeneidade.

É importante salientar ainda que alguns pensadores da segunda metade do século XX, como é o caso de Michel Foucault (seus conceitos foram de importância vital para a AD), decretariam “a morte do sujeito”, reduzindo-o a um simples “efeito de linguagem”.

As negações sucessivas do sujeito na lingüística saussureana, na antropologia estrutural e na psicanálise lacaniana acabam por encontrar em Foucault alguém que instala no coração da história cultural ocidental essa figura como ausência, como falta em torno da qual se desdobram epistemes. (DOSSE, 1994, p. 204)

Em seu texto “A ordem do discurso”, destacaria ele – Foucault - as conseqüências do poder que emana da linguagem e que captura seus usuários em suas redes.

Observa-se que, para os estudos lingüísticos, as discussões em torno da relação homem / linguagem trazem à baila a questão do estatuto do sujeito, a qual decorre da concepção de linguagem adotada.

## **1. 2. O Sujeito**

Segundo Rajagopalan (2003), o sujeito da linguagem só passou a ser alvo de grande interesse a partir de fins do século XIX (Estruturalismo), quando já se questiona o fato de ser ele totalmente livre e “isento de vinculação com os seus pares”. Perde o sujeito-indivíduo a sua autonomia e “o sujeito da linguagem” torna-se o “sujeito-da-linguagem”.

Os estruturalistas, principais herdeiros do legado saussureano, por exemplo, confirmam o posicionamento de Saussure de que só na fala se veria a ação do sujeito.

Existe na combinação de unidades lingüísticas uma escala ascendente de liberdade. Na combinação de traços distintivos em fonemas , a liberdade do que fala é nula. [...] A liberdade de combinar fonemas está circunscrita; está limitada à situação marginal de criação de palavras. Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coerção. E, finalmente, na combinação de frases em enunciados, cessa a ação de regras coercitivas de sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados. (JAKOBSON, 1968, p.39)

No decorrer do século XX, muitos estudiosos, todavia, se preocuparam em estudar a relação sujeito/linguagem, especialmente após a década de 60. Entre eles, pode-se citar: Freud (desmente a existência de um sujeito não dividido), Lacan, Bakhtin e seu círculo, Benveniste.

[...] o pensamento estrutural dos anos sessentas vai assegurar o enfraquecimento do sujeito. A partir dos resultados da etnologia, da leitura do inconsciente e da lingüística, este movimento coloca em relevo a idéia de significações que existem apenas como consequência de oposições. Ao modelo do sentido a constituir, ele opõe a idéia de um sentido produzido. (DESCAMPS, 1991, p. 11-12)

Benveniste é o re-introdutor da questão do sujeito no panorama dos estudos lingüísticos. Instaure-se um outro modelo lingüístico que estuda a natureza dos elementos constitutivos do processo de enunciação, visto como o ato individual de utilização da língua. Para esse autor, a constituição do sujeito é lingüística. Dizer “eu” é apropriar-se da língua, é enunciar. O sujeito está na origem da linguagem e é concebido como uno e homogêneo. Além do mais, é o sujeito visto por Benveniste como plenamente consciente (ignora que o sujeito é provido de inconsciente) e dotado de intenções

Bakhtin também vai se preocupar em situar o sujeito em seus estudos sobre a linguagem. O autor (2002) contesta o que considera psicologismo em Saussure, já que este situa a ideologia no interior da consciência individual. Para Bakhtin, a consciência só existe na medida em que se concretiza através de material semiótico no processo de interação verbal. (BAKHTIN, 2002). Assim, descentraliza-se a consciência individual, já que afirma que os signos só podem emergir em “território interindividual”. A consciência individual, para ele, é um fato sócio-ideológico: sem seu conteúdo semiótico, ideológico, ela não existiria. Em outras palavras, a própria consciência é para ele lingüística e, assim, social.

Segundo Bakhtin (2002), o signo e o social encontram-se interligados sendo todo signo ideológico, e a palavra “o fenômeno ideológico por excelência”. “A articulação do lingüístico e do extralingüístico, que encontram os trabalhos enunciativos, pragmáticos, discursivos, textuais, se encontra, claramente, formulada por diversas vezes em Bakhtine” (AUTHIER, 1982, p. 67). A palavra registraria, assim, as mais sutis variações ocorridas nos sistemas ideológicos .

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior [...]. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia [...] (AUTHIER, 1982, p. 31)

Chama Bakhtin (2002.) atenção, contudo, para o fato de que, ao contrário dos outros signos, que, por terem sido criados a partir de “funções ideológicas específicas”, ficam atrelados a essas funções, é a palavra neutra em relação a qualquer função ideológica, podendo preencher quaisquer espécies dessas (religiosa, moral, etc).

Para Bakhtin (2002), a linguagem é um campo de batalha social. A linguagem e o poder vivem numa interseção contínua. Cada palavra se transforma em uma arena onde ocorrem disputas de poder; nela confrontando-se valores sociais. Entende a enunciação como indissolavelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Questiona ele, portanto, a homogeneidade do sentido e do sujeito, seja por considerar a constituição ideológica do enunciado, seja por levar em conta o princípio da dialogia e o conceito de polifonia. Isso vai ao encontro do que preconiza Authier-Revuz (1982) que concebe como aspecto constitutivo das relações existentes entre os termos sujeito e linguagem a complexa natureza heterogênea que caracteriza, envolve e dimensiona ambos. A perspectiva teórica da heterogeneidade constitutiva do sujeito e da linguagem desestabiliza as versões a respeito da unicidade do sujeito e da univocidade do sentido.

Para ele, uma filosofia que trabalhe dentro da unicidade do ser e do evento não existe: “A vida é dialógica por sua natureza. Viver significa um diálogo [...].O homem participa de todo este diálogo em toda sua vida: com olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com todo o corpo, com seus atos” (BAKHTIN, 1997, p. 334)) . Ele afirma que o princípio constitutivo do mundo é a contraposição concreta eu/outro. (BAKHTIN apud FARACO, 2003, p. 22)

Eu me conheço e chego a ser eu mesmo só ao me manifestar para o outro, através do outro e com a ajuda do outro. Os atos mais importantes que constituem a autoconsciência se determinam por relação à outra consciência [...] E todo o interno não se basta por si mesmo, está voltado para o exterior, está dialogizado, cada vivência interna chaga a colocar-se sobre a fronteira, se encontra com o outro, e neste intenso encontro está toda a sua essência [...] O mesmo ser do homem, tanto interior como exterior, representa uma comunicação profunda. Ser significa comunicar-se. (BAKHTIN apud SILVESTRI, 1993, p. 104)

Embora em Bakhtin não se encontre uma formulação explícita de uma teoria do sujeito, subjacente a suas reflexões sobre a linguagem, pode-se perceber uma noção de sujeito constituído na interação verbal, a qual se dá entre sujeitos socialmente organizados. Afasta-se, assim, de uma visão subjetiva desse – do sujeito (Benveniste). A linguagem é tomada como trabalho social e histórico de sujeitos que ainda não disseram a última palavra, sujeitos incompletos que nunca coincidem consigo mesmos.

Inspirado em Bakhtin, entende-se que o sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros, sua consciência e seu conhecimento do mundo resultam como ‘produto inacabado’ deste mesmo processo no qual o sujeito internaliza a linguagem e constitui-se como ser social, pois a linguagem não é trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e para os outros e com os outros é que ela se constitui. Isto implica que não há um sujeito dado, pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas e nas falas dos outros. (GERALDI, 1996. p.19).

Bakhtin vai, conseqüentemente, eleger como tema central de sua obra a relação entre o eu e o outro. Ele percebe o homem como um ser de linguagem que se constrói e se desenvolve a partir de diversas relações sociointeracionais.

Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já-dito na fala de outro. Nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada. (BAKHTIN apud AUTHIER-REVUZ, 1990, p.27)

A visão dialógica consiste exatamente na manifestação da presença do outro – da alteridade – no interior de um único e mesmo enunciado. Ele percebe esta dialogicidade em três dimensões básicas: todo dizer parte de um já-dito (memória discursiva); todo dizer articula-se em prol de uma resposta (o Outro está presente no Um); todo dizer é heterogeneamente constituído. “Como a realidade lingüístico-social é heterogênea, nenhum sujeito absorve uma

só voz social, mas sempre muitas vozes sociais” (FARACO, 2003, p. 81). Trata-se de sujeito social, que se constitui na multiplicidade, fruto da interação conflitual entre o eu e o outro, estando inserido na memória e na história.

Para Bakhtin (2002, p.58), é o sujeito heterogeneamente constituído e o discurso formado pela interiorização de outros discursos:

O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor de seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno sócio-ideológico.

Não se pode falar de estudos lingüísticos que se preocuparam em discutir a relação sujeito / linguagem sem mencionar Ducrot. Esse lingüista, em sua Teoria da Argumentação, que se fundamenta no pressuposto de que a argumentação está inscrita no sistema lingüístico, apesar de levar em consideração a questão da enunciação na língua, toma-a como acontecimento histórico do aparecimento do enunciado: o que interessa a ele é aquilo que, no sentido do enunciado, se diz sobre a situação, o modo como é ela construída pelo enunciado, não as condições externas de sua produção. A questão do sujeito é vista, então, a partir de considerações sobre a língua. Não inclui psicológico no seu objeto: o sujeito é pensado como linguagem, já que toma o sujeito a partir da representação que os enunciados fazem da sua enunciação. Afirma o autor em relação ao sujeito que “O sujeito é uma entidade plural, muito mais complexa do que julgam os filósofos da linguagem” (DUCROT apud DOSSE, 1994, p.70).

Ducrot analisa o sujeito a partir de três perspectivas : há um sujeito falante, o sujeito empírico, produtor real do enunciado, que vai criar um locutor, responsável pelo enunciado; o locutor é um “ser de papel”, designado pelo pronome ‘eu’ e pelas outras marcas de primeira pessoa, que pode – ou não – coincidir com o autor empírico do enunciado. Ele vai, por sua vez, permitir – ou não – a participação de um ou mais enunciadore, responsáveis pelos diferentes pontos de vista expostos no enunciado. Segundo Ducrot, o enunciadore fala “somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras” (DUROT, 1987, p. 188). É ele, pois, o ser que se expressa através da enunciação, sem que lhe sejam, necessariamente,



atribuídas palavras precisas. Conclui Ducrot: “o locutor, responsável pela enunciação, dá existência a enunciadores de quem organiza os pontos de vista e as atitudes” (ibidem., p. 193).

Ducrot introduz o conceito de polifonia, no qual se discutem questões relativas às fontes do dizer, nos estudos enunciativos. Segundo este postulado, o locutor pode se valer de diferentes vozes e pontos de vista para alicerçar o seu discurso. Ducrot mostra que um enunciado pode apresentar mais de um sujeito, ou seja, questiona-se a unicidade do sujeito falante. Ducrot (ibidem., p.187) chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista empírico, “a enunciação é a ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das falas”. Ele define o termo polifonia como sendo “o coro das vozes que se manifesta no discurso, visto ser o pensamento do outro constitutivo do nosso, não sendo possível separá-los radicalmente”( DUCROT, 1987, p. 142).

Afirma Pêcheux que em Saussure a questão da subjetividade já se faz presente:

[...] mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição (língua-fala) autoriza a reparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição: em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso do impensável, o correlato necessário do sistema. (PÊCHEUX, 1993, p.71).

Possenti (2004a, p. 224) estabelece um confronto entre o sujeito visto sob a perspectiva de Ducrot e o sob a perspectiva da AD.

[...] poder-se-ia dizer que o sujeito do Ducrot, que certamente se distingue do dos pragmaticistas pela explicitação de um quadro “jurídico” no interior do qual se dão as interlocuções (...), é um sujeito que: a) sabe o que diz; b) faz manobras; c) é, conseqüentemente, tático. Parece que as análises de Ducrot são claramente baseadas em evidências empíricas. Seu problema é, provavelmente, desconhecer o que ocorre com os sujeitos quando se trata de sujeitos “impessoais” (os ideológicos, os científicos). O sujeito da AD, por seu lado, ou é uma função - mais claramente no caso dos discursos científicos ou de saber, para usar uma categoria de Foucault - ou é assujeitado, identificado ao Sujeito Ideológico Universal, no caso dos discursos ideológicos (como os políticos e os religiosos). Os defeitos da AD são considerar (ou dar a entender, em função de uma certa prática) que só nesses casos se trata mesmo de discurso e usar cegamente essa concepção, mesmo quando se trata de discursos diversos, vazados em gêneros diversos.

É interessante salientar que, embora o trabalho de Ducrot tenha sido de suma importância para a AD no que se refere ao estudo do discurso do outro (polifonia) – inclusive Maingueneau (1990) se vale de conceitos de Ducrot quando discute a questão da heterogeneidade enunciativa -, a AD vai muito mais longe no que diz respeito à heterogeneidade, uma vez que ultrapassa os limites da heterogeneidade mostrada, pois trabalha na dimensão também da heterogeneidade constitutiva, inserindo conceitos como o de interdiscurso.

Para Possenti (1995), depois de trabalhos como os realizados por Ducrot (polifonia) e por Authier (heterogeneidade), que, por sua vez, embasou seus estudos principalmente em Bakhtin e Lacan, forçosamente mudou-se a forma como o sujeito do discurso era concebido:

[...] dados empírico mostram que, pelo menos nos domínios da linguagem, uma análise do papel e da natureza do sujeito derivada da concepção cartesiana é uma idéia superada, tanto pela postulação da unidade do sujeito, quanto pelo pretense domínio, nele, da consciência. (ibidem., p. 46)

Já o sujeito para Foucault é o da ordem do discurso. É concebido como posição ou função a ser exercida por indivíduos diferentes e regulada por uma Formação Discursiva. Ou seja, a origem do enunciado, quem enuncia, não é considerada como forma de subjetividade, mas sim como um lugar.

[...] descrever um formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e aquilo que diz (ou quis dizer, ou disse sem querer) ; e sim em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser sujeito.(FOUCAULT, 1972, p. 160).

Na verdade, o sujeito, segundo o próprio autor, será o seu grande foco de interesse: “O sujeito é, portanto, o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2004a, p. 58).

[...] Procurei acima de tudo produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura; tratei, nessa ótica, dos três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. Existem em primeiro lugar os diferentes modos de investigação que procuram aceder ao estatuto de ciência; penso, por exemplo, na objetivação do sujeito falante na gramática geral, na filologia e na lingüística. [...]. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que designarei de ‘práticas divergentes’. O sujeito é quer dividido no interior dele mesmo, quer dividido dos outros. Esse processo faz dele um objeto.

[...]. Enfim, tenho procurado estudar – é esse o meu trabalho em curso – a maneira como um ser humano se transforma em sujeito [...]. Não é, portanto, o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral das minhas investigações. (FOUCAULT, 1995, p. 240).

Courtine (1999, p. 18) analisa assim as implicações da concepção de um sujeito da ordem do discurso de Foucault:

[...] pensar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso é necessariamente dissociar e articular dois níveis de descrição: 1. o nível da enunciação por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação dada (o “eu”, o “aqui” e o “agora” dos discursos); 2. o nível do enunciado, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos que eu chamaria interdiscurso, séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas formas lingüísticas determinadas [...] É, nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio da memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados “pré-construídos”, de que sua enunciação apropria-se.

Mas convém tão logo acrescentar que, nesse interdiscurso, o sujeito não tem lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome.

Não há, assim, na ordem do discurso, o sujeito propriamente dito, mas sim um lugar, posições de sujeito. Segundo Foucault (1972, p. 61), no interior das práticas discursivas, onde se constitui o sujeito, ele se revela disperso “[...] nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”. Da mesma forma como uma Formação Discursiva é tomada como uma dispersão, já que não é constituída por elementos unidos entre si por um princípio de unidade, o sujeito também não o é, não existe um sujeito marcado pela idéia de unidade. O sujeito seria, na verdade, constituído por um “feixe de relações” a qual se estabelece entre a instituição e o campo perceptivo, entre o que é visto e o já enunciado. Assumem esses sujeitos lugares e posições que lhes autorizam a perceber, observar, questionar, esclarecer o que deve ser dito.

Enquanto para Derrida o sujeito é o da ordem do signo; para Lacan, é o da ordem do inconsciente: trata-se do sujeito-forma, falado pela linguagem. Sujeito é tomado como representação, uma vez que interessa como se define em relação ao Outro, sendo, pois, em relação a esse que ganha sua identidade. Seus trabalhos partem de uma releitura de Freud,

além de buscar respaldo também no estruturalismo lingüístico. Segundo este autor, no inconsciente, existiria uma estrutura discursiva regida por leis.

Mussalim (2001, p. 109) discute a concepção de Lacan a respeito do sujeito, contrapondo-a aos postulados do estruturalismo:

O sujeito, por definir-se através da palavra do Outro, nada mais é que um significante do Outro. Mas, por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, inscreve-se na estrutura, caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sob as palavras, sob o discurso. Lacan, assim, não assume o pressuposto básico do estruturalismo, de completude do sistema, já que o sujeito – pura descontinuidade na cadeia significante – descompleta o conjunto dos significantes.

[...] o autor rompe também com o estruturalismo ao romper com a simetria entre interlocutores. [...] Para ele, o Outro ocupa posição de domínio em relação ao sujeito.[...]

Toma Lacan ainda o inconsciente como o centro da descentralização psíquica do sujeito, a qual lhe dá ordens, uma vez que é o inconsciente o lugar de onde provém o discurso do Outro, que sempre atravessa o discurso do Um.

O sujeito dessubstancializado não está onde é procurado, lugar onde reside a ilusão do ‘sujeito centro’ como sendo aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas pode ser encontrado onde não está, no inconsciente, lugar onde reside o Outro – o discurso do pai, da mãe, etc -, que lhe imprime identidade (MUSSALIM, 2001, p. 108)

Já para Althusser, é o sujeito o da ordem da ideologia. Enquanto Marx trabalha a partir de um sujeito pragmático, o sujeito de Althusser é um sujeito lugar, posição. O sujeito, assim como a história, para ele, foram substituídos pela estrutura (DOSSE, 1993). Não se pode conceber, pois, o sujeito do enunciado como o sujeito que enuncia, mas como uma posição que pode ser ocupada por diferentes sujeitos. Só na formulação – materialidade - , descobre-se posição do sujeito.

Graças à forma-sujeito, expressão introduzida por Althusser, todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática, se ele se reveste da forma sujeito. A “forma-sujeito” é, com efeito, a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente de práticas sociais, pois as relações sociais de produção incluem, necessariamente, como parte integrante, as

relações sociais, jurídico-ideológicas, as quais para funcionar impõem ao indivíduo a forma sujeito. (GARCIA, 1999, p. 126).

Na concepção de Althusser, aos Aparelhos Ideológicos do Estado é atribuído tão grande poder que o sujeito aí se apaga, se anula diante da estrutura ideológica na qual se encontra mergulhado, sendo impossível falar de um sujeito livre. Para este autor, é ele – o sujeito - “assujeitado”, ou seja, controlado por forças alheias a sua vontade: “Os sujeitos não usam as palavras, eles é que são usados por elas: isto é, eles são os efeitos dos seus discursos” (BORUTTI, 1984, p.441). De acordo com Althusser, a ideologia age de forma determinante, “assujeitando” o indivíduo, pois, ao interpelá-lo em sujeito, esse – o sujeito – fica como que “desprovido de toda liberdade, salvo a de aceitar livremente a sua submissão” (ALTHUSSER, 2001, p. 113)

Para Pêcheux, sujeito e sentido não são transparentes, mas determinados por forças ideológicas:

Nesta medida, e na condição de entender por processo discursivo as relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva, diremos que o procedimento da AAD constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito - sujeito (produção/leitura) e que retorna ao processo discursivo por uma espécie de arqueologia regular [...].  
[...] os processos discursivos, como foram aqui concebidos, não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo eles se realizam no mesmo sujeito. Esta aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito e que chamaremos de assujeitamento.(...) (PÊCHEUX & FUCHS, 1993a, p. 170)

O sujeito para Pêcheux é histórico: fala de determinado tempo, de determinados lugares sociais. O que importa, contudo, não são os falantes empíricos, mas as imagens de seus “lugares”, ou seja, as formações imaginárias, que presidem o discurso. Ou seja, o sujeito é percebido a partir de lugares. Em relação à questão dos lugares, afirma Pêcheux que, em qualquer grupo social, estabelece-se uma relação entre a efetiva situação que o indivíduo ocupa na sociedade e a representação imaginária que se tem do lugar que ele ocupa: é o que Althusser chama de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Trata-se então de um sujeito histórico e socialmente constituído. Em outras palavras, de acordo com Pêcheux (1990), o sujeito do discurso é determinado pela história. É concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da formação discursiva com que se identifica.

Em suma, a formação ideológica age determinando o que o sujeito deve pensar; já a formação discursiva a que se filia, o que deve dizer. Esse indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia é chamado por Pêcheux de forma-sujeito. O indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito de uma formação discursiva. Sendo assim, a forma-sujeito é um sujeito histórico, constituindo-se em o que Pêcheux (1988) chamou de um “efeito de sujeito”.

Pêcheux (1993, p.134) discute como o “assujeitamento ideológico” e o “recalque inconsciente”, apesar de materialmente ligados, não podem ser confundidos, tomando como ponto de partida a seguinte afirmação de Althusser: “indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, livremente, sua submissão”.

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal - , é precisamente o que J. Lacan designa com o Outro [...], e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do outro”, podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução / transformação das relações de produção. (PÊCHEUX, 1988)

Possenti (1995, p. 45-6) discute a concepção de sujeito adotada pela AD:

[...] Uma determinada conjunção de um certo estruturalismo, de uma certa psicanálise e de uma certa teoria da ideologia, na qual é nitidamente dominante o primeiro ingrediente, isto é, o estruturalismo, que informa os outros dois (ver Deleuze, 1974), conjunção que é a responsável maior pelas características fundamentais da chamada Análise do Discurso Francesa, estabeleceu um quase lugar comum que o indivíduo que fala não passa de um porta-voz de discursos que o antecedem, definindo o sujeito como assujeitado. Embora esta posição não tenha permanecido intocada (ver Pêcheux, 1990), pode-se dizer que o eu – um dos possíveis componentes do sujeito no discurso – é, nesta versão francesa, concebido como francamente dominado, determinado (e não apenas condicionado, em maior ou menor grau) pelo que se chama de outro (às vezes, ou, mais geralmente, Outro)

A questão do sujeito para a Análise do Discurso é, portanto, central. Para ela, é impossível se pensar a linguagem distante dos que a constituem: os sujeitos *É* na linguagem que o sujeito se constitui, nela – na linguagem – deixando marcas do processo ideológico. Segundo Orlandi (1988), a ideologia atua na constituição do sujeito e do sentido, ou seja, do discurso através

das formações discursivas - “aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e o que deva ser dito. [...] é lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito” (ORLANDI e GUIMARÃES, 1988, p.58).

Tratar-se-ia, portanto, o discurso de uma prática social que materializa uma formação ideológica, constituindo-se, ao mesmo tempo, num lugar onde se elabora e se difunde a ideologia. “O sentido é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que, por sua vez são da ordem da história.” (POSSENTI, 2004, P.360). Ou seja, está o sujeito comprometido com o seu contexto sócio-histórico, sendo sua linguagem produzida sob determinadas condições ideológicas. Na verdade, é com a noção de efeito-sujeito, enquanto efeito da linguagem, e não com a de sujeito da linguagem que a AD opera.

[...] o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: à pergunta “quem é”, dá-se a resposta, bizarra e óbvia, “sou eu”, resposta essa sustentada em um “teatro da consciência” – “eu falo”, “eu penso”, “eu ouço”...- que apaga (ou melhor, coloca no esquecimento) o fato de que se fala *do* sujeito e *ao* sujeito, muito antes que ele possa dizer “eu falo”, “sou eu” (PÊCHEUX, 1988, p. 155)

A Análise do Discurso preconiza, pois, a não-idade e a não-homogeneidade do sujeito: o sujeito se constitui ideologicamente e é afetado pelo inconsciente. Para essa teoria, a ilusão do reconhecimento do sujeito como unidade respalda-se no desconhecimento / esquecimento das determinações discursivas que o constituem como tal. O sujeito da AD não é único, não é o dono de seu discurso, no qual perpassam outras vozes, as quais falam de um lugar social. É o sujeito marcado pela historicidade, sua identidade dependendo do lugar social em que se encontra.. Em outras palavras, o sujeito não pode ser concebido, sem que se considere o inconsciente, classe social a que pertence, ideologia.

Afirma Brandão (1998, p.49):

[...] E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social.

Em suma, para a AD, o sujeito é afetado pela língua e pela história na sua própria constituição e na construção do sentido: se não se submete a ambas, não se constitui, não fala, não produz sentidos. Não existe discurso sem sujeito. O conceito de subjetividade não se centra no ego como entidade única e fonte todo-poderosa de sua palavra, mas num sujeito que se cinde enquanto átomo, partícula de um corpo histórico-social no qual interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir a sua fala. Pela interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, produz-se, assim, a discursividade bem como o apagamento da inscrição da língua na história. Como consequência, tem o sujeito a ilusão de ser origem do seu dizer e a impressão de ser a linguagem transparente.

Possenti (1995) ressalta, contudo, que dizer que o sujeito não é uno, que não é totalmente livre não implica dizer que é nulo:

[...] não se trata de apagar o ego, não se trata de dizer que ele não subsiste de forma alguma, mas apenas de dizer que ele nem sempre tem consciência do que ocorre, quase nunca detém o controle, é constantemente surpreendido ou soterrado por mataria discursiva vertida pelo id, ou é dominado pelo superego ou por alguma instância produtora de discursos que o cerca, domina-o, submete-o, seja ela uma episteme, ou uma teoria, uma doutrina, um locutor indeterminado, enfim, uma instância que é não eu, que é outro ou Outro. (ibidem, p. 46)

### **1.3. Uma Lingüística pós- Saussure**

A partir do final do século XIX, a lingüística aproximou-se bastante das teses positivistas, o que a levou a buscar o status de ciência e a distanciar-se do sujeito. O fato de o objeto de pesquisa da lingüística saussureana tratar de elementos isolados, uma vez que, para os estruturalistas, o estudo das unidades lingüísticas em estruturas hierárquicas era suficiente para análise lingüística, contribuiu para o rigor metodológico, imprescindível a uma ciência; entretanto retardou os estudos com a “fala”. (DOSSE, 1993)

As teses do Círculo Lingüístico de Praga, por sua vez, propiciaram uma passagem do imanentismo à análise dos elementos da enunciação. Os estudos a que se procedeu se caracterizam pelo enfoque dos valores funcionais da linguagem. As relações entre enunciação e enunciado passaram a ser, então, foco de interesse para os lingüistas.



É importante salientar que foi, tomando como referencial os formalistas russos<sup>1</sup>, que os estudiosos da análise estrutural da narrativa preconizaram a existência de uma macro-estrutura subjacente ao texto. Estudiosos franceses como Genette, Greimas, Kristeva e Barthes trabalharam na construção de modelos que possibilitassem a descrição formal das estruturas subjacentes. (ibidem.)

A partir das idéias de Bloomfield (estruturalista americano), Harris propõe um método de análise que se dispunha a estudar as seqüências de enunciados. É importante lembrar que até então buscava-se o papel de cada elemento da frase. Em sua obra intitulada *Discourse Analysis* (1950) sobre enunciado (chamado discurso) indica este autor formas de ultrapassar os limites analíticos da frase. É o trabalho dele tido por muitos como o marco inicial da Análise do Discurso, embora nele predomine o morfossintático e nenhuma atenção se dê a aspectos semântico-cognitivos e/ ou pragmáticos. Não se pode deixar de salientar também que os trabalhos desenvolvidos por Jakobson, em que se vincularam os conceitos de funções da linguagem aos estudos da língua, e por Benveniste, que discutiu a relação locutor, enunciado e mundo, foram de vital importância para que surgisse a Análise do Discurso.

Três momentos do desenvolvimento teórico contribuíram para o “nascimento” da Análise do Discurso: 1. Análise transfrástica: estudo de enunciados ou seqüência de enunciados: a preocupação central aí é determinar como os elementos lingüísticos organizam-se; 2. gramática de texto: o texto é tido como um todo dotado de sentido. Agora a preocupação é estabelecer o que e como o texto faz para dizer o que diz; 3. análise contextual: os fatores pragmáticos envolvidos na produção, recepção e interpretação de textos são o foco dos estudos. Visa-se, principalmente, a estabelecer por que o texto diz o que diz. O contexto também agora passa a ser levado em consideração. (BRANDÃO, 1998)

É de grande relevância observar que há uma grande efervescência de estudos lingüísticos, a partir da década de 60, quando se questiona a dicotomia saussuriana (língua / fala):

- nos Estados Unidos, há o ápice:

---

<sup>1</sup> Buscavam eles uma lógica de encadeamento transfrásticos e abriram espaço para uma abordagem lingüística do discurso. Introduziram no estudo da linguagem conceitos como o da literalidade, o da verossimilhança, o da intertextualidade, que representaram verdadeiros marcos nos estudos lingüísticos

1. do gerativismo chomskyano: A primeira grande novidade que a teoria gerativa apresenta é a que pressupõe o abandono dos métodos indutivos na investigação – abordagem já feita por Hjelmslev e Zellig Harris. Chomsky considera que a lingüística deve superar o estágio da descrição e passar a uma nova situação: a construção de modelos de predição. Estava ele em consonância, nesse aspecto, com os progressos da ciência, já que, indo por esse caminho, a lingüística seguiria a evolução que haviam trilhado as outras ciências, como a astronomia ou a biologia. Chomsky, além de haver estudado lingüística, tendo inclusive Harris e Jakobson como seus mestres, estudou também matemática, lógica e teoria das ciências. Essa bagagem cultural levou-o a aperceber-se da falta de adequação das teorias estruturais para fatos simples das línguas naturais. Nos seus raciocínios, ele parte do pressuposto de que qualquer falante de uma língua é capaz de emitir mensagens que nunca se produziram antes, sendo, apesar disso, entendido pelos outros falantes. A língua seria, então, um mecanismo de meios finitos, mas capaz de criar mensagens infinitas. O ponto básico no pensamento de Chomsky é, portanto, a criatividade do falante, já que esse aspecto afeta não só o problema da realização das mensagens como também o mito da aquisição da linguagem: demonstra que a criança, nos seus primeiros anos, adquire o sistema da língua como um conjunto de regras interdependentes, graças à faculdade da linguagem, característica privativa da raça humana. A tarefa do lingüista seria concentrar-se na construção de uma teoria capaz de dar conta, de maneira inequívoca, do uso que os falantes fazem da faculdade da linguagem. Essa teoria, contudo, deveria ser não apenas bastante explícita, mas também formulada com meios que permitissem provar a qualquer momento a sua falsidade. Essa possibilidade proporciona uma base de auto-correção, de que careciam os estudos lingüísticos anteriores. Auto-correção esta que permitiu, inclusive, que Chomsky e seus discípulos pudessem adequar sua teoria às novas descobertas e investigações. Na sua teoria, Chomsky distingue competência, que é o conhecimento de tipo inconsciente que um falante/ouvinte ideal tem de sua língua, vem a ser a capacidade de o falante de produzir, a partir de um conjunto finito de regras, um conjunto infinito de frases, de desempenho, que vem a ser o uso real da língua; a manifestação da competência dos falantes nos seus múltiplos atos de fala. A criação do falante/ouvinte ideal é uma ficção metodológica imprescindível da teoria e permite superar o problema da aparente heterogeneidade da linguagem humana. É necessário que se assinala que, ao contrário do que se possa

supor, existe uma diferença entre a competência-desempenho de Chomsky e a língua-fala de Saussure. Inclusive, o próprio Chomsky (1975) diz que, apesar de a distinção a que ele procede estar relacionada à distinção estabelecida por Saussure, não concebe a língua como mero inventário sistemático de unidades. O trabalho do lingüista centra-se na construção de uma teoria que dê conta da competência subjacente num falante/ouvinte. Apesar de ter uma concepção de língua diferente dos estruturalistas – a via como patrimônio de toda a comunidade –, a língua não deixa, porém, de ser encarada como sistema de ordem própria. O gerativismo dá, pois, ainda um tratamento formal à língua, mas introduz a frase como unidade máxima e se ocupa também da semântica (REVOLUÇÃO LINGÜÍSTICA, 1979);

2. da sociolingüística laboviana : As primeiras tentativas de se estabelecer o campo da Sociolingüística mostraram-se estéreis: Bright (1966) e Fishman (1972) não conseguiram defini-la com precisão. Labov (1972) foi quem conseguiu descrever a heterogeneidade lingüística e analisar os fatores sociais que atuam na língua. Tornou-se, assim, o representante mais conhecido da teoria da variação lingüística. Para ele, todo enfoque lingüístico forçosamente teria que ser também social, em virtude da própria natureza da linguagem, uma vez que a função da língua não é simplesmente transmitir informações, mas também funciona ela como meio de se estabelecerem e se manterem relacionamentos. A relação entre língua e sociedade é, pois, bastante estreita: aquela reflete os padrões de comportamento desta, que variam em função do tempo e do espaço. Aí se encontra a explicação para os fenômenos de diversidade e de mudança lingüística. Trabalhando num espaço interdisciplinar, a Sociolingüística focaliza como objeto de estudo exatamente a variação, concebendo-a como um princípio geral e universal das línguas, passível de ser descrita e analisada. Ela parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de forma tal que a heterogeneidade acontece de maneira sistemática e até previsível em alguns casos. Isso implica dizer que a aleatoriedade nos empregos de formas lingüísticas está fora de cogitação. A meta da Sociolingüística consiste em descrever os usos alternantes, correlacionando-lhes os parâmetros favorecedores e inibidores, apontando-lhes seu caráter estável ou de mudança em progresso. (MONTEIRO, 2000)

- na Europa, despontam:

1. a Lingüística Enunciativa : fortemente influenciada por Benveniste e pela filosofia analítica de Oxford;
2. a Pragmática : grande parte de seus conceitos têm origem na filosofia da linguagem, cujo interesse era demonstrar a importância dos usos da linguagem para entendimento de sua natureza, o que se percebe claramente nos trabalhos de Grice, que elaborou o “Princípio da cooperação” e a noção de “implicaturas”; de Austin, cuja grande contribuição foi afirmar que, quando se fala, não se está apenas expressando um significado e fazendo alguma coisa; de Searle;
3. a Análise da Conversação: privilegia produção e interpretação da fala cotidiana, ou seja, prioriza a linguagem em uso;
4. a Semiótica;
5. a Lingüística Textual: na Alemanha, Van Dijke, em sua proposta de análise, distingue a macro e a micro estrutura do texto, bem como leva em consideração fatores contextuais e pragmáticos. Para a Lingüística Textual, texto é um conceito abstrato e discurso refere-se à realização concreta da língua.

É preciso ressaltar que se observa, em todas essas linhas, a tentativa de resgatar a questão do contexto, do referente, do locutor para os estudos lingüísticos;

- na França, surge a Análise do Discurso a partir de um grupo formado por lingüistas, historiadores, filósofos e alguns psicólogos e do encontro de três teorias: Marxista - releitura de Marx (Althusser) - ; Psicanalítica – releitura de Freud (Lacan) -; Lingüística – releitura de Saussure. Derrida apoiava-se principalmente nos trabalhos de Jakobson e Benveniste. Pêcheux refere-se a Freud, Marx e Saussure como a “Tríplice Aliança”, a qual estará na base de desenvolvimento da Análise do Discurso.

[...] Problematizando as evidências de ordem humana como estritamente bio-social, Marx, Freud e Saussure colocaram em causa a articulação dual do social com o biológico que excluía o simbólico e o significante. Eles atacaram o ‘narcisismo da consciência humana’ e fizeram pesar uma suspeita absolutamente explícita sobre o registro do psicológico (sobre as psicologias do ‘ego’, da ‘consciência’, do comportamento, do sujeito epistêmico). [...] (GREGOLIN, 2004a, 33).

Gregolin (2001, p. 3) afirma em relação a essa “Tríplice Aliança”:

Esse triplo assentamento traz conseqüências teóricas: a forma do discurso é, ao mesmo tempo, lingüístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a forma sujeito do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na ordem do discurso, há o sujeito na língua e na História; o sujeito é descentrado, tem a ilusão de ser fonte, mas o sentido é um já-lá, um dito antes de outro lugar. Do mesmo modo [...] traz conseqüências metodológicas: a busca de um dispositivo de análise do processo discursivo; a busca dos vestígios – da história e da memória – no discurso, e a conseqüente inter-relação entre a ordem da língua, a ordem da história e a ordem do discurso.

Em seu livro “Análise Automática do Discurso”, publicado em 1969, Pêcheux propõe que se proceda ao estudo da linguagem a partir de uma abordagem transdisciplinar. Ele estabelece o seguinte “quadro epistemológico” para sua “Análise Automática do Discurso”:

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX & FUCHS, 1993a, p. 163-4)

Kristeva (1969) afirma que foi a psicanálise aquela que deu os primeiros passos na tentativa de querer compreender os fenômenos da linguagem a partir dos processos enunciativos, levando em conta uma instância de efeito de sentido que se produzia além das estruturas rígidas do enunciado. Pêcheux baseou-se na Psicanálise de Jacques Lacan na construção de alguns dos postulados da Análise do Discurso, quer seja no determinismo do inconsciente, no desconhecimento por parte do sujeito, na interpretação sem fazer apelo ao sentido.

Cardoso (1999a, p. 185) discute o contexto epistemológico que propiciou o “nascimento” da AD:

Como se sabe, a Análise do Discurso Francesa, sob a liderança de Michel Pêcheux, se constituiu pela necessidade de uma teoria materialista do discurso, que desmascarasse a “evidência” da existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si mesmo), assim como a “evidência” do sentido. Afirmando que ambas as evidências sustentam a filosofia idealista da linguagem, e colocando-se contra esse idealismo, Pêcheux propôs, então, uma teoria materialista dos processos discursivos, articulada com a

problemática das condições ideológicas de reprodução / transformação das relações de produção.

De acordo com Mari (1999, p. 19), recorre a AD a fontes diversas:

[...] à análise de segmentação estrutural de enunciados (Harris), ao funcionalismo sócio-antropológico da Análise de Conteúdo (Lasswell, Dumphy, Stone), à dimensão ideológica dos objetos, das trocas sociais (Althusser, Foucault), à dimensão enunciativa das práticas de linguagem (Bakhtin, Benveniste, Tudorov), seja na forma de adoção de princípios, seja na recusa de certos postulados ou, ainda, no aprimoramento metodológico. [...]

Mari (ibidem) afirma, ainda, que duas preocupações prevalecem e direcionam, de forma determinante, os trabalhos desenvolvidos pela AD:

De um lado, ressalta-se um esforço de análise voltado para a desconstrução do discurso, de modo a melhor entender seu funcionamento implícito; de outro, destaca-se a preocupação com os problemas voltados para a sua recepção, ou ainda com os procedimentos interativos determinantes da produção / recepção. Em uma outra visão, é comum a ênfase voltada para as pesquisas sobre a heterogeneidade constitutiva dos discursos, a multiplicidade de lugares enunciativos, os procedimentos e operadores argumentativos e a implementação de estratégia de persuasão e sedução, entre outros. (MARI, 1999, p.19)

Serrani (1993, p. 52) discute os pressupostos teóricos em que se respaldaria a concepção de linguagem que propiciou o surgimento da Análise do Discurso:

1. rejeição de toda metalíngua universal inscrita de modo inato na mente humana;
  2. rejeição da existência de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso (PÊCHEUX) [...]
- Além do mais, como se sabe, a atitude heurística tem sido sempre a de manter um antipositivismo radical nos estudos da linguagem. Essa atitude caracterizou-se, basicamente, em uma oposição à evidência (não teorizada) dos “dados”, manifestada, desde o começo, na concepção de discurso.

A AD desafia “o império da estrutura” e o “domínio do enunciado” (MARI, 1999, p. 15), postulados básicos dos principais herdeiros de Saussure: os estruturalistas. A AD fundamenta-se na idéia de que há uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, entre o dizer e o próprio evento enunciativo. A enunciação seria, então, o lugar onde se podem apreender e explicar as relações entre o discurso e sua exterioridade, ou seja, suas

condições sócio-históricas de produção e recepção. Para Orlandi (1986), a relação entre o discurso e o seu quadro enunciativo se constituiria, pois, na “marca fundamental da AD”.(ibidem, p.110).

Uma vez que tem por objetivo examinar o processo de constituição da linguagem e não o seu produto, a AD representa uma ruptura em relação à Lingüística. Segundo Possenti (2004), a AD constitui-se através de rupturas com a Lingüística:

- em vez de abordar, no que se refere à leitura, o sentido como informação e ver “os significantes como se eles fossem transparentes à realidade a qual se supõe que remetam” (MAINGUNEAU, 1990) - Análise do Conteúdo - , “introduz a noção de efeito de sentido entre os interlocutores” (POSSENTI, 2004, p.. 358);
- em relação à filologia, o rompimento dá-se em três domínios:
  1. no que se refere à concepção de língua: à visão de uma língua “unívoca”, a AD opõe a de uma língua “polissêmica e opaca”;
  2. no que diz respeito ao papel do autor: a uma percepção de sujeito como “unidade controlada pela razão, e que fosse bem sucedido em dizer o que quisesse”, a AD contrapõe a de um autor que “dizia sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer”, em virtude da ideologia e do subconsciente;
  3. no que se refere à forma de caracterização da conjuntura: a AD vai de encontro a uma visão uniforme de conjuntura, já que percebe “as condições de produção como ingredientes contraditórios”.

[...] Em suma, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto do autor; com a de um sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das idéias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com a noção de contexto dado como se fosse uniforme. (POSSENTI, 2004, P.360)

#### **1.4 Breve histórico da Análise do Discurso**

Michel Pêcheux divide os estudos a que a AD procede em três épocas. Segundo Gregolin (2004a, p. 60), vem essa divisão a revelar “os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa”

### I. Primeira fase

A posição teórica da Análise do Discurso, em relação ao sujeito, na sua primeira fase, pode ser assim resumida:

[...] Um processo de produção discursivo é concebido como uma máquina auto-determinada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’. (PÊCHEUX, 1993, p.311).

Nega-se aí a existência de um sujeito livre, dono do seu falar, origem de seu dizer. O indivíduo torna-se sujeito através da interpelação da ideologia, que também é responsável pela constituição do sentido (Althusser). A análise automática do discurso constitui-se, pois, a partir da concepção de um sujeito assujeitado às condições de produção, aos instrumentos de produção e às relações de produção discursiva. Trata-se o sujeito do discurso, na verdade, de uma posição social, determinada pela estrutura da sociedade.

Segundo Pêcheux (1993), distintas “máquinas discursivas” seriam responsáveis por distintos processos discursivos - “produção dos traços discursivos foi, efetivamente, produzido por uma e somente uma máquina discursiva” (ibidem., p. 312) -, sabendo-se que cada uma dessas máquinas discursivas é tomada como “uma máquina auto-determinada e fechada sobre si mesma” (ibidem., p. 311)

Em relação a essa fase, afirma Gregolin (2004a, p. 61):

[...] trata-se de uma proposta teórico-metodológica impregnada pela releitura que ele faz de Saussure, deslocando o objeto, pensando na langue (sua sistematicidade; seu caráter social) como a base dos processos discursivos, nos quais estão envolvidos o sujeito e a história. Na concepção do objeto discurso, cruzam-se Saussure (relido por Pêcheux), Marx (relido por Althusser) e Freud (relido por Lacan). As teses althusseriana sobre aparelhos ideológicos e o assujeitamento propõem um sujeito atravessado



pelo inconsciente e pela ideologia (um sujeito que não é fonte nem origem do dizer; que reproduz o já-dito, o já-lá, o pré-construído) [...]

Esta visão de assujeitamento total a uma estrutura fechada e homogênea constitui, na verdade, uma herança deixada pelo marxismo, pela psicanálise e pela lingüística estruturalista que tiveram grande influência no surgimento da Análise do Discurso. O sujeito da psicanálise, segundo Lacan (1995), só se define em relação ao Outro, não sendo encontrado no consciente, lugar onde tem a ilusão de ser aquele que sabe o que diz e sabe o que é, mas sim no inconsciente, que é o lugar onde reside o Outro, que vai lhe imprimir identidade. O Outro ocupa uma posição de domínio sobre o sujeito, tirando dele a possibilidade de ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso. O sujeito é aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, como elemento pertencente a um processo histórico que lhe permite certas inserções e outras não.

Serrani (1993, p. 524) discute como a questão do imaginário constitui-se em importante conceito para a AD, desde seus primórdios:

Na perspectiva teórica de AD, inclusive em sua primeira época, o imaginário, embora ligado à noção de ilusão, não era entendido como a propriedade que teria um determinado domínio de objetos, de ser substituto analógico de um real ausente. Nos estudos da discursividade, a dimensão imaginária sempre foi considerada um componente inalienavelmente presente **em todo material significativo** (SERCOVICH, 1977), por entender-se que se trata de uma ilusão necessária à existência da discursividade. As formações imaginárias de que nos fala Pêcheux em suas primeiras obras, apontavam a incorporar, no estudo da linguagem, a noção de projeção. Entendia-se que, no discurso, o que acontece é a projeção de dados empíricos relativos às condições de produção [...]

Mussalim (2001, p. 118) afirma que os procedimentos da AD nesta fase dão-se por etapas:

- a) primeiramente se seleciona um *corpus* fechado de seqüências discursivas (um manifesto, por exemplo);
- b) em seguida, faz-se a análise lingüística de cada seqüência, considerando as construções sintáticas (de que maneira são estabelecidas as relações entre os enunciados) e o léxico (levantamento de vocabulário);
- c) passa-se depois à análise discursiva, que consiste basicamente em construir sítios de identidade a partir da percepção da relação de sinonímia (substituição de uma palavra por outra no contexto) e de paráfrase (seqüências substituíveis entre si no contexto);
- d) por fim, procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

## II. Segunda fase

Na sua segunda fase, incorpora-se a noção de Formação Discursiva – FD - . Difere esta, porém, do conceito de Formação Discursiva como tomado por Foucault, pois está vinculada ao materialismo histórico e constitui-se através de uma formação ideológica: formações discursivas (FD) materializam formações ideológicas, que, por sua vez, são da ordem da história. Ou seja, enquanto para Foucault formação discursiva aparece como o que pode e deve ser dito a partir de uma ideologia, ciência, teoria, uma vez que uma Formação Discursiva compreenderia um certo número de enunciados, em relação aos quais pode-se estabelecer uma regularidade no sistema de dispersão entre objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas ; para Pêcheux, consiste no que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada na conjuntura social.

Em suma, aliando o conceito de Foucault de Formação Discursiva aos postulados do materialismo histórico, Pêcheux estabelece o que vem a ser Formação Discursiva em sua *Análise Automática do Discurso*: cada formação ideológica (visão de mundo, valores, crenças de cada “formação social) se constituiria de uma ou mais formações discursivas, que determinariam “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. [...] as palavras ‘mudam de sentido’ quando passam de uma formação discursiva à outra ” (HAROCHE, HENRY e PÊCHEUX, 1971, p. 102).

A incorporação do conceito de Formação Discursiva traz como consequência o enfraquecimento da noção de “maquinaria estrutural fechada”, já que, segundo Pêcheux (1993b, p. 314), “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar” (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’), ou seja, nela sempre haverá discursos egressos de outro lugar, que ela incorporará, quer estabelecendo com eles uma relação de confronto , quer estabelecendo com eles uma relação de aliança.

Em relação à concepção de sujeito adotada na 2ª fase da AD, Mussalim (2001, p. 133) mostra como, embora tenham ocorrido algumas mudanças em relação à 1ª fase, manteve-se uma

visão de sujeito ideológico, sujeito-forma, determinado por uma formação ideológica e discursiva:

[...] Não existe, neste segundo momento, a noção de um sujeito marcado pela idéia de unidade, tal como era concebido na AD-1. Ao contrário, a noção de dispersão do sujeito (FOUCAULT, 1968/1971) é aqui retomada; o sujeito é concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. No entanto, nesta segunda fase, o sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre. [...] Ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido do seu discurso. (MUSSALIM, 2001, p. 133)

Em decorrência ainda da incorporação do conceito de Formação Discursiva, introduz-se, pois, a noção de interdiscurso para designar o “exterior específico” de uma FD, que irrompe no seu interior. Começa-se, então, a “descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica estratégicas”. É o próprio Pêcheux quem afirma que “[...] a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ele a própria noção de maquinaria discursiva...e talvez também a de formação discursiva” . (PÊCHEUX, 1993b, p. 315).

Mussalim (2001, p. 119), no entanto, chama a atenção para o fato de que, embora “o objeto de análise seja as relações entre as máquinas discursivas”, não se pode deixar de observar, nesta fase, que “o fechamento da maquinaria ainda é conservado”. Em prol dessa afirmação, Mussalim (ibidem ) argumenta que aí “a presença do Outro (outra FD) sempre é concebida a partir da FD em questão”. Acrescenta a autora (ibidem, p. 120):

No que diz respeito aos procedimentos de análise, a AD-2 apresenta muito poucas inovações; o deslocamento efetivo que se dá com relação à AD-1 diz respeito sobretudo ao objeto de análise: discursos menos “estabilizados”, por serem produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas.

Diz Gregolin (2004a, p. 62) a respeito dessa fase:

Na sua autocrítica, Pêcheux (1983) considera que o princípio metodológico adotado na “análise automática” teve como efeito o “primado do Mesmo

sobre o Outro”, isto é, levou a análise à busca das invariâncias, das paráfrases de enunciados sempre repetidos. Essa críticas conduzem à “segunda época”, quando se inicia o movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro, à problematização metodológica.[...]. Pêcheux refina a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando sua teoria dos dois esquecimentos: sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a fonte do dizer, pois este se apresenta como uma evidência.

### III. Terceira fase

Segundo Mussalin (2001), na terceira fase da Análise do Discurso, estabelece-se o “primado teórico do outro sobre o mesmo”, o que propicia que se parta da noção de “máquina discursiva estrutural” para a de “máquinas discursivas paradoxais”. Ou seja, somente nesta fase desconstrói-se de fato a noção de “maquinaria discursiva” como era em AD-1 tomada, uma vez que é o Outro realmente incorporado por uma dada FD, a qual, todavia, mantém sua identidade. Pêcheux (1993b) ressalta ainda que o desenvolvimento de estudos a respeito de encadeamentos intra-discursivos possibilita que se discuta “o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos”, como também o estudo dos “pontos de vista” e dos “lugares enunciativos” no fio intra-discursivo, ou seja, tematizam-se as formas lingüístico-discursivas do discurso do outro.

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, o amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positividades, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. [...] deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no do “debate”. Nesse novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o discurso, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele. (MALDIDIER, 2003, p.16)

No que se refere à forma como é concebido o sujeito nesta 3ª fase, mostra Mussalim (2001, p. 134) que houve alteração:

Na AD-3, por sua vez, a noção de sujeito sofre um deslocamento que inaugura uma nova vertente, bastante atual, de Análise do Discurso. Nesta terceira fase, “a concepção de sujeito é definida de forma menos estruturalista” (POSSENTI, 1994). Compatível com uma noção de discurso marcado radicalmente pela heterogeneidade – afirma-se na AD-3 o primado

do interdiscurso - , tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido.

Ainda em relação à concepção de sujeito adotada pela AD em sua 3ª fase, Possenti (1995, p. 46) mostra como a questão da heterogeneidade marcou seus estudos e as conseqüências disso:

Naquela que se considera por várias razões a terceira época desta Análise do Discurso, fase dominada pela idéia – brilhante, a meu ver – da heterogeneidade, o papel do Outro é considerado crucial. Nesta perspectiva, análises de extremo interesse têm revelado facetas antes insuspeitadas do funcionamento da linguagem, em especial à luz das propostas derivadas dos trabalhos de Bakhtin e de Lacan [...]

Gregolin (2001, p. 4) mostra como, nos anos 80 e 90, as propostas de Pêcheux são influenciadas por outros teóricos:

[...] De Michel Foucault, vem a problematização sobre a ciência histórica, suas descontinuidades, sua dispersão, que resultará na abertura do conceito de formação discursiva, na discussão das relações entre os saberes e os (micro) poderes, na preocupação com a questão da leitura, da interpretação, da memória discursiva. De Bakhtin, vem a idéia da heterogeneidade, do dialogismo, da inscrição da discursividade em um conjunto de traços sócio-históricos, em relação ao qual o sujeito é obrigado a se situar. Dos teóricos da Nova História, como Michel de Certeau, Jacques Le Goff e Pierre Nora, vêm as propostas de análise dos discursos do cotidiano, a reflexão sobre a escrita da história, a emergência das resistências. A Análise do Discurso desloca-se da primazia sobre o discurso político, para encontrar outras formas materiais, outros regimes de materialidade.

Observa-se que Pêcheux aproxima-se, especialmente, em seus trabalhos, de Althusser, Foucault e Bakhtin, enriquecendo com suas idéias as três épocas da AD. Isso não implica, contudo, que tenha se limitado a ser eco destes; muito pelo contrário, reinterpretou-os e nem sempre concordou com seus postulados.

Em suas convergências e divergências, as propostas desses três fundadores de discursividades dialogam com textos teóricos e, desde os anos 60, desestabilizaram certezas sobre a língua, sobre o discurso, sobre o sujeito, sobre o sentido. Eles constituíram a base para que possamos pensar, hoje, nas relações entre a língua e o discurso, na não-evidência dos sentidos, nas articulações da subjetividade com a alteridade, nas determinações ideológicas, no diálogo, na intertextualidade, na interdiscursividade. Construíram a possibilidade de novos olhares para o texto, para os processos discursivos que o sustentam. (GREGOLIN, 2001, p. 30)

Sírio Possenti (apud FARACO, 2001, p. 28-29) faz o seguinte resumo histórico dessas três fases:

Numa primeira fase, entendeu-se o discurso como uma entidade discreta e uniforme; numa segunda, abandona-se essa concepção por força das análises paralelas de Foucault que apontavam para a dispersão de enunciados como característica das formações discursivas. Por fim, uma terceira fase em que, a partir de vários autores, entre os quais Bakhtin, começa-se a perceber mais claramente a existência da multivocalidade como marca característica dos discursos, no sentido de que os enunciados de cada têm um percurso que faz com que carreguem a memória dos outros discursos.

## CAPÍTULO 2

### ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUMAS REFLEXÕES

[...] é que, por mais eficiente que sejam as estratégias de dominação, há sempre um ruído, uma imagem, um riacho, uma tatuagem, um corpo, uma canção, um desejo, uma narrativa, uma trama, um acontecimento capaz de produzir fulgurações, capaz de reverter uma força bruta, restaurar a potencialidade da vida, contaminar, distribuir, liberar, neutralizar ativamente e fazer fugir as forças reativas (MOREIRA, O. **Folhas venenosas do discurso** )

A AD toma o discurso – objeto sócio-histórico que se concretiza por meio da linguagem, a qual manifesta a ideologia – como seu objeto de estudo. É ele entendido como efeito de sentidos entre locutores. O discurso não é apenas um texto, mas um conjunto de relações que se estabelecem nos momentos anteriores e posteriores à produção do texto, sendo também o conjunto dos efeitos que são produzidos após a enunciação desse texto. Para essa teoria, é o discurso histórico - porque obra de um sujeito histórico -, só assim podendo ser entendido em sua plenitude.

Busca-se na materialidade discursiva a história que o sujeito do discurso reflete. Inscreve-se o discurso, na verdade, no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, práticas estas frutos do simbólico. Para a AD, um acontecimento histórico é concebido como um fato empírico que será discursivizado por diferentes posições de sujeito; contudo esse próprio acontecimento já é resultado de uma discursividade. Ou seja, o acontecimento histórico é da ordem da realidade, que resulta, por seu lado, de uma construção discursiva, criada a partir do real.

Afirma Gregolin (1995, p. 13) no que se refere à origem da Análise do Discurso:

Se tomarmos um ponto de vista histórico, perceberemos que o que hoje chamamos de “análise do discurso” tem uma história que chega a dois mil anos, desde os estudos da Retórica grega, e se estende a um presente com ares de *science fiction* na tentativa da linha francesa de empreender uma

“análise automática do discurso”, por meio da informática. Durante esse longo percurso, um conjunto de preocupações comuns tem delineado um domínio bastante amplo dos estudos lingüísticos.

Observa-se, nos estudos a que procedeu a Análise do Discurso, a preocupação com a construção de uma teoria do discurso que não se funde no sujeito. Com a idéia de formação discursiva iniciada por Foucault, que, tal qual Althusser, se opunha à noção de sujeito autônomo, passou o sujeito a ser concebido como uma posição ocupada por um indivíduo em um enunciado. O sujeito, em sua construção simbólica, transitaria entre os contrapontos espaciais sujeitos ao inconsciente e à ideologia e um querer dizer situado, que Althusser descobriu a partir de Freud : “Depois de Freud é que começamos a suspeitar do que dizer, o escutar, e, portanto, o falar (e o calar); e que o ‘querer dizer’ do falar e do escutar revela, sob a inocência do falar e do escutar, a profundidade de uma fala inteiramente diversa, a fala do inconsciente.” (ALTHUSSER, 1979, p. 14). Pêcheux, na verdade, retoma os estudos a que Lacan e Althusser procederam ao afirmar que o sujeito é dividido. Segundo ele, quando diz ‘EU’, o sujeito o faz a partir de um efeito retroativo, o qual resulta de sua interpelação pela ideologia. Pode-se afirmar então que é o sujeito da linguagem descentrado, não sendo a origem do que enuncia, contudo nota-se uma espécie de ‘cegueira’ do sujeito em não reconhecer o funcionamento do inconsciente e da ideologia na linguagem, bem como que todas as palavras já chegam até ele carregadas de sentido, que significam nele e para ele, funcionando, assim, o dito sujeito pelo inconsciente e pela ideologia.

Neste processo, cada sujeito vai encontrando sua identificação e percebendo a sua identidade. A subjetividade se constitui, pois, na interpelação e na inscrição/ identificação do sujeito na Formação Discursiva que o constitui. Observa-se que na constituição da subjetividade acontece, então, um duplo processo engendrado pela inscrição do significante estruturando o inconsciente e constituindo o sujeito: há uma identificação simbólica do sujeito à Formação Discursiva na qual ele se constitui e um assujeitamento ideológico aos sentidos que esta mesma Formação Discursiva, enquanto matriz de sentidos, produz.

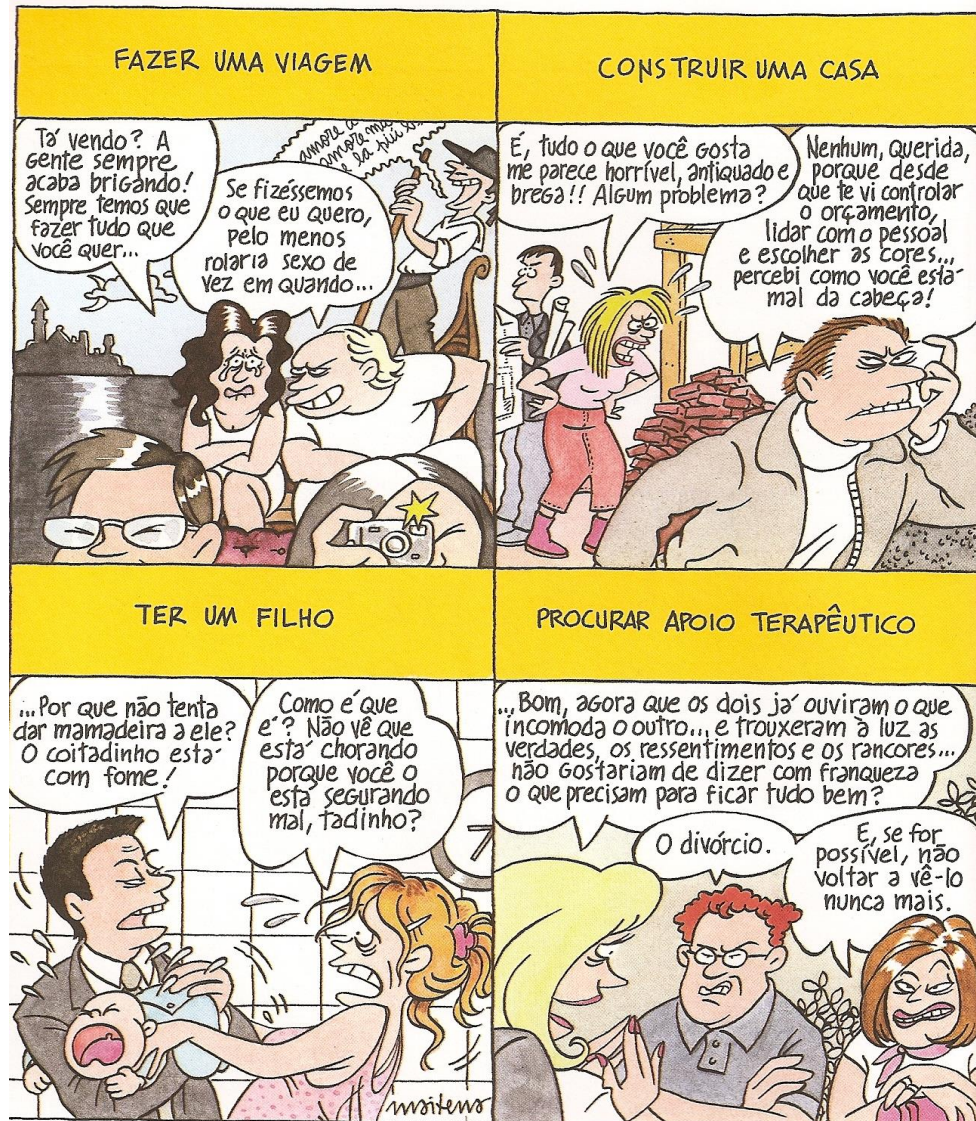
Sendo assim, sob a perspectiva da Análise do Discurso, a representação - da mulher, por exemplo - produz sentido nos discursos em contextos sócio-históricos e ideológicos. O conjunto das relações sociais está organizado discursivamente em contexto social articulado, no qual estão inseridos os fenômenos culturais, naturalizando-se as assimetrias presentes no contexto – como a que ocorre entre os gêneros. Chama-se atenção, contudo, para o fato de



que o processo de formação da identidade não cria em si posição de valor, mas é na articulação destas identidades em dada sociedade que acontece a valorização do UM em relação ao OUTRO. É através da representação, como forma de conhecimento ou de significação produzida em um determinado momento histórico, que, por exemplo, a mulher se representa e é representada como sujeito, bem como é nas sociedades machistas modernas que acontece a valorização do homem associado ao racional em detrimento da mulher, esta ligada à sensibilidade.

As identidades enquadram e convocam o sujeito a assumir uma dada posição de sujeito. Internalizam-se significados e valores, alinham-se sentimentos subjetivos aos lugares sociais que se ocupa no mundo social e cultural. Bakhtin postula que o homem não possui um interior soberano, uma vez que está sempre sobre uma fronteira: olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dele: “[...] não posso tornar-me eu mesmo sem ele; devo encontrar-me nele, encontrando-me em mim.” (BAKHTIN, 1999, p. 287). A identidade é, pois, um movimento de reconhecimento em direção ao outro. Observa-se também que, na construção das identidades, ao afirmar diferenças, necessariamente são estabelecidos critérios de valor. É importante ressaltar ainda que as ideologias determinam o que pode ou não ser dito pelas identidades, que identidades podem ser constituídas, que posições de poder podem por estas serem assumidas em determinada conjuntura.

## Como dar um fim a uma crise conjugal



História 1

(MAITENA, 2004b, p. 58)

Análise: Sabe-se que qualquer descrição de identidade é parcial e reflete dado posicionamento no tecido social. São, pois, as identidades campo de disputa de poder. Discursos de identidade são discursos que procuram um fechamento, uma ilusão de verdade. Os paradigmas discursivizados no cartum pretendem estabelecer o controle do indivíduo, que é apresentado como descritível, ao mesmo tempo em que se procede a um apagamento das características particulares. O indivíduo é engessado pelo resultado de sua descrição, fechada em categorias inflexíveis. Nas formulações presentes no cartum, através de um discurso homogêneo, englobam-se as mulheres em categorias fixas: mulheres são descontroladas emocionalmente;

não sabem lidar com dinheiro; são extremamente protetoras em relação aos filhos; não gostam de ter relações sexuais.

Do movimento das palavras e dos sentidos, resultam, na verdade, as marcas das posições assumidas pelos sujeitos do discurso, as representações que constroem e o lugar que atribuem ao outro. Para Pêcheux, neste processo aconteceria uma espécie de sentimento de pertença a uma determinada formação discursiva, no interior da qual os sentidos circulam, “verdades” se estabelecem. O indivíduo (não sujeito) seria, então, interpelado/constituído em sujeito pela ideologia, sujeito este construído nos interdiscursos. Se a ideologia se materializa no discurso, são os discursos já ditos que interpelam o indivíduo enquanto sujeito. Quando se fala em indivíduo, desconsidera-se a história, colocando-o na origem do que enuncia. Para a AD, todos, ao nascerem, entram no processo discursivo já existente; conseqüentemente nunca se será origem dos discursos, não se podendo assim ser tratado como indivíduo.

Ou seja, a interpretação faz com que todo indivíduo seja sempre já sujeito. Observa-se que o que ocorre é que, embora o sujeito tenha a ilusão de ser origem do discurso, somente retoma ele sentidos pré-existentes, já que, para que algo signifique, é necessário que faça sentido. Ao produzir enunciado, o sujeito posiciona-se em relação a já-ditos outros que, pela via da história, teriam continuidade semântica. Há, pois, um já-dito o qual sustenta a possibilidade mesma do dizer, há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo. O sujeito na verdade constitui-se no discurso em uma relação intra e interdiscursiva, dialógica. O pré-construído é aquilo que já está dito, disponível, selecionável, e de que o sujeito se apropria; a articulação engata o sujeito no sentido.

Observa-se, portanto, que são muitos os poderes da palavra. Ela estabelece relações sociais e a variedade destas relações cria papéis comunicativos que são mantidos a partir do lugar do qual fala o sujeito, lugares estes que instauram relações de força e refletem a hierarquia da sociedade. Ao sustentar a hierarquização da sociedade através do poder dos diferentes lugares, a palavra estabelece normas a respeito de, por exemplo, com quem se pode/deve falar, para que se pode / deve falar, por que se deve / pode falar.

Opera a AD com alguns conceitos fundamentais, entre os quais estão os de interação social (língua é trabalho social), funcionamento discursivo, tipologia do discurso e condições de produção

## 2.1 O Texto e o Discurso

Antes de mais nada, é interessante ressaltar, em relação ao termo “discurso”, que distintas linhas teóricas já o tomaram nas mais diversas acepções: seja como amostra ampliada de diálogo falado (em oposição a textos escritos); seja como amostra ampliada de linguagem falada ou escrita (texto é tido como o produto de produção textual); seja no que se refere aos distintos tipos de linguagem utilizados nas mais diversas situações.

Charaudeau (1999, p. 28), em relação às definições já dadas ao termo discurso pelos lingüistas, afirma:

[...] Maingueneau (1976) reportou seis (além de outra que ele não enumerou em 1976), entre as quais mencionarei as seguintes: a de Benveniste, que opõe “Discurso a História”; a de Harris, que designa pelo termo discurso uma nova unidade dita “transfrástica”; a de Ducrot, que relaciona esta noção a seu “componente teórico” e a uma situação de enunciação particular; a da escola denominada francesa, que opõe discurso a enunciado e relaciona a noção de discurso às “condições de produção” de um texto; sem contar Foucault, Kristeva e Derrida, que fazem do termo discurso um uso que Maingueneau qualifica de “paralingüístico”, na medida em que ele se junta a uma reflexão que integra várias disciplinas como a História, a Filosofia, a Semiologia e mesmo a Psicanálise.

Segundo Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 19), o discurso pode ser tomado sob duas perspectivas básicas: por um lado, há aqueles que vêem no discurso um momento do uso lingüístico. Para estes, mais importante é o substrato lingüístico; por outro, existem os que tomam o uso lingüístico como um momento do discurso. Estes valorizam o discurso propriamente dito.

Na Lingüística Estrutural, por exemplo, o discurso tem sido tomado ou como sinônimo de fala, ou como unidade lingüística superior à frase, ou ainda como sinônimo de texto. Já Benveniste, embora estruturalista, associa discurso à idéia de interlocução: “Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias do discurso” (BENVENISTE, 1988, p. 281). Para ele, o discurso ocorre, pois, no processo de apropriação da linguagem. Benveniste contrapõe ainda o termo discurso ao termo narrativa.

[...] a narrativa representa o grau zero da enunciação: tudo se passa como se não houvesse nenhum falante; os acontecimentos parecem ser contados por si próprios; o discurso caracteriza-se, pelo contrário, por uma enunciação que supõe um locutor e um ouvinte, e pela vontade, no falante, de influenciar seu interlocutor(...) (CRYSTAL, 1988, p. 193)

Para Foucault, cujas idéias sobre o discurso vão servir de base para formulações de conceitos centrais para a AD, o discurso vem a ser um conjunto de enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva. Existiriam, assim, condições para que um discurso pudesse aflorar, uma vez que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 1996, p. 51). São as formações discursivas, portanto, que determinariam o que deve e pode ser dito, além de como deve ser dito, o que termina por inscrever o discurso numa ordem determinada pela conjuntura sócio-histórica. O sujeito, na verdade, apenas diz o que diz, porque lhe são dadas as condições necessárias para produzir o seu discurso, o qual deriva de discursos variados, já existentes e cristalizados na sociedade.

O discurso é visto como prática, como lugar de emergência de conceitos e de constituição de sujeitos. Foucault toma-o na sua teoria em relação aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social. Concebe-o como dispersão, tendo primazia sobre o lingüístico. Para ele, o discurso vem a ser um conjunto de enunciados que abriga princípios de regularidade de uma mesma formação discursiva.

De acordo com Foucault ainda, ele – o discurso - se manifesta nos modos particulares de “uso das linguagem” e de “outras formas simbólicas”. Não se limita a apenas refletir as entidades e relações sociais, mas as constrói e constitui. É ele ainda que posiciona as pessoas como sujeitos sociais. (FAIRCLOUGH, 2001 , p. 22). O discurso vem a ser, na verdade, condição de existência da própria língua, o “lugar” intermediário entre a língua e a história, palco de investimentos históricos, sociais, psíquicos , ideológicos, através de sujeitos interagindo em situações concretas. Quanto às relações discursivas, são elas que caracterizam o discurso enquanto prática.

Fiorin (1999, p. 177) discute a necessidade de, na análise, considerar-se o discurso como objeto lingüístico (sua materialidade) e como objeto histórico:

[...] o discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção de sentido e pela estruturação do discurso nem

sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos..

Para a Análise do Discurso, discurso refere-se à estrutura abstrata subjacente ao texto, que, por sua vez, é entendido como realização concreta. O texto é visto por esta teoria como manifestação verbal do discurso, uma vez que discursos são lidos e ouvidos sob a forma de textos. Vem a ser este, pois, bem mais que um amontoado de palavras, uma vez que é espaço necessário para a articulação do discurso. De acordo Orlandi (1998, p. 35), a AD está “interessada no texto não como ponto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso”. É preciso ir além da interpretação dos sentidos do texto; é necessário entender como o discurso funciona: que lógica o movimenta; por que certos elementos são repetidos – ou silenciados; onde o discurso tem lugar; que posições de sujeito são ocupadas, etc.

Sendo assim, a AD ultrapassa os limites do texto, uma vez que leva em conta os fenômenos sócio-histórico-ideológicos relevantes para a construção dos sentidos, ou seja, trabalha com o discurso, o qual é concebido como lugar de atividade de sujeitos, produto de suas relações com o mundo, estando imersas estas em um contexto histórico e ideológico, a partir do qual se constituem. Sendo o enunciado produzido em determinadas condições histórico-ideológicas, relaciona-se às coerções das formações discursivas em que se inscreve. A materialidade da língua vem, então, a ser o real com que o sujeito se depara. A história, trazendo nela inscrito o interdiscurso, abre espaço para diferentes possibilidades de relação com os sentidos, situando-se neste espaço a possibilidade de rupturas.

Se, contudo, um texto é um exemplar de discurso, a recíproca não é verdadeira: o discurso é uma dispersão de textos. Um discurso vem a ser, na verdade, constituído de uma pluralidade de textos, ao mesmo tempo em que um texto é atravessado por vários discursos. O discurso pode, então, ser conceituado como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 1984, p.5). O texto é, pois, concebido como a materialidade lingüística através da qual se pode chegar ao discurso.

Enquanto o discurso é materialização das formas ideológicas, as quais o determinam - uma seqüência lingüística pode ser definida como discurso apenas em relação às condições de produção, concebidas como relações de força e de sentido em que a seqüência é produzida (PÊCHEUX, 1993) - ; o texto é lugar em que se organizam os elementos de expressão e em que se materializa o discurso.

Pêcheux deixa claro também que um discurso não deve ser tomado como texto, sendo este visto como veículo de manifestação daquele:

Faremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que é *impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* [...] (PÊCHEUX, 1993, p. 78-9)

No texto, o falante organiza, assim, sua maneira de veicular o discurso; fato que dá a impressão de liberdade discursiva. É preciso salientar que formas de dizer o discurso são apreendidas e estão de acordo com as tradições culturais de uma sociedade.

Concebe, ainda, a AD a unidade do texto como um efeito discursivo, que deriva do princípio do autor, o qual, por sua vez, funciona como uma das ordens reguladoras do discurso. Não é o autor encarado, pois, pela AD como o indivíduo que fala (ou escreve), mas sim como princípio de agrupamento do discurso, como unidade, origem, de suas significações.

A definição de Coracini (1991, p. 337) de discurso como “processo em que o lingüístico e o social se articulam, objeto ao mesmo tempo social e histórico onde se confrontam sujeito e sistema” contempla a materialidade discursiva do mesmo, vinculada às suas condições de produção, e parte da noção de um sujeito heterogêneo, múltiplo, determinado pela ideologia.

Pode-se dizer que o discurso é afetado por três esferas: a sistematicidade lingüística (com sua ordem própria e estabilidade); a compreensão (nível enunciativo) que o falante tem do que seja sua língua e de como deve usá-la adequadamente; as interpretações (nível discursivo) em



suas diferentes instâncias, que fazem da ordem da língua espaços de ambigüidades, equívocos, deslizamentos. Afirma Ferreira (2000, p. 24) :

[...] os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os ‘furos’ e as ‘faltas’ que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da incompletude da linguagem, onde tudo e tanto acontece [...]

Em relação à língua, um aspecto que ainda merece relevância é o fato de ser esta uma estrutura (sistema) que passa a funcionar na ordem do discurso como um trabalho simbólico de estruturação, mas que “a ordem significativa é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade” (ORLANDI, 1998, p.48). Não são esses processos contingentes ao discurso, mas dele constitutivos. Estaria, pois, o mal-entendido no interior do processo de constituição discursiva.

Não se trata a língua para a AD, pois, de um código a ser decifrado, mas sim é ela tomada como materialização do discurso, onde a linguagem funciona pondo em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tendo esta última seu real afetado pelo simbólico. Seria o real inatingível, posto que o sujeito é constituído simbolicamente, sendo suas relações mediadas simbolicamente. Tratam-se as marcas lingüísticas de pistas a serem investigadas pelo analista do discurso. Se é através da língua que se tem acesso ao discurso e, sendo assim, ao sujeito, então é fundamental que as análises em relação às formas de percepção da mulher por ela mesma e pela sociedade tomem como base a materialidade lingüística.

Sírio Possenti (2001) afirma que a língua e o discurso são realidades constitutivas, uma vez que o locutor procede a uma atividade com a língua e sobre a língua, o que o caracterizaria como sujeito do discurso. Concebe ele, pois, a língua não só como trabalho de uma coletividade, mas também como uma atividade individual de um locutor.

[...] os falantes sabem avaliar o valor dos recursos expressivos alternativos que uma língua lhes coloca disposição. É em sua escolha que eles se individualizam num discurso irrepitível e único, interpretável segundo parâmetros que levam em conta regras semânticas, sim, mas também os valores atribuídos às formas mesmas, em sua materialidade. (POSSENTI, 2001, p.64)



Bordieu, em seu trabalhos - *A economia das trocas lingüísticas* (1992) e *Ce que parler veut dire: l'économie de changes linguistiques* (1996) - analisa as relações sociais implícitas na produção / recepção de um discurso: segundo ele, a própria escolha da estrutura de que se valerá o usuário da língua no seu discurso revelará o grau de competência lingüística dele em relação aos demais usuários. O código legitimamente empregado pode ser um capital válido. Apresenta uma visão social da produção, do consumo e da distribuição dos textos.

Pêcheux, ao discutir o termo “discurso” – “tal como funciona na teoria do discurso” -, ressalta que é imprescindível que não se tome esse conceito como equivalente à fala, já que, caso assim se proceda, terá de ser visto em oposição à língua (sistema) o que implicará veicular a ele a idéia de “liberdade subjetiva”; bem como que também não se deve vê-lo como mero “suplemento social do enunciado” :

[...] em relação ao termo “discurso”, tal como funciona na expressão “teoria do discurso”, há dois equívocos complementares a serem evitados: o primeiro consiste em confundir discurso e fala (no sentido saussuriano): o discurso seria então a realização em atos verbais da liberdade subjetiva que “escapa ao sistema” (da língua). Contra esta interpretação, reafirmamos que a teoria do discurso e os procedimentos que ele engaja não poderiam se identificar com uma “lingüística da fala” . O segundo equívoco se opõe ao primeiro porque distorce no outro sentido a significação do termo discurso, enxergando aí um suplemento social do enunciado, logo um elemento particular do sistema da língua, que a “lingüística clássica” teria negligenciado. Nesta perspectiva, o nível do discurso se integraria à língua, por exemplo, sob a forma de uma competência de tipo particular, cujas propriedades variariam em função da posição social [...] segundo a qual “patrões e empregados não falam a mesma língua”. (PÊCHEUX & FUCHS, 1993a, p. 178-9)

Para a AD, o discurso é resultado de processo em que entram as formações imaginárias, o lugar social, a intenção dos interlocutores, bem como os mecanismos de ordem lingüística e normas sociais. Sendo assim, há, portanto, todo um conjunto de determinações sociais, políticas e econômicas que atuam sobre a produção intelectual (formações ideológicas) e se concretizam sob a forma de discurso. Como a unidade material do discurso é constituída pela relação da língua com a história, o discurso seria tecido por fios ideológicos (BAKHTIN, 2002) que definiriam diferenças (ou semelhanças) entre formações discursivas, nas quais se ancoram os discursos.

Afirma Gregolin (2004a, p. 36) em relação ao discurso:

O jogo das relações humanas, nas sociedades, é um jogo entre discursos que seguem regras próprias às práticas discursivas de uma época; por isso, o discurso não é o lugar abstrato de encontro entre uma realidade e uma língua, mas um espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos.

Possenti (2002, p. 18) discute a concepção de discurso adotada pela AD:

O meu objetivo é tentar mostrar que a noção de discurso nem se opõe à de gramática, nem é desta um mero complemento. O discurso é entendido, aqui, como um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia - que se materializa (...). Ou seja, o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas. Frequentemente, se não sempre, esta investitura dos recursos de expressão não é clara para o locutor ou para o ouvinte / leitor – quer dizer, os locutores podem não ter acesso consciente às manobras que executam e aos efeitos que assim (se) produzem.

Em suma, na AD, o termo discurso é tomado como instância da linguagem capaz de articular os fenômenos lingüísticos e ideológicos, ou seja, está veiculado às condições sócio-históricas de produção do enunciado: uma vez que é reflexo da realidade social, o discurso realizado por um sujeito que faz parte de uma realidade de uma sociedade dividida em classes terá forçosamente que se inserir nessa problemática, ainda que o sujeito não tenha plena consciência da posição que ocupa. O contexto social e histórico, os interlocutores e as imagens sociais desses, enfim, as condições sociais em que foi produzido, o constituem (rompe-se com os limites entre lingüístico / extra-lingüístico, uma vez que o exterior constitui o discurso, é interno a este). Ou seja, é o discurso concebido como um objeto lingüístico e histórico.

## O filho, sua mãe e a surra, década a década



História 2

( MAITENA, 2003a, p. 61)

Análise: Para a AD, as condições de produção em que ocorrem os atos da linguagem mostram-se de fundamental importância, pois explicam a ocorrência de determinados discursos, sendo, portanto, fundamental estabelecer de que contextos brotaram aqueles. Rede de formulações presentes no cartum indica que a relação mãe, filho e punição é ressignificada ao longo das décadas: o que possibilita esse movimento é o fato de serem os sujeitos e os sentidos simbólicos e históricos. A realidade proposta no cartum nada mais é, portanto, do que uma apreensão do real a partir do imaginário, com a reprodução dos fatos sempre a partir de uma posição e de contextos históricos e ideológicos dados. As imagens sociais que os interlocutores fazem de si mostram-se bastante relevantes nas ocorrências ora analisadas

Analisando a questão das formações imaginárias, é possível determinar aí como os sujeitos mãe e filho se representam e se assumem, bem como percebem o castigo nas distintas épocas..

## **2. 2 Heterogeneidade no discurso**

É impossível falar em discurso sem mencionar Bakhtin, para quem a linguagem “abandona” o caráter monológico para assumir o caráter dialógico, nas interações verbais. Constitui-se, pois, a verdadeira substância da língua na interação verbal. Bakhtin concebia a linguagem como uma prática social cotidiana a envolver as experiências de relacionamentos entre sujeitos, as quais seriam parte integrante do sentido. Para ele, a realidade material da linguagem seria a língua, constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, a qual seria sua verdadeira substância. Em seus estudos, situou o autor a língua e os indivíduos que dela se valem em um contexto sócio-histórico. A língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam. A linguagem é lugar de confrontos ideológicos, sendo a palavra o fenômeno ideológico por excelência, uma vez que leva consigo uma carga de valores culturais que traduzem as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se palco de conflitos. Assim, todo discurso é dialógico, ou seja, constitutivamente heterogêneo, já que é condição de existência de qualquer discurso ser uma resposta a outros discursos.

O enunciado sempre tem um destinatário [...] de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsiva. Este destinatário é o segundo [...] Porém afora esse destinatário [...], o autor do enunciado, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um superdestinatário superior (o terceiro), cuja compreensão responsiva absolutamente exata é pressuposta seja num espaço metafísico, seja num tempo histórico afastado [...]. Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsiva idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (BAKHTIN, 2002, p. 54)

Barros (2001, p. 32) resume assim a questão do dialogismo em Bakhtin:

Bakhtin considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Insiste no fato de que o discurso não é individual, nas duas acepções de dialogismo mencionadas: não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez,

são seres sociais; não é individual porque se constrói como um “diálogo entre discursos”, ou seja, porque mantém relações com outros discursos.

Não se pode esquecer, contudo, que esse diálogo remete a formações ideológicas, que produzem o *outro* que atravessa o *um* e o constitui, subordinando o sujeito e subordinando o discurso. É o discurso produzido em um determinado momento histórico social e tecido por “milhares de fios ideológicos” (BAKHTIN, 1990, p. 86). Ele – o discurso – é materialização das formações ideológicas, e, assim, espaço por excelência em que a palavra cumpre sua função, manifestando-se como produto das relações e das forças sociais (BAKHTIN, 2002, p. 66). Não é, assim, a percepção de mundo de cada sujeito – discursivizada em textos – individual, mas social. É o discurso, pois, tomado como interação verbal, como enunciação, mas sempre em relação dialógica, quer seja no âmbito da interação entre indivíduos, quer seja em relação a discursos outros.

[...] Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado. (BAKHTIN, 1990, p. 53)

O discurso é tecido, pois, a partir do outro, o qual é um “exterior constitutivo”, o “já-dito” a partir do qual o discurso se constitui. Todos os discursos são, desta forma, “atravessados”, “ocupados”, “habitados” pelo discurso do outro. (AUTHIER, 1990, p. 25-27). Sob toda palavra, existiriam outras palavras. A palavra do outro seria, então, condição de constituição de qualquer discurso.

Tomando como ponto de partida o pensamento bakhtiniano, Maingueneau (1997) alegou a existência de uma memória não psicológica e presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história, que seria constituída de seqüências que se repetem, recusam e transformam outras seqüências, com elas estabelecendo uma relação polêmica. Na verdade, os efeitos de sentido teriam aí sua origem, assim constituindo-se na relação histórica entre discursos. A AD toma, pois, o texto como uma teia em que se cruzam textos e discursos outros, adotando como objetivo determinar os sentidos de sua heterogeneidade.

Ao se produzirem discursos, não se é fonte deles, mas sim intermediários que dialogam e polemizam com outros discursos presentes em determinada sociedade e cultura. Bakhtin acrescenta que, em virtude disto, o processo compreensivo de um enunciado é prehe de

respostas. Ele negava a homogeneidade dos discursos, uma vez que o tecido da memória discursiva é historicamente heterogêneo. Sendo o sujeito interpelado por diferentes interdiscursos, que serão muito diferentes e, muitas vezes, até conflitantes, várias vozes surgirão no mesmo discurso.

Fairclough (2001), tomando como referência os trabalhos de Kristeva, afirma que os textos nos quais os discursos se deixam entrever e as outras vozes sociais se fazem presentes na superfície textual, situar-se-iam na dimensão horizontal da intertextualidade (intertextualidade manifestada). Ao passo que os textos nos quais o discurso do outro não está explicitado na superfície textual, ainda que se relacione com outros textos e com estes estabeleça elos na “cadeia dialógica das relações sócio-históricas”, encontrar-se-iam na dimensão vertical da intertextualidade (intertextualidade constitutiva / interdiscursividade). Um texto teria, então, o poder de assimilar, contradizer, de ecoar ironicamente e, sobretudo, de manifestar fragmentos de outros textos como propriedade exclusiva.



História 3

(MAITENA, 2005, p. 81)

Análise: Encontram-se marcas dos contos de fadas no texto em questão: o dizer do cartum faz sentido através da relação intrínseca entre o já-dito (estória de contos de fadas) e o que está sendo dito na materialidade verbal e não verbal. Aquele é retomado através do próprio enredo: o sapo, ao ser beijado, se transforma em príncipe. Segundo Gregolin (1991), a intertextualidade vem exatamente a munir o leitor de coordenadas históricas e sociais para a interpretação. Sendo assim, o sentido é construído num movimento de produção e reconhecimento. Assinala-se, contudo, a presença de outras vozes inscritas em sua superficialidade ('...mas precisa de alguma segurança...'; 'É solteiro'). O texto primeiro não é, portanto, recuperado com o único objetivo de reproduzir os sentidos nele instaurados, mas sim visa-se à instauração de novos sentidos, que é o que vem a dar o toque humorístico ao cartum. Retira-se o lado romântico (no conto, a mulher beija o sapo pensando no bem dele, por amor, não ligando para a sua aparência física) e reforça-se a idéia de que a mulher é capaz de fazer 'tudo' para arranjar ('fisgar') um marido, que ainda representa garantia de estabilidade.

De suma importância para a AD, no que se refere à importância do Ouro no discurso, são os trabalhos de Authier-Revuz sobre heterogeneidade.

Todo discurso se revela constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual falamos), mas uma condição (constitutiva, pela qual falamos) do discurso de um sujeito que fala, que, por sua vez, não é a fonte primeira do discurso. (AUTHIER, 1982, p. 60)

Orlandi (1998, p. 7) situa o trabalho desenvolvido por Authier na Análise do Discurso, mostrando como aquele vem reforçar o que esta postula:

Referindo agora a questão discursiva tal como a concebo, penso que uma contribuição importante do trabalho dessa autora se situa na região do que M. Pêcheux (1975) chama de esquecimento número dois, que é o domínio da enunciação: esquecimento que produz a impressão da realidade do pensamento, impressão de que o que dizemos só pode ser assim. Ilusão que nos faz pensar uma relação termo a termo entre pensamento / linguagem / mundo – sem equívoco, sem falha, sem espaços de indistinação -, o que ganha um relevo especial na proposta de Jaqueline Authier que trata de nos mostrar – ao contrário das evidências – as não coincidências do dizer. [...] Seu trabalho confirma, por outro lado, a necessidade da noção de discurso para se falar de sujeito. Isso, a meu ver, atesta mais uma vez o fato de que inconsciente e ideologia se materializam na língua, já que não há discurso sem sujeito (nem sujeito sem ideologia)

Authier (1982) trabalha a noção de heterogeneidade sob a perspectiva da psicanálise e a nível enunciativo. O seu trabalho nasceu da articulação entre as abordagens de Bakhtin, Benveniste, Pêcheux e Lacan: toma ela como referencial principalmente o dialogismo do círculo de Bakhtin - dimensão ideológica - e a psicanálise, a partir da leitura de Freud por Lacan – marcas do inconsciente na enunciação.

É nessa perspectiva lingüística que eu procuro apoio e ancoragem de duas abordagens não lingüísticas de heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso: o dialogismo do círculo de Bakhtine e a Psicanálise ( através da leitura – marcada por Lacan – de Freud ). Os trabalhos de Bakhtine estão fundamentalmente inscritos no campo semiótico e literário; tem a Psicanálise como objeto o inconsciente. A linguagem, a língua, o discurso, o sujeito que fala não são – ou para Bakhtine: são apenas parcialmente – seus objetos, mas uma documentação, essencial ao embargo de seus próprios objetos. Sem aí se perder ou se diluir, permanecendo sobre seu terreno, me parece que a Lingüística deve levar em consideração, efetivamente, os pontos de vista exteriores e os deslocamentos que eles operam no seu próprio campo. (ibidem, p. 55)

Authier resume assim os pontos de vistas do Círculo de Bakhtin e da Psicanálise frente à questão da heterogeneidade:



O dialogismo do Círculo de Bakhtine faz da interação do outro a lei constitutiva de todo discurso. Duas modalidades de interação, as quais nos remetemos como interdiscursividade e interlocução, inscrevem constitutivamente no discurso a presença das “palavras do outro”:

A língua só se realiza atravessada pelas variedades de discurso que se relativizam, umas e outras, no jogo inevitável de fronteiras e de interferências;

Nenhuma palavra vem neutra “do dicionário”; elas são todas habitadas pelo discurso no qual viveram “suas vidas de palavras”, e o discurso se constitui, portanto, como um caminho dialógico feito de acordo, rejeitado, conflituoso, comprometido...através do meio de outros discursos

O outro ponto de vista é aquele da psicanálise (tal como ela se manifesta em particular na interpretação lacaniana de Freud) que, através da sua própria prática e da sua própria problemática, não lingüística, esclarece como lei de toda fala – e não de uma fala analítica – o fato de que sempre sob nossas palavras “outras palavras” se dizem; que, por trás da linearidade da “emissão de uma só voz”, faz-se entender uma “polifonia” e que “todo discurso revela se alinhar sobre as várias pautas de uma partitura; que o discurso é constitutivamente atravessado pelo “discurso do outro” (AUTHIER, 1982, p. 86).

Em relação aos postulados da psicanálise, Authier destaca outro aspecto que considera de grande relevância: a questão da “descentralização do sujeito”:

Para um sujeito dividido, “lascado”, (e não mais desdobrado) não há centro, de onde emanaria em particular o sentido da fala, fora da ilusão e do fantasma; mas que manter essa ilusão de um centro é a função, necessária e normal, do eu, do sujeito.

Para um sujeito que, fundamentalmente, é um ‘feito de linguagem’, não existe fora da ilusão – aqui necessária e normal – posição de exterioridade em relação à linguagem, de onde o sujeito que fala poderia tomar distância. (ibidem, p. 86)

Em seus trabalhos, Authier concebe a língua como lugar de exposição e constituição de identidades e de sujeitos. Estabelece, então, que a heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada: enquanto aquela não se mostra no fio do discurso, uma vez que o discurso não ‘revela’ a alteridade na sua manifestação (não está na superfície, mas no interdiscurso); esta constitui-se a partir da inscrição do outro na cadeia discursiva, modificando sua aparente unicidade. A primeira corresponde aos processos reais de constituição do discurso, a suas condições reais de existência; é o Outro do discurso, relatado ao inconsciente, ao interdiscurso. A segunda corresponde aos processos de representação no discurso; um se delimita na pluralidade dos outros. Nesta última, a alteridade pode ser marcada (uso de marcas lingüísticas, como discurso direto e indireto, aspas, negação, etc, denunciam a presença do outro ) e não marcada ( a presença não é explicitamente revelada: uso do discurso

indireto livre, imitação, etc). Neste processo, reconstrói-se a imagem do sujeito, o que vem a anular o descentramento real. (AUTHIER, 1990, p. 25-37).

Afirma Authier (1990, p.32) em relação aos dois tipos de heterogeneidade:

[...] representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais de representação, num discurso, de sua constituição.[...] A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente -, se opõe a representação, no discurso, das diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o um – sujeito, discurso – se delimita na pluralidade dos outros e ao mesmo tempo afirma a figura de um enunciador exterior ao seu discurso.

Percebe-se, então, que a heterogeneidade constitutiva – que é condição de existência de todo e qualquer discurso – dá-se a partir da memória discursiva de uma dada formação social, através da apreensão dos diferentes discursos que circulam em uma determinada formação social, sobre dada realidade.

Ainda de acordo com Authier (1982, p. 49), trata-se a heterogeneidade mostrada de “manifestação de diversos tipos de ‘negociações’ do sujeito que fala com o que se chama heterogeneidade constitutiva”

Fiorin (1999, p. 236) discute a forma como a “inter-incompreensão” é constitutiva da relação com o Outro:

A heterogeneidade constitutiva funda o que Maingueneau vai chamar de inter-incompreensão generalizada, dado que ‘o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica de um discurso como um processo de inter-incompreensão regrada’ (MAINGUENEAU, 1984). Os enunciados do Outro são traduzidos na categoria do Mesmo, o que significa que o conflito é condição da constituição discursiva e que a rede de inter-incompreensão faz parte de sua identidade. Assim ler as categorias do Outro como categorias negativas do Um não pode ser atribuído à má fé, mas ao modo de constituição das formações discursivas.

Fiorin (ibidem., p. 232) chama atenção para a forma visceral como o Outro está sempre presente no Um:

Todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com o Outro, o que quer dizer que rejeita um enunciado, atestado ou virtual, de seu Outro no espaço discursivo. Todo discurso tem um direito e um avesso e essas duas faces são indissociáveis (MAINGUENEAU, 1984). Esse Outro não é um ‘fragmento localizável’, nem uma “citação”, nem uma “entidade exterior”, nem é necessariamente marcado no fio discursivo. (FIORIN, 1999, p. 232)

No espaço discursivo, pois, não se trata o Outro de um fragmento localizável, uma citação, tampouco de uma entidade exterior, não sendo necessário que seja localizável. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio.

Possenti (1995) ressalta, porém, que postular a existência do discurso do Outro no Um não implica “eliminar o eu”: é possível observar o “trabalho do eu”, a “subjetividade” até em “textos construídos a partir de modelos muito estereotipados ou de textos muito conhecidos”

Mesmo uma análise superficial de textos nos quais a ocorrência de expressões como “discurso do outro” e semelhantes sugere que o discurso a que pertencem não quer eliminar o eu. Pelo contrário, tal análise revelaria como evidente sua presença e papel. Apenas tais textos insistem na existência e relevância também do outro. (ibidem., p.46)

### **2.3 Enunciado / enunciação**

Na AD, o enunciado é tomado como materialidade repetível, unidade elementar do discurso. Seria um acontecimento único, mas aberto à transformação, estando ligado não somente a situações que o provocam e a conseqüências por ele ocasionadas, mas também a tantos outros enunciados que o precedem e o seguem: todo enunciado pressupõe outro, já que faz parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros. O seu sentido é dado na/pela relação com a formação discursiva a que pertence. O sujeito do enunciado é lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos.

[...] todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado ( o objeto) reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela constrói coincida com as representações do enunciador [...]. O que se quer dizer é que, fora de um contexto, (e sem a ação de um sujeito que interpreta o objeto) não podemos falar realmente de sentido de um enunciado (MAINGUENEAU, 2001, p. 20)

Cardoso (1999, p. 190-1) mostra como é o enunciado concebido pela Análise do Discurso:

1. [...] Para a AD, o enunciado se insere num ponto de articulação entre um pré-construído, do domínio da memória (memória presumida pelo enunciado, enquanto inscrito na história), e o horizontal, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciativo é produzido como se interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe.
2. [...] Para a AD, as relações do enunciado não se reduzem à linearidade do discurso. Ele também faz parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros e pressupondo os outros. Essa série ou conjunto, que não se confunde com o intradiscurso ou o fio do discurso de um sujeito, pertence ao interdiscurso, ou o “todo complexo com dominante das formações discursivas”, que fornece a “matéria-prima” ao discurso do sujeito. Ao domínio da memória desse interdiscurso se associa o domínio da atualidade (Courtine, 1981), aquele das seqüências que, em torno de um acontecimento, se refutam, se apóiam, etc., em uma conjuntura definida.
3. [...] Para a AD, o enunciado suporta enunciações distintas, realizadas por uma mesma pessoa ou por pessoas diferentes. Uma mesma frase pronunciada por duas pessoas diferentes pode constituir um mesmo enunciado. [...] O enunciado tem existência material e pode ser repetido, apesar de sua materialidade, sendo, pois, caracterizado por uma materialidade repetível. O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, entra em redes, se coloca em campos de atualização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga.

Já a enunciação consistiria no singular. Eminentemente social, enuncia-se sempre para alguém, de um lugar determinado ou de uma determinada posição sócio-histórica, valendo dizer que o **tu** também ocupa uma determinada posição. Protagonistas do discurso não devem ser considerados apenas como empíricos, mas também como representação de lugares determinados na estrutura social. As relações entre estes lugares encontram-se representadas, no discurso, por uma série de formações imaginárias, as quais designam lugares que interlocutores atribuem a si e ao outro, ou seja, imagens que sujeitos fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro, bem como imagem que fazem do referente, do objeto do discurso.

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo (...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um de si ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma

situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar. O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias [...](PÊCHEUX, 1993, p.82-3)

Coerções delimitam, assim, o exercício da função enunciativa, determinando o que pode e deve ser dito e legitimando não só a enunciação como também o corpo de enunciadores, ou seja, dando-lhe o poder de dizer. Isso nos remete à questão da autoridade relacionada à enunciação. Um discurso, na verdade, só é autorizado e, conseqüentemente, eficaz, se for reconhecido como tal. (BORDIEU, 1998). De acordo com Maingueneau (1997), a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre diversos discursos convenientemente escolhidos. Esse “convenientemente escolhido” está ligado ao que “pode e deve ser dito”, de acordo com os papéis desempenhados pelos sujeitos no processo discursivo.

Pêcheux (1993a, p. 175) declara em relação à enunciação:

[...] Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por características colocar o “dito” e em conseqüência rejeitar o ‘não-dito’. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse” [...].



História 4

(MAITENA, 2006b, p. 32)

Análise: Segundo a AD, aquele que fala o faz a partir de dado lugar, que regula e autoriza – ou não – o seu dizer. Nas formulações materializadas no quadro 3 do cartum, o não verbal é responsável por investir de autoridade (indícios na roupa e acessórios de que se utiliza caracterizam personagem como médico) o responsável pelo dito. Estaria o poder argumentativo principal não o que se diz, mas em quem o diz. Observa-se, pois, claramente aí um dos fatores constitutivos das condições de produção que é a relação de forças, de acordo com a qual o lugar a partir de que o sujeito fala vem a ser constitutivo do seu dizer. Ainda em relação ao cartum, percebe-se que o uso do diminutivo em todos os seis quadros vincula aos termos (instantezinho, graninha, fibromazinho, favorzinho, beijinho, pouquinho) a idéia de ser algo insignificante, consistindo este recurso, na verdade, em uma estratégia argumentativa, uma vez que não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual as implicâncias destes ditos são bem maiores.

## 2.4 Condições de produção

O conceito de condições de produção mostra-se por demais produtivo na AD, uma vez que traz para a análise do sentido dos enunciados a forma como a História se inscreve na língua e a faz significar. A AD situa o seu objeto – o discurso – no campo das relações entre o lingüístico e o histórico-ideológico, procurando, no interior desse campo, as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção dos sentidos : enquanto objeto, o discurso vai, portanto, considerar o funcionamento lingüístico (ordem interna) e as condições de produção em que se realiza (ordem externa), o que caracteriza o traço singular de sua materialidade, que é, ao mesmo tempo, lingüística e histórica.

A AD é uma espécie de anti-disciplina, uma des-disciplina (...) trabalha, pois, no entremeio fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Levando a sua crítica até o limite de mostrar que o recorte de constituição dessas disciplinas que constituem essa separação necessária e se constituem nela é o recorte que nega a existência desse outro objeto, o discurso, e que coloca como base a noção mesma de materialidade seja lingüística seja histórica, fazendo aparecer uma nova noção de ideologia (ORLANDI, 1998, p. 76. )

Voese (apud MACHADO, 1998, p. 80) discute os procedimentos a que se deve proceder ao tomar como embasamento teórico a AD. Nesses, percebe-se que o que se busca alcançar na materialidade lingüística é um exterior que é constitutivo do discurso:

A AD, por uma exigência de coerência da proposta, inicia seu trabalho a partir do interior do texto, buscando alcançar o seu exterior, para então estabelecer um processo de ir e vir de observação e descrição. Por interior do texto, entendo a materialidade lingüística, e, por exterior, assumo o contexto imediato (a situação imediata do acontecimento discursivo) e o contexto mediato que diz respeito às representações discursivas (ou formações discursivas) e à representação de socialidade de uma formação social (ou ideologia)

Para Orlandi, a relação entre o discurso e o seu quadro enunciativo se constituiria na “marca fundamental da AD”. (ORLANDI, 1986, p.110). A AD fundamenta-se na idéia de que há uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, entre o dizer e o próprio evento enunciativo. A enunciação seria, então, o lugar onde se podem apreender e explicar as relações entre o discurso e sua exterioridade, ou seja, suas condições sócio-históricas de produção e recepção. Ressalta ainda a autora que “também a memória faz parte

da produção do discurso”. É a memória o pré-construído que viabiliza sentidos, uma vez que, segundo Orlandi (2001, p. 31),

[...] é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Osakabe (1979, p. 21), ao conceituar discurso, discute a importância das condições de produção na sua constituição e no estabelecimento do seu sentido:

Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmática, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber a sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente, o discurso tem sua semântica garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus indicadores de tempo, lugar, etc. e o tempo, lugar, etc. da própria situação.

De acordo ainda com Orlandi (2001), as condições de produção envolvem o contexto histórico e social em que se dá o ato lingüístico, a ideologia (sentido amplo); a situação de enunciação, o falante, o ouvinte, o objeto do discurso (sentido restrito)). A AD considera, porém, os contextos imediatos apenas na medida em que fazem parte da história e neles funcionam condições históricas de produção, já que nessas instâncias da enunciação os enunciadores se assujeitam a sua FD. Importante se faz não esquecer a possibilidade de esse sujeito colocar-se à distância, o que não implica vê-lo como origem do discurso, nem seria incompatível, segundo Maingueneau (1984, p.13), com certa competência interdiscursiva, isto é, com a hipótese de que os enunciadores tenham “o domínio tácito das regras que lhes permitam produzir e interpretar enunciados que revelam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, de identificar como incompatíveis com eles os enunciados das formações discursivas antagônicas”. Uma FD, por sua vez, não seria concebida como algo dado, mas sim como algo que se desloca em função da luta ideológica, sendo, assim, sua estabilidade instável. Essa relação conflitual do discurso o investe de um caráter heterogêneo.



Pêcheux (1993) afirma que, no processo de construção dos sentidos, os elementos lingüísticos ativariam conhecimentos contextuais e históricos dados pela formação discursiva em que estão inseridos. Efeitos de sentido são, portanto, produzidos em condições determinadas, estando estas, de alguma forma, presentes no modo como se diz, deixando vestígios que se seguem para compreender sentidos produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção.

Pêcheux (1993, p.78) define as condições de produção como “mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção do discurso’”. Percebe-se, então, que a significação do discurso é dada pelas condições de produção, considerando a noção de contexto – quer seja o contexto imediato: interlocução; quer seja o contexto amplo: ideologia - e de história.

[...] a posição dos protagonistas dos discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Convém agora acrescentar que o ‘referente’ (o ‘contexto’, a ‘situação’ na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos, mais uma vez, que se trata de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física [...]. (PÊCHEUX, 1993, p. 83)

As condições de produção de um discurso dizem respeito a um processo sócio-histórico de produção do discurso, que envolve complexo processo de interação entre os sujeitos e o meio social em que vivem estes – implicando aí relação deles com cultura, sociedade, economia, etc -, a partir de posições que assumem em dadas formações discursivas, neste processo estando em jogo as posições ideológicas determinantes da produção do discurso. É preciso salientar, todavia, que de grande relevância não é a situação empírica, mas sim sua representação no imaginário. Trabalha-se assim continuamente a relação do imaginário com o real, uma vez que as condições prévias que sustentam a produção do discurso envolvem sempre o imaginário. A AD considera o real e o imaginário como instâncias necessárias para a constituição dos discursos.

Observa-se que as formações imaginárias ativam as condições de produção, possibilitando o dizer. Envolvem elas – as formações imaginárias – relações de sentido, antecipação e relações de força. De acordo com as relações de sentido, todos os discursos se relacionam com outros já realizados, imaginados e possíveis; não há, portanto, começo absoluto, tampouco ponto final. A antecipação se refere à capacidade que tem o sujeito de se colocar no lugar do seu

interlocutor, antecipando-se a ele no que diz respeito ao sentido que suas palavras podem produzir, ou seja, o sujeito dirá desta ou daquela maneira a depender de quem é o seu interlocutor. Já a relação de força estabelece que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do seu dizer.



História 5

(PAIVA, 1995, p. 17)

**Análise:** Trata-se a memória, na verdade, de uma reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente na história de uma formação social. Ou seja, representações sociais são reatualizações de imagens que permanecem alojadas na memória. Pêcheux (1993) afirma que, no processo de construção dos sentidos, os elementos lingüísticos ativarão conhecimentos contextuais e históricos dados pela formação discursiva em que estão inseridos. Observa-se que no processo de construção de sentido da tira em questão

atualiza-se um discurso segundo o qual mulheres estão interessadas em relações estáveis e os homens em viver apenas o momento.

Além do mais, fica implícito que os discursos de que homens e mulheres se apropriam (quadro 1) são recursos de que se valem na sedução, forjados a partir das imagens construídas na enunciação: como o homem vê a mulher, seus desejos, expectativas, necessidades; bem como de que forma acha que ela encara a relação a dois e vice-versa (quadro 2). Ao fazer isso, circunscreve-se também uma zona do não dizível, definindo o conjunto de enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo, delimita-se a zona do outro que lhe é incompatível, excluindo o seu dizer. Percebe-se, pois, que enunciados apresentam uma dupla face: um direito e um avesso. Deve-se decifrá-lo no seu direito, mas também no seu avesso universo

Para a Análise do Discurso, pois, não é o real sinônimo de um referente pré-estabelecido que o discurso representa, mas uma instância com a qual o sujeito mantém pontos de contato, a partir de sua relação com a língua e a história. A relação com o real é, sendo assim, sempre incompleta, tendo como ponto de partida o imaginário. A referência se institui no próprio gesto de interpretação, uma vez que o referente é tomado como “objeto imaginário” – o ponto de vista do sujeito – e não como realidade física (PÊCHEUX, 1990). Já que tudo se passa nessa esfera, tem-se uma exterioridade que é constitutiva do/no discurso, porque nele próprio esta se constitui.

Percebe-se que, para a AD, o que se constitui em foco de interesse vem a ser exatamente a exterioridade constitutiva do discurso, isto é, a representação da situação empírica no imaginário histórico social. Ao discutir a questão das formações imaginárias, Pêcheux (1993) salienta a sua importância ao colocar em evidência os protagonistas do discurso e seu referente.

Serrani (1993, p. 524) mostra como Milner, tomando por base a teoria lacaniana, discute como o real, o simbólico e o imaginário se “articulam na produção de sentido”:

Milner (1983) sintetiza a especificidade dos três registros que se articulam na produção de sentido, estabelecidos pela teoria lacaniana da subjetividade, isto é, o real, o simbólico e o imaginário. Ele observa que ao tecido do representável, que constitui a realidade para um sujeito, correspondem o

domínio das relações de semelhança e dessemelhança, das propriedades que por abstração podem ser construídas a partir de termos relacionados e sobre os quais se baseiam as classes de objetos, localizados em um espaço e em um tempo. Esse âmbito do registro em que objetos se ligam é o imaginário.

Courtine (1981) analisa a questão das condições de produção sob duas perspectivas: 1. condições de formação dos processos discursivos: campo em que se inscrevem saberes ou domínios de memória relativos às condições históricas as quais explicam o aparecimento das Formações Discursivas; 2. condições de produção dos processos discursivos: relações de contingência responsáveis pelo desencadeamento dos movimentos dos sentidos em circunstâncias históricas.

O sentido da palavra é construído, na verdade, no seu encontro com as circunstâncias da situação social em que foi produzida. O discurso vem a ser exatamente a instância em que se realiza esse encontro, possibilitando à palavra fazer sentido. Pêcheux (1988, p.160) afirma que o sentido da palavra “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras e proposições são produzidas”. Se não são as palavras em si que significam, mas sua atualização em enunciados, a significação se instaura na instância do discurso. Em suma, a palavra seria investida desta ou daquela significação em virtude das condições de produção (contexto e história) das quais emerge.

AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja óbvio, como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse referir-se diretamente à coisa(...) a gramática pode ser a mesma (de fato é a mesma) para diversos enunciadores, mas o sentido do que eles dizem pode não sê-lo, porque esse decorre de fatores que não são da ordem da língua (POSSENTI, 2004, P.360).

Ou seja, os sentidos instaurados no texto só serão “traduzidos” com base na relação deste com suas condições de produção, a qual implica o contexto sócio-histórico tanto do sujeito-produtor quanto do sujeito-leitor. Com base na relação do texto com seu exterior – que lhe constitutivo -, fundam-se, assim, os gestos de interpretação que são repositório das marcas da subjetividade, lugar da relação do sujeito com a língua. (ORLANDI, 1998).



História 6

(MAITENA, 2005, p. 62)

Análise: O sujeito do discurso tem correspondência com certo lugar na ordem social, sendo, assim, posição. A memória do dizer, por sua vez, guarda e disponibiliza sentidos e silêncios possíveis para o sujeito em dada situação. Pode-se assinalar no cartum a presença de uma Formação Discursiva dominante e hegemônica que circula e retorna convenientemente modificada acerca do papel da mulher: uma série de universais a respeito da mulher –como as formas de feminilidade - é reforçada. Estabelece-se uma série de características como próprias das mulheres, produzindo-se formas particulares de subjetivação destas. No saber desta FD, a mulher só se sente realizada quando tem a seu lado um homem que a sustente; ser independente não a faz feliz. Recupera-se e reafirma-se o estereótipo de que mulheres bem sucedidas são infelizes. Ou seja, priorizar vida profissional é visto como ‘coisa de homem’. O campo representacional restringe a atuação das mulheres, sancionando-as em sua vida pessoal.

Percebe-se que o conceito de condições de produção é fundamental na AD por, justamente, trazer para a análise do sentido dos enunciados a forma mediante a qual a linguagem, tomada como processo e disputa política, é afetada pela ideologia, ou seja, discute-se a maneira como a História se inscreve na língua e a faz significar.

## 2.5 Memória, esquecimentos, interdiscurso

A memória faz parte da produção do discurso. É ela concebida como algo que fala sempre, antes, em outro lugar e independentemente (PÊCHEUX, 1988, p. 162). Vem a ser o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito; é, enfim, o interdiscurso que interpela o sujeito. Para a Análise do Discurso, não se constitui ela – a memória - somente de recordações propriamente ditas, mas se configura como fator inerente ao discurso. Refere-se à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas.

Não há, pois, discurso sem memória e esta é atualizada permanentemente a cada discurso. O sujeito, quando fala, retoma sentidos que afetam o modo como ele significa em uma determinada situação discursiva. Suas palavras se ligam a uma memória do dizer, a um saber discursivo, o qual Pêcheux (1993) denominou interdiscurso. Na verdade, o interdiscurso produz efeito em um sujeito afetado pelo mundo. A memória determina o que são certos conceitos, tornando possível o dizer. Desta forma, todo sujeito já traz consigo uma história, que o constituiu e que se reflete no discurso.

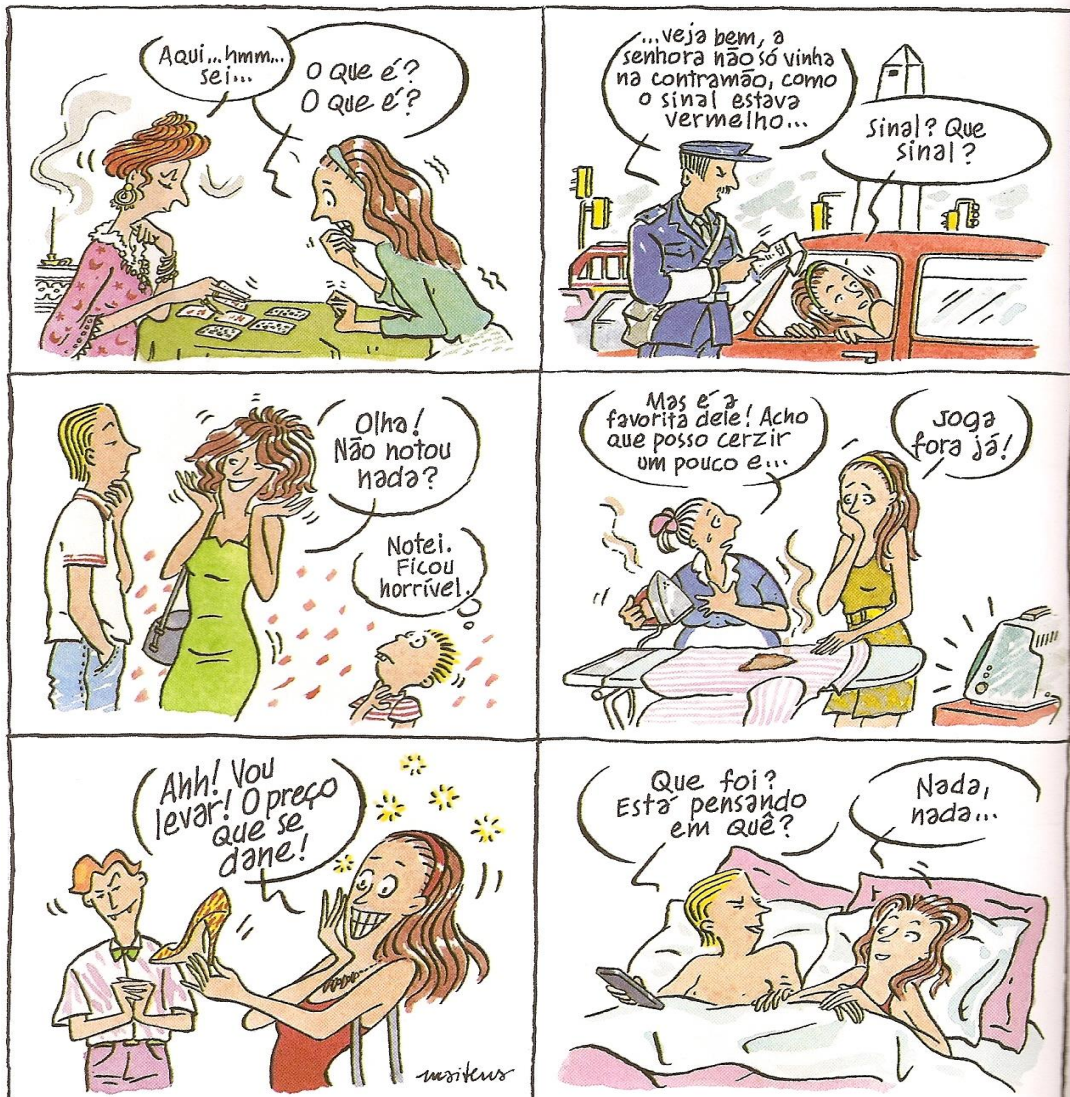
É através da memória discursiva que o sujeito busca no interdiscurso as palavras do outro, aquelas já proferidas, o pré-construído. O pré-construído é o sempre-já-aí da interpelação ideológica, que impõe concepção de realidade e seu sentido sob a forma de universalidades. Para cada sujeito, apenas são selecionáveis, portanto, os pré-construídos aceitáveis pela(s) Formação(ões) Discursiva (s) com a(s) qual (is) se identifica. Somente são disponibilizados para cada Formação Discursiva os pré-construídos cujo sentido é evidente para esta Formação Discursiva.

O interdiscurso diz respeito, portanto, a um processo de incorporação constante de algo que já foi dito antes em outro lugar, em outro momento, mas que tem efeito sobre o dizer do sujeito e sobre as suas representações. O interdiscurso é parte das condições de produção e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história. A partir da idéia de interdiscurso, postula-se o primado da alteridade. O sujeito passa a ser tomado como atravessado pelo inconsciente, o qual, ao construir o seu dizer, incorpora pré-construídos. Pêcheux (1988) afirma que o interdiscurso, além de estabelecer o conjunto do dizível,



histórica e linguisticamente definido, determina a Formação Discursiva com a qual o sujeito discursivamente se identifica, o que denuncia que sempre já há discurso.

### Algumas coisas delas que "Ele" jamais saberá



História 7

(MAITENA, 2003a, p. 38)

Análise: Sob a perspectiva da AD, a representação – vista aqui como uma forma de atribuição de sentidos fortemente ligada às relações de poder - produz sentidos nos discursos em contextos sócio-históricos e ideológicos. A verdade, por sua vez, se constitui a depender do ponto de vista que a constrói. Embora o sujeito não se dê conta disso, todos os enunciados são, indubitavelmente, discutíveis. Outro ponto importante a ser ora levantado é que o que funciona no discurso são as imagens que se fazem dos sujeitos e dos seus lugares, e não destes

em si, já que se trabalha no campo do imaginário. A imagem que se tem da mãe, da esposa, da mulher não é ocasional, mas sim constituída em processos que ligam discursos e instituições, estando sempre vinculada a uma dada formação discursiva. Desta forma o sujeito não se diz, mas é dito, conforme a posição que ocupa, os interdiscursos que o interpelam, as verdades estabelecidas. No cartum, materializam-se discursividades que reafirmam determinadas características que são tidas como típicas das mulheres: são distraídas (quadro 2); são consumistas compulsivas (quadro 5); são dependentes, precisam do aval do outro (quadro 3); são imaturas, logo não assumem as conseqüências do que fazem (quadro 4); são sugestionáveis, místicas, crédulas e não racionais (quadro 1). Observa-se que existe toda uma memória discursiva por trás destas formulações, que as credencia como verdades, que lhes dá legitimidade.

Sendo assim, as palavras dos sujeitos não são apenas deles. Significam pela história e pela língua, filiam-se a outros dizeres a partir de um já dito que sustenta este dizer.

Segundo Ferreira (2001, p.), seria a memória “possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidades de significações”.

Pêcheux (1999, p. 50) mostra o que entende por memória:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. [...]

Ressalta o autor ainda que “há uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (ibidem.). Estabelece como ponto de referência, sob a qual essa fragilidade ocorre, uma dupla forma-limite: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (ibidem.)

Charaudeau (2000), por sua vez, distingue três tipos de memória: memória de discurso (saberes e crenças sobre o mundo), memória das situações de comunicação (dispositivos e contratos de comunicação) e memória das formas (maneiras de dizer).



O discurso é, na verdade, um campo de mediações que articula novos sentidos ao já conhecido. O discurso oferece possibilidades de re-significar o já dito através da apropriação de fragmentos de discursos outros e instituir uma nova forma de compreender e explicar as relações sociais. Consta-se que “[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou pelo contrário iluminado pelos discursos de outrem que já falaram dele” (BAKHTIN, 1990, p.86). A construção do interdiscurso dá-se a partir da memória e de esquecimentos

Trata-se a memória de uma reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente na história de uma formação social. É necessário salientar que esse processo volta-se também para o futuro, uma vez que aponta para as possibilidades do depois. Os processos de produção, circulação e interpretação dos sentidos não se dá de forma linear e homogênea, não sendo possível apreendê-lo totalmente a partir de um único texto, já que sempre um texto retoma outro que ressoa em outro.

Para a AD, a memória discursiva é tomada como um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos, de conflitos. É espaço de desdobramento, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 1999). É onde se constitui a opinião pública e constrói-se a memória social; trata-se, na verdade, de processos históricos que se realizam através de funcionamentos discursivos de contradição, repetição e indeterminação: o que entra em jogo é um duplo movimento de construção de sentidos (das palavras e da enunciação no movimento histórico; do movimento histórico nas palavras e enunciação)



História 8

(ANGELI, 2003, p. 13)

Análise: Os não ditos neste cartum remetem a uma memória discursiva segundo a qual a mulher é uma tentação e atrai a atenção do homem pela sensualidade, atributos imputados a Eva. A mulher é vinculada ao estereótipo da prostituta, o que reitera sua posição de inferioridade em relação ao homem. Soma-se a isto a imagem de objeto sexual, sendo seu principal - e talvez único - objetivo satisfazer o homem. Fica implícito também que, por ser objeto, é consumível, utilizável e desgasta-se. É preciso salientar que, por trás do dito “Esse tipo de mulher não é para o seu bico”, percebe-se um interdiscurso que o autoriza e dá sustentação, segundo o qual há um tipo especial de homem para a mulher objeto, reforçando-se mais uma vez que há um mundo cheio de prazeres ao qual só os belos têm acesso .

Afirma Pêcheux (1993, p. 77) em relação ao processo discursivo:

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando “evoca” tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual

este acontecimento era alegado, com “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Pêcheux (1993b, p.263-4) estabelece o que vem a ser memória discursiva:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, frente a um texto aparecendo como acontecimento a ler, vem reavivar implícitos (isto é, mais tecnicamente, os preconstruídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) necessários para a sua leitura: a condição do lisível com relação ao próprio lisível. [...]

Sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se sobre si mesma, esvaziando-se, esgarçando-se antes de se desdobrar em paráfrase.

Toda produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores. No ato de ler, são ativados, portanto, sentidos outros armazenados na memória discursiva. Esta possibilita a naturalização das relações sócio-históricas e a literalização dos sentidos. Ou seja, trabalha em prol da estabilidade / homogeneidade. Para Guimarães (1995, p.70), “o sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamentos de discursos no acontecimento”.

[...] o interdiscurso – memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos). Resta acentuar o fato de que este apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos. (ORLANDI, 2001, p.53)

Segundo Maingueneau (1984, p.10), a Análise do Discurso hoje estabelece o primado do interdiscurso sobre o discurso. Mussalim (2001) afirma que se contrapõe este postulado tanto à Análise do Discurso da 1ª fase, quando se trabalha com o conceito de “máquinas discursivas” fechadas sobre si mesmas, autônomas e justapostas; quanto à Análise de Discurso da 2ª fase, segundo a qual as Formações Discursivas se constituiriam independentes uma das outras e só seriam postas em relação depois.

Um discurso constrói-se, na verdade, de maneira regrada, no interior da oposição com os outros discursos. A interdiscursividade é vista por Maingueneau como processo inerente à constituição do discurso. Assim, a identidade de um discurso dependeria de sua relação com

outros, uma vez que ele – o discurso - se constrói e se define na relação polêmica com o outro: o caráter dialógico de todo enunciado impede que se separe do funcionamento discursivo a relação do discurso com seu Outro. Ou seja, existiria só um espaço de trocas, não de identidade fechada.

Vem a ser no interdiscurso que uma formação discursiva, vista como domínio aberto, é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela. A partir desses elementos, termina esta por se redefinir, por se redirecionar, por reorganizar os elementos que a constituem, o que pode levá-la à repetição, ao apagamento, ao esquecimento, à refutação de certos elementos.

Visando a analisar a noção de interdiscurso, Maingueneau (1984) vale-se de três noções:

- universo discursivo: conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem numa dada conjuntura. Esse universo representa um conjunto finito e define apenas uma extensão máxima. A partir dele, constituem-se domínios passíveis de serem estudados: os vários campos discursivos;
- campo discursivo: conjunto de formações discursivas que estão em concorrência, que se delimitam em determinada região do universo discursivo. Trata-se apenas de uma abstração necessária que permite abrir múltiplas redes de trocas. Não se trata de delimitações evidentes. Constitui-se de vários espaços discursivos, que são os interdiscursos. No seu – do campo discursivo – interior, cada discurso constitui-se. Segundo o autor, tal constituição se deixa entrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes;
- espaço discursivo: subconjuntos de formações discursivas que estão em relação pertinente para os objetivos da análise.

Possenti (2002, p. 196) analisa as hipóteses levantadas por Maingueneau:

1. O interdiscurso precede o discurso. A unidade de análise pertinente é um espaço de troca entre vários discursos convenientemente escolhidos.
2. Esse caráter do interdiscurso faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados sob a forma do “simulacro”.
3. O interdiscurso é regido por um sistema de

restrições semânticas globais que se manifesta pelo fato de restringir ao mesmo tempo todos os “planos” discursivos: vocabulário, temas, intertextualidade e instâncias de enunciação. 4. O sistema de restrições é um modelo de competência interdiscursiva. Os enunciadores dominam regras que permitem produzir e interpretar enunciados de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis os enunciados das formações discursivas antagonistas. 5. O discurso não é apenas um conjunto de textos, mas uma prática discursiva. O sistema de restrições semânticas torna os textos comensuráveis com a “rede institucional” de um “grupo”, que a enunciação ao mesmo tempo supõe e torna possível. 6. A prática discursiva é uma prática intersemiótica que integra produções que relevam de outros domínios semióticos [...] 7. O recurso a esses sistemas permite associar a prática discursiva a outras séries de seu contexto sócio-histórico. Uma formação discursiva revela-se, assim, como “esquema de correspondência” entre campos à primeira vista heterônimos.

No interdiscurso, definido por Orlandi (2001, p. 32) como um “já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer.”, memória e esquecimento estão aliados. Ao produzir a linguagem, encontra-se o sujeito nela reproduzido; sendo assim, crê ser a fonte única do seu discurso, quando, na verdade, só retoma sentidos pré-existentes. Uma vez que o sujeito do discurso tem correspondência com certo lugar na ordem social, sendo, portanto, posição, a memória do dizer guarda e disponibiliza sentidos e silêncios possíveis para o sujeito numa posição dada.

Pêcheux (1993a, p. 173 ) explica que é na formação discursiva que “se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade-falante’” e que essa ‘intersubjetividade’ ocorre por meio de dois esquecimentos. O esquecimento número 1 estabelece que o sujeito acredita ser dono de seu discurso e do(s) sentido(s) que dele deriva(m). “Esquece” que reproduz o discurso do outro. Aquilo que foi dito por um sujeito específico, em dado momento, apaga-se da memória do indivíduo, para que possa fazer sentido em suas palavras.

Diz Pêcheux (1993a, p.168-9) em relação ao esquecimento 1:

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc) numa determinada formação discursiva. Ou melhor, no próprio interior do discursivo ele provoca uma defasagem que reflete esta exterioridade. Trata-se da defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta “matéria-prima” se esvanecesse aos olhos do sujeito falante. Trata-se do que caracterizamos como o esquecimento

número 1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. Mas, simultaneamente, e isto constitui uma outra forma deste mesmo esquecimento, o processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito. [...]

O autor também chama atenção para a forma como esse esquecimento interfere na construção de sentido de um texto:

Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambigüidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito – sujeito em relação à linguagem é que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento que mencionamos acima [...] (ibidem, p. 169)

O esquecimento de número dois refere-se à enunciação, uma vez que, através dela, o sujeito faz escolhas de seqüências lingüísticas parafrásticas de uma dada Formação Discursiva. “Esquece”, então, que há outras formas de dizer.

Afirma Pêcheux (1993a p. 176) em relação ao esquecimento 2:

[...] A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha ,pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Essa zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele quer dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona. Propomos chamar este efeito de ocultação parcial esquecimento número dois e de identificar aí a fonte de impressão da realidade do pensamento para o sujeito (“eu sei o que eu digo”, “eu sei o que eu falo”).

Pêcheux (ibidem, p. 177) estabelece a seguinte oposição entre o esquecimento 1 e o esquecimento 2:

Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e reformulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona número 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente / consciente. Por oposição, o esquecimento número 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua.

Pêcheux (1993a, p. 180-1), ao analisar como atuam o esquecimento 1 e o esquecimento 2, discute e distingue: superfície lingüística, objeto discursivo e processo discursivo:

- Superfície discursiva: (...) Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão.
- Objeto discursivo: entendido como o resultado da transformação de superfície lingüística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzido por uma análise lingüística que visa a anular a ilusão 2.
- Processo discursivo: entendido como o resultado da regulação de objetos discursivos correspondentes a superfícies lingüísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento 1.

Gregolin (2004a, p.37) toma como respaldo teórico os postulados de Foucault ao discutir as relações estabelecidas entre memória e esquecimento:

[...] Para pensar as relações entre memória e esquecimento, por meio dos movimentos de conservação dos enunciados, Foucault propõe as idéias de “remanência, aditividade e recorrência” . A “remanência” diz respeito à conservação derivada de um certo número de suportes materiais [...], a certos tipos de instituições [...], a certas modalidades estatutárias. [...]. O oposto da remanência , seu “grau zero” é o esquecimento e, por isso, os jogos da memória e da lembrança podem aí se desenrolar. [...]  
Pensar nesse jogo entre memória e esquecimento não significa, certamente, que a análise arqueológica se proponha ‘despertar textos de seu sono atual para reencontrar as marcas legíveis em sua superfície, pelo contrário, ele propõe segui-los ao longo de seu sono, ou antes, levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento – na espessura do tempo em que subsistem, se conservaram ou foram esquecidos’. [...]

Todo dizer se encontra, assim, na confluência dos eixos da memória (constituição) e da atualidade (formulação). Através do funcionamento do interdiscurso, a exterioridade inscreve-se no interior da textualidade, estabelecendo-se a relação do discurso com a história. A forma sujeito, graças à qual o sujeito do discurso se identifica com a Formação Discursiva que o constitui, tende a absorver (ou fazer esquecer) o interdiscurso no intradiscurso.

Segundo Possenti (2004), é necessário subverter essa equivalência entre exterior do discurso e interdiscurso - herança da década de 60 do século XX das relações do Mesmo e do Outro -,

para pensar a presença do interdiscurso no interior do intradiscurso. O “Outro se encontra na raiz do mesmo”.

Possenti , ao analisar a questão da construção de sentido do texto, aborda a questão da memória, do arquivo, enfim, do interdiscurso:

[...] cada texto é parte de uma cadeia (de um arquivo) [...] é tomado como uma superfície discursiva, uma manifestação aqui e agora de um processo discursivo específico(...) um texto faz sentido [...] por sua inserção em uma formação discursiva, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual parte. Ou seja, não há propriamente texto, concebido como uma unidade: o que há são linearizações concretas (materiais) de discursos. (POSSENTI, 2004, p.365)

Em suma, conclui-se que o sentido dado às palavras pelas Formações Discursivas é um efeito da memória. A interpretação é garantida, na verdade, pela memória sob dois aspectos: a memória institucionalizada (arquivo) e a memória constitutiva (interdiscurso). O gesto de interpretação se realiza, pois, entre o arquivo e o interdiscurso, estabilizando-se e deslocando-se sentidos.

## **2.6 Análise do discurso e a ideologia**

### **2.6.1 A ideologia**

O termo ideologia vem do grego “eidos” (idéia) e “logos” (discurso, conhecimento). É esta palavra tomada aqui como um conjunto de idéias, de procedimentos, de valores, de normas, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, ou seja, como conjunto de representações do mundo: trata-se, assim, de uma visão de mundo, estando cada visão de mundo vinculada a um dado grupo. Na verdade, a realidade é uma só. A maneira como é vista e o que é valorizado nela é um ato ideológico; conseqüentemente, pode-se afirmar que o texto torna decifrável a ideologia dominante. Em outras palavras, as ideologias infligem concepções de ética, de moral, e, sendo assim, de comportamento. Os ideais de pai e de mãe, a condenação do adultério feminino e/ou a complacência em relação ao masculino, a



condenação do aborto, o machismo e o feminismo, traduzem formas de ver o mundo, o que implica, obviamente, defender interesses.

### Alguns dos "não tenho" mais frequentes //



História 9

(MAITENA, 2003b, p. 48)

Análise: O discurso como prática ideológica que é constitui, naturaliza significados do mundo. São os estereótipos, na verdade, generalizações sobre pessoas; são rígidos e resistentes à mudança, sendo tomados como verdades. É necessário não esquecer, contudo, que a verdade é relativa e se constrói em virtude do ponto de vista que a sustenta, das crenças; enfim, da ideologia. Tratam-se os estereótipos de uma explicação social que vem a justificar ações e categorizações em relação a determinado grupo. Busca-se, através deles, explicar o mundo para torná-lo previsível e controlável. Nas formulações presentes no cartum, no que se

refere à questão do gênero, por exemplo, reproduzem-se e perpetuam-se papéis sociais diferenciados para homens e mulheres, justificando-se suas próprias ações com base em sistema de idéias que se pretende universal e é visto como único. No saber da FD que aí se instala, a mulher é enquadrada em um estereótipo segundo o qual é concebida como marcada por sentimentos de ansiedade (quadro 2), insegurança / medo (quadro 4); além de ser vista como fundamentalmente emocional (quadro 1, 2, 3, 4). Reforçam-se algumas imagens da mulher: está ela presa a futilidades (nunca acha que tem roupa suficiente /quadro 2); não gosta de sexo (quadro 6); sempre está a exigir algo do homem: seja dinheiro (quadro 3) ou explicações (quadro 1); além do que é responsável por servi-lo (quadro 5).

Thompson (1994, p.58) afirma :

Ideologia é o significado mobilizado por formas simbólicas (ações, imagens, textos) que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer relações de dominação no sentido de que o significado pode criar e instituir essas relações; sustentar, no sentido de que o significado serve para manter e reproduzir relações de dominação por meio dos processos de produção do texto.

A ideologia é, pois, fator que seleciona (excluindo / incluindo) elementos culturais levando à homogeneização de concepção de mundo: uma concepção de mundo é adotada em detrimento das outras, elegendo-se assim um produto cultural de um segmento social como único correto e aceito. É a ideologia responsável pela produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com suas condições históricas de existência.

Segundo Althusser (2001), a classe dominante gera mecanismos que perpetuam e reproduzem as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Percebe a prática política e a prática ideológica, pois, como estreitamente imbricadas, sendo o discurso visto por ele como o instrumento de expressão e de transformação daquela prática, a qual, por sua vez, remete às ideologias, só através delas se expressando e concretizando sua existência. “[...] Em suma, a ideologia constitui uma prática no sentido estrito de que transforma as relações sociais entre os homens em um discurso” (MICELI, 1987, p. 46)

É interessante ressaltar também que tal é o “poder” da ideologia dominante que as demais terminam por incorporar elementos da visão dominante, o que, muitas vezes, lhes dá uma

configuração contraditória: “[...] interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (THOMPSON, 1994, p.380). Bourdieu discute como se instaura dada visão de mundo:

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção de seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão de mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*. Os mais visíveis do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo (BORDIEU, 1989, p. 145)

Não se pode esquecer que a perpetuação de ideologias se dá, porque há uma reprodução dela tanto nas relações sociais quanto nos objetos culturais, em dado contexto histórico, por meio dos dizeres e dos comportamentos dos indivíduos que produzem e consomem certos objetos culturais, como, por exemplo, as histórias em quadrinhos.

Essa perpetuação de ideologias resulta principalmente da linguagem. A realidade existe fora da linguagem, porém é constantemente mediada por ela e através dela; aquilo que se pode dizer e saber tem que ser produzido dentro e por meio de discursos. O conhecimento discursivo é produto não de representação transparente do real na linguagem, todavia consiste na articulação da linguagem em relações e condições reais. (HALL, 2002). A produção intelectual se concretiza em discursos. As visões de mundo estão, assim, vinculadas à linguagem e dela não se podem “libertar”, uma vez que a ideologia é imanente à realidade e indissociável da linguagem. Em decorrência disso, o discurso é uma prática social determinada por uma formação ideológica e, ao mesmo tempo, lugar de elaboração e difusão da ideologia. Ao se apropriar da linguagem, o sujeito produz discursos, que transmitirão visões de mundo. Percebe-se que a ideologia materializa-se em discurso, o que se torna possível através da língua. A ideologia, todavia, apaga as ligações em ter língua e história, apresentando-a – a língua – como transparente.

[...] O discurso transmitido contém em si valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. [...] Não devemos esquecer que os estereótipos só

estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social. (FIORIN, 1988, p. 55)

Por exemplo, a família é representada nos textos de forma estereotipada: sem conflitos e, na maioria das vezes, com papéis bem marcados: a mãe dedicada e frágil e o pai ativo, inteligente e protetor. Ou seja, tem-se uma visão estática e imobilista de família.



História 10

(QUINO, 1993, p. 360)



História 11

(MAITENA, 2005, p. 93)

Análise: Materializam-se na tira e no cartum discursos que reafirmam papéis bem marcados: obrigação da mulher com os cuidados com a casa (tira) e os cuidados dos filhos (cartum); a responsabilidade do pai com a manutenção da família, seu posicionamento sendo então no ambiente público (tira). Na tira, as falas das personagens no quadro 3 explicitam o que vem a

ser a obrigação do homem e a da mulher. No caso do cartum, fica implícito que a mulher nas suas férias cansou-se em decorrência de suas tarefas como mãe.

O discurso, na verdade, ao tecer a trama do jogo discursivo, garante – ou questiona - a manutenção das relações de dominação, perpetuando – ou propondo a subversão de - o discurso dominante. A condição de enunciar um discurso cujos efeitos de sentido significam o discurso dominante é assegurada pela formação discursiva na qual ele se inscreve.

É a ideologia a responsável pelo apagamento da historicidade constitutiva, terminando por passar a impressão de que os sentidos são evidentes e óbvios por parte dos sujeitos. Conseqüentemente conduz à interpretação dos sentidos em dada direção. A ideologia termina por propiciar, pois, um conjunto de efeitos de sentido dentro dos discursos, efeitos sobretudo de fechamento, através dos quais certas formas de significação são excluídas, enquanto outras se posicionam em lugar de comando. Legitimam-se pelo discurso certos interesses relacionados ao poder.

Kress (1985) afirma que, na própria seleção e organização de sua estrutura sintática, o texto já revela sua organização ideológica: o modo de se apresentarem os fatos não vem a ser uma questão de verdade, mas sim trata-se de uma maneira de o locutor integrar a ação em seu sistema ideológico. Consoante Possenti (2002, p. 20), “um certo discurso, uma determinada ideologia se materializa ou é veiculada pela seleção sistemática de uma ou de outra estrutura sintática, conforme os fatos de que se trata”

Cardoso (1999, p.383) discute a forma como estão imbricados discurso e ideologia:

Se a ideologia é mais uma questão de ‘discurso’ do que de ‘linguagem’, no sentido em que é mais uma questão de efeitos discursivos concretos do que de significação como tal, até mesmo um discurso aparentemente menos comprometido ideologicamente, como o discurso científico, pode ser considerado um investimento ideológico, se movido por interesses relacionados com o poder. Enunciados aparentemente ingênuos [...] podem também em circunstâncias adequadas estar a serviço do poder.

Outro ponto importante a destacar é que a ideologia é constituída de estereótipos, que são imagens, concepções a respeito de pessoas, objetos, fatos. Estão esses presentes de forma determinante nos textos como, por exemplo, o está a imagem da mulher realizada (na verdade, o estereótipo do que vem a ser): magra; feliz; sempre preocupada com o melhor para a

família; boa profissional, desde que isto não atrapalhe suas funções de mãe e esposa . Passam os textos uma concepção de mundo como única, tendo em vista que elege um produto cultural de um segmento social como o correto.

É preciso ressaltar que a ideologia vive de símbolos. Estes têm a função de falar de forma indireta dos valores preconizados por aquela. Segundo Bakhtin (2002), a materialidade da ideologia é sógnica. O signo é fragmento material da realidade, sendo, por sua vez, veículo de conflitos, sofrendo os seus efeitos. É o signo uma realidade que reflete e refrata outra realidade. A realidade determina o signo, por isso ele a reflete; todavia, ao mesmo tempo, o signo se torna um instrumento de refração e deformação da realidade. Esse movimento da realidade ao signo, do signo à realidade vem a ser exatamente o de refletir e refratar.

#### 2.6.2 A ideologia, os postulados de Althusser e a Análise do Discurso

Quando se observa a trajetória de Pêcheux, percebe-se que ela se caracteriza pela busca de construir uma análise do discurso, que envolvesse língua, discurso, sujeito e história<sup>2</sup>. . Para tanto, rompeu com uma tradição de estudos lingüísticos pautados no Estruturalismo. Visava à construção de uma teoria materialista do discurso aliada a um projeto político de intervenção na luta de classes, a partir da leitura althusseriana do marxismo-leninismo<sup>3</sup>. Tomando a teoria fortemente vinculada à prática política, tinha uma busca metodológica que se materializa na tentativa de construir um método para a Análise do Discurso.(GREGOLIN, 2004a)

Diz Orlandi (1992, p. 16) em relação a Pêcheux:

[...] o que singulariza o pensamento desse autor , e estabelece conseqüentemente a sustentação fundamental da análise do discurso, é o lugar que ele dá à língua, de um lado, em relação à ideologia, que ele trata no domínio conceptual do “interdiscurso”, e ,de outro, ao inconsciente, na relação da língua com o que seria a “lalangue” (Lacan) e de que Pêcheux não trata especificamente em seu trabalho, já que ele visa justamente o outro lado dessa relação: o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia.[...]

---

<sup>2</sup> É preciso ressaltar, contudo, que se percebem essas categorias como ontologicamente envolvidas, já que a existência de uma pressupõe a existência da outra

<sup>3</sup> Por ser militante do Partido Comunista Francês, Pêcheux tinha por meta um dispositivo que não apenas promovesse uma intervenção teórica, mas também política no real da língua e da história

Ao desenvolver uma abordagem à Análise do Discurso, baseou-se Pêcheux principalmente na reelaboração de uma teoria marxista de ideologia feita por Althusser, mobilizando seus postulados para uma reflexão sobre discurso, ideologia, sujeito e sentido. A linguagem é tomada como uma forma material da ideologia. Sujeito e sentido, para Pêcheux, não são individuais, mas históricos, ideológicos. Quanto ao discurso, “mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência da materialidade lingüística na ideologia” (PÊCHEUX, apud COURTINE, 1981a, p. 62 ).

Em suas teoria, Althusser destaca a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas.

Para colocar isso em termos mais científicos, eu diria que a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que eles assegurem”com palavras” a dominação da classe dominante. (ALTHUSSER, 1999, p.108)

Althusser (2001) percebe, ainda, a ideologia como constitutiva da formação social e dos sujeitos. Ele articula as categorias do marxismo com as da Psicanálise. É fácil notar no autor a influência psicanalítica de Lacan sobre a constituição dos sujeitos pela submissão à Ordem Simbólica; ou seja, a alienação que o indivíduo sofre quando se faz sujeito, ao aceitar uma posição no jogo da linguagem. Por exemplo, a sofrida pela mulher, ao ocupar a posição de esposa ou de filha, submetendo-se à autoridade do homem.

Sendo assim, Althusser, em sua Teoria da Ideologia em Geral, destaca as questões da subjetividade, já que articula Ideologia com o Inconsciente, através do Materialismo e da Dialética, a partir de uma postura estruturalista. O materialismo, para ele, tem por objeto constitutivo os modos de produção que surgiram e surgem na história, a sua estrutura, seu funcionamento e transformações. O materialismo expressa as condições da prática que produzem o conhecimento, fundamentado em dois princípios: a primazia do real sobre o seu conhecimento e a distinção entre o real e o seu conhecimento.

[...] Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo, em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu” (moi), na “consciência” ou na existência – quer seja a existência do para-si, do corpo próprio, ou do “comportamento” - , que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que, também, tem um “centro” apenas no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se reconhece. Desse modo, ter-se-á notado, está aberta para nós, sem dúvida, uma das vias pelas quais chegaremos, talvez um dia, a uma melhor compreensão dessa estrutura do desconhecimento, que interessa, em primeiro lugar, a qualquer pesquisa sobre Ideologia. (ALTHUSSER, 2001, p.71)

Althusser pauta a Teoria da Ideologia Geral em dois princípios básicos: 1. a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; 2. a ideologia tem uma existência material.

Explica ele assim o primeiro princípio supracitado:

[...] o que “os homens” “representam para si” na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é a sua relação com as condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto, imaginária, do mundo real. (ALTHUSSER, 1999, p.127)

Althusser (1999, p.131) explica também porque considera a ideologia como tendo existência material:

[...] uma ideologia existe num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais, regidas por um ritual material, práticas essas que existem nos atos materiais de um sujeito que age, com plena consciência, de acordo com sua crença.

Para Althusser (2001), a relação imaginária dá-se a partir de alguns procedimentos:

- Sujeição: o sujeito apresenta dois sentidos : um ser livre, mas submetido: é-se livre para aceitar a própria submissão. Haroche, (1992, p.51) afirma que “há uma vontade sem limites e uma submissão sem falhas”, tendo o sujeito toda liberdade para melhor assujeitar-se;
- Interpelação: a ideologia interpelaria as pessoas em sujeitos, definindo suas posições, dando-lhes, contudo, a ilusão de serem livres. A Ideologia constituiria o sujeito e vice-



versa. O indivíduo torna-se sujeito na medida em que é transfigurado pelo histórico, pela força que a ideologia exerce sobre sua constituição(CHASIN, 1978, p. 66-73) ;

- Reconhecimento: está intimamente relacionado com o conceito de identificação (Psicanálise). Consiste na projeção de partes de nós sobre o outro, passando o outro a ser visto como idêntico a nós: o UM vive e internaliza a realidade do OUTRO;
- Sujeito Absoluto: é o centro de toda Ideologia. O Imaginário se materializa em atos, ações, pela condição relativizada de ser;
- Aparelhos Ideológicos do Estado.

Althusser define assim Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs):

[...] Designamos pelo nome de aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas [...] devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos funcionam, principalmente, através da ideologia e, secundariamente, através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica (Não existe aparelho puramente ideológico) [...] (ALTHUSSER, 2001, p.48)

Althusser (1999) chama a atenção para o fato de que não se deve confundir os AIEs com o Aparelho (Repressivo) do Estado, já que aqueles têm na ideologia, e não na violência, sua principal força, embora também possa se valer desta:

Num primeiro momento, está claro que, enquanto há um Aparelho (repressivo) de Estado, há uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado.[...] Num segundo momento, podemos constatar que, enquanto o Aparelho (repressivo) – unificado - de Estado pertence inteiramente ao domínio público, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio privado. [...]. Agora vamos ao essencial. O que distingue os AIEs do Aparelho (Repressivo) de Estado é a seguinte diferença fundamental: o aparelho Repressivo de Estado funciona “pela violência”, ao passo que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam “pela ideologia”. (ibidem, p.115)

Os Aparelhos Ideológicos do Estado são, assim, “múltiplos, distintos, ‘relativamente autônomos’ e capazes de proporcionar um campo objetivo para as contradições , que expressam, sob formas limitadas ou extremadas, os efeitos dos choques entre as lutas de

classes” (ALTHUSSER, 1999, p. 118), localizados no domínio público e privado, principalmente. São eles que reproduzem as relações de produção, a Ideologia da classe dominante. Estão imersos em práticas econômicas e políticas, hegemônicas. Para Althusser, o destaque dado aos Aparelhos Ideológicos do Estado seria o marco definidor das lutas de classes.

[...] Se os AIEs “funcionam” maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante. (...) É a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições.. [...] Os Aparelhos Ideológicos do Estado podem ser não apenas o alvo, mas também o lugar das lutas de classes, de formas encarniçadas de lutas de classe. (ALTHUSSER, 1999, p. 117).

Althusser (2001, p. 68) cita os seguintes Aparelhos Ideológicos:

AIE Religioso (o sistema das diferentes igrejas); AIE Escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas); AIE Familiar; AIE Jurídico; AIE Político (o sistema político, os diferentes partidos); AIE Sindical; AIE de Informação ( a Imprensa, o Rádio, a Televisão, etc); AIE Cultural (Letras, Belas Artes, Esportes).

Ressalta Althusser que a ideologia contribui para a explicação das maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e/ou manutenção das relações de dominação. As práticas dos Aparelhos Ideológicos do Estado se realizariam, então, no universo da linguagem. Sendo assim, a linguagem é para ele uma via por meio da qual se pode perceber o funcionamento da ideologia, uma vez que seria o lugar privilegiado em que essa se materializaria: ideologia materializa-se em discursos, que se materializam em textos.

O projeto althusseriano, inserido em uma tradição marxista que buscava apreender o funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos AIE, via com bons olhos uma Lingüística fundamentada sobre bases estruturalistas. Mas uma Lingüística saussureana, uma Lingüística da língua, não seria suficiente; só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes lingüísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto. (MUSSALIN, 2001, p. 104-5)

Ou seja, para Althusser, trata-se a ideologia da representação imaginária que “interpela” os indivíduos em sujeitos, já que os leva a tomar determinada posição na sociedade, ao mesmo

tempo em que cria a “ilusão” de liberdade do sujeito. Aos “aparelhos ideológicos” caberia assegurar a reprodução dos valores de determinada formação ideológica.

No que se refere ao papel dos aparelhos, diz Barros (1988, p.150):

As ideologias não nascem nos aparelhos, surgem nas classes sociais, de suas condições de existência, de suas práticas, de suas lutas, e os aparelhos constituem a forma pela qual a ideologia da classe dominante se realiza. É no seu interior que se medem e se confrontam valores.

Pêcheux (1999, p. 144) chama atenção para o fato de que a “força” dos Aparelhos Ideológicos do Estado em relação à “reprodução das relações de produção” e à sua “transformação” não é a mesma.

[...] seria absurdo pensar que, numa dada conjuntura, todos os Aparelhos Ideológicos de Estado contribuem igualmente para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Na verdade, suas propriedades “regionais” – sua evidente “especialização” na religião, no saber, na política, etc – condicionam sua importância relativa ( há desigualdade de suas relações) dentro do conjunto dos Aparelhos Ideológicos de Estado, e isso em função da situação da luta de classes nessa dada formação social.

Zizek (1999) considera, ao contrapor os Aparelhos Ideológicos de Althusser aos processos disciplinares de Foucault, que é indiscutível a “vantagem” dos estudos daquele em relação aos deste. Vê no fato de não ter Foucault dado a devida relevância à questão da ideologia como seu principal equívoco

A contrapartida foucaultiana dos Aparelhos Ideológicos de Estado são os processos disciplinares que funcionam no nível “micro-poder” e designam o ponto em que o poder se inscreve diretamente no corpo, contornando a ideologia – razão por que, justamente Foucault nunca usa o termo “ideologia” a propósito desses mecanismos de micro-poder. Esse abandono da problemática da ideologia acarreta uma deficiência fatal na teoria de Foucault. Ele não se cansa de repetir o quanto o poder se constitui de “baixo para cima”, não emanando de um topo único. (...). Althusser procede exatamente no sentido inverso : desde o começo concebe esses micro-processos como partes dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ibidem., p.18)

Na perspectiva deste trabalho, abandonar-se-á a noção de que os Aparelhos Ideológicos sejam forçosamente de Estado. Diferentes formas de organização social também configuram relações de poder no e pelo discurso. A ideologia será materializada em discursos que

organizam determinadas representações da realidade. Ao refletirem determinadas posições, estabelecem relações de poder com as demais posições.

Outro ponto ainda de destaque no trabalho de Althusser (1999) - e de grande importância para a AD - é o fato de considerar que, assim como somente pode existir “prática através de uma ideologia e dentro dela”, só há ideologia “pelo sujeito e para o sujeito”. A tese principal, que estaria na base dos postulados que defende, é a de que o indivíduo seria interpelado em sujeito pela ideologia. Muito embora os processos discursivos não tenham origem no sujeito, somente podem se realizar no e com esse sujeito. Esse, ao produzir discursos, imprime a sua marca, tomando a palavra como se esta dele fosse.

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” sujeitos concretos como sujeitos. [...]

A ideologia “age” ou “funciona” de maneira tal que “recruta” sujeitos entre indivíduos (ele os recruta a todos), ou que transforma os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos), por essa operação muito precisa que denominei interpelação.[...] (ALTHUSSER, 1999, p. 133).

É importante ressaltar, contudo, que não se dá de uma única maneira, nem nas mesmas circunstâncias, esse processo de constituição do indivíduo em sujeito, porém através de um conjunto intrincado e variado de formas pelas quais age a ideologia.

Para a AD, os lugares que os sujeitos ocupam na esfera de uma formação social põem as possibilidades e limites do seu dizer e do seu fazer. É como se existisse um dispositivo capaz de estabelecer, sempre em confluência com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos em dadas formações sociais. Segundo Pêcheux e Fuchs (1993a), o indivíduo é interpelado em sujeito ideológico pela ideologia, na medida em que esta o conduziria, sem que ele se desse conta disto e se imaginasse senhor único de seus passos. A constituição dele se daria através da sua relação com as formações ideológicas, principalmente através de aparelhos ideológicos: família, escola, igreja, meios de comunicação de massa, aí se situando os quadrinhos. Estes lhe diriam qual a forma de “ver o mundo”.

Sírio Possenti (2002) defende a idéia de que o sujeito não seria integralmente assujeitado, o que não implica vê-lo como totalmente livre, já que nenhum sujeito é livre a ponto de fazer e

dizer o que quer e quando quer: a formação discursiva estabelece limites, apontando para o que pode e deve ser dito. Segundo o autor, apesar de ser o sujeito clivado pelo inconsciente, não pode ser reduzido a uma peça que apenas sofre os efeitos da história e da linguagem: “Dizer que o sujeito é efeito é uma forma de postular seu lugar e seu papel. [...] Há uma falha radical de lógica por se fazer equivaler ‘o sujeito é dividido’ ou o ‘sujeito é efeito’ a o ‘sujeito não existe’”. (POSSENTI, 1995, p. 47). Observa-se que mesmo para Pêcheux o inconsciente só surge onde o consciente (ego-eu) vacila, apontando para momentos de consciência do sujeito: “[...] O sujeito seria aquele que surge por instantes lá onde o ‘ego-eu’ vacila”. (PÊCHEUX, 1993)

Possenti (2002) diz que há várias alternativas teóricas para que não se tome o sujeito como um mero suporte de uma estrutura: a primeira seria pôr em questão a própria existência das estruturas; a segunda seria postular a existência de várias estruturas que mantêm entre si relações não uniformes: elas podem se opor, entrar em choque, complementar-se ou fundamentar-se mutuamente; finalmente, a última alternativa seria a de conceber que há, do ponto de vista empírico, múltiplas quase-estruturas que convivem e mantêm relações variadas. Para ele, não haveria propriamente estruturas, o que possibilitaria a existência de brechas no assujeitamento, existindo inclusive muitas quase-estruturas multiplicando tais brechas. Na verdade, a idéia de Possenti não nega o que foi dito nos primórdios da Análise do Discurso, mas sim amplia uma brecha que parece já ter sido aberta por M. Pêcheux em sua obra “Discurso: estrutura ou acontecimento?”.

Lacan (1995, p. 303), no que se refere a esse não assujeitamento total, diz:

A palavra que o sujeito emite vai, sem que ele o saiba, para além dos seus limites de sujeito discorrente, 3/4 ficando, certo, ao mesmo tempo, no interior dos seus limites de sujeito que fala

Possenti (2002) segue, pois, uma linha de estudos que desconstrói um conceito absoluto de estrutura e de sujeito assujeitado. Para ele, o discurso é integralmente um acontecimento e integralmente uma peça dessa estrutura. Os sujeitos são integralmente históricos e sociais e integralmente individuais. Cada discurso é integralmente social e histórico e integralmente pessoal e circunstancial. Cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal.

Creio que uma solução interessante para a questão do sujeito pode ser formulada a partir da conjugação de dois conceitos, a meu ver francamente compatíveis: o conceito de usuário, cunhado por Certeau (1990), e o de competência discursiva, proposto por Maingueneau (1984). A noção de usuário tem a finalidade de permitir formular uma concepção que, sem pretender recuperar o sujeito uno da tradição filosófica ocidental – que é sem dúvida o sujeito / locutor da pragmática – nem por isso aceita considerá-lo como mero efeito do que o precede e afeta – estruturas, inconsciente, linguagem. A pretensão é dar conta do processo de que o sujeito participa, a despeito de tudo, como agente. Ou seja, embora sendo “efeito das estruturas” que o condicionam, ele é, mesmo assim, um usuário dos produtos (e dos discursos), não apenas seu consumidor.

A noção de competência discursiva proposta por Maingueneau (1984), excluindo que os sujeitos sejam “ceras moles que se deixam dominar, assujeitar”(p. 50), nem por isso restaura o sujeito todo poderoso. Sua estratégia consiste em postular que a competência discursiva se explique não por uma superabundância de poderes do sujeito, mas pelo fato de que o número de restrições a que um discurso está submetido é pequeno. (...) Maingueneau tem em mente, entre outras coisas, não reduzir o discurso às coisas já ditas, mas entende-lo como máquina produtora de enunciados e textos.(ibidem, p. 79)

## 2.6.2 As formações ideológicas e as formações discursivas

Sendo os discursos produzidos em dado momento histórico-social, são eles governados, na verdade, por formações ideológicas, uma vez que existem várias classes sociais, cada qual com sua visão de mundo, e não há uma relação direta entre as representações e a língua. A AD vê a Formação Ideológica como uma força que age em uma formação social em determinado momento e é resultado da interação de “posições” presentes em cada formação social, mantendo aquelas entre si relação de confronto, aliança, dominação. As Formações Ideológicas são sistemas de representações, de normas, de regras e preceitos, que procuram não só explicar a realidade como regular comportamentos. É preciso não esquecer que a ideologia sustenta-se sobre o já dito, institucionalizando, assim, sentidos que passam a ser admitidos como naturais.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX & FUCHS, 1993a, p. 166).

Tratam-se as Formações Ideológicas, em outras palavras, de sistemas sociais, que são internalizados como verdades. Reúnem valores, que constroem o mundo, ao categorizá-lo: “A

mesma realidade, a partir de experiências culturais diversas, é categorizada diferentemente” (FIORIN, 2002, p.57). Ditam elas o que pensar, o que sentir, o que fazer. Vem a ser a Formação Ideológica, assim, um corpo lógico e coerente de representações, que refletem visões de mundo: “maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (FIORIN, 1988, p. 29).

É necessário acrescentar ainda que, pelo fato de as Formações Ideológicas, na verdade, traduzirem a conjuntura ideológica de uma dada formação social, são passíveis de mudança, uma vez que expressam os valores, crenças, enfim, as visões de mundo presentes em uma dada sociedade, num dado momento histórico.

Determinam as Formações Ideológicas os sentidos das palavras por as inscrever nos processos discursivos das Formações Discursivas que as representam. Trata-se, portanto, o discurso mais de um lugar para a reprodução que para criação. Se, por um lado, a Formação Discursiva determina o que dizer; por outro, a Formação Ideológica determina o que pensar.

O conceito de Formação Discursiva tem nas reflexões de Foucault a sua origem e se caracteriza pela possibilidade de se estabelecerem regularidades na dispersão característica de todo enunciado. De acordo com Foucault (2000), constituem-se em uma mesma Formação Discursiva conjuntos de enunciados que apresentam semelhante sistema de dispersão entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, que permitam definir regularidades no que diz respeito à ordem, às correlações e posições, ao funcionamento e às transformações. Em relação à Formação Discursiva, é importante ainda salientar o seguinte: para Pêcheux a questão da ideologia é fundamental para a sua definição, uma vez que a vê como aquilo que uma Formação Ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1993). Constitui-se ela no lugar onde se articulam discurso e ideologia São, na verdade, as Formações Discursivas meios através dos quais as Formações Ideológicas se manifestam e, assim, interferem nas relações e nas práticas sociais.

A FD permite apreciar o “modo de inscrição histórico pelo qual uma dispersão de textos pode ser definida como espaço de regularidades enunciativas”. Assim, a FD estabelece aquele que pode, em dado contexto histórico, social e político, “abraçar uma causa, assumir uma responsabilidade e tomar uma posição”, já que “em análise do discurso se considera que o que

decide é o lugar do qual ele fala em relação aos diferentes lugares de uma formação social” (ORLANDI, 1988,p. 45 )

O que distingue uma FD da outra, consoante esse postulado, é o modo como cada uma delas se relaciona com a Formação Ideológica. Cada Formação Ideológica vem a ser constituída de Formações Discursivas, que determinam o que é permitido – ou não – dizer em uma dada situação, a fim de que determinados interesses sejam conseguidos. Cada Formação Discursiva conteria, então, aquilo que é possível e também aquilo que não é possível de ser dito nos discursos dos sujeitos que nela estão inseridos.

É importante não esquecer, todavia, que hoje não se tomam as FDs como caixas hermeticamente fechadas, como a expressão estabilizada da visão de mundo de um grupo social (eram vistas como bloco estrutural, homogêneo: 1ª fase); mas sim como uma realidade heterogênea por si mesma. Ou seja, é impossível caracterizar uma Formação Discursiva como espaço fechado, uma vez que sua constituição é invadida por outros elementos advindos de outro lugar, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Uma Formação Discursiva se inscreve entre diversas Formações Discursivas e suas fronteiras se deslocam em virtude dos jogos da luta ideológica. (COURTINE, 1981).

Vem a ser exatamente o interdiscurso o “exterior específico” de uma FD, a qual é tomada como constitutivamente composta por elementos que vêm de outras FD. Uma Formação Discursiva seria então constituída dentro de um interdiscurso, que é o lugar de onde o sujeito encontra um conjunto de possibilidades para o seu dizer, e essas podem confundir-se com as possibilidades de dizer de outras Formações Discursivas, gerando-se aí outros sentidos. É esse movimento, exatamente, que faz do discurso um acontecimento.

Já Foucault não considera a ideologia como essencial em sua definição de Formação Discursiva:

[...] no caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamento, transformações) diremos, pois, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1972, p. 43)



A partir do momento em que se toma, contudo, a ideologia como visão de mundo que permite relativizar a verdade ao mostrar que há “vários saberes” tomados como verdadeiros por diferentes sujeitos, desvinculando isto da idéia de classe social – que é exatamente a que se propõe este trabalho -, consegue-se trabalhar com o arsenal teórico de Foucault aliado ao da AD de Pêcheux.

Segundo Pêcheux (1993a, p.170), “formações discursivas representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Ou seja, os valores ideológicos da formação social à qual determinado texto se destina estarão nele representados por uma série de formações imaginárias.

Seguindo a perspectiva de Pêcheux, Orlandi define assim Formação Discursiva:

As Formações Discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. (ORLANDI, 1992, p. 20)

Ou seja, o espaço reservado para o sujeito através das relações histórico-sociais que assume em sua prática discursiva é construído através do assujeitamento, seja a uma formação ideológica, que diz o que deve pensar, seja a formações discursivas, que determinam o que pode dizer. No interior das formações discursivas, o sujeito pode manifestar as posições ideológicas que ocupa no meio social, ainda que nessas posições esteja ocultada para o sujeito a fonte do seu dizer: o sujeito “pensa” assumir posições pessoais, mas, na verdade, o que assume são posições afetadas ideologicamente.

A identificação do sujeito com as Formações Discursivas constitutivas, imaginariamente, de sua unidade como “ser-no-mundo” traz, pois, como consequência o “apagamento” de ser ele resultante de um processo de representação, efeito de sua entrada no simbólico. A evidência de sua identidade esconde sua interpelação pelos processos ideológicos. O sujeito está, segundo Pêcheux (1988), “preso” a uma “rede de significantes”, que o antecede, e é determinado por ela, o que, segundo Lacan, significa estar assujeitado ao campo do Outro.

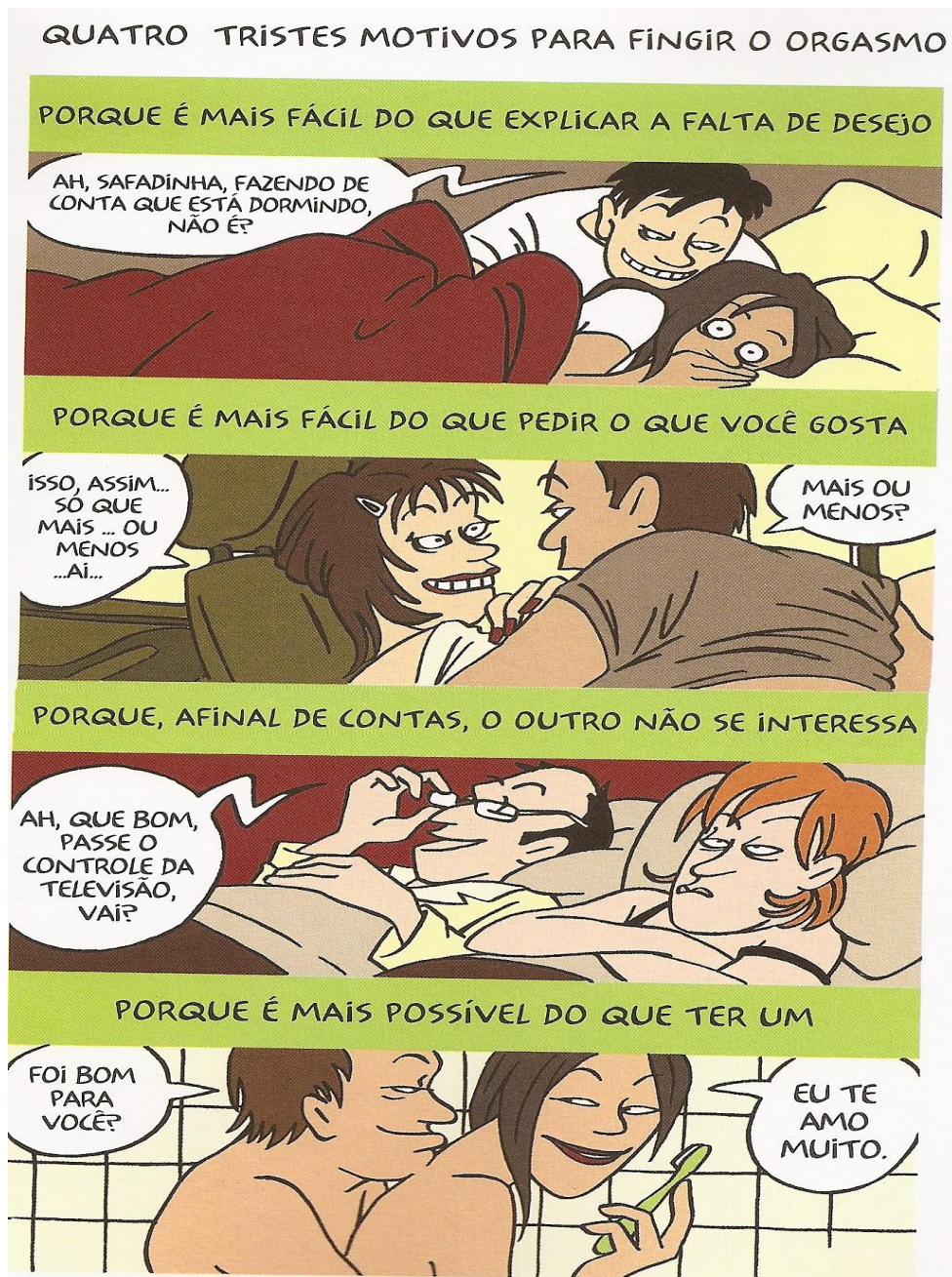
[...] sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas idéias, minhas intenções, meus compromissos), há o processo da interpelação- identificação que

produz o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é X, o quidam que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p.159)

O sujeito tomaria como seus, na verdade, saberes de sua época já sedimentados e “acatados que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções” (BAKHTIN, 1997, p. 313). Configura-se o que Bakhtin (ibidem) chama de cadeia da interação verbal: os dizeres do “sujeito-falante” tomam forma e se propagam sob a influência de uma relação contínua com outros dizeres. Para Pêcheux (1993), o sentido se delinea sempre na relação que uma palavra, uma expressão estabelecem na relação com outra palavra, outra expressão, do que decorre afirmar que “as palavras falam com as outras” (ORLANDI, 2001), bem como que todo discurso vai estar configurado em relação a uma gama de dizeres que ocupam a memória. Esse jogo de relações apontam os diferentes domínios do interdiscurso.

É importante ressaltar que a inscrição do sujeito em determinada Formação Discursiva não acontece de forma consciente: o sujeito acredita ser fonte de sentido, ignora, pois, que o que faz é se apropriar de um discurso socialmente preexistente; o sujeito crê ter poder total sobre sua enunciação.

Ainda em relação à inscrição do sujeito em dada formação discursiva, observa-se que isso se dá através da posição de sujeito que nela ocupa: pode então ocorrer desde uma total identificação desse sujeito com a forma-sujeito de dada Formação Discursiva, refletindo o seu saber, suas crenças; ou pode ele divergir, introduzindo o diferente que instaura a contradição. Procurar no enunciado o crivo sob o qual o mundo é construído é depreender o local social do sujeito.



História 12

(MAITENA, 2006, p. 59)

Análise: Nas formulações verbais e não verbais, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que o orgasmo para a mulher ainda é algo a que dificilmente chega (quadro 2). Fica implícito também não ser ele tido como uma prioridade para ela, algo de que realmente faz questão. Observa-se também que algumas ‘verdades’ perpassam e validam o que diz o cartum: mulheres sentem menos falta de sexo do que homens (quadro 1); para mulher mais importante é o sentimento do que o prazer sexual (quadro 4); o homem só está interessado no próprio prazer (quadro 3). Pode-se assinalar ainda uma posição de sujeito que indica um saber em que o orgasmo da mulher é visto pelo homem como uma conquista sua –

dele -, como uma prova de sua potência. É importante que ela alcance o prazer principalmente para o seu próprio prazer, não para o dela.

É preciso não esquecer que, por se tratar uma Formação Discursiva de um dos componentes de uma Formação Ideológica, sendo esta, por sua vez, o resultado de lutas que forças ideológicas travam no seu interior, não possui uma Formação Discursiva fronteiras bem definidas.

Assim, uma FD não consiste em um limite traçado de maneira definitiva; uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates das lutas ideológicas, sendo esses embates recuperáveis no interior mesmo de cada uma das FDs em relação. (MUSSALIM, 2001, p. 125)

Conclui-se que a prática discursiva mostra um sujeito que, quando fala, adere a sua Formação Discursiva, mas, apesar de ela – FD - determinar o que pode e deve ser dito, há – ou podem existir – efeitos de contradição no seu interior: a maneira como a posição-sujeito se relaciona com a forma-sujeito (sujeito da Formação Discursiva) denuncia a heterogeneidade da FD e, assim, do discurso. É a heterogeneidade discursiva própria das práticas discursivas (COURTINE & MARADIN, 1981a). Trata-se do efeito do interdiscurso no interior de uma série de formulações, constituindo o saber próprio de determinada FD, a partir de elementos que lhe são exteriores.

[...] o sujeito do discurso, por ser um sujeito cindido, atravessado por desigualdades e contradições, não é idêntico à forma-sujeito de sua FD. Apresenta-se, por natureza, como um sujeito heterogêneo, e, na relação com o sujeito universal, evidencia sua contradição interna e, também, a não rigidez das fronteiras de sua FD, que tem espaço para heterogeneidade e para contradição. (CAZARIN, 1999, p.136).

Mussalim (2001, p. 124), ao analisar a relação das Formações Discursivas com as Formações Ideológicas, chama atenção para a não homogeneidade presente em ambas:

[...] podemos dizer que uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica. Como uma FI coloca em relação necessariamente mais de uma força ideológica, uma formação discursiva sempre colocará em jogo mais de um discurso.[...]

Orlandi e Guimarães analisam assim a relação sujeito, Formação Discursiva, texto e discurso:

O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto. Essas posições correspondem a várias formações discursivas. (ORLANDI e GUIMARÃES, 1988, p. 53)

Orlandi (1993, p.55) deixa bem clara o que é e qual seria a função do discurso:

O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade, não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção. [...] seu funcionamento, os dispositivos de produção de sentido. [...] o discurso não é reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado por ele. O discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação.

Mainueneau (1984, p. 10) define a Formação Discursiva como “um sistema de coerções que garante a boa formação semântica”; enquanto que a superfície discursiva vem a ser o “conjunto de enunciados produzidos conforme esse sistema”. Seria o discurso o elo entre esses dois elementos, já que é “o conjunto virtual de enunciados que podem ser produzidos conforme as coerções da formação discursiva”.

Ora, por se tratar o discurso de um dos aspectos da materialidade ideológica, só faz sentido para um sujeito se este se reconhece como pertencente a determinada Formação Discursiva. Diz Pêcheux (1993a, p. 169) em relação ao processo de construção do sentido:

[...] afirmamos que o “sentido” de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva ( o que implica de passagem que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo ?) sujeito e recoberto para este último , pela ilusão de ser fonte de sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente [...].

Em suma, para a AD, o sentido de uma palavra ou expressão não existiria em si mesmo – desmistifica-se a idéia de sentido literal<sup>4</sup>. Seria o sentido determinado pelas condições ideológicas e pelo processo sócio-histórico. Sendo assim, vêm a ser justamente as Formações Discursivas o lugar onde as Formações Ideológicas agem, regulando os sentidos e determinando o que pode e o que deve ser dito. É o conceito de Formação Discursiva que

---

<sup>4</sup> Para Orlandi (1984, p. 22), é a literalidade “um efeito do discurso. Para o falante, a literalidade não é um dado que preside ao uso, mas, isso sim, produzida pelo uso”

permite compreender o porquê de um mesmo enunciado significar de forma diversa em distintas situações.

Ou seja, o sentido decorre das enunciações, que, por sua vez, ocorrem no interior da FDs. A Formação Discursiva seria, então, o lugar específico de constituição dos sentidos. As posições ideológicas a que está submetido o enunciador e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição (levando-se em conta também a posição à qual se opõe) é que são os responsáveis pelo sentido. O sentido do texto é dado a partir da FD em que está inserido, da memória discursiva, do interdiscurso.

Desmistifica-se, pois, a idéia de transparência da linguagem, sendo ilusória, portanto, a idéia do sentido óbvio. Ela – AD - procura na exterioridade, que é constitutiva da linguagem, elementos que produzem essa aparente evidência.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação de transparência com a literalidade do significante, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1988, p.160)

Uma vez que é o sentido estabelecido a partir do processo sócio-histórico das Formações Ideológicas que o constituem, é o próprio discurso ao mesmo tempo constitutivo e constituído desse e nesse processo, respectivamente. Resulta o discurso, pois, de um complexo processo de interpelação do sujeito pela ideologia, que faz com que o “dizer” desse sujeito não seja o “dizer” de um “sujeito singular”, mas sim de um “sujeito histórico-social”. Ou seja, o discurso tanto é o resultado do “assujeitamento” desse sujeito, como contribui para a propagação desse “assujeitar”.

Já que não são as palavras em si que significam, mas sim sua realização em enunciados, a significação se estabelece na instância do discurso. Se, por um lado, as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam; por outro, palavras e expressões literalmente diferentes podem ter o mesmo sentido no interior de um discurso. “É a ideologia que fornece evidências [...] que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem [...]. As palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.” (PÊCHEUX, 1988). Por outro

lado, pelo fato de essas mesmas Formações Discursivas não se constituírem em blocos fechados e, sendo assim, as fronteiras entre os processos discursivos entre Formações Discursivas estabelecerem-se no debate com a exterioridade do discurso, criar-se-iam possibilidades de atribuição de sentidos novos a palavras.

Para a AD, o sentido decorre das enunciações, que, por sua vez, ocorrem no interior da FDs. Trata-se a Formação Discursiva, então, do lugar específico de constituição dos sentidos. As posições ideológicas a que está submetido o enunciador e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição (levando-se em conta também a posição à qual se opõe) é que são os responsáveis pelo sentido. É uma Formação Discursiva, pois, uma região de sentidos, que circunscreve o que pode ser dito, com todas as complexidades que isto implica: dizer de um lugar e dizer sempre para o outro. O discurso implica esta relação entre sujeitos, o que leva a dizer que os sentidos nunca estão lá no texto, porém são constituídos intersubjetivamente. O sentido do texto é dado a partir da FD em que está inserido o sujeito, da memória discursiva, do interdiscurso.

Justamente por serem as Formações Discursivas formas através das quais as Formações Ideológicas se concretizam, estão em constante processo de reconfiguração, aproximando ou distanciando os sentidos a serem veiculados em determinada conjuntura, seja para sustento da sua ordem, seja em prol da ruptura da mesma. São as Formações Discursivas, na verdade, “pontos de atracagem” os quais permitem que haja um constante movimento de aproximação e distanciamento entre os sentidos dos processos discursivos. “Esses pontos de atracagem” – que não são apenas pontos, mas formações – têm a forma histórica dos mecanismos ideológicos que se imprimem na relação com o simbólico. Não são jamais únicas, mas sempre plurais, diferentes” (ORLANDI, 1998, p. 11).

O sentido é tido pela AD, portanto, como um efeito de sentido. Consideram-se os contextos imediatos apenas na medida em que fazem parte da história e neles funcionam condições históricas de produção, já que nessas instâncias da enunciação os enunciadores se assujeitam a sua FD. São, então, as Formações Discursivas processos de constituição, que possibilitam que o sujeito assuma um lugar na sociedade, posicione-se no embate travado entre as Formações Ideológicas. Sendo assim, as idéias que o sujeito expressa como suas estão entranhadas das formas ideológicas que traduzem a posição dele, sujeito, na sociedade.



Pêcheux (1990) chama a atenção para o fato de que, quando um acontecimento histórico (como, por exemplo, o movimento feminista) estabelece uma ruptura capaz de gerar uma outra Formação Discursiva, está-se diante de um acontecimento discursivo o qual rompe com a estabilidade anterior e inaugura uma outra estabilidade. É a ruptura instaurada pelo acontecimento discursivo fundacional, uma vez que instaura o novo. Trata-se este processo de um verdadeiro círculo vicioso, uma vez que se, por um lado, o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado; por outro, um acontecimento apenas vem a ser considerado histórico quando se torna discurso.

## 2.7 O Processo de construção de sentido

Para a AD, o princípio fundamental é de que não há sentido sem sujeito. Sentido e sujeito nascem juntos; constituem-se, então, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que intervêm o imaginário e a ideologia: esta interpelando o indivíduo em sujeito; aquele submetendo-se à língua, significando e sendo significado pelo simbólico na história. A noção de sentido é compreendida como efeito de sentidos entre sujeitos. Os sentidos são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos. É então o sujeito, em virtude do efeito ideológico, levado a interpretar o sentido em uma única direção. Como consequência deste processo, tem-se a constituição dos sentidos dissimulada na pretensa transparência da linguagem, bem como a constituição do sujeito do discurso disfarçada na aparência de um sujeito que se diz senhor do seu dizer, fonte do enunciado.

Percebe-se que é como se os sentidos fossem evidentes. A ideologia materializa-se em discursos que estruturam relações de poder<sup>5</sup> nos processos de produção do sentido, fixando-se o sentido do objeto significante, interrompendo-se a polissemia. Por outro lado, sendo o sujeito afetado pela história, é o seu discurso um objeto sócio-histórico que retoma sentidos pré-existentes; desta forma, a condição de produção discursiva faz o discurso significar. É preciso destacar também que são os sentidos produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos.

---

<sup>5</sup> No discurso, articulam-se as diferentes esferas da sociedade, sendo ele constituído pelo e constituinte do conjunto das relações sociais, representando-se e configurando-se as assimetrias presentes nestas relações.



A AD busca explicar os caminhos de construção de sentidos. Esta teoria, para trabalhar a construção de sentido, reúne três regiões do conhecimento em suas articulações contraditórias: a teoria da sintaxe e da enunciação; a teoria da ideologia; a teoria do discurso. Possenti (2002, p. 25) afirma que “o efeito de sentido (o discurso) se produz em decorrência de certos fatos da sintaxe, relacionados com determinadas condições de produção”.

Em resumo, talvez se possam enunciar duas regras de interpretação: a) nunca se sabe, *a priori*, a serviço de discurso está uma estrutura sintática; b) certas estruturas são, no entanto, indícios poderosos de que é aí que o discurso se aloja, tentando esconder-se. (ibidem, p.26)

Possenti (2002, p. 169) discute a noção de “efeito de sentido”, observando que “esse quase slogan acaba sendo lido como efeito da vontade de transformar uma teoria interessante numa doutrina simplificada”. Acrescenta o autor:

[...] Aquela leitura reduzida está longe de representar, mesmo que de forma aproximada, o sentido do texto de Pêcheux.[...] em primeiro lugar, Pêcheux diz que não se trata necessariamente da transmissão de informação. [...] O que Pêcheux propõe, parece, é que a noção de efeito de sentido deve ser concebida como uma espécie de conceito guarda-chuva, para ocupar o lugar da mensagem [...], rompendo assim com a teoria que propõe aquele conceito. [...] O que deve significar que ele propõe apenas [...] que não se trata sempre e unicamente de transmissão de informação;

[...] O mínimo para acompanhar Pêcheux, é compreender que os sujeitos não se reduzem aos indivíduos envolvidos em uma troca interlocutiva, à moda pragmático-interacionista. Mas o fundamental é enfatizar que, no que se refere ao sentido, não se trata mais de concebê-lo como uma mensagem codificada num texto, numa língua, como um conteúdo embutido num código. O que não significa, no entanto, excluir o material lingüístico, verbal [...];

o terceiro ponto, e esse me parece mais relevante, é que, no que se refere ao sentido, trate-se de informação ou de outra coisa, é sempre um efeito que se trata [...] Arriscaria afirmar que, se se trata de um efeito, trata-se de um efeito de uma atividade, e que essa atividade é a enunciação. Isso porque, do ponto de vista desta teoria do discurso, o sentido não está associado simplesmente nem à palavras, nem aos enunciados, mas depende, de alguma forma, exatamente, da enunciação dos enunciados, o que, por sua vez, depende de condições específicas. (ibidem, p. 170)

Vê ainda a AD a construção de sentido como social, definindo-se como momento tenso de apreensão de significados lingüísticos, históricos e sociais. Ela entende que os sentidos não são postos e que as palavras não possuem um único sentido. Ou seja, as palavras não

apresentam um sentido dado aprioristicamente, tampouco significam e mobilizam a mesma região de sentido para todos os sujeitos de modo regular e uniforme. As palavras, expressões, proposições mudariam de sentido conforme contexto em que são usadas e a posição mantida por quem as enuncia, o que implica dizer que tomam seu sentido em referência a estas posições (basta pensar em palavras como ‘liberdade’). Quando o sujeito fala a partir da posição de mulher, por exemplo, o sentido do que diz acontece em relação à ideologia em que o sujeito se inscreve, sendo que este se refere ao contexto estruturado em que as palavras estão inscritas.

Orlandi (1987, p. 144), em relação ao sentido das palavras, afirma que “Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” Para a Análise do Discurso, a enunciação de uma mesma materialidade lingüística, em condições diversas, pode gerar, pois, diversos efeitos de sentido, estando os sentidos diretamente relacionados às condições de produção.

É importante salientar que Pêcheux postula a existência não de uma língua sistêmica ou idealizada, mas sim trabalha com o que chama de “real da língua”: se, por um lado, há a ordem própria da língua, sua organização, onde se depreende a regra, o sistêmico; por outro, há uma ordem exterior, que se impõe no uso da forma material (lingüístico-histórica) do significante. A língua, sob a ótica teórica da AD, é incompleta, é heterogênea; já que afetada pela história, a língua está sempre propícia aos deslizos, aos múltiplos sentidos, à ambigüidade.

Afirma Orlandi (1998, p. 48) que, “ao contrário da completude do sistema (abstrato), a ordem significante é capaz de equívoco, de deslize, sem perder seu caráter de unidade, totalidade”. Pêcheux (1993, p. 75) diz que “o real da língua não tem suas bordas suturadas como uma língua lógica: ele é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do chiste e das séries associativas que o desorganizam / desestratificam sem apagá-lo.” Para Milner (1987), o real da língua fala do impossível, já que é próprio a qualquer língua que não se possa dizer tudo tampouco de qualquer maneira, ou seja, a incompletude é intrínseca a toda língua.

Articulando o impossível lingüístico (real da língua) à contradição histórica (real da história), a partir da mobilização de uma relação entre o real e o

simbólico, Pêcheux pode introduzir a noção de equívoco, com o ponto em que a língua toca à história e ao inconsciente. Trata-se do que comparece à revelia do sujeito, marcando, ou melhor, materializando um esgarçamento do processo significante. Este ponto da teoria é importante porque incide na recusa de um sujeito totalmente onisciente e de um língua sem falhas. Ao contrário, o equívoco aponta para o que está além do controle do sujeito, sendo, ao mesmo tempo, e em função mesmo de sua ausência, constitutivo dele. ( MARIANI, 1998, p. 92)

“Ler” um texto é participar do processo sócio-histórico de produção de sentidos. O dizer, pelo fato de se inscrever em determinado tempo e lugar e ser perpassado pela ideologia, vai compreender a cultura por estar esta inserida numa realidade histórica, a qual caracteriza e distingue as sociedades<sup>6</sup>.

O legado cultural vem a ser, portanto, um bem comum, que constitui o pré-construído para a formação dos saberes e suas relações com práticas discursivas. Sendo assim, como espaço de produção de significação, o texto é lugar em que são representados códigos culturais. Ele é composto de elementos que se constituem em signos que permitem ler a imagem de acordo com os códigos culturais que se carregam. Trabalha o texto com valores amparados em um modelo de representações hegemônicas para que possa ser compreendido e aceito.

---

<sup>6</sup> Santos (2003, p. 15) afirma que “A diversidade das culturas existentes acompanham a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza”. É, pois, a cultura uma realidade histórica, resultante das tradições, dos costumes de um povo.

# ALTERAÇÕES PRÓPRIAS DE SEU SEXO



História 13

(MAITENA, 2003a, p. 5)

Análise: Os sentidos variam de acordo com as estratégias acionadas na construção do discurso, com a constituição dos sujeitos, do meio em que este discurso se materializa, das relações de poder aí estabelecidas. O processo de produção do sentido está presente nas práticas sociais e consiste na forma pela qual, por ação do sujeito, o sentido é constituído. Este ato instituidor de sentido acontece quando o signo é constituído pelo sujeito, ou seja, quando um objeto, uma imagem, passa a, em dado contexto, pela ação do sujeito, ter determinado sentido. No caso da ilustração em questão, é feita uma analogia entre a mulher e o símbolo do feminino e Cristo e sua cruz. Ou seja, retoma-se um já-dito - Cristo teve o seu calvário presentificado materialmente na figura da cruz. Foi ele explorado, desvalorizado, humilhado – , que é ressignificado na figura da mulher: no caso dela, sua cruz vem a ser exatamente ser mulher. A materialidade verbal “Alterações próprias de seu sexo” na verdade acena para o que representaria este fardo que a mulher deve carregar, o qual é biologicamente intrínseco a ela.

Guimarães (1995, p. 66) ressalta que, embora o sentido devesse “ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo”, as forças institucionais trabalham no sentido de determinar e regular os sentidos, estabelecendo limites de significação. Ou seja, essas ditas instituições controlam a produção do saber e o processo de produção de “leituras” e “textos”.

Para Pêcheux (1993a), o sentido não é da palavra, mas sim lhe seria dado a partir das “posições ideológicas” em jogo no “processo sócio-histórico” no qual são elas – as palavras – produzidas. O sentido da palavra seria, então, constituído no seu encontro com a realidade efetiva. Só no discurso a palavra poderia fazer sentido, uma vez que, para que isso ocorra, é preciso observá-la dentro da situação social de que emergiu. O seu sentido não nasce dela mesma, mas sim do “ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual” (BAKHTIN, 1997, p. 313). Para Foucault, o sentido das palavras vai depender da ordem do discurso em que ele se instala.

Os sentidos das palavras podem, assim, mudar de acordo com a situação em que são elas utilizadas e conforme também o lugar social ocupado pelo sujeito que fala. Os sentidos são produzidos no momento em que ocorrem os atos verbais, que materializam uma relação com o momento histórico e com o lugar social ocupado pelos interlocutores. Os processos discursivos estão, pois, na origem da produção dos sentidos, sendo a língua o lugar material em que se realizam os “efeitos de sentido”.

Charadeau (1999) afirma que a construção de sentido se articula a partir de duas condições: de um lado, o sentido da língua: as formas e propriedades lingüísticas; de outro lado, o sentido do discurso que se estabelece a partir de uma situação comunicativa.

De acordo com Orlandi (1998), os sentidos instaurados no texto só serão “traduzidos” com base na relação deste com suas condições de produção, a qual implica o contexto sócio-histórico tanto do sujeito-produtor quanto do sujeito-leitor. Embasados na relação do texto com seu exterior – que lhe constitutivo -, fundam-se, assim, os gestos de interpretação que são repositório das marcas da subjetividade, lugar da relação do sujeito com a língua. Na verdade, é o espaço da subjetividade na linguagem um espaço tenso. O processo interativo da

enunciação evidencia essa tensão constante que constitui os sujeitos e os sentidos, uma vez que há sujeitos e sentidos em conflito na memória discursiva.

É o homem um ser interpretativo. Por haver uma injunção a significar, está o sujeito sempre em atividade de interpretação. Ao proceder a este processo, o faz em condições específicas, acreditando que os sentidos estão nas palavras. Esta crença faz com que aconteça o apagamento das reais condições de produção, propiciando que a interpretação apareça como único e verdadeiro.

Segundo Pêcheux (1993), o analista deve ultrapassar os limites de uma descrição puramente formal do enunciado e ingressar no âmbito da interpretação. Estabelece, ainda, ele que toda descrição estaria intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, podendo inclusive se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro, a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente.

Pêcheux (1993) afirma que a Análise do Discurso trabalha a noção de que todos os enunciados são constituídos por pontos de deslocamento que oferecem lugar à interpretação, a qual não pode ser qualquer uma, já que sofre determinação da ideologia. Interpretar, na perspectiva de Pêcheux, não implica, pois, ver o discurso independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas sim entender que, só pela sua existência, todo discurso permite uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. O sujeito resgata, através da memória discursiva (constituída de esquecimentos e de silêncios), os sentidos que estão ditos em outros lugares e que, ao serem retomados, são re-significados em seu deslocamento.

Acrescenta o autor (ibidem) ainda que todo discurso pode provocar uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele é não só um efeito dessas filiações, mas também um trabalho mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado por determinações inconscientes de deslocamento no seu espaço: não há, pois, identificação plenamente bem sucedida.

O estudo do discurso prioriza, portanto, antes a linguagem em seu ambiente social, procurando revelar as relações de poder que o circundam. Por meio dela – da linguagem – as

relações de poder se concretizam. As relações de poder já estão, obviamente, definidas antes de se concretizarem.

Os discursos se produzem, então, a partir de relações de sentido e de força: daquelas relações, uma vez que todo discurso se relaciona com outros, que o sustentam e o fazem “produzir” sentido. Não possui ele – o discurso – início nem fim, já que se relaciona com outros dizeres realizados, imaginados, possíveis. Orlandi afirma que “[...] o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz.[...]. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação”. (ORLANDI, 2001, p. 40) .

Não sendo a linguagem transparente tampouco o sentido evidente, importa não a organização mas a ordem do discurso em que sujeito se define pela relação com sistema significante. Sendo os dizeres efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e materializadas nos textos, relacionam estes ditos sentidos não só com aquilo que é dito, mas também com o que não o foi e com o que poderia ter sido dito.

Ao analisar a interpretação, a AD joga com seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação; contudo não se procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação, posto que não se concebe a existência de uma verdade oculta, o que há são gestos de interpretação que o constituem. Em outras palavras, o sentido literal vem a ser, justamente, produto da história, produto das relações de força, a partir de que alguns sentidos passam a ser tidos como expressão do real. O estabelecimento de sentidos hegemônicos, concebidos como literais, vem a ser fruto, assim, de disputa, de repetição e de apagamento de outros sentidos possíveis.

Possenti (2002, p. 229-230) se propõe a “defender” a existência do sentido literal. Para tanto, estabelece o que para ele é de fato sentido literal, a partir daí elencando os seus argumentos:

- a) Frequentemente, o sentido literal é confundido com o sentido convencional.[...] o sentido não resulta de convenção, resulta de disputa e posterior imposição. O sentido é histórico e, assim como se disputam bens materiais, disputam-se bens simbólicos, e um sentido que permanece (todos os que permanecem) é um sentido de alguma forma imposto, nunca pactuado, nunca convencional. Observa-se que um sentido ao invés de resultar de uma convenção resulta de uma história

[...] Um sentido pode ser histórico e ao mesmo tempo estar associado sistematicamente a formas. Isto é, histórico não se opõe na literal, mas a convencional.

- b) Argumentos contra o sentido literal podem provir de uma característica das palavras, sua polissemia. [...] o problema decorre de escolher de qual literalidade se trata.[...] Parece razoável afirmar que uma palavra pode ter vários sentidos literais simultaneamente [...]. O sentido literal não precisa ser unívoco para ser literal.
- c) [...] O sentido literal não deve ser confundido com sentido preciso e exato. [...]
- d) O sentido literal de uma palavra não precisa incluir a totalidade dos predicados de um objeto que refere (quando for o caso) ou de uma representação que determinada cultura cria. [...] As línguas não se destinam a dizer uma verdade que seja relativa às coisas “em si”. O que caracteriza a literalidade de um sentido é sua inserção numa cultura, e não o fato de que uma palavra expressa essência. [...] A literalidade é função de uma associação sistemática (até entre palavras e coisas), não de sua capacidade de expressar a essência das coisas.
- e) [...] Não é necessário exigir que o sentido, para ser literal, seja originário, etimológico, antigo e sempre o mesmo. Duradouro opõe-se a passageiro, não a literal.
- f) Um sentido para ser literal não precisa ser universal [...]

É importante destacar também que os processos de produção, circulação e interpretação dos sentidos não se dão de forma linear e homogênea, não sendo possível apreendê-los totalmente a partir de um único texto, já que sempre um texto retoma outro que ressoa em outro. Não se encontra, portanto, o sentido no texto, mas sim na sua relação com quem o produz, com quem o lê, com outros textos. O sentido, pois, ao mesmo tempo que não é qualquer um, não é somente um.

Como não poderia deixar de ser, a construção dos quadrinhos insere-se no processo sócio-histórico de produção de sentidos, em cujo interior as relações são construídas pelas instituições produtoras de textos de uma sociedade, que realizam o trabalho significativo de uma cultura. A relação entre linguagem, pensamento e mundo instala-se no discurso.

[...] os sentidos não são os mesmos para os diversos falantes locutores situados em lugares sociais diferentes [...]

Além disso, há outro aspecto relevante: alguns falantes se dão conta e outros não, da carga negativa ou positiva de certos termos; ou, alternativamente, alguns falantes se dão conta da carga negativa de certos termos apenas quando aplicados inadequadamente.[...]

A significação apresenta-se como tendo a seguinte dupla face: ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte é ela que os faz serem os discursos que são. (POSSENTI, 2002, P. 43)



Os quadrinhos, como qualquer outro meio de comunicação de massa, entretanto, não retrata a realidade, mas sim produz formas simbólicas de representação da relação do homem com a realidade concreta. A relação discurso / identidade social também se estabelece, já que esta constitui-se, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes.

De acordo com Orlandi (1998), os sentidos instaurados no texto só serão “traduzidos” com base na relação deste com suas condições de produção, a qual implica o contexto sócio-histórico tanto do sujeito-produtor quanto do sujeito-leitor. Com base na relação do texto com seu exterior – que lhe constitutivo -, fundam-se, assim, os gestos de interpretação que são repositório das marcas da subjetividade, lugar da relação do sujeito com a língua.

### 2.7.1 A paráfrase e a construção do sentido

Em se tratando de construção de sentido, não se pode deixar de mencionar a paráfrase que é tida por Pêcheux e Fuchs (1993a, p. 169) como a própria “matriz do sentido”.

Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito.

Segundo Maingueneau (1997), a parafraseagem é uma operação metadiscursiva de grande importância, através da qual podem-se tornar equivalentes, no discurso, expressões cuja paridade não é estabelecida pela língua.

O locutor, ao parafrasear, assume uma posição de exterioridade em relação ao seu próprio discurso. Termina por se colocar numa posição superior ao locutor comum, já que capaz de corrigir as possíveis armadilhas e imperfeições da língua. Maingueneau (1997, p. 96) afirma que a paráfrase é “uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso”. Ela termina por estabelecer a identidade da Formação Discursiva, uma vez que tem o poder de controlar toda uma rede de desvios. Neutraliza outras possíveis “interpretações”, direcionando o texto como se um único fosse o seu sentido.

Quando François Mitterrand, buscando defender a política de rigor de seu Primeiro-Ministro, Laurent Fabius, lembra a necessidade de ‘um crescimento sadio, isto é, um crescimento sem inflação e ancorado sobre um aparelho modernizado e fortalecido de produção’, ele bloqueia a infinitude de possíveis interpretações de *sadio*, fornecendo um equivalente que, em vez de explicitar um sentido unívoco, garantido por algum saber econômico, o constrói em sua enunciação. Poder-se-ia objetar que isto ocorre por ser *sadio* um adjetivo avaliativo cuja significação está disponível para os mais variados investimentos. Na realidade, nenhuma parafrase é discursivamente neutra: até mesmo uma parafrase como ‘a democracia, que significa o governo pelo povo’ não reproduz um sentido contido em algum dicionário absoluto. (MAINGUENEAU, 1997, p.96)

Ou seja, muitas vezes, o uso da parafrase, tal como Maingueneau assinalou, tem como objetivo bloquear outra interpretação que não a única tida como ideal pelo autor. Obviamente que o posicionamento do sujeito revela claramente a formação ideológica a que ele pertence. Para tanto, não raras ocasiões termina-se por estabelecer relações de equivalência, no discurso, entre elementos em que essa não é dada pela língua.

Possenti (2002, p. 23) chama atenção para o fato de a parafrase prescindir da existência de uma seqüência discursiva anterior:

Quando se diz que a produção do sentido repousa sobre a possibilidade de relacionar uma seqüência a uma formação discursiva, isso não significa que, na leitura de um texto, seja necessário confrontá-lo materialmente com outro texto (daí a relevância da noção de memória discursiva). A noção de parafrase pode operar sem que ele se realize materialmente, isto é, mesmo que não seja sob a forma de uma relação material de diferentes seqüências efetivas. Tal relação pode inclusive operar fora da consciência daquele que escreve, escuta ou lê. Isso se deve ao fato de que a materialidade das formações discursivas não se reduz à materialidade das seqüências discursivas.

Pode-se definir parafrase e polissemia em termos discursivos como a possibilidade de fronteira entre o mesmo e o diferente. Pelo movimento parafrástico, é possível determinar que, em todo dizer, há algo que se mantém: o dizível, a memória. Estabelece-se, então, um processo de estabilização dos sentidos, quando são produzidas diferentes formulações em torno de um mesmo dizer. Já pelo movimento polissêmico, acontece o deslocamento, a ruptura em processos contínuos de significação, quando se joga com o equívoco. Observa-se que há sempre o mesmo que se mantém (interdiscurso), e o diferente que são os espaços de interpretação. O sentido sempre pode, assim, ser outro, a depender dos gestos de interpretação, o que vem a dar lugar para o deslocamento. Ou seja, entre o já-dito e a

repetição, há o sujeito que interpreta, produzindo deslocamentos, transferências, outros sentidos, no trabalho contínuo do equívoco. (ORLANDI, 1998).



Análise: Analisar um discurso requer encontrar determinadas marcas, vestígios, deixados pelo sentido. Consiste a paráfrase no movimento de construção e reforço do mesmo sentido por estratégias e expressões variadas. As marcas são os rastros desta significação, essas regularidades que vão reunindo enunciados únicos em torno de um sentido que se repete. Trata-se a paráfrase de um gesto de interpretação uma vez que através dela o sujeito busca ouvir o que está sendo dito e o que foi silenciado, mas que tecem o sentido dos signos, que, por sua vez, colocam o discurso em funcionamento. No cartum, o que vem a ser ‘ser boba’ é abordado em seus vários aspectos no transcorrer dos quatro quadros. Observa-se que sempre, porém, se remete a um mesmo sentido: ser dependente do homem, seja intelectualmente, emocionalmente, economicamente. Reforçam-se aí visões estereotipadas da mulher: leva uma vida fútil (quadro 1), sente-se culpada quando alguma coisa vai mal no casamento (quadro 4). Outro aspecto interessante é que o tempo todo no cartum a representação da mulher se estabelece em contraponto à do homem, este sendo representado como ocupado, culto, bem sucedido.

### 2.7.2 O silêncio e a construção do sentido

O silêncio não deixa marcas formais, apenas pistas, vestígios que nos permitem apreender o seu sentido. (ORLANDI, 1992) É preciso, pois, observá-lo indiretamente, utilizando “métodos (discursivos) históricos, críticos, des-constitutivistas” (ibidem, p.47 ). Só a sua análise possibilita averiguar como se instauram processos significativos complexos que apenas podem ser observados na materialidade discursiva. Assim, mais do que analisar o dizer e o não-dizer, faz-se necessário refletir, enfocando e interpretando o silêncio não apenas como possibilidade de significação mas como fonte de sentido.

Na verdade, no viés do que está sendo dito, são bordados dizeres e silêncios plenos de significação. O traçado do não dito reclama, pois, interpretação: o que o sujeito deixou de dizer ao dizer e por quê? O que foi silenciado no dito? Qual o sentido latente no que falta dizer? Tratando-se os dizeres de efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e materializadas no texto, estes sentidos relacionam-se não só com o que é dito, mas também com o que poderia ter sido dito e não o foi.

A AD postula que não se pode dizer tudo, porém que aquilo que não se disse permanece presente, produzindo efeitos, uma vez que diz respeito à memória histórica do dizer. Ou seja,

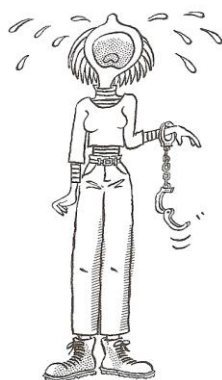


ao se dizer algo, apagam-se outras possibilidades do dizer em dada situação: “No apagamento é que entram tanto as relações de poder, quanto as formas de resistência do próprio poder, que, por sua vez, se fazem necessariamente acompanhar do silêncio” (ORLANDI, 1992, p. 50). Trata-se, assim, a negociação que o sujeito trava com a palavra de um jogo discursivo o qual construirá um dito marcado pelo que não foi dito, pela incompletude.

Segundo Orlandi (ibidem.), há silêncio nas palavras, pois todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Acrescenta ainda que muitas vezes fala-se para silenciar. O silêncio encarna em si mesmo significados outros que, por não serem ditos, fazem com que as palavras carreguem em si o silêncio, tendo em vista que o sentido sempre pode ser outro. Chama atenção, porém, ainda a autora para o fato de que “em sua relação com a linguagem, o silêncio não necessita referir-se ao dizer para significar, ele significa por si mesmo”.

Procura, pois, a AD “escutar o não dito naquilo que é dito, como a presença de uma ausência necessária [...]. Só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 34)

UM COSTUME  
INALTERÁVEL,  
O CASAMENTO



Análise: No texto, ao se colocar a mulher sozinha, chorando e algemada, remete-se ao sentido de que casamento é prisão, esta última aqui simbolizada por um par de algemas. Além do mais, infere-se que seria a mulher quem estaria prendendo o homem, uma vez que este fugiu (a outra alga foi aberta); bem como que, sem o casamento, ela se sente perdida, desesperada (materialidade não verbal: forma como personagem é retratada indica isto). Deixa-se de dizer da possibilidade de haver um bom casamento, de que o homem não sinta necessidade de fugir; deixa-se de dizer que o casamento também é importante para os homens (a figura representada como inconsolável é a mulher. A própria ausência do homem da ilustração remete ao fato de ele já estar longe). Isto acaba por trazer a história atrelada ao que é dito: casamento é algo desejado pelas mulheres, representa prisão para o homem; os homens só casam porque as mulheres o pressionam. Ao se dizer “um costume inalterável, o casamento”, silencia-se quanto à possibilidade de a mulher não querer casar (inalterável: não passível de mudança. Mudam os tempos mas a postura da mulher em relação ao casamento continua a mesma). Há, pois, silêncio no que é dito. Ratifica-se que os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas. Estes efeitos de sentidos estão presentes no modo como se diz. O silêncio estabelece uma margem discursiva: um império de silêncio, um mundo de vozes que não são ouvidas e aquilo que não é ouvido passa a existir às margens do discurso. Essas margens discursivas estabelecidas pelo silêncio são constitutivas do texto. Sendo os dizeres efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e materializadas no texto, esses sentidos relacionam-se não só com o que é dito, mas também com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi.

Procurar entender a relação do silêncio com a linguagem significa, portanto, problematizar a questão da completude tanto do sujeito quanto da linguagem. A idéia da falta, da falha, enfim, da incompletude do sentido e do sujeito é condição para a pluralidade do sentido e do próprio sujeito. É o silêncio que gera essa possibilidade: quanto mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta.

## CAPÍTULO 3

### MICHAEL FOUCAULT

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.  
(FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. p. 26)

Faz-se de real relevância a realização de estudos de gênero numa perspectiva foucaultiana, uma vez que permite que se ultrapasse a análise tradicional de construção de papéis sociais e se instaurem estudos que tomem o gênero como constituinte das identidades dos sujeitos. Sendo assim, tornam-se de fundamental valor para este trabalho as reflexões a que Michel Foucault procede.

#### 3.1 As fases de Foucault

Tomando como ponto de partida construções metodológicas renovadoras, representadas por uma Arqueologia do saber e por uma Genealogia do poder, Foucault problematiza questões como o saber, o poder, a moral. É a Arqueologia representada nas obras que problematizam o saber: “História da Loucura” (1961), “O nascimento da Clínica” (1963), “As palavras e as Coisas” (1966), “Arqueologia do Saber” (1969), “A ordem do Discurso” (1971). Já a Genealogia discute a questão do poder em “Vigiar e Punir” (1975), “História da Sexualidade I - a vontade de saber” (1976) e “Microfísica do Poder”, obra que encerra um conjunto de textos (entrevistas, palestras) organizados por Roberto Machado (1979). Nas suas obras “História da Sexualidade II - o cuidado de si” e “História da Sexualidade III - o uso dos prazeres” (1984), Foucault se preocupa e se ocupa com a questão da moral (BARBOSA, 2001). Observa-se que, nos últimos livros da História da Sexualidade, Foucault adota uma mudança importante: o ressurgimento da subjetividade, do ‘lado de dentro’, não como uma entidade cognoscente, mas sim como uma auto-referência diante do poder e dos discursos. O

Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si fariam parte de uma terceira e última etapa do filósofo, em que seu objeto não seria mais o saber ou o poder, mas a procura de um ‘lado de dentro’.

Na sua chamada “fase arqueológica”, procurou Foucault definir de que maneira a “transformação histórica dos saberes” propiciou o surgimento das ciências humanas, tentou aí compreender a história desses saberes; já na sua dita “fase genealógica”, ele analisou as relações entre os saberes e os poderes. Estabeleceu então que há inúmeros micro-poderes na sociedade (micro-física do poder). A genealogia busca, pois, investigar mudanças que não se restringem ao plano do sentido e da comunicação, mas integram sistemas e normas de produção de saberes que sancionam, validam, produzem e participam de esquemas de poder. Na sua terceira fase, preocupou-se em estudar “as técnicas de si, da governabilidade”. (GREGOLIN, 2004a). Suas pesquisas focalizam, então, as condições de emergência dos sistemas de conhecimento (arqueologia) e as condições de funcionamento do saber na perspectiva do poder (genealogia).

Veiga-Neto (2003) prefere fazer uso, em vez de fases ou etapas, da expressão “domínios foucaultianos” para designar “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”: no primeiro destes três domínios, Foucault faz uma arqueologia dos sistemas de procedimentos que têm por fim produzir, distribuir, fazer circular e regular enunciados, bem como se preocupa em isolar o nível das práticas discursivas e formular regras de produção e de mudança dessas práticas. No segundo domínio, é o poder visto como elemento capaz de explicar como os saberes são produzidos e como o sujeito se constitui na articulação entre poder e saber. Ou seja, é a genealogia vista como um tipo especial de história. Finalmente no domínio ser-consigo, Foucault trata da relação de cada um consigo próprio - com o sexo ou por meio do sexo - e de como se constitui e emerge a subjetividade. Em outras palavras, trata da ética, concebida como a “relação de si para consigo”.

Constata-se que, em Foucault, o enfoque dado à subjetividade varia, sendo a partir de três modos principais que os indivíduos passam a ser tomados como sujeitos. Esses modos correspondem a etapas de sua obra:



- Na **primeira fase**: destacam-se “As palavras e as Coisas” e “A arqueologia do Saber”. Foucault aí critica o papel que corresponde ao “sujeito cognoscente” na história da filosofia ocidental.
- Fazem parte do **segundo período** “História da Loucura”, “Nascimento da Clínica”, “A Ordem do Discurso” e “Vigiar e Punir”. A tese principal é a de que, em nossa cultura, uma completa rede de relações de poder, definida por Foucault como “a microfísica do poder”, seria o principal esteio para a transformação dos seres humanos em sujeitos. A noção de sujeito aí se baseia em uma tecnologia do corpo conectado com a natureza racional do poder e com o caráter normativo da razão.
- Na **última fase**, o autor se concentra nos modos pelos quais os seres humanos se transformam em sujeitos: entende a sexualidade como o campo no qual proliferam com maior força em nossa cultura as práticas discursivas e, portanto, os efeitos de verdade normativos.

### 3. 2 O discurso

Segundo Gregolin (2004a), o objetivo final de Foucault não seria o estabelecimento de uma teoria do discurso, embora estivesse uma reflexão sobre ele – o discurso - imbricada a todas as suas temáticas, uma vez que, para Foucault, “as coisas não preexistem às práticas discursivas”; mas sim o de analisar e discutir as relações estabelecidas “entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental”. Ao analisar o discurso, deve-se ir em busca dos enunciados de certos discursos, de certos regimes de verdade, próprios de uma época, produzidos, veiculados e recebidos de formas muito específicas, que falam de um certo tempo e lugar, que falam de determinadas relações de poder, que produzem sujeitos de uma certa forma.

Nossa civilização desenvolveu o mais complexo sistema de saber, as mais sofisticadas estruturas de poder: o que fez de nós tal forma de conhecimento, tal tipo de poder? De que maneira tais experiências fundamentais da loucura, do sofrimento, da morte, do crime, do desejo e da individualidade estão

relacionadas, mesmo que não tenhamos consciência disso, com o conhecimento e com o poder? Estou certo de jamais encontrar a resposta; mas isso não deve significar que devemos renunciar a pôr a questão. (FOUCAULT, 2006, p. 136)

Para Gilles Deleuze (1990, p. 158), “As três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo algum, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si”.

Na verdade, o discurso torna-se o conceito central da investigação arqueológica, que o localiza precisamente entre a estrutura e o acontecimento, por conter, de um lado, as regras da língua e, de outro, aquilo que é efetivamente dito. Foucault. (1972), em A arqueologia do saber, afirma que os discursos não confrontam nem associam realidade e língua, léxico e experiência; nem devem ser vistos como conjuntos de signos que aí estão para remeter a este ou àquele conteúdo, a esta ou àquela representação. Não há nos discursos um “olhar imparcial”, despossuído de todo o poder. Todo “olhar” já é uma “interpretação”, uma posição, um lugar de vislumbre, um lugar de poder. Os discursos são sempre práticas que efetivamente “formam os objetos de que falam” (ibidem, p. 56), e não se reduzem a um conjunto de “falas”, de imagens ou de textos selecionados para análise.

Foucault (2000) vem a conceber os discursos como saberes, isto é, compreensões produzidas pelas sociedades sobre as relações humanas. Fazem-se eles presentes e constituem as práticas, as relações sociais, as instituições e as representações, ou seja, o social. Desta forma, o social não é concebido como uma totalidade organizada a partir de um centro o qual determina seu funcionamento, constituindo-se sim em um conjunto múltiplo de discursos (PINTO, 1989, p.39). O discurso é, portanto, muito mais que um simples instrumento da comunicação, que simples substituto da força física segundo o senso comum. Deve ser compreendido como um exercício do poder, como algo que é, de acordo com Foucault, um “poder de coerção” do qual todos querem se apoderar, aquilo pelo que se luta. Trata-se, pois, de pensar o discurso como um ato que determina sentidos historicamente datados, não como o mero tradutor de uma realidade dada *a priori*, por ele imediatamente representada.

Os arranjos estratégicos na trama das relações de poder, através de múltiplas coerções, estabelecem a organização discursiva dos saberes por meio de técnicas, estilos e modalidades de ordenação, nas diversas configurações sociais em todos os momentos históricos. Tal

organização é que imprimirá ao discurso efeitos de verdade, ou seja, que tornará o discurso verdadeiro. Não se pode deixar de considerar que cada sociedade tem o seu “regime de verdade”, isto é, os mecanismos, os procedimentos e o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funcionará ou qual o discurso que funcionará como verdadeiro. A verdade deve ser compreendida como o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder.” (FOUCAULT, 1984)

Assim, os discursos se sucedem e se alternam como discursos verdadeiros, já que a temporariedade dos arranjos estratégicos das relações de poder determina a provisoriedade dos procedimentos os quais gravam o discurso com os efeitos de verdade. Há, portanto, uma constante luta das práticas discursivas pela verdade, pela hegemonia de um dado discurso. Nas sociedades contemporâneas, a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias maneiras, de uma imensa difusão e de um imenso consumo; é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas). (FOUCAULT, 1984)

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1996, p. 12)

Para Foucault (1972, p. 60), discurso e poder estão imbricados:

[...] uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.

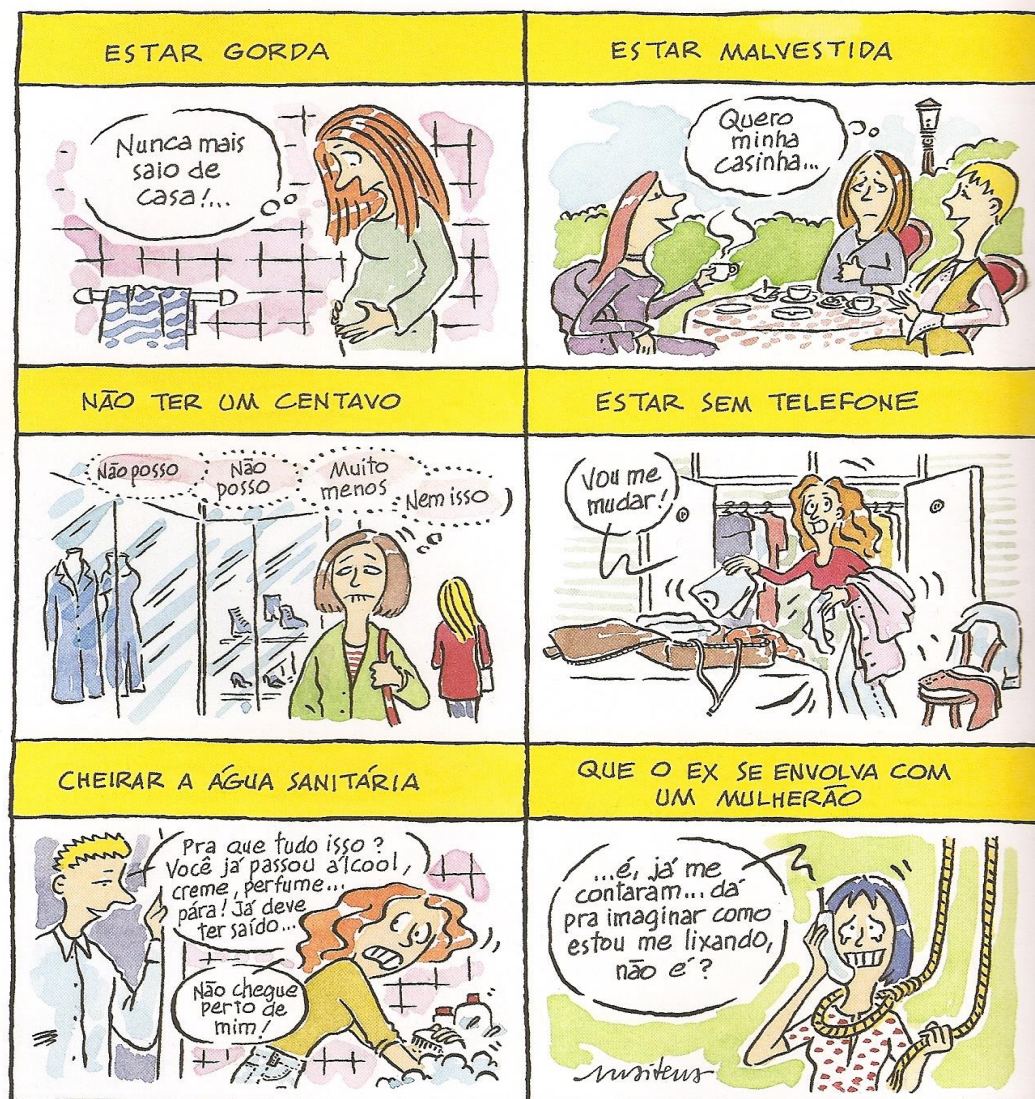
Observa-se que Foucault concebe o discurso a partir de uma teoria não subjetivista de enunciação:

Se renunciará, portanto, a ver no discurso um fenômeno de expressão, a tradução verbal de uma síntese efetuada por outra parte; ao contrário, se buscará nele um campo de regularidade para várias posições de subjetividade. O discurso assim concebido não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que diz; é, ao contrário, um conjunto onde é possível determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. (FOUCAULT, 1972, p. 90)

Para o autor, haveria, ainda, as condições de produção e de emergência de certos discursos que circulam, por exemplo, em determinados produtos da comunicação de massa, como é o caso dos quadrinhos, em sua relação com os vários poderes, saberes, instituições que nele falam, em certa época e lugar; trata-se das práticas institucionais, dos acontecimentos políticos, dos diferentes processos econômicos e culturais que, como preconiza Foucault, não seriam “expressão” de um discurso nem sua causa imediata, mas algo “que faz parte de suas condições de emergência” (FOUCAULT, 1972, p. 187).

A comunicação de massa e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação dos saberes tidos como verdadeiros de nosso tempo, ela se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, o reduplicaria, todavia sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente reduplicando algo e produzindo seu próprio discurso, sobre a mulher, sobre a criança, sobre o homem, sobre ser mãe etc.

## Seis coisas que fazem uma mulher se sentir mal



História 1

(MAITENA, 2003, p.8)

Análise: Vão se conferindo sentidos aos acontecimentos, objetos, grupos sociais, pessoas, sentimentos, desejos, em todas as dimensões da vida. As mulheres muitas vezes afirmam como seus, como verdades suas, os ditos que circulam sobre intimidade sexual e amorosa, sobre necessidades de consumo e assim por diante. Produzem-se verdades, modos “verdadeiros” de ser. Não se pode esquecer que a verdade está “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1984, p. 8) Isto pode ser percebido nas materialidades verbais e não verbais do cartum, uma vez que saberes e poderes instituídos constituem as mulheres do cartum, estabelecendo verdades com relação a seus corpos (quadro 1); seu modo de vestir

(quadro 2); a sua relação com outras mulheres e com ex-companheiros(quadro 6); com o que se chama da "esfera pública"(quadro 2); com suas necessidades / dependências (quadros 3 e 4) e assim por diante. Pode-se observar de que modo se produzem certas formas de sujeição, relativas a como se investem tempo e energia na transformação dos corpos, no caso específico do cartum, femininos; bem como se dão as inúmeras práticas aprendidas diariamente sobre os modos de olhar o outro, de se olhar, de se constituir em mulheres, em mães.

Foucault toma-o – o discurso - ainda como “conjunto de enunciados na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva”, um conjunto limitado de enunciados em função dos quais podemos estabelecer um conjunto de condições de existência, um espaço de regularidades – conjunto de normas às quais o indivíduo deve obedecer quando participa do discurso - pautadas a partir de condições de produção.

Para Foucault, a análise do campo discursivo deve ser orientada com o seguinte objetivo:

[...] de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui [...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar" (FOUCAULT, 1972, 105).

Foucault assim define o enunciado:

É, em seu modo singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material), indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem [...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente em relação às diversas unidades [...] é uma função de existência que pertence, em particular, aos signos [...] é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 1972, p. 108-109)

Descrever enunciados de um discurso é apreender esse mesmo discurso como acontecimento, como pertencente a uma certa formação discursiva (o discurso feminista dos anos 1960, por exemplo), como ligado a um certo regime de verdade e, ainda, como diretamente relacionado à constituição de sujeitos individuais e sociais. Foucault, ao analisar o enunciado quanto à sua

materialidade, condição mesma da sua existência, estabelece, pois, ser ele um acontecimento singular, que, ao mesmo tempo, está aberto à repetição, à transformação e à reativação, desta forma estando ligado não somente à situação concreta que o provocou e a enunciados que o precederam, mas também àqueles que o seguem.

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas como um objeto (igualmente) entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente, destroem. [...] ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga. (FOUCAULT, 1972, p. 131-132).

O acontecimento discursivo pressupõe a anterioridade de um há linguagem (ibidem), a anterioridade do murmúrio anônimo. Ninguém diz nada sem ter ouvido dizer, sem estar neste ou naquele lugar, bem como sem ser ele próprio muitas coisas diferentes: um estatuto, uma posição, vários ‘eus’ até. Constata-se que a noção de acontecimento discursivo, reconfigurada por Foucault em *A arqueologia do Saber*, constitui-se em um princípio teórico-metodológico com o qual é possível analisar o discurso na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, destituí-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas.

A rejeição da noção de origem tem respaldo na filosofia proposta por Nietzsche, segundo a qual interpretar não é o mesmo que buscar um suposto significado original, uma vez que é o discurso que instaura a interpretação. Como salienta Veyne (1998), em cada época o conjunto de práticas discursivas engendra sobre um determinado objeto do saber um rosto histórico singular, uma determinada objetivação. É nesse movimento entre o discurso e a história que a descontinuidade manifesta-se com todo o seu vigor. Por conseguinte, o discurso é um relacionamento complexo e esse relacionamento define as próprias regras de exercício ou de existência da enunciação e dos enunciados.

Embora estabeleça como outra característica atribuída ao enunciado a “lei da raridade”, Foucault afirma que, em contrapartida, existiria “uma multiplicidade de enunciações” (POSSENTI, 1995, p. 49). Assim, enunciados diferentes em sua forma, dispersos no tempo,

formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto. Segundo Possenti, “As análises de Foucault tentam mostrar como é necessário que haja numerosas alterações num campo de saber (nos domínios não discursivos, inclusive) para que um novo enunciado aconteça”. (POSSENTI, 1995, p. 49)

Também se poderia estabelecer um grupo de enunciados definidos por seu tipo ou forma de encadeamento; ou que abordam conceitos permanentes e coerentes; ou que persistem com temas que tenham uma mesma identidade. Desta maneira, poder-se-ia dizer que, no caso em que se pudesse descrever uma regularidade e/ou dispersão de objetos, conceitos, tipos de enunciação ou temas, ter-se-ia uma formação discursiva. Por outro lado, uma formação discursiva está localizada historicamente pois “ela determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, de transformações, de mutações, de processos” (FOUCAULT, 1972).

Molécula menor de uma Formação Discursiva, o enunciado não é, pois, uma unidade passível de ser definida com base em elementos identificadores da frase, da proposição ou dos atos de fala, já que o que vem a possibilitar a tais elementos condição de existência material é aquilo que Foucault chama “função enunciativa”, a qual atravessa um domínio de estruturas e de unidades possíveis, fazendo com que irrompam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. A função enunciativa designa “o fato de ele – enunciado - ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2004, p. 89).

O enunciado vem a ser, então, um conjunto de signos em função enunciativa, isto é, a sua característica fundamental é a de ser um elemento do nível do discurso. O sujeito, o domínio associado e a existência material constituem os três elementos responsáveis pelo exercício da função enunciativa cuja especificidade é a de cruzar as estruturas e as unidades lingüísticas ou não, fazendo-as aparecerem, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. Toda a reflexão sobre o enunciado deve se centrar na descrição do exercício da função enunciativa de que os enunciados são portadores. Essa função não confere às unidades diversas (frases, proposições, atos de fala, quadro de signos) um sujeito, mas um conjunto de posições subjetivas possíveis. Ela não lhes estabelece um limite, uma vez que as coloca em um campo associado, que



permite a coexistência. A função enunciativa não determina a identidade dessas unidades, e sim o regime de sua espessura material, que permite a repetição ou a transformação do enunciado.

Constata-se que, ao contrário da proposição, para o enunciado, por se encontrar ele no plano do discurso, não existem formulações equivalentes; ao contrário da frase, sua existência não está, forçosamente, veiculada a uma estrutura lingüística. O que tornaria a frase, a proposição ou o ato da linguagem um enunciado seria a função enunciativa (o fato de ser produzido por um sujeito – com quem mantém uma “relação determinada” - , de um determinado lugar, a partir de regras sócio-históricas que o determinam). Entre o enunciado e o que ele enuncia há uma relação que envolve os sujeitos, passa pela história, a qual envolve a própria materialidade do enunciado. Na verdade, o enunciado se define em relação a uma Formação Discursiva ao mesmo tempo em que define essa mesma Formação Discursiva.

Em relação ao sujeito do enunciado, Foucault afirma que não pode ser tomado somente como elemento de uma estrutura gramatical, tampouco é idêntico ao autor (instância produtora) do enunciado. Ou seja, não é um indivíduo, mas sim uma posição - que pode ser ocupada por indivíduos diferentes -, uma função a qual pode permanecer idêntica a si mesma ou se modificar a cada frase.

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser ocupada por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos [...].(FOUCAULT, 1972, p. 117)

Para Foucault, seria o fato de poder localizar na frase a posição de sujeito o que a tornaria um enunciado:

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito.(FOUCAULT, 1972, p. 119-120).

Ainda, para o autor, uma frase só se tornaria enunciado caso inserida em um “campo associado”. Enunciado coexiste e se relaciona com uma série de formulações, no interior das quais se posiciona, a que se refere (memória), para as quais aponta - “não há enunciado, que, de uma forma ou de outra, não reatualize outras formulações” (FOUCAULT, 1972, p.123) -, com as quais divide o status. De acordo com Foucault (ibidem), enquanto a formulação vem a ser a seqüência lingüística efetivamente produzida, trata-se o enunciado de um esquema governado pela ordem da repetibilidade. Sua regularidade seria garantida por um “campo associativo”, que faz com que não só esteja ele ligado a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas; porém – e principalmente – a enunciados que o precedem e o seguem.

[...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. [...].(FOUCAULT, 1972, p. 124).

### 3.3 As Formações Discursivas

Foucault concebe o discurso como um conjunto de práticas discursivas que estabelecem os objetos sobre os quais enunciam, delimitam os conceitos, legitimam sujeitos. Trata-se de um acontecimento e de uma prática regulamentada, que conta com um certo número de enunciados. Para ele, o discurso é uma prática social e, como tal, constitui-se a partir de suas condições de possibilidade. Em virtude justamente dessas mesmas condições de produção, é que surgiriam regras que determinariam seu funcionamento. Ou seja, seriam as práticas discursivas reguladas por aquilo que Foucault chamou de Formação Discursiva – conjunto de regras que determinam aquilo que pode e o que deve ser dito. Constituiriam essas um conjunto de enunciados submetidos a uma mesma regularidade e dispersão (paradoxal integração do mesmo e da diferença nas Formações Discursivas) na forma de uma ideologia, teoria, ciência.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os tipos de objetos,

os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos), diremos, por convenção, que se trata de uma Formação Discursiva (FOUCAULT, 1972, p.43)

Tratar-se-iam elas de um conjunto de relações que articulam um discurso, que atuam como regulamentações da sua ordem, permitindo, por exemplo, a circulação de determinados enunciados em detrimento de outros, para definir ou caracterizar um objeto. São as Formações Discursivas responsáveis pela definição da identidade e do sentido dos enunciados. Ou seja, se o sentido constitui-se a partir da relação entre os enunciados e se essa relação é determinada pela Formação Discursiva, conclui-se que os efeitos de sentido são produtos das Formações Discursivas.

Observa-se que a noção de prática discursiva é essencial para a compreensão da noção de discurso. Por práticas discursivas, entende Foucault as regras anônimas, constituídas no processo histórico, isto é, determinadas no tempo e delimitadas no espaço, as quais, em determinada época e em determinada comunidade, definem as condições que possibilitam qualquer enunciação. Seriam os discursos que envolvem o saber, o poder e os sujeitos, quer organizando relações de desigualdade, de poder e controle; quer construindo relações discursivas específicas em situações localizadas. As relações discursivas, as quais caracterizam o discurso enquanto prática, envolvem o status do sujeito, o lugar institucional de onde ele fala e sua relação com o sujeito com que concorda, discorda, etc. (FOUCAULT, 1972)

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva [...] é constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história; unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. [...] Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. [...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (ibidem, p. 146-7)

## Seis coisas que não podemos pedir a um homem



História 2

(MAITENA, 2003a, p. 13)

Análise: No saber que configura a FD que está determinando o dizer deste cartum, há algumas regras – aceitas como verdadeiras – que devem ser obedecidas pelas mulheres em prol de se manter uma relação afetiva harmônica. Materializam-se discursividades que reafirmam que à mulher é que caberia a responsabilidade por cuidar desta pretensa harmonia. Observa-se que estas citadas regras se encerram em coisas que não devem ser “ditas” ao homem, pois implicariam alterações no seu – dele - mundo.

Cherryholmes (1993) afirma que as práticas discursivas são determinadas – ao mesmo tempo que o determinam – pelo contexto social, político, histórico e institucional. Concebe-as como discurso que fabrica normas, convenções, instituições, relações e narrativas pessoais, além de definir regras para o sujeito participar desse discurso. Determinariam a prática discursiva os objetos, enunciados, conceitos e temas, possibilitando que se a encare como forma não autônoma, mas vinculada às práticas sociais.

Segundo ele, o saber veiculado no discurso é tomado como verdade, sendo ainda gerador de poder. Na verdade, é o discurso “o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente”.

Foucault (1984, p. 56) concebe a verdade da seguinte forma:

A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ele acolhe e faz circular como verdadeiros.

Foucault (1996, p. 17-18) discute poder, saber, verdade:

Basta pensar em toda a armadura de saber por intermédio da qual nós deciframos as palavras [...] Se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor). [...]

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apóia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído.

E creio que esta vontade de verdade, por fim, apoiando-se numa base e numa distribuição institucionais, tende a exercer sobre os outros discursos — continuo a falar da nossa sociedade — uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento. Estou a pensar na maneira como a literatura ocidental teve de apoiar-se, há séculos a esta parte, no natural, no verossímil, na sinceridade, e também na ciência — numa palavra, no discurso verdadeiro.

Foucault (1996, p. 8-9) mostra como a liberdade do discurso é cerceada:

[...] em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um número de procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar seu peso, sua temível materialidade”.

Segundo Foucault (1996), então, na sociedade há vários mecanismos que permitem o controle do discurso:

- princípios de exclusão: 1. a interdição (a palavra proibida); 2. a separação e a segregação; 3. a vontade de verdade: esses “concernem à parte do discurso que põem em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 1996, p. 19);

É claro que sabemos, numa sociedade como a nossa, da existência de procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é o *interdito*. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. (ibidem, p. 9)

- princípios de rarefação dos discursos veiculados :1. comentário (que “permite dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”(ibidem, p. 26)); 2. o autor (entendido como princípio de agrupamento do discurso, como foco de coerência); 3. as disciplinas (e seu jogo de regras e definições);
- além de condições de utilização que definem os indivíduos que podem, legitimamente, entrar na ordem do discurso ( o ritual, as sociedades de discurso, a doutrina e as formas de apropriação social dos discursos ).

Chama atenção ainda o autor para o fato de parecer que “[...] interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso” (ibidem, p.50). Aponta Foucault a necessidade de se estabelecer em que condições isso acontece, sendo, para tanto, preciso tomar três decisões: “questionar nossa

vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 51). Propõe que o estudo das Formações Discursivas se dê, então, a partir de uma série de decisões metodológicas: a inversão, a descontinuidade (discursos são práticas descontínuas que, por vezes, se cruzam, mas também, por vezes, se ignoram), a especificidade (concebe-se “discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”) e a exterioridade (a partir da regularidade do discurso, buscam-se suas condições de possibilidade)

### **3.4 O sujeito, o poder, o saber**

Michel Foucault admite que, ao eleger o sujeito como objeto de análise, viu-se obrigado a falar de poder, uma vez que o sujeito está preso por relações de poder da mais complexa ordem. Foucault coloca o indivíduo como efeito do poder e seu núcleo transmissor, evidenciando, assim, a positividade do poder enquanto construtor de realidades e coisas.

Foucault ( 2006d, p. 289) afirma:

O que tenho estudado são três problemas tradicionais: 1) Quais são as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” que são tão importantes na civilização e nos quais somos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto? 2) Quais são as relações que estabelecemos com os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) Quais são as relações entre verdade, poder e si? [...]

Tenho tratado de analisar como áreas tais quais as da loucura, da sexualidade e da delinquência podem entrar em um certo jogo da verdade e como, por outro lado, o sujeito mesmo é afetado por meio dessa inserção da prática humana, do comportamento no jogo da verdade. Este era o problema da história da loucura, da sexualidade.

Michel Foucault estudou profundamente as instituições tentando entendê-las como formadoras de sujeitos, de acordo com a grade de poder de cada período histórico. Observa-se que o interesse de Foucault pelos espaços institucionais, como a prisão, o hospital, tem a ver com o fato de que olhar para esses lugares, tão concretos e tão palpáveis, significa tratar de dimensões de exterioridade de funções como a de isolar, seqüestrar corpos, classificar -

funções diretamente relacionadas a enunciados de um discurso específico, o discurso da sociedade das disciplinas. Segundo ele (1984), o poder é uma prática social e, por isso mesmo, é constituído historicamente e se articula com a estrutura econômica.

Constata-se que Foucault se baseia na história do pensamento para demonstrar a maneira pela qual o poder se instala e se modifica com o passar do tempo. É preciso, pois, delinear a história do pensamento, traçando uma linha, localizando no tempo sua evolução; considerar todos os dispositivos dessas relações de poder que se espraiam e se infiltram em praticamente todas as relações sociais existentes – as tais micro relações que são o ponto que mais interessa a ele. O controle sobre o corpo, o adestramento, o desenvolvimento de aptidões, o aumento de capacidade e força para a produção e, sobretudo, a docilidade do homem atual são, em conjunto, os principais aspectos que permitiram o estabelecimento do poder sobre a vida.

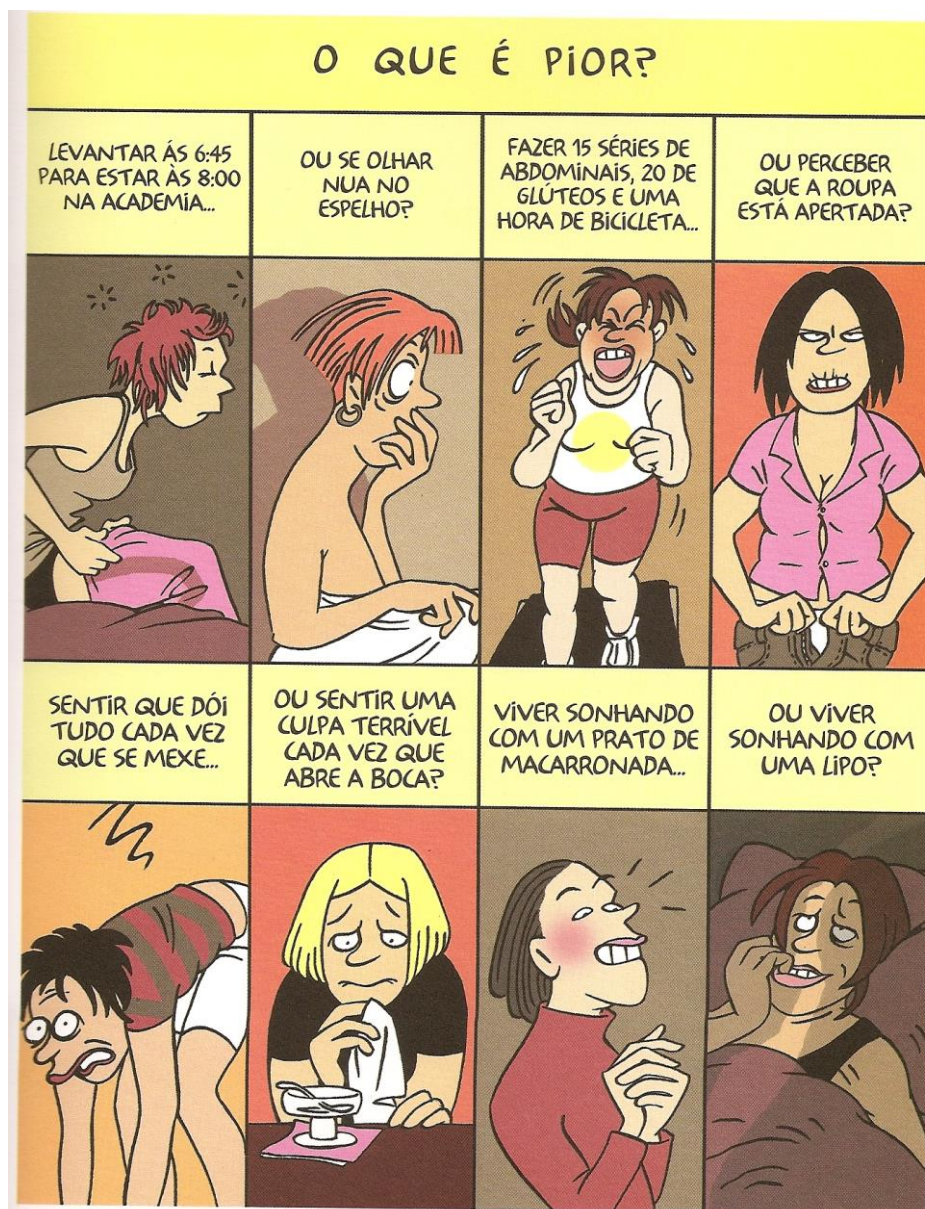
Uma vez que é o poder uma complexa situação estratégica em uma sociedade dada, o corpo é o alvo privilegiado dos mecanismos das relações de poder. Foucault desenvolve uma economia política do corpo, o qual é definido em termos de materialidade, isto é, como matéria inclinada a experimentar uma variedade de operações simbólicas e materiais: deve fazer-se dócil, submissa, erótica, utilizável, produtiva, etc. Estas técnicas de controle e codificação do corpo vivo como o lugar da subjetividade também produzem efeitos de verdade, gerando-se, a partir daí, tipos específicos de conhecimentos acerca do sujeito e de sua inscrição social. Os aspectos normativos das relações de poder nas quais fica preso o corpo são, conseqüentemente, positivos, isto é, produtivos em termos de conhecimento, no sentido de verdade sobre o sujeito vivo.

Ele mostra, por exemplo, como a medicina e a rede pública de saúde se desenvolveram como forma de esquadramento social. A necessidade de higienização para prevenção de pestes obrigou as autoridades a produzirem aparatos para o levantamento de dados relativos aos cidadãos, enquadrando-os em um sistema complexo, que possibilitou que se conhecessem suas particularidades com grande riqueza de detalhes. A documentação e a vigilância permanentes, a hierarquização das autoridades e a burocracia medem e controlam os indivíduos em praticamente todas as esferas de suas vidas, sujeitando-os às leis, que os fixam em locais determinados, onde se é possível encontrá-los e controlá-los. O que chamou de



micro-física do poder significa tanto um deslocamento do espaço de análise quanto do nível em que este se efetua.

Constata-se que atualmente existe uma preocupação exagerada com o “corpo”. A todo instante aparece um discurso sobre o corpo: há uma valorização extremada de corpos ideais e esculturais. Existe uma obsessão crescente, principalmente entre os jovens, em modelar o corpo, em ter um corpo bonito e saudável. Assim há uma enorme procura por academias de ginástica, regimes de emagrecimento, cirurgias plásticas e outros procedimentos que visam alcançar o “corpo ideal”. As discussões não caminham para a obtenção de um “corpo livre”, mas, pelo contrário, a maior atenção dedicada ao corpo e às inúmeras práticas a ele relacionadas apenas solidificam e reforçam seu controle e sua dominação. O corpo permanece um simples consumidor de bens e serviços, submetido a um regime de “poder”.



História 3

(MAITENA, 2006, p. 31)

Análise: As formulações presentes no cartum são sustentadas por posições de sujeito originadas em FDs que interagem e se confrontam: 1. qualquer sacrifício físico é válido, desde que se alcancem as sonhadas medidas; 2. deve-se abrir mão de ter o corpo ideal se isto implica se sacrificar. Chama a atenção também o fato de que o não verbal (a expressão facial e a corporal das personagens) indica que a infelicidade acompanha a mulher nesta trajetória. Não ditos mas subentendidos estabelecem que a questão do corpo é central na vida de uma mulher. Percebe-se, neste cartum, que, em relação ao corpo, os “gestos são fabricados” e os “sentimentos produzidos” (FOUCAULT, 1987)

Observa-se que, se, por um lado, os homens adquiriam direitos, viam surgir possibilidades e obtinham a proteção das instituições (escola, casamento, família, hospitais, prisões...); por

outro, estavam sendo levados ao encontro de identidades definidas pelos poderes que os dominavam. Em “Vigiar e Punir” (1987), Foucault já chama atenção para o fato de que “As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas”. As disciplinas instituem uma tecnologia política, uma forma eficaz de lidar com espaços, tempo, vigilância e registro de informações. Na verdade, elas apareceram como resposta às urgências históricas decorrentes do mundo urbano-industrial, forjaram o homem adequado a critérios de utilidade-docilidade: útil economicamente, pelo trabalho e produção; dócil politicamente, pela passividade, resignação e disciplina.

De acordo com a sua categorização, as sociedades e seus respectivos regimes de visibilidade podem ser divididas em:

- a) sociedade de soberania, onde o rei ou senhor exercia o poder, por meio de uma vigilância externa e geral. A ocorrência de mudanças sociais nos séculos XVIII e XIX, porém, levaram a alterações do jogo de poder, que foi sendo gradativamente substituído pelo que Foucault denomina de sociedades disciplinares, as quais atingiram seu apogeu no século XX. Aconteceu, então, a passagem do “poder soberano” para o “poder pastoral”, para a “bio-política” e para o “poder disciplinar”. Enquanto o primeiro era caracterizado pelo “direito de vida e morte”, ou seja, o “direito de causar a morte ou de deixar viver”, os últimos consistiam num poder que gera a vida. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver, ao passo que o novo direito que se instala é o de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999a, p. 287).

Em decorrência dessa valorização da vida pelo poder disciplinar, quase nada que se lhe refira pode escapar ao alcance de seu olhar potente, sendo, por extensão, a morte, de certa forma, a única capaz de oferecer-lhe resistência: “o biológico reflete-se no político”, fazendo com que haja “uma proliferação de tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (FOUCAULT, 1988, p. 134-135). Daí decorre que a passagem do “sangue” e da “lei” (nobres ou aristocráticos) para o “corpo” e as “normas” (burgueses) não implicaram a ausência do controle, nem mesmo a sua atenuação, mas tão-somente um funcionamento de outra ordem, de outra

natureza, mais sutil, menos agressivo. Na verdade, a passagem de uma forma de dominação para a outra veio a ocorrer exatamente quando a economia do poder percebeu ser mais eficaz e rentável “vigiar” do que “punir”

- b) sociedade disciplinar, na qual as instituições são um dos maiores dispositivos de visibilidade, principalmente com relação ao funcionamento dos aparatos institucionais. Seu surgimento, em meio à ascensão das Luzes, promoveu-se, na verdade, mediante a mobilização de instituições disciplinares como as escolas, as famílias, as fábricas, os hospitais, as prisões, que se instalam, sobretudo, a partir dos XVII e XVIII. O poder não se encontra mais unificado na figura do soberano, mas passa a incidir primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, como uma trama de coerções materiais e contínua vigilância.

Trata-se de um poder disciplinar, que estabeleceu uma nova economia de poder, fundada no princípio de que se deve, ao mesmo tempo, fazer com que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. Caracteriza-se, principalmente, “como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta”. O autor afirma que a sociedade disciplinar elegeu determinados saberes (os das chamadas ciências humanas), “onde o modelo prioritário de estabelecimento da verdade é o exame; pelo exame, instaura-se, igualmente, um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas, sobretudo, ao modo mais sutil do adestramento, da produção positiva de comportamentos que definem o ‘indivíduo’ ou o que deve dele ser segundo o padrão da normalidade”. Ou seja, está-se diante daquilo que Foucault chamou de sociedade panóptica<sup>7</sup>, em que o poder opera um enquadramento

---

<sup>7</sup> É o seguinte o princípio do *panoptikon*: na periferia, existiria uma construção em anel; no centro, ficaria uma torre com grandes janelas que se abririam para a parte interior do anel. A construção periférica seria dividida em celas, cada uma delas ocupando toda a largura da construção. Cada uma destas celas possuiria duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra dando para o exterior, permitindo que a luz atravessasse a cela de um lado a outro. Colocar-se-ia um vigia na torre central e em cada cela se trancafiaria “um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante”. Em decorrência do efeito de contraluz, poder-se-ia perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Inverter-se-ia, assim, o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia: os vigilantes que estão na torre não podem ser vistos pelos prisioneiros das suas celas, ou seja, podem ver tudo, mas não podem ser vistos. Esta situação possibilita às prisões tornarem-se o padrão de regimes de vigilância total, ininterrupta e invisível, pois, como os prisioneiros não têm como saber “quando” estão sendo

de todo o campo social, como um diagrama, e se exerce sobre os corpos, controlando-os, vigiando-os, impondo-lhes condutas. A partir da constante visibilidade, regulamentação minuciosa do tempo e localização precisa dos corpos no espaço, possibilita-se o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados, tornados dóceis e úteis à sociedade. Irrompem assim novos saberes como a criminalística, a medicina hospitalar, a medicina social, a moderna pedagogia. A rede dos saberes/poderes estende-se a toda sociedade moderna. Os dispositivos do poder disciplinar que compreendem saberes, poderes e instituições recobrem todos os domínios da vida humana. Instaura-se assim uma nova tecnologia do poder que se torna cada vez mais complexa e abrangente.

O diagrama supracitado, atesta Deleuze (1988, p. 43), é “o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ‘ou melhor, em toda relação de um ponto a outro”.

Merquior sintetiza bem o que Foucault diz sobre o predomínio da ordem disciplinar:

A sociedade burguesa gerou uma obsessão pela norma, desde as “escolas normais” até a manutenção de padrões na produção industrial e a preocupação com as normas gerais de saúde no hospital moderno. A sanção normalizadora e a vigilância hierárquica são particularmente visíveis nos exames. [...] porque neles estão profundamente entrelaçados a necessidade de observar e o direito de punir. Em nenhuma parte a sobreposição do poder e do saber assume tão perfeita visibilidade. (MERQUIOR, 1985, P. 144)

Competiu às sociedades disciplinares organizarem os grandes meios de confinamento, os quais tinham como meta concentrar e compor, no tempo e no espaço, uma forma de produção cujo efeito deveria ser superior à soma das partes. Na sociedade disciplinar, pois, “o indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (‘você não está mais na sua família’),

---

vigiados, precisam comportar-se constantemente como se estivessem sendo vigiados. Neste ponto reside a perversidade e a genialidade do sistema: mesmo que ninguém esteja na torre de vigia, os prisioneiros continuam a se comportar como se efetivamente estivessem sendo vigiados. “[...] E, na verdade, é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais, os educadores procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância”. Para Bentham, seu sistema ótico era a grande inovação que permitia exercer bem e facilmente o poder. Na verdade, ela foi amplamente utilizada depois do final do século XVIII. Mas os procedimentos de poder colocados em prática nas sociedades modernas são bem mais numerosos, diversos e ricos. (FOUCAULT, Michel, 1987, p. 210-211)

depois a caserna ('você não está mais na escola'), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é meio de confinamento por excelência" (DELEUZE, 2000, p. 219).

O momento histórico (séc. XVIII) das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de um relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1987, p. 127).

- c) sociedade de controle, que está substituindo a sociedade disciplinar, na qual ocorre a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação, ou seja, o exercício do poder à distância. Atualmente, a sociedade se encontra numa crise generalizada de todos os meios de confinamento da sociedade disciplinar e se assiste à instalação de uma sociedade que controla à distância. Desse modo, a crise das instituições modernas representa a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação.



## Ser magra ✓



História 4

(MAITENA, 2003c, p. 39)

Análise: Ao se analisarem as práticas corporais, da sociedade contemporânea, o que se observa é que a política adotada, em relação ao corpo, vai do “controle-repressão”, próprio da sociedade disciplinar, para aquele do “controle-estimulação”, das sociedades de controle, no qual se observa a eficiência da fórmula “Fique nu ... mas seja magro, bonito, bronzado!” (FOUCAULT, 1984, 147). Observa-se, no cartum em questão, que ser magro é condição essencial para realização, nada se compara a esta condição. Por absorver e tomar como seu um conjunto de representações acerca do que seja o corpo, de qual seria sua forma esteticamente viável, grande parte dos sujeitos de nossa sociedade – principalmente as mulheres - vêm, nas especificidades de seus corpos, o feio, o inadequado. Os indivíduos

tornam-se sujeitos adotando rígidos padrões como seus: o corpo magro e malhado, o rosto jovem, o cabelo liso. No saber que está configurando a FD que determina o dizer deste cartum, cuidar de si é uma atitude legítima. Materializam-se discursividades que reafirmam que estar bem implica forçosamente ter seu corpo dentro do ideal estabelecido pela sociedade, ou seja, principalmente magro.

Trata-se o corpo, pois, de uma materialidade simbólica, construída por demandas imaginárias, por meio das quais são processados modos de subjetivação próprios da configuração específica de uma sociedade na história; sendo assim, conseqüentemente, a subjetividade construída com e no corpo. A produção e a cristalização dessas representações do corpo têm se tornado cada vez mais intensas e eficientes, graças à força da mídia, que, pelo fato de tratar-se esta na contemporaneidade de uma das mais fundamentais instâncias de constituição de efeitos ideológicos, objetiva e naturaliza o mundo, constrói e propaga uma série de “verdades”. A noção foucaultiana de ‘modo de sujeição’ sugere que o poder tornou-se cada vez mais bioquímico, uma vez que a principal estratégia atual consiste na produção de uma sociedade de viciados: em álcool, nicotina, cafeína, açúcar, remédios, ginástica, em prazer etc

É preciso que se enuncie que o poder das drogas se funda na razão científica, advinda da medicina e da psiquiatria. Não podemos esquecer que existe uma proximidade de emergência histórica entre o mundo da difusão das drogas pelo narcotráfico e a medicalização maciça do mal-estar na civilização pelos psicotrópicos. Ambos prometem o alívio da dor e do sofrimento psíquico, ao lado da promoção da estesia do gozo absoluto [...]. Porém ambos os tipos de drogas funcionam como fetiche para o sujeito, como objeto tampão que é oferecido para regular seu desamparo. (BIRMAN, J. 1993, p. 49-50)

O consumo de imagem interage diretamente com o universo alimentar constituindo um conjunto de necessidades e, principalmente, fazendo com que permaneça o indivíduo em níveis cada vez mais altos de stress emocional. Na pós-contracultura, as ginásticas e as dietas voltam a exercer um papel central no cotidiano, as ascetes e os regimes corporais se impõem novamente. As drogas e os meios de comunicação de massa (e agora a Internet) vêm a ser justamente os novos modos de sujeição e controle.



No que diz respeito ao poder disciplinar, Foucault afirma que não destrói o indivíduo, mas o constrói. Foucault observa a “produtividade” do poder, de modo que ele não pode ser visto apenas no seu aspecto negativo, mas também - e principalmente - no seu aspecto positivo.

Pois, se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo [...] e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 1984, p.. 148-149)

Considera ele o poder disciplinar um instrumento de saber que permite o controle do corpo. Os corpos passam a ser vigiados constantemente pelo “saber normativo”. O sistema de vigilância estabelece procedimentos de inclusão e normatização. Isto termina por fazer com que esse sistema não fique restrito ao sistema judiciário e penal, mas envolva todos os outros campos de saber da sociedade: a medicina, a psicologia, a pedagogia, o trabalho, as ciências, etc. Segundo Foucault, o sistema carcerário panóptico tem na prisão somente a sua forma pura, uma vez que se situa dentro de uma continuidade de dispositivos disciplinares que se estendem por toda a sociedade. O poder judicial e carcerário de punir não é essencialmente diferente do de curar ou educar. A sociedade encontra no modelo carcerário o lugar da domesticação dos corpos.

Acaso devemos nos admirar que a prisão celular, com suas cronologias marcadas, seu trabalho obrigatório, suas instâncias de vigilância e de notação, com seus mestres de normalidade, que retomam e multiplicam as funções do juiz, se tenha tornado o instrumento moderno da penalidade? Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões? (FOUCAULT, 1987, p.. 187)

Foucault busca discutir/analisar as relações de poder existentes na sociedade, com ênfase na disciplina a que são submetidos os indivíduos. Como surgem e se estabelecem, como são mantidas e aceitas pelos sujeitos, como é formada a subjetividade desses sujeitos através da especialização e da disciplina que individualizam, esquadriham e estabelecem mecanismos de dominação e exploração nos mais diversos campos da atividade humana. Segundo Foucault, o poder disciplinar fabrica o indivíduo. Com o adestramento do corpo, com a normalização do prazer, na regulação dos comportamentos, enfim nesta ação empreendida

sobre o corpo com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, é que aparece a figura singular do homem, efeito do poder e objeto do saber.

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com os objetivos de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça, pela primeira vez na história, essa figura singular, individualizada – o homem – como produção de poder. Mas, também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. (MACHADO, 1984: XX)

Nas análises de Foucault, trata-se o poder disciplinar de um fator positivo e funciona como uma rede. O domínio da técnica sobre o corpo é um mecanismo e um instrumento de poder. A técnica é disciplinar e possibilita a inserção dos corpos em um espaço individualizado produzindo rapidez e o máximo de eficácia. Tem-se, a partir daí, a idéia de corpo-máquina que visa o adestramento do indivíduo e o aprimoramento das aptidões para a produção de bens de consumo, entre outras, idéias que já se consolidam no século XVII. Observa-se, pois, uma sofisticação das técnicas do poder que atuam sobre os corpos, sobre o esquadramento de seus espaços e sobre seu treinamento eficiente.

[...] viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual, por meio de procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade (FOUCAULT, 1999a, p. 288).

O objetivo de todas essas práticas é, pois, a produção dos “corpos dóceis”, a produção social da docilidade, através das tecnologias do poder. Essas tecnologias vêm a ser exatamente consequência do exercício de saberes e práticas de controle sobre o corpo, que denunciam a existência de uma economia política do corpo. “O corpo está imerso em um campo político, sofre os efeitos dos poderes, é marcado, investido e fabricado por eles” (PRADO FILHO, 1995, P. 26). Esses efeitos se tornam evidentes na vigilância exercida pelo médico, pelo marido, pelo pai, pelo professor, pelo amigo. Há, pois, um “adestramento” do corpo, que termina por precisar

Aprender a comportar-se, movimentar-se, ser preciso e ter ritmo. Gestos são fabricados, e sentimentos são produzidos. Este adestramento é resultado da aplicação de técnicas positivas de sujeição baseadas em saberes pedagógicos, médicos, sociológicos, físicos etc. O corpo torna-se útil e

eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1987, p. 28)

Foucault afirma que “toda forma de saber produz poder”. É preciso, pois, classificar, conhecer cada célula social para governar. O poder é então baseado no que ele reconhece como “Microfísica do Poder”. O filósofo aponta que a motivação de toda rede de controle se justifica pela necessidade que a burguesia teve de efetivar um controle mais determinado sobre as massas, que poderiam representar um perigo, se fossem levados a sério os ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo. Para ele, perpetuar a massa na “ignorância” seria garantia de funcionamento dos mecanismos de poder. Com o advento do Iluminismo, colocou-se em risco todo este mecanismo. Com a implantação da “Tecnologia das Disciplinas”, apenas um seleto grupo da burguesia passou a desfrutar da bandeira da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Por outro lado, tem-se o corpo biológico, onde se articulam o sexo e a vontade de saber sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 131) como uma estratégia de controle do indivíduo e da população, através da administração dos corpos; o que irá ficar mais evidente na metade do século XVIII, constituindo-se no processo mais importante o investir sobre a vida, na luta contra a morte do corpo.

Observa-se que o poder, para Foucault, provém de todas as partes, em cada relação entre um ponto e outro. Essas relações são dinâmicas, móveis, e mantêm ou destroem grandes esquemas de dominação. Segundo o autor, essas correlações de poder são relacionais: se relacionam sempre com inúmeros pontos de resistência que são ao mesmo tempo alvo e apoio, “saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, 1988, p.91). Devem as resistências, portanto, ser vistas sempre no plural.

O poder não é senão um tipo particular de relações entre os indivíduos. E tais relações são específicas: por outras palavras, elas nada têm a ver com a troca, a produção e a comunicação, mesmo que lhes estejam associadas. O traço distintivo do poder é o de determinados homens poderem determinar, mais ou menos inteiramente, a conduta de outros homens - mas jamais de modo exaustivo e coercitivo. Um homem acorrentado e pisado está submetido à força que se exerce sobre ele. Mas não ao poder. Mas se for possível levá-lo a falar, quando seu último recurso teria podido ser o de manter sua língua, preferindo a morte, é porque se impeliu a comportar-se

de um determinado modo. Sua liberdade foi sujeitada ao poder. Ele foi submetido ao governo. Se um indivíduo pode continuar livre, por mais limitada que possa ser sua liberdade, o poder pode sujeitá-lo ao governo. Não há poder sem rejeição ou revolta em potência. (FOUCAULT, 1984, p. 137.)

Buscando analisar como se deve entender a resistência na perspectiva foucaultiana, Veiga-Neto (2003) preconiza que o poder se dispõe em uma rede, na qual há pontos de resistência, minúsculos, transitórios e móveis. “A resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro *do* poder, mas é o outro *numa relação* de poder - e não *de* uma relação de poder” (p. 151-152, grifos do autor).

Foucault concebe o poder enquanto relações que são experienciadas em todas as instâncias da vida social, política e econômica. Os focos locais de poder são condicionados por estratégias globais e vice-versa, ambos apoiando-se mutuamente um no outro. Não vê o poder como uma instituição, uma estrutura ou um dom exclusivo dos dominadores. Sendo assim, sua análise de poder rejeita a soberania do Estado, a forma da lei e uma estrutura global de dominação, as quais são vistas apenas - e sobretudo - como formas terminais do exercício do poder. No que diz respeito à questão específica do Estado, Foucault não o toma como a instituição, por excelência, que concentra, manipula e exerce o poder, de forma isonômica, universal e democrática.

Dizendo poder, não quero significar "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro.(FOUCAULT, 1988, p. 88)

Não está o poder agrupado, pois, em uma “unidade invencível”, sendo a sua onipresença garantida pelo fato de que ele se produz a cada instante, em todos os lugares e circunstâncias, ou seja, trata-se o poder de uma correlação de forças que está presente nas micro-estruturas sociais. Tem-se, então, uma concepção de poder que o vê como exercido através de micro-relações que perpassam o cotidiano e os indivíduos, circundando-os e atravessando-os, em rede. Foucault percebe, pois, o poder como microfisicamente disperso em uma multiplicidade de disciplinas e de manobras táticas: o poder não é visto nem como global nem como local, mas sim como difuso infinitesimal. O poder não se aplica ao sujeito. Como seu centro

produtor e transmissor, o sujeito está sempre em posição de exercer o poder e sofrer a ação deste mesmo poder, a partir da constituição de seus discursos, desejos, corpo: “[...] o indivíduo não é o outro do poder, é um de seus primeiros efeitos” (FOUCAULT, 1984, p. 183).

Busca Foucault apreender, histórica e empiricamente, das relações de poder, os mecanismos que operam a dominação. Note-se que isso não implica a negação dos grandes aparelhos do poder, mas o que quer demonstrar é o funcionamento destes sempre sobre a base de dispositivos de dominação.

[...] o poder não tem lugar próprio, não tem fundamento natural ou ético, não é potência de classes, não é privilégio de elites; ele se pratica de muitas maneiras, está disseminado, está em todos os lugares ou pontos das lutas incessantes que se dão nos universos sócio históricos: daí a razão de ser do termo ‘microfísica do poder’. (BRANCO, 1995, p.28)

O deslocamento do Estado como ponto de partida para o exercício de poder propicia a compreensão deste enquanto um conjunto de relações, as quais se exercem permanentemente, irradiando-se de baixo para cima, como uma rede que permeia todo o corpo social, produzindo diferentes pontos de poder ou “campos de forças”, que perpassam o cotidiano social e por isto mesmo não é localizado num ponto central.

Isso significa que o poder não tem identidade. Não poderíamos localizar sua figura em instituições, em ‘aparelhos’, que sujeitariam os cidadãos a um Estado. Ele não é uno, sempre idêntico a si mesmo, mas efeito de uma multiplicidade de correlações de forças imanentes ao campo em que se exercem, e constitutivas desse campo. Por outro lado, ele não é uma estrutura, isto é, sua forma não é a da lei, da regra, mas a do jogo: através de lutas, afrontamentos, tenho transformação, inversão ou reforço da correlação de forças.” (ESCOBAR., 1985, p. 210)

Foucault observa também que as relações de poder supõem a existência correlata de um campo de saber, este constituído a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1984). O poder se mantém em estrita/estreita relação com o saber, o que indubitavelmente está no cerne da teoria foucaultiana. Esta relação não é simples ou externa, o saber e o poder se encontram auto-implicados, uma vez que, no interior da própria formação e organização discursiva do saber, se encontra a dimensão da prática caracterizadora do poder. Para Foucault, os saberes engendram-se e organizam-se de modo que se atenda a uma “vontade de poder”. O interesse

de Foucault é o poder onde ele se manifesta, ou seja, é o micro-poder que se exerce (não que se detém) e que se distribui capilarmente. Importa realçar a positividade do poder, concebida como propriedade de produzir alguma coisa.

Sendo assim, pode-se dizer que não há relação de poder sem constituição de um campo de saber e que todo saber constitui novas relações de poder. Poder e saber, como dois lados do mesmo processo, entrecruzam-se no sujeito, que vem a ser seu produto concreto. Para Foucault, não existe saber só na ausência de relações de poder, mas, muito pelo contrário, preconiza que o poder produz saber. Ainda no que se refere ao saber, Foucault leva em conta Nietzsche, que afirma que todo conhecimento é “interpretação”. Segundo este último, fatos é o que não há, há apenas interpretações. Como só há interpretações, então não pode haver “uma” verdade, mas diversos “pontos-de-vista”, diversos “saberes”, cada um sendo igualmente “verdadeiro”.

Outro aspecto a se ressaltar é que, para Michel Foucault, o ponto nevrálgico da relação saber/poder situa-se na questão da verdade e da sua busca como conhecimento absoluto. Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade”. Verdade é aqui percebida como o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Chama-se a atenção para o fato de que não se trata de uma luta em prol da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. (FOUCAULT, 1984, p.12). O autor fala de uma política ou regime da verdade, que cada sociedade possui para regulamentar discursos tachados de falsos ou verdadeiros, sancionando assim alguns e produzindo efeitos de poder relacionados ao discurso “verdadeiro”. Em se tratando do ser mulher, aquela forma que é tida como mais “verdadeira” que as outras é mais legítima possuindo dessa forma um mecanismo de poder sobre outras.

Observa-se que todo regime discursivo que expressa em si a vontade de verdade, o faz em torno da questão do poder: aquele que detém os procedimentos de conquista da verdade detém também o poder exercido por este mesmo regime de produção da verdade. A relação intrínseca entre saber e poder se estabelece, pois, a partir do jogo da busca pela verdade. O discurso não reflete a realidade: o poder e o saber se articulam no discurso.

## Os tortuosos caminhos de uma mulher fatal



História 5

(MAITENA, 2003c, p. 27)

Análise: O corpo é sempre uma interpretação. A percepção que se tem de um corpo (no cartum, o corpo da mulher de 20, de 30, de 40, de 50, de 60, de 70) depende do olhar que vê este corpo, aquele não dependendo de um sujeito específico, mas de uma “estrutura”, de uma relação de “olhares”. Assim, o olhar interpretativo que o sujeito lança sobre o seu próprio



corpo depende do olhar que o “outro” lança sobre este mesmo corpo. Este confronto de “olhares” na formação do discurso sobre o corpo ( Na FD que determina o dizer deste cartum, apenas corpos de mulheres de até 30 anos são vistos como sedutores e, sendo assim, apenas estas mulheres podem usá-los como objetos de sedução.) constitui relações de “poder”. Estes discursos, constitutivos de significação, produzem “saberes”, os quais vêm a constituir “disciplinas”, que visam exercer um controle sobre o corpo e, sendo assim, exercer poder sobre o corpo (o que pode/ deve – ou não – fazer uma mulher fazer com o seu corpo. No caso do cartum, estas limitações são determinadas pela idade) . Nas discursividades presentes nestas formulações, a sexualidade destina-se apenas às jovens e em idade de reprodução, que cuidam de sua beleza e de seu corpo e são sedutoras dentro dos padrões estabelecidos. Embora aparentemente o discurso materializado no último quadro paute-se em um saber diferente dos demais, na verdade a mulher de setenta anos é vista como uma “rainha” pelo fato de a ótica sob a qual ela é analisada ser uma outra, ou seja, não é mais tomada como um ser sexuado, e, sendo assim, como uma mulher propriamente dita, capaz de atrair, de ter desejos, etc.

Na verdade, o corpo sempre sofreu de uma forma muito severa a pressão do poder. A necessidade do trabalho excessivo, as limitações de natureza moral e religiosa impostas a algumas práticas corporais, principalmente aquelas ligadas à sexualidade, a visão do corpo como fonte de pecado e degradação fizeram com que a sociedade passasse a exercer um controle severo sobre o corpo, para que este se mantenha produtivo. Ultimamente, constata-se que a coerção exercida sobre o corpo respalda-se principalmente em saberes racionais e científicos. As disciplinas atuantes sobre o corpo são ciências. O simples ato disciplinar de fazer exercícios ou manter determinada dieta alimentar é justificado por um pesado discurso científico, que visa manter a obrigatoriedade do ato de forma pacífica. Foucault entende o poder como *Herrschaft* (dominação), no sentido da capacidade que o sujeito possui de conduzir a ação do outro ou de outros segundo o seu próprio interesse. Na medida em que um sujeito consegue fazer com que um outro faça algo, que normalmente ele não faria, e este algo beneficia o sujeito, então se tem um exercício de dominação.

Constata-se que a produção de saberes vincula-se a relações de poder, instituindo-se focos de saber-poder. Um exemplo são os saberes sobre o sexo e sobre a sexualidade, que estão associados a poderes, a privilégios, por exemplo, dos homens sobre as mulheres, ou dos heterossexuais sobre os homossexuais. Vem justamente a ser o momento de instauração da



dicotomia entre homem e mulher, entre hetero/homo, aquele em que se estabelecem as desigualdades. Os personagens que surgem com estas dicotomias já nascem pautados em hierarquias, naturalizadas para apagar o seu aspecto social, o seu aspecto contextual e transitório. Mesmo diante do próprio corpo, o sujeito terá seu “olhar” inevitavelmente marcado pelo imaginário cultural, pelas crenças, pelos instrumentos científicos e pelo conhecimento “oficial”.

Isto termina por fazer com que interpretações externas, principalmente aquelas fundadas em saberes científicos, possam ser consideradas melhores que as interpretações do próprio sujeito: a interpretação do “outro” tem mais poder que a interpretação do próprio sujeito. A autoridade médica, por exemplo, cria normas classificatórias para o corpo humano, de tal forma que as interpretações do sujeito do próprio corpo perdem a validade diante dessas normas científicas. Assim o sujeito se vê “obrigado” a adequar o comportamento do seu corpo àquelas normas estabelecidas ( como, por exemplo, não comer isto ou aquilo; ou ainda fazer este ou aquele exercício), mesmo contra a sua vontade. Obviamente que o argumento da medicina é muito forte: tudo isso é para o bem do sujeito; as normas visam a obtenção de um corpo saudável.

Para que o saber funcione como saber, isso não pode ser senão na medida em que ele exerce um poder. No interior dos outros discursos de saber em relação aos discursos de saber possíveis, cada enunciado considerado como verdadeiro exerce um certo poder e cria ao mesmo tempo uma possibilidade. [...] Não se trata, então, de descrever o que é saber e o que é poder e como um reprimiria o outro ou como o outro abusaria daquele, mas trata-se antes de descrever um nexos de saber-poder que permita entender o que constitui a aceitabilidade de um sistema, quer seja o sistema da doença mental, da penalidade, da delinquência, da sexualidade etc (FOUCAULT, 1990)

Foucault estabelece, também, o que entende por saberes dominados: “Os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” e “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados”. (FOUCAULT, 1984, p. 170). Ele procura fazer a constituição e ativação desses saberes históricos, através de uma tática que chama de genealogia. “[...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um

conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns.” (FOUCAULT, 1984, p. 171)

Para Foucault, não vem a existir o discurso excluído e o dominante, mas sim uma multiplicidade de discursos, os quais se inserem em estratégias diversas. O discurso veicula e produz poder. Mostra Foucault, por exemplo, que a sociedade estabelece como verdadeiros uma série de pressupostos que elegem o pólo heterossexual como normal, majoritário, em oposição ao pólo do homossexualismo, este sendo tomado como antinatural (apesar de atrelado a uma suposta natureza homossexual), como o ‘outro’ frente ao heterossexualismo. Ou seja, o discurso instituiu a homossexualidade como pecado, classificou-a como patologia. Salienta o autor que, por outro lado, também possibilitou-a de falar por si, de reivindicar espaços e discursos próprios.

Segundo Foucault (1984), o poder social determinou – e ainda determina - os limites entre o normal e o patológico, o racional e o irracional, assim como entre o sano e o insano. Seria um poder normalizador, que exclui aquilo que não se enquadra dentro dos parâmetros formais de normalidade. Este poder social/normalizador fincaria suas bases no complexo saber/poder, isto é, existiria um vínculo direto entre o saber e o poder, em uma relação que potencializa o saber na sua busca da normalidade, tratando-se esta normalidade de uma ferramenta de dominação. Para Foucault, não se trata, portanto, de colocar questões sobre o poder partindo de um modelo jurídico que divide o legítimo e o ilegítimo, mas de pensar nesse tema a partir das noções de estratégias, de mecanismos e de relações de forças. O poder de normalização não obriga nem proíbe, não define os termos da ordem ou desordem, mas incita à produção dos atos, dos gestos, dos discursos de acordo com um padrão de normalidade.

Vem a ser exatamente para entender essa idéia de um modelo de normalidade que a divisão entre o normal e o anormal é uma referência fundamental. Aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela ordem social são tidos como excluídos, suscitando maiores cuidados e vigilância redobrada para que não ofereçam riscos aos demais. Segundo Foucault, devido a este poder normalizador/dominador, pode-se verificar através do tempo como as pessoas foram (e continuam sendo) julgadas, classificadas, condenadas, obrigadas a viver de um certo modo e até a morrer por não desistir de suas convicções (não se pode esquecer de mulheres, que, devido a sua postura, foram tidas como bruxas e sacrificadas. Inclusive inquisidores dominicanos criaram o *Malleus Maleficarum*, que era um manual que ensinava a

descobrir quem era bruxa, classificar os malefícios que podiam causar, bem como estabelecia como inquiri-las e condená-las ).

Foucault concebe uma tecnologia de poder centrado na vida: o bio-poder. A bio-política coloca em relação os mecanismos de poder-saber e os fenômenos ligados à vida. Vem a ser exatamente a gestão desses fenômenos a marca deste bio-poder em que se integram os mecanismos da normalização e os sistemas mais gerais da soberania. Estes mecanismos da normalização disciplinar e do bio-poder terminam por se constituírem em instrumentos da objetivação e da subjetivação do indivíduo moderno. Nesse sentido, os processos de medicalização dos comportamentos, das condutas e dos desejos, respaldados na suposição da neutralidade de um discurso mantido como científico por excelência, se situam no cruzamento entre a normalização e a gestão da vida.

Exatamente em virtude de o poder não se localizar em uma única instância, se expressa de várias formas - os micropoderes - enquanto práticas sociais, ao nível do próprio cotidiano. O surgimento dos saberes sobre a doença, a sexualidade, por exemplo, enquanto mecanismos de poderes disciplinadores, se afirmam como estratégias normalizadoras da sociedade e dos indivíduos, por meio de tecnologias próprias: as práticas discursivas e não discursivas. Vêm a ser as práticas discursivas os elementos teóricos que integram o poder normalizador - discursos científico, filosófico, religioso, entre outros. As técnicas de controle corporal, regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos ou instituições, técnicas de organização espacial, técnicas de higienização constituem os elementos não discursivos ou práticas desse poder (FOUCAULT, 1996). Nesse sentido, a constituição do sujeito, numa dada cultura, se processa através de determinadas práticas e discursos, enquanto subjetividade, ou seja, “[...] o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1984, p.183-184).

Verifica-se que há “lugares” de absorção e transformação do fluxo histórico-dinâmico da vida social em projeções que pretendem dar conta da realidade em sua máxima objetivação. Esses lugares são os meios de comunicação de massa, a economia, a política e a educação. Foucault considera, por exemplo, o corpo uma interpretação dependente de um certo “olhar”: ele terá diferentes valores, dependendo de quem o olha e do lugar de onde ele é olhado. O corpo não tem um valor em si mesmo, mas um valor dependente do lugar que ele ocupa.

Substituindo o papel desempenhado pelas religiões nas sociedades tradicionais, hoje se percebe que a legitimação de verdades se dá muito na mídia, a comunicação servindo para legitimar os discursos, os comportamentos e as ações. Para dar conta do processo de legitimação das instituições pelos *mass media*, é preciso levar em consideração as duas esferas da experiência atual: informação e comunicação. A primeira cada vez mais se autonomiza em relação ao campo da experiência cotidiana, é uma realidade relativa que compreende o conjunto de acontecimentos que ocorrem no mundo e formam o meio ambiente. Os acontecimentos são tanto mais informativos quanto menos previsíveis e inesperados. À medida que uma mensagem vai integrando o mundo das mensagens socialmente aceitas como prováveis e indiscutíveis, o seu valor informativo vai diminuindo. Já a comunicação ocorre entre indivíduos que pertencem ao mesmo mundo cultural, sendo um processo dotado de relativa previsibilidade (RODRIGUES, 1994).

Ainda em relação ao poder, Foucault estabelece algumas proposições através das quais determina o que vem a ser – ou não. A primeira proposição afirma que o poder não pode ser visto jamais como algo que se “troque”, uma mercadoria que se possui, que se arrebate, que se guarde ou se deixe escapar; ao contrário, deve ser entendido como um tecido, uma teia de relações que se estabelecem em múltiplos pontos, móveis e desiguais. O poder não é concebido, pois, como algo que pode ser apropriado, adquirido, subtraído, dividido, ou que se pode guardar ou ainda deixar escapar, inclusive porque jamais pode ser definido ou determinado. O poder não tem essência, é operatório. Não se trata ele de uma apropriação, mas sim de um conjunto de estratégias materializadas em práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas. “Ele se exerce mais do que se possui, não é um privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”. (FOUCAULT, 1984, p. 173)

Na segunda proposição, ele assegura que o poder não é encontrado fora ou alheio às outras relações que perpassam a sociedade. As relações de poder estão umbilicalmente imbricadas com essas outras esferas, com elas estabelecendo relações, vínculos, deslocamentos, estratégias, partilhas. Foucault salienta que as relações de poder não estão situadas e jamais serão encontradas na superestrutura, desempenhando um mero papel de interdito ou censura, mas que elas se estendem por toda a tessitura social com um fecundo papel de produtor de

novos saberes. De acordo com o filósofo francês, o poder não pode ser considerado uma estrutura, uma instituição ou uma capacidade, sua forma não é a da lei, da regra, mas a do jogo. Deve, então, ser compreendido como uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. O poder passa a ser pensado sempre no plural, como um conjunto de jogos, tornando-se possível afirmar que todos se encontram, de alguma forma, perpassados por esses jogos existentes nos corpos sociais. Conclui-se, desse modo, que é “impossível, nesta concepção, pensar um lado de dentro e um lado de fora do poder. Todos os jogos estão, diferentemente, é claro, comprometidos nas regras e estratégias em ação na configuração social da qual fazem parte”. (FOUCAULT, 1984, p. 173)

A terceira proposição preconiza o caráter múltiplo das relações de poder, precipuamente no que se refere a sua origem. Ele é imanente à produção social e não comporta nenhum tipo de unificação transcendente ou centralização globalizante. Para Foucault, o poder não se localiza numa matriz geral (seja o Estado, os tribunais, o pai, o marido), mas sim vem de baixo, desmistificando-se a dualidade entre dominantes e dominados. As relações de poder não são estáticas, não existindo dualidade opressor/oprimido: o indivíduo sofre, então, uma determinação estrutural que não é resultado da vontade do indivíduo, sendo constituída de forma inconsciente de “baixo para cima”, através das relações mais próximas como entre vizinhos, esposas e maridos, pais e filhos. Cada relação social implica um “lugar” de poder, o qual precisa ser conquistado e reconhecido pelos outros. Assim vem a ser a sociedade um espaço de luta constante: o corpo social é constituído pela diversidade e pelo conflito de posições, não sendo a diferença vista como mais importante que o consenso. Não é este que faz surgir o corpo social, mas sim a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1984, P. 146). Os próprios sujeitos cotidianos coordenam a ação política sobre o corpo, através de um conjunto extremamente complexo de relações, o qual funciona de forma extremamente sutil nos seus movimentos.

[Os poderes] funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e do outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce, que funciona. [...] Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (MACHADO, 1981, p. 191-192).

De acordo com a quarta proposição, as relações de poder vêm a ser, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Para ele, não há exercício de poder que não pressuponha um conjunto de objetivos, os quais, por sua vez, não são frutos da escolha ou da decisão de um sujeito individualmente, todavia o são de táticas que se desenvolvem no corpo social, trazendo, implícitas, as estratégias anônimas “quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos ‘inventores’ ou responsáveis quase nunca são hipócritas” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

A quinta e última proposição acerca do poder o define pelo seu caráter de exercício, de relação que permeia todo o corpo social. Ele não é, portanto, um atributo, mas uma relação de forças que perpassa todo campo social, envolvendo dominadores e dominados. Foucault discute a importância da resistência como seu elemento complementar, simbiótico, bem como destaca o aspecto eminentemente relacional das correlações de poder:

Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Estes pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 91)

Foucault não percebe a correlação de forças entre as relações de poder e os pontos de resistência como um processo dialético de causa e efeito ou como um quadro binariamente estabelecido, em que as relações de poder impõem e são modificadas pela ação da resistência. Foucault refuta essa possibilidade destacando que, da mesma forma que as relações de poder, as forças de resistência não se encontram num campo específico, não são propriedade de uns, dos dominados. Elas estão distribuídas de maneira irregular, disseminando-se por todo o corpo social, marcando gestos, delimitando comportamentos, disciplinando corpos.

Na verdade, na teoria foucaultiana, o poder e a resistência encontram-se presentes nos mesmos contextos, perpassando o corpo social em todos os seus campos, delimitando

espaços, marcando gestos, constituindo comportamentos. Sendo assim, poder e resistência constituem complementaridades que, num jogo de incitamento, de tensões, de interditos, de enunciados, de afetos, de clivagens, apresentam uma produtividade geradora de saberes. A própria concepção de Foucault acerca do poder e da natureza de seu exercício pressupõe e assente a resistência ativa, o trabalho da rebeldia e da liberdade. Toda relação de poder é uma relação de força, força esta entendida não como a presença física do mais forte, do belicosamente mais poderoso, mas sim como algo que provoca deslocamentos.

O exercício do poder [...] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. [...] Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo ‘governo’ dos homens, uns pelos outros — no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ — entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995, p. 243-244)

### 3.5 O sexo e o poder

O controle, com seus mecanismos disciplinares, é a nova tecnologia, o novo diagrama de poder, sendo cada vez mais implementado no campo social. A história da sexualidade deixa evidente como o sexo foi apropriado pelos mecanismos do poder, transformado em discurso e passou a funcionar como mais uma forma de controle. Foucault destaca a aparição, a partir do século XVIII, de toda uma “tecnologia” discursiva que submete o sexo a uma abundante enunciação. Do confessionário ao hospital psiquiátrico ou aos tribunais, por exemplo, instituem-se tipologias complexas para classificar taras e desvios. Incentivou-se, ao mesmo tempo, o crescimento de uma grande curiosidade em torno do prazer, transformando-se o sexo num conteúdo privilegiado dos discursos.

Por seu lado, as instituições de controle, como a Igreja e o Estado, criaram a necessidade da confissão da conduta sexual. A pedagogia, a psicologia, a psiquiatria, assim como os confessionários, passaram a ouvir e a controlar o que se devia ou não falar sobre a vida sexual, instituindo-se modelos e um discurso ao mesmo tempo repressivo e difusor. Controlado, o sexo passa a servir economicamente, e, através de uma aparente repressão, é estimulado, assim como também o é o prazer e o discurso a seu respeito, acumulando-se mais conhecimento e mais controle sobre o assunto. Foucault (1988, p. 138) afirma que “Estamos em uma sociedade do ‘sexo’, ou melhor, ‘de sexualidade’. Os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar ou sua aptidão para ser utilizada.”

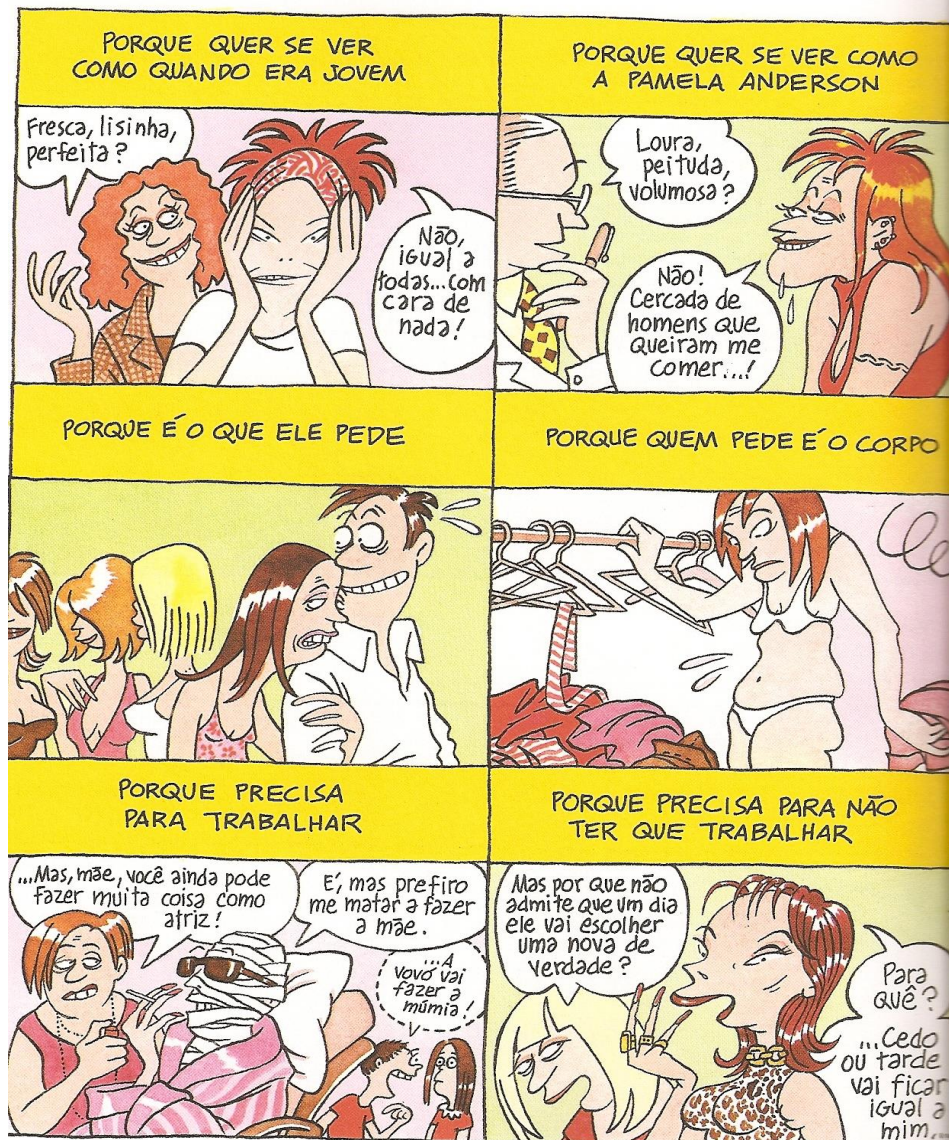
A normalização acaba sendo imposta à sexualidade pelos mecanismos de poder através dos quais a sociedade procurou estabelecer aquilo que é normal e o que é patológico, o que se pode e o que não se pode fazer com o próprio corpo: com vistas a confinar os desejos e pulsões em um quadro restrito da reprodução da espécie (o casal monogâmico), fez-se necessário estabelecer tudo quanto é forma de anomalia para as situar no círculo do “anormal”, do não natural. Fixou-se uma certa verdade sexual, o que veio a exigir um longo processo de elaboração discursiva em que intervieram instâncias diversas de poder. Constatase que instituições como a escola, a família, a medicina, a justiça passaram a praticar uma “ortopedia” sexual. A sexualidade situa-se, pois, sempre no interior das matrizes de poder, sendo sempre produzida ou construída no bojo de práticas históricas específicas, tanto discursivas como institucionais. O recurso a uma sexualidade antes da lei vem a ser, pois, ilusório. Observa-se que a sexualidade nunca se teria transformado em objeto de controle se tivesse se mantido fora das “técnicas” capazes de codificar - verbalmente - o certo e o errado.

Para Foucault (1988), prazer e poder não se anulam, não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se por meio de mecanismos complexos e positivos de excitação e incitação, fato que explica a profusão de discursos em torno do sexo. Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos,



na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer. (FOUCAULT, 1988,p.70-71)

## Alguns motivos de uma mulher para fazer cirurgia plástica



História 6

(MAITENA, 2004b , p. 38)

Análise: Provavelmente em nenhuma época se falou tanto em sexo. São manuais de conduta, de posições, de como alcançar o prazer e etc. Há toda uma ciência em torno do sexo: é analisado/discutido por especialistas da medicina, da pedagogia, da psicologia e da biologia. Toda esta “produção”, todavia, não acabou com o controle exercido sobre o sexo, mas sim apenas obrigou as pessoas a agirem de uma certa maneira. É a análise do poder como uma

“força produtiva” capaz de explicar a estrutura de dominação pelo “prazer” da sociedade tecnológica moderna, uma sociedade cujo “segredo do sucesso” vem a ser exatamente agir por excesso de “bondade”. A estratégia do poder disciplinar é docilizar o corpo para torná-lo produtivo através de normas que produzem vantagens. Uma vez que hoje se depende do outro para obter o próprio auto-conhecimento, fica-se vulnerável para acatar os discursos das ciências como verdadeiros, como discursos que revelam a autenticidade do próprio corpo. Está-se impossibilitado de ter uma percepção imediata e original do próprio corpo, necessitando-se de uma interpretação. Torna-se, então, imprescindível entrar no “jogo de interpretações” que é oferecido. Vem a ser justamente neste ponto que o poder disciplinar se revela muito bem sucedido. Ele oferece interpretações agradáveis e prazerosas, mesmo que o corpo continue sendo visto como um mero instrumento de sedução (Quadros 2 e 3). A dificuldade de se cumprirem as exigências do corpo ideal leva a uma inevitável queda da auto-estima (Quadros 1, 4, 5). Um “quilinho” a mais em um corpo quase perfeito pode ser suficiente para levar à depressão (Quadro 4). Nos discursos de gênero veiculados neste cartum, os padrões de beleza buscados pelas mulheres estão calcados nas expectativas dos homens (Quadros 2 e 3); mulheres são sustentadas pelos homens (Quadro 6); estar bem é ser jovem e magra (Quadros 1, 4,5).

Sabe-se que nem tudo pode ser dito por qualquer um, em qualquer circunstância e de qualquer jeito; em virtude disso, as formas de interdição estão constantemente se configurando, especialmente, nos dias de hoje, nas regiões da sexualidade e da política.

[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 9 e 10).

O controle não se faz, pois, unicamente pela repressão, pelo impedimento, mas sim fundamentalmente pela incitação, pela produção. O efeito de autonomia do indivíduo produzido pela liberação do corpo e da sexualidade nas redes do consumo na verdade camufla uma “submissão” ideológica imposta pela mídia nos dias de hoje.

[...] Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo - como se começa a conhecer - e também a nível do saber. (FOUCAULT, 1999, p. 148).

Foucault chama a atenção para o fato de o sexo, ao longo da história, tornar-se chave de individualidade e o selo de identidade do ser humano. É interessante salientar que ele - o sexo - passa a ser concebido como uma questão de verdade que cientificamente pudesse ser apreendida, a sexualidade sempre vindo a despertar dúvidas, detalhes a serem esclarecidos. Em nome de uma busca da liberação, continua-se, neste final de século, a questioná-lo, a escutá-lo, a examiná-lo. A idéia que se tem é a de que se estaria empenhado numa luta de esclarecimento visando a uma liberação para que as pessoas pudessem desfrutar de uma vida sexual mais natural. Em nome de uma liberação, contudo, nada mais se faz do que muitas vezes colocar o sexo como mais uma mercadoria de consumo. Em virtude desta busca por conhecer, estende-se sobre os corpos, os prazeres e as sensações uma rede de diversos elementos (discursos, leis, ciências, moral, medidas, exortações médicas, psicológicas, filosóficas etc.), que é o dispositivo da sexualidade.

Este dispositivo, que instituiu o sexo como verdade maior sobre o indivíduo, transpôs o controle para a carne, os corpos, os prazeres. O autor contrapõe isso ao dispositivo da aliança, que definia o proibido/permitido através da relação. O dispositivo da sexualidade tem sua ascensão no seio da burguesia, estando inclusive vinculado à ascensão desta. As classes populares submetidas antes somente ao dispositivo da aliança, se viram submetidas também ao dispositivo da sexualidade com a hegemonia burguesa.

Foucault fala de quatro estratégias globais de dominação, constituintes do dispositivo da sexualidade: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer "perverso". Essa nova tecnologia sexual surge no século XVIII, criando uma relação entre degenerescência, hereditariedade e perversão.

Foucault (1988) chama a atenção para o fato de que nossa sociedade produziu, a partir do século XIX, a *scientia sexualis*. Trata-se a *scientia sexualis*, ou a ciência do sexo, de uma

ciência que pretendia iluminar esse aspecto do ser humano. Ela surgiu independentemente do desenvolvimento da biologia, e tinha como meta, despojada de qualquer moralismo, a de tratar o sexo do ângulo exclusivo da reprodução. A *scientia sexualis* opõe-se culturalmente, segundo Foucault, a *ars erotica* (arte erótica) que certas civilizações – como a China e a Índia - aplicam à sexualidade, sendo esta definida como mistério e assunto passível de um processo de iniciação e aprendizado. A *scientia* ocidental preocupa-se, ao contrário, em estabelecer seus parâmetros dentro dos quais opera a inclusão do que é aceitável no campo da normalidade, e a exclusão do inaceitável dentro deste mesmo campo.

De acordo com Foucault (ibidem), já a partir dos séculos XVI e XVII, na sociedade ocidental, proliferam-se discursos sobre o sexo que, ao esquadrihá-lo, defini-lo, acabam por ocultá-lo. Isso vai de encontro ao senso comum que prega que, até o século XIX, o sexo era reprimido, ocultado, negado. Para Foucault, não existe repressão sexual, o que ocorre é, na verdade, uma ‘interjeição’, em que o sexo é proibido e escondido somente para ser incitado e incessantemente revelado. Ou seja: as categorias de ‘repressão/interdição’ são substituídas pela de ‘controle’.

Segundo Foucault, houve um projeto de iluminação de todos os aspectos do sexo, do seu esquadrihamento. Forja-se um aparelho que, ao multiplicar os discursos sobre o sexo, tem por objetivo produzir verdades sobre ele. Ele considera o século XIX como momento crítico, em virtude de ter, então, esse projeto vinculado-se a um projeto científico, cabalmente comprometido com o evolucionismo e com os racismos oficiais. Observa-se que o discurso médico, por exemplo, sob uma aura de neutralidade científica, ainda que vinculado a uma moral da assepsia e da conexão entre o “patológico” e o “pecaminoso”, produziu/produz crescentemente verdades sobre o sexo. Essa associação do discurso sobre o sexo com o discurso científico deu-lhe – ao sexo - maior legitimidade. A normalização do sexo implica, desta maneira, num apelo incessante à “ciência”. A histérica, por exemplo, que era tida como possuída pelo demônio, até o fim da inquisição, passou a ser estudada pela ciência, a se definir em relação ao sexo e a ser concebida como tomada por determinada forma de recalque.

Constata-se, assim, o desencadeamento de uma profusão de discursos, bem como a interferência de duas modalidades de produção da verdade: os procedimentos da confissão e a discursividade científica. Proceda-se à tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo,

ao mesmo tempo em que se busca ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. (FOUCAULT, 1988, p.66). Nota-se que tornou-se necessário desenvolver a confissão como técnica terapêutica: é preciso falar, e falar tudo.

No ocidente, a *scientia sexualis* conserva como núcleo o singular rito da confissão, o qual aos poucos se afasta do rito da penitência da Igreja e migra para a pedagogia, para a relação entre adultos e crianças, para as relações familiares, para a medicina e a psiquiatria. No século XIX, portanto, o procedimento da confissão extrapola a penitência, extrapola o domínio religioso. Através da escuta clínica e do seu registro, constitui-se um grande arquivo dos prazeres sexuais individuais. É, pois, a confissão central na produção de saberes sobre o sexo. Os ocidentais são levados a confessar tudo, expor seus prazeres, uma obrigação já internalizada. A confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina.

Foucault (1988, p. 64-66) discute as estratégias usadas para extorquir a verdade sexual de maneira científica:

1. codificação clínica do fazer falar: a confissão é assim inscrita no campo de observações científicas;
2. postulado da causalidade geral e difusa: qualquer desvio possui conseqüências mortais, o sexo representa perigos ilimitados;
3. princípio da latência intrínseca da sexualidade: o sexo é clandestino, sua essência é obscura. A coerção da confissão é articulada à prática científica;
4. interpretação: a verdade era produzida através dos discursos interpretativos da confissão;
5. medicalização: confissão é transposta no campo do normal e patológico. Os médicos são por excelência os intérpretes da verdade sobre o sexo.

O dispositivo da sexualidade vai se fixar no vínculo entre o sujeito e si mesmo, consistindo no aspecto mais importante que este novo procedimento empresta do antigo dispositivo da "carne", imposto pela Igreja. Observa-se que o exame de consciência que deve penetrar no mais íntimo e profundo do ser não foi somente um meio de proibir o sexo, mas também uma forma de colocá-lo no centro da existência de todos, no centro das relações do sujeito consigo mesmo.

Deleuze (1988), ao discutir esta relação do sujeito consigo mesmo, afirma que a luta por uma subjetividade moderna envolve uma resistência às duas formas atuais de sujeição: uma que consiste no processo de individualização de cada um de acordo com as exigências do poder; outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida. A luta pela subjetividade se apresenta então como o direito à diferença e direito à variação.

Em relação à sexualidade, Foucault dirá (1988, p. 98-100):

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder: entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. [...] sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder.



maitena

MULHERES ALTERADAS 2



## CAPÍTULO 4:

### MULHER

Deus criou primeiro Adão, ou seja, o homem indiferenciado, protótipo da espécie humana. Depois, numa segunda etapa, extraiu de algum modo desse ser indiferenciado um ser de sexo diferente. Eis, face-a-face, Adão e Eva, agora como macho e fêmea da espécie humana. Nessa curiosa operação, Adão, em suma, mudou de identidade, ao mesmo tempo em que aparecia um ser que é membro da espécie humana e diferente do representante principal dessa espécie. Adão ou, em nossa linguagem, o homem, é duas coisas ao mesmo tempo: o representante da espécie humana e o protótipo masculino dessa espécie. Num primeiro nível, homem e mulher são idênticos; num segundo nível, a mulher é o oposto ou o contrário do homem. Essas duas relações, tomadas em conjunto, caracterizam a relação hierárquica, a qual não pode ser melhor simbolizada do que pelo englobamento material da futura Eva no corpo do primeiro Adão. (DUMONT, S. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. 1985, p. 129)

Durante a Pré-História, a divisão social do trabalho já ocorria: “o homem saía para caçar e a mulher, impossibilitada de locomover-se devido às maternidades frequentes, usava o tempo livre para a colheita de frutas” (DE MASI, 2000, p.29). O sistema social passa a ser o patriarcado (Originalmente patriarcado significa controle exercido pelo pai), sistema social de divisão de papéis, em que cabe aos homens o papel social de trabalhar para sustentar financeiramente a casa. Como detentor do poder financeiro, o homem também passa a exercer automaticamente o papel de chefe da família, responsável pela tomada das decisões familiares. A mulher, na sociedade patriarcal, atua como coadjuvante, sendo responsável pelas atividades secundárias que oferecerão o suporte necessário para o sucesso do chefe da casa. Isto pode ser percebido no texto abaixo, produzido em 1888, mas bastante atual ainda para algumas mulheres e homens em pleno século XXI, em que se estabelecem dez mandamentos para as mulheres, fazendo uma analogia com os dez mandamentos entregues por Deus aos homens:

- 1º Amai a vosso marido sobre todas as coisas;
- 2º Não lhe jureis falso;
- 3º Preparai-lhe dias de festa;



4º Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe;  
 5º Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos;  
 6º Não o enganeis;  
 7º Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades;  
 8º Não resmungueis nem finjas ataques nervosos;  
 9º Não desejais mais do que um próximo e que este seja o teu marido;  
 10º Não exijas luxo e não vos detenhais nas vitrines.  
 Estes mandamentos devem ser lidos pela mulheres doze vezes por dia. E depois ser bem guardados na caixinha de toilette. ( OS DEZ..., 1888, p. 2)

Maitena (2004a, p. 43) estabelece seis ao invés de dez mandamentos a serem obedecidos principalmente pelas mulheres. Observa-se que estes materializam discursos que reafirmam a existência da competição entre as mulheres e o fato de ser a mulher a principal responsável pela harmonia e felicidade familiar. Ou seja, podem-se assinalar muitos pontos em comum com o anterior.



História 1

(MAITENA, 20004a, p. 43)

Segundo Rosa Cutrufelli (1980, p.28), “a mulher na idade patriarcal, isto é, durante praticamente todo o tempo histórico conhecido, foi dominada pelas idéias de um sistema masculino que constantemente lhe negou os meios de produção intelectual”. Isto pode ser

confirmado pelas palavras de Eugenia Rava, diretora da Real Escola Técnica, em pleno século XX: “A deterioração física da raça verificar-se-á inevitavelmente com o exagero da educação feminina, porque então à mulher não sorrirá o reino da casa, mas será antes atraída pelo fascínio da luta pela existência” (BAUER, 2001, p. 78). Percebe-se que o conceito do patriarcado delinea crenças culturais sobre a natureza dos homens e das mulheres: enquanto naqueles prevaleceria o racionalismo; estas seriam guiadas principalmente pela emoção e priorizariam futilidades.



História 2

(MAITENA, 2005, p.112)

Análise: O efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se dá na relação entre interdiscurso e intradiscurso. As posições de sujeito das formações discursivas no seu movimento de reconfiguração constante são determinadas pelo interdiscurso. As tiras materializam tanto no verbal quanto no não verbal (expressão facial da personagem feminina que denota seu descontentamento por não ter feito o que para ela era mais importante: comprar) um discurso que reafirma o homem como sujeito que se interessa por coisas do ‘mundo’, enquanto para mulher importa apenas coisas do ‘seu mundo’. Reafirma-se assim a dicotomia público:homem / privado:mulher. Continua-se a exaltar coisas percebidas

culturalmente como masculinas (fazer turismo cultural prioritariamente) e a depreciar coisas culturalmente percebidas como femininas (fazer compras). Reforça-se uma visão estereotipada de mulher como eminentemente fútil.

Na verdade, a complexa relação de poder entre homens e mulheres engendrou, durante longos períodos na história, ordens, hierarquias em que a mulher foi considerada um “ser frágil”, logo inferior; enquanto o homem, pela própria constituição física (legitimado por discursos como, por exemplo, o discurso médico) e em decorrência da forma como foi “criado”, nomeou-se “ser superior”, estabelecendo-se assim múltiplas diferenças entre os sexos em cada época. Em diversas Formações Discursivas - seja na voz de religiosos, médicos, higienistas, educadores, etc -, percebe-se uma certa regularidade na construção de sentidos neste aspecto. Pode-se detectar isto, por exemplo, na “palavra da ciência”, que assume grandes proporções sociais. Uma comprovação científica é tomada imediatamente como uma verdade incontestável. A ciência tem a capacidade de “transformar a representação do mundo social” a ponto de fazer com que as pessoas exerçam determinadas práticas de acordo com esta representação. (BOURDIEU, 2002).

Constata-se que a condição da mulher, representada discursivamente, reflete, em sua maioria, uma visão discriminatória, por ser vista sob um único viés, por produzir formas de silenciamento e exclusão da voz feminina.

Muito cedo a ciência tornou-se preocupada com um movimento complementarista durante o século XVIII (que afirmava que homens e mulheres eram diferentes, mas complementavam-se), considerando que os praticantes da área da anatomia procuravam por evidências científicas da inferioridade intelectual da mulher. Depois de cuidadosa análise e medida, os anatomistas ‘descobriram’ que o crânio da mulher era menor em proporção aos seus corpos que o dos homens. Então, eles disseram, os fatos demonstraram que, como seres pensantes, as mulheres eram inferiores aos homens. O problema com esta dedução foi que constataram posteriormente às primeiras análises que a cabeça das mulheres era, de fato, mais larga em proporção aos seus corpos do que a dos homens. Quando os anatomistas foram forçados a ceder neste ponto no século XIX eles não concluíram que as mulheres tinham cérebros melhores; ao contrário, eles interpretaram que a cabeça relativamente mais larga era sinal de crescimento incompleto. O tamanho do crânio foi visto como indicativo de que as mulheres estavam mais próximas às crianças, que também têm as cabeças proporcionalmente mais largas. Então, novamente, as mulheres foram constatadas como sendo mentalmente inferiores aos homens (WERTHEIM, 1996, p. 148).



Para a Análise do Discurso, a compreensão das condições de produção em que ocorre determinado ato de linguagem configura-se de grande importância, pois estas explicam a ocorrência dos discursos, e justificam ou explicam os seus sentidos. É fundamental compreender, pois, em que contexto, em que momento, os discursos sobre a mulher foram formulados, para que se possa compreender a maneira como esses sentidos foram sendo entretecidos ao longo de todas as eras até atingir o mundo contemporâneo. Saber quem disse o quê e por que disse é relevante para a compreensão do que se diz sobre a mulher. Faz-se necessário estudar criticamente a feminilidade enquanto aspecto que perpassa os textos, relacionando este saber sobre a feminilidade com práticas de poder (institucionais ou não). Tal abordagem se baseia nas formulações de Foucault sobre o poder (relacionado com a produção social da verdade). A explicação definida por ele - que vê o poder como uma teia de relações que não apenas reprime, exclui, interdita, domina, mas também incita, produz, perpassa a vida cotidiana e marca corpos, delimita comportamentos, define gestos, constrói saberes - mostra-se adequada para entender como se compreendem os papéis sociais, bem como, no processo cotidiano de sobrevivência, a forma como se constroem e reconstróem-se as relações homem/ mulher, sem a rígida separação de homens dominadores, de um lado, e mulheres oprimidas, de outro. O gênero é visto como categoria analítica, o que vem a reafirmar a historicidade de relações de gênero, a sua importância enquanto pressuposto estruturador da experiência e das relações, criticando posições essencialistas e relacionando o modo como se dá a percepção dos papéis de gênero à dominação e ao poder.





Análise: No jogo estabelecido entre o outro e o mesmo, os discursos materializados nas tiras denunciam a constituição de distintas posições de sujeito: uma que indica uma moral em que mulheres são fúteis (história 4/quadros 3 e 4), consumistas e têm no casamento e filhos as principais preocupações (história 3/ quadros 1,2,3); a outra, respaldada no saber que mulheres têm outros interesses, o que denuncia uma posição de sujeito em que se percebe que as mulheres estão sofrendo influências de comportamento decorrentes do movimento feminista dos anos 60 (história 4/ quadros 1,2).

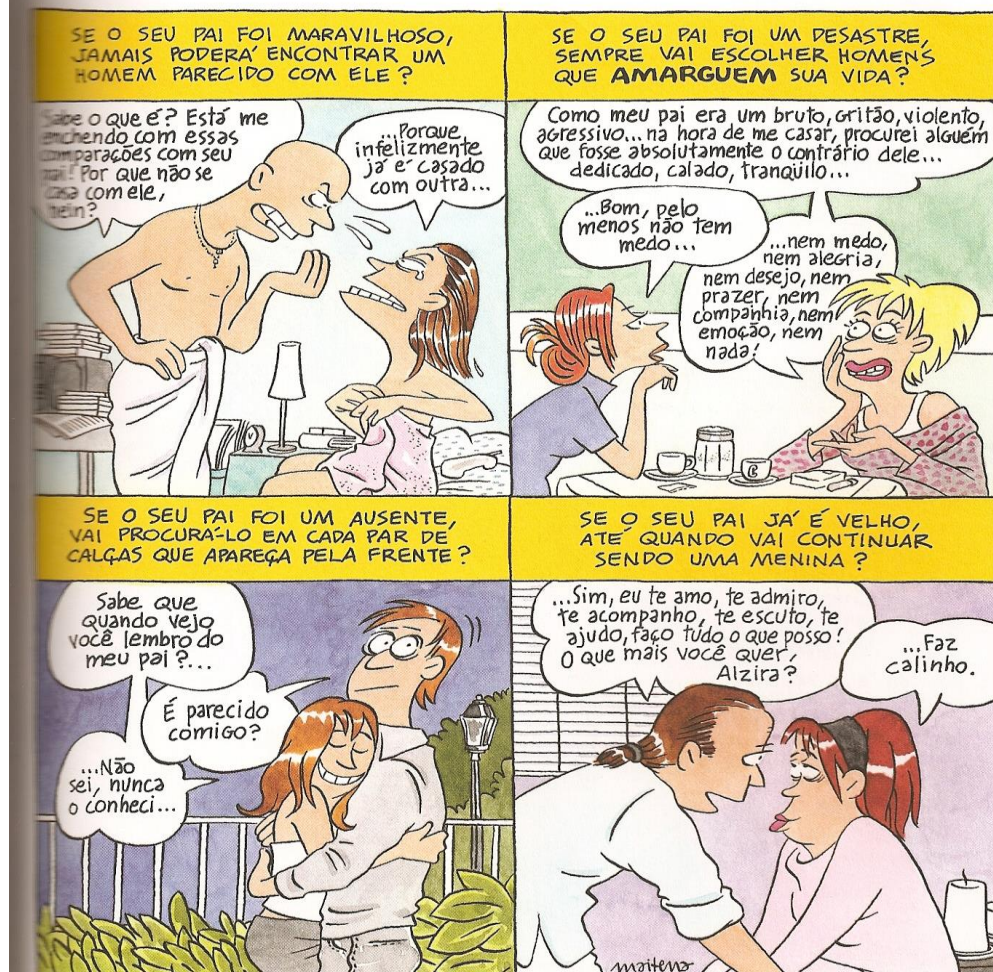
Observa-se que o discurso bíblico influencia de forma determinante a construção de quem é esta mulher. Em primeiro lugar, é ela apenas parte do homem, enquanto o homem é imagem de Deus. Além do mais, Eva foi, ao mesmo tempo, o despertar do desejo de Adão e a culpada por tal desejo. Em decorrência de ter sido ela a principal culpada do pecado, é-lhe designado um “castigo”. Trata-se de subordinação, exclusão, silenciamento e falta de autonomia para “pensar” e, sobretudo, expressar seus pensamentos. O preconceito e a estigmatização das mulheres fizeram com que durante séculos ficassem relegadas ao desconhecido. Por serem consideradas vazias, frágeis e, ao mesmo tempo, carregarem em si a imagem da sensualidade, do desejo, são tidas como perigosas, sendo suas funções relegadas aos recônditos de seus lares, onde por séculos mantiveram o papel a elas delegado: o de esposas e mães.

A mulher que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte, e para Salomão uma vingança, é, para o médico, um corpo; para o juiz, uma ré; [...] para o padre, uma tentação; para o enfermo, uma enfermeira; para o são, uma enfermidade; [...] para o versátil, um brinquedo; para o menino, um consolo; para o noivo, um desejo; para o marido, uma carga; para o viúvo, um descanso; para o pobre, uma calamidade; para o rico, uma ameaça; para o jovem, um pesadelo; para o velho, um inimigo; para o homem, um estorvo; para o diabo, um agente [...] (A MULHER, 1881, p. 2)

No saber estabelecido pela filosofia, pela ciência e pela história, a palavra dos “grandes homens” explicita como se vê a mulher, instituindo-se continuamente, nos espaços interdiscursivos, representações pejorativas sobre o feminino que delimitam seu lugar no mundo, suas possibilidades e as práticas às quais ela deve se restringir. Para Aristóteles, eram as mulheres machos ilegítimos: “A fêmea é fêmea em virtude de certa falta de qualidades”. Em 1564, Jean de Marconville, tomando por base principalmente os textos bíblicos, afirma que Adão “[...] o mais dotado de todas as perfeições que todos os outros homens, foi entretanto vencido no primeiro assalto que lhe fez sua mulher” (MARCONVILLE, 1991, p.97); no que se refere às mulheres, garante que não têm competência “[...] para manejar e conduzir coisas grandes e difíceis como costumes, religião, república e família, pois parecem ter sido feitas mais para a volúpia e o ócio que para tratar negócios de importância.” (MARCONVILLE, 1991,p.101). Para Montaigne (apud GROULT, 1993, p.83), “A mais útil e honrada ciência e ocupação para uma mulher é a ciência da limpeza”. Diderot (apud GROULT, 1993, p.89) assegura que “A mulher tem em seu interior um órgão suscetível de espasmos terríveis que dela dispõem e suscitam em sua imaginação fantasmas de toda espécie”. Para Schopenhauer (apud GROULT, 1993, p.93), “Não deveriam existir no mundo senão mulheres de interior, dedicadas à casa” Acrescenta que “A mulher [...] permanece toda sua vida uma criança grande, uma espécie de intermediária entre a criança e o homem, este o verdadeiro ser humano”.



## Aquele velho hábito que nós, mulheres, temos de ficar atreladas a um homem



História 5

(MAITENA, 2004b, p.57)

Análise: Observa-se, no cartum, o papel central do homem na vida da mulher. Materializam-se discursividades que reafirmam a dependência da mulher em relação ao homem, seja ele pai ou marido. No saber da formação discursiva em que tem origem o discurso materializado no quadro 4, a mulher é uma criança e, como tal, deve ser cuidada e protegida.

Santo Tomás de Aquino afirma: “A mulher é um ser accidental e falho [...] seu destino é viver sob a tutela do homem, de si mesma ela não tem autoridade alguma”. “Pai do anarquismo moderno”, Proudhon (apud GROULT, 1993, p.96-97) chega ao extremo de citar situações em que o marido pode matar sua mulher, como, por exemplo, “a insubmissão obstinada, o impudor e o adultério”. Garante ele que “Uma mulher que usa sua inteligência torna-se feia, louca, [...] a mulher que se afasta de seu sexo, não somente perde as graças que a natureza lhe deu [...] mas recai no estado de fêmea, faladeira, sem pudor, preguiçosa, suja, pérfida, agente

de devassidão, envenenadora pública, uma peste para sua família e para a sociedade”. Já Nietzsche (apud GROULT, 1993, p.102) estabelece que o “homem inteligente deve considerar a mulher como uma propriedade, um bem conservado sob chave, um ser feito para a domesticidade e que só chega à sua perfeição em situação subalterna”.

Há ainda que se levar em conta o postulado freudiano da estrutura edípica do inconsciente, que, ao vincular a posição de cada sexo à sua configuração morfológica, define o feminino negativamente em relação ao masculino, pregando a inferioridade feminina em razão da falta do órgão viril, do qual a mulher presumivelmente teria inveja. Simone de Beauvoir (1967a) faz uma crítica a Freud que vê na mulher a representação da ausência, uma vez que coloca a categoria mulher entre o conceito de macho (falo) e não macho (castrado).

Jung (2003) situa-se dentro da linha do pensamento ocidental que define a “natureza feminina” em função da idéia de natureza desde o ponto de vista biológico: um corpo preparado para gestar, parir e amamentar; com ciclos e ritmos fisiológicos (menstruação, períodos férteis, menopausa). A mulher encontrar-se-ia, também, segundo ele, presa ao dinamismo da natureza, utilizando métodos indiretos para alcançar seus objetivos. A diferença biológica com o homem sempre foi interpretada como inferioridade cultural, política e social, determinando a exclusão feminina da cultura. Algumas funções sociais - tais qual o cuidado do lar e da prole - decorreriam das características fisiológicas femininas, assim como de características psíquicas, que estariam adaptadas à funcionalidade das atribuições de sua natureza como passividade, emoção, dependência emocional, instabilidade de humor devido aos ciclos biológicos. Jung ressalta a característica da mulher em deixar-se convencer pelas projeções de sentimentos masculinos, além de permitir-lhes realizar as intenções que têm a respeito dela.





História 6

(ANGELI, 2003, p. 12)

Análise: Uma vez que, para a AD, a referência se institui no próprio gesto de interpretação, deve ser tomado o referente (no texto em questão, a tensão pré-menstrual) como objeto imaginário e não como realidade física, sendo, portanto, instituído pelas formações imaginárias. As imagens determinam o lugar que os sujeitos dos discursos atribuem a si e ao outro. Os discursos deixam, pois, transparecer visão de mundo, um quadro de referências culturais e sociais. A memória discursiva resgata um já-dito (retoma-se a dependência psíquica da mulher em relação ao corpo sexuado na incapacitação que é decorrente da TPM), que permite a compreensão do funcionamento do discurso, ao mesmo tempo em que aciona formações imaginárias: no texto em questão, as representações das mulheres estão atravessadas pelo imaginário em que a mulher é instável emocionalmente quando na TPM, saber avalizado, inclusive, pelo discurso médico, cujo poder é justificado pelo privilégio técnico e científico do conhecimento.

Quanto à literatura, na maioria das vezes, as mulheres são mostradas em suas relações com os homens. “Todas as grandes mulheres da ficção, até a época de Jane Austen, eram não apenas vistas pelo outro sexo, como também vistas apenas em relação ao outro sexo” (WARNER, 1999, p. 109.). Outro ponto característico é que rivalidade e antagonismo têm marcado as relações entre as mulheres na literatura. Virgínia Woolf cita o caso de Cleópatra, cujas

preocupações com relação a Otávia eram motivadas pelo ciúme: será que ela era mais alta do que eu? De forma análoga, nos contos infantis, tem-se, por exemplo, a madrasta malvada de Branca de Neve que a persegue, porque o espelho lhe diz ser esta - Branca de Neve - mais bonita do que ela; bem como as irmãs de Cinderela que tripudiam dela por acharem-na mais bela. (WARNER, 1999).



História 7

(MAITENA, 2005, p. 95)

Análise: No discurso de gênero engendrado neste cartum, as mulheres são, por essência, inimigas. O texto é sustentado pela posição de sujeito em que a mulher vê a outra como rival, principalmente se esta for bonita. A mulher é apresentada, também, implicitamente como alguém invejoso e despeitado.

Passa-se a dar ênfase à divisão das tarefas entre homens e mulheres baseada nas diferenças de natureza na Revolução Francesa, uma vez que nos séculos XVIII e XIX na elaboração dos grandes códigos de direito civil encontra-se a mulher privada de todo direito. Kehl (1998) afirma em relação às representações de que as mulheres são alvo no século XIX:

O que é específico da mulher, em sua posição tanto subjetiva quanto social, é a dificuldade que enfrenta em deixar de ser objeto de uma produção discursiva muito consistente, a partir da qual foi sendo estabelecida a verdade sobre sua natureza, sem que tivesse consciência de que era a verdade do desejo de alguns homens e não a verdade da mulher.(KEHL, 1998, p.15)

No que se refere à questão da emancipação feminina, apenas passou a ser ostensivamente alvo de discussão a partir do século XX, quando motivos históricos, os quais aliaram progresso científico, desenvolvimento dos meios de comunicação, causas políticas e desenvolvimento industrial, arrancaram definitivamente as mulheres do reduto doméstico e de atividades adjacentes, inserindo-as em um universo, visto até então como apenas masculino. A burguesia ampliou seu poder industrial e financeiro a partir da segunda revolução industrial; as guerras mundiais provocaram a incorporação das mulheres ao trabalho; os avanços técnicos liberaram a mulher de algumas tarefas domésticas. Muitas construções culturais, desta época para cá, século XXI, se modificaram. Estas construções sempre ocorrem no âmbito das relações humanas quando acontece alguma transformação nas condições materiais de vida, no modo de produção da riqueza.

A teoria psicanalítica marca a entrada do no século XX com a inscrição de um pensar revolucionário. Nada seria como antes a partir das descobertas de Freud sobre o inconsciente. Nas décadas iniciais do século XX, no que se refere à estrutura familiar, o modelo consagrado ainda é o da família patriarcal, que foi criada praticamente desde os primórdios da existência humana. Neste modelo, mulheres e crianças não passavam de personagens secundários, sem voz. A atuação social da mulher limitava-se às demonstrações de fé nas missas dominicais; de caridade, nas reuniões beneficentes; de boa anfitriã, nos salões. A sexualidade da mulher consistia apenas em sua capacidade e serviços de reprodução. Na era Neolítica, por exemplo, procedia-se à troca de mulheres como se fossem mercadorias, bem como o valor atribuído a elas devia-se ao fato de se levar em conta que sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais crianças. Observa-se, portanto, já então a mulher sendo vista como objeto.

A primeira incorporação em massa da mulher ao trabalho industrial deu-se durante a Primeira Guerra Mundial, quando foram então mobilizadas para assumir os lugares de trabalho deixados pelos homens: enquanto os maridos lutam, as mulheres ocupam as fábricas, tomam gosto pela produção de bens materiais. Tarefas até então tidas como exclusivamente masculinas foram confiadas às mulheres. É necessário ressaltar que sua incorporação ao

trabalho não supôs o abandono de suas responsabilidades no cuidado com a casa, filhos e marido. Institui-se, a partir de então, a conhecida “terceira jornada” da mulher. Depois da guerra, os poderes públicos solicitaram que as mulheres abandonassem o trabalho industrial e voltassem às tarefas tidas como naturais para elas. Os homens voltam para as fábricas. Sobrevém a Segunda Guerra Mundial e tudo se repete: as mulheres incorporam-se à produção. Nos Estados Unidos, inclusive, foi veiculada uma campanha específica para as mulheres, em que se preconizava que a feminilidade teria que ser sacrificada em prol da guerra (UNITED STATES... 2004). Nos quadrinhos surge a Mulher Maravilha, a primeira super-heroína, contrapondo-se ao Super Homem (MULHER ..., 2005). A expansão econômica que se seguiu à Segunda Guerra nos países capitalistas propiciou uma progressiva incorporação da mulher ao trabalho. Elas concentraram-se em especial na indústria e no setor de serviços.

Algumas mudanças ocorrem a partir das décadas de 30 e 40 (do século XX), em função das transformações políticas, sociais e culturais. Os avanços tecnológicos trouxeram bens materiais que iriam revolucionar os lares do mundo, em especial a televisão (1926) . No lar, a mulher já dispõe de eletrodomésticos de toda ordem que lhe facilitam a vida (batedeira (1918), geladeira (anos 30), máquina de lavar e cafeteira (1933), torradeira elétrica (1937), aspirador de pó (1948) são alguns exemplos) ; já na sociedade, encontram-se à sua disposição bens imateriais traduzidos por valores como estética, informática, educação e informação.



História 8

(QUINO, 1993, p. 5)

Análise: A linguagem refrata o social e o sujeito é interpelado por esse social no exato momento em que dele participa. No saber da Formação Discursiva em que tem origem o discurso materializado nas tiras, embora seja a mulher a responsável pela educação dos filhos, devendo portanto interferir junto a eles, ela o faz sob orientação do marido. Além do mais,

fica implícito que a mulher e a criança, por serem imaturas, são facilmente manipuláveis pela televisão.

Nos anos 50 e 60 (do século XX), sob influência do espírito do *american way of life*, começa a ser questionado o modelo de esposa gentil, fiel e submissa ao marido. Na década de 50, ao mesmo tempo em que a publicidade enfatizava a autonomia conquistada pela mulher no mercado de trabalho por meio de anúncios de carros e outros bens de consumo, as propagandas de eletrodomésticos apontavam que ela poderia voltar ao lar cercada de um aparato tecnológico melhor. Ou seja, para a mulher ser moderna deveria dispor de toda tecnologia que lhe era disponibilizada através dos eletrodomésticos, bem como deveria ter uma aparência modernamente construída.

Um filme representativo da época foi *Barbarella* - 1968 -, de Roger Vadim, com Jane Fonda no papel principal. Esta personagem exemplificou na tela a transformação da condição da mulher na sociedade, questionando a sua guerra pessoal e sua conquista social, ao travar batalhas no espaço e utilizar o sexo como arma contra o inimigo. Ela foi, na verdade, retirada das páginas dos quadrinhos, uma vez que se trata de uma adaptação dos quadrinhos do francês Jean Claude Forest -1962 - sobre uma heroína intergaláctica e suas aventuras no ano 40 mil. *Barbarella* escandalizou a França quando seu livro ilustrado foi lançado, chegando inclusive a ser proibida a sua venda.



A revolução sexual marcou a década de 60, principalmente em decorrência da criação da pílula anticoncepcional. Acabava-se, em virtude desta, com um dos pretextos para a repressão



sexual feminina: a gravidez indesejada. Dona do seu corpo, afinal o corpo é lugar de existência e de rituais, as mulheres passam a ter relações com menos culpas e mais verdade. Foi este, pois, um marco importante no processo de emancipação da mulher, o qual incidiria de forma direta sobre a organização da família. O controle que ela – a mulher – passou a exercer sobre sua sexualidade e sobre a procriação ampliou o seu poder de decisão. Ela pode escolher quando ser mãe, quando começar ou parar de trabalhar. São também desta década as grandes revoltas, pois há uma maior consciência das valorações do mundo em relação aos gêneros e do poder de cada um.

Observa-se, todavia, no final dos anos 60 e início dos 70 do século XX, que a objetificação do corpo feminino torna-se evidente. Havia então toda uma parafernália cultural da feminilidade, todo um aprendizado para agradar visualmente e sexualmente o homem através de práticas do corpo, tais como: orgasmo simulado, maquiagem, cintas, etc. É neste contexto que começam a surgir os estudos feministas, que buscam abrir um espaço democrático para a convivência de homens e mulheres.

É nos anos 60 também que o homem chega à lua, nasce Brasília e Leila Diniz exhibe sua barriga. Ainda nesta década, com a invenção da lycra, a moda íntima passa a privilegiar o conforto e a praticidade, uma necessidade da nova mulher que “trabalha fora” e não tem tempo. O sutiã vai perder seu *glamour* totalmente nos anos 70, quando se torna o símbolo da injusta supremacia masculina e será impiedosamente queimado em praça pública<sup>8</sup>. A moda íntima retoma seu status anterior nos anos 80, quando aparece com toda força através da pop star Madonna, que usa – e faz questão de exibir - modelos inspirados nos sutiãs cone dos anos 40 e 50.

---

<sup>8</sup> Betty Friedan e um grupo de feministas americanas escandalizaram o mundo com a queima de sutiãs em praça pública, simbolizando a liberdade da mulher



História 9

(MAITENA, 2004a, p. 93)

Análise: Na apreensão de cada uma dessas representações presentes no cartum, faz-se relevante destacar os aspectos sociais que regiam o cotidiano das mulheres, tomando-os na relação de gênero, a fim de vislumbrar as condições de produção que afetam a concepção do que é ser mulher em cada uma das dadas épocas (por exemplo, o movimento feminista de década de 60). Observa-se, no quadro 5, que a materialidade não verbal aponta para uma memória de acordo com a qual o sutiã foi visto como objeto de opressão e a sua retirada um grito pela liberdade. Chama-se atenção para o fato de que, na rede discursiva estabelecida na materialidade verbal e não verbal deste cartum, reforçam-se sentidos e representações que homogeneizam o que vem a ser mulher. É interessante constatar que, no saber que configura a FD que está determinando o dizer deste texto, as mulheres são estereotipadas sempre como essencialmente emocionais.

No início dos anos 60, escritores e poetas da *Beat Generation* levavam à literatura seu compromisso, suas experiências com sexo e drogas. É justamente na década de 60 que surge a primeira geração de feministas. O movimento feminista deu visibilidade nunca antes alcançada ao mal-estar das mulheres dos países capitalistas. Este movimento tinha por objetivo defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres, reivindicando a igualdade nos campos econômico, jurídico e sexual. Se a década de 50 caracterizou-se pelo moralismo e pelo consumismo, o final dos anos 60 e início dos 70 foram o cenário do movimento de “contracultura” americano e europeu. Constata-se que, a partir da segunda metade da década de 60 do século XX, os valores liberais, que eram os responsáveis pela sustentação teórica do mundo capitalista, entraram em crise. Isto abriu caminho para uma série de movimentos sociais questionadores. A insatisfação da juventude com a visão de mundo pequeno-burguesa estava presente nos comportamentos (uso de drogas), manifestações sociais (movimento *hippie*, passeatas contra a Guerra do Vietnã). Contestavam-se as normas e valores sociais, o *status quo*, levando ao questionamento dos papéis de cada indivíduo no interior dessa mesma sociedade. Como consequência, surgiram movimentos sociais protagonizados por minorias sociais (étnicas e de orientação sexual), que lutavam por direitos civis semelhantes aos da grande maioria dos cidadãos.

A primavera de 68 pode ser um referencial de toda e qualquer explosão de liberdade que os anos 60 representaram. Neste contexto, surge a segunda geração feminista. Marcada por uma prática política separatista e sexista, esta geração pós-68 enfatizava a posição antagônica entre os sexos, debruçava-se no estudo de papéis sexuais masculinos e femininos e denunciava a dominância masculina com o propósito de eliminar as diferenças universais entre gêneros. Na França, as feministas preconizavam que a discriminação sexual ocorria por meio de uma violência simbólica que silenciaria a voz das mulheres, excluindo-as de produzir. A partir de então, posicionaram-se contra o termo feminista e propuseram feminino como metáfora da alteridade. A questão da diferença passou a ser um conceito cultural de construção da linguagem.

A terceira geração – a chamada “geração do gênero” – emerge no cenário nacional no final dos anos 80, substituindo os “estudos sobre a mulher”. Definido pela historiadora Joan Scott (1990), o conceito de gênero vai ser utilizado em substituição aos termos “sexo” e “diferença sexual” para marcar a posição de ruptura com o determinismo biológico e afirmar a historicidade das distinções sociais entre gêneros. Outra característica do conceito enfatizado



e difundido pela autora é o de ser relacional, compreendendo a idéia de que não é possível analisar homens e mulheres em separado, já que um se define em relação ao outro e que as relações de gênero, como relações sociais, são permeadas pelo poder. Como as desigualdades de poder não existem somente entre gêneros, o conceito de gênero deve estar articulado aos conceitos de classe e etnia, já que as desigualdades de poder se estabeleceriam segundo estes três eixos principais.

Na verdade, observa-se que o movimento feminista vem a ganhar força no início dos anos 70, quando a teorização feminista, através dos estudos feministas, pretendia uma virada epistemológica e não apenas a adaptação da história oficial à história das mulheres. De fato, os estudos feministas iniciam se preocupando com as mulheres para em seguida discutir a construção social de femininos e masculinos. O centro das discussões é agora a relação homem-mulher. Começava-se a perceber que as verdades elaboradas a partir das diferenças biológicas que naturalizavam as relações estavam fortemente inscritas em mecanismos de poder. Ao combater o eterno feminino, o movimento feminista combatia também tudo o que a ele estivesse relacionado, tais como: as profissões naturalmente femininas; a maternidade como missão essencial da vida de uma mulher; a violência contra a mulher. Somaram-se a esses ideais outras palavras de ordem: aborto livre e gratuito, contracepção livre e gratuita, maternidade voluntária.

As preocupações giravam, pois, preferencialmente, em torno do corpo. Procurava-se desmistificar a idéia do estereótipo feminino tradicional, segundo o qual o corpo da mulher estava mais próximo da natureza. Começava-se a ler e escrever muito sobre a sexualidade. “O sexo se converteu em tema de palestra, em diálogo social, em bate-papo em mesa de bar” (VENTURA, 1988, p.33). É preciso não esquecer que a sexualidade é uma das vozes mais pessoais e carregadas de valores, estando o sexo na encruzilhada de natureza, psique e cultura. De acordo com Foucault (1988), essa colocação do sexo em discurso estaria relacionada à técnica de subjetivação fundamental: a obrigação de contar tudo, a confissão – técnica de si que se concretiza em gestos e rituais que falam sobre as divisões entre gêneros.

Nos anos 70, houve, então, um distanciamento do movimento feminista da política. A idéia era que o movimento partisse para a ação, não ficando apenas com ideologias no papel. Agora, as feministas exigiam igualdade com reivindicações claras: a diminuição das

diferenças salariais entre homens e mulheres e o fim da discriminação nos contratos, títulos e promoções.

Para além das tendências, os feminismos dos anos 60 e 70 conquistaram a palavra e desempenharam um papel fundamental, inscrevendo o feminino como uma categoria essencial para uma política de identificação cultural. Para Hall (2000), o feminismo propiciou uma das principais mudanças conceituais que levaram ao descentramento da identidade fixa e estável do sujeito cartesiano, configurando-se “tanto como uma crítica teórica tanto quanto um movimento social”. Permitiu uma análise do gênero totalmente inserida no campo histórico-social, desconsiderando o caráter exclusivamente biológico do sexo, pois este passou a ser visto também como uma construção social e histórica, como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Como aponta Roger Chartier, “a diferença sexual é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima” (1995, p. 39).

Mathieu (1991, p.256) afirma que o gênero instituído cria o sexo biológico, pois a heterogeneidade cultural de relações sexo/gênero “[...] nos leva a pensar não mais que a diferença dos sexos é ‘traduzida’ ou ‘expressa’ ou ‘simbolizada’ pelo gênero, mas que o gênero constrói o sexo. Entre sexo e gênero, é estabelecida uma correspondência sociológica e política”. Ou seja, a importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e divisão da sociedade, é ela mesma uma criação histórica e social. A sexualidade torna-se o eixo principal da identidade e do ser no mundo, fundamentando-se em valores institucionais tais como procriação, casamento, família. A hegemonia da heterossexualidade, prática sexual entre outras, como atesta a multiplicidade de culturas, torna-se naturalizada. Em torno do aparelho genital, elaboram-se os contornos e os limites de um corpo sexuado, impregnado de valores, crenças, atualizando e reafirmando representações que passam a existir nas práticas que as elaboram. O corpo construído em feminino exprime as modalidades culturais que o confinam a um gênero que se torna inteligível, na medida em que mantém relação de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Matrizes de inteligibilidade que constroem esse corpo naturalizado em sexo feminino podem ser identificadas em torno da família heterossexual e de atributos essencializados na ‘verdadeira’ mulher: sedução, maternidade, submissão, altruísmo.



História 10 (MAITENA, 2006a, p. 55)

Análise: No cartum, acentuam-se as discursividades da feminilidade - tomada como espetáculo - e do erotismo, este ligado ao consumo simbólico de imagens.

Segundo Morgan (1992), as feministas tiveram grande influência não só na elaboração de teorias e na crítica de conceitos, mas, ao penetrarem efetivamente nas instituições de produção do saber (política, universidades, mercado de trabalho), causaram rupturas no que diz respeito às práticas sociais de produção desses saberes. Em outras palavras, o impacto do feminismo não decorre somente de um *corpus* teórico questionador, mas é influência de um movimento social e político que afetou a maneira como a realidade é vista e, sendo assim, a percepção do homem sobre o seu papel nestas estruturas sociais. Passa-se, a partir daí, a questionar o patriarcado, a superioridade do homem sobre outros grupos, a obrigatoriedade do heterossexualismo e o modo como o homem relacionava-se consigo, com outros homens e com as mulheres. Todo esse questionamento teve influência a nível cultural e das práticas discursivas, o que se percebe nos quadrinhos estudados. O homem, categoria naturalizada por séculos, se viu questionado em sua posição de maneira jamais antes vista. Não se pode deixar de mencionar que as feministas ou qualquer outra mulher que reivindicasse seus direitos eram então acusadas de se organizarem contra os homens, sendo muitas vezes tachadas de mal-

amadas. Para os homens e mulheres que se sentiam incomodados pelo movimento, o que estava sendo ameaçada era a família. A pílula anticoncepcional, inclusive, era considerada símbolo da promiscuidade.



História 11

(MAITENA, 2005, p. 84)

Análise: Identifica-se, no cartum, uma posição de sujeito que indica mudança na forma da constituição moral-sexual. No saber da Formação Discursiva em que ela se enquadra, à mulher pode caber tomar a iniciativa sexual. Pode-se assinalar também que, no saber da Formação Discursiva onde é originado o discurso materializado no verbal e no não verbal, esta nova postura deixa o homem inseguro. Os modos como se constroem atualmente as representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher indicam uma tensão entre as conquistas da luta feminina e as formas de feminilidade que são reforçadas, construídas na cultura.

Nos anos 80, ocorreu a introdução do termo gênero nos estudos relacionados à divisão de papéis sociais. A introdução da categoria gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas. O estudo das relações de gênero, agora substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder as articula em momentos datados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como “natural”. Os estudos de gênero percorreram uma trilha epistemológica em várias direções, tendo

permitido, nomeadamente, uma crítica sistemática das noções convencionais de masculino e feminino e da sua apropriação disciplinar. O termo começou a ganhar terreno como uma tentativa das feministas de buscar uma definição diferente das teorias existentes, menos ideológica, para explicar as desigualdades entre homens e mulheres.

A partir disso, as noções naturalistas do sexo, do gênero, da sexualidade e do corpo passam então a ser questionadas e preconiza-se que todos estes termos estão implicados nos regimes de poder e conhecimento identificados por Foucault no seu estudo da história da sexualidade. Esta abordagem permitiu que se compreendesse que ‘a realidade dos sexos’ é uma produção de corpos do sexo feminino e do sexo masculino enquanto ‘oposições assimétricas e discretas’ efetuada a partir do campo dominante heterossexual.

Essas novas formas de viver a experiência feminina abalaram projetos essencialistas de gênero, colocando em xeque a construção da feminilidade e da masculinidade hegemônica dominante em razão da dicotomia homem-mulher, uma vez que as diferenças entre eles passaram a ser cada vez mais entendidas em termos de construção social. Essas novas práticas sociais têm, todavia, sido frequentemente confrontadas com discursos que insistem na caracterização da mulher como frágil, incapaz, fútil, consumista, extremamente vaidosa e emocionalmente instável.

Esses comentários machistas que nós mesmas, mulheres, fazemos...



História 12 (MAITENA, 2003c, p.28)

Aquelas coisas que te deixam muito nervosa!



História 13 (MAITENA 2004a, p.42)



## As seis únicas coisas que as mulheres invejam nos homens



História 14 (MAITENA, 2003a, p.9)

## QUANDO VEM PARA VOCÊ

(AQUELE PERÍODO EM QUE VOCÊ ESTÁ NO IDEM)

UNS DIAS ANTES VOCÊ SENTE UMA REPENTINA ANGÚSTIA EXISTENCIAL PROFUNDA

NÃO SABE COMO NEM POR QUÊ, MAS SENTE QUE O MUNDO ESTÁ ACABANDO

ATÉ QUE UNS DIAS DEPOIS PERCEBE QUE ERA SÓ A MENSTRUACÃO - COMO ACONTECE A CADA 28 DIAS -

- VOCÊ ESTÁ SUSCETÍVEL E EMOCIONALMENTE INSTÁVEL
- CHORA COM FACILIDADE
- GRITA DE REPENTE
- E ANDA NERVOSA

UMA ENERGIA DESCONHECIDA A DOMINA

E TRANSFORMA VOCÊ EM OUTRA

- NÃO DURA MUITO, MAS VOCÊ PODE PASSAR DA FÚRIA À MELANCOLIA ENTRE DUAS E DEZESSETE VEZES AO DIA -



- APARECEM VÁRIAS ESPINHAS - QUEIXO-TESTA-NARIZ -
  - OU UMA ENORME - SEMPRE NO MESMO LUGAR -
  - VOCÊ INCHA COMO UM SAPO
  - SE ACHA HORROROSA
  - E, ALÉM DO MAIS, DÓI MAS COMO NÃO É DOENÇA, NÃO PROVOCA GRANDE CONSIDERAÇÃO
- ...NEM É UM ASSUNTO MUITO COTADO...

COSTUMA PROVOCAR NOS HOMENS UMA MISTURA DE PUDOR E NOJINHO AS MENINAS TEMEM/ AS ADOLESCENTES ESCONDEM/ AS JOVENS IMPLORAM / AS GRÁVIDAS NUNCA SENTEM FALTA

E AQUELAS QUE JÁ DEIXARAM PARA TRÁS DIZEM QUE SÓ HÁ UMA COISA PIOR DO QUE QUANDO VEM



(MAITENA, 2006b, p. 35)

Análise: No saber da Formação Discursiva em que é originado o discurso materializado nestas formulações, a mulher é emocionalmente descontrolada. Retoma-se o discurso médico da dependência psíquica da mulher em relação a seu corpo sexuado, pela incapacitação que resulta da TPM na universalização dos males dela advindos. Reduz-se a multiplicidade de experiência à imagem de mulher essencializada, fragilizada, que reitera seu lugar subordinado, já que impedida de raciocinar, porque subjugada periodicamente por nervos e calores. Ou seja, estabelecem-se aí representações sociais hegemônicas, estruturadas pelo discurso científico que patologiza, medicaliza a mulher.

O crescimento dos movimentos de liberação das mulheres na Europa e nas Américas, integrando os movimentos de reivindicação social em sua luta contínua por igualdade, cidadania e emancipação, coincidiu com a expansão da mão de obra feminina na economia pós-industrial e começou a modificar o panorama ocidental das relações sociais de gênero. Ao lado do movimento feminista, as transformações econômicas e sociais trazidas pelo novo capitalismo forçaram a entrada da mulher no mercado de trabalho, ampliando-se seu horizonte para além dos domínios domésticos. A visão homogênea de identidade social de gênero, entre outras, foi sendo cada vez mais substituída por uma visão heterogênea, ampliando-se as possibilidades de ser mulher e abalando instituições tradicionalmente consagradas como, por exemplo, a família.

É preciso salientar também que a profusão de discursos possibilitados pelos meios de comunicação cada vez mais tecnologizados permitiu uma grande circulação de diversas formas de ver e viver a experiência humana para além dos limites de tempo e de espaço. O contato com outras formas de ser homem/mulher tornou possível tanto a compreensão de que a experiência humana não está limitada a um gênero particular, como um repensar dos papéis tradicionais de gênero (MOITA LOPES, 2002). Percebe-se, por exemplo, em relação à mulher, ser ela tomada na década de 60 como a esposa-mãe, investida da missão produtiva (gerir casa, economizar, cuidar da alimentação e saúde da família, ficar bela para o marido, a quem cabe a sustentação do lar.); por outro lado, nas décadas de 70/80, encontra-se uma mulher, que pode ser (mas não o é forçosamente) esposa e mãe, porém de forma moderna, que começa, além das tarefas citadas, a participar da manutenção da casa, bem como tem-se uma mulher que busca também o prazer sexual, profissional.

# 1922 – De como o “anjo” da casa se transformou...

Em 1920, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por uma paixão...



Em 1930, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por uma paixão... e obcecadas por conseguir um bom marido...!



Em 1940, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por uma paixão, obcecadas por conseguir um bom marido... e preocupadas em ser boas mães...!



Em 1950, nós, mulheres, só estamos ansiosas por uma paixão, obcecadas por conseguir um bom marido, preocupadas em ser boas mães... e inquietas por estudar alguma coisa útil...!



## na "bruxa" da família – 1997



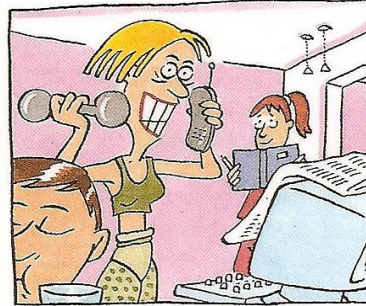
Em 1960, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por paixão, obcecadas por conseguir um bom marido, ocupadas em ser boas mães, inquietas por estudar alguma coisa útil... e transtornadas para participar de coisas interessantes!

Em 1970, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por uma paixão, obcecadas por conseguir um bom marido, preocupadas em ser boas mães, inquietas por estudar alguma coisa útil, transtornadas para participar de coisas interessantes... e culpadas por trabalharmos fora...!



Em 1980, nós, mulheres, só estávamos ansiosas por uma paixão, obcecadas por conseguir um bom marido, preocupadas em ser boas mães, inquietas por estudar alguma coisa útil, transtornadas para participar de coisas interessantes, culpadas por trabalharmos fora... e estressadas por exigir-nos conquistas profissionais!!

EM 1990, NÓS, MULHERES, SÓ ESTÁVAMOS ANSIOSAS POR UMA PAIXÃO, OBCECADAS POR CONSEGUIR UM BOM MARIDO, PREOCUPADAS EM SER BOAS MÃES, INQUIETAS POR ESTUDAR ALGUMA COISA ÚTIL, TRANSTORNADAS PARA PARTICIPAR DE COISAS INTERESSANTES, CULPADAS POR TRABALHARMOS FORA... ESTRESSADAS POR EXIGIR-NOS CONQUISTAS PROFISSIONAIS... E DESESPERADAS PARA NOS VERMOS



76 MAITENA

MAITENA, 2003c, p. 77 )

Análise: No saber discursivo da formação discursiva presente nas formulações referentes ao período dos anos 20 aos 60 do século XX, a responsabilidade principal da mulher é essencialmente ser esposa e mãe, estando limitada à gestão do espaço privado. Observa-se que é tida então como o “anjo da família”. Já no saber da formação discursiva presente nas formulações referentes ao período dos anos 70 aos 90 do século XX, a mulher também participa da manutenção da casa, busca realização profissional (embora isto não a isente de

sentir culpa, já que se sente profundamente culpada por ‘negligenciar’ obrigações que considera serem suas: a casa, o marido, os filhos) e preocupa-se cada vez mais com o seu corpo. É ela vista como a “bruxa da família” O título das páginas materializam um discurso que aufere juízo de valor a estas posições de sujeito: anjo (valor positivo) x bruxa (valor negativo). Este discurso atravessa as redes das formulações verbais e não verbais ao longo das décadas, onde é atualizado, repetido.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas surgidas a partir dos anos 70 ampliaram a independência da mulher; por outro, aumentaram sua carga de trabalho e tornaram seu modo de pensar mais mecânico e submetido aos apelos da comunicação de massa. Nos anos 70/80, observa-se a objetificação do corpo feminino, quando é ativado todo o arsenal estético/cultural da feminilidade (a mulher na mídia, os concursos de beleza, a ditadura do corpo escultural). Verifica-se já a busca por modelos de beleza virtuais, muito distantes da realidade. Através de produtos de beleza e cirurgias plásticas, elas tentam superar o tempo, mas acabam por se tornar artificiais.



Análise: No discurso do cuidado de si materializado no cartm, as práticas de embelezamento envolvem plástica corretiva para corrigir as imperfeições e deixar o rosto jovem, pois a beleza pressupõe juventude. É interessante ressaltar que a forma caricatural como a 1ª personagem é representada denuncia a presença de uma voz que ironiza e critica esta artificialização excessiva em prol de uma juventude eterna.

Os produtos culturais que têm na mulher o seu público denunciam como é ela vista, através do “perfil” atribuído às suas receptoras em torno de assuntos ligados à sua esfera específica: sedução e sexo, família, casamento, maternidade e futilidades. O ato de comprar é visto como algo que lhe é inerente: o feminino aparece reduzido a sua expressão mais simplória: consumidoras, fazendo funcionar poderosos setores industriais ligados às suas características “naturais”: domesticidade (eletrodomésticos, produtos para limpeza da casa), sedução (moda, cosméticos) e reprodução (produtos para maternidade). Observa-se, pois, que se termina por categorizar, classificar, hierarquizar e ordenar o mundo e as relações entre as pessoas por meio do consumo. Essas imagens do feminino ancoradas na memória discursiva se incorporam às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuances.

Um *status* aumentado para valores femininos tradicionais, como mulheres e sua ligação com a natureza, mulheres e seu instinto materno, mulheres e seu ser físico [...]Essa renovada tentativa de fazer as mulheres cumprirem seu papel tradicional , junto com um pequeno esforço para atender a algumas demandas por elas colocadas – tal é a fórmula usada para tentar mantê-las quietas. Mesmo mulheres que chamam a si mesmas de feministas não percebem isto. Mais uma vez estão sendo definidas como sendo ‘o outro’, mais uma vez estão sendo transformadas em segundo sexo. (SCHWARZER, 1984, p.103)

A década de 80 se encerrou com a queda do Muro de Berlim (erigido em 1961 e um dos símbolos da Guerra Fria) e no começo dos anos 90 a Alemanha começa a se unificar e se desenvolver como grande potência novamente. Em todo o mundo, há recessão, crise econômica e desemprego, sem contar a dificuldade de acompanhar a globalização política, cultural e tecnológica. A globalização ganha mais espaço no contexto da sociedade com a utilização cada vez mais freqüente da internet. A partir dos anos 80, nota-se, cada vez mais, a busca pelo ideal de corpo perfeito. Isto traz à tona algumas doenças como anorexia e bulimia. Esses males estão presentes, geralmente, em mulheres mais jovens, que muitas vezes deixam de comer para se adequar a um modelo de corpo que tem como referencial mulheres como



Grazi Mazzafera, Julia Roberts, Angelina Jolie, Jennifer Lopez, Gisele Bündchen e Juliana Paes, que fazem sucesso na música, no cinema e nas passarelas de moda.

#### 4.1 A questão da identidade

No dicionário, encontram-se as seguintes definições para o termo identidade:

Qualidade do idêntico; conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos e impressões digitais; reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio; cédula de identidade; relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas”.(AURÉLIO, 1988, p.349)

Em filosofia, de onde o termo é originário, identidade refere-se, primeiramente, àquilo que dá a alguém sua natureza essencial e sua continuidade; em seguida, ao que faz duas pessoas, ou grupos de pessoas, terem características comuns. O conceito envolve negação e diferença: algo é alguma coisa e não outra. Por tal motivo, é comum se ouvir falar de políticas de identidade ou de filosofias da diferença para abordar o mesmo assunto: o direito de as pessoas expressarem livremente o seu pensamento e serem o que quiserem ser.

Na Europa e EUA, no início dos anos 70, veio a surgir um novo conceito: política da identidade, tendo como características principais dois pontos: primeiro, a ênfase nas questões de diferenças em detrimento das questões de igualdade e universalidade; e, como reflexo da primeira, a ênfase dada a comunidades de identidades particulares como afros, gays, ou lésbicas. Assim, tendo em vista a lógica da dominação que hegemonizara uma identidade (branca, masculina, ocidental, heterossexual), procurou-se recuperar o pólo desvalorizado das dicotomias. A força mais importante na redefinição da questão da identidade, segundo Zaretsky (1994), foi inegavelmente a emergência e consolidação do movimento de liberação das mulheres, por dois motivos: o movimento constituiu-se parte de uma luta contínua pela igualdade e conseguiu uma conquista histórica ao desnudar a natureza social da família, ou seja, a natureza pública do que sempre fora considerado privado, com base nas conexões internas entre a família e a economia.

Se o tema teve uma maior visibilidade após os acontecimentos de 68, entretanto, ao longo do século XX, ele contabilizou diversas expressões, todas elas ligadas, de alguma forma, à crítica marxista ou à crítica psicanalista. A crítica marxista defendia a universalidade do ser humano,

determinado socialmente por divisões de classe. Já a psicanalista refletia a separação do indivíduo das determinações sociais, ou seja, postulava a existência de um ser subjacente, à parte, dentro de todos – uma identidade inconsciente. A oposição público/privado estava no âmago desse conflito<sup>9</sup>.

A identidade, na perspectiva da AD, refere-se tanto à forma pela qual é o sujeito tomado na evidência do sentido, o que não permite que ele se dê conta de sua historicidade (a do sentido), como à maneira como é surpreendido na evidência do sujeito (sua identidade). Apaga-se, então, para ele o fato de que é sujeito, e, sendo assim, só se identifica quando é interpelado ideologicamente pela sua inscrição em uma dada Formação Discursiva. É através da linguagem que os sujeitos ocupam espaços, interagem e exercem controle; que se fazem sujeitos. Sujeitos afetados pela linguagem que os interpela e que os transforma, que os “ilude”, enfim, que os assujeita.



História 16

(MAITENA, 2005, p. 28)

<sup>9</sup> O movimento feminista francês dividiu-se, na metade dos anos 70, entre as seguidoras de tendências marxistas e as comprometidas com o pensamento psicanalítico laciano e pós-estruturalista: aquelas alegaram ser o primado do determinismo econômico fator crucial nas questões relativas às diferenças entre os sexos e contestaram a dominação invocada pela natureza sexual, pois essa seria o cerne da desigualdade. A luta maior - pela emancipação coletiva dos seres humanos - seria representada pela abolição da opressão ligada às classes sociais; já a tendência psicanalítica, preocupada com os processos de formação de uma identidade subjetiva de gênero por meio da linguagem, privilegiou a discussão e análise dos discursos e textos femininos, propondo a existência de uma escritura feminina que subverteria o padrão masculino de expressão. Ambas as correntes enfatizaram uma estrutura universal de construção da identidade feminina em detrimento das questões específicas.

Análise: Os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, especialmente o da consideração da história na determinação de sentidos, na produção dos discursos, oferecem subsídios para que se compreenda como os discursos são produzidos, como circulam, como fazem sentido e, a partir deles, as identidades são construídas nas práticas discursivas. O sujeito dividido, ou seja, afetado pelo inconsciente, quando diz eu, o faz a partir de um efeito retroativo, que é resultado de sua interpelação pela ideologia. A subjetividade se constitui na interpelação ideológica e na inscrição-identificação do sujeito na Formação Discursiva – matriz de sentidos – que o constitui. A Formação Discursiva que determina o dizer deste cartum está configurada em um saber segundo o qual mulheres e homens têm papéis bem distintos. Não ditos mas subentendidos indicam um saber segundo o qual as mudanças ocorridas na vida das mulheres não passam de pseudo-mudanças, já que apenas aparentes, conservando-se elas na essência iguais. A materialidade verbal presente no 1º balão deixa claro que homens não convivem bem com mulheres independentes.

As tiras materializam um discurso que reafirma o estereótipo cultural de que ser mulher é ser emotiva, insegura. Na verdade, são absorvidos os padrões e valores da sociedade no próprio processo de aprendizagem da linguagem da emoção, estando estes embutidos na base da constituição emocional de homens e mulheres. Segundo Foucault (1987), os gestos são fabricados e os sentimentos produzidos. Assim como a maneira do homem “sentir” é diferente da da mulher, observa-se que estes ditos padrões estão associados a um momento no tempo e também a um lugar.

Segundo Woodward (apud GIDDENS, 1991), a representação - percebida aqui como um processo cultural - estabelece identidades individuais e coletivas. Os sistemas simbólicos nos quais aquela se baseia fornecem possíveis respostas a questões como: quem sou eu? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. A apropriação social do discurso se dá em diferentes instâncias discursivas, lugares de fala, posições de autoridade que legitimam ou excluem, delimitam ou expandem as hierarquias e os valores definidores de sentido e de lugares sociais, na ordem do discurso, na economia de um imaginário em que se pode detectar a hegemonia das representações tradicionais e naturalizadas de gênero.



História 17

(MAITENA, 2003a, p.29)

Análise: Na construção das novas identidades, podem-se destacar as heterogeneidades em que o mesmo e o outro funcionam: práticas discursivas que permanecem (boa esposa, mãe perfeita, dona de casa inata) entre práticas discursivas que mudam (profissional bem paga, respeitada, dona da sua vida). Pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma que os interesses desta nova mulher estão relacionados à família, à casa, ao trabalho, à beleza. Estabelece-se, nas formulações, como se deve ocupar uma posição de sujeito particular: a “nova mulher”. É claro, pois, que a produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estritamente vinculadas. Na constituição da subjetividade, ocorre uma identificação simbólica do sujeito à(s) Formação(ões) Discursiva(s) na qual ele se constitui e um assujeitamento ideológico aos sentidos que essa mesma Formação Discursiva, enquanto matriz de sentidos,

produz. Materializam-se, nestas formulações, discursos que afirmam que a mulher tem por obrigação ser boa mãe, dona de casa, esposa e profissional, bem como se manter bela e jovem.

Vem a ser justamente nas práticas discursivas que os sentidos produzidos constroem aquilo que o sujeito é ou o que se tornará. São as práticas discursivas que fixam lugares a partir dos quais o sujeito se posiciona e estrutura sua experiência. As informações que chegam até os sujeitos, que os interpelam e ensinam-lhes como devem ser e se relacionar com o mundo (informações que se pretendem verdadeiras e universais, por fazerem parte de um senso comum), constituem um histórico linguageiro que afeta os sujeitos e a sua relação com o outro. Em outras palavras, o que é tomado como subjetividade é fabricado, moldado e imposto. É a identidade produzida no exterior por um processo discursivo contínuo. O que se busca é analisar justamente a relação do sujeito com esta rede de poderes que se estabelece, uma vez que os indivíduos vivem esta subjetividade tensivamente. Existe um contínuo entrelaçamento entre as forças de territorialização e as de desterritorialização.

Levando em conta as relações entre memória e história, Nora (1994) afirma que as constantes desterritorializações - frutos principalmente de um mundo cada vez mais globalizado e rápido, onde os valores e as verdades estão em contínuo processo de ebulição - às quais se é exposto diariamente têm abalado profundamente o sentimento de pertencimento a um grupo fixo. Isto termina por propiciar que os sujeitos busquem outros conceitos com que operar para que consigam compreender e se situar no mundo. Como consequência, vê-se a constituição de subjetividades cada vez mais efêmeras, bem como a necessidade de este sujeito buscar apoio em consultórios psicanalíticos, em manuais de auto-ajuda na tentativa de achar sua identidade, de se instrumentalizar para lidar com o mundo.



## RECEITA PARA VIVER 100 ANOS



**AMAR** : SIM  
**RIR** : MUITO (PRINCIPALMENTE DE SI MESMO)  
**COMER** : POUCO (MAS DE TUDO)  
**CAMINHAR** : SEMPRE (E SAIR PARA PASSEAR)  
**TOMAR VINHO** : COM MODERAÇÃO (E ALGUM EXCESSO)  
**IR AO MÉDICO** : O MÍNIMO NECESSÁRIO  
 (SEMPRE ACHAM ALGUMA COISA EM VOCÊ)

LIMPAR MEDOS, JOGAR FORA OS PRECONCEITOS  
 DEIXAR DE LADO O CIÚME E OS RANCORES  
 PRESERVAR A CRIANÇA QUE SEMPRE HÁ NA GENTE

CORTAR BEM FINO E COM PACIÊNCIA  
 BATER COM ENERGIA, REFOGAR COM CORAGEM  
 ACRESCENTAR GÊNEROSIDADE  
 AMASSAR COM AS MÃOS  
 LEVAR O DESEJO AO PONTO DE EBULIÇÃO

RALAR UMA PÍTADA DE LOUCURA  
 TEMPERAR COM VIDA INTERIOR  
 E PERFUMAR COM AMIGOS  
 UNIR COM TRABALHO E DIVERSÃO  
 DEIXAR DESCANSAR

PODE-SE ACOMPANHAR COM MÚSICA E/OU CRIANÇAS  
 DECORAR COM BOM HUMOR  
 E SERVIR COM ALEGRIA.



MEXA!



JUNTE!



DESTAMPE!



MISTURE!

(MAITENA, 2006b, p. 29)

**QUANDO PARAR**



- QUANDO TIRAR O PÉ DO ACCELERADOR
- QUANDO NÃO COMER MAIS
- QUANDO TOMAR O ÚLTIMO GOLE
- QUANDO NÃO DIZER MAIS NADA

- : +

- ONDE PARAR DE DECORAR
- ATÉ ONDE SE MAQUIAR
- ONDE PARAR DE CORRIGIR



- COMO PARAR DE TRABALHAR
- COMO PARAR DE GASTAR
- COMO MUDAR DE ATITUDE




- QUANDO TERMINAR DE RETOCAR
- QUANDO PARAR DE SOFRER
- QUANDO IR DORMIR



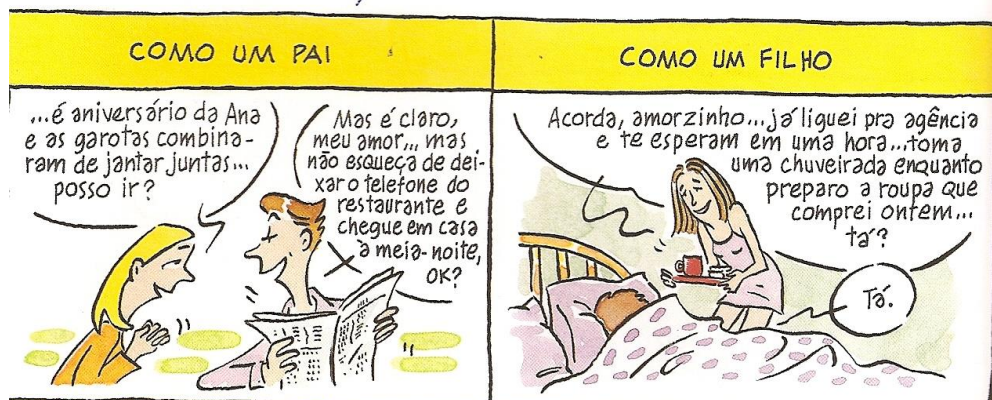
- QUANDO IR EMBORA .

(MAITENA, 2006b, p. 39)

Análise: Nas formulações, pode-se assinalar a presença da discursividade da auto-ajuda: trata-se de receitas para ser feliz, resolver problemas de ordem prática. Indicam-se aí os saberes sobre o que é hoje ser uma mulher “bem resolvida”.

Orlandi (2001) diz que, ao colocar em cena sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tem-se um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, não simplesmente uma transmissão de informação. É todo um complexo de comunicação baseado em um histórico e no qual o sujeito é inserido independente de sua vontade. Ao passar por processos de subjetivação, de identificação, de construção da realidade, de argumentação, etc, o sujeito insere-se num mundo lingüístico que não é um fim em si mesmo. Sendo assim, afirmar a identidade – “eu sou mulher”, “eu sou heterossexual”, etc. – é tomar uma posição, posição esta definida em geral por padrões ditos “normais”, historicamente forjados.

## Seis maneiras típicas de tratar o marido



História 18

(MAITENA, 2003a, p. 36)

Análise: No saber que configura a Formação Discursiva que está estabelecendo o dizer deste cartum, aos homens cabe 'ter cuidado com', ou seja, preocupar-se, função geralmente delegada ao mais maduro, experiente (quadro 1). Mulheres necessitariam de sujeito masculino que lhes diga o que fazer. Às mulheres, cabe 'cuidar de', que envolve atividades mais particulares de cuidar dos outros, como, por exemplo, alimentá-los (quadro 2). A figura de um homem cuidador está quase sempre associada à imagem do efeminado, ou então do homem pouco habilitado para uma tarefa tão bem executada pelas mulheres, como observou Benedito Medrado (1998) em sua análise dos comerciais televisivos veiculados em âmbito nacional por uma rede de grande audiência, ao longo de 1996. Ou seja, a atividade de cuidar ainda aparece como um delimitador de atribuições e responsabilidades.

Hall (2002), por sua vez, concebe a identidade como um processo cultural, sendo ela construída nos discursos sociais que circulam em uma dada sociedade. Por serem as identidades forjadas dentro do discurso, é preciso não perder de vista que são construídas em lugares históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas. Sendo assim, não é a identidade um produto da natureza, mas sim produzida no interior de práticas de significação, em que os significados são contestados, negociados, transformados. Afirma que as identidades têm a ver com o uso que os indivíduos fazem dos recursos disponibilizados pela história, pela cultura e pela linguagem para a produção não daquilo que se é, mas sim daquilo no qual cada um se torna. Para o autor, a construção de identidade(s) está subordinada à maneira como as sociedades têm sido representadas e ao modo como essa



representação pode afetar a maneira de cada indivíduo representar a si mesmo. A identidade não é algo fixo, coerente, homogêneo, idêntico e acabado. Pelo contrário, conforme analisa, “as identidades não são nunca unificadas, [...] nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas” (HALL, 2002, p. 108).



História 19

(MAITENA, 2004a, p.11)

Análise: Nestas formulações, a identidade masculina constrói-se a partir da sua virilidade de macho. No discurso da sexualidade materializado nas tiras, a potência masculina é associada à dimensão do órgão masculino, sendo visto este como símbolo de poder: avaliam-se a força e o poder pela capacidade sexual do homem, estando esta vinculada ao tamanho. Ditados como

“Não serve nem para tapar um buraco de dente” revelam o quanto há toda uma crença de que o tamanho é visto como fator preponderante. Constata-se, porém, que vários objetos são investidos de valores, uma vez que instituídos como símbolos do poder masculino (alongamento peniano): o carro, as armas, as próprias mulheres, etc.

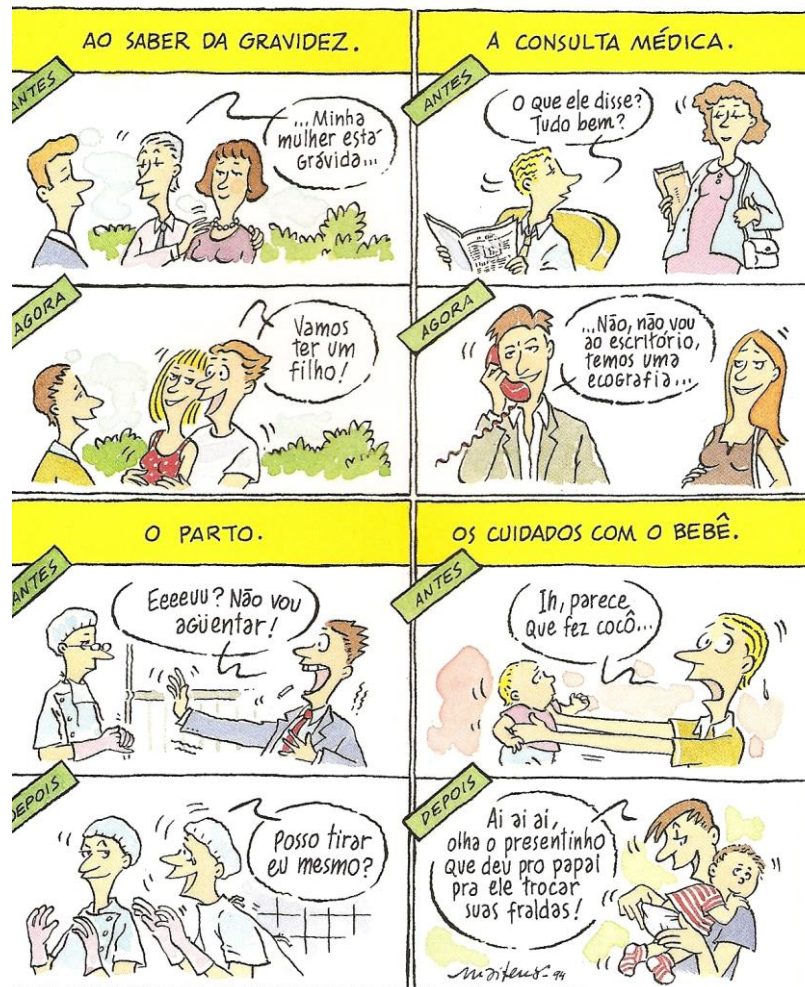
As idéias de Sousa Santos vão ao encontro dessa posição, uma vez que vê as identidades culturais como um processo de identificação plural, marcado pela diferença e pela hierarquia das distinções.

[...]mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem [...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis, em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SOUSA SANTOS, 2000, p. 135).

Identidade vem a ser, pois, um processo de produção e um efeito de discurso. Nesse sentido, sendo as identidades construídas no e pelo discurso, é preciso compreendê-las como produtos de lugares históricos e de instituições. É no interior de práticas discursivas e pelo emprego de estratégias específicas que as identidades emergem. A identidade vai sendo tecida a partir da memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que em cada emergência ocorre a produção de um novo sentido. Sendo assim, a identidade que é construída na prática discursiva dos quadrinhos resulta de uma relação sempre descontínua entre o discurso e a história, por isso a identidade não é algo definitivo e acabado. O que existem, na verdade, são práticas de subjetivação que produzem identidades em constante mutação.

Não há, portanto, identidades fixas, estáveis, unificadas nas sociedades modernas, até porque o cenário contemporâneo, midiático e globalizado torna as mudanças cada vez mais rápidas e constantes (ibidem). Entendendo o discurso como parte indissociável de um contexto de cultura, pode-se afirmar que as mudanças sociais acontecem tão somente pelo discurso, que materializa sua forma na sociedade, tornando realidade processos simbólicos.

No que se refere à paternidade,  
os homens mudaram tanto!



História 20

(MAITENA, 2003b, p.52)

Análise: A materialidade lingüística é reveladora das formas de percepção da posição sujeito pai. O sentido do que é ser pai, assentado em valores e normas, expectativas e barreiras, definições e identidades, é construído em práticas discursivas. Nas formulações “Minha mulher está grávida” e “Ih, parece que fez cocô”, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica que gravidez e cuidados com filhos fazem parte do mundo feminino - O *status* da mulher “moderna” está marcado pelo sucesso em articular trabalho profissional e família, mais especificamente a responsabilidade pelos filhos - , no qual o homem é mero espectador. O *status* masculino é definido pelo seu sucesso profissional e pela chefia da família, e o desempenho da paternidade está atrelado a esses fatores.

Nas formulações “Vamos ter um filho” e “Ai!Ai!Ai!Olha o presentinho que deu pro papai pra ele trocar suas fraldas”, todavia, assinala-se uma posição de sujeito que indica que o homem já vê o esperar o filho e cuidar dele como fazendo parte do seu mundo. Ele passa a ter um papel mais ativo no ambiente privado. Observa-se que ocorre mudança de discursividade em relação ao que é ser pai. Na verdade, percebe-se que, a partir do questionamento do que é ser mulher e o seu papel, com o advento principalmente do feminismo, o que é ser homem e o seu papel passaram a ser postos em discussão.

A vinculação entre a construção da identidade e a questão da memória coletiva é crucial para compreender por que meios o discurso presente nos quadrinhos constrói as imagens de identidade coletiva. Para propor um conceito do que significa ser mulher em cada época, os discursos remontam à memória para (re)construir os fatos. O mecanismo empregado consiste em fazer um movimento de retorno ao passado, buscando os pontos de ligação entre este e a época a que pertence cada texto. No processo de discursivização da memória coletiva, lembrança e esquecimento definem a forma de apropriação do passado e a da escrita do presente.

Segundo Jonathan Rutherford (apud SILVA, 2000), “[...] a identidade marca o encontro do nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora. A identidade é a interseção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”. Ou seja, as possibilidades de construções são variadas. Caso se analise a questão do ponto de vista da linguagem, vê-se que tanto a identidade quanto a diferença são construídas.





História 21

( MAITENA,2006a, p. 38)

Análise: No saber das formulações presentes nas tiras, os sujeitos se qualificam de uma certa forma que estabelece os critérios pelos quais se define que aquele é um determinado sujeito (mulher) e não outro (homem). Observa-se que os corpos se transformam em masculino e feminino num processo significativo que restitui no discurso as representações que dão sentido às relações sociais.

Sendo assim, o que significa ser mulher ou homossexual, por exemplo, não vem a ser algo natural nem fixo, mas antes lugares de lutas com dinâmicas que advêm de longas histórias de relações de poder e da sua manutenção que mostram bem que a questão de quem nomeia e como e de quem é nomeado não é uma questão de clarificação de termos lingüísticos. As relações assimétricas, que exprimem quem tem o poder de determinar os lugares de todos os seus outros, fazem parte constitutiva do que significa estar num grupo e não noutro.





História 22 (MAITENA, 2006a, p.28)

Análise: Nas formulações presentes nas tiras, materializam-se discursos que estabelecem o que significa ser mulher e ser gay. É preciso se assinalar que estes denunciam o que tido como verdade e, sendo assim, a ótica segundo a qual o mundo é visto.

Observa-se que as formas de interação mediada possibilitaram o diálogo entre o discurso institucional e o do dia-a-dia, no sentido de que os discursos midiáticos são “consumidos” em contextos locais, e sua onipresença tem o potencial de marcar a maneira como o indivíduo pauta e constrói sua vida. Em outras palavras, os horizontes de significado em que o sujeito se constrói são cada vez mais amplos, graças à diversidade de discursos propiciados pela mídia, que se estabelece como espaço de (re)construção das identidades sociais (THOMPSON, 1998).

Outro aspecto importante a se levar em conta quando se fala em identidade é a questão da alteridade. Segundo Levi Strauss (apud BERND, 1992, p.14), a identidade é um conceito que não pode afastar-se do de alteridade. Excluir o outro leva a uma redução, pois é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam a outro. É a identidade, pois, relacional, sendo a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. Deste modo, é no processo discursivo que o ser mulher constrói-se em relação ao outro. Para Maria Luisa Heilborn (1992), o gênero seria, assim, uma categoria que, qualquer que venha a ser seu preenchimento numa cultura particular, fala de relações de oposição e constitui “a forma elementar da alteridade”. A reprodução da diferença se dá socialmente através da representação e tem relação direta com as relações de poder que existem na sociedade. Além disso, a identidade não se relaciona a um único referente empírico, mas concretiza-se em relação a vários.



História 23 (MAITENA, 2004b, p. 28)

Análise: A relação entre o ‘ser mulher’ e o ‘outro’ é construída no processo discursivo. No saber da Formação Discursiva em que tem origem o discurso materializado na tira, o ‘outro’ representa os valores positivos: mulher é objeto a ser conquistado pelo homem, que, para tanto, deve paparicá-la e mimá-la. Embora haja uma relação de valor estabelecida entre aquilo que é ser mulher e aquilo que não é, ela é apenas o reflexo de relações institucionalmente

definidas pela sociedade. Não se pode ignorar que a passividade muitas vezes presente na forma como essas relações assimétricas se dão são resultado de uma representação das assimetrias de valor configuradas em dada cultura . Trata-se de visão consoante com a microfísica foucaultiana: aos ditos “privilégios” dos homens, não corresponderia uma posição (fixa) de sujeição feminina.

Segundo Shotter & Gergen (1989), as identidades são construções sociais e discursivas que pressupõem o outro. A identidade não é, portanto, um produto da natureza, mas sim produzida no interior de práticas de significação, em que os significados são contestados, negociados, transformados. Essa concepção de identidades vai de encontro a ideologias biologizantes acerca das identidades sociais fixas e estáveis definidas por fatores biológicos internos. As bases do discurso sexista, por exemplo, encontram seu suporte na afirmação das determinações biológicas sobre as faculdades e comportamentos de mulheres e homens: explica-se a subordinação feminina pela ótica do “sexo frágil”, legitimando-se a “supremacia” masculina como um dado natural e inerente à própria “natureza humana”. Ou seja, as mulheres devem permanecer numa postura de meras coadjuvantes, suprimindo as necessidades de preparo do alimento, cuidando dos filhos, da casa para que os homens se lancem na arena de luta do espaço público. É preciso não esquecer que esta passagem do dado biológico para os comportamentos sociais dependem de uma leitura mediada pela cultura.

A construção de toda identidade implica, então, marcar a diferença: eu sou aquilo que outro não é. O conceito de identidade implica “estar em relação a”, porque não há “nós” sem o “outro”. Ambos são pares indissociáveis (FRANÇA, 2002). Assim, da mesma forma em que há a inclusão num determinado grupo social através da identidade, há a exclusão do outro, num processo de hierarquização que atribui valores desiguais ao diferente. Vem a ser, exatamente, através do discurso que se marca o idêntico e se exclui o diferente.

O processo de exclusão está presente em todos os grupos sociais, pois, no momento em que se formam traços de identidade entre seus membros, são criados concomitantemente conceitos de exclusão com relação a outros, edificam-se barreiras que impedem a inclusão do diferente, dos que não se enquadram no paradigma instituído. Constitui-se num construto da própria sociedade que torna natural o que é cultural, categorizando os indivíduos em função de atributos considerados comuns e “normais” e rejeitando os que aí não se enquadram. Na

ordem do simbólico, o diferente poderá ser construído como anormalidade, como diferença a ser excluída ou normalizada. Forjam-se, assim, os preconceitos que estigmatizam as pessoas.



História 24

(MAITENA, 2006a, p. 30)

Análise: Através de práticas discursivas, estabelecem-se, por exemplo, condutas sexuais ditas normais. Constroem-se modelos de comportamento que devem ser aceitos ou recusados por sua ausência de normalidade e, dessa forma, por estar desafiando as representações dominantes. Nas formulações em análise, pode-se perceber que a ser homossexual é auferido um valor negativo, uma vez que é tão grave para um pai saber disto como o é para um paciente receber a notícia de ter câncer maligno ou para um funcionário ser informado de que está sendo despedido.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, percebe-se que se constrói socialmente a partir das diferenças biológicas, sendo que cada sociedade organizaria e modificaria essa divisão de modo a ressaltar ou suprimir as características que possuem fundamentação biológica de acordo com valores, costumes e interpretações específicas. A maternidade, por exemplo, pensada como uma capacidade natural e exclusiva das mulheres, em algumas sociedades se constitui como base para a divisão do trabalho entre os sexos, estabelecendo posições diferenciadas para homens e mulheres na sociedade.



Para Pierre Bourdieu (2002), a diferença anatômica entre homens e mulheres influencia a justificativa da divisão social do trabalho: aos homens são atribuídas qualidades como força, razão e atividade; enquanto que as mulheres são tidas como frágeis, sensíveis e submissas. Ao mesmo tempo que essa diferença anatômica é utilizada para explicar a divisão social do trabalho, é a própria visão social que determina essas diferenças anatômicas, ou seja, trata-se de uma relação circular. Bourdieu (2002) afirma que o mundo social exerce uma espécie de “golpe de força” sobre os sujeitos e imprime em seus corpos não apenas um modo de estar e de ser, mas todo um programa de percepção. Para ele, através de diversos processos de inculcação, “se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los. A forma de existir e fazer sentido neste mundo se opera segundo o gênero”.

Guacira Louro (1995) vê como necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. “[...] Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.” (FOUCAULT, 2006b, p.180).

Na verdade, as identidades sexuais carregam marcas de diferentes práticas sociais e culturais, as quais são construídas através dos discursos produzidos na sociedade, pelos processos de representação. Jeffrey Weeks (1999) afirma que a “sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, os rituais e as fantasias como com o corpo”. As identidades sexuais são constituídas em meio a representações culturais e a relações de poder estabelecidas por um sistema de significados dominante, que impõe formas de comportamento e naturaliza relações que são construídas. As condutas sexuais que fogem a este parâmetro muitas vezes chegam a ser consideradas problemas clínicos da psicologia ou da medicina. Essa medicalização da sexualidade atribui às identidades sexuais um caráter natural.

Discursos de gênero são reiterados e formulados, a todo o momento, nas práticas familiares, jurídicas, religiosas, profissionais e na mídia. A visão essencialista e polarizante da sexualidade e do gênero é resultado, pois, de práticas discursivas, a maioria das vezes paradoxalmente sutis, nas quais homens e mulheres aprendem a se representar

discursivamente dentro dos limites impostos pelos padrões sociais vigentes. É a partir do olhar do outro que todos se constituem subjetivamente como homens e mulheres.

Muito do mundo feminino diz respeito a uma Formação Discursiva que separa os homens enquanto seres biológicos de um lado e as mulheres de outros. A estas, couberam atividades próprias do feminino, sustentadas em especulações médicas e filosóficas sobre suas diferenças em relação ao homem. Considerada sempre em relação ao homem, a mulher, ao longo de séculos, “foi dita” por eles: médicos, religiosos, filósofos e interessados afins, os quais estabeleceram nesse jogo e disputa entre os sexos (considerada na relação de gênero) a construção de uma imagem de si (homem) e do outro (mulher) que incorpora representações sociais.

#### PARA OS HOMENS É MAIS FÁCIL PORQUE ELES SENTEM MENOS CULPA



História 25

(MAITENA, 2006b, p. 44)

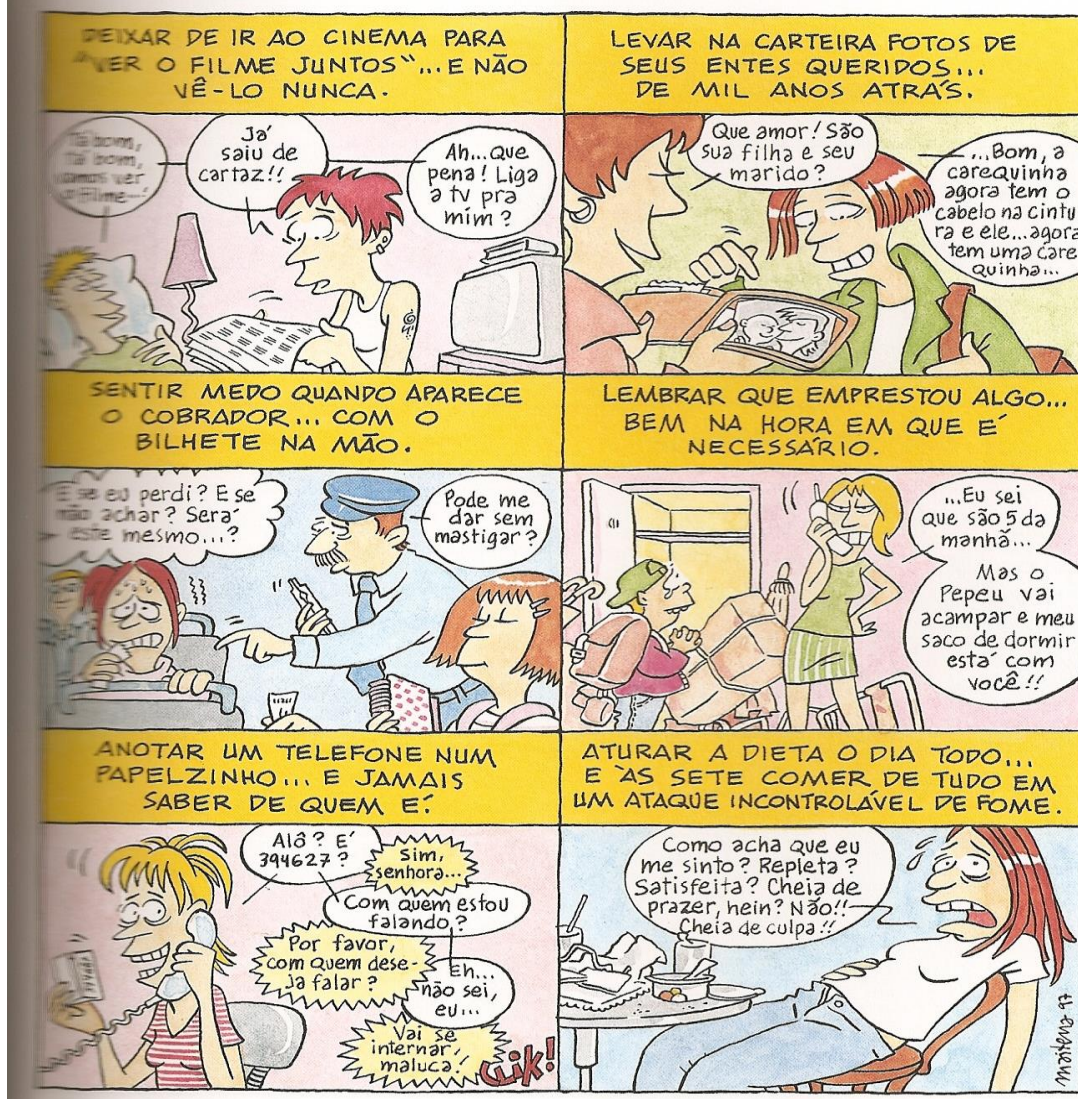
Análise: Nas formulações, assinala-se a configuração das formas sujeitos que organizam os saberes da Formação Discursiva que determinam o que, na construção discursiva da identidade de homens e de mulheres, pode-se ou não dizer: homens não têm sua vida moldada por prioridades da família, ao contrário das mulheres que devem estar sempre prontas para atender às solicitações dos filhos e sentem necessidade de ter o consentimento dos companheiros quanto a seus compromissos.

Para Bourdieu (2002), a dominação masculina é fruto de um longo processo histórico de socialização que tem por meta incorporar nos indivíduos, ainda crianças e através da família e das instituições, os *habitus* masculinos e femininos. O *habitus* seria um conjunto de disposições adquiridas inconscientemente e naturalizadas pela justificativa das diferenças biológicas entre os sexos. As próprias mulheres incorporam os esquemas de classificações que seriam próprios dos dominantes, já que, para Bourdieu, o ser é um ser-percebido, que se constrói através da percepção dos outros. Essa adesão aos valores masculinos, que é incorporada de uma forma obscura por homens e mulheres, é o resultado de um poder simbólico que não é percebido, porém antes tido como natural. Nesse sentido, homens e mulheres, incorporados em seus *habitus* masculinos e femininos, legitimam “inconscientemente” uma organização social marcada por uma visão de mundo dominante. Para entender as relações sociais de gênero, porém, ao invés de um conceito de dominação, seria mais preciso utilizar um conceito de poder que não seja centralizado, unificado, e que possibilite a análise das resistências: o poder deve ser compreendido como a multiplicidade de correlações de força, imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transformam, reforçam, invertem (FOUCAULT, 2006c).

É necessário salientar que um dos aspectos mais importantes da construção das identidades sociais vem a ser exatamente a forma como o sujeito se posiciona, ou melhor, como é posicionado frente ao gênero, e os discursos construídos são fundamentais para que se compreendam os processos que determinam a assunção de determinados papéis, uma vez que se define não somente o que se deve e o que não se deve fazer, mas também o que se deve ser e o que não se deve ser.



## Seis típicas coisas típicas



História 26

(MAITENA, 2004a, p. 13)

Análise: Nas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma que os interesses da mulher estão relacionados à família, ao corpo, ao companheiro. No saber desta formação discursiva, é a mulher insegura, dependente afetivamente, desorganizada, desligada, descontrolada.

Para Foucault (2006c), na sociedade contemporânea, as lutas giram em torno de uma mesma questão: a da busca da identidade. O indivíduo trava continuamente lutas contra uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata. Esse poder - contra o qual os sujeitos se digladiam em micro-lutas - classifica os indivíduos em categorias, designa-os pela individualidade, liga-os a uma pretensa identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é



necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos.

Vê-se atualmente uma combinação complexa de técnicas de individualização e de procedimentos totalizadores. Desenvolve-se, na sociedade moderna, uma tática individualizante, característica de toda uma série de poderes múltiplos (da família, da medicina, da psiquiatria, da educação, dos empregadores, etc.), cujo objetivo precípua é o de forjar representações de subjetividades, bem como o de impor formas de individualidades. Assim, a subjetividade, para Foucault, diz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de “verdade”. Esses processos de subjetivação são diferentes e diversos nas diferentes épocas. Atualmente, a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades, evidenciando sua sofisticada inserção na rede de poderes que criam as sujeições do presente.

#### 4.1.1 A identidade feminina

A questão da identidade feminina encontra seus fundamentos mais remotos nos mitos da criação, que representam o esforço da compreensão do homem em relação à sua origem e existência na Terra.

No mito adâmico da criação, destacam-se dois personagens femininos: Lilith e Eva. A primeira teria sido criada da lama e se revoltado quando Adão tentou subjugar-la. Por ser por demais independente, é satanizada e expulsa dos textos judaicos por não corresponder ao ideal feminino da sociedade patriarcal, sendo então substituída por Eva. Esta não é tão livre quanto Lilith da mesma forma como não foi criada em igualdade de condições com Adão como aquela o foi. Instigada pela serpente, todavia, terminou por ser expulsa do paraíso.

Observa-se, então, que é na primeira mulher bíblica que já se modela uma ideologia sexista, fundada na diferenciação – a mulher é subproduto do homem, já que criada a partir de sua costela -, que vê a figura feminina como perigosa<sup>10</sup>, astuta, ambiciosa, imprudente. O seu maior pecado teria sido não só o da desobediência em si mas também o da revelação do sexo. O poder sexual da mulher passou a ser visto como algo transgressor. Rosie Marie Muraro

---

<sup>10</sup> Eva entrega-se à tentação, desobedece a Deus Pai, come o fruto do conhecimento, corrompe Adão destruindo o paraíso e deixando para raça humana a herança do pecado original

(2001) chama atenção para o fato de que o Gênesis, onde “a mulher é vista como tentadora do homem”, tem sido usado como uma narrativa básica da cultura patriarcal.



História 27

(ANGELI, 2003, p. 32)

Análise: No saber da Formação Discursiva em que é originado o discurso materializado no quadro, a mulher é vista como tentação para o homem. São imagens do feminino ancoradas na memória discursiva. Retoma-se aí a figura de Eva, sendo a mulher representada como a que seduz, que conduz ao caminho do pecado. Observa-se a reatualização de Adão no homem sendo representado como o que é tentado (enquanto ele busca o reino do céu, a mulher lhe oferece o paraíso no plano carnal). O fato de Eva ter cedido à tentação da serpente revelaria a debilidade de seus princípios morais, argumento suficiente para justificar o controle de sua sexualidade e a conseqüente submissão ao homem, moralmente superior. Essa concepção bíblica cristã de inferioridade feminina, impregnada na cultura ocidental, acaba por associar a mulher às tentações da carne. É interessante chamar a atenção para a materialidade verbal: a expressão “Igreja Caminho do Céu” indica que o homem busca trilhar caminho que o leve ao céu, lugar, a que, segundo o discurso bíblico, só chegam os que se redimiram dos seus pecados. Já a expressão “Hotel Paraíso”, embora retome também o discurso bíblico – Adão e Eva foram expulsos do Paraíso por terem pecado – e no dicionário esteja entre os significados da palavra paraíso a palavra céu (AURÉLIO, 1988, p. 481), indica, juntamente com a materialidade não verbal, que é ali um “lugar delicioso” ((AURÉLIO, 1988, p. 481), sendo, todavia, as delícias prometidas as carnis, aquelas mesmas que expulsarem Adão e Eva do Paraíso. Fica implícito também que será a mulher que irá propiciar estes prazeres.

# A Esquina do Pecado



História 28

(ANGELI, 2003, p. 30)

Análise No discurso materializado neste cartum , sem a proteção e o controle masculinos, a mulher se rende à sua sexualidade e se expõe às tentações do demônio. Reafirma-se também aí a representação estereotipada da mulher como tentação do homem, como símbolo da luxúria. A materialidade verbal “esquina do pecado” possibilita que se infira, a partir da materialidade não verbal, que o “pecado” é a mulher.

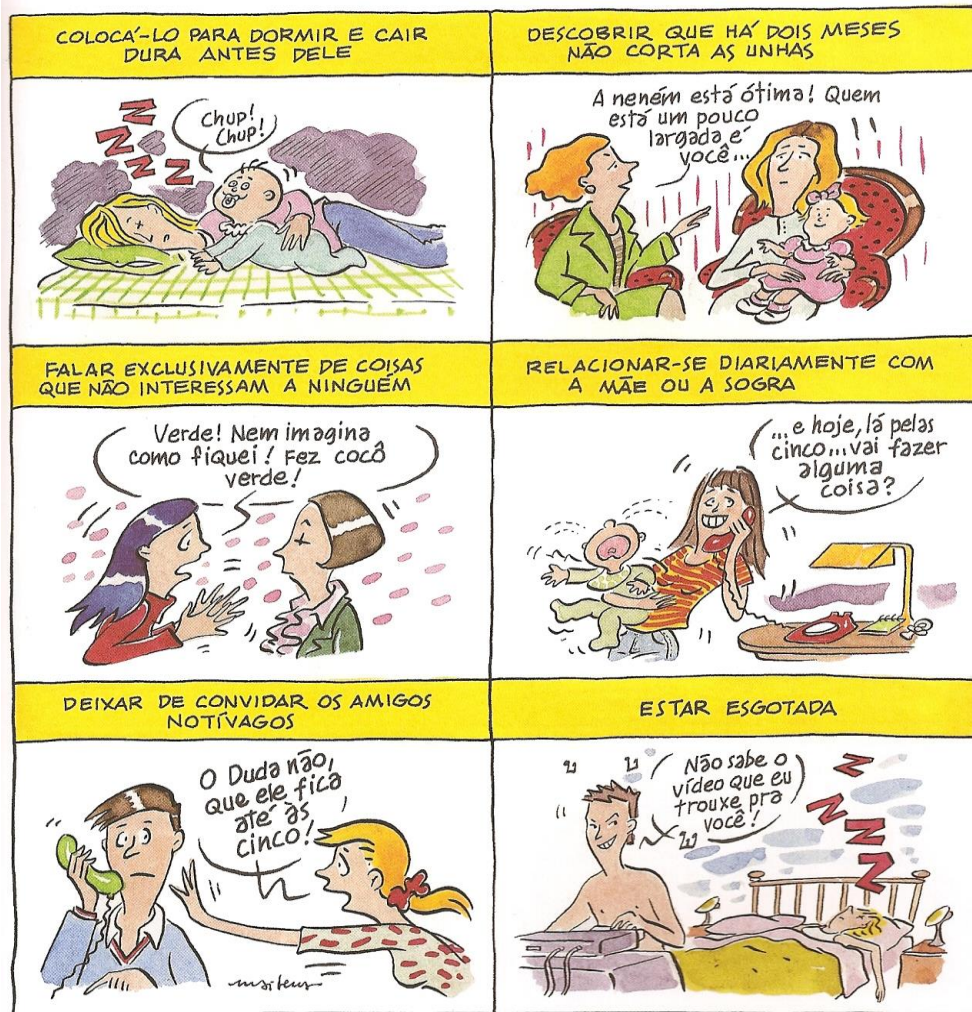
Sendo assim, constata-se que, a partir de narrações bíblicas relativas à queda do homem, deu-se início à formação de uma imagem estereotipada da mulher, o que resultou em sua desqualificação enquanto ser dotado de razão e capacidade. Conseqüentemente, tem-se então uma mulher vista como elemento capaz de desestabilizar a ordem vigente, tal como no Éden, tendo sido, em virtude disto, mantida num espaço doméstico fechado e protegido, atendendo a uma ideologia masculina. Estabelece a sociedade ocidental, então, distinções entre o público e o privado, vendo no lar o refúgio e o espaço de culto aos ancestrais. A casa é também o espaço destinado à mulher. O paradoxo consistiria no fato de, sendo a mulher representante

do mal, a casa ser o seu espaço. Para Heilborn, esta incongruência é resolvida com a santificação das mulheres, o que implica em sua assexualização (Maria, mesmo tendo concebido, permaneceu imaculada). Essa situação, porém, não deixa de ser permeada por conflitos e tensões, uma vez que a impossibilidade de o homem conseguir garantir o controle sobre a mulher se mantém latente. A afirmação da virilidade implica a capacidade de controle e ao mesmo tempo a transgressão da honra (HEILBORN, 1992).

Com o advento do Cristianismo, portanto, Maria vem recuperar em parte a imagem da Grande-Mãe, a deusa maior, doadora de toda criação, que a cultura céltica manteve viva. Isto se deu por ser ela – Maria - a mediadora entre Deus e os homens, sendo assim detentora de poder, uma vez que concedeu-se em graça ao Espírito Santo. Sua maternidade está inclusive vinculada à castidade carnal, o que garante a divindade do filho de Deus feito homem. Ela, contudo, não conseguiu desvencilhar-se de características como obediência, passividade, submissão, marcas da identidade feminina nas sociedades patriarcais, tendo em vista que a ausência destas marcas terminaria por impedi-la de alcançar a santidade e, assim, a salvação. Além do mais, por ser ela tida como o protótipo da mais pura feminilidade, a maternidade configurava-se como o ideal de realização feminina. Nesse sentido, fazia parte da “vocação feminina” ser mãe, e, em virtude disso, o casamento era considerado como um valor, pois apenas nele ela realizaria a sua vocação dupla: ser esposa e mãe. (STEIN, 1999).



## Seis coisas típicas da maternidade



História 29

(MAITENA, 2003a, p. 51)

Análise: De acordo com o discurso bíblico, a “redenção” da mulher deu-se precipuamente através da maternidade, por ser Maria a mãe do filho de Deus. Isto vem reforçar ainda mais a importância do ser mãe na vida da mulher. Nestas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual o centro da vida da mulher é a maternidade: para isto e em função disto vive.

Passam a conviver dois estereótipos distintos de mulher: o de Eva e o de Maria. De acordo com Liebes-Plesner (1984, p.186), uma representação limitada da natureza feminina não é incomum:

A sociedade não percebe que a personalidade de uma mulher pode reunir características diferentes. Ao invés de ser percebida como possuidora de uma personalidade integrada que pode incorporar tanto o amor maternal quanto a paixão, a mulher é categorizada unidimensionalmente. Ela é ou boa ou má, ou maternal ou sexual, ou Madonna ou prostituta, ou inocente e pura ou manipuladora e sedutora. Encontramos esta imagem partida em todas as formas da cultura popular.

A emergência da família burguesa, por reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, termina por redefinir o papel feminino e, ao mesmo tempo, reservar para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico (STEIN, 1999). Quanto à sexualidade feminina, restringia-se aos limites do casal e, mesmo assim, em caráter reprodutivo, único meio de ela “pagar” pelo pecado original. Poderia ser esposa, mãe, irmã, filha, religiosa, mas nunca amante.

Durante séculos, pois, teve a mulher a sexualidade alvo de violentas restrições. Se, por um lado, entre os homens, sempre se estimulou o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade; por outro, entre as mulheres, tal atitude era condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. O controle de sua sexualidade não cabia, no entanto, apenas à mulher. Primeiro o pai, depois o marido deveriam vigiar a sexualidade feminina, que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social bem como a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (THOMÉ, 1967). O casamento foi, portanto, a maneira encontrada para se exercer esse controle, de tal modo que as mulheres que não se casavam sentiam-se inferiorizadas.

Apesar de as mudanças sobre a sexualidade da mulher terem se acentuado e fortalecido a partir da década de 70, em consequência da revolução sexual, somente a partir do final da década de 80, quando a mulher passa a se constituir como sujeito livre e independente financeiramente, é que se podem assinalar posições de sujeito que indicam práticas de si mediante as quais essa mesma mulher pode se constituir e se reconhecer como sujeito que administra seu corpo e busca prazer sexual<sup>11</sup>.

---

11 Não se trata do sujeito considerado como o sujeito empírico ou o indivíduo, mas sim de uma posição sujeito, de uma função enunciativa que em si “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 1972, p.109), possibilitando que “um único e mesmo indivíduo possa ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.” (FOUCAULT, 1972, p. 107). Isso faz com que se analise o sujeito como uma posição, que num enunciado dado assume o seu lugar erigido pela função enunciativa, que lhe instaura, temporariamente, uma certa unidade. Disso decorre que os enunciados, como construções discursivas, como lugares de inscrição dos sujeitos, são o lugar privilegiado para a utilização de técnicas que visem à instauração de processos de



História 30

(MAITENA, 2005, p. 86)

Análise: Para Foucault, muito embora seja o homem que ocupa o lugar de sujeito da enunciação, são as práticas discursivas existentes no contexto em que ele se insere que determinam as condições de possibilidade para que o enunciado possa emergir e ser validado: sujeitos e sociedade, atravessados pelas práticas discursivas, se transformam na continuidade um do outro. Foucault se propõe a tratar da constituição da idéia de sujeito, portanto, a partir do ponto de vista das práticas discursivas. Por seu lado, as práticas discursivas são atravessadas por um saber que perpassa os diversos níveis e estruturas institucionais, criando-se possibilidades de adequação ao/do contexto, através da atualização do discurso. Seriam estes discursos que viriam a operar constituindo identidades, a partir da regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida. Hoje se produz toda uma discursividade sobre a mulher ser dona de seu corpo e ter vida sexual. Nos discursos materializados neste cartum, buscar prazer sexual é um direito da mulher. A brincadeira com o texto de Descartes “Penso, logo existo”, em que o “existo” foi trocado por “excito”, vem reforçar uma visão estereotipada de mulher como objeto sexual

---

identificação, dos quais as identidades, portanto, são corolários. As ‘identidades’ sugeridas são aceitas ou não, multiplicando os sentidos que são constituídos a partir desses lugares, dessas posições, exigindo do eixo da produção (como é o caso da mídia em geral) uma preocupação maior em lançar mão de técnicas eficazes na

## 4.2 A construção dos gêneros

Como categoria de análise na perspectiva pós-estruturalista, gênero surge como um conceito para se referir a masculinos e femininos de forma diferente do que se compreendia como sexo. Com as teorias pós-estruturalistas, estudiosos foram levados a perceber como diferentes conceitos de feminilidade são construídos social e historicamente, e como os sentidos atribuídos à masculinidade se relacionam com práticas de poder específicas. O gênero enquanto categoria analítica enfatiza o aspecto relacional entre mulheres e homens, rejeitando o sentido de determinismo biológico e passando a envolver valores construídos socialmente que não dizem respeito unicamente às mulheres, mas a femininos e masculinos.

Os estudos de gênero das décadas finais do século XX, desenvolvidos sob a égide do pensamento foucaultiano, apontam para o caráter construído da identidade social. Partindo do pressuposto de que a representação do gênero é também a sua construção (LAURETIS in HOLLANDA, 1994, p.209), pode-se dizer que os ambientes e os objetos que circundam são também fatores determinantes das identidades sociais. Tereza de Lauretis (1994) afirma que não só o gênero é uma representação, mas que também “a representação do gênero é uma construção”. No sistema gênero-sexo, a pessoa é representada ou se representa conforme os atributos sociais construídos para o sistema.

É preciso salientar que os estudos de gênero têm sido de grande importância para a compreensão do que representam as desigualdades entre homens e mulheres, entre o masculino e feminino em determinada sociedade e período histórico. O gênero, todavia, é mais do que uma categoria analítica; juntamente com raça/etnia e classe social opera na realidade empírica como categoria histórica que permite a compreensão da organização das relações sociais.





História 31

(MAITENA, 2003b, p. 23)

Análise: As tiras materializam em suas formulações discursos que reafirmam papéis bem distintos para homem e mulher: No saber que configura a Formação Discursiva que está determinando o dizer destas tiras o que no homem é visto como qualidade e natural, sendo até esperado (chegar tarde, ter várias mulheres, querer morar só), na mulher se constitui em erro, algo a ser evitado. Mais uma vez se reforça também que há profissões próprias de homem (geralmente as vistas como mais rentáveis, pois ao homem deve caber a responsabilidade das despesas da casa) e outras de mulheres.

A historiadora Joan Scott tem sido, nas diferentes áreas de conhecimento, a principal referência dessa perspectiva entre os estudos de gênero no Brasil. Suas idéias oferecem pistas para uma possível compreensão da forma como as sociedades representam o gênero e o

apreendem, estabelecendo as regras das relações sociais (SCOTT, 1990). Afirma ela que as identidades são construídas historicamente através dos discursos, bem como que diferentes sentidos são atribuídos à diferença sexual, correspondendo estes sentidos diferenciados a práticas de poder históricas. A história, para Scott, vem a ser o registro das mudanças da organização social dos sexos, sendo também participante da produção do conhecimento sobre a diferença sexual. Interfere, portanto, na construção do discurso que estabelece significados para a diferença sexual. Esse raciocínio propicia que se chegue a outro conceito importante em sua teoria e que vai ser fundamentado a partir de Foucault : se o saber é o significado de compreensão produzido pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, este significado e o seu uso nascem de uma disputa política, por meio da qual as relações de poder – de dominação e subordinação – são construídas. Segundo ela, o gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder.

Joan Scott estabelece que o papel das doutrinas religiosas, educativas e jurídicas é o de afirmar o sentido do masculino e do feminino, construído no interior de relações de poder. Estes conceitos normativos são instrumentos de controle, mas não são formulados como uma unidade, havendo divergências tanto entre discursos que defendem posições antagônicas entre sexos quanto divergências entre os contra-discursos, entre as resistências a estes discursos. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão das possibilidades alternativas. A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito (SCOTT,1990).

A compreensão de gênero como uma construção alicerçada em bases sociais, culturais, econômicas, psicológicas, traz , portanto, para a discussão aspectos importantes, sobretudo a íntima vinculação de gênero com as relações de poder. No que concerne à relação gênero e poder, faz-se necessário aqui destacar que Michel Foucault entende as relações de poder como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelos discursos nos campos de forças sociais. Ao analisar os universos discursivos dos quadrinhos, estar-se-á falando em produção de sentido e poder. Foucault, ao longo de sua obra, repetiu inúmeras vezes que o poder é relacional, disperso e não necessariamente exercido de cima para baixo. Para ele, não existem, de um lado, os des-possuídos e, de outro, os possuidores do poder, mas sim afiança que as relações de poder são generalizadas e fluidas. Não é possível visualizar as relações entre os gêneros como homem dominante x mulher dominada. O que se percebe são relações

de poder, que, na concepção de Foucault, pressupõem reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido. É possível inferir que o poder só pode existir dentro de um potencial de liberdade. É de extrema importância que lutas, negociações e jogos apareçam no confronto entre os gêneros.

Para Roberto Machado (1984), as formas de poder que Foucault discute interferem na vida cotidiana, podendo, justamente por isso, serem caracterizadas como micro-poderes. Estes micro-poderes possuem tecnologias e histórias específicas, que se relacionam ao Estado, mas que não podem, porém, ser reduzidas como uma extensão de seus efeitos, já que esta visão destruiria exatamente a especificidade dos poderes que a análise de Foucault enfoca. A noção de poder elaborada por Foucault articula-se com a idéia de discurso. Os discursos são formados no interior de saberes que se caracterizam pelo domínio de determinados objetos e pela produção de enunciados que se pretendem mais válidos que outros. Não há saber sem poder, assim como não há saber sem conflito, sem embate entre várias posições distintas. A ciência institucionaliza a produção da verdade por deter o poder de produzir e distribuir os enunciados verdadeiros. E também de excluir, marginalizar o que estiver fora desse mundo da razão e da ordem. Ou seja, a produção de uma verdade é sempre conflituosa (FOUCAULT, 1984).

No interior dos saberes – que são, antes de tudo, práticas discursivas de poder –, os discursos se movimentam como jogos estratégicos em constante luta e confronto. Desta luta entre “verdades”, saem os discursos considerados verdadeiros e os discursos considerados falsos. Estes discursos não estão em um plano ideológico, eles fazem parte das práticas sociais. Não se colocam sobre o sujeito, não sendo exteriores ao sujeito. Estes saberes, estas práticas discursivas, ao produzirem um saber sobre o homem, produzem novas formas de sujeito. Em outras palavras, ao invés de conceber um poder centralizado, elaborando os discursos ideológicos que atuariam sobre o sujeito, Foucault concebe um sujeito construído por práticas discursivas de poder.

As práticas discursivas dos quadrinhos reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Percebe-se nas formas culturais, inclusive nos quadrinhos, a separação entre os gêneros. Para Foucault, no interior dos processos e estruturas, abrem-se as perspectivas para a constituição de um agente humano como resultante da tentativa de construção de uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade permeada por limites e dotada

de uma linguagem que, por sua vez, além de ser conceitual, estabelece fronteiras e traz a possibilidade de negação, de resistência, de re-interpretação.



História 32

(MAITENA, 20006a, p. 45)

Análise: Observa-se que no cartum o dinheiro é visto como fator definidor de características, de papéis do homem e da mulher. Nestas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que afirma que ao homem cabe sustentar a família, é ele o provedor financeiro. Retoma-se um discurso embasado no saber de que a mulher não tem responsabilidades financeiras com o homem, com a família; o dinheiro dela é para ela, para suas necessidades. Nas discursividades aí presentes, reafirma-se que o dinheiro é motivo de a mulher ter – ou não - respeito ao homem.

Essa concepção de poder e de relação gênero/poder possibilita quebrar a fixidez que diversas teorias clássicas, como o positivismo e o marxismo, esboçam acerca da questão. Uma fixidez que define a condição pessoal de ser mulher ou de ser homem como natural, restrita ao campo da biologia ou, no mínimo, uma questão de menor importância diluída no embate maior das

classes sociais antagônicas, com a diferença e a opressão da mulher sendo superadas no compasso da construção de uma sociedade socialista.

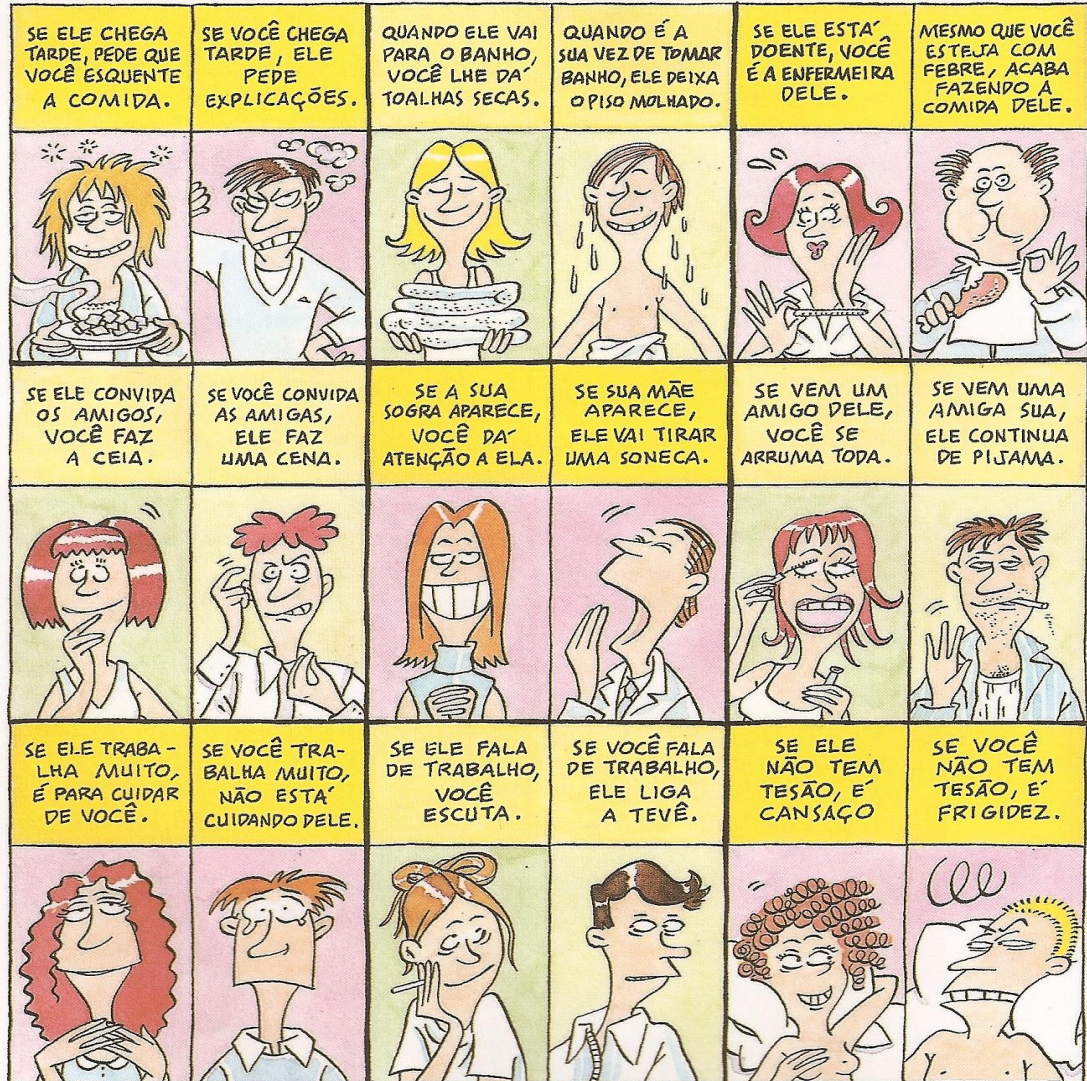
Na verdade, os saberes<sup>12</sup> sobre relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens são historicamente constituídos, se integram com práticas concretas de poder nas mais diversas esferas da vida, criando situações de dominação e exclusão.

---

<sup>12</sup> Saber é tomado aqui no sentido que lhe dá Foucault, que não o vê como objeto mas como um processo, ou fruto de um processo constante que envolve conflitos políticos em torno da legitimidade de saberes em competição. Disso decorre o estabelecimento de hierarquias entre os saberes, que influenciam e se relacionam com hierarquias nas relações sociais. É o saber um modo de ordenar o mundo; como tal, ele não antecede a organização social, sendo porém inseparável dela. Os significados podem sofrer modificações no tempo de acordo com as culturas e os grupos sociais, contrariamente a uma concepção universalizante da realidade social, a qual tende a tornar secundárias as diferenças, a exemplo da sexual. Os significados dos conceitos não são fixos no repertório de uma cultura; são, ao contrário, dinâmicos, se estabelecendo por meio de processos conflitivos.



Nós, mulheres, trabalhamos como esposas.  
Já os homens são maridos naturalmente.



História 33

(MAITENA, 2003c,p.4)

Análise: Os sujeitos vão construindo suas identidades em relações sociais atravessadas por diferentes símbolos, representações, práticas. No cartum fica bem claro que determinadas práticas que permeiam as relações entre homem e mulher, além de serem fatores determinantes de suas identidades, são reflexos das expectativas criadas em relação a estes, frutos das representações. No saber que configura a formulação discursiva que está determinando o dizer deste cartum, a mulher vive em função dos outros, principalmente para agradar ao marido; já o homem vive fazendo o que satisfaz a si mesmo. É interessante ressaltar que mais uma vez vêm à baila “verdades” estabelecidas em relação à sexualidade: homens gostam de sexo, mas não têm que estar à disposição da mulher (quadro 17); mulheres



devem estar sempre prontas a satisfazer os desejos do marido, se isto não acontece, são frígidas (quadro 18).

A masculinidade, a partir desta perspectiva, passa a ser vista não como um atributo que homens possuem em maior ou menor quantidade, mas sim como algo inserido em relações de poder e que ajuda a perpetuar tais relações. Da mesma forma, o saber sobre a feminilidade não reflete uma essência própria da mulher, que determina práticas também específicas; essas noções são parte de um 'esquema de verdade' que é social e histórico, e que penetra, estrutura e se relaciona com práticas quotidianas de poder na sociedade.



História 34

(MAITENA, 2003c, p. 22)

Análise: Práticas discursivas reproduzem desigualdades entre homens e mulheres. A constituição do sujeito se dá através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias

que fazem parte das práticas sociais. Saberes tidos como verdades circulam no social com a força da evidência, com o selo do natural e do inquestionável. As generalizações a respeito do que é ser homem e ser mulher são frutos de um positivismo que se fundamenta na afirmação de suas premissas: é natural, porque sempre o foi. Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito segundo a qual homens e mulheres devem desempenhar papéis essencialmente diferentes: trata-se, na verdade, de representações sociais presas aos esquemas sociais de dupla moral e do binarismo implícito nas práticas sociais, sejam elas morais, sexuais, relacionais, instituidoras de um mundo cindido em masculino e feminino.

Ao se falar em gênero, está-se falando, portanto, da construção cultural, do que a sociedade entende por ser homem e ser mulher, pois o modo de agir do homem e da mulher é determinado socialmente e influi na constituição do pensamento, e conseqüentemente da linguagem, constituindo um imaginário de formas de agir de cada sexo. A “construção cultural do gênero” tem seu ponto de partida na constatação inicial de que “mulher” e “homem” são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades. . Ou seja, as identidades culturais não são dadas *a priori*, não são preexistentes aos sujeitos, elas se constituem no processo de representação de um grupo, sempre em relação a outros grupos, que carregam características diferentes daquele que está sendo representado.

Os discursos de gênero se constituem a partir da diferença biológica que marcam os sexos – macho e fêmea - na espécie humana. Para Joan Scott (1994), gênero é o saber a respeito das diferenças sexuais. Ao se adotar a categoria de gênero, está-se rejeitando o determinismo biológico, bem como estabelecendo que a distinção entre homem-mulher e masculino-feminino não é natural, universal ou invariante, mas constrói-se discursivamente, estando presente em todos os aspectos da experiência humana (FLAX, 1991, p. 230). Trata-se o gênero de um saber, de uma construção histórica, que ganha nuances e se articula em diferentes culturas, espaços e períodos.

[...] o estereótipo funciona como uma máscara do *macho*, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas. O uso das máscaras significa repressão de todos os desejos que caminharão em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais de dominador e dominada.” (SAFIOTTI; 1987).



Scott (1994) considera fundamental que se perceba como ocorre a construção das hierarquias entre os gêneros, podendo isto ser feito mediante um estudo dos processos, das causas múltiplas, da retórica, do discurso. Não se trata, contudo, de abandonar a explicação via estruturas e instituições; trata-se de entender o que elas significam. É preciso interpretar como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres foram construídos. Apreender a dimensão da construção social do gênero através da história e nas diferentes culturas implica estudar sistematicamente os processos conflitivos que produzem

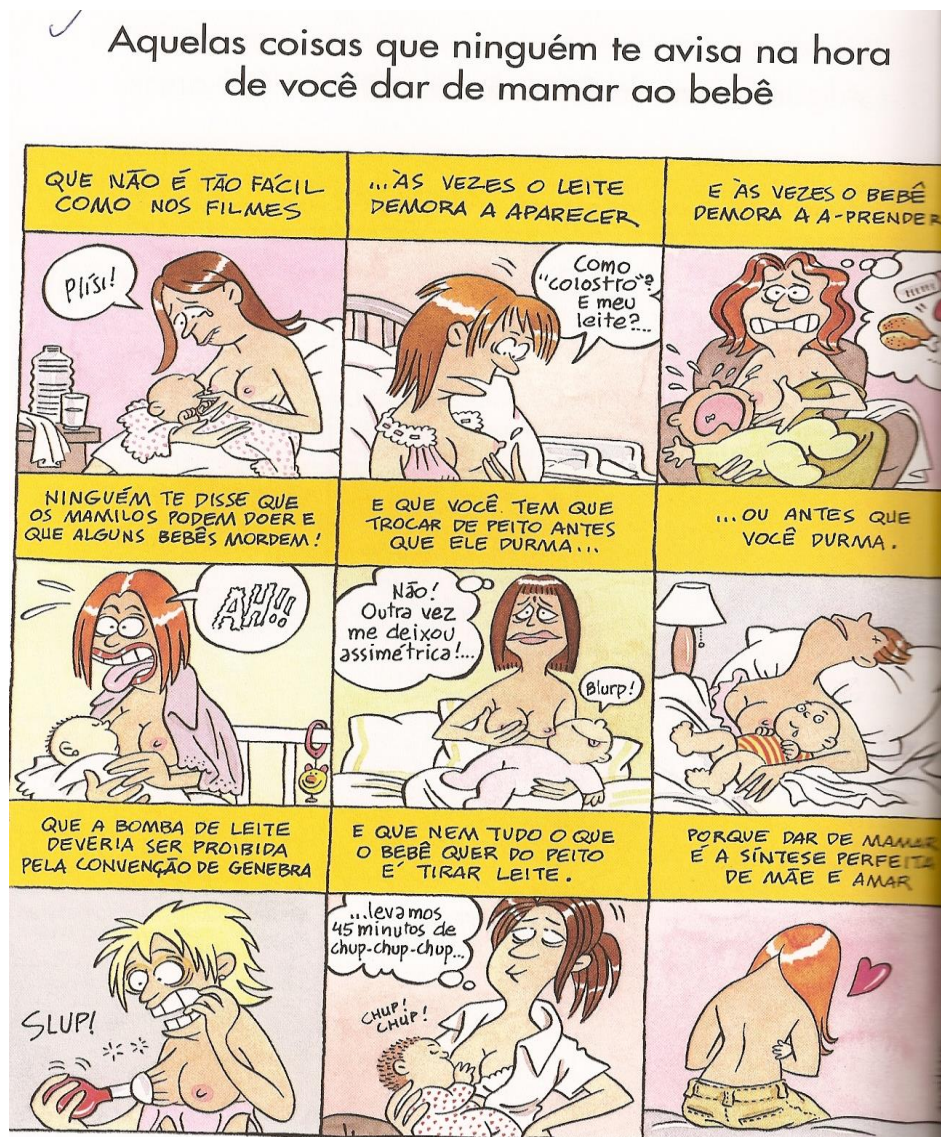
os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias mulheres e homens e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento” (SCOTT,1994, p.25-6).

Sendo assim, segundo Joan Scott (ibidem), gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, é uma maneira de indicar as construções culturais, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas do homem e da mulher.

As composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o “ser mulher” – e o ser homem -, desenhando em múltiplos registros o perfil da “verdadeira mulher”. Além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos, não só como sexo genital mas igualmente moldando-os e assujeitando-os às práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente.

A relação mãe-filho, por exemplo, não é nem universal e nem natural, tendo sido a maternagem uma construção social, a partir de interesses sócio-políticos específicos, entre os quais a sobrevivência das crianças, essencial para o desenvolvimento da sociedade burguesa. É importante salientar que a atribuição às mulheres da responsabilidade pelo cuidado dos filhos, estabelecida como “natural” nas sociedades ocidentais, está em parte fundamentada na capacidade que elas têm de engravidar, dar à luz e amamentar e na suposição decorrente de que elas são mais ternas, mais carinhosas e habilitadas para cuidar da prole (HEILBORN,1992).

Com o objetivo de estimular e justificar a maternagem, surgem obras científicas que comparam o amor materno animal ao humano, exaltando o amor instintivo nos animais, cujas fêmeas se privam de muitas coisas em função dos filhos. As mulheres acabam enredadas no ideal da maternidade, que seria fonte de realização, prazeres, necessidade. É comum a idéia de que filho e mãe vivem uma relação simbiótica: a mãe “sabe” quando alguma coisa não está bem com suas crias. Aleitar o próprio filho, comportamento este, até meados do século XIX, heterogêneo e variável segundo a classe, por exemplo, tornou-se um sinal de modernidade. Verifica-se o papel determinante do discurso médico na consolidação da mulher como personagem central da família e da maternagem. O não-envolvimento dos homens no cuidado dos filhos, a falta de expressão afetiva seria apenas reflexo de sua sujeição a um modelo de masculinidade e feminilidade, no qual a paternagem estaria fundada em outras bases, distintas da maternagem.



Análise: É o sujeito sempre tomado como efeito do discurso para Foucault. O autor parte do pressuposto de que toda sociedade, como construção histórica, tem seu suporte em práticas discursivas que a atravessam. A constituição do sujeito se daria no decorrer da história, em seu interior, através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. Nas formulações presentes no cartum, assinala-se uma posição de sujeito configurado no saber que ser mãe é amamentar o filho e gostar da experiência. Na verdade, em muitas situações, a amamentação é tomada como prova de amor, como se o amor da mãe fosse avaliado pelo quanto ela gosta de amamentar. Trata-se da reatualização do discurso “Ser mãe é padecer no Paraíso”.

Para Novelino (1989), maternidade e feminilidade continuam a se confundir . Ou seja, o significado da maternidade tem sido construído como intrínseco à mulher e à feminilidade. Sendo assim, recusar a maternidade significaria para muitas mulheres, no mínimo, desviar-se do curso evolutivo que caracteriza o gênero feminino, negando-se a experimentar de forma plena a condição de mulher. Chodorow (1990) afirma que a maternagem se reproduz atrelada a aspectos biológicos (necessidades físicas do bebê que só a mãe pode satisfazer), psicológicos (o bom desenvolvimento da criança depende de uma boa maternagem) e sociais estruturalmente induzidos. Badinter (1986) vê o amor materno como um sentimento não inerente às mulheres, mas fruto de uma construção histórico-social. Para a construção da maternagem, corresponderia também a construção de um certo tipo de paternagem. Maternagem e paternagem não seriam apenas relações entre pais; mas sim relações contraditórias entre homens e mulheres.



História 36 (MAITENA, 2005, p. 125)

Análise: Podem-se assinalar, nas discursividades presentes no cartum, representações de gênero que constroem práticas femininas homogeneizadas no que se refere a ser mãe.

É preciso não esquecer, porém, que o masculino também é submetido a modelos de *performance* e comportamento. Na verdade, é na hierarquia que funda sua instituição no social que se apóia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis sociais. Observa-se que mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua “natureza” feminina ou masculina, esta mesma “natureza” desconstruída pelo feminismo contemporâneo. A identidade masculina, por exemplo, teria como fundamento de sua elaboração uma dimensão mais social (prestígio e poder) e menos biológica. Heilborn (1992) ressalta a assimetria valorativa entre os gêneros, fundada na diferença sexual e cultural e simbolicamente reelaborada. Masculinas e femininas, as identidades expressam representações sobre masculinidade e feminilidade e diferentes formas de apropriação do corpo num dado momento e contexto histórico.

Na verdade, a dominação masculina estabelece claras relações entre o poder e o sexo. São estas últimas alvo de discussão por parte de Foucault (1988, p. 81): com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo (vem a ser o que ele chama de “relação negativa”): rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna. Essa relação acaba reduzindo o sexo a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Sendo assim, tudo aquilo que fosse de encontro ao poder estabelecido estaria na margem do ilícito e do proibido. Torna-se compreensível, assim, a situação de marginalização da mulher – ou homem - que não atenda às exigências da cultura dominante, estando, portanto, sujeita às mais variadas depreciações de sua imagem.

Observam-se papéis bem definidos: enquanto a classe do gênero masculino desfruta de maior poder, ocupando lugares muito bem determinados; a classe do gênero feminino monta, ao redor do homem, a estrutura base para o seu sucesso pessoal, uma vez que, dentro da família patriarcal, a prioridade profissional é sempre masculina. Homens e mulheres que ousam modificar este padrão, terminam destruindo a sua identidade de gênero, pois a sociedade cobrará dele/dela constantemente a posição tradicional: mulheres cuidando da casa, dos filhos, dando ordens à empregada, fazendo listas de supermercado, enfim maternando, mesmo trabalhando fora. Segundo Judith Williamson (1996, p.24), “[...] um dos mais importantes aspectos da ‘feminilidade’ na cultura de massa não é o que eles revelam, mas o que eles escondem. Se ‘mulher’ significa lar, amor e sexo, o que ‘mulher’ não significa, em geral, é trabalho, classe e política. [grifo do autor]”





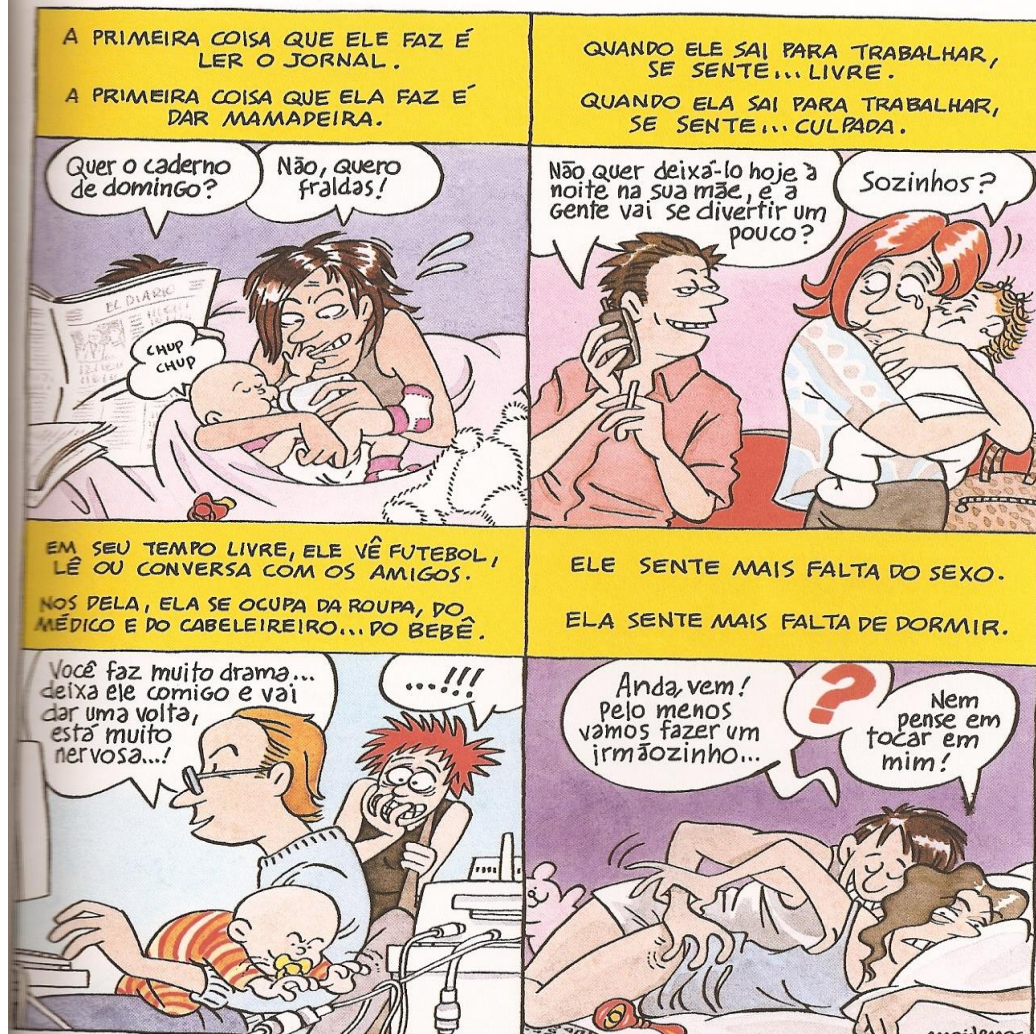
História 37

(MAITENA, 2005, p. 135)

Análise: Foucault concebe o saber como significado de compreensão produzido pelas culturas e pela sociedade sobre as relações humanas: o saber é modo de ordenar o mundo, estando imanente à organização social. Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma que homens devem ganhar mais que mulheres.

Estabelece-se como única possível uma rotina que termina por perpetuar atos seculares. Em virtude disso, as mulheres sentem-se culpadas por não se dedicarem totalmente dos filhos, por deixarem-nos na creche e/ou ao encargo de outro responsável (ver cartum abaixo), por não prepararem o jantar da família, por usarem enlatados e/ou comida congelada, etc. Pelas imposições da cultura no bojo em que foram geradas, não se dão conta que estas atitudes devem ser desempenhadas por homens de forma igual. Assim, as mulheres ficam sempre indispostas ao sucesso absoluto, a viver de forma absoluta. Todos – homens e mulheres – acabam funcionando dentro da programação que a sociedade fez, sem questionar e sem provocar nenhuma mudança.

## Como sua vida muda no primeiro ano do bebê



História 38

(MAITENA, 2004b 5, p. 83)

Análise: O efeito de uma memória discursiva, na atualidade de um acontecimento, se dá na relação entre interdiscurso e intradiscurso: a paternidade e a maternidade podem ser percebidos em trajetos temáticos de reformulações parafrásticas, ajudando a delimitar as posições de sujeito das Formações Discursivas no seu movimento de reconfiguração constante determinada pelo interdiscurso. Materializam-se, no cartum, discursos que reafirmam a responsabilidade/obrigação da mulher com o cuidado com os filhos: mulheres, por terem a capacidade de engravidar, dar à luz, amamentar, bem como pelo fato de serem concebidas como mais ternas (também em decorrência das suas características biológicas), estão mais habilitadas a cuidar dos filhos. Observa-se a construção de uma identidade masculina em uma dimensão mais social, enquanto que a da mulher se dá em uma dimensão mais biológica. Pode-se assinalar uma posição de sujeito configurada no saber que a mãe vive em função dos



filhos, principalmente se são estes bebês, consistindo estes no seu principal – às vezes único – interesse.

Tereza de Lauretis (1994) afirma que o gênero deve ser considerado, a partir de uma visão teórica foucaultiana, como uma “tecnologia sexual”, como algo que não é propriedade de corpos, existente *a priori* nos seres humanos, mas sim como um produto de certas tecnologias sociais: “[...] o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1994, p.208). Respalda-se na construção teórica de Foucault, argumenta que essas tecnologias, das quais o sujeito “generificado” seria produto, são tecnologias discursivas de poder, as quais englobam o saber a respeito da sexualização infantil e feminina, do controle da procriação e o saber psiquiátrico – que considera os comportamentos sexuais anômalos como perversão. Esses discursos, implementados pelas disciplinas, se institucionalizam por sua articulação com as instituições apoiadas no Estado e se consolidam principalmente na família (LAURETIS, 1994).

Gênero, portanto, diz respeito tanto às idéias, concepções que têm como referência a diferença sexual quanto às práticas sociais orientadas por estas idéias. Os relacionamentos familiares, as formas de expressar a sexualidade, a maternidade, as sociabilidades, as relações de trabalho, as escolhas de cada um, a distribuição de tarefas e de poderes etc, são compreendidos e se manifestam de maneiras diferentes em cada contexto social, configurando papéis/relações de gênero distintos, em vários lugares e momentos históricos (ver cartum abaixo).

○ "o que você quer ser quando crescer?",  
década a década



História 39

(MAITENA, 2003a, p. 75)

Análise: As alterações percebidas nas discursividades presentes no cartum resultam das mudanças sofridas pelos sujeitos na linha do tempo, que demandaram mudanças no espaço social. Ocorreram, pois, mudanças nas condições de produção das quais as Formações Discursivas são resultantes.

Na verdade, quando se fala em gênero feminino e gênero masculino não se está discutindo algo inerente aos seres humanos; não se está tratando do ser genérico, mas do ser histórico, aquele o qual é constituído historicamente. São construções culturais derivadas das diferenças sexuais existentes entre homens e mulheres. As idéias do que seja feminino e masculino com as quais se convive no dia a dia foram se construindo e se transformando ao longo da história. Os gêneros guardam pouca relação com o sexo porque, como explica a psicanalista Emilce Bleichmar, se definem na etapa edipiana (a superação do Complexo de Édipo), quando se

passa da biologia para a cultura. O Complexo de Édipo, conforme formulado por Freud, requer determinados pressupostos que só se encontram nas famílias nucleares, características das sociedades capitalistas modernas. As famílias nucleares são típicas do patriarcado e se foram constituindo por razões econômicas, mais que culturais. O que é feminino e o que é masculino também são comportamentos simbólicos típicos das sociedades patriarcais e assentadas no modo de produção capitalista. O modo de produção dominante determina, em última instância, a superestrutura cultural. Não é uma relação mecânica, mas dialética, um embate constante entre a psique humana e sua relação social e econômica, que vai conformando os comportamentos humanos. (FRANZ, 1995).

Foucault (1996) afirma que a busca da vontade de verdade e os recortes discursivos constroem a naturalização de papéis. Salienta que o que se considera o discurso da verdade apóia-se na tradição, na ciência, na religião para definir a essência dos seres: uma identidade baseada em critérios arbitrários que se apresenta com um caráter atemporal, negação de toda historicidade. Para Foucault (1996, p.22), esta “[...] vontade de verdade que se impôs a nós há tanto tempo é tal que a verdade assim proposta não pode senão escondê-la”, uma vez que a evidência esconde em suas dobras a vontade de poder que a anima.

De fato, as representações sociais, estudadas em um tempo e local determinados sobre um *corpus* específico, são também reatualizações de imagens que permanecem alojadas nos nichos do interdiscurso, “[...] processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento [...]” (MAINGUENEAU, 1989, p.113). Assim, no Ocidente, as representações das mulheres vêm sendo diabolizadas ou santificadas, e essas expressões compõem a noção de uma natureza sexuada selvagem, rebelde, má, cuja domesticação resultaria na imagem da “boa”, da “verdadeira” mulher. Os discursos fundadores dessas “certezas” em torno do feminino vão de Aristóteles a Paulo de Tarso, passando por inumeráveis caminhos discursivos e temporalidades diversas, entre o medievo e a modernidade. (SWAIN, s.d.).

Para Maria Luisa Heilborn (1992), o gênero seria uma categoria que, qualquer que venha a ser seu preenchimento numa cultura particular, fala de relações de oposição e constitui “a forma elementar da alteridade”. Ao se perceber a relatividade e variabilidade dos conteúdos associados às categorias “mulher” e “homem” através dos tempos e das culturas, percebe-se

que elas são produtos histórico-culturais e não fatos da natureza. Maria Luiza Heilborn (ibidem) observa que, quando a antropologia fala de identidades socialmente construídas, refere-se “à perspectiva relacional e sistêmica que domina o jogo de construção de papéis e identidades para ambos os sexos” (HEILBORN, 1992, p.40). Segundo Heilborn, o papel desempenhado pela mulher no domínio familiar e o seu papel reprodutivo constituem a base da determinação das identidades femininas.

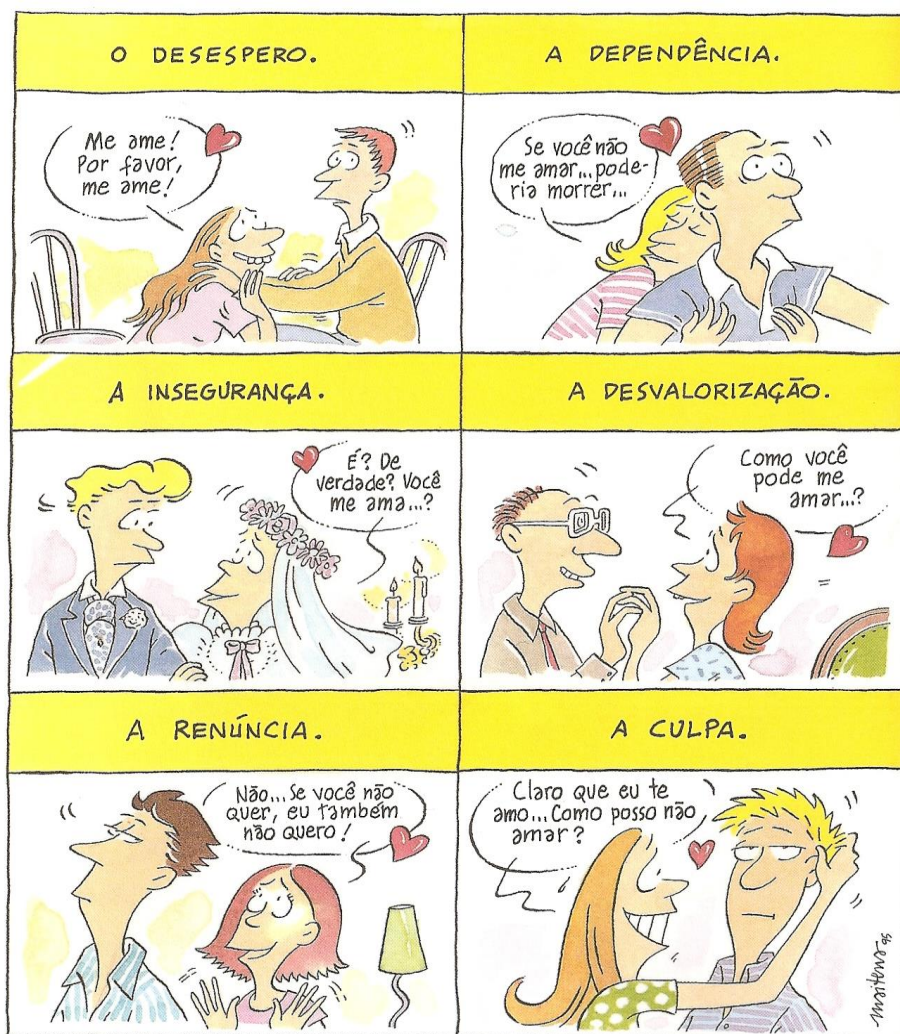
Louro (1995, p.102) concebe o gênero não como algo pronto, dado no momento do nascimento, mas como processo que se desenrola ao longo de toda a vida e vai fazendo com que os indivíduos se tornem sujeitos homens ou mulheres. Seria efetivamente no campo do social que se construiriam e se reproduziriam as relações desiguais entre gêneros, os quais são tidos como constituintes da identidade do sujeito e devem ser abordados em suas articulações com outros marcadores sociais, como raça/etnia e classe. Quanto à construção das identidades, afirma que os sujeitos o estabelecem em relações sociais atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas. Admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e também constituintes dos gêneros. Essas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos “[...] a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias são “generificadas” (LOURO, 1995a, p.25). Sendo assim, são os sujeitos constituídos através de práticas sociais, ao mesmo tempo em que as constituem.

O que é ser homem ou ser mulher é um processo, uma construção, que se dá através de práticas discursivas. Segundo Simone de Beauvoir (1967, p. 78), o “masculino” e o “feminino” são criações culturais; “aprende-se” a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. Segundo ela ainda, “não se nasce mulher, torna-se mulher” e “feminilidade não é uma essência nem uma natureza: é uma situação criada pelas civilizações a partir de certos dados fisiológicos”. Simone de Beauvoir analisa em sua obra “o Segundo sexo” as condições vividas pelas mulheres em uma perspectiva histórica. Ela questiona justamente o porquê de a mulher ser tomada como o segundo sexo no universo masculino.

Ao longo dos tempos, tem ficado também bastante evidenciado o papel da linguagem sexista no reforço dos estereótipos machistas que contribuem sobremaneira para o desequilíbrio das relações sociais entre homens e mulheres, caracterizadas pelo binômio

dominação/subordinação. Quando se nasce, o sexo é definido pela natureza. Já o comportamento diferenciado tem a influência direta da formação e educação que se recebe no meio social, historicamente marcadas pela subordinação da mulher ao homem. O consenso social e histórico na construção da imagem e mitos da identidade masculina e feminina, desde os primórdios, é fator preponderante na continuidade do ‘poder do macho’. A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos, seja através de ditados, provérbios, histórias em quadrinhos. Há, por exemplo, o ditado “Atrás de todo grande homem há uma grande mulher”. Inclusive, parafraseando este, tem-se o pensamento da Radical “Na frente de uma grande mulher, existe sempre um homem...mais ou menos”(PAIVA, 2001, p. 30) que, embora o tenha alterado e ironizado a condição do homem, mantém a mulher em sua retaguarda..

### Essas doenças perigosas que ameaçam o amor



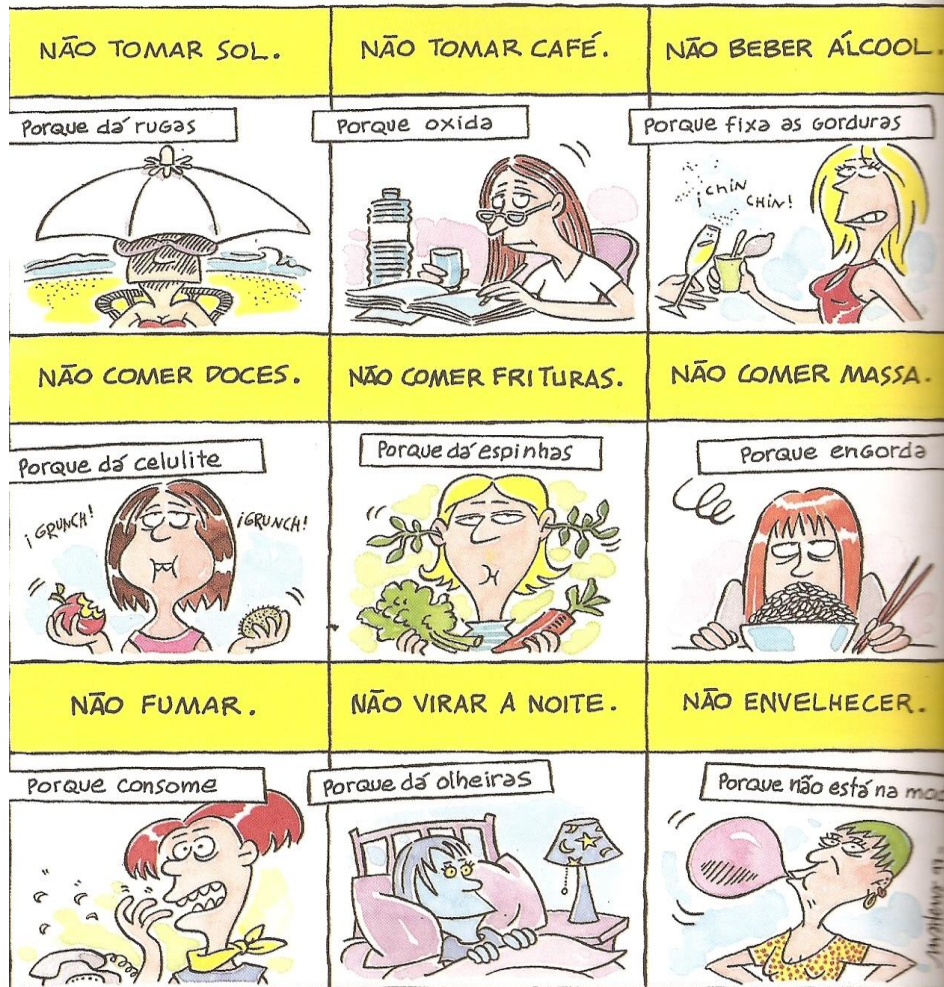
Análise: Segundo Foucault (1996), os discursos são organizados com um objetivo de exercer um poder através de uma ordem tomada como verdadeira, que estabelece quais os saberes – Formações Discursivas e respectivas práticas discursivas - a serem preservados. Prada Filho (1995, p. 20) afirma que Foucault concebe o discurso como conjunto estratégico de enunciados que articula saber e poder e termina por constituir objetos e sujeitos. O discurso faz, pois, parte das práticas sociais; por seu lado, os sujeitos são construídos por práticas discursivas de poder. Observa-se que, no saber que configura a FD que está determinando o dizer deste cartum, a mulher é afetivamente dependente do homem e insegura. A idéia de que quem põe em risco uma relação estável e madura é a mulher com sua eterna insegurança perpassa todo o texto de forma implícita.

### **4.3 A mulher e o corpo**

Toma-se aqui o corpo como um construto histórico, social e cultural; sendo assim, vem ele a ser produzido das mais variadas formas em cada época e lugar, nos discursos sociais que circulam. O discurso se faz, pois, prática na corporeidade. No corpo, uma prática simbólica se faz materialidade histórica. Há toda uma gama de representações científicas, filosóficas e estéticas em torno do corpo. A concepção cultural do corpo inclui normas de beleza, modelos de saúde, etc. Bourdieu (1989) afirma que a cultura se faz corpo através de normas, práticas rotinas, aparentemente triviais.



É preciso escolher  
Ou a vida é bela ou é uma bela de uma...



História 41

(MAITENA, 2003c, p. 38)

Análise: Em “Microfísica do poder”, Foucault analisa o poder como uma malha capilar de micro-poderes, os quais se espalham sutilmente entre todos os indivíduos através de práticas repetitivas. Trata-se de um poder que está tão próximo dos indivíduos que estes não têm como evitá-lo. Vem ele a ser exercido sobre o próprio corpo do indivíduo, interferindo sobre este, esquadrinhando-o. É um poder que produz comportamentos (não tomar sol; não tomar café; não beber álcool; não comer doces, frituras, massas; não fumar, não virar a noite; não envelhecer) e corpos (mais saudáveis, mais jovens, mais belos, mais magros, etc) através de normatizações e adestramentos. É interessante salientar que todas estas normas são impostas em função do bem do sujeito, sendo, pois, obedecidas sem nenhuma resistência.



Em sua análise sobre a literatura médica a respeito da anatomia humana, Thomas Laqueur (2001) explicita como o conhecimento sobre os corpos, sobre as diferenças físicas, contribuíram para justificar supostas diferenças morais e de comportamento. Afirma que os séculos XVII e XVIII marcam a transição de um conhecimento teleológico do mundo para uma explicação mais racional, baseada no conhecimento científico, a partir da qual foi produzida toda uma literatura médica. Foi neste período que o corpo passou a ser visto como constituído de dois sexos distintos. Até então, os corpos masculinos e femininos não eram definidos por uma diferença em termos biológicos, mas em termos de grau de perfeição, compondo uma hierarquia vertical: os órgãos reprodutivos eram vistos como iguais em essência, sendo o corpo masculino tomado como padrão.

A partir do Renascimento, o modelo da diferença biologicamente determinada impôs uma anatomia de grandes diferenças; as teorias médicas trabalharam a partir de justificativas biológicas que instituíram uma diferença radical entre o masculino e o feminino (SPINK, 1994). Laqueur (2001) explica como a historicidade do corpo, cujo conhecimento esteve atrelado a dadas demandas, de determinados momentos históricos, propiciou a legitimação das diferenças de gênero. A fundação dessas diferenças estaria, a partir de então, respaldada na diferença biológica. A ciência, em franco progresso no período, era convocada a validar o debate ideológico. A natureza distinta de homens e mulheres fornecia um modo de explicar diferenças sociais.

As práticas discursivas que demarcam os territórios dos corpos são baseadas, sobretudo, na diferença sexual; não simplesmente o diferente, mas sim uma norma que impõe uma condição estática aos sexos, a fim de serem conhecidos, controlados, produzidos. Se os corpos são diferenciados, torna-se necessário definir que diferenças são estas. Ou seja, através do discurso, o corpo humano é territorializado em masculino ou feminino. Os significados do corpo no discurso moldam a materialidade do corpo real e seus desejos. Por exemplo, as práticas discursivas masculinas têm historicamente moldado e demarcado o corpo da mulher: “A ginástica com pesos não se destina a dotar estas jovens de enormes bíceps capazes de amedrontar maridos e namorados, serve apenas para ampliar certas formas que não estão de acordo com o figurino.” (A BELEZA..., 1961, p. 35).

Tanto as sociedades antigas como as modernas, regidas pela interpretação de determinados pensadores religiosos do início de nossa civilização, relegaram à mulher um papel de

inferioridade em relação ao homem, buscando sua subordinação através de estereótipos que buscam delimitar-lhe um espaço. Ao naturalizar sentidos como “sexo frágil” e “cheia de encanto”, há o aprisionamento da mulher ao corpo. O corpo era aprisionado pela procriação e reclusão; agora se vê preso pela busca de um ideal de beleza que não se esgota.

Para Foucault, a categoria “sexo” é o “ideal regulatório”, ele é um conjunto de normas sociais que tanto afirma uma identidade quanto exclui outras, produzindo os corpos que governa. É através deste poder de regulação que é possível legitimar os corpos que ele produz, reafirmando uma generalização que ele próprio criou. Foucault vê o corpo não só como local privilegiado de deslocação dos aparelhos disciplinares e normativos, mas também como local de resistência e de experimentação de outros modelos de identidade; fundamenta-se em um quadro de análise do poder que se distancia dos macro-modelos propostos no marxismo e psicanálise para se aproximar de micro-modelos de resistência. Pressupõe-se a idéia de contigüidade entre os efeitos discursivos e os propósitos do poder, colocando a ênfase nas formas complexas mas também cúmplices entre a produção discursiva e as manifestações do poder, num processo de redefinição mútua. (BRAIDOTTI, 1994).

Não só os corpos são construções culturais, como o próprio conceito de corpo é uma construção cultural e histórica. No fundo, o corpo sustenta valores socioculturais, legitimando projetos econômicos e políticos (ROMERO, 1995). Observa-se, por exemplo, que, para o Novo Dicionário Aurélio (1988, p.293), feminino é um adjetivo definido como “referente ao sexo caracterizado pelo ovário nos animais e nas plantas”. Pode-se perceber nesta definição ser claramente o ser feminino reduzido a um órgão o qual o qualifica e caracteriza, colocando-o como um produto de reprodução, sem considerá-lo como sujeito. Além do mais, é necessário ressaltar que estão a mulher e seu útero, desde o século XIX, associados à histeria. Segundo Gladys Swain (s.d), “na e a propósito da histeria até Charcot<sup>13</sup> algo se simboliza: o destino feminino”. Assim, a preponderância das imagens do ser mulher no século XIX na estrutura social é associada à doença da histeria e ao órgão reprodutivo feminino, colocando, conseqüentemente, o substantivo feminino atravessado por essa analogia<sup>14</sup>. Segundo Bordo e Jaggar (1997), isto é reflexo de ser o corpo palco principal da construção ideológica da feminilidade, a qual, como qualquer representação, não é fixa, muda a cada época.

---

13 Com Charcot, promove-se um solo favorável s descobertas de Freud. As crises históricas deixam de ser tomadas como fingimento, embuste, para serem vistas como sintomas de transtornos psíquicos

A dama do século XIX era idealizada em termos de delicadeza e encanto, passividade sexual e uma emocionalidade encantadoramente instável e caprichosa[...] as desordens femininas do século XIX podem ser vistas como concretizações da mística feminina do período, produzidas de acordo com as normas que regiam a construção predominante da feminilidade. Os médicos descreviam o que viria a ser conhecido como personalidade histérica assim: impressionável, sugestionável e narcisística; altamente instável, mudando de humor repentina e dramaticamente por razões aparentemente irrelevantes, essencialmente assexuada e não raramente frígida, egocêntrica ao extremo. Todas estas características normativas da feminilidade da época. (BORDO & JAGGAR, 1997, p. 23)

Com o surgimento do cinema e da televisão, o corpo é que passou prioritariamente a ditar as regras da feminilidade. Ao invés de se dizer, mostrava-se o que era ser mulher através do perfil corporal, das roupas e adereços de que o corpo era suporte. Se no século XIX era a histeria o transtorno tipicamente feminino, no século XX o é o da bulimia e o da anorexia, já que se tratam os corpos resultantes destes males de uma caricatura do ideal de beleza contemporâneo. “O ideal de esbeltez, junto com a dieta e os exercícios emagrecedores que se tornaram inseparáveis da mesma, oferece a ilusão de cumprir, através do corpo, as exigências contraditórias da ideologia contemporânea da feminilidade” (BORDO & JAGGAR, 1997, p. 26). Observa-se que as tiranias do moda-beleza produzem, pois, muitas vezes formas patológicas de subjetividade. Ainda para as autoras, as regras de construção da feminilidade exigem que “as mulheres aprendam como alimentar outras pessoas, não a si próprias, e que considerem como voraz e excessivo qualquer desejo de auto-alimentação e cuidado consigo mesmas. Assim, exige-se das mulheres que desenvolvam uma economia emocional totalmente voltada para os outros.” (BORDO & JAGGAR, 1997, p. 27).

Afirma Foucault (1988, p. 27) ainda que o corpo “[...] é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos — alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências”. O corpo é, portanto, segundo filósofo Michel Foucault, um lugar prático e direto de controle social. Bordo (1997: p. 35) afirma que, em *História da Sexualidade*, “Foucault salienta que por meio da organização e regulamentação do tempo, espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade”. Por essa razão, o seu estudo é imprescindível para a compreensão do que é ser mulher.

---

14 Na Idade Média, no auge de seu período inquisicional, estabeleceu-se a identificação da questão sexual e da feitiçaria. Consolidou-se então como inseparáveis histeria e possessão diabólica.

Já que na moda tudo volta, podiam  
se impor outra vez...



História 42

(MAITENA, 2004a, p. 92)

Análise: O corpo é marcado por práticas de controle, as quais podem ser concebidas como esquemas que o indivíduo encontra em sua cultura, que lhe são propostos e impostos. Estas práticas através das quais o indivíduo se reconhece como sujeito que governa seu corpo, constitui-se como dispositivo de sujeição. Mostra-se de forma evidente no cartum que as condições de produção perpassam todo este processo, uma vez que cada época investe diferentemente sobre os corpos, construindo normas e condutas que estão ligadas ao imaginário social que as tornou possível.

É o corpo alvo de diferentes marcadores identitários. É nele que o simbólico se inscreve, funcionando como um modo de classificar, agrupar, ordenar, qualificar, diferenciar, e revelando marcas que posicionam os sujeitos de diferentes modos na sociedade, a depender de

certas classificações de corpo, seja corpo magro, gordo, alto, baixo, branco, negro, jovem, velho, malhado ou não, etc. Esses marcadores identitários não são fixos ou estáveis, mas objetos de uma contínua construção.

### O PIOR DE COMEÇAR A ENVELHECER É A EMBALAGEM



História 43

(MAITENA, 2004a, p. 9)

Análise: No saber que configura a Formação Discursiva que está determinando o dizer nesta tira, há relação entre beleza e auto-estima: a beleza, que aqui é sinônimo de ser magra, liga-se ao aspecto psicológico. Só a mulher bela – leia-se magra – está satisfeita consigo mesma.

A mídia, no século XX e na atualidade do século XXI, age na injunção dos corpos atuando como um arsenal pedagógico, e, dessa forma, participa da constituição de identidades femininas ao produzir modos de ser e de viver. Rosa Fischer (1995), ao referir-se à mídia, concebe-a da seguinte forma:

[...] um lugar privilegiado de aprendizagens diversas; aprendemos com ela (com a TV, com a revista...) desde formas de olhar e tratar nosso próprio corpo até modos de estabelecer e de compreender diferenças de gênero [...] diferenças políticas, econômicas, étnicas, sociais, geracionais. [As imagens, os sons, os textos, etc.] [...] têm uma participação significativa na vida das pessoas, uma vez que de algum modo pautam, orientam, interpelam o cotidiano de milhões de brasileiros [cidadãs brasileiras] – ou seja, participam da produção de sua identidade individual e cultural e operam sobre a constituição de sua subjetividade.

Não se pode deixar de salientar, porém, que o discurso que define o corpo está sujeito a equívoco, o que Michel Pêcheux teorizou como sendo a “falha da língua na história”. Pela característica de incompletude da língua, nem os sujeitos, nem os sentidos estão prontos, havendo sempre um trabalho contínuo do simbólico e da história. Assim, por exemplo, a idéia



que se tem de beleza, os padrões de beleza dependem de uma memória anterior, ou seja, ela não vem por acaso. Num mundo sempre marcado por relações de gênero, em que articulam poder/força de um sobre o outro, não se pode conceber padrão de beleza sem inseri-lo no contexto dessa relação em que se procura demarcar o lugar do homem e o lugar da mulher. A ideologia presente nas representações é a razão para que a AD afirme que o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: Não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia.

O saber discursivo que torna possível o dizer sobre beleza é compreendido a partir de sua natureza sócio-histórico-ideológica. Na perspectiva bakhtiniana, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Compreender o processo sócio-histórico linguageiro requer a compreensão dos sujeitos e da situação<sup>15</sup>.

É o corpo, segundo Michel Foucault, um lugar prático de controle social. Sendo assim, as práticas corporais voltadas para o corpo feminino constituem, pois, um *locus* privilegiado para a observação da produção e reprodução dos papéis de gênero. No que se refere a padrões de beleza, por exemplo, o modelo masculino é o da força corporal, da virilidade, da segurança. Ao contrário, o modelo feminino prescreve à mulher a necessidade de ser atraente e sedutora. A beleza vem a ser, indubitavelmente, uma questão histórica cuja análise desvela relações de poder, em que se verificam construção de valores, criação e circulação de dadas representações, etc.

O discurso em relação à beleza guarda uma memória que fiscaliza os papéis masculino e feminino. Não se trata unicamente de descrever o que é belo em oposição ao que não o é, porém de estabelecer toda uma relação que efeminiza e masculiniza. A mitologia, a literatura ficcional, a fábula, a poesia, etc, representam um ideal de feminino e masculino que, mesmo fugindo à “realidade”, representam uma memória que estabelece o lugar que a mulher e o homem devem ocupar no espaço e momento em que vivem. Então, para que se possa falar sobre corporeidade feminina, faz-se necessário que se atente para as questões que regem esse “poder dizer sobre”, determinantes na construção de papéis sociais.

---

<sup>15</sup> Anotações feitas a partir da aula da professora Iracema Luíza de Souza, na disciplina Análise do Discurso, 2004.1

Durante a maior parte do tempo da história da humanidade, segundo Gilles Lipovetsky (2000), não representou a mulher de forma alguma a encarnação da beleza, nem sempre foi tida como o belo sexo. Vem a ser este um fenômeno inteiramente histórico, uma instituição social, um construído, cuja origem não remonta a muito além da aurora dos tempos modernos. Constata-se que, na Grécia Antiga, a personificação da beleza estava vinculada ao corpo masculino e atlético, uma vez que era o homem o centro das atenções nos Jogos Olímpicos e peça fundamental no processo de aculturação durante a dominação romana. Ele era valorizado pela sua capacidade atlética, sua saúde e fertilidade. Em Atenas, práticas de exercícios físicos eram valorizadas como preparação para guerra, disciplina, enrijecimento do corpo, energia física e espiritual (Mente sã em corpo sã).

De acordo com Aristóteles (apud ROMERO, 1995), além dos atributos físicos e sexuais, era importante também a capacidade de aproximar-se do outro e seduzi-lo pela palavra. Por isto, era comum, para os atenienses, a admiração entre os homens, pois as mulheres, sendo excluídas da vida política, não podiam expor sua inteligência, o que as colocava em desvantagem no plano da sedução.

Na tradição greco-romana da Era Cristã, a beleza do corpo feminino despertava temor, estando associada à mentira, à astúcia, ao engano, à ruína e à perdição, retomando-se assim o mito da criação, de acordo com o qual Eva, com sua beleza, astúcia e sedução, induziu Adão a desobedecer e ser expulso do paraíso. Este tipo de discursividade se faz presente até hoje: “Às vezes, me sinto má. Uso minha carne macia e sedutora para deixar os homens pirados, enfeitiçados, doentes de amor... assim feito a vaca-louca” (RADICAL IN: PAIVA, 2001, p. 36). Na Idade Média, a mulher estaria terminantemente marcada por uma imagem ambígua, imposta pela Igreja, que a acompanha até os dias atuais: de um lado, a imagem de Maria, associada à pureza, submissão, maternidade; de outro, a imagem de Eva, ligada à idéia do pecado original, à sedução. Há, pois, a reafirmação da beleza feminina como um mal, associada à queda e à satã, à arma do diabo. De acordo com Thomé (1967), essa visão dicotômica acabou por originar a chamada dupla moral, cujo princípio de que tudo se permite ao homem e nada se perdoa à mulher, ainda prevalece nos países latino-americanos.

No Renascimento, movimento cultural que expressou a mentalidade burguesa e que foi marcado pela valorização da cultura greco-romana, mantém-se o discurso em que a beleza feminina é associada à malignidade. Neste período, todavia, a beleza física é elevada à



condição divina, é espiritualizada, é reflexo de beleza interior. A partir desse período, ser bela passa a ser obrigação das mulheres de classe alta.

No séc. XIX, embora a prática de exercícios físicos ainda esteja pautada por questões militares, aparece associada a interesse de cientistas, médicos, higienistas e laboratórios de pesquisa, que visavam à produção de verdades sobre o cuidado com o corpo e ao controle dos indivíduos. No final do séc. XIX, o cuidado com o corpo feminino está aliado às preocupações higiênicas como regime de saúde sob o prisma medicinal e as experiências de embelezamento são segredos vividos entre amigas. Somente no século XX, com os avanços da indústria química, é que os cosméticos se tornam de uso geral.

No início da segunda metade do séc. XX, instaura-se uma nova ordem de poder- saber sobre o corpo, espaço de inscrição de acontecimentos em que beleza e saúde são associadas. Além do mais, a beleza deixa de ser um dom e passa a ser construção, atributo que se conquista através do governo do corpo, que passa a funcionar a serviço da indústria tecno-científica empresarial do corpo saudável. Até a década de 50 do século XX, a beleza era vista como um dom, um presente divino: nascia-se bela. Entre meados da década de 50 e ao longo dos anos 60, a beleza passou a ser vista como algo que se constrói, pode ser adquirida e moldada, basta querer (ou poder) fazer uso de cosméticos, ginásticas, cirurgias, dietas etc. Criaram-se, assim, novos rituais diários. “No final da década de 50, a beleza parece ter se tornado um ‘direito’ inalienável de toda mulher, algo que depende unicamente dela: ‘hoje só é feia quem quer’, por conseguinte, recusar o embelezamento denota negligência que deve ser combatida [grifo do autor]” (SANT’ANNA, 1995, p.129). A beleza passa a partir daí a ser tomada como um investimento. As mulheres passam, então, a despender muito mais tempo e energia com o tratamento e disciplina do seu corpo. Nunca, em nenhum outro momento histórico, gastaram elas tanto tempo e energia em busca de uma forma ideal de corpo.



História 44

(MAITENA, 2005, p.99)

Análise: Ao servir como espetáculo ao olhar do outro, exige-se da mulher um corpo magro, jovem, malhado, bem cuidado, o que se consegue com um investimento do próprio indivíduo sobre o seu corpo, seja através de exercícios físicos ou de recursos oferecidos pelas indústrias cosméticas e de saúde. No saber que configura a FD que está determinando o saber deste cartum, a beleza – sinônimo de ser jovem - é fruto de um trabalho de intervenção sobre o corpo, que pode – e deve – ser modificado, alterado.

Passa então a beleza a ser tomada como atributo tanto da feminilidade quanto de masculinidade já a partir da década de 60, isto se intensificando na década de 70. É importante salientar, contudo, que, a partir da rede heterogênea de poder saber em que se inscreve o dispositivo de controle-estimulação do embelezamento do corpo, a significação de beleza não tem o mesmo sentido social no masculino e no feminino.

Em virtude da busca de um ideal de feminilidade efêmero, os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de corpos dóceis. Estes têm suas forças e energias acostumadas ao controle externo, à sujeição, à transformação, ao aperfeiçoamento. Por meio de disciplinas

rigorosas e normatizadoras sobre a dieta – “Certas dietas são simples. É só cortar açúcar, frituras, massas, molhos, bebidas alcoólicas, pães, biscoitos...e os pulsos.” (RADICAL IN: PAIVA, 2001, P. 42) - , a maquiagem e o vestuário, são as mulheres transformadas em pessoas cada vez mais inclinadas a fazer infundáveis retoques em seus corpos, que historicamente têm sido moldados e demarcados pelos discursos masculinos: “Adoro quando os feirantes, os porteiros e os pedreiros do meu bairro me chamam de gostosa. É a comunidade solidária” (RADICAL IN: PAIVA, 2001, P. 43). A mulher continua a memorizar em seu corpo o sentimento, a convicção de que não é suficientemente boa. É importante, todavia, salientar que o disciplinamento e a normatização do corpo feminino são opressões de gênero que se exercem em graus e formas diferentes a depender da idade, raça, classe social, orientação sexual.

Existe todo um arsenal de orientações que vêm da indústria alimentícia, cosmética, da saúde, reproduzindo a importância da aparência na identidade feminina. Constata-se que ser belo é tomado como algo que deve ser inerente às pessoas do sexo feminino, como se a beleza fosse obrigação de toda mulher. Isto vem a ser algo bastante marcante no imaginário ao se levar em conta a maneira como se é afetado pelos discursos de que a mulher “tem a obrigação de ser bela”, independentemente da forma como se adquire essa beleza: no nascimento ou através do uso de recursos para se atingir esse fim (maquiagem, cirurgia plástica, ginástica, entre outros). “Rosto saudável, pescoço lisinho, peitinho apontado pra cima, barriguinha no ponto, bundinha ainda de pé, coxas durinhas com duas ou três celulites. É a revisão dos trinta” ” (RADICAL IN: PAIVA, 2001, P. 49).

Ao procurar a todo custo a beleza, mulheres submetem-se a intervenções, muitas vezes dolorosas: mudam a cor e a estrutura do cabelo (está-se na era das chapinhas, das escovas progressivas e definitivas), injetam o polêmico silicone para atender aos novos desejos masculinos, engrossam lábios com botox, colore sobrelhas e alteram toda a estrutura facial, tornando-se, muitas vezes, verdadeiros Frankensteins femininos.



História 45

(MAITENA, 2005, p. 74)

Análise: De acordo com Pêcheux (1993), o que funciona no processo discursivo vem a ser exatamente uma série de formações imaginárias: a imagem que protagonistas do discurso fazem do seu próprio lugar, do do outro e do referente. Observa-se que a cirurgia plástica é vista sob duas perspectivas diferentes no cartum: como algo bom, desejado, pois deve-se procurar manter uma aparência jovem, mesmo que de forma artificial; ou como algo negativo, que chega a causar pavor (expressão dos olhos da garota).

No cartum em questão, assinalam-se duas distintas posições de sujeito: uma pautada no saber de que é preciso permanecer com a aparência jovem a qualquer custo; a outra que fala que saber envelhecer é algo desejado.

Constata-se que na sociedade atual não só os corpos femininos tornaram-se “corpos dóceis”, numa acepção foucaultiana, sujeitos ao poder disciplinar da modernidade, ao aperfeiçoamento, mas também os corpos masculinos o fizeram. É interessante observar como estes últimos têm sido bombardeados por uma estética do homem fisicamente bem, não só quanto à aparência, mas também – e principalmente - quanto à saúde, embasando-se, principalmente, no conhecimento científico, em particular pela medicina. Masculinas e femininas, as identidades expressam representações sobre masculinidade e feminilidade e

diferentes formas de apropriação do corpo num dado momento e contexto histórico. Em cada época, o perfil corporal do homem e da mulher define-se de acordo com os valores, as exigências e os interesses de projetos elaborados pela classe dominante, cujos padrões obedecem a critérios da moda estabelecidos pela classe dominante de países do Primeiro Mundo, numa ordem ascendente de influência social, o que significa dizer que, no fundo, o corpo sustenta valores socioculturais, legitimando projetos econômicos e políticos (ROMERO, 1995). Como afirma Foucault (1984, p. 27), “o corpo [...] é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos — alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências”. As representações sobre o corpo podem ser tomadas como um conjunto de regras e regulamentos práticos, através dos quais o corpo vivo é “treinado, moldado, obedece, responde”, tornando-se um “corpo dócil”, socialmente adaptado. (1987, p. 136) . Por essa razão, através do seu estudo é possível conceber das imagens que a mulher foi adquirindo ao longo da história.



## CAPÍTULO 5: METODOLOGIA

Tudo o que é dito, tudo o que é expresso, tudo o que é gestualizado só ganha sentido em função da resposta a ser formulada sobre esta relação simbólica: sou eu homem ou sou eu mulher ? (LACAN. **As psicoses**. 1985)

Selecionaram-se para ser palco destes estudos as histórias de Mafalda, Radical Chic, Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas 1, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas 2.. Ainda em relação ao *corpus*, é preciso destacar que, uma vez que se optou por fazer uso de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista o propósito do trabalho, a seleção deu-se a partir de critérios teóricos, levando-se em conta para proceder àquela os postulados teóricos da AD. “Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas.” (ORLANDI, 2001, p. 63). No presente trabalho, serão centrais questões que envolvam as condições de produção e as representações da mulher; os jogos de imagens; as formações discursivas e os saberes mobilizados; as vozes presentes no texto; o silêncio como sentido; as práticas discursivas e a construção do sujeito mulher; o discurso sobre a mulher/ o discurso da mulher; a memória que perpassa os discursos da/sobre a mulher.

Segundo Orlandi (2001, p. 63), na constituição de um *corpus* deve-se “construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da AD, face aos objetivos da análise, e que permitem chegar à sua compreensão”. A preocupação principal não foi, portanto, o aspecto quantitativo, mas sim o qualitativo, uma vez que se buscou fazer com a seleção das HQs uma “montagem discursiva” que propiciasse a análise dos tópicos eleitos como norteadores deste trabalho (já supracitados ). Ou seja, por se adotar como apoio a noção de *corpus* desenvolvida pela AD, a exaustividade do *corpus* é considerada em relação aos objetivos e ao tema da pesquisa ( ORLANDI, 2001).



Não se objetiva nesse tipo de análise a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. [...] A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade [...] leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações. Trata de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva. (ORLANDI, 2001, p.63)

No processo de análise, seguiu-se um percurso que envolve três etapas e que conduziu do texto ao discurso: na primeira etapa, passa-se da superfície discursiva para o discurso; na segunda, passa-se do objeto discursivo para a formação discursiva; enfim, em uma terceira etapa, passa-se para o processo discursivo.

Na primeira etapa, o analista, no contato com o texto, procura ver nele sua discursividade e incidindo um primeiro lance de análise – de natureza lingüístico enunciativa – constrói um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento 2 [...]Desnaturaliza-se a relação palavra-coisa [...]

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas [...] Aí é que ele atinge a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico, de cuja formulação o analista partiu.[...] (ORLANDI, 2001, p. 77-8)

Selecionaram-se 228 histórias para análise no decorrer das pesquisas. Obviamente que o critério para escolha dessas foi o fato de apresentarem mais material para as investigações a que se procedeu.

## **5. 1. Quem são estas mulheres ?**

### **5.1.1 Quem é MAFALDA?**

O argentino Joaquim Salvador Lavado, o Quino, criou a personagem Mafalda na Argentina, em 1963, para uma agência de publicidade que queria um símbolo para uma agência de eletrodomésticos. A partir de 1964, ela se torna protagonista de uma tira diária e alcança grande sucesso (HQ mais difundida no mundo). Suas tiras aparecem pontuadas de indagações sobre o mundo, de julgamentos sobre homens e sobre a política, bem como por mensagens às grandes potências.

Trata-se Mafalda de uma menina questionadora que se posiciona como mulher integrada nos movimentos sociais, políticos de sua época, que discute a hegemonia dos EEUA, o FMI. Dois tópicos são os alvos principais de discussão em Mafalda: a política e a existencialidade. A situação mundial é preocupação constante da própria Mafalda. Além do mais, o universo adulto, com todos os seus valores e padrões estabelecidos, é continuamente contestado pelas personagens infantis.

As tiras de Quino oferecem-se como um rico material para estudo, pois percebe-se em Mafalda uma pluralidade textual de vozes e consciências diferenciadas. Há uma troca dialógica entre personagens que são capazes de se comunicar sem perder sua individualidade: em contraponto a Mafalda, tem-se, por exemplo, Susanita, que valoriza as futilidades e acha que sua grande meta é casar e ter filhos; além dela, tem-se a mãe de Mafalda, que não possui sequer nome: sua identidade é ser mãe. Com esta personagem, corroboram-se as diferenças entre homens e mulheres, o papel determinado dos mesmos. Sua – da mãe - vida se limita aos afazeres domésticos, ao marido e aos filhos; não tem tempo para reflexões. Mesmo trabalhando, vive de rolos no cabelo, ou seja, encara também como uma de suas funções se manter bela .

Na seleção do *corpus* deste trabalho, utilizou-se a obra “Toda a Mafalda”<sup>18</sup>, que contém todas as tiras publicadas de Mafalda, o que se deu nas décadas de 60 e 70.

### 5.1.2 Quem é Radical Chic?

Radical Chic foi criada por Miguel Paiva para ser publicada na última página da revista de Domingo do Jornal do Brasil (1982). Depois de dois anos, a publicação foi suspensa e voltou definitivamente em 1987 na mesma última página, onde permaneceu até 1996, quando passou a ser publicada no caderno Ela e depois no caderno Rio Show de O Globo. Já foi estrela da TV Globo – quem a encarnou foi Andréia Beltrão - e pousou para a revista PlaybBoy, sendo inclusive a única personagem de quadrinhos a fazê-lo.

---

18 QUINO. **Toda a Mafalda**. Trad. Andréa S. M. da Silva et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993

Radical Chic é ruiva, solteira e tem 30 anos. É uma personagem urbana, que raramente se preocupa com sua vida profissional. É uma típica personagem da classe média/alta, preocupada principalmente com seus relacionamentos, sexo, dietas, futilidades, esportes, casamento e o envelhecimento feminino, consistindo este último em seu maior medo. Apesar de se considerar liberada, busca a sua estabilidade econômica e afetiva no homem: ele é o príncipe encantado: deve ser bonito, forte, inteligente, másculo e, principalmente, rico e bem sucedido.

É ela descrita como uma mulher cheia de manias e verdades, apesar de insegura, indecisa e inconstante, que se define com muito humor. Um de seus lemas preferidos consiste, na verdade, em uma paráfrase de Descartes: Penso, logo mudo de idéia.(o que vem a reforçar o estereótipo de mulher como indecisa, inconstante).

Na seleção do *corpus* deste trabalho, utilizaram-se as obras “Almanaque da Radical”<sup>19</sup>, “Radical Chic”<sup>20</sup> e “Radical Chic II”<sup>21</sup> que contêm tiras da década de 80 e 90, bem como tiras saídas em jornal (década de 90).

### 5.1.3 Quem são as “Mulheres de Maitena”?

Em seus cartuns, Maitena procura relatar, de forma cômica, as angústias, alegrias, prazeres, medos etc. de mulheres de todas as idades. Tenta tratar do universo feminino de forma essencial e universalizante indo ao encontro das verdades estabelecidas sobre o ser feminino presentes no senso comum.

Tratam-se as Mulheres Alteradas de uma série de cinco livros As estórias que compõem os livros são uma compilação das tiras cômicas publicadas nas páginas de humor de alguns dos grandes jornais de países de língua espanhola desde o início da década de 90, tais como o La Nación ( Argentina) e El País (Espanha); para os quais Maitena (sua autora) continua escrevendo. Alguns consideram as Mulheres Alteradas a versão adulta de Mafalda. Quanto a Mulheres Superadas e Curvas Perigosas, obedecem , na verdade, à mesma fórmula de Mulheres Alteradas.

---

19 PAIVA, M. **Almanaque da Radical Chic**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995

20 PAIVA, M. **Radical Chic**. Porto Alegre: L&PM, 1989

21 PAIVA, M. **Radical Chic II**. Porto Alegre: L&PM, 1990

Na seleção do *corpus* deste trabalho, utilizaram-se as obras “Mulheres Alteradas 1”<sup>22</sup> , “Mulheres Alteradas 2”<sup>23</sup>, “Mulheres Alteradas 3”<sup>24</sup>, “Mulheres Alteradas 4”<sup>25</sup> “Mulheres Alteradas 5”<sup>26</sup>, “Mulheres Superadas 1”<sup>27</sup>, “Curvas Perigosas”<sup>28</sup>, “Curvas Perigosas 2”<sup>29</sup>. Este material é referente à década de 90 (século XX) e ao século XXI.

## 5.2 Análise de dados.

Na análise dos dados, optou-se por agrupar as histórias por seções: a mulher e o casamento; imagens de mulher; a mulher e o ser mãe; o que é ser homem e o que é ser mulher: a questão dos papéis; a mulher e as questões ligadas à aparência e à idade; a mulher e seus valores; a mulher e o sexo; a mulher e suas relações.

### 5.2.1 A mulher e o casamento

Para Foucault, a análise das condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e a análise dos modos de subjetivação são indissociáveis, sendo, pois, esta objetivação e esta subjetivação dependentes uma da outra. Conseqüentemente, há regras subjacentes ao que o sujeito diz que estabelecem o que é visto como verdadeiro a respeito de determinado objeto.

---

22 MAITENA. **Mulheres Alteradas 1**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2003a

23 MAITENA. **Mulheres Alteradas 2**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2003b

24 MAITENA. **Mulheres Alteradas 3**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2003c

25 MAITENA. **Mulheres Alteradas 4**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2004a

26 MAITENA. **Mulheres Alteradas 5**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2004b

27 MAITENA. **Mulheres Superadas 1**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2005

28 MAITENA. **Curvas Perigosas**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2006a

29 MAITENA. **Curvas Perigosas 2**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2006b



História 1

(QUINO, 1993,p. 174)

Análise: O efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se dá na relação entre interdiscurso e intradiscurso. No caso do texto, as materialidades não verbais (o aspirador de pó, o espanador, o ferro e a cama de passar ferro, a própria mãe preparando o alimento) remetem à rotina de uma casa. Pode, pois, a tira situar-se em um percurso temático de reformulação parafrástica no que se refere ao cotidiano de uma dona-de-casa. Há aí a reafirmação e a recuperação de estereótipos: a vida da dona-de-casa são os afazeres domésticos. Delimita-se, assim, uma posição de sujeito dona-de-casa da Formação Discursiva, configurada no saber de acordo com a qual o universo da mulher está entre quadro paredes (restrito ao mundo privado). Ao olhar em redor é como se Mafalda estivesse examinando o que é a vida de sua mãe: um eterno passar aspirador, passar ferro e lavar.

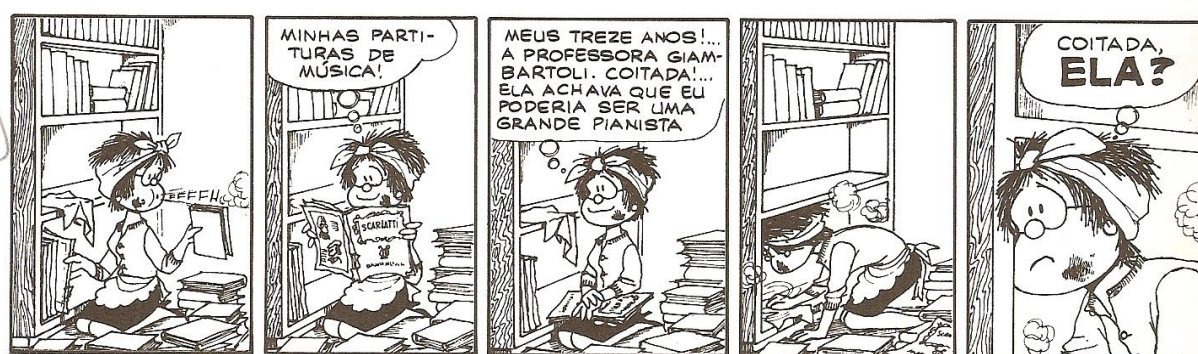


História 2

(QUINO, 1993, p. 339)

Análise: Nas formulações presentes na tira, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que homens e mulheres têm papéis bem definidos: enquanto àqueles cabe trabalhar fora, manter a casa; a estas cabe cuidar do almoço e das crianças. Observam-se aí claramente imagens esculpidas em formatos binários, cujos contornos assimétricos delimitam, autorizam, definem papéis, ações, enfim, o ser no mundo.

Não ditos, mas subentendidos, remetem à memória discursiva do que é um casamento e sua rotina, em que as tarefas domésticas se tornam cada vez mais um peso para a mulher, que, contudo, não tem como fugir dela – da rotina. Os quadros 1, 2 e 3, através da materialidade verbal e não verbal (expressão facial, principalmente o olhar de Susanita), indicam o desgaste da relação, o homem cada vez mais se afastando do casamento e buscando os interesses do mundo lá fora. Observa-se que, no último quadro, ao casamento e tudo que ele representa na vida da mulher (um dia a dia rotineiro) é atribuída valoração negativa.



História 3

(QUINO, 1993, p. 348)

A posição de sujeito assinalada na materialidade da tira indica um funcionamento de um discurso em que a mulher abre mão de seus sonhos para ser dona-de-casa. No caso da tira, isto acontece, contudo, de uma forma tão natural que ela só vai se aperceber do que aconteceu ao se ver diante de algo do passado que lhe recorda esta outra possibilidade de vida (as partituras). Segundo Foucault (2006b), o governo pode resultar também de uma ação de alguém sobre si mesmo, sobre aquilo que pensa e aquilo que faz. Trata-se do que ele chama de técnicas de si, que vêm a ser, justamente, um conjunto de técnicas as quais propiciam ao indivíduo, quer seja por conta própria ou com a ajuda dos outros, executar “operações” não só sobre seu corpo, mas também sobre sua alma, pensamento, determinando condutas e modos de ser, enfim, operando transformação de si mesmos. É como se a mulher da tira tivesse se trabalhado em prol da sua constituição apenas como mãe e dona de casa, fazendo questão de esquecer um outro lado seu, que possui interesse próprio, que não vive apenas para cuidar dos outros. Na última tira, fica claro o sentimento de impotência e tristeza da mulher, quer seja na materialidade verbal (Coitada ela?), quer seja na materialidade não verbal (expressão facial), quando parece finalmente se dar conta do que fez consigo mesmo. Materializam-se, portanto, na tira discursos que reafirmam que ser mãe / dona de casa é não ter vida própria.





História 4

(QUINO, 1993, p. 244)



História 5

(MAITENA, 2005, p. 63)

Análise: Observa-se que, no saber que configura a FD que está determinando o dizer destes quadrinhos (tira e cartum), o casamento é revestido de toda uma conotação negativa. Este dizer, por ser inscrito em determinado tempo (década 60/70 /tira; 2005/cartum) e lugar, resgata visões de mundo (no caso, como é percebido o casamento), capazes de defini-lo – o dizer - como marca identitária de dado grupo (o que é o casamento para a mulher), como



reflexo de comportamentos, valores, etc. Isto fica implícito quando a personagem afirma que o pior de tudo é ficar só com o marido (cartum) bem como quando Susanita afirma que morre “de vontade de conhecer o miserável” (tira), referindo-se ao pretense futuro marido. Entre os significados da palavra miserável, encontra-se “malvado, perverso” (AURÉLIO, 1988, p. 435), o que, aliado ao que é dito no quadro 2, coloca a mulher no papel de vítima.

A vida de uma mulher é cheia de dúvidas...



História 6

(MAITENA, 2003a, p. 19)

Análise: Na formulação presente no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que ser casada é não ter uma vida própria. A expressão “meu casamento ou minha vida” aciona uma memória discursiva que diz que mulheres casadas vivem em prol dos outros, vivem não para si, mas para os outros: o marido e os filhos. Ou seja, a presença do operador ‘ou’ aí na formulação (intradiscurso) indica a impossibilidade de se ter uma vida e um casamento ao mesmo tempo, já que ele – operador -indica exclusão. Reatualiza-se então toda uma memória acerca do que é ser/estar casada para uma mulher (interdiscurso): não ter vida.

## Os seis segredos do casamento perfeito



História 7

(MAITENA, 2003b, p. 18)

Análise: No saber da FD em que é originado o discurso materializado no cartum, para um casamento dar certo é necessário que a mulher aceite o que seu marido deseja. Reatualiza-se um discurso de acordo com o qual a mulher deve sempre estar pronta a servir o seu marido (em todos os aspectos, inclusive sexualmente: quadro 6). Ou seja, estas formulações tendem a traduzir e perpetuar relações sociais naturalizadas pelo senso comum. Observa-se que a pretensa harmonia do casal apenas depende de a mulher agir da forma como se espera: dizendo “sim”. Há, pois, um silenciamento no que se refere aos desejos, necessidades desse sujeito mulher.



História 8

( MAITENA, 2005, p. 70)

Análise: Nas formulações pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual mulheres, ao se separarem, passam a se preocupar mais consigo, a cuidar mais de si. Os discursos do cuidado de si, por sua vez, originam-se em uma FD cujo domínio de saber estabelece que cuidar de si é cuidar, principalmente, do corpo, bem como que os cuidados com o corpo envolvem exercícios, alimentação, tratamento estético. Concebida como consumo cultural, a prática do culto ao corpo apóia-se ora em um discurso médico – saúde – ora em um discurso estético que valoriza as formas. A busca é por estar bem, o que implica estar fisicamente dentro dos padrões estabelecidos: jovem, magro, malhado.

Há algumas possibilidades de leitura nas entrelinhas do que é dito no cartum vinculadas obviamente a dada FD: separada, a mulher tem mais tempo para ela, já que, quando casada, o seu tempo é dedicado ao homem. Além do que, é preciso que esteja em condições de arranjar um novo companheiro e, para tanto, o físico é visto como sua maior arma.

### 5.2.2 Imagens da mulher

As práticas discursivas formam sistematicamente os objetos de que falam: os quadrinhos materializam discursos sobre as práticas de si nas quais a mulher deve se reconhecer como sujeito. Em termos discursivos, a subjetividade se constitui na interpelação ideológica e na inscrição/identificação do sujeito na Formação Discursiva. Verdades construídas circulam no social com a força da evidência, com o selo do natural e do inquestionável quando se trata de corpos sexuados feitos mulheres.



História 9

(QUINO, 1993, p. 1)

Na formulação da tira, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber que as mães são frustradas, infelizes, limitadas. O saber vem a ser justamente o significado de compreensão produzido pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas. Pode-se vislumbrar aí o funcionamento dos discursos e das práticas que o constituem. Na verdade, as práticas discursivas se entrelaçam compondo um conjunto de temas, possibilidades de dizer e de agir – o que se pode/deve dizer sobre as mães -, conjunto este que não é exterior aos sujeitos que agem e dizem sobre a mãe / mulher. Devem, portanto, as palavras ditas por Mafalda serem tomadas como práticas. Outro elemento importante a ser levado aí em conta é o silêncio por parte do personagem mãe: nos dois primeiros quadros, é ela apenas alvo do dizer, de reflexões por parte de Mafalda; no último, o seu silêncio, sua expressão facial e atitude corporal ‘falam’ muito, indicam consentimento, constatação, conformação, desânimo.

A materialidade do discurso (fala / atitude de Mafalda; atitude/silêncio da mãe) pauta-se em uma verdade segundo a qual as mães são seres frustrados e limitados ; esta verdade, por sua vez, estaria veiculada a “sistemas de poder que a produzem e sustentam”. É preciso não esquecer que o discurso da verdade respalda-se na tradição, na ciência, na religião, para



definir a essência dos seres: uma identidade baseada em critérios arbitrários, que se apresentam com um caráter atemporal. Têm as relações de dominação um caráter cultural e ideológico, particularizando relações de poder assimétricas, as quais conduzem a desigualdade, como as de gênero. Tais relações estruturam espaços de interação entre os indivíduos, como as interações discursivas. Existem regimes de verdade que regulam a produção e disseminação de discursos, pois a verdade está “ligada em uma relação circular ligada com sistemas de poder, que a produzem e sustentam, e com efeitos de poder que ela induz e que a expandem” (RABINOW, 1991, P. 74)



História 10

(QUINO, 1993, p. 10)



História 11

(QUINO, 1993, p.213)



História 12

(QUINO, 1993, p.213)



História 13

(QUINO, 1993, p. 259 )

Análise: O discurso presente na materialidade verbal e não verbal das tiras traduz uma visão de mundo segundo a qual a mulher-mãe e dona de casa é incapaz de raciocinar de forma perspicaz (história 13/ quadro 3), só fala futilidades, besteiras (história 11/ quadro 4), só entende de coisas tidas como do seu mundo: sua casa, seus filhos, a moda, seu marido, etc (história 12/ quadro 3; história 10/ quadro 3) . Toda FD inscreve a zona do dizível, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em cada enunciação, a partir de determinado lugar. Conseqüentemente regula a imagem estereotipada – no caso das tiras, a da mãe - que esse dizer constrói (imagem da dona de casa e mãe como ser intelectualmente medíocre). A ideologia é, pois, constituída de estereótipos, que são imagens, concepções a respeito de pessoas, objetos, fatos.



História 14

(QUINO, 1993, p. 46)





História 15

(QUINO, 1993, p. 46)



História 16

(QUINO, 1993, p. 286)

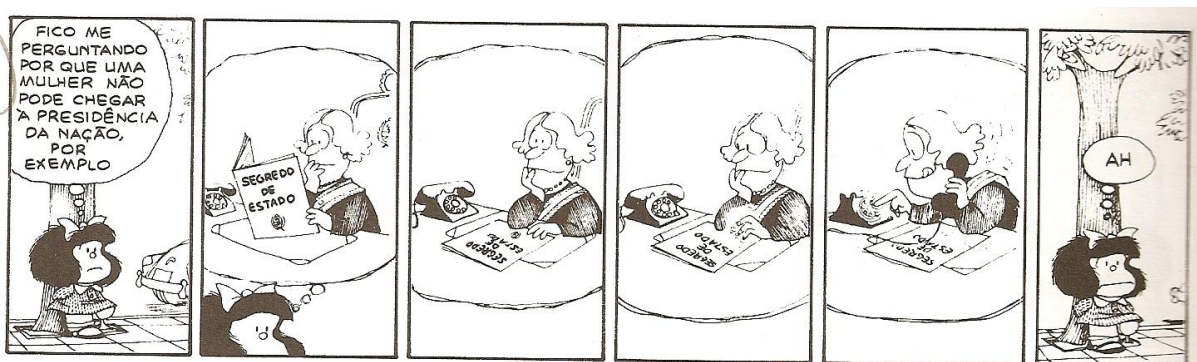
Análise: Segundo ainda Foucault, existiriam “práticas divisoras”, que dividiriam o sujeito no interior dele mesmo – ou em relação a outros sujeitos – para classificá-lo e fazer dele um objeto. No caso das tiras em questão, estabelecem-se dois grupos: a mulher medíocre (a que não tem diploma) e a não medíocre. Encontram-se, nas materialidades verbais e não verbais das tiras, representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas (no caso do cartum, ser apenas mãe e dona de casa é visto como algo limitador: história 16/quadro 5), nos recortes que definem as categorias de percepção (no caso do cartum, história 14/quadro 4: constatar que o único canudo de que a mãe dispõe é o que utiliza como bob é motivo de tristeza), análise e definição social

No jogo entre o mesmo e o outro, os discursos materializados na fala de Mafalda (história 16/quadros 2, 3, 4 5) geram tensões, apontando a constituição de uma posição de sujeito que indica um saber em que mulheres estão sofrendo influências de mudança de comportamento decorrentes do movimento feminista dos anos 60. Para a Análise do Discurso, as condições de produção em que se processa determinado ato de linguagem mostra-se de suma importância, uma vez que estas explicam a ocorrência dos discursos, justificando /esclarecendo a construção de sujeitos/sentidos. Mostra-se, portanto, de real importância determinar/entender



em que contexto os discursos sobre/pela mulher foram formulados, só assim se podendo compreender a maneira como estes sentidos foram sendo entretecidos.

Observa-se que as formulações presentes nas tiras assinalam diferentes posições de sujeito que configuram o saber da FD que determina o que se pode e deve dizer: as formulações 1 e 3 (histórias 14 e 16) são sustentadas por uma posição de sujeito segundo a qual a mulher, além de dona de casa mãe, deve ter um diploma e trabalhar fora. A formulação 2 (história 15) é sustentada por uma posição de sujeito segundo a qual mulher, quando faz faculdade, visa prioritariamente arranjar um noivo; trata-se, pois, de mais um artifício para a conquista do homem, sendo ele o real centro em torno do qual gira o seu mundo.



História 17

(QUINO, 1993, p. 216)

Análise: Pode-se assinalar aí matrizes de inteligibilidade partilhadas que atualizam, das profundezas da memória discursiva, uma imagem estereotipada de mulher, segundo a qual é ela compulsivamente faladeira, sendo, portanto, incapaz de guardar um segredo. Estas representações sociais são reatualizações de imagens que permanecem alojadas nos ninhos do interdiscurso.

Sabe-se que são os sistemas de poder e de verdade que fabricam sujeitos, produzindo indivíduos. As estruturas de subjetivação ligam-se, pois, a discursos de verdade, a saberes. No saber que configura a Formação Discursiva que está determinando o dizer desta tira, as mulheres esquecem de qualquer responsabilidade frente ao prazer de contar uma fofoca, divulgar um segredo. A posição de sujeito assinalada na materialidade indica o funcionamento de um discurso em que a mulher não é digna de confiança, de guardar segredos.

Atualiza-se também uma memória: no mundo cristão, a mulher foi proibida de ter conhecimentos das leis (conhecer os segredos do estado, na tira em questão), pois o conhecimento é fonte de poder (ser presidente) e de participação na vida social, política e econômica.



História 18

(QUINO, 1993, p. 217)



História 19

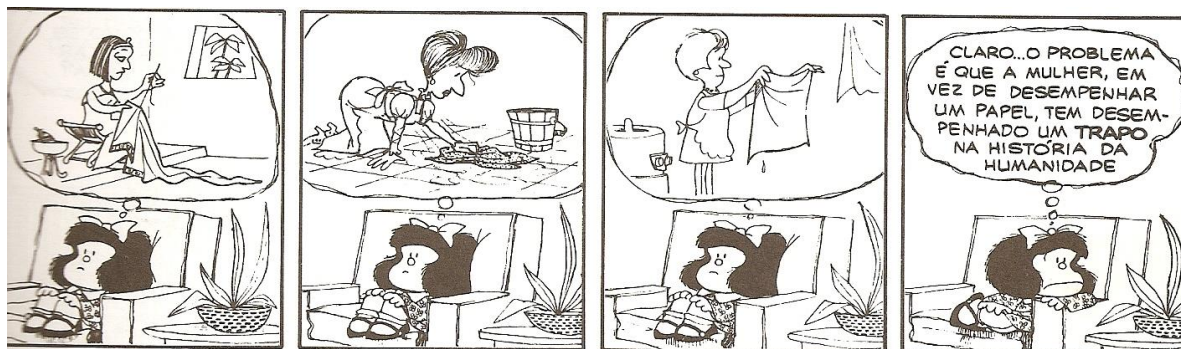
(QUINO, 1993, p.306)

Análise: No saber da FD das tiras de Mafalda, ser mulher significa desempenhar funções domésticas. As outras tarefas são vistas como coisas de homem. Os discursos devem ser tomados como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (no caso o que é ser mulher e o que é ser homem). No saber da FD, define-se a relação entre os sujeitos, instituindo-se lugares no/pelo discurso (no caso, o da mulher). A constituição de identidades é decorrente dessa relação. Trata-se, assim, de uma construção discursiva, portanto produzida através de práticas discursivas. Os efeitos identificatórios nessa tira foram obtidos a partir do uso de alguns recursos lingüísticos e não lingüísticos. No que se refere àqueles, observa-se que, na 1ª tira, o sufixo *ice* é um deles, indica o que é próprio de, característica inerente a. Não se pode esquecer também da conotação pejorativa que geralmente traz consigo. Na 2ª tira, tem-se o vocábulo 'efeminada' com todas suas implicações advindas da sua própria significação: "[...] Diz-se do homem que adota a aparência feminina, ou é dado a modos, a maneiras, a ocupações, etc [...] excessivamente delicado, mole, brando, pusilânime

[...]” (AURÉLIO, 1988, p. 235). No caso da tira, infere-se que a mulher que trabalha, é tida como uma “pseudo” mulher. Já no que diz respeito aos recursos não lingüísticos, chama a atenção na história 19 a formatação dada à fala de Susanita - caixa alta, negrito -, que denuncia seu envolvimento emocional com a questão, sua revolta; outro elemento ainda na 2ª tira é a forma como a personagem bate no próprio peito, o que vem a reforçar a identidade que entende como sua. As mulheres são associadas a estereótipos, os quais funcionam como efeito da relação de poder .

O ser mulher (nas tiras, implica ser responsável pelas tarefas domésticas; se não o é, é menos mulher, é apenas afeminada) é, pois, um significado discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada é produzida e estabelecida como forma pré-discursiva. Os corpos se transformam em masculino e feminino num processo significativo que restitui no discurso as representações valorativas que dão sentido às relações sociais. Sistemas de representações e auto-representações são codificadas em normas, regras, paradigmas , que delimitam o campo do aceitável, do dizível (como a mulher deve agir: lavar, passar, cozinhar).

Não se pode deixar de mencionar, todavia, que na 2ª tira são estabelecidas duas diferentes formas de mulherice: aquela em que a mulher deve realmente fazer as tarefas e a de que basta ser responsável por estas, o que não implica forçosamente fazê-las. O conceito de gênero aparece, pois, articulado ao de classe.



História 20

(QUINO, 1993, p. 217)

Análise: Encontram-se na tira representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas (“papel”: positivo ; “trapo”: negativo) : ao afirmar que à mulher não coube desempenhar nenhum papel na história – mas sim um trapo -, fica implícito que existe alguém a quem caberia desempenhar este papel: o homem. A consulta aos significados da palavra “trapo” (AURÉLIO, 1988, p.646) ratifica a pressuposição de que ela semanticamente



implica juízo de valor: “[...] pedaço de pano velho ou usado [...]; pessoa velha, gasta, cansada, ou atingida por séria depressão física e/ou mora; indivíduo sem energia, moleirão ou pusilânime”. Além do mais, pode-se proceder a uma segunda leitura que denuncia que há como que uma transferência das características do que desempenha na história – trapo na história - para quem o desempenha: ela não só faz, mas também é um trapo. Os gêneros não são simples papéis formulados e impostos do exterior, mas sim são elementos femininos e masculinos, que estão presentes em discursos e produzem sujeitos: o sujeito homem a quem cabe desempenhar papéis; o sujeito mulher a quem cabe desempenhar tarefas como lavar, costurar, estender, lidar, enfim, com trapos. Os discursos deixam transparecer uma visão de mundo, um quadro de referências culturais e sociais.



História 21

(QUINO, 1993, p. 228)

Análise: Sabe-se que os trajetos de sentidos materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade (no caso, a tira), criando interdiscursos cuja totalidade é inapreensível. A coerência visível no texto em questão é efeito da construção discursiva, já que o efeito de coerência e unidade do sentido é construído : controlam-se, delimitam-se, ordenam-se e distribuem-se os acontecimentos discursivos, permitindo-se que o texto possa “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado de materialidade repetível” (FOUCAULT, 1996). Na formulação presente na tira, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que dona de casa não vive, limita-se a proporcionar toda a estrutura para que os outros vivam. Esta informação está implícita: a partir do momento em que Mafalda pergunta à mãe o que gostaria de ser se vivesse, pressupõe-se que esta não vive. A leitura do não verbal mostra-se bastante significativa: o olhar a que procede Mafalda parece abarcar toda a possibilidade de “não vida” que sua mãe leva (passar, arrumar a casa, lavar prato e roupa). Além do mais, a expressão facial da mãe indica que ela concorda com o que foi dito, tendo

consciência da sua triste realidade (olhar da mãe e posição dos seus lábios denotam tristeza, perplexidade)

O que a tira nos apresenta não é a realidade, mas uma construção que possibilita que aquele que dela se aproprie produza formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade. O real é, portanto, construído no/pelo imaginário, uma vez que é neste que os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a apropriação dos sentidos. Sob a forma de imagens reificantes, cada sociedade constrói seus símbolos coletivos.



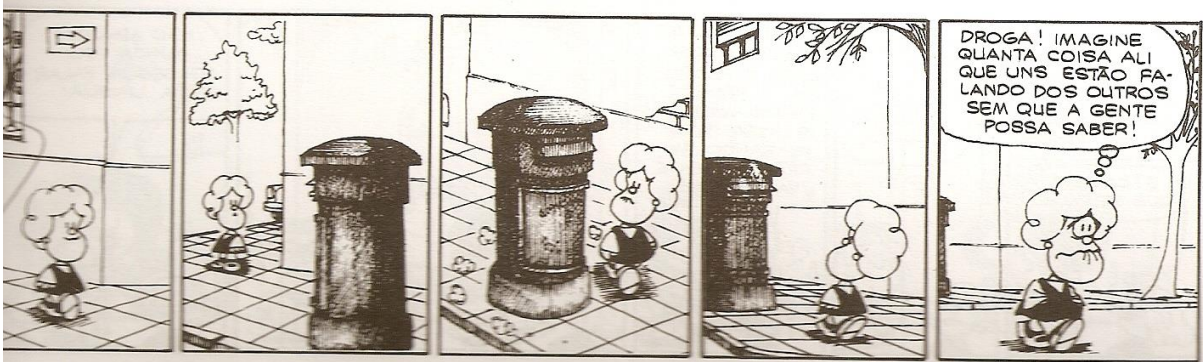
História 22

(QUINO, 1993, p. 234)



História 23

(QUINO, 1993, p. 248)



História 24

(QUINO, 1993, p. 291)

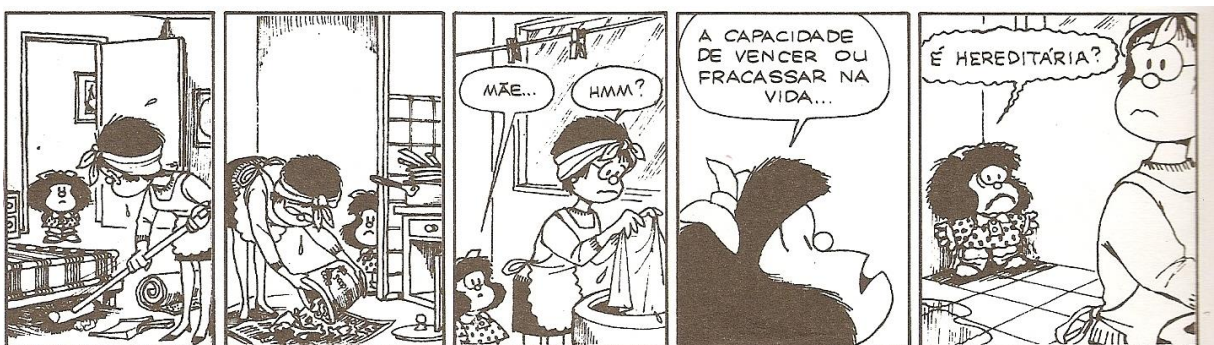




História 25

(QUINO, 1993, p. 402)

Análise: Um discurso apenas faz sentido para um sujeito quando ele o reconhece como pertencente a determinada formação ideológica, na qual estão investidas uma série de formações imaginárias que designam o lugar que os sujeitos se atribuem mutuamente (PÊCHEUX, 1993). As tiras em questão interpelam o leitor através do verbal e do não verbal, retomando uma figura cristalizada na memória coletiva: as mulheres são curiosas e gostam não só de saber da vida alheia, como também de contar o que sabem. No saber desta Formação Discursiva, pois, mulheres são fofoqueiras. A imagem que se tem da mulher é que é ela uma pessoa fútil, que não é digna de confiança e maliciosa. Na história 25 (quadro 3), inclusive, fica claro que ser assim é visto como algo natural, não como uma transgressão. Além do que, pode-se inferir também que este interesse despertado pela vida alheia advém do fato de ser a sua própria vida tão insípida que tem que procurar fora algo que lhe interesse.



História 26

(QUINO, 1993, p. 298)

O domínio de saber da Formação Discursiva que está na base do formulado na tira é que donas de casa e mães são fracassadas, não venceram na vida, são isto por não terem tido capacidade de serem nada melhor. Define-se um lugar social onde a mulher é colocada como

incapaz, sem inteligência. Enfim, ser mãe e dona de casa é não ter vencido na vida por incompetência.

Embora não o faça explicitamente, Mafalda implicitamente expôs sua opinião sobre a mãe: quer seja no olhar que acompanha aquela no desempenho de suas tarefas domésticas, quer seja na pergunta que faz à sua mãe e no olhar de pavor que porta ao pensar na possibilidade de ter herdado esta incapacidade.



História 27

(QUINO, 1993, p. 362)

Análise: A materialidade não verbal é reveladora das formas de percepção da posição-sujeito mulher mãe e dona de casa. Reforça-se a idéia de que a mulher mãe e dona de casa não pode alçar altos vãos, pois tem suas mãos e pés presos, algemados à vida doméstica, figurativizada esta na tira por um ferro de passar e uma máquina de lavar roupa (Não se pode esquecer que a dona de casa moderna já tem como aliados alguns eletrodomésticos). Recupera-se o discurso sexista, o qual, por sua vez, retoma o mito adâmico da criação: Eva, a 1ª mulher bíblica, forjada como subproduto do homem, tem como seu grande pecado não só o da desobediência como também o da revelação. É ela vista como perigosa, como uma ameaça, devendo-lhe ser impostos o recato e a reclusão, devendo-lhe ser dados limites. Segundo Foucault, o sujeito é fundado pelos saberes e pelas práticas: “[...] São as práticas concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave da inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto” (FOUCAULT, 2006b, p. 238.)

Outro aspecto marcante na tira é a atitude de Mafalda: primeiro, pela expressão do seu olhar, percebe-se uma certa tristeza (três primeiros quadrinhos) . Ela, que voava livre e feliz, fica triste quando se dá conta da situação da mãe: presa, porém feliz, como se esta não se desse conta de suas limitações. Não se pode deixar de mencionar também uma certa pena na atitude



de Mafalda, que se reflete no olhar que dirige à mãe (quarto quadrinho) e no beijo dado (quinto quadrinho).



História 28

(QUINO, 1993, p. 381)

Análise: Os enunciados são de natureza histórica, têm na história as suas condições de emergência, que a língua e o sentido não esgotam. Assim, a unidade de um discurso estabelece-se no/pelo espaço em que diversos enunciados fazem seu jogo. As formas de conhecer, de pensar, de sentir são grandemente condicionadas pela época, cultura e circunstâncias, isto é, dependem fundamentalmente dos discursos proferidos e das práticas sociais vividas pelos membros de determinada comunidade. No caso da tira em questão, é preciso não esquecer que, na década de 60/70, houve o acontecimento histórico e enunciativo da eclosão do feminismo, instaurando-se uma posição de sujeito, que resgata, mobiliza e (re)significa saberes provenientes do interdiscurso. .

Nesta tira, o não verbal ‘fala’ bastante, seja através dos objetos que traduzem o mundo da mãe de Mafalda e pelos quais correm os olhos desta última; da própria postura da sua mãe que está de joelhos e mantém o corpo próximo ao chão; da expressão facial da mãe de Mafalda. Tudo isso vem a ser exatamente a resposta dada à pergunta feita por Mafalda. Tanto o é que ela desiste de levá-la adiante, o que é percebido pela fonte utilizada nas letras das palavras da fala de Mafalda que indicam que seu tom de voz é abaixado, chegando quase a não passar de um murmúrio chegando a pedir desculpas, pois só então se deu conta do absurdo que ela encerra. Na verdade, instauram-se nesta tira processos discursivos inerentes a FDs antagônicas sobre a questão da libertação feminina, diferentes posições de sujeitos que se apresentam divergentes no seio de uma mesma FD: uma que afirma que pode existir alguma forma de futuro no movimento pela libertação da mulher; a outra que afirma que de fato este movimento não existe para todos.



História 29

(QUINO, 1993, p. 382)

Análise: No saber que organiza a Formação Discursiva que determina o que se pode dizer, lutar pela liberação feminina é um absurdo: cuidar dos afazeres para o marido é visto como forma de amor; além do mais, o casamento deve ser mantido a qualquer custo, mesmo que seja apenas para infernizar a vida do outro. Reafirma-se a responsabilidade/obrigação da mulher com os afazeres domésticos. A materialidade verbal presente no 3º quadro “[...] você tem o direito de sentir-se livre” deixa implícito que na verdade a mulher não só não é livre como também não tem o direito de sentir-se como tal.

As posições de sujeito identificadas na tiras indicam o funcionamento de um discurso em que movimento feminista e separação são vistos como absurdos. No saber da FD em que se pode identificar o sujeito destas formulações, a mulher não se separa, é responsável pelas tarefas doméstica e vê o movimento feminista como invenções, que não dizem respeito a seu mundo.



História 30

(PAIVA, 2001, p. 46)

Análise: No saber da FD que determina o dizer deste cartum, ser do sexo feminino é fator desencadeador de vários problemas no ambiente do trabalho. Observa-se que são nas questões ligadas à sexualidade que se concentram os maiores entraves enfrentados pelas mulheres em sua vida profissional (situações 1, 2, 3 e 5). Materializam-se aí discursividades que reafirmam ser a mulher uma tentação que leva os homens a perderem a cabeça, a atitudes irracionais (perder concentração, fazer propostas indecentes, assédio); bem como que as mulheres deixam questões pessoais interferirem em sua vida profissional. Fica implícito na materialidade verbal (último bloco) e não verbal (último quadro / principalmente expressão relaxada e satisfeita da personagem) que mulheres ficam mais satisfeitas na situação de “desempregadas”.



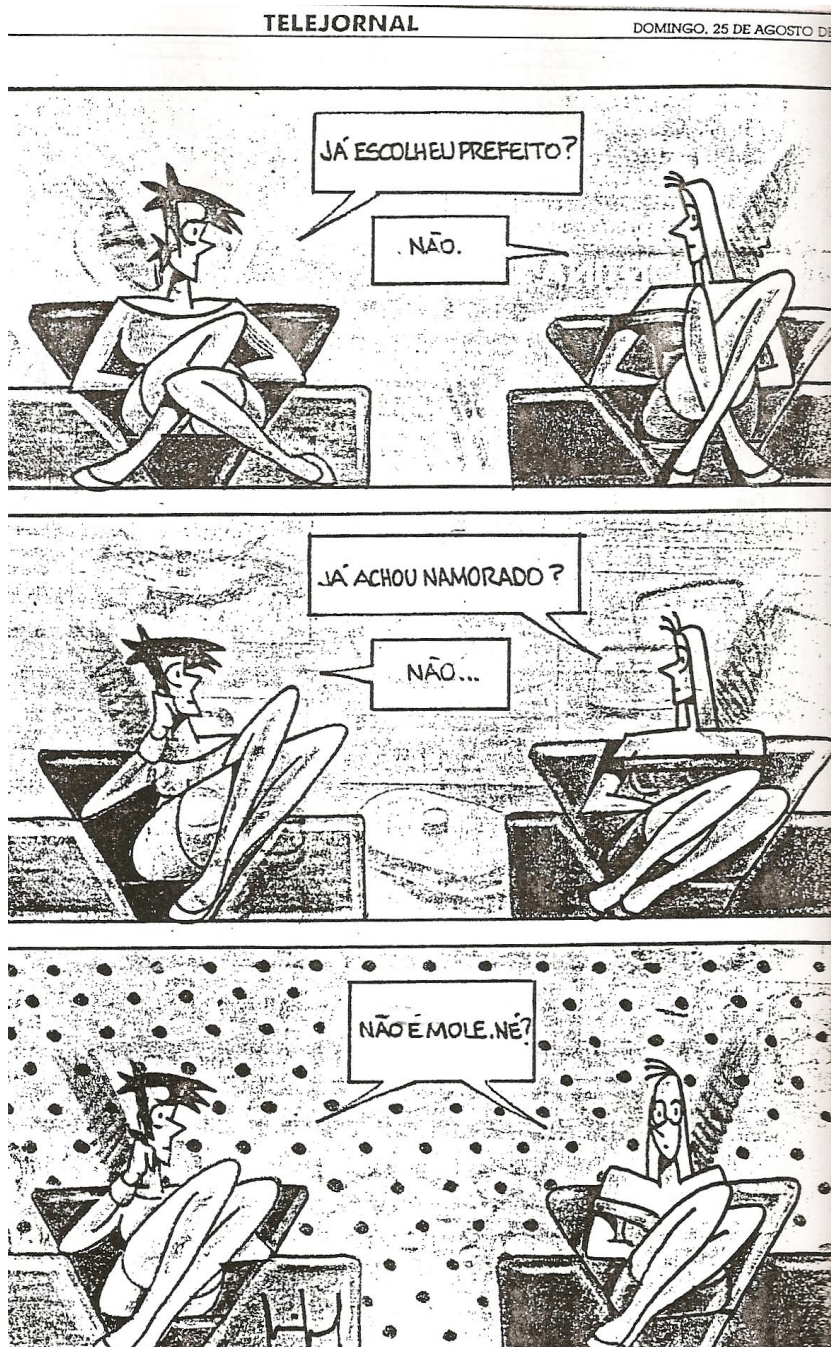


História 31

(PAIVA, 1997)

Análise: No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta formulação, as mulheres, ao mesmo tempo em que querem ser respeitadas como seres independentes, não abrem mão de serem mimadas pelos homens.



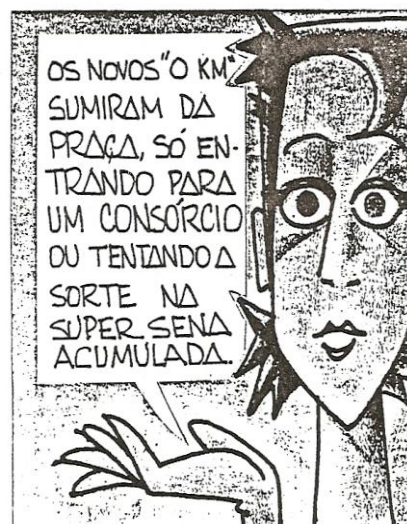
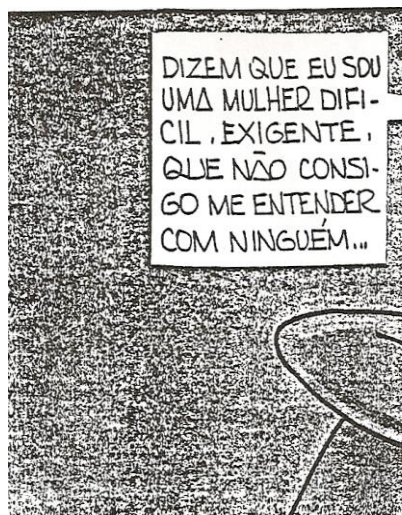


História 32

(PAIVA, 1996)

Análise: Está a FD que determina o dizer desta formulação configurada no saber de acordo com o qual, embora não “desligada” do mundo à sua volta, a mulher ainda vê no ter um namorado a questão central de sua vida.









História 34

(PAIVA, 1995, p. 19)

Análise: As discursividades presentes nesta formulação dizem respeito ao posicionamento das mulheres frente a seus relacionamentos afetivos. No discurso sobre sexualidade materializado nestes quadros, é o homem concebido como objeto. Palavras e expressões como “mercado de homens novos e usados”; “os novos 0 km”, “defeitos”, “gatilhos muito rodados”, “sem garantia” (história 33) e “produto de 1º mundo”, “resistente”, “com rendimento extraordinário”(aqui se pode proceder a duas leituras: desempenho sexual e questão financeira), “fino acabamento” (aparência física) e “com garantia” (história 34) remetem a um discurso publicitário. É o homem analisado, pois, levando em conta suas características e o que oferece, devendo ser testado e trocado por um modelo “mais novo” (história 33).





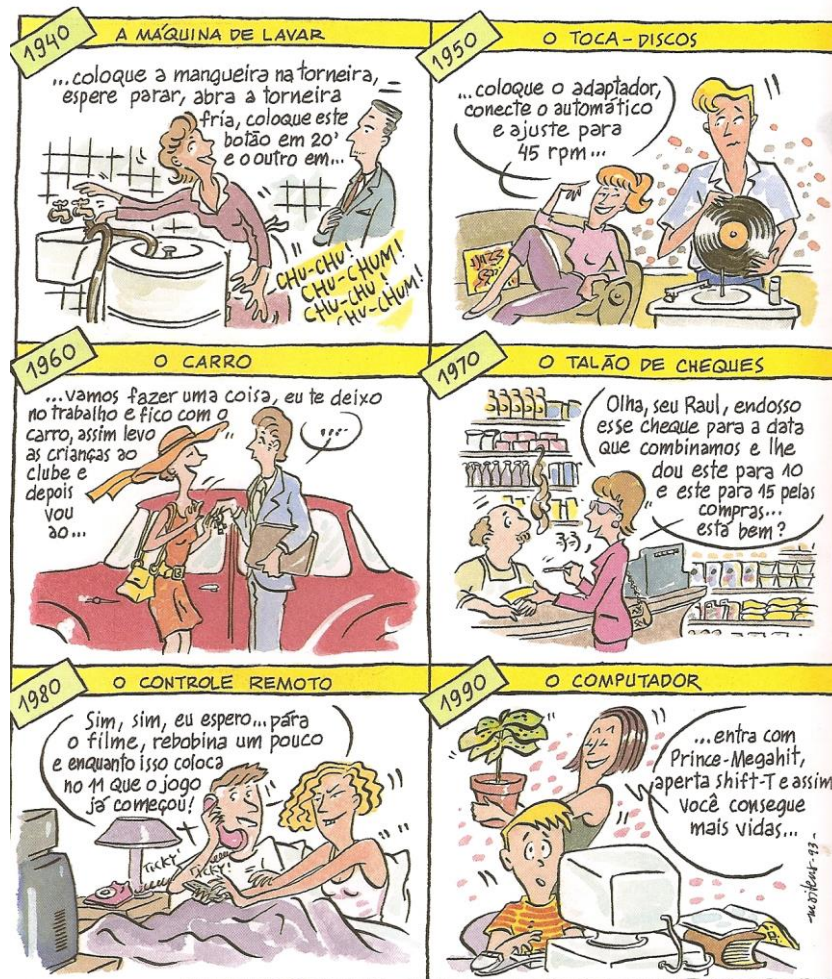
História 35

(PAIVA, 1995, p. 5)

Análise: Pode-se assinalar na FD que determina o dizer destas formulações uma posição de sujeito de acordo com a qual a mulher busca saúde física – levando-se em conta para tanto discursos médicos e estéticos, ambos respaldados no discurso científico –; liberdade econômica; estabilidade emocional; satisfação sexual. Observa-se que o “corpo ideal” é normatizado pelo estabelecimento de condutas que afetam o sujeito em seu aspecto moral e físico, quer através de regras de conduta e/ou de como modelar seu corpo, vestir-se, etc; quer através do estabelecimento de sentidos morais e éticos para essas mesmas regras. Outro ponto interessante a se ressaltar é que todas estas normativizações são concebidas como algo que tem por objetivo o “bem” do sujeito, tudo é feito e estabelecido em prol dele, sendo fundadas

elas – as regras - em saberes que visam maior eficiência, mais conforto, mais prazer, mais saúde para o sujeito. O poder controlador passa, pois, a ser desejado como algo prazeroso.

As coisas que nós mulheres temos de aprender a manejar para mostrar que não somos burras, década a década...



História 36

(MAITENA, 2003a, p. 20)

Análise: Percebe-se que o discurso presente na materialidade verbal e não verbal da tira indica uma concepção de mundo embasada na crença de que a relação mulher-novas tecnologias não se dá de forma natural. Além do mais, a partir da materialidade lingüística “As coisas que nós mulheres temos que aprender a manejar para mostrar que não somos burras, década a década...”, pode-se perceber um discurso que está implícito: 1º : o saber lidar com a máquina não parte de uma vontade da mulher, mas sim de uma imposição (temos); 2º : a mulher precisa provar que não é burra. Obviamente há aí uma clara presença de outra voz que tem a mulher como burra (polifonia).





História 37

(MAITENA, 2003a, p. 6)

Análise: Nas discursividades presentes nas formulações verbais e não verbais, institui-se o sujeito mulher como único / homogêneo. Preconizam-se verdades como universais, produzindo-se saberes abrangentes que legitimam e garantem as práticas discursivas (quadro 2/balão 2; quadro 4/balão 2) e não-discursivas (comprar compulsivamente, cuidar do marido, sentir culpa, etc). Ou seja, nas materialidades verbais e não verbais, o universo feminino é concebido de forma universal, indo ao encontro de verdades sobre a mulher presentes no senso comum. Observa-se que a identidade como fenômeno psico-social que é proporciona significado às ações, confere sentimento de pertença e diz da inclusão/exclusão. É como se para ser realmente mulher se tivesse de estar enquadrada em determinado paradigma.



História 38

(MAITENA, 2003a, p. 17)

Análise: No saber da formação discursiva em que é originado o discurso materializado no cartum, a mulher tem nos aspectos da sua vida privada aqueles em torno dos quais gira a sua vida (1ª relação sexual, gravidez, cuidado com os filhos, divórcio, menopausa). A identidade social da mulher é vista como se fizesse parte de um processo de subjetivação interno próprio da biologia feminina. Não ditos mas subentendidos remetem à memória discursiva de acordo com a qual: a responsabilidade com os cuidados com os filhos e a casa é da mulher (quadros 4 e 6); a menopausa é motivo de tristeza (quadro 5), mulheres grávidas devem ser casadas (quadro 2). Em relação ao quadro 4, observa-se que a materialidade verbal “Senhorita ou devo



dizer senhora [...]” aponta para uma memória segundo a qual mulheres casadas são tratadas como “senhoras” e mulheres solteiras como “senhoritas”. Ao fazer a retificação em sua fala através da expressão “ou devo dizer”, o médico deixa claro que se espera de uma mulher que está grávida que tenha uma relação estável.

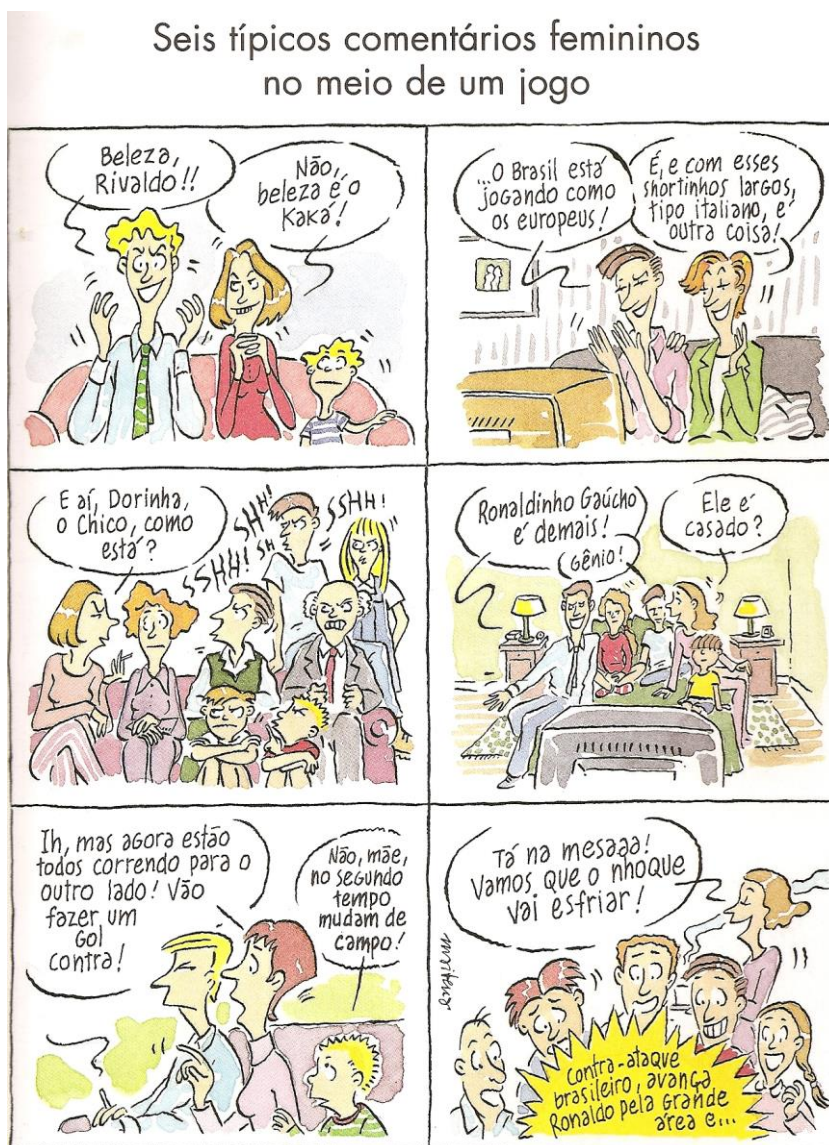


História 39

(MAITENA, 2003b, p. 21)

Análise: Não sendo produto de um sujeito específico, o discurso nos reporta à Formação Discursiva que o originou e que é marcada pelas crenças, valores e saberes nela embutidos. Assim, na origem de cada processo discursivo, está presente determinada Formação Discursiva que permite sua existência ao mesmo tempo em que lhe estabelece as condições de

existência. No saber da Formação Discursiva que está determinando o dizer desses cartuns, toda mulher deve – e para tanto há bons motivos - ser fútil. Observa-se que, nas materialidades verbais e não verbais, constrói-se a imagem da mulher de uma forma bem simplista, que a constitui como alguém fundamentalmente fútil: prioriza a aparência (quadros 1,2 e 4), adora comprar (quadro 3), gosta da fama (quadro 5), prefere ser moderna a ser consciente (quadro 2), gosta de eventos sociais (quadros 4 e 5), tem no casamento uma meta (quadro 6), é incapaz de grandes questionamentos (quadro 6). Fica implícito também que é assim que os homens esperam que elas sejam (quadro 6). É interessante salientar que a materialidade verbal “Seis boas razões para ser fútil” aponta para seis situações em que ser fútil é visto como estratégia para se obter o que se quer. Há toda estruturação argumentativa visando mostrar que, sendo assim, a mulher só tem a ganhar.





Análise: Nas formulações presentes nos cartuns, assinala-se uma posição de sujeito que indica um saber, segundo o qual a mulher não gosta nem entende de futebol. Nas materializações verbais e não verbais, estabelece-se o que vem a ser do interesse do mundo feminino: a vida dos outros (quadro 3) e, dos jogadores, o estado civil (quadro 4), a aparência física (quadro 1) e roupas (quadro 2). Ou seja, estabelece-se uma visão estereotipada de mulher como alguém que adora uma “boa fofoca” e se preocupa com futilidades. No quadro 6, as materialidades verbal (1º balão) e não verbal apontam para uma memória segundo a qual “alimentar” quem a cerca é uma das funções da mulher.



Análise: Quando se retoma Foucault (1987, p. 126), que afirma que “Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”, percebe-se claramente que existem verdades estabelecidas sobre quem é este homem e esta mulher, como devem agir, como uma boa garota deve ser tratada, o que é castigo para uma mulher. São estas verdades que justificam/legitimam o dizer deste cartum. Os não ditos mas subentendidos presentes no cartum remetem a uma memória discursiva segundo a qual as mulheres esperam que os homens paguem as suas – delas – contas (quadro 1), vão buscá-las no trabalho (quadro 2), além do que reatualizam um discurso segundo o qual as mulheres são instáveis emocionalmente (quadros 3 e 4) e sempre estão competindo entre si (1, 2, 3, 4).

Pode-se assinalar alguns pontos relevantes na materialidade verbal “A falta de sorte das boas garotas (ou por que o que alguns homens aprendem quando erram é cobrado da pessoa errada?)”. Em primeiro lugar, se se parafraseia a expressão “falta de sorte” que aponta para as informações que virão nos quadros 1, 2, 3 e 4, ter-se-á uma expressão “com sorte” que, por sua vez, apontará, no caso de se proceder à paráfrase, para as seguintes formulações: ter um homem que pague as suas contas, que vá buscá-la no trabalho, que esteja sempre pronto a dar-lhe compreensão e afeto. Retomando ainda a materialidade verbal, tem-se a expressão “boas garotas”: se boas garotas não devem ser tratadas assim (quadros 1, 2, 3, 4), ser penalizadas pelo que os outros fizeram (“é cobrado da pessoa errada”), quem deve ser tratada desta maneira são as “más garotas”, o que permite que se deduza que se sustentar (quadro 1), comportar-se como uma pessoa adulta (quadros 2, 3, 4) é um castigo para a mulher. Ou seja, constroem-se e se reproduzem relações sociais desiguais entre gênero, norteando as práticas discursivas relações que deixam escapar preconceitos, estereótipos.

## Algumas idiotices que fazem os homens felizes



História 42

(MAITENA, 2003c, p.14)

Análise: O cartum é sustentado por posições de sujeito originadas em FDs que interagem e se confrontam, mantendo-se, todavia, em ambas um discurso de gênero pautado no estabelecido. Observa-se nestas a oposição Eva X Maria, “pescadas” no discurso bíblico, tão presentes na sociedade ocidental. A primeira está respaldada no estereótipo da mulher submissa, dona de casa; no saber que mulher deve cuidar “das coisas” do marido (quadro 1). Cabe a ela oferecer a este toda uma estrutura harmônica, para que ele se sinta confortável. Já a segunda está respaldada no estereótipo da “*femme fatale*”, eivada de sensualidade e erotismo, imputados à figura de Eva. Fundamenta-se, pois, no saber que a mulher é objeto erótico (quadro 2). Percebe-se claramente no quadro 2 a analogia entre a mulher e a batata frita: tanto uma como a outra devem ser preparadas ao gosto do freguês para satisfazê-lo: tanto uma como a outra serão igualmente consumidas por ele. Em ambos os quadros, porém, observam-se discursividades que reafirmam que a mulher deve estar sempre pronta para agradar ao homem, em qualquer aspecto. A materialidade verbal “Algumas idiotices que fazem os homens felizes” deixa implícito o seguinte questionamento: se para as mulheres são coisas que não lhes custa nada fazer e para os homens são tão importantes, por que não fazê-lo ?



Algumas razões por que chamam a nós,  
mulheres, de insatisfeitas



História 43

(MAITENA, 2003c, p.26)

## As mulheres e o eterno mas...



História 44

(MAITENA, 2003c, p.36)

Análise: Nas materialidades presentes nos cartuns, pode-se assinalar uma posição do sujeito configurado no saber que mulheres são, por essência, insatisfeitas. Reatualiza-se um discurso de que mulheres nunca sabem realmente o que querem, o que não deixa de ser um indicativo de que são elas imaturas. Ainda nestes cartuns, não ditos mas subentendidos remetem a uma memória discursiva segundo a qual as mulheres nas relações sexuais se sentem usadas, o desejo sendo visto como algo do homem (história 43/ quadro 3); cuidar dos filhos é responsabilidade das mães (história 43/ quadro 6); ser mãe é uma necessidade da mulher (história 43/ quadro 5); mães se sentem culpadas por terem que trabalhar (história 44/ quadro 6); mulheres são românticas (história 43/ quadro 1); mulheres não convivem bem com o sucesso (história 44/quadro 5); mulheres buscam no homem a estabilidade financeira (história



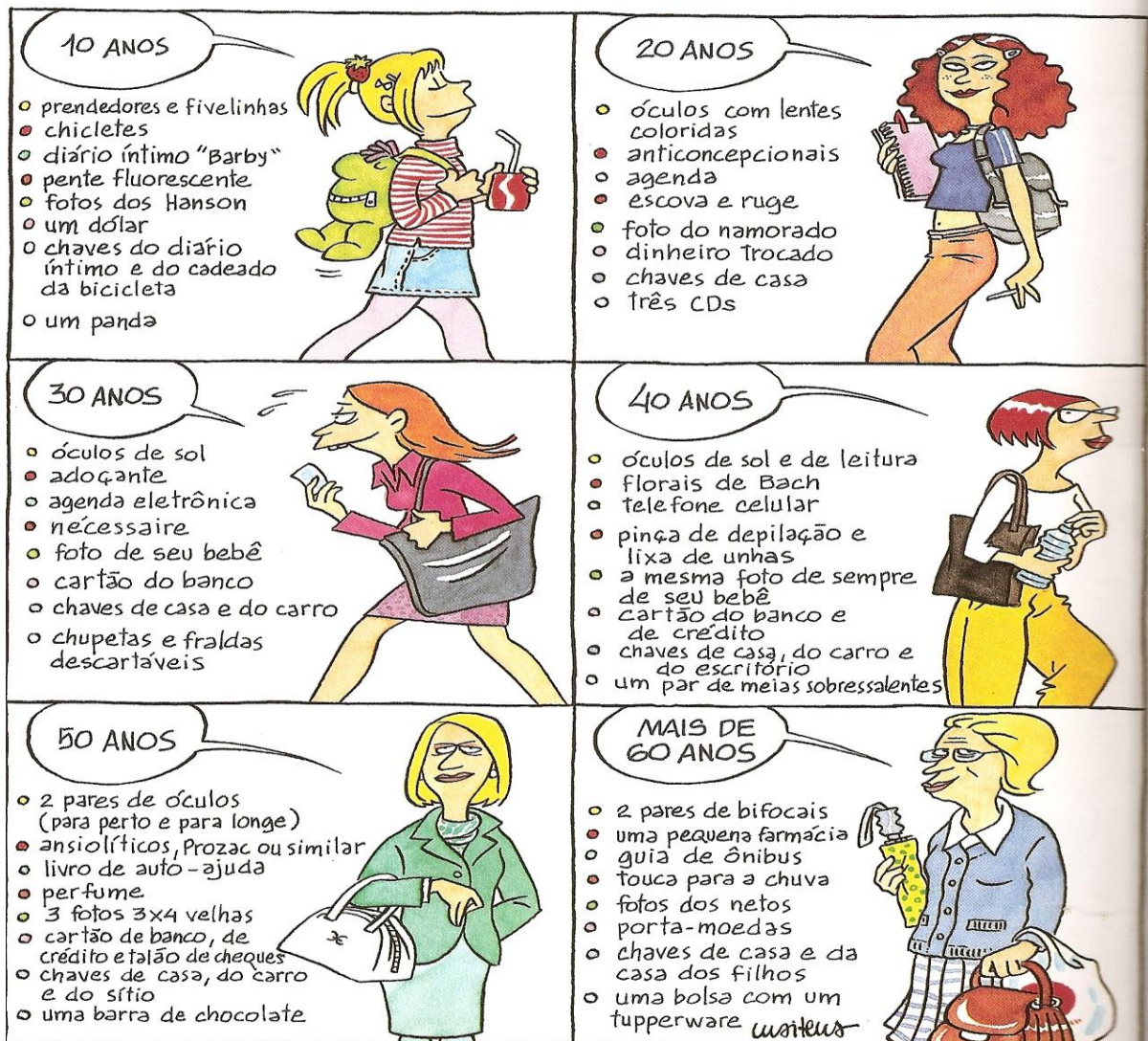
44/ quadro 7); mulheres se sentem culpadas por comer algo que engorde (história 44/quadro 4).

## Seis coisas que para nós, mulheres, parecem normais





## Dize-me que idade tens e te direi o que levas na bolsa



História 46

(MAITENA, 2004a, p. 80)

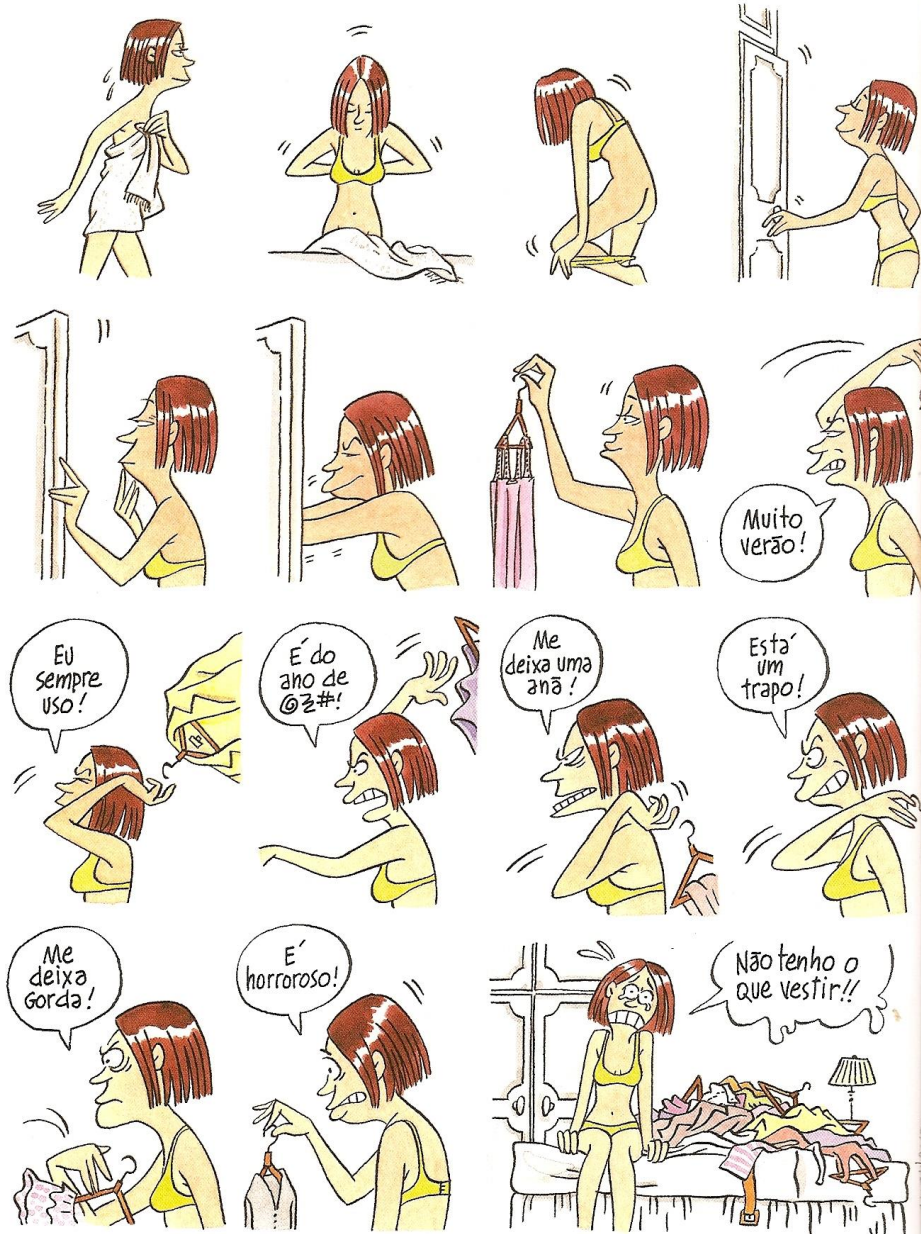
**Análise:** As imagens dos sujeitos do discurso determinam a forma como processo discursivo constitui os sentidos. No processo de construção de sentido destes cartuns, colocam-se em circulação sentidos previamente estabelecidos e socialmente instituídos sobre o lugar ocupado pela mulher. São parâmetros que denunciam uma identidade cultural pronta e homogênea, sendo a mulher enquadrada em estereótipos.

Na história 45, a identidade do sujeito mulher é construída através de práticas discursivas e não discursivas. Classifica as pessoas precipitadamente: "É a típica fútil, chatinha que vai passar o tempo todo falando de roupa."/ mordacidade em relação às outras mulheres (quadro 1); pede roupa emprestada (quadro 2); lê horóscopo do homem por que se interessa / crédula,

mística e insegura (quadro 3); quer saber estado civil das pessoas (quadro 4); compara-se com as outras: “Me diz uma coisa...eu estou gorda como aquela ali?”/ competitividade entre mulheres, valorização da estética (quadro 5); deixa calcinha pendurada no banheiro (quadro 6).

Na história 46, observa-se que inicialmente há a apropriação do ditado “Dize-me com quem andas que eu te direi quem és”, o que termina por lhe conferir uma certa confiabilidade, uma vez que os ditados trabalham com verdades estabelecidas no senso comum. A partir daí tem a mulher sua imagem construída a cada fase de sua vida a partir do que leva na bolsa. Alguns objetos remetem a uma memória discursiva que, por sua vez, aciona as condições de produção de maneira incisiva, terminando-se realmente por determinar que imagem se tem dela - da mulher: aos 10 anos, romântica (diário da Barby) e vaidosa (prendedores e fivelinhas, pente fluorescente); aos 20, independente, liberada (chaves de casa, anticoncepcionais), vaidosa (óculos com lentes coloridas, escova, rouge), apaixonada (foto do namorado); aos 30, vaidosa (óculos de sol, nécessaire, adoçante), independente (chaves de carro e de casa, cartão de banco), mãe dedicada (foto do bebê, chupeta, fraldas descartáveis); aos 40, vaidosa (óculos de sol, pinça de depilação, lixa de unhas, par de meias sobressalentes), mãe dedicada (foto “de sempre do seu bebê”). É preciso ressaltar aqui que isto também é indício de que sempre vê o filho como bebê, independente da sua idade), independente e bem sucedida (chave do carro, da casa e do escritório, cartão de banco e de crédito), estressada (florais de bach); aos 50, emocionalmente instável (ansiolíticos, Prozac ou similar, livro de auto-ajuda. Chama-se atenção para a medicalização dos corpos. Na verdade, o discurso médico concebe a menopausa como um sinal de envelhecimento, sendo então um castigo para a mulher), vaidosa (perfume), descontente com sua aparência atual (3 fotos 3x4 antigas), independente e bem sucedida (chaves de casa, carro e sítio, cartão de banco, de crédito e talão de cheques); aos 60, menos independente (chave de casa e da casa dos filhos), mais preocupada com a saúde (pequena farmácia, bolsa com tupperware (provavelmente com alimento de sua dieta), touca para chuva), vovó dedicada (foto dos netos). Os óculos, presentes a partir dos 20, são indícios do seu envelhecimento: aos 20 e 30, são simples adorno; aos 40, são adorno mas também já uma necessidade; aos 50 e 60, são apenas necessidade, tendo a dependência se agravado de uma idade para outra, daí possuir dois bifocais aos 60, por precaução. A agenda também reflete as mudanças da sua vida: aos 10, tem um diário, para anotar seus sentimentos, coisas marcantes, seu dia a dia; aos 20, uma agenda para marcar os compromissos; aos 30, uma agenda eletrônica, indicativa de mais status; aos 40, marca seus compromissos no celular; aos 50 e 60, não tem mais tantos compromissos assim que precisem ser anotados.

### Cheio de nada



História 47

(MAITENA, 2004b, p. 20)



## O tubinho preto



História 48

(MAITENA, 2004b, p. 74)

Análise: A FD que determina o dizer destes cartuns pauta-se em um saber segundo o qual a aparência física é central na vida de uma mulher. Podem-se assinalar, nas discursividades aí

materializadas, representações estereotipadas da mulher: é ela emocionalmente instável, indecisa, insegura.



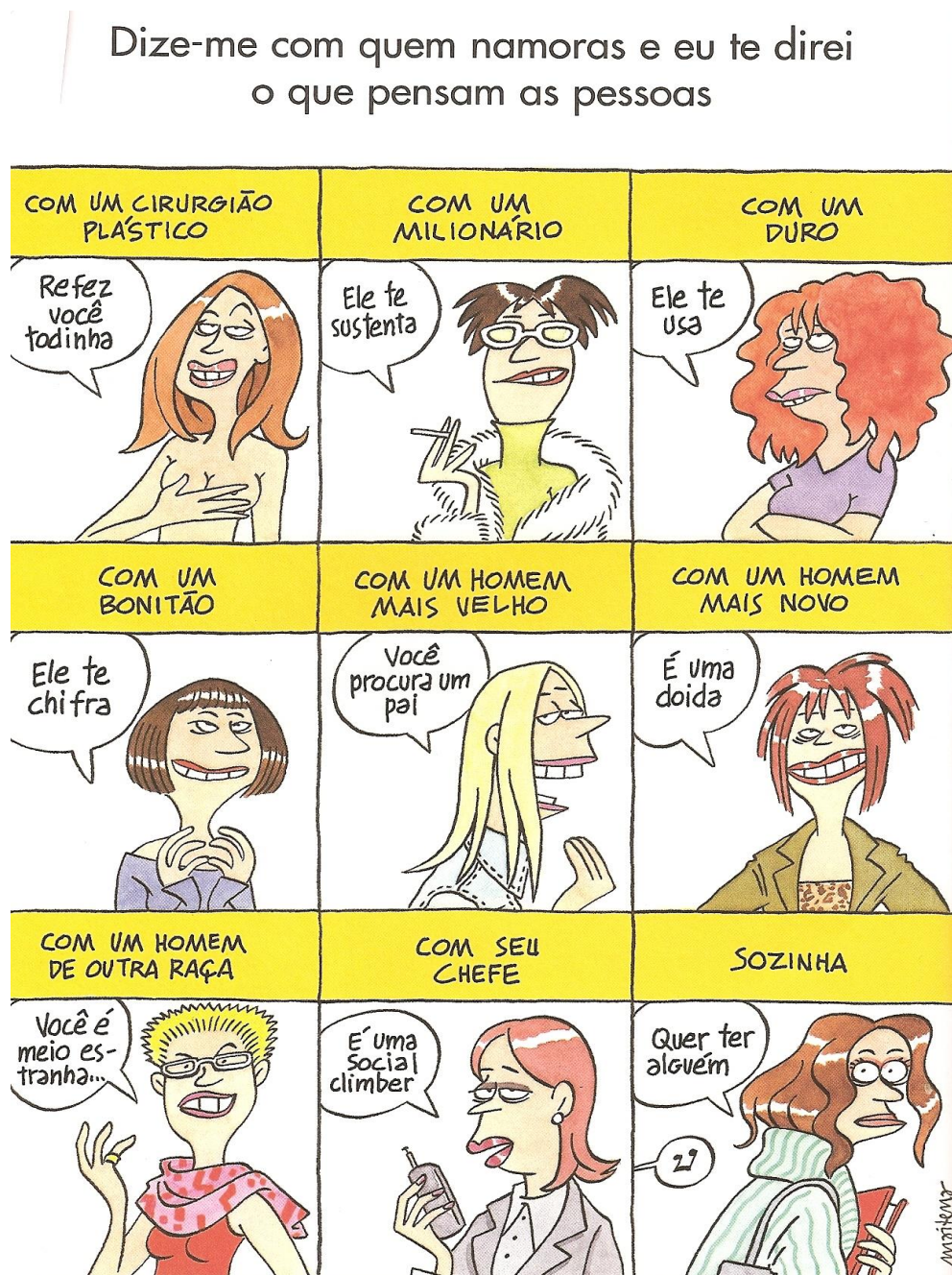
História 49

(MAITENA, 2004b, p. 7)

Análise: A posição de sujeito em que se respalda o cartum em questão é originada na FD que concebe a mulher como instável. Ou seja, reafirma-se o discurso de que mulheres são essencialmente emocionais, não usando a razão como principal critério nas suas decisões; conseqüentemente são mais irracionais, subjetivas e tendenciosas. Isto termina por “silenciá-las”, uma vez que suas opiniões e posicionamentos são desautorizados, porque a eles não são



imputadas características como imparcialidade, racionalidade, sensatez, tão caros na sociedade ocidental.



História 50

(MAITENA, 2004b, p. 18)

Análise: Uma vez que , para todo dizer, existiria uma memória discursiva que o torna possível, há uma relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que está sendo dito (intradiscurso), no caso as materialidades verbais e não verbais do cartum. É interessante assinalar que a



materialidade verbal do título “Dize-me com quem namoras e eu te direi o que pensam as pessoas” retoma o ditado popular “Dize-me com quem andas que eu te direi quem és”, sabendo-se que são estes – os ditados - tidos como verdades instituídas, estabelecidas no senso comum. Além do mais, deixa esta materialidade claro que se vão mostrar as imagens que se têm das mulheres, como elas são vistas a partir de dadas condutas, o que obviamente revela crenças, valores, saberes instituídos como verdades: o quadro 1 aponta para uma memória segundo a qual as práticas do cuidado de si envolvem a busca por um corpo ideal, principalmente por parte das mulheres, estando a cirurgia plástica entre um dos recursos de que se dispõe; os quadros 2 e 8 se legitimam, respectivamente, a partir de uma memória segundo a qual mulheres se relacionam com homens ricos para terem boa vida e com os seus chefes para ascenderem profissionalmente. Estes 3 quadros refletem uma imagem estereotipada da mulher como “interesseira”, uma vez que busca através de seus relacionamentos ter um belo corpo, uma boa vida, uma boa posição profissional. Os quadros 3, 4, 6 apontam para uma memória segundo a qual homens sem dinheiro, bonitos e mais novos procuram uma mulher para explorar. Infere-se que mulheres, nestas situações, não serão respeitadas nem amadas, serão traídas, enganadas. São relações tidas como “anormais”, não naturais, logo fadadas ao fracasso. Os quadros 5 e 7 retratam relações que também são alvo de preconceito, por não se enquadrarem no estabelecido como natural. Finalmente o quadro 8 deixa claro que a mulher é vista como alguém que sempre quer ter uma relação, um homem ao seu lado, mesmo que isto possa lhe trazer sofrimento: se está sozinha, não pode estar satisfeita, nem está assim por vontade própria. Isto vai ao encontro do preconizado por Foucault, pois este autor afirma a existência de discursos tidos como verdadeiros, que carregam consigo “efeitos específicos de poder”, os quais estabelecem parâmetros a partir dos quais se é julgado, condenado, classificado. Além disto, estes mesmos parâmetros são responsáveis por determinar não só quais as tarefas cada um deve desempenhar como também o seu modo de viver e até de morrer. (FOUCAULT, 1987)

## Essas coisas vazias que te enchem de raiva



História 51

(MAITENA, 2004b, p. 19)

Análise: Nas formulações presentes nos cartuns, assinala-se uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual a mulher é emocionalmente descontrolada. Materializam-se aí discursos que reafirmam a mulher como essencialmente guiada pela emoção. Observa-se que a emoção comumente é associada ao irracional e ao mundo feminino e colocada em



posição antagônica à razão, esta associada ao mental, ao cultural e vinculada ao mundo masculino.



História 52

(MAITENA, 2004b, p. 33)

Análise: As práticas discursivas vêm a ser “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram , em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”(FOUCAULT,1972, p.136). Elas estabelecem que nem tudo pode ser dito, que o que é dito vem a ser regulado por uma ordem do discurso. Práticas discursivas materializadas no cartum terminam por produzir efeitos identificatórios, reafirmando-se algumas representações da mulher. Embora na materialidade verbal do título “Aquelas coisas

que algumas mulheres fazem com os homens” estabeleça-se que as atitudes representadas partem apenas de “algumas” mulheres, fica implícito que são atitudes que elas – as mulheres – são capazes de tomar, sendo inclusive vistas como próprias da mulher, típicas dela: “tirar” dinheiro do marido, remexer em bolsos e papéis do companheiro, usar a gravidez para “fisgar” um marido, usar de artifícios para separar casais e assim ter o homem só para si. Ou seja, é ela concebida como alguém dissimulado, traiçoeiro, inseguro, falso. É interessante ressaltar que no quadro 4 fica implícito que querer ter uma relação sem compromisso é tido como características próprias de homem; se uma mulher adota (copia) esta postura, causa estranhamento..

### Às vezes a ideologia te mata



Análise: Levando em conta as discussões de Foucault, Lauretis (1994) assinala que, no sistema sexo-gênero, o indivíduo é representado e se auto-representa de acordo com atributos sociais construídos pelas tecnologias sociais. Por seu lado, este sistema de representações e auto-representações é codificado em normas, regras, paradigmas morais, modelos corpóreos, delimitando-se, assim, o campo do dizível, do aceitável, do compreensível. Nas discursividades materializadas no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que a mulher vivencia crises existenciais, frutos exatamente do confronto com estas normas de conduta, regras, paradigmas morais e modelos supracitados: até que ponto pode dar ela asas a suas fantasias sexuais sem se sentir vulgar ? Não se pode deixar de levar em conta que a mulher é julgada / se julga principalmente pela conduta sexual (quadro 2:); até que ponto pode ela, mulher independente e bem-sucedida, cuidar do seu homem sem se sentir enquadrada no modelo que repudia da típica “esposinha” que vive para satisfazer os caprichos do marido ? (quadro 1); até que ponto não sentir vontade de ter relações faz dela uma mulher frígida?. (quadro 4); até que ponto pode ir ela em suas conquistas profissionais ? (quadro 3)





História 54

(MAITENA, 2006a, p. 7)



ÀS VEZES A IDA É MAIS RÁPIDA, OUTRAS VEZES É MAIS RÁPIDA A VOLTA

VOCÊ PASSA A TARDE INTEIRA COZINHANDO E COMEM TUDO EM DEZ MINUTOS.



VOCÊ DEMORA UM MÊS PARA GANHAR E GASTA EM CINCO DIAS.



VOCÊ ENGORDA QUATRO QUILOS EM UMA SEMANA E DEMORA OITO MESES PARA PERDÊ-LOS.

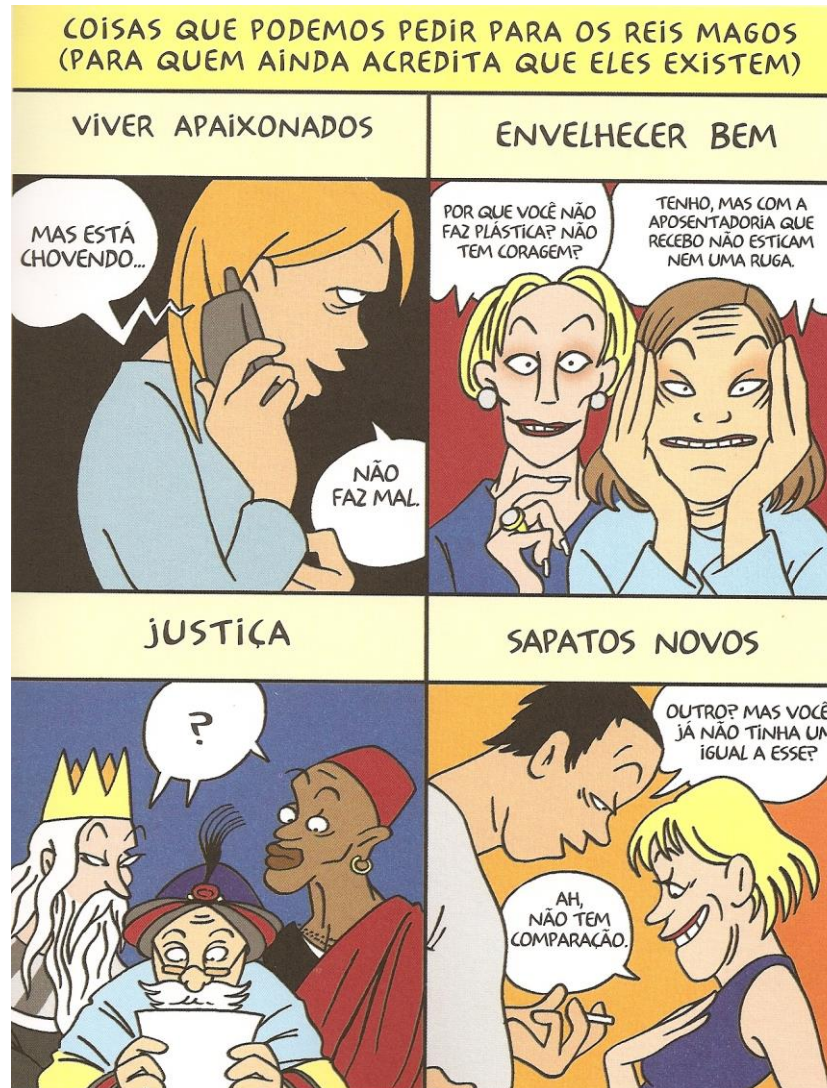


VOCÊ SE APAIXONA EM MEIA HORA E DEMORA TRÊS ANOS PARA SE SEPARAR.



História 55

(MAITENA, 2006a, p. 11)



História 56

(MAITENA, 2006a, p. 49)

Análise: No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito deste cartum, os interesses principais da mulher giram em torno da família, da aparência, dos afazeres domésticos e dos relacionamentos amorosos. Percebe-se claramente que as representações aí presentes são reatualizações de imagens que permanecem alojadas nos nichos do interdiscurso: a mulher e sua febre de consumo (história 53/ quadro 1; história 54 / quadro 2; história 55/ quadro 4); a mulher como descontrolada no que se refere à administração do seu dinheiro (história 54/ quadro 2: é interessante observar que a figura masculina aparece como o que pondera. Ou seja, a figura do homem associada à razão; a da mulher, à emoção); a mulher indecisa (história 53/ quadros 2 e 4); a mulher fútil (na história 55, fica implícito que, para uma mulher, haver justiça no mundo é tão importante quanto viver apaixonada, não envelhecer e ter sapatos novos). Ainda em relação à história 55, o quadro 3 chama atenção, uma vez que a materialidade não verbal (expressão facial dos reis magos; sinal de



interrogação no balão) deixa implícito que os magos se espantam ante o pedido de justiça por parte da mulher como se isto fosse algo que não esperassem dela.



História 57

(MAITENA, 2006a, p. 8)

Análise: No saber da FD que determina o dizer deste cartum, a mulher busca realização como profissional, mãe, nas relações amorosas. Para a análise das representações (o que é ser homem / o que é ser mulher), a noção de arquivo é de suma importância, uma vez que vem a ser “o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, seu acontecimento paradoxal de acontecimentos e de coisas” (FOUCAULT, 2006a, p. 95). No cartum em questão, as materialidades verbais e não verbais vêm respaldadas/legitimadas em algumas verdades: mulheres querem ser sustentadas pelos homens, vêem isto como natural (quadro 2); mulheres

encaram a paixão como algo essencial ao casamento - mais uma vez movidas pela paixão.(quadro 3 ); a aparência física, o ser bela é fundamental para o sua realização (quadro 5); : as mulheres vêem o seu trabalho mais ligado à esfera do prazer que o do dever, como se não fosse uma sua obrigação (quadro 1). No quadro 1, fica implícito que sucesso profissional e ganhar bem não são vistos como algo essencial; embora sejam vistos como importantes, não são almeçados sem restrições. No cartum, reafirma-se uma visão estereotipada de mulher como alguém que é essencialmente “guiada” pela emoção. Ainda merece destaque o quadro 4, segundo o qual o ter filhos é protelado em função de coisas vistas como mais prementes, o que se constitui em uma característica própria da mulher de hoje.



História 58

(MAITENA, 2006a, p. 23)



Análise: Segundo Foucault, a episteme funciona como *a priori* histórico que age no nível do inconsciente, permeando e qualificando os mais diversos campos do saber. Estabelece-se uma ordem que irá reger as relações entre as coisas e os homens, instaurando leis e conhecimentos, forçando os pensamentos de determinada época a se moldarem de determinada maneira. Relações terminam por ser naturalizadas, construindo-se significados de acordo com os quais se instaura que este é o modo como as coisas são e este é o modo como elas devem ser. Isto fica evidente no cartum em questão, por exemplo, onde se materializam discursividades que reafirmam as identidades femininas de forma fixa e homogênea: todas as mulheres são concebidas como se formassem um bloco único. Características tais como ser mandona, ser emocionalmente descontrolada, ser eternamente insatisfeita, ser dependente emocionalmente, bem como comportamentos tais quais querer discutir a relação, ter mania por arrumação, organização e limpeza, se fazer de vítima são tidos como próprios de todas as mulheres, são vistos como imanes à natureza das mulheres.



Análise: No saber da FD que determina o dizer deste cartum, mulheres não gostam de futebol. Materializam-se aí discursividades que reafirmam que a vida da mulher é construída em função do outro (quadros 4, 5 e 6).



História 60

(MAITENA, 2006a, p.56)

Análise: Nas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma ser o homem o principal interesse da mulher em todas as fases da sua vida. Materializam-se aí discursividades que reforçam uma representação estereotipada das mulheres: mulher ainda vê no homem o mantenedor que pode lhe proporcionar uma vida de conforto (quadro 2: destaque para a expressão facial da personagem mulher e para a sua fala (balão 2), que deixam bem claro o quanto estes bens materiais são significativos para ela);



mulher deseja ser mãe (quadro 3: destaque para a fala da 3ª personagem – “Faça-o registrar isto em cartório” -, que deixa claro que os cuidados com o filho são tarefas da mulher; se o homem se propõe a fazê-lo, é uma exceção. Relevante também se mostram a expressão facial e a corporal da 1ª personagem, que deixam claro como ela está enternecida ante a postura do homem); a mulher, quando amante, deseja que o homem se separe para ficar com ela (quadro 4: fica claro aí que a mulher age de maneira dissimulada, é maquiavélica: esconde do homem suas reais intenções, destaque para expressão facial e para o pensamento da personagem feminina. )



História 61

(MAITENA, 2006a, p.62)

Análise: Reafirma-se, nas materialidades verbais e não verbais do cartum, uma representação de mulher que vai ao encontro de um discurso tradicional sobre a mesma. Não ditos mas

subentendidos remetem a uma memória segundo a qual a mulher é acostumada a sempre concordar com o companheiro (quadro 1), tem uma preocupação muito grande com a aparência (quadro 2), está sempre voltada para o outro (quadro 4).



História 62

(MAITENA, 2006b, p.10)

Análise: Neste cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual as mulheres não têm jeito com tecnologias, ao contrário dos homens: mais uma vez reforçam-se as dicotomias razão/emoção, homem/mulher (quadro 2); vêem a questão do peso como de suma importância (quadro 3), considerando inclusive mais grave estar acima do peso do que ter uma doença; são descontroladas no que se refere à administração do seu dinheiro, sendo dominadas pela febre do consumo (quadro 4)



## TRÊS TRISTES DESEJOS

QUERER TER UM MARIDO PARA NÃO PRECISAR SEDUZIR



QUERER ESTAR GRÁVIDA PARA PODER ENGORDAR



QUERER SER VELHA PARA DEIXAR AS RUGAS APARECEREM



História 63

(MAITENA, 2006b, p.60)

Análise: O discurso sobre o corpo trava-se em torno de um jogo que determina o poder dizer sobre o corpo, significando-o, demarcando a forma como o corpo deve ser (o corpo da mulher deve ser magro, jovem), comportar-se (a mulher deve ser sedutora), assumir-se. No saber da FD que determina o dizer deste cartum, mulheres se sentem obrigadas a (e muitas vezes até angustiadas por terem que) corresponder a um modelo. Alguns aspectos merecem ser discutidos: nas discursividades presentes no cartum em questão, para a mulher, a velhice e a gravidez são formas de libertação dos grilhões “do paradigma de beleza” instituído: ser jovem

e ser magra; não são os maridos para serem seduzidos. O quadro 1 permite também uma leitura segundo a qual o casamento forçosamente não inclui sexo com paixão.



História 64 (MAITENA, 2005, p. 110).



História 65 (MAITENA, 2005, p. 111).

Análise: No saber que configura a FD que está determinando o dizer desses cartuns, as mulheres mantêm uma relação conflituosa com aparelhos eletro/eletrônicos. Reforça-se mais uma vez uma representação de mulher, segundo a qual as mulheres seriam mais habilidosas

com atividades ligadas aos cuidados com o marido, com a casa e com os filhos, ou seja, ligadas mais ao mundo privado.



História 66 (MAITENA, 2005, p. 37).



História 67 (MAITENA, 2005, p. 119).



Análise: Não há nos discursos nada que seja fruto de um olhar imparcial, livre de qualquer poder. Todo ‘olhar’ é, pois, já uma interpretação, uma posição, um lugar de poder. A percepção que se tem da mulher e que a mulher tem de si depende do olhar que vê, o qual, por sua vez, não depende de um sujeito específico, mas de uma relação de olhares. Sendo assim, o olhar que a mulher lança sobre si mesma está subordinado ao olhar que o ‘outro’ - o homem, outra mulher - lança sobre ela. Este confronto de olhares na formação do discurso constitui relações de poder, produz saber, constrói verdades. O sujeito se constitui na experiência e através de práticas e tecnologias de saber, de poder, de si, ou seja, através das relações consigo, com os outros e com a verdade. A subjetividade, para Foucault, diz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de “verdade”. Nos discursos materializados nestas formulações, a mulher se percebe depreciativamente. Na história 65, a materialidade não verbal informa a forma como ela se vê frente ao homem: como um inseto, como alguém inferior a ele. Observa-se que ‘inseto’ remete a toda uma memória ligada ao que rasteja; ao que é desprezível e causa nojo; ao que pode ser esmagado com o pé; a animal inferior. Na história 66, é a materialidade verbal (balão 2) e a não verbal (expressão facial de personagem que se descreve) que indicam a forma como ela se vê, que vai, na verdade, ao encontro de estereótipos já estabelecidos sobre a mulher: depressiva, insegura, intolerante, dependente, incapaz de desfrutar dos prazeres da vida.



História 68

(MAITENA, 2005, p. 82).



Análise: No saber que configura a FD que está determinando o dizer desse cartum, as mulheres buscam desesperadamente um homem. A materialidade não verbal ( expressão do olhar e postura corporal da personagem 2) e verbal (não só pelo que é dito (balão 2), mas em virtude da forma como é dito: uma pergunta atrás da outra ) indicam a sua - da mulher - ansiedade e urgência. Reforça-se mais uma vez um estereótipo de mulher: emocionalmente instável, insegura, crédula e mística (acredita em bola de cristal). Fica também implícito que não se trata ela de alguém racional, pois pensa resolver seus problemas recorrendo ao sobrenatural. Ou seja, assinalam-se, nas materialidades verbal e não verbal, aspectos que denunciam a reatualização de uma identidade pronta e herdada para a mulher. É interessante assinalar que a materialidade verbal “[...] eu o vejo ocupado [...]” aponta para uma memória segundo a qual os homens são muito ligados ao trabalho e cheios de ocupações, o que é visto pela mulher como uma qualidade.

### 5.2.3 A mulher e o ser mãe

Os discursos sobre mulher e homem definem-nos em posições de sujeitos diferentes, sendo tomados muitas vezes como princípios antagônicos. Observa-se que, no processo de constituição de suas - do homem e da mulher - subjetividades, ocorre um duplo processo engendrado pela inscrição do significante estruturando o inconsciente e constituindo o sujeito: ocorre assim uma identificação simbólica do sujeito à FD na qual ele se constitui e um assujeitamento aos sentidos que essa mesma FD, enquanto matriz de sentido, produz.



História 69

(QUINO, 1993, p. 93).



História 70

(QUINO, 1993, p. 93).

Análise: O ser mãe aparece nas tiras reduzido à sua expressão mais simples: todas as mães agem e pensam do mesmo jeito. Há reprodução e perpetuação de papéis sociais, no caso específico das tiras, do que vem a ser mãe, justificando-se suas próprias ações com base em um sistema de idéias que se pretende universal e é visto como único possível. Valores chegam como verdade absoluta: aquilo que poderia ser uma tendência de comportamento passa a ser uma norma. Criam-se paradigmas que tendem a homogeneizar o que é ser mãe. Mecanismos de condensação discursiva e representacional permitem detectar agentes estratégicos na reprodução, reatualização, naturalização de formas, valores, normas definidoras do que é ser mãe.



História 71

(QUINO, 1993, p. 301).

Análise: A posição de sujeito assinalada na materialidade verbal e não verbal indica um funcionamento de um discurso em que lavar, passar e cozinhar são vistos como obrigações da mãe, constituem o próprio ser mãe. No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito dessa formulação, a mãe pode – e deve - sentir prazer em viver, ter personalidade e se inquietar diante das situações da vida. Observa-se claramente a existência de outra voz



(polifonia) por trás da materialidade verbal dos quadros 2 e 3, segundo a qual ser mãe implica perder o gosto pela vida; abrir mão de sua personalidade, de desejos, de ter questionamentos.



História 72

(MAITENA, 2003c, p.53)



Análise: No saber que configura a FD que está determinando o dizer deste cartum, mulheres vivem em função dos filhos, principalmente quando são estes bebês. Reatualiza-se um discurso de acordo com o qual a maternidade é algo em torno do qual gravita a mulher.

## Chegaram as férias de inferno!! ... digo, de inverno...



História 73

(MAITENA, 2004a, p.76)

Análise: Nas materialidades verbais e não verbais, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma a relação visceral entre mãe e filhos. As materialidades verbal e não verbal remetem a uma formação discursiva que guarda a memória de que ser



“mãe é padecer no paraíso”. Reatualizam-se imagens de mãe que permanecem alojadas nos nichos do interdiscurso: sensível, estressada, emotiva, emocionalmente totalmente dependente dos filhos.



História 74

(MAITENA, 2006a, p.16)



## UM FILHO MUDA A SUA VIDA!



História 75

(MAITENA, 2006a, p.20)

Análise: Nos cartuns, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual as mulheres vivem em função dos filhos. Além disto, alguns pontos merecem destaque: ao mesmo tempo em que a mulher é tida como a responsável pela alimentação da família, o pouco comer é uma característica sua (história 73, quadro 2); além disto, é a mulher retratada como dominada pela emoção, não pela razão. (história 73/ quadro 3). Na história 73 (quadro 4), fica implícito que sua opinião a respeito dos seus filhos não deve ser levada em conta, uma vez que é totalmente “suspeita”.



## CRIANÇAS PEQUENAS PROBLEMAS PEQUENOS, CRIANÇAS GRANDES PROBLEMAS IDEM



História 76

(MAITENA, 2006b, p.37)

Análise: No saber da FD que determina o dizer deste cartum, pode-se identificar uma posição de sujeito que indica que a mãe se preocupa com os filhos a vida toda ( a materialidade verbal do cartum aponta para práticas de diferentes idades), que ela vê como sua função cuidar dos filhos toda a sua vida. As materialidades não verbais – expressão facial das personagens – são indícios de como está a mãe envolvida emocionalmente com os problemas dos filhos.



História 77 (MAITENA, 2005, p.147)



História 78 (MAITENA, 2005, p.148)

Análise: Os sujeitos vão construindo suas identidades em relações sociais atravessadas por diferentes práticas, representações, símbolos. Na história 77, constroem-se 2 estereótipos: mulher sem filho (cheia de “frescuras”: isto se reflete em suas atitudes ao comer, dormir,

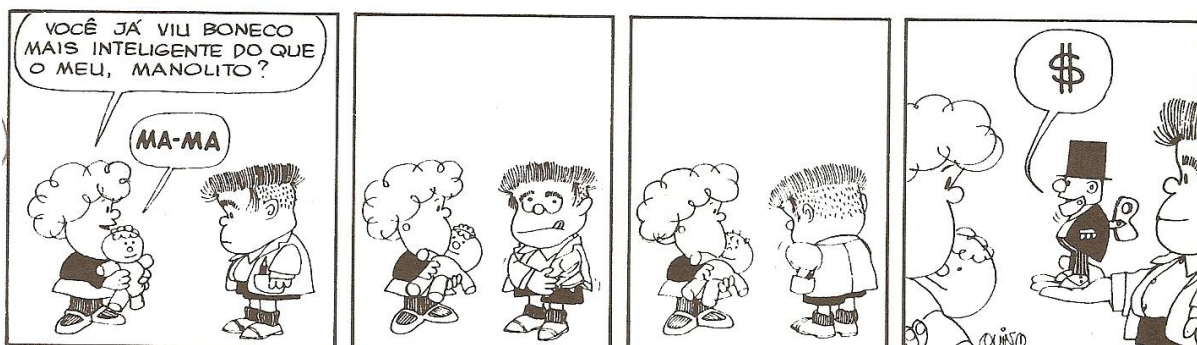


comer, ler, etc) x mulher com filho (prática). Fica implícito que a mulher que não tem filhos, por não ter realmente uma motivação importante em sua vida, por não ter o que fazer (retoma-se aqui implicitamente o ser mãe como tendência natural das mulheres; se não o são, tornam-se neuróticas), perde tempo com bobagens.

Materializam-se nos cartuns discursividades sobre o ser mãe. Reforçam-se representações de mãe instaladas no imaginário: mães se esquecem de si em prol dos filhos (histórias 76 e 77); mães vivem para os filhos (histórias 76 e 77); mães são emocionais: agem por instinto – o tão cantado instinto maternal – não pelo racional (história 76).

#### 5.2.4 O que é ser mulher X o que é ser homem: a questão dos papéis

Ao se relacionarem, vão os sujeitos como que construindo identidades, reconhecendo-se como atores sociais. Neste espaço em que cada sujeito vai encontrando identificação e percebendo sua identidade, dá-se um sentimento de pertença a determinada FD. Neste movimento de identificação, é que vem, justamente, a ocorrer a evidência do sentido.



História 79

(QUINO, 1993, p.24)



História 80

(QUINO, 1993, p.39)



História 81

(QUINO, 1993, p.133)



História 82

(QUINO, 1993, p.157)



História 83

(QUINO, 1993, p.234)



História 84

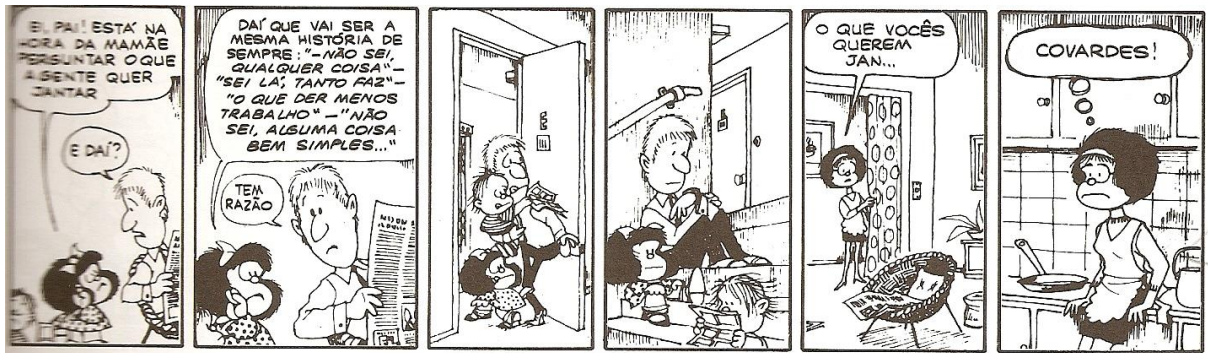
(QUINO, 1993, p.237)





História 85

(QUINO, 1993, p.258)



História 86

(QUINO, 1993, p.281)

Análise: Nas tiras, com relação à discursividade sobre o homem, observa-se ser colocada a questão financeira como um dos centros em torno do qual gravita a sua vida. Isto abarca desde a infância (história 78: o boneco banqueiro)<sup>30</sup> até a fase adulta quando é sua obrigação sustentar a família (histórias 79, 80 (quadro 1), bem como 83 e 84). Outros interesses seus são o carro (história 80 /quadro 2), o futebol (história 81/ quadro 2)

Com relação à discursividade sobre a mulher, constata-se ser a maternidade tomada como um grande – talvez o maior – demarcador de sua identidade. Isto pode ser visto até na escolha dos brinquedos (história 78:brincar de mãe). Está sempre ela envolvida no ato de cuidar dos filhos (história 82); sonhando ter filhos (história 83). Ser dona de casa vem a ser outro aspecto marcante de sua vida (histórias 84 e 85). Além disto, cuidar da aparência é outro item tido como algo que é próprio da mulher (história 81/ quadro 4).

<sup>30</sup> Observa-se que os brinquedos representam papéis sociais, tecnologias, identidades e práticas sociais dos grupos. Segundo Barthes (1993, p. 53), os brinquedos seriam um 'microcosmo do mundo adulto'. Certos papéis como a mulher mãe, a mulher dona-de-casa são representados continuamente, seja através das bonecas, seja através de artefatos como fogões, batedeiras, lavadoras de pratos etc que são produzidos na versão infantil. Já para os meninos bolas (o futebol) e carros são o grande núcleo de interesse.

As representações vinculam-se entre si em função dos processos de reformulação parafrástica inerentes às FDs. Como consequência, produz-se uma consciência imaginária para o sujeito. Evidenciam-se sentidos cristalizados (mulher nasceu para ser mãe; homem gosta de futebol e de carro) que aparecem para o sujeito como únicos, óbvios, aqueles que constituem sua identidade. Observa-se a existência de importantes padrões culturais que continuam a projetar o mundo marcado por relações de gênero. As referências culturais vão sendo produzidas por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamento de conceitos e relações de poder. Merecem destaque nestas tiras a boneca falando Ma-ma (história 78); a formulação verbal presente no quadro 2 da história 79; a formulação verbal presente no quadro 1 da história 80; os quadros 1, 2 e 3 da história 82; os quadros 1, 2 e 3 da história 83; os quadros 1, 2 e 3 da história 84, que são sustentados por uma posição de sujeito em que a mulher tem como interesses cuidar da casa e dos filhos e é dependente financeiramente do marido, tido aí como o provedor. A materialização deste discurso é possível porque a memória discursiva torna possível todo dizer e retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível.



História 87

(QUINO, 1993, p.201)

Análise: No interior do funcionamento discursivo da tira em questão, o jogo interdiscursivo é marcado por diferentes posições de sujeito: a posição de sujeito 1 está ligada a uma formação discursiva em cujo domínio do saber a mulher é tomada como alguém que se interessa por conhecer o que acontece no mundo (Mafalda); a posição de sujeito 2 está ligada a uma formação discursiva em cujo domínio de saber a mulher apenas se interessa por informações que digam respeito ao mundo da dona-de-casa, seus afazeres domésticos (Susanita).



História 88

(QUINO, 1993, p.230)



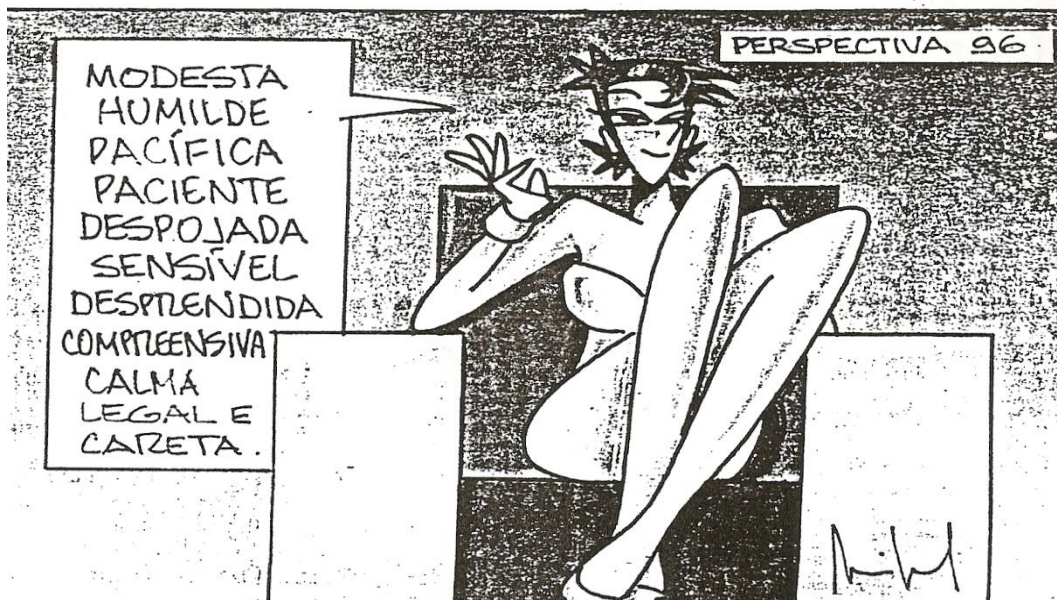
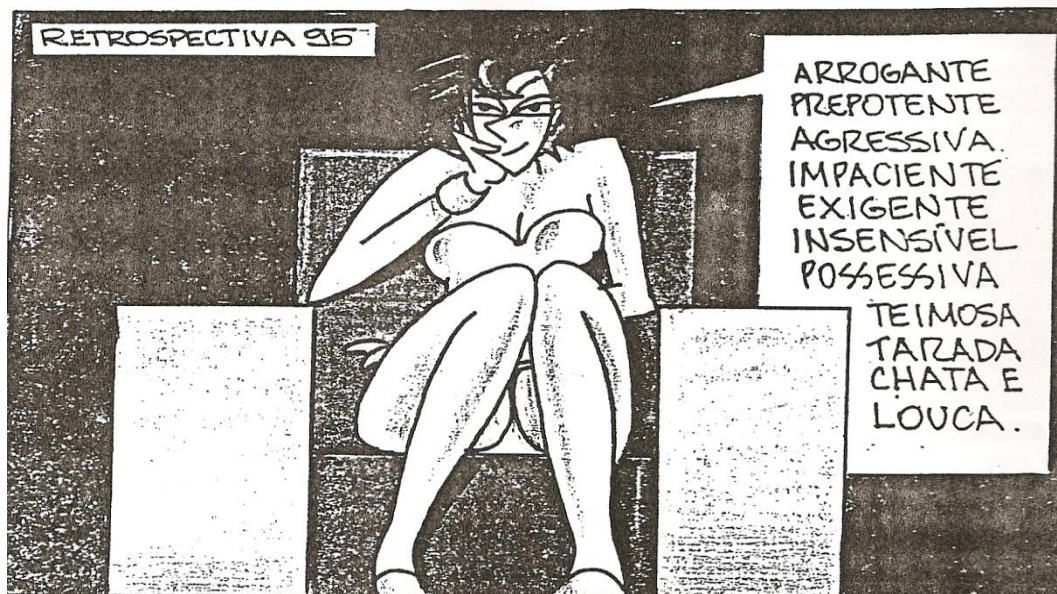
História 89

(QUINO, 1993, p.277)

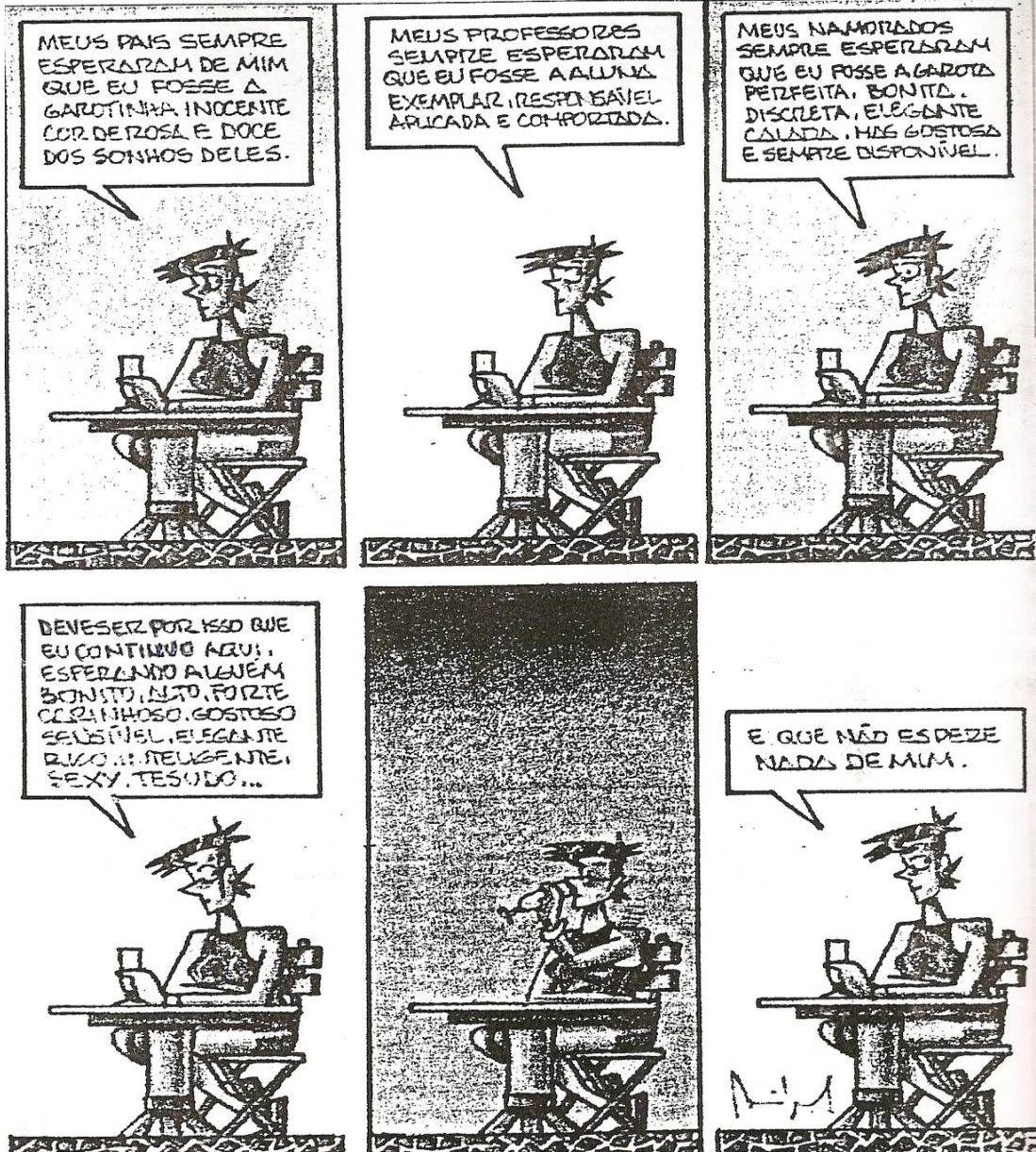
Análise: O imaginário erótico masculino burguês ocidental tem como um dos elementos a fantasia de que um homem sempre se interessa por outras mulheres. O comportamento transgressor (olhar para o corpo de outra mulher, mesmo que esta esteja acompanhada) é aceito socialmente, tido como natural e até esperado..

As imagens dos sujeitos dos discursos e dos acontecimentos também determinam a forma como um processo discursivo constitui sentido. Resultantes do que Pêcheux denomina formações imaginárias, as imagens determinam o lugar que os sujeitos dos discursos atribuem a si mesmo (para o pai de Mafalda, homem pode – e até deve – olhar outras mulheres: histórias 87 e 88) e ao outro (para o pai de Mafalda, se o vizinho da toalha é homem, vai olhar a sua mulher com o mesmo tipo de pensamento que ele: história 88/ quadros 3 e 4). Objeto imaginário, as formações ditam o funcionamento dos discursos.









História 91

(PAIVA, 1997)





História 92

(PAIVA, 1995)

Análise: Nestas formulações, materializam-se discursividades que reafirmam a assimetria entre homens e mulheres. Os papéis de gêneros têm sua origem na verdade na interação entre fatores: em virtude destes, foi o homem levado a desempenhar tarefas que lhe exigiam a força física, a buscar o sustento da família tendo para isto que exercer tarefas extra-domésticas. Terminou ele por desenvolver habilidades/competências que lhe propiciaram mais status, poder e controle dos recursos. Construíram-se, como consequência disto, crenças a respeito dele, sendo associado a características como agressividade, independência, auto-suficiência, autoconfiança, arrogância, autoritarismo. Já à mulher coube cuidar do espaço doméstico em

decorrência de sua capacidade de amamentar e de reproduzir, sendo reservadas a ela tarefas de cuidar do marido, da casa, dos filhos. Essas práticas terminaram por propiciar a construção de crenças em relação a ela, que foi associada a atributos como ser protetora, sensível, prestativa, gentil, afetiva, compreensiva, paciente, doce, desprendida, calma, submissa. Observa-se que a posição ocupada pelas mulheres identifica-as com a passividade, com o mundo dos sentimentos e emoções, distantes da racionalidade. Criam-se, assim, expectativas distintas para homens e mulheres. Observa-se, por exemplo, que nos discursos sobre a sexualidade materializados na história 89 não se espera que a mulher seja “tarada”, mas sim “careta”.

Os quadrinhos reatualizam estas mesmas crenças supracitadas: observa-se que o que é tido como negativo na mulher (história 89), tanto assim que Radical pretende deixar para trás no ano vindouro – retoma-se aqui uma prática discursiva, que acontece na passagem de um ano para outro, de se estabelecer o que se pretende melhorar, o que se pretende deixar para trás –, não é visto como negativo no homem (história 91). As imagens determinam, na verdade, o lugar que os sujeitos dos discursos atribuem a si mesmos (na história 89, o lugar que a mulher atribui a ela mesma) e ao outro (nas histórias 90 e 91, o lugar que a mulher atribui ao homem; na história 90, o lugar que se atribui à mulher) durante a enunciação, terminando por ditar o funcionamento discursivo.

Em relação à história 90, observa-se que estes quadrinhos trabalham basicamente com estereótipos. Inicialmente (quadros 1, 2, 3), são expectativas criadas em relação à personagem com base nas já citadas crenças estabelecidas: o estereótipo da filha ideal (doce, inocente, cor de rosa/ quadro 1); de como deve ser a aluna (exemplar, responsável, aplicada, comportada / quadro 2), da namorada desejada (bonita, discreta, elegante, calada, gostosa e disponível / quadro 3). Alguns aspectos merecem destaque: da menina, espera-se, entre outras coisas – e principalmente –, que seja inocente, ou seja, sem malícia, pura, ingênua. Não se pode esquecer que há toda uma memória discursiva que situa estes qualificativos precipuamente no campo sexual: espera-se da menina que seja pura “em atos e pensamentos”, totalmente ingênua das malícias do mundo. Reforça estes atributos o adjetivo cor-de-rosa, cor associada à mulher, principalmente na fase da infância e adolescência. É interessante ressaltar que se encontra, entre os significados atribuídos a esta palavra no dicionário, o seguinte: “[...] risonho, próspero, feliz [...]” (AURÉLIO, 1988, p. 179). Ou seja, não se espera que a mulher veja a

vida como ela é, mas sim de uma forma ingênua; os problemas serão enfrentados pelo homem, que, ao contrário dela, não vive em um mundo de sonhos.

Em relação ao esperado da namorada, é interessante constatar que a garota perfeita é bonita (mulheres têm obrigação de sê-lo: assim como existe uma hierarquia entre homens e mulheres, existe também entre as mulheres tidas como bonitas e as tidas como feias, sendo a beleza tomada como requisito básico para a mulher ser bem sucedida. Não é à toa que o jargão de um antigo programa de televisão era: “as feias [ referia-se aqui às mulheres ] que me desculpem, mas beleza é fundamental” ), discreta (mulheres devem permanecer o máximo possível na opacidade), elegante, calada (aí são possíveis algumas leituras: existe toda uma memória segundo a qual são as mulheres “faladeiras”. Além do que mulheres devem silenciar frente ao estabelecido pelo homem, calar sendo visto como não questionar, não discutir, não discordar), gostosa (mulheres devem ser sedutoras) e sempre disponível (mulheres devem estar à disposição do homem, principalmente no que se refere ao campo sexual: não interessa o que elas querem,mas sim a vontade dele).

No quadro 4 (história 90), percebe-se que agora se estabelece o estereótipo do namorado desejado (bonito, alto, forte, carinhoso, gostoso, sensível, elegante, rico, inteligente, sexy, tesudo). Algumas questões merecem ser discutidas: no que se refere ao aspecto físico, ser bonito para um homem implica ser alto – pelo menos maior que a sua companheira - e forte (capaz de defender a sua mulher); deve ser ele rico: mulheres esperam que homem as sustente; embora ser sexy, gostoso e tesudo sejam características estabelecidas, não se espera que o homem esteja disponível para as mulheres; ser inteligente é visto como algo importante no homem, não na mulher.





História 93

(PAIVA, 1997)

Análise: Nas discursividades presentes nesta história, reafirma-se uma visão estereotipada da mulher: ela vive para agradar ao seu companheiro, vive em função dele (isto fica bem claro na materialidade não verbal, principalmente na expressão do olhar da personagem, e na materialidade verbal: falas da personagem nos quadros 2, 3 e 4). No saber da FD que determina o dizer destas formulações, a mulher gosta de ser mimada; se veste para o homem; não toma atitudes como se dirigir ao garçom – isto é papel do homem, ela fica na retaguarda -; na relação sexual, o primordial, para ela, é dar prazer ao homem, o seu prazer ficando em segundo plano.

Observa-se que nesta história o universo feminino é concebido como um bloco homogêneo (isto fica evidente na última fala da personagem: “...Tem dias que [sic] eu adoro ser igual a todas as mulheres [grifo nosso]”), identificado por determinadas marcas: a subjetividade não



se situa no campo individual, mas sim em todos os processos de produção social. Sujeito consome sistemas de representação, de sensibilidades, uma vez que são colocados em circulação enunciados que regulamentam formas de ser e de agir, que se representam lugares sociais a serem ocupados pelos sujeitos. .



História 94

(PAIVA, 1997)

Análise: Podem-se assinalar nestas formulações posições de sujeito originadas em distintas FDs que interagem e se confrontam: de acordo com a primeira, a relação entre homens e



mulheres mudou; já a segunda embasa-se no saber segundo o qual as mudanças ocorridas na relação homem/mulher são apenas aparentes, pois em essência continua ela a mesma.

É interessante ressaltar que a ironia e humor desta história consistem exatamente no fato de que o que é dito sobre as mudanças ocorridas na relação homem / mulher (balões 1 e 2) é desautorizado, desmentido pelo que ocorre no último quadro. Fica implícito a partir deste confronto que a imagem que o sujeito mulher tem da relação é diferente da que o sujeito homem tem desta. Materializam-se discursividades que reafirmam que ao que a mulher tem a dizer é dada pouca importância pelo homem.



História 95

(PAIVA, 1995)

Análise: Pode-se assinalar nestas formulações uma posição de sujeito que indica um saber em que os homens estão mais – muito mais – interessados nos atributos físicos da mulher do que em sua “beleza interior”. Nas discursividades materializadas nestas formulações, reafirma-se que homens vêem na mulher um objeto sexual, bem como que as mulheres são inseguras. Corpo da mulher funciona, pois, como materialidade simbólica de significação na construção social da feminilidade e de significação para si e para o outro.





História 96

(PAIVA, 1997)

Análise: No saber que configura a FD que está determinando o dizer destas formulações, para uma mulher, a “potência” de um homem é decorrente não só do seu desempenho sexual, mas também – e principalmente – de ele ser bem sucedido. Ou seja, a mulher está tão – ou mais – interessada no que o homem tem a oferecer materialmente, no status que pode oferecer do que em seus atributos sexuais.





História 97

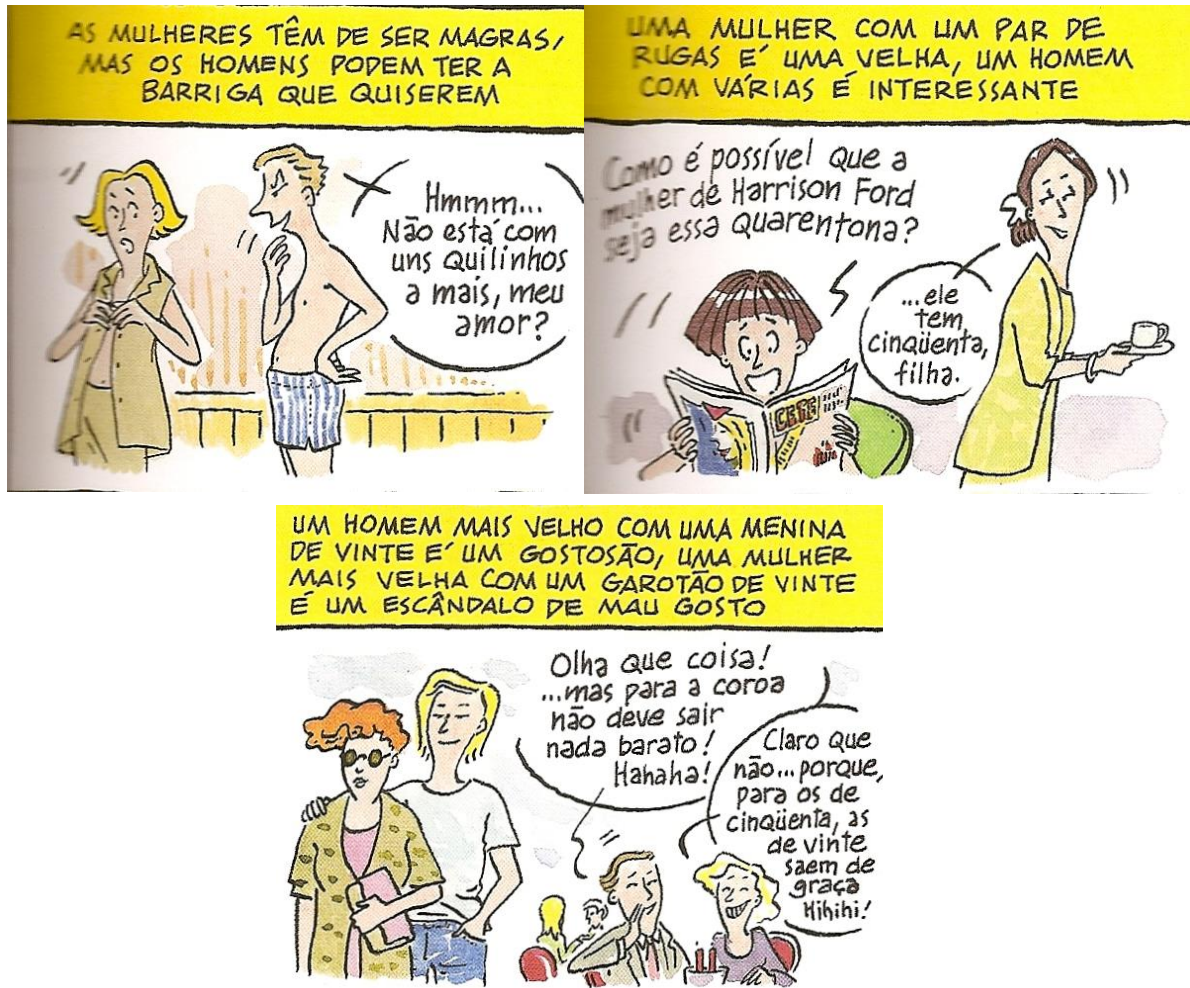
(PAIVA, 1995)

Análise: A FD que determina o dizer destas formulações está configurada no saber segundo o qual fazer dieta é prática e técnica de embelezamento legítima, através da qual a mulher se constitui e se reconhece como sujeito que governa seu corpo. Materializam-se aí discursividades que reafirmam que a mulher vê no corpo um objeto de sedução.

Retoma-se o ditado “a mulher pega o homem pela barriga” e, através da oposição que se estabelece entre barriga e barriguinha, remete-se ao conhecimento já estabelecido (mulher

pega o homem pela barriga, através das comidas que faz) e instaura-se o inusitado (mulher agora pega o homem pela barriguinha, ou seja, não pelas comidas que faz, mas sim pelo corpo que apresenta). Repete-se o já-conhecido, instaurando-se o novo.

### As seis injustiças mais machistas quando o assunto é beleza



História 98

(MAITENA, 2003a, p. 23)

Análise: Através do discurso, o corpo humano é territorializado em masculino e feminino. As representações sociais terminam por moldar e por estabelecer “modelos” distintos a serem buscados por corpos femininos e masculinos, bem como por estabelecer critérios de avaliação distintos. Estas representações vinculam-se, na verdade, às FDs no interior das quais se originam. Como consequência, produz-se uma consciência imaginária para o sujeito: as formas como ele se vê e ao outro constroem-se neste imaginário, bem como as relações daí decorrentes (no caso do cartum/quadro 3, homens com mulheres mais novas são vistos como



conquistadores, sendo dignos de admiração; mulheres mais velhas com homens mais novos são vistas como dignas de pena, pois têm que pagar por isto). No saber que configura a FD que está determinando o dizer dessas formulações, há valorações diferentes para a questão do peso (quadro 1) e da idade (quadros 2 e 3) para homens e mulheres.

Constata-se que, de maneira mais intensa que os homens, a mulher busca um corpo ideal através de sujeições, transformações, aperfeiçoamentos. Sobre ele – o corpo da mulher –, atuam as relações de poder: são os corpos das mulheres marcados, supliciados, submetidos a determinadas cerimônias sujeitados a trabalhos, dirigidos visando-se a um ideal de feminilidade. (BORDO, 1997).

Seis coisas que os homens geralmente odeiam

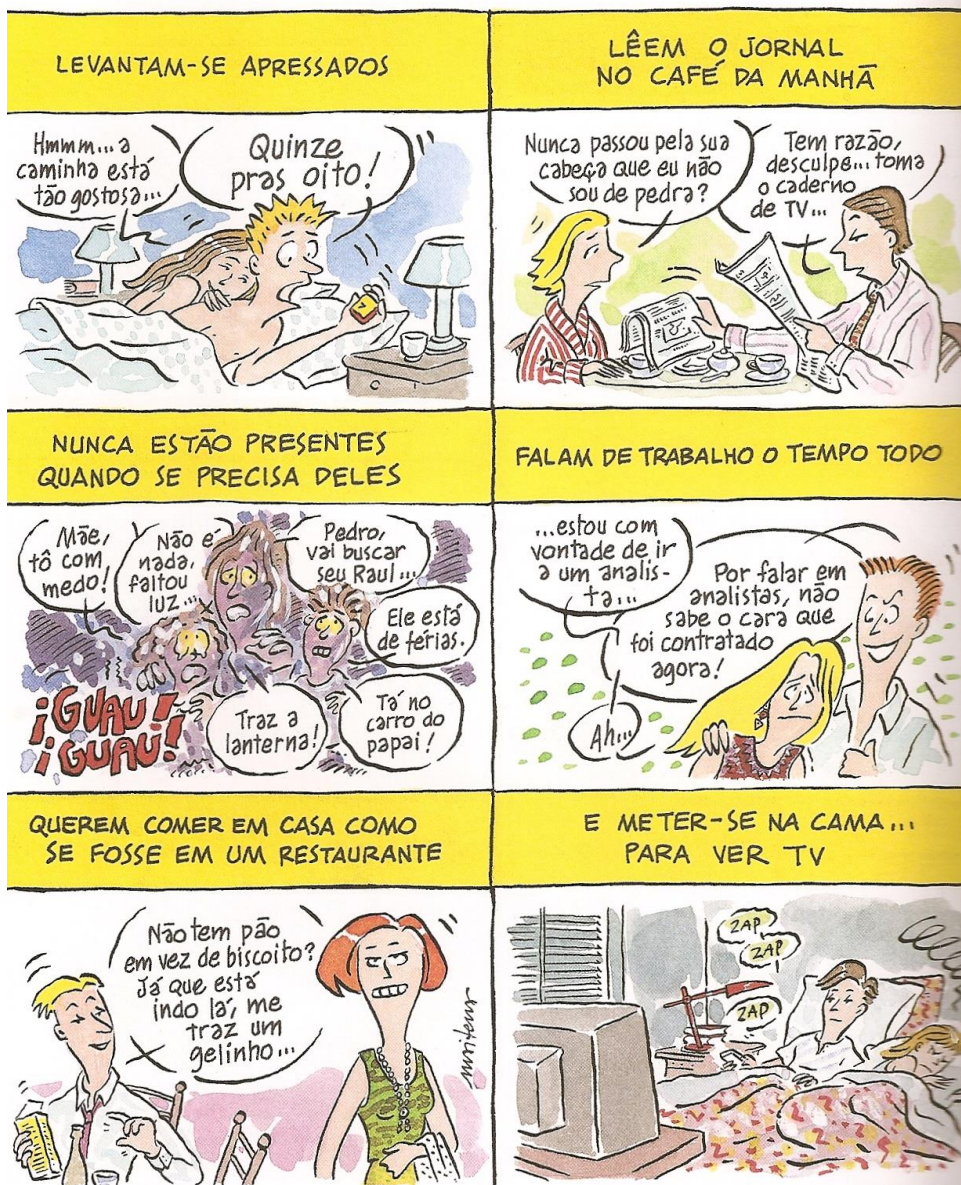


História 99

(MAITENA, 2003a, p. 37)

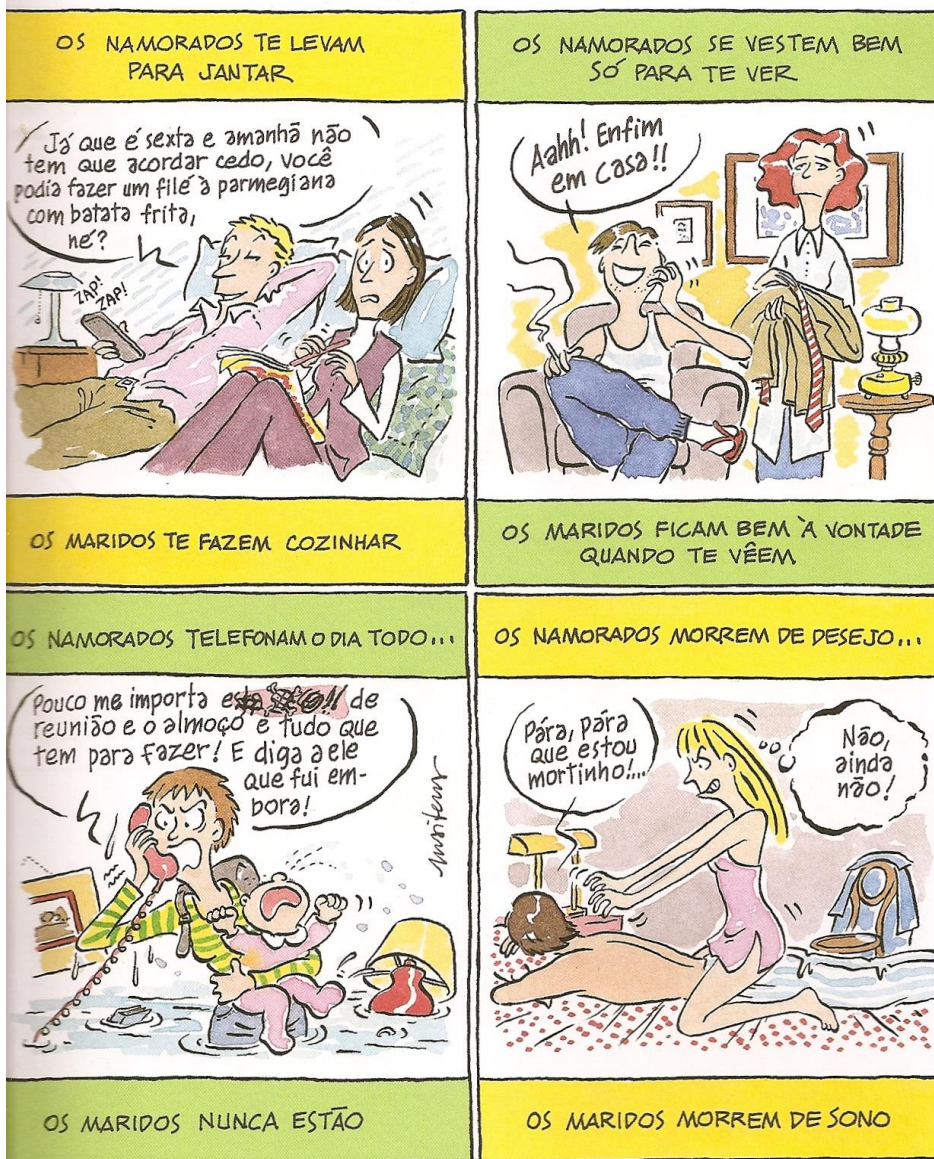
Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito segundo a qual o homem deve ganhar mais que a mulher. Atualiza-se o discurso de relações assimétricas entre homens e mulheres, bem como o de ser o homem o provedor da família: não é visto como natural que homens sejam sustentados por mulheres .

## Aqueles detalhes que tornam a convivência com os homens tão difícil





## Quatro boas razões para jamais se casar



História 101

(MAITENA, 2003a, p. 47)

Dize-me o que perdestes... e te direi quem és...



História 102

(MAITENA, 2003a, p. 55)

Análise: Gêneros são construídos. Dá-se, através de práticas discursivas e não discursivas, a reprodução e perpetuação de papéis sociais diferenciados para homens e mulheres, justificando-se suas próprias ações com base em sistema de idéias que se pretende universal. Estabelecem-se, assim, expectativas diferenciadas para ambos os sexos, fornecendo-se distintos significados para o modo de ser masculino e feminino. São, pois, as identidades construções sociais e discursivas que pressupõem o outro.

Sendo assim, termina por ocorrer a construção de estereótipos através de práticas sociais e discursivas, que se pautam, por sua vez, em crenças, em o que é tido como verdade em relação ao que é ser homem e ser mulher. As discursividades materializadas nos cartuns reatualizam papéis distintos para homens e mulheres. Nestas formulações, os estereótipos tradicionais referentes à mulher e ao homem são reafirmados. Ao homem é atribuído o seguinte perfil: ocupado, cheio de compromissos (história 98/quadro 1), antenado, preocupada como o que acontece no mundo (história 98/quadro 2), envolvido com o trabalho (história 98/quadro 4), desligado de questões pessoais (história 100/quadro 2).

Já a imagem construída para a mulher é de alguém: preocupada apenas com questões do seu mundo privado (história 98 /quadro 1); instável emocionalmente (história 99/quadro 3); descontrolada financeiramente (história 100/quadro 1); insegura (história 98/quadro 2). É interessante assinalar que a materialidade não verbal informa o que vem a ser o papel da



mulher: cuidar dos filhos (história 98/quadro 3; história 99/quadro 3), servir o marido (história 98/quadro 5; história 99/quadros 2 e 4).

Observa-se ainda que as mulheres são retratadas como alguém para quem o outro (o homem) vem a ser o centro em torno do qual gira a sua vida (isto só não ocorre na história 100 / quadro 1). Por seu lado, o homem é retratado como aquele que muitas vezes nem se apercebe da existência da mulher, de suas necessidades e insatisfações. Ele tem o seu mundo independente dela; no entanto, para ela, ele é o seu mundo.

Assinala-se nestes cartuns uma posição de sujeito calcada em universais masculinos e femininos: são os homens que levam as mulheres para jantar; são as mulheres as responsáveis pela alimentação e roupa do homem, bem como pelo cuidado dos filhos.

### A avaliação familiar do "candidato", década a década



História 103

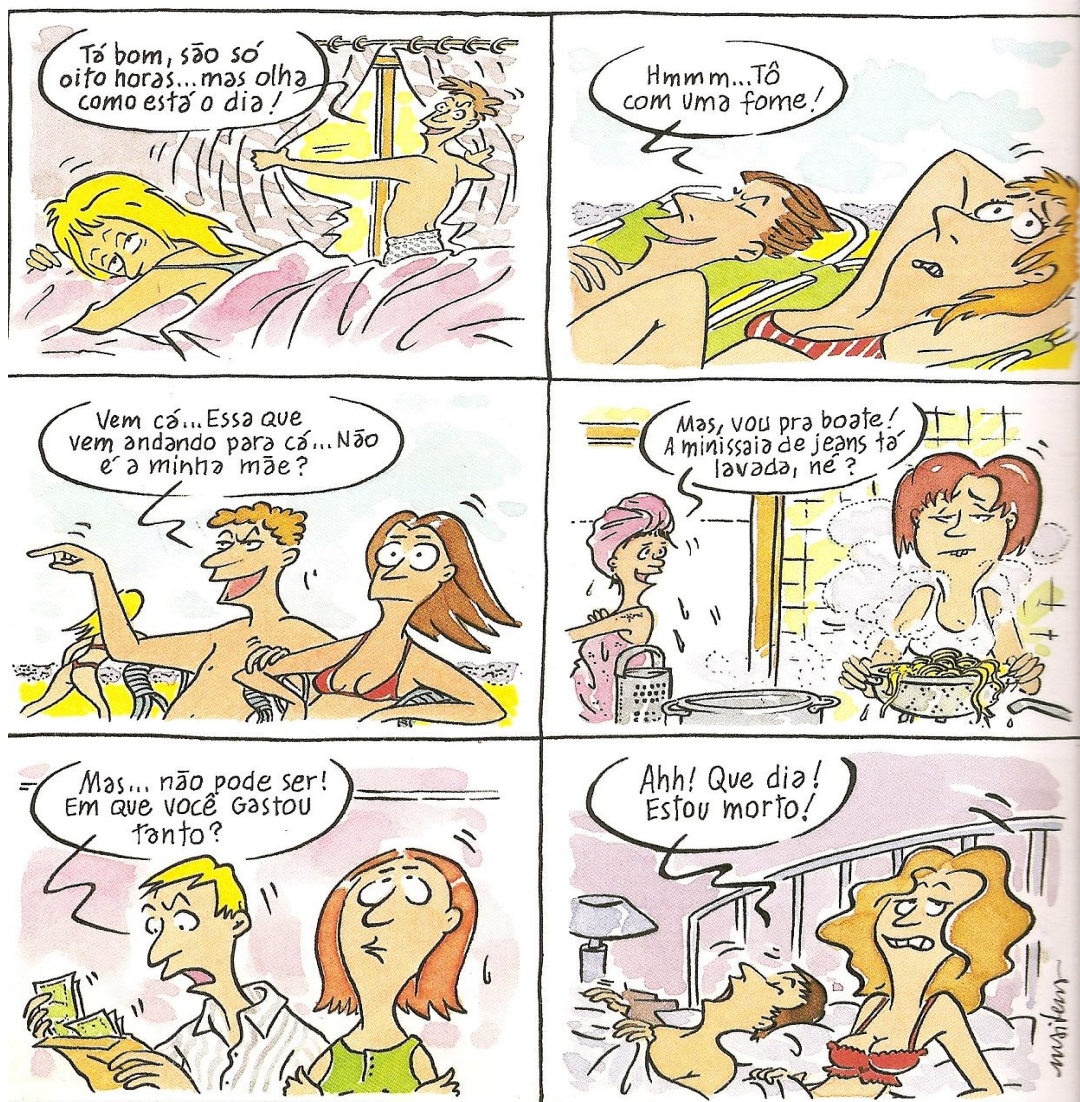
(MAITENA, 2003a, p.74)



Análise: Discursos não são fixos, estão sempre se movendo, refletindo as transformações sócio-políticas e ideológicas. É preciso, pois, considerar as condições histórico sociais que envolvem o discurso, as suas condições de produção, uma vez que é a exterioridade constitutiva do discurso. As discursividades presentes ao longo dos cartuns assinalam a confrontação de distintas FDs que estabelecem o que pode – deve – ser dito (questionado) no que se refere ao candidato: na década de 40, a FD pauta-se no saber de que o que importa é a família; na de 50, é ter decência; na de 60, o que se estuda; na de 70, em que se trabalha; na de 80, o que ganha; na de 90, se pode casar. Observa-se que estes saberes são fruto de toda uma estrutura sócio-política e ideológica.

Faz-se necessário destacar, todavia, que não ditos mas subentendidos que perpassam por todos estes discursos retomam uma mesma memória discursiva, acionando formações imaginárias semelhantes sobre os sujeitos do discurso e levando a um sentido único para a relação homem-mulher: do homem sempre deve ser interrogado o que tem a oferecer em termos de futuro – e, neste ponto, os valores variam de década a década -, uma vez que a mulher é “dada” a ele (daí construções do tipo “ser dada em casamento”, “pedir em casamento”), passando, a partir de então, a ser sua responsabilidade.

## A vida na praia é igual, só que de maiô



História 104

(MAITENA, 2003b, p. 46)

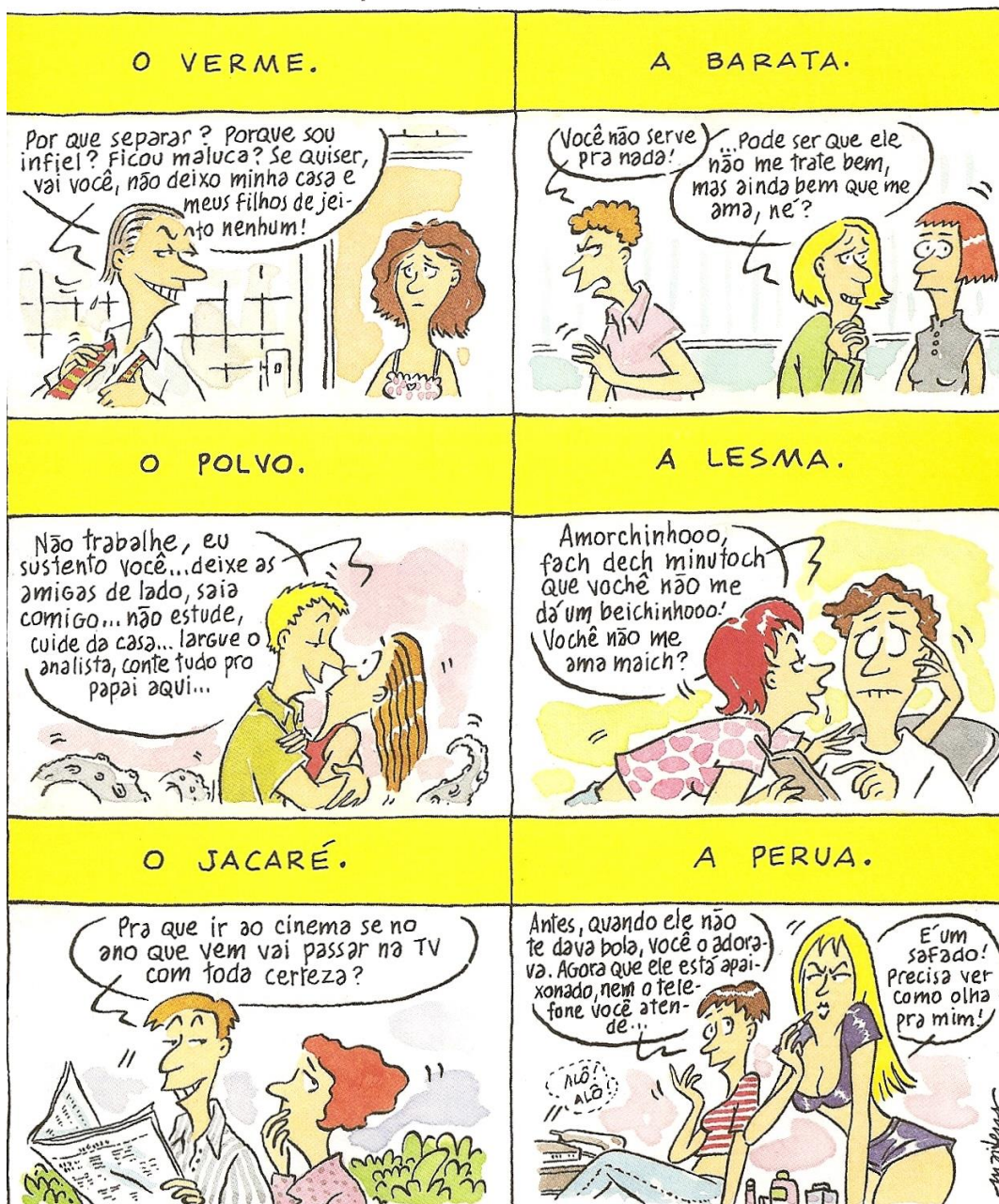
Análise: Em sua genealogia do poder, Foucault mostra como os sistemas de poder e de verdade fabricam sujeitos: o poder disciplinar torna úteis e dóceis os indivíduos normativizando (como devem agir homens e mulheres) e normalizando (como é normal que se comportem homens e mulheres) condutas. No saber da FD que determina o dizer deste cartum, afazeres domésticos (quadro 4) e alimentar a família (quadro 2 e 4) são obrigações da mulher, mesmo em férias. Este discurso vem sendo atualizado, repetido, transformado ao longo das últimas décadas.

Observa-se ainda que ‘algumas verdades’ legitimam as materializações verbais e não verbais: mulheres não gostam de suas sogras (expressão facial e postura corporal da personagem do quadro 3), mulheres são descontroladas no que se refere a questões de dinheiro (expressão facial e corporal da mulher no quadro 5 deixam claro que ela se sente errada e culpada em virtude do que fez (gastar dinheiro demais), bem como passam a idéia de assumir ela – a mulher - a posição de ‘uma criança’ ao ver descoberto o seu erro por um adulto, o que reforça a concepção de uma relação assimétrica em que um (o homem) é visto como autoridade, a quem se deve satisfação dos atos).

De acordo com o cartum, algumas condutas são normais nos homens e outras normais nas mulheres, ou seja, eles sempre se comportam assim ( e assim é natural que seja): no quadro 1, por exemplo, homens não se incomodam com o outro e sim consigo mesmos; se acordam, todos devem fazê-lo, não interessa se a sua companheira ainda está com sono. Fica aí implícito que a relação entre homem e mulher é obrigatória e inevitavelmente assim, ambos vistos como personagens acabados e homogêneos, impondo-se uma universalidade tanto interna (o homem é assim; a mulher é assim) como na relação entre eles.



## Os animais que o horóscopo chinês esqueceu de registrar



História 105

(MAITENA, 2003b, p. 63)

Análise: Discursos são práticas que formam os objetos de que falam. Ele define as relações entre sujeitos instituindo-se lugares no/pelo discurso. No cartum, os animais relacionados à mulher são barata, lesma, perua; os animais relacionados ao homem são verme, polvo, jacaré. Levando em conta o que diz Courtine (1984) quando afirma que há uma relação entre a constituição do sentido (interdiscurso) e a sua formulação (intradiscurso), representando aquele o eixo do dizível e este, o que está sendo dito em determinadas condições, no cartum,,

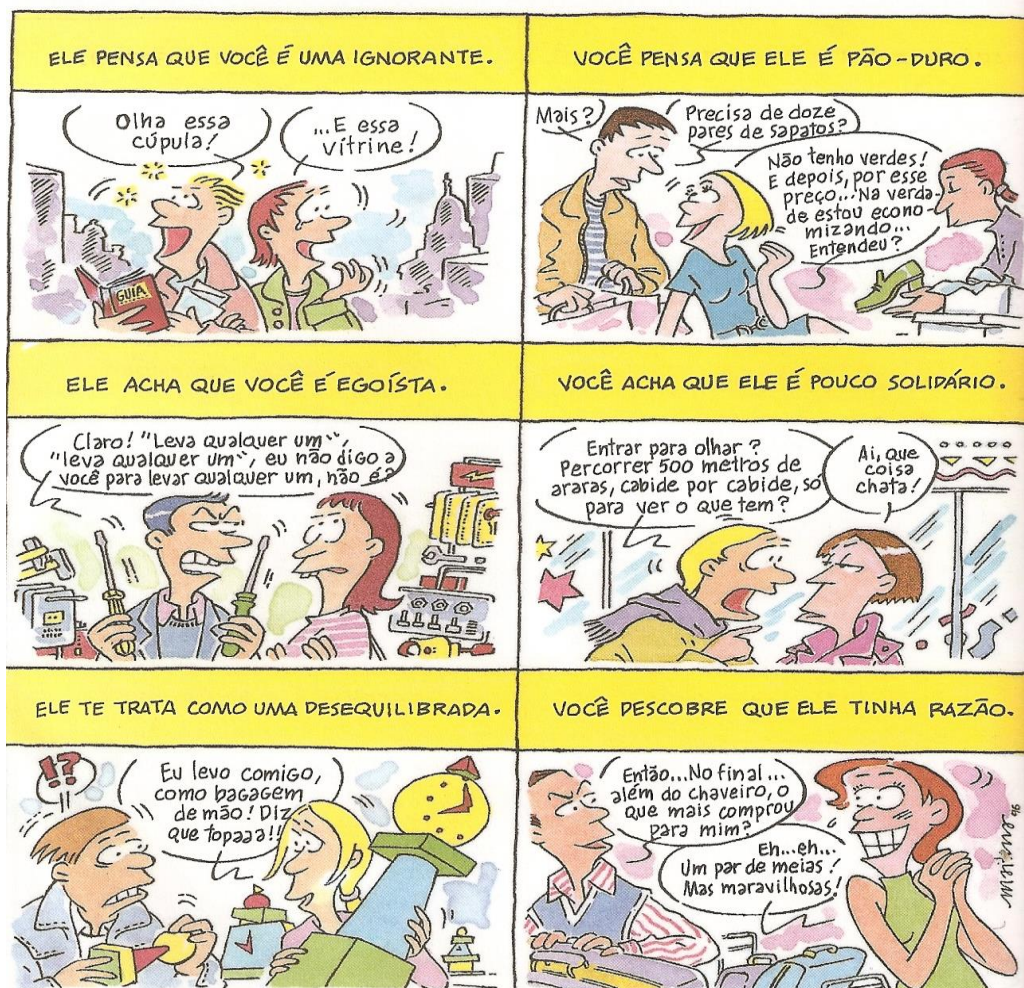
observa-se que cada um destes animais supracitados vão remeter a uma memória discursiva, através da qual estereótipos tradicionais referentes à mulher e ao homem são reafirmados.

Os animais relacionados à mulher vão, por assim dizer, apontar para saberes que constituem a representação da mulher: a palavra ‘barata’, inseto tido como nojento, que se esmaga com o pé, remete a uma memória discursiva segundo a qual algumas mulheres se deixam ser pisadas, humilhadas pelos homens; a palavra lesma, inseto grudento, melento e que se arrasta, por sua vez, remete a uma memória de acordo com a qual há algumas mulheres que são tão dengosas – característica tida como marca de feminilidade –, grudentas e tão melosas que, quando falam, parece que o que dizem se arrasta; já a palavra perua remete a uma memória discursiva segundo a qual há mulheres que usam a sua aparência para atrair os homens, a quem gostam de ver a seus pés.

Os animais relacionados ao homem, por sua vez, indicam saberes que constituem a sua representação: o verme, ser repulsivo, remete a uma memória discursiva segundo a qual alguns homens são canalhas com sua mulher, não a respeitam nem à sua família; polvo, animal cheio de braços, remete a uma memória discursiva de acordo com a qual certos homens querem que a mulher viva só para eles, sufocando-a por todos os lados; finalmente a palavra jacaré remete a uma memória discursiva segundo a qual há certos homens pães-duros.



Essas alegres compras durante uma viagem...  
E as coisas tristes que provocam em um casal



História 106

(MAITENA, 2003c, p. 18)

Análise: A construção da identidade feminina dá-se em oposição à masculina. Observa-se que as identidades de homem e mulher expressam os conceitos, as imagens que cada um elabora sobre si e sobre o outro, os valores de compreensão da realidade e, a partir disto, as posições sociais, os papéis de cada um. Nas materialidades verbais e não verbais do cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito respaldada no saber que diz que, no casamento, homens e mulheres têm imagens negativas um do outro.

É interessante chamar a atenção para o fato que o uso de verbos como 'achar' e 'pensar', bem como da construção 'trata como' dão a nítida idéia de que serão retratadas as imagens que homem e mulher criam um do outro: o homem vê a mulher como ignorante (quadro 1), egoísta (quadro 3), desequilibrada (quadro 5); já a mulher vê o homem como pão-duro



(quadro 2), pouco solidário (quadro 4). Reatualizam-se, na verdade, imagens de homem e mulher construídas ao longo do tempo: estereótipos de mulheres como emocionais, egoístas e fúteis e de homens como racionais, ligados a dinheiro se instauram. O próprio cartum, todavia, se incumbe de mostrar o quanto as mulheres estão erradas em seu julgamento (materialidade não verbal e balões presentes nos quadros 2 e 4) e que sempre a razão está com os homens (esta vem a ser outra 'verdade' que legitima o que é dito no cartum), o que é disseminado no decorrer dos 5 primeiros quadros e chega ao ápice no quadro 6, principalmente na expressão "você descobre que ele tinha razão", que deixa implícito que ele tinha razão em suas atitudes e no julgamento que fez da mulher, e na materialidade não verbal (expressão facial e corporal da mulher). Na construção destas imagens de homem e mulher, ainda se pode assinalar no cartum o consumismo como algo do mundo feminino e o interesse por ferramentas como parte do universo masculino.



Análise: Trata-se o gênero de uma construção sócio-histórica, que se respalda em crenças e valores e permeia as relações sociais empreendidas pelos seres humanos em seu cotidiano. É, pois, um fenômeno que se concretiza em práticas discursivas e não discursivas. A FD em que se originou o dizer deste cartum está pautada no saber segundo o qual mulheres e homens são julgados por critérios diferentes. Salienta-se que a FD determina não apenas o que pode e deve ser dito a respeito, neste caso específico, da conduta de homens e mulheres, mas também por que é dito de uma forma e não de outra. Ao se analisarem as materialidades verbais e não verbais, constata-se que algumas verdades são tidas como estabelecidas, não passíveis de questionamento: homem peludo pode ser sexy (quadro 1), homem com cabelo branco pode ser interessante (quadro 2), homem ter barriga pode ser legal (quadro 3), pai solteiro é encantador (quadro 4), homem bêbedo pode ser divertido (quadro 5), homem infiel pode ser perdoado (quadro 6). Estas construções verbais aliadas à expressão “E por que não as mulheres” deixam implícito que o mesmo critério não é levado em conta quando se trata das mulheres. A justificativa para o fato de as coisas se darem desta forma vem nas materialidades não verbais e nas materialidades verbais presentes nos balões: pêlos e barriga nas mulheres são vistos como defeitos, como entraves a seu poder de sedução (quadros 1 e 3), cabelo branco na mulher é indício de velhice (quadros 2), mulher bêbada é ridícula (quadro 5: expressão facial, especialmente o olhar, e expressão corporal dos personagens indicam o quanto estão estes escandalizados), homem não admite traição (quadro 6). Em relação ao último quadro, fica implícito, a partir da materialidade verbal “Para que nunca conte nada a ninguém”, que o homem se sente desmoralizado com a traição da mulher, por ser ela vista pelos outros como indício de sua incompetência em dominá-la e/ou satisfazê-la sexualmente, além de se sentir ele ridicularizado por ter sido preterido por outro homem, este sim tido como o conquistador.



Onde nós, mulheres, nos olhamos quando não estamos em casa?



História 108

(MAITENA, 2003c, p. 35)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que as mulheres se preocupam muito e de maneira ostensiva com a aparência. Reforça-se a importância da aparência na construção da feminilidade. Estereótipos sobre as mulheres permeiam as materialidades verbais e não verbais, validando-as: mulheres são desligadas (quadros 1, 2, 3, 4 e 5), mulheres são inseguras (quadro 6), mulheres dirigem mal (quadro 4).



## Como reage seu amorzinho quando é Dia dos Namorados





# O insuportável peso do homem adoentado





## Algumas sonoras razões pelas quais um homem "não fala"





## Os homens nunca encontram nada!



História 112

(MAITENA, 2004a, p. 79)

Análise: A constituição de identidades é uma construção discursiva, portanto produzida a partir de práticas discursivas: são, pois, identidades masculinas e femininas construídas em práticas discursivas como as que se concretizam, no cartum em questão, em materialidades verbais e não verbais. No saber que configura a FD que determina o dizer destes cartuns, mulheres e homens são enquadrados em paradigmas dicotômicos e fixos: mulheres são emocionais; se sentem responsáveis pelos cuidados com o marido, com a casa e com os filhos; vêem como sua obrigação fornecer ao homem uma estrutura que facilite a sua vida. Já os homens são tidos como impassíveis e distantes; não gostam de falar de questões pessoais; são dependentes dos cuidados das mulheres; não se sentem responsáveis por coisas que dizem

respeito à organização da casa; não sabem se ‘virar’ sozinhos sem a mulher em relação a assuntos ligados a casa e aos filhos. Estabelece-se como verdades que, enquanto mulheres valorizam coisas como dia dos namorados, os homens a ignoram (história 107); que homens doentes exigem atenção integral de sua mulher, que sente como sua obrigação largar tudo para cuidar dele (história 108); que mulheres gostam de discutir relação, compartilhar seus problemas com ele e compartilhar os dele, enquanto os homens preferem não discutir estas questões (história 109); que homens não conseguem resolver problemas domésticos, enquanto que as mulheres se sentem responsáveis por fazê-lo para ele (história 110). É interessante chamar atenção para o fato de que estas identidades se apresentam com caráter atemporal, negando-se toda historicidade: na verdade, é como se estas características fossem partilhadas por todos os homens e por todas as mulheres, não se alterando.



POR QUE É TÃO ABOMINÁVEL PARA UMA MULHER PERGUNTAR A SUA FAMÍLIA,  
O que querem comer?



História 113

(MAITENA, 2004a, p. 65)

Análise: Nestas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual alimentar a família é responsabilidade da mulher. É possível ainda observar nas materialidades verbais e não verbais do cartum representações estereotipadas da mulher: insegura (quadro 1), descontrolada emocionalmente (quadros 2 e 6), preocupada com o peso (quadro 6). Contrapõem-se neste cartum duas práticas: o alimentar x o não comer, discutidas por Bordo (1997). Segundo ela, as mulheres se submetem a disciplinas rigorosas, inclusive em relação à dieta, consistindo estas no centro do mundo feminino. Encara ela “o disciplinamento e a normatização do corpo feminino” como “estratégias de controle social”, representando aqueles indícios de que a mulher ainda sente necessidade de se auto-afirmar.



Na verdade o alimentar os outros e o não poder/ querer comer se constituem em marcas da feminilidade.

### Aquelas idiotices que só o ciúme faz as pessoas dizerem



História 114

(MAITENA, 2004a, p. 81)



## Essas coisas que só nós, mulheres, somos capazes de deixar!



História 115

(MAITENA, 2004a, p. 90)

Análise: No domínio do saber da FD que está determinando o dizer destes cartuns, mulher e homem são enquadrados em estereótipos tradicionais. Colocam-se, nas materialidades verbais e não verbais, em circulação sentidos previamente estabelecidos e socialmente instituídos sobre o lugar ocupado pelo homem e pela mulher. Identidades masculinas e femininas são, nos cartuns, construídas em práticas discursivas: as materialidades verbais e não verbais da história 112 (quadros 1, 3, 5, 7 e 9) e história 113 (quadros 1, 2, 4, 5, 6) apontam para um sujeito mulher que vê na outra mulher uma rival – principalmente se for ela bonita –; é insegura; é descontrolada emocionalmente; deixa de fazer coisas que considera importantes, se não se achar preparada no que se refere à sua aparência física (roupas e corpo); coloca em

primeiro plano o seu casamento, por ele abrindo mão até de coisas que considera importantes, não significando isto, todavia, que tenha o marido e/ou sua relação com ele em alta conta. As materialidades verbais e não verbais do história 112 (quadros 2, 4, 6 e 8) apontam para um sujeito homem que é autoritário, possessivo.

## EQUAÇÃO MATEMÁTICA

Equação -



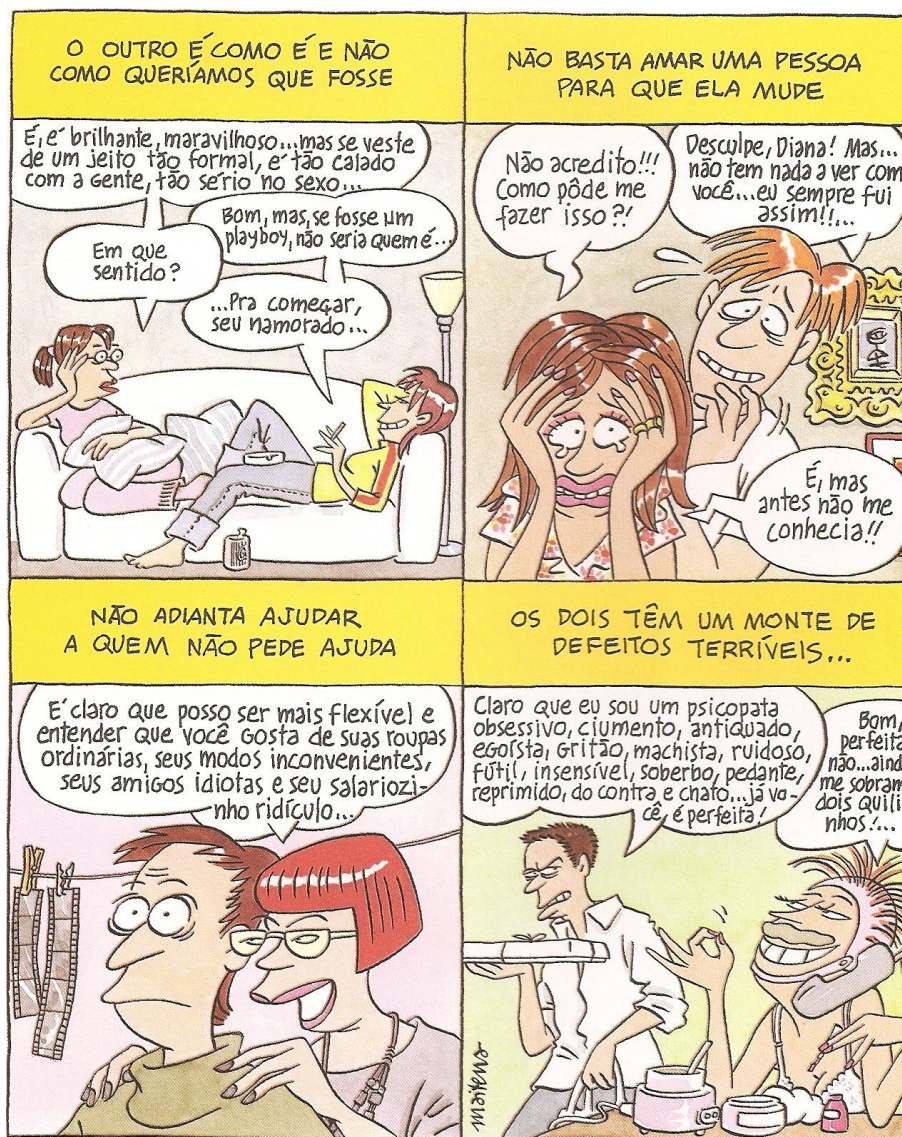
História 116

(MAITENA, 2004b, p. 10)

Análise: Resultantes do que Pêcheux (1993) chamou de formações imaginárias, as imagens determinam o lugar que os sujeitos do discurso atribuem a si e ao outro (no cartum em questão, a imagem que a mulher faz de quem é este homem e de quais são os seus critérios ao escolher uma esposa), assim como a imagem que fazem da forma como o outro os vê (no cartum em questão, a imagem que a mulher faz de como o homem a vê – personagem – e que, com certeza, não corresponde ao que ele está procurando) e a si mesmo. Observa-se que as formações imaginárias terminam por ditar o funcionamento dos discursos. No saber que configura a FD que determina o dizer destas materialidades verbais e não verbais, homens preferem casar com mulheres que não trabalham, não falam, não opinam, permanecem na opacidade, que silenciam, enfim.



## No casal, será que a tolerância é a chave do sucesso?



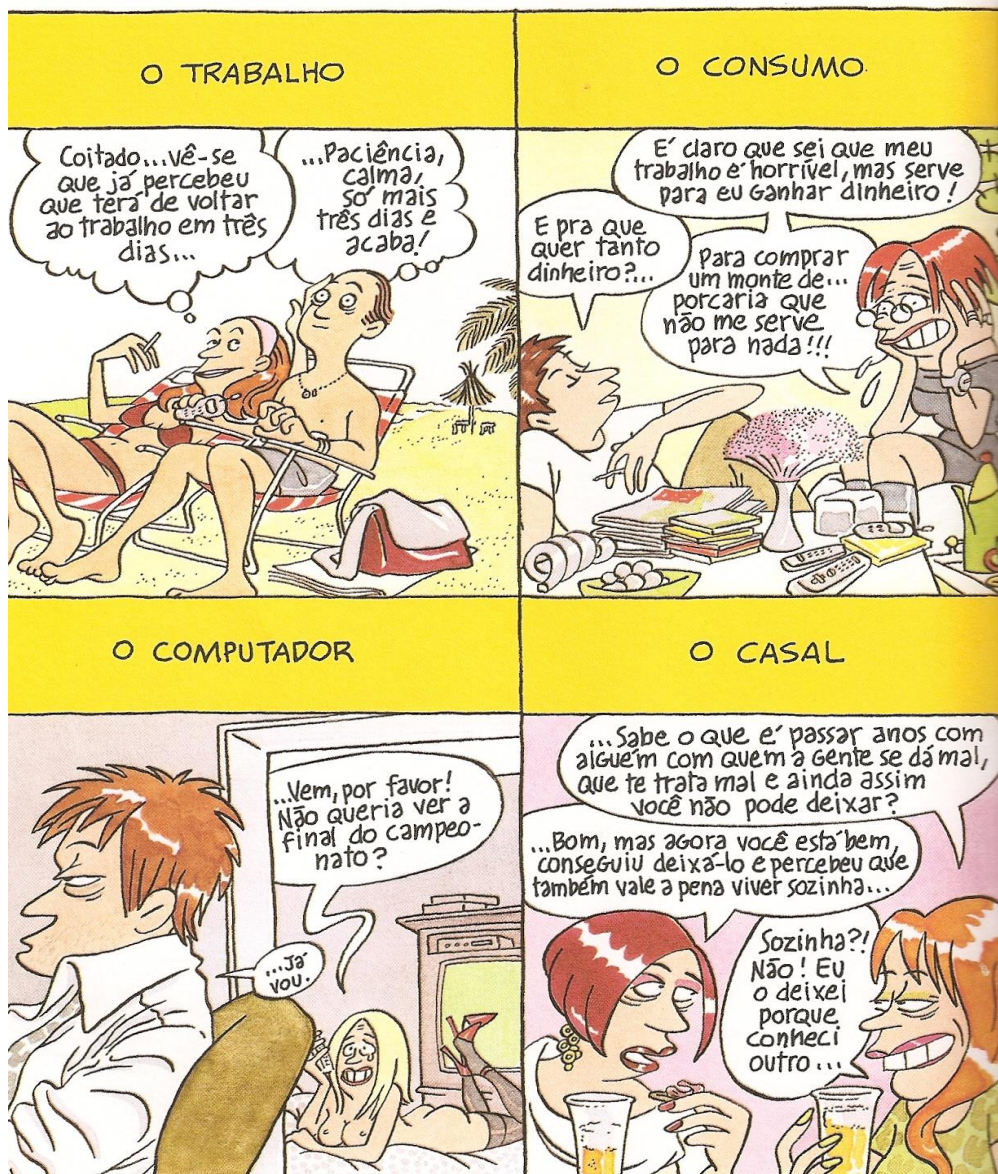
História 117

(MAITENA, 2004b, p. 85)

Análise: No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito destas formulações, a mulher é cruel em relação ao que considera “defeitos” do seu companheiro (quadros 3 e 4) e/ou busca modificá-lo, adequá-lo ao perfil que deseja (quadros 1 e 2). No quadro 2, algumas informações chamam atenção: as críticas feitas são em relação ao salário, mais uma vez a questão financeira sendo um elemento decisivo para a mulher; à aparência – seja na imagem que ele passa pelas roupas que usa ou pela forma como se comporta – e aos amigos. Ou seja, reatualizam-se discursos sobre a relação homem-mulher.



## Algumas outras drogas perigosas



História 118

(MAITENA, 2004b, p. 88)

Análise: No saber que configura a FD que determina o dizer destas formulações, homens e mulheres ocupam distintas posições de sujeitos: para homens, o trabalho é um prazer; para as mulheres, é uma forma de ganhar dinheiro para poder gastar. Já no que se refere às relações, a mulher está constantemente preocupada com os seus relacionamentos; já o homem tem sua atenção voltada para outros interesses: o trabalho, o computador, o futebol. Reatualizam-se aí também estereótipos de homem e mulher no que se refere à questão da emoção: enquanto esta tem-na permeando todas as suas atitudes e decisões; aquele permanece impassível, distante (quadro 2: enquanto o homem mantém uma atitude relaxada e pondera racionalmente; a



mulher mostra-se completamente descontrolada emocionalmente; quadro 3: enquanto a mulher se desvela em lágrimas, o homem nem sequer se dá conta do que está ocorrendo)

Alguns elementos se destacam ainda neste cartum, reatualizando-se visões estereotipadas de homens e de mulheres: no quadro 1, fica implícito que, enquanto para a mulher estar junto ao homem, desfrutando de um momento de lazer, se constitui em um prazer (expressão facial da personagem mulher), para o homem é razão para estresse (expressão facial – principalmente os olhos- e corporal do personagem masculino, bem como materialidade verbal do balão 2): subentende-se que ele tem muitas preocupações que não o deixam relaxar (o celular na mão é indício de que não se desligou dos problemas) e/ou que o que ela considera negativo (balão1) para ele é um prazer (e vice-versa). No quadro 3, duas informações ainda merecem ser discutidas: primeiro, a mulher coloca-se à disposição do homem; segundo, o fato de estar ela nua, apenas usando meias e sapatos vermelhos, remete à questão da sedução. A mulher faz uso de seus atributos físicos por ver estes como uma forma de angariar a atenção do homem.







História 120

(MAITENA, 2006a, p. 13)

Análise: Observa-se que as discursividades presentes nestes cartuns reforçam representações estereotipadas de homens e de mulheres. No saber da FD que está determinando o dizer destes cartuns, homens não se interessam por assuntos ligados à administração da casa (história 117/quadro 1), por “fofocas” familiares (história 117/quadro 3), pelo exame ginecológico da mulher (história 117/quadro 2), por discutir a relação (história 117/quadro 4), por “aniversários de casamento” (história 118 / quadro 6). Fica implícito na construção de sentidos que, já no que se refere à mulher, estes temas são alvo de extremo interesse. Estabelece-se, todavia, que os homens se preocupam com o fato de terem sido – ou não – o primeiro da vida de uma mulher (história 118/quadro 1), com qual será o valor do salário da mulher (história 118/quadro 2). Além do mais, tudo isto mencionado anteriormente aliado ao

fato de os homens serem tidos como ligados a números e cálculos (história 118/ quadros 3, 4 e 5) vem a reatualizar sua imagem como racional.



História 121

(MAITENA, 2006a, p. 29)

Análise: Observa-se nas materialidades verbais e não verbais toda uma discursividade que reafirma uma visão dicotômica entre homens e mulheres: os “pecados” presentes no universo masculino vêm vinculados a vícios como bebidas (quadro 1) e charutos (quadro 3), ou a tecnologias (quadros 8 e 9); já os do universo feminino estão vinculados à culinária (quadro 4), alimentação (quadros 2 e 5), atividade física (quadro 7), moda e suas marcas (quadro 7). Materializam-se discursividades que reafirmam o que vem a ser parte do universo masculino em oposição ao que vem a ser parte do universo feminino.





História 122

(MAITENA, 2005, p. 24)

Análise: No saber da FD em que é originado o discurso materializado no cartum, a mulher não trabalha. No balão 2 e na expressão facial e gestual das personagens, fica implícito que seria um absurdo ela trabalhar. Reforça-se também uma representação de mulher como ser fútil, que só liga para a aparência..





História 123

(MAITENA, 2005, p. 29)

Análise: Assinala-se nas formulações uma posição de sujeito que reflete um saber de acordo com o qual os homens não se relacionam bem com mulheres bem sucedidas (inteligentes, belas, de sucesso).



História 124 (MAITENA, 2005, p. 49)



História 125 (MAITENA, 2005, p. 51)

Análise: Nas discursividades materializadas nestes cartuns, existem papéis bem distintos para homens e mulheres: as mulheres são definidas culturalmente como portadoras de emoção e percebidas como subjetivas, tendenciosas, irracionais. Os homens, por seu lado, devem ser calmos, seguros, tranqüilos e expressar sentimentos só raramente (imparcialidade do homem frente à tempestade emocional da mulher / história 123) . Observa-se que até as próprias emoções são frutos de construção social, sendo, portanto, produtos históricos, denunciando padrões, valores, características do grupo que as construiu.

Tanto na história 122 como na 123, implícitos fazem-se presentes no processo de construção de sentidos: na história 122, características que a mulher vê como natural nela – emocional, insegura, etc – não aceita no homem. Ela é portadora destes traços, o que se percebe na materialidade verbal (no que diz a personagem) e não verbal (expressão facial e gestual), todavia não admite que seu companheiro o seja; na história 123, a perda dos “melhores anos” e da “carreira” de que se ressentia a mulher são encarados pelo homem como algo tão sério como ter perdido os seus óculos. Ou seja, reatualiza-se um discurso que desqualifica a vida profissional da mulher. Reforça-se aí também ser a cobrança um comportamento típico da mulher nas relações.



Análise: Nas formulações presentes no cartum, identifica-se uma posição de sujeito que aponta um saber segundo o qual as mulheres, no casamento, cuidam dos homens. Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória que estabelece que as mulheres, no casamento, são as responsáveis pelas tarefas domésticas, como cozinhar. A materialidade verbal presente no 2º balão “[...] como muitos ex-maridos...” iguala a situação dos ex-maridos à dos animais libertados do cativeiro apontando para uma memória de acordo com a qual o casamento é visto como um tipo de prisão para os homens .



História 127 (MAITENA, 2005, p. 149)

Análise: No saber da FD em que é originado o discurso materializado neste cartum, os homens só se interessam por um assunto: eles mesmos. Fica implícito também que isto não é encarado como um defeito pela mulher. A materialidade verbal presente no 1º balão permite que se infira que a mulher se sente “satisfeita” por ter simplesmente o homem querido conversar com ela.



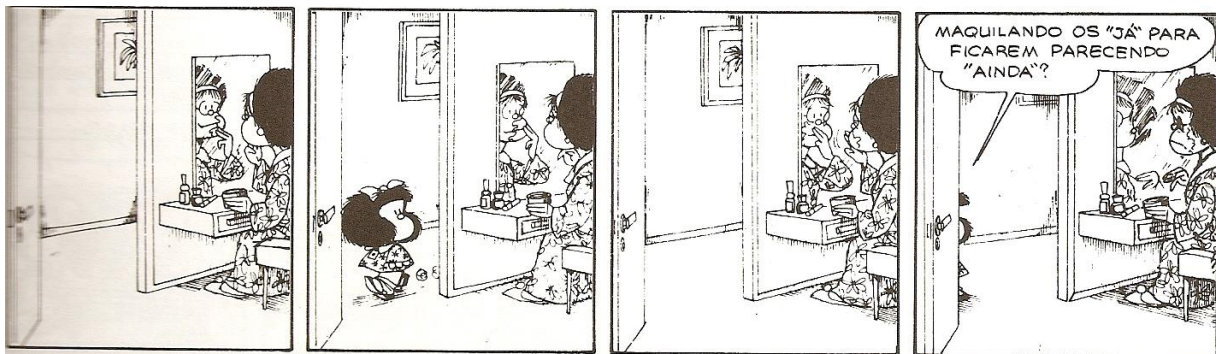
### 5.2.5 A mulher e as questões ligadas à aparência e à idade

Sistemas de representação cultural e poder interferem na estabilização da identidade cultural e social e na construção da memória social. Nas sociedades, dispõe-se, pois, de um arquivo sobre o que é ser mulher. Os enunciados materializam esses arquivos, via memória. Ao servir como espetáculo ao olhar do outro, exige-se da mulher um corpo magro, jovem, bem cuidado, o que se poderá conseguir pelo investimento do próprio indivíduo. O corpo normatizado serve para representar todas as mulheres interpeladas por esses discursos. Sendo assim, através de um discurso homogêneo, decorre uma uniformização do corpo, englobando-se todas as mulheres.



História 128

(QUINO, 1993, p. 244)



História 129

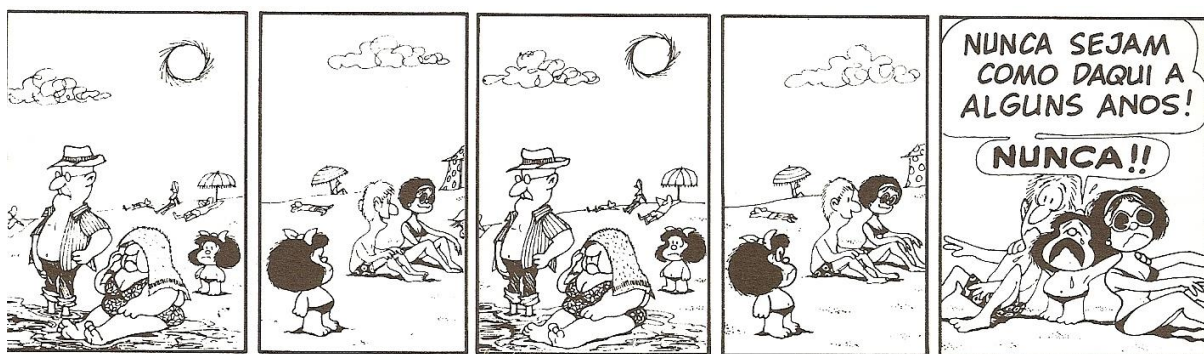
(QUINO, 1993, p. 261)

Análise: Os discursos que regem o corporal estabelecem que a beleza – e ser belo implica principalmente ser /parecer jovem – pressupõe um trabalho da mulher sobre o seu corpo. No saber que configura FD que está determinando as formulações destas tiras, fazer uso de cosméticos se constitui em obrigação da mulher, investida da missão de ser bela. Mostra-se, na verdade, o ‘mundo da mulher’ como se fosse homogêneo e consensual: toda mulher



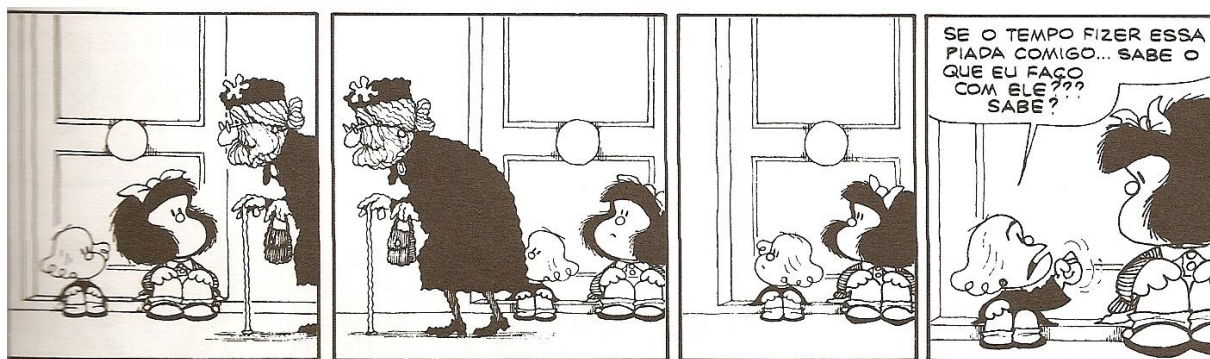
considera ser/parecer (beleza veiculada a artifício de enganação) jovem, algo de suma importância na sua vida.

Michel Foucault, ao tratar da genealogia dos poderes, discute as sociedades disciplinares, nas quais o poder exercido sobre os corpos obedece a técnicas e mecanismos que organizam o sistema de poder e de submissão. Segundo ele, o poder está fundamentalmente ligado ao corpo, já que lhe impõe obrigações, imitações, proibições. O corpo é dócil, uma vez que pode ser adestrado, submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.



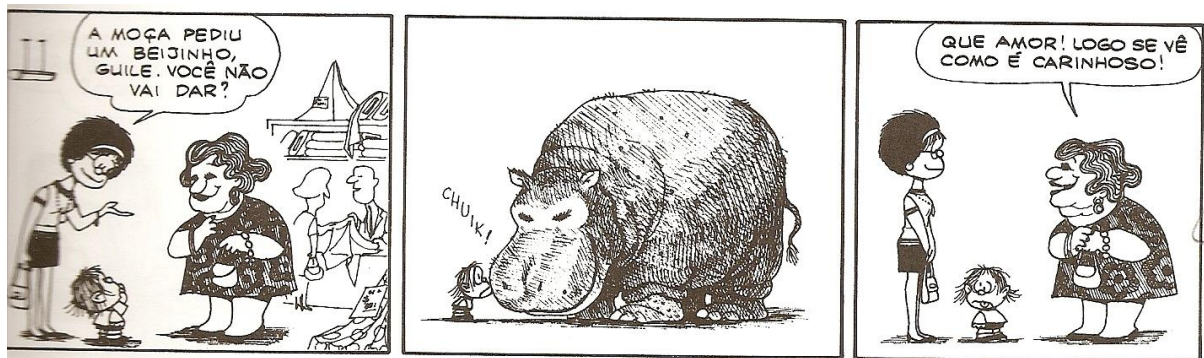
História 130

(QUINO, 1993, p. 314)



História 131

(QUINO, 1993, p. 327)



História 132

(QUINO, 1993, p. 349)

Análise: Há um caráter político ideológico nas práticas discursivas que norteiam as relações e deixam escapar preconceitos, estereótipos e mitos. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza os significados. No discurso materializado nestas tiras, ser velho e ser gordo é visto como um mal. Chega-se a remetê-lo à animalidade (história 130/quadro 2); sua simples visualização provocando revolta (história 129/quadro 4), desespero (história 128/quadro 5), repulsa (história 130/quadro3: expressão facial de Guile) .

Observa-se que linguagem que constrói o corpo vem de múltiplas vias, do discurso médico ao discurso midiático. Classifica-se, nomeia-se este corpo, define-se como ele deve ser (ser jovem e magro é sinônimo não só de beleza, mas também de saúde ). Cria-se uma necessidade de organizar as naturezas corporais, em definir padrões, promover classificações, excluindo formas tidas como estranhas, numa tentativa de naturalizar as formas aceitáveis de acordo com um discurso concebido no seio da sociedade. Considerado o corpo como uma superfície sobre a qual se inscreve o sócio-político e o cultural, são os saberes em que se respaldam as FDs que possibilitam e criam o olhar sobre o corpo: pode-se assinalar nas tiras posições de sujeito que sustentam que ser gordo e velho é uma tragédia; que a velhice uma piada de mau gosto; que ser gordo e velho causa nojo. A maneira como se dá sentido ao corpo implica o social, sendo ele visto como verdadeiro artefato do mercado econômico/ social/cultural.

A exclusão do indivíduo acontece, pois, em decorrência da não identificação com o discurso vigente. Inclusão significa estar então de acordo, identificar-se com o padrão. Ser gordo e velho diz respeito a muito mais do que simplesmente um problema estético. A forma como cada um se percebe e ao outro é produzida a partir do confronto com vários parâmetros identitários, que compõem julgamentos estéticos, sempre percebidos estes como únicos, reais, incontestáveis.



Análise: No domínio de saber que organiza a FD materializada na tira, a beleza é vista como algo de grande importância. Reforça-se a importância da aparência na construção social do que é ser mulher. Fica implícito na tira também que a beleza está subordinada a determinados modelos e a identificação com os mesmos garante aceitação social. Estabelece-se, pois, uma hierarquia colocando em superioridade as mulheres que detêm o ideal de beleza requerido.

O discurso sobre a beleza trava-se em torno de um jogo que determina o poder dizer sobre o corpo, significando-o, demarcando a forma como deve ser. São, na verdade, práticas de significação, em meio às relações de poder, tomadas como verdades.



História 134

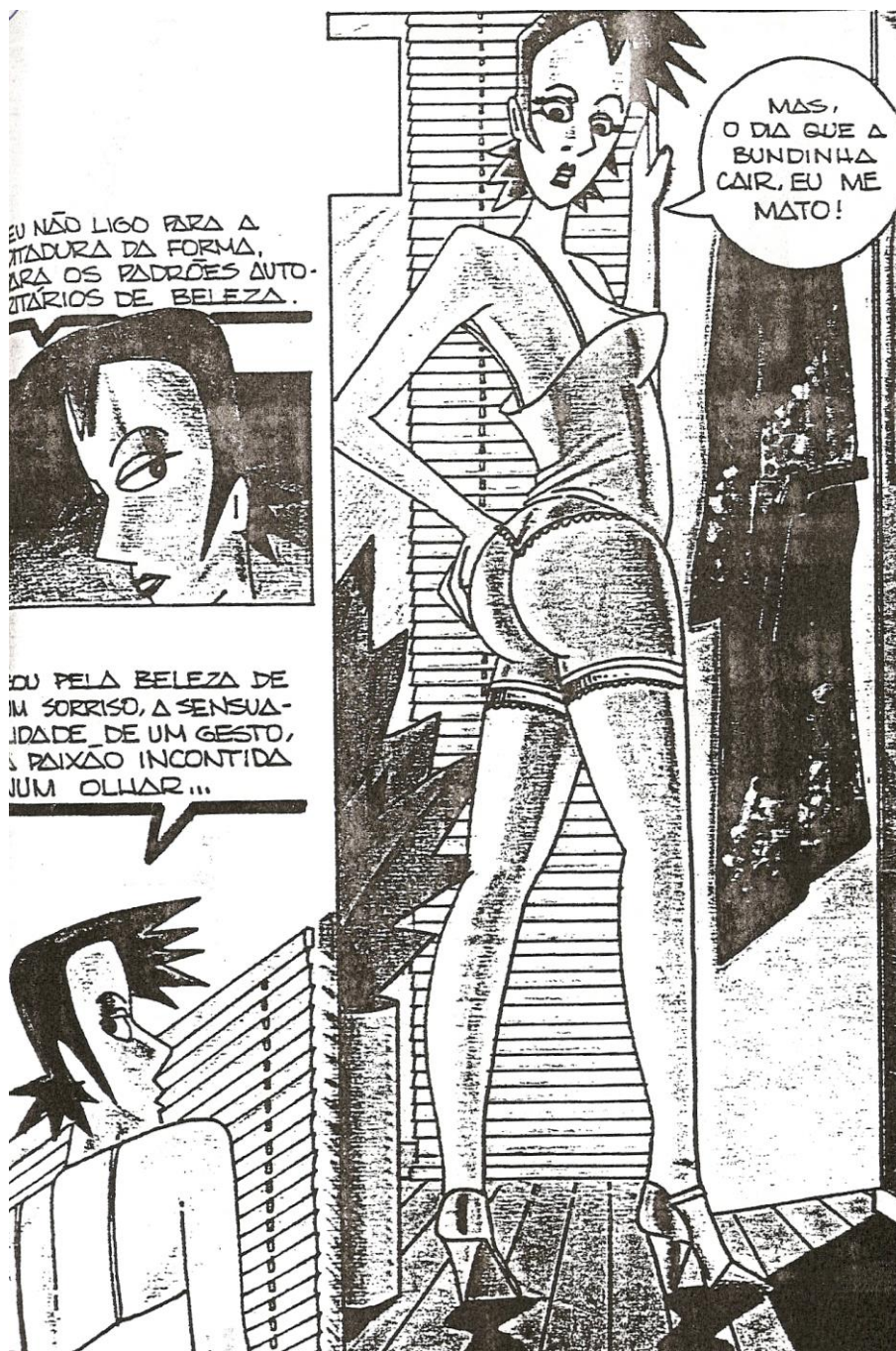
(QUINO, 1993, p. 276)

Análise: Nas materialidades verbais e não verbais desta tira, verifica-se uma identidade pronta para a mulher. Assinala-se, nestas tiras, uma posição de sujeito que indica que a mulher passa a vida buscando um corpo ideal; é a busca da magreza a qualquer custo. Este fator termina por angustiá-la: a busca pelo ideal de beleza gera insatisfação, frustração, é sinônimo de fracasso.

Engloba-se o sujeito mulher num desejo sem limite de se obter o corpo ideal. A mulher termina por ser, pois, enquadrada em um estereótipo marcado por um sentimento de insegurança em relação à aparência física: a questão estética é fator de segurança; beleza é vista como trunfo de poder. A valorização da aparência é, pois, expressão cultural. Os sentidos vão ao encontro de uma Formação Discursiva que determina que a beleza é fator determinante na realização pessoal e profissional.

Verifica-se ainda que, no saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta tira, a mulher está mais preocupada com a sua aparência do que com o que se passa no mundo; é ela percebida como fútil e superficial.





História 135

(PAIVA, 1989)

Análise: No discurso materializado na formulação verbal e não verbal da tira, há ao mesmo tempo estabilização/desestabilização da forma sujeito, dividida e dispersa nas posições de sujeito assinaladas: se, por um lado, fala-se de uma posição segundo a qual não há por que se deixar levar pela ditadura do corpo, já que ele não é o único instrumento de sedução; por outro, fala-se de um lugar segundo o qual é imprescindível para a mulher ter o corpo dentro dos parâmetros. Verifica-se que é o corpo, pois, tomado como materialidade simbólica de significação na construção da própria identidade. Legitima-se uma visão de mundo segundo a



qual a busca do ideal de perfeição é sinônimo de saúde, prazer, bem-estar. A presença do operador **mas** é fundamental para a força argumentativa do texto e a construção de sentido, uma vez que a proposição introduzida por ele é tomada como mais forte e definitiva, ganhando força tal que sobrepõe o que vem antes.



História 136

(PAIVA, 1995, p. 31)

Análise: A FD que determina o dizer desta tira está configurada em um saber de acordo com o qual a autoconfiança da mulher está ligada fundamentalmente a questões estéticas. Percebe-se que um valor sócio-cultural perpassa por todas as discursividades presentes nesta formulação: o culto à estética corporal. Infere-se daí que é imprescindível manter o corpo em forma para se sentir bem (e poder enfrentar/solucionar outras questões). Ou seja, tem a mulher na questão

estética o centro em torno do qual gravita sua vida, uma vez que todas as outras coisas se “arranjarão” – ou não – a depender de como ela se sente em relação ao corpo que tem.



História 137

(PAIVA, 1995, p. 51)

Análise: Pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica que “estar bem” – fisicamente e internamente – é um bem de consumo e, como tal, exige investimento: tempo, dinheiro, etc. As ações do cuidado de si têm orientação da cultura do consumo.

Nestas materialidades, assinalam-se discursos que regem o corporal e estabelecem a eliminação de aspectos indesejáveis, seja através de intervenção cirúrgica, consulta a

psicanalista ou viagem. A beleza é tomada como resultado de corpo jovem, solto, livre de marcas de estresse, depressão.

# ALTERAÇÕES FÍSICAS E OUTROS DERIVADOS DA MODA



História 138

(MAITENA, 2003a, p.21)



## As mulheres são tão bonitas!



História 139

(MAITENA, 2003a, p.22)

Análise: Observa-se que, entre metade dos anos 50 e início dos 60, a beleza começou a ser tomada como produto, não dom. Nas formulações presentes na ilustração e no cartum, os discursos sobre os cuidados com o corpo estabelecem que estes passam pela ginástica, pelos cosméticos, pelas dietas, pela alimentação. No saber que configura a FD que determina o dizer destes textos, o cuidado com o corpo é tomado como um hábito que se cria. Instala-se uma nova representação de beleza: a beleza que se constrói, que é possível de ser alcançada, seja através de exercícios, dietas, uso de cosméticos, etc. O corpo é concebido como material a ser moldado, transformado, esculpido, recriado através de técnicas de aperfeiçoamento, de embelezamento. Fica evidente o que Foucault chama de governabilidade: o governo que a



mulher exerce sobre si por meio de técnicas de embelezamento. É através dessas técnicas que a mulher deve se constituir como sujeito que governa o seu corpo.

Na ilustração, a vela acesa bem como a postura corporal da personagem remetem a um discurso religioso: acendem-se velas e reza-se para santos com o objetivo de se alcançarem graças. A balança é, pois, alçada à condição de entidade poderosa, capaz de satisfazer o pedido mais ansiado: o peso ideal.

### Pequenas grandes tragédias na vida de uma mulher



História 140

(MAITENA, 2003b, p.32)

Análise: As imagens dos sujeitos do discurso, isto é, a imagem que a mulher faz de si, da outra mulher e de questões de estética (aparecimento de um pêlo encravado, um cravo inoportuno, um cabelo branco, uma estria, uma ruga) determinam a forma como o processo discursivo constitui os sentidos no cartum. O efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento discursivo se dá na relação interdiscurso e intradiscurso: a expressão “Pequenas grandes tragédias na vida de uma mulher”- principalmente o uso do adjetivo ‘pequenas’ junto ao adjetivo subjetivo axiológico ‘grande’, que encerram em si toda uma carga psicológica ao qualificar o substantivo ‘tragédia’: apesar de se tratar de coisas pequenas, representam tragédias (acontecimento que causa horror) incomensuráveis na vida de uma mulher – remete a uma memória segundo a qual a mulher tem na sua aparência física o centro da sua vida.

### Algumas coisas típicas que uma mulher faz quando completa 40 anos



Análise: A FD em que foi gerada a posição de sujeito no cartum traduz como negativo o fato de uma mulher ter 40 anos. As materialidades verbais e não verbais na verdade apontam para uma memória discursiva que sustenta o dizer do cartum. O efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento, pois, se dá na relação entre interdiscurso e intradiscurso, o que pode ser verificado nas análises abaixo:.

No quadro 1, observa-se em primeiro lugar a materialidade não verbal, que retrata uma mulher desesperada, seja através da expressão facial, seja através da postura corporal (arrancando os cabelos literalmente. O não verbal retoma aqui a frase feita “arrancar os cabelos”, que indica estar em desespero, em situação difícil. A personagem, devido à gravidade do problema, realmente arranca os cabelos). Além disto, a materialidade verbal - a expressão verbal ‘surpreender-se resignadamente’- também fornece material para discussão. Resignar-se significa aceitar algo que, por essência, é ruim; é aprender a conviver com algo visto como negativo (‘ser quarentona’), por não ter jeito; é, enfim, renunciar a uma coisa que se valoriza (se ver e ser encarada como jovem). Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual ter 40 anos para uma mulher é algo desesperador.

No quadro 2, além de uma materialidade não verbal, que retrata uma mulher literalmente esticando o rosto, para poder vislumbrá-lo livre das rugas, das bolsas, da flacidez, tem-se uma materialidade verbal que diz ‘preocupar-se fisicamente’. Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual o cuidar de si para ficar bem fisicamente passa pela cirurgia plástica, pelo uso de cosméticos. Na verdade o que interessa não é a idade que se tem, mas a que se aparenta ter.

No quadro três, além da materialidade não verbal que retrata uma mulher cuja expressão facial (principalmente os olhos) e postura corporal (coçando o queixo) indicam estar ela tendo uma idéia que considera inteligente; há na materialidade verbal a expressão “esconder estrategicamente”, a partir da qual supõe-se primeiramente que, se algo deve ser escondido, é porque, se ficar a descoberto, pode trazer conseqüências negativas, é um defeito que, se aliado a alguém, pode fazer com que as pessoas tenham daquele uma imagem negativa. Por seu lado, a palavra ‘estrategicamente’ traz em si uma idéia de organização em prol de algo, geralmente um ataque ou uma defesa. Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual o que interessa não é a idade que se tem, mas a que o outro imagina que se tem. Ou

seja, esconder a idade é uma atitude inteligente quando se tem quarenta anos, uma vez que este fato, se tornado público, pode trazer conseqüências negativas.

No quadro 4, tem-se uma materialidade não verbal que retrata uma mulher em atitude relaxada, mas de óculos escuros (será que é para esconder as rugas, as olheiras, etc??); ao passo que, na materialidade verbal, destaca-se a expressão “festejá-lo descaradamente”. Ou seja, a única possibilidade de se festejar os quarenta é de uma forma descarada. Ao se analisar a palavra ‘descaradamente’, percebe-se que ela aponta para sentidos como falta de vergonha, sem pudor, atrevimento. Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual fazer 40 anos não é motivo de comemoração, já que implica perdas que para a mulher são irremediáveis (a não ser que se seja ousado, atrevido o bastante para ir de encontro aos valores estabelecidos pela sociedade em relação à mulher).

No quadro 5, o cartum traz uma materialidade não verbal que retrata uma mulher que está triste (expressão do rosto e corporal: entrelaçando os dedos nervosamente); além de trazer, na materialidade verbal, a expressão “deprimir-se, obviamente”. Tendo em vista que a palavra óbvio significa “[...]manifesto, claro, patente;axiomático, evidente;que se compreende ou se percebe por intuição”(AURÉLIO, 1988, p. 462), infere-se que não se pode esperar outra reação de uma mulher que faça 40 anos senão deprimir-se. Em outras palavras, ter quarenta anos implica forçosamente ficar deprimida, isto é algo óbvio, estabelecido. É importante chamar também a atenção para os balões presentes neste quadro: aí fica clara a polifonia, ao mesmo tempo em que a mulher argumenta dizendo que ter 40 anos não é ser velha, percebe-se presente uma outra voz que defende o contrário (inclusive ela mesma parece se ver assim). Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória segundo a qual toda mulher se angustia quando faz 40, pois chegar a esta idade é algo triste: a mulher é valorizada levando-se em conta critérios físicos (o corpo da mulher de 40 não apresenta a mesma rjeza, seu rosto mostra as marcas do tempo, etc) e biológicos (mulher de 40 tem reduzidas suas possibilidades de procriar), sendo então a mulher de 40 desqualificada.



Algumas verdades tão inúteis quanto as dietas

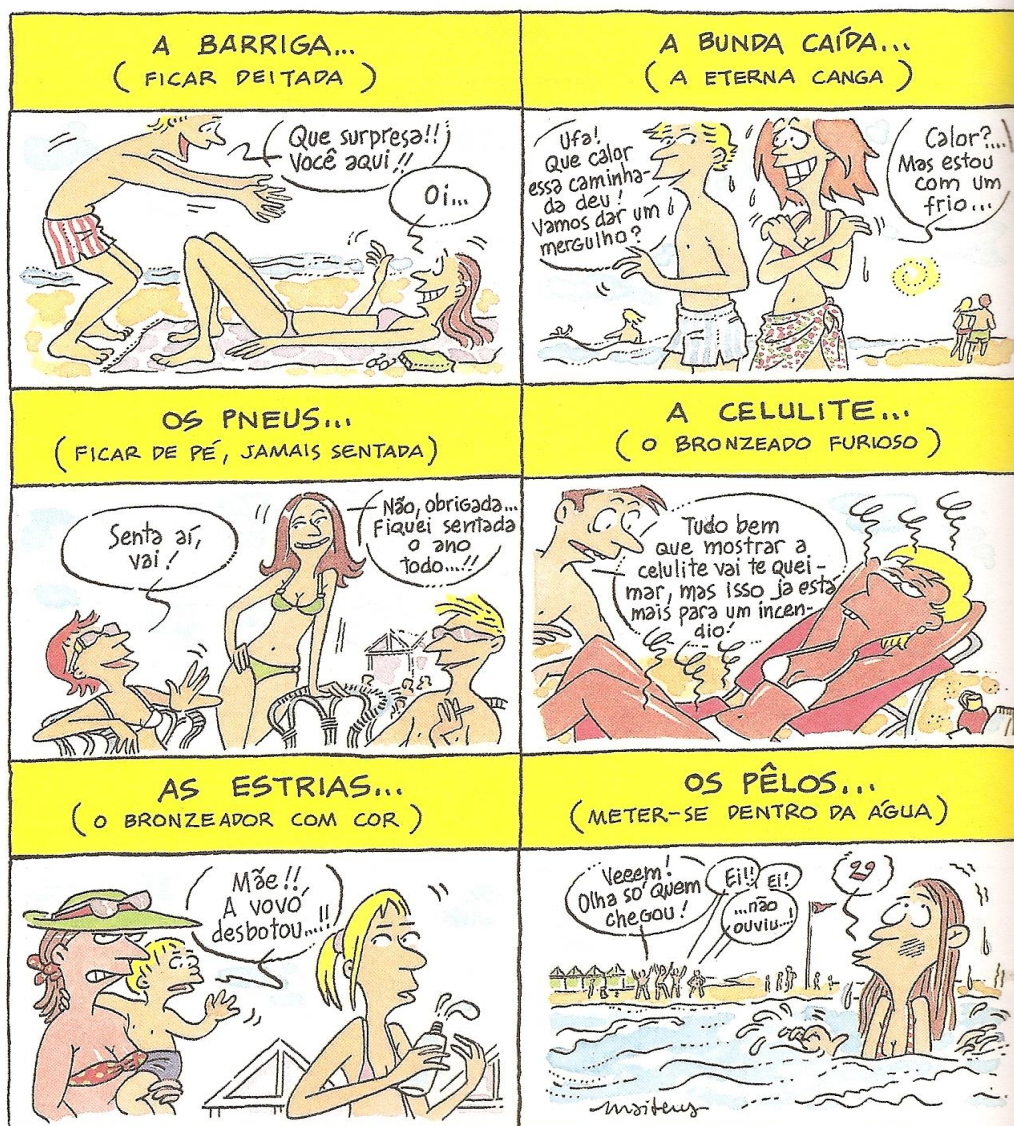


História 142

(MAITENA, 2003a, p.41)

Análise: O cartum é sustentado por posições de sujeito originadas em FDs que interagem e se confrontam: a primeira se respalda no saber que sedução se apóia na aparência; a segunda se configura no saber que o importante é a beleza interior. Há, portanto uma relação entre dois distintos sujeitos do saber.

## Seis velhos truques para dissimular... na praia



História 143

(MAITENA, 2003a, p.48)

Análise: Os discursos que regem o corporal recomendam eliminação – ou disfarce: o que interessa não é o que é mas sim o que parece – de aspectos indesejáveis: barriga (quadro 1), bunda caída (quadro 2), pneus (quadro 3), celulite (quadro 4), estrias (quadro 5), pêlos (quadro 6). Ao servir de espetáculo para o olhar do outro, exige-se da mulher um corpo malhado, magro, bem cuidado. Nos discursos materializados no verbal e não verbal do cartum, amar a si implica cuidar de si e agradar aos outros, sendo estas tomadas como atitudes legítimas.



### Algumas atitudes pouco estáticas sobre a cirurgia estética



História 144

(MAITENA, 2004a, p.55)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, os discursos sobre os cuidados com o corpo estabelecem que estes passam pela cirurgia plástica. Expressões como “ainda” (quadro 3), “precisando” (quadro 4) e “desesperada” (quadro 5) trazem como efeito de sentido ser a cirurgia plástica um destino irrevogável da mulher. Legitima-se o discurso que vincula beleza - estar e sentir-se bem - à juventude. Pode-se assinalar no cartum duas posições de sujeito: a cirurgia plástica devolve à mulher a sua juventude; a cirurgia plástica transforma a mulher em verdadeiros monstros. A segunda posição está materializada principalmente no não verbal: a forma caricata como é representada a mulher após a cirurgia.



História 145

(MAITENA, 2004a, p.49)

Análise: Nas materialidades verbais e não verbais do cartum, assinala-se a construção discursiva de corpos, hierarquizados de acordo com volume, altura e forma, bem como classificados pelo olhar paradigmático (a potranca, a vaca, a leitoa, o frango) que estabelece as possibilidades de sedução, realização pessoal. Não ditos mas subentendidos remetem a uma memória discursiva: enquanto a expressão “potranca” traz como principal efeito de sentido um forte apelo sexual, indicando que está a mulher apta para as relações sexuais; as expressões “vaca”, “leitoa” e “frango”, o uso das onomatopéias que correspondem ao grunhido dos respectivos animais, aliados ao não verbal (forma caricata como são



representadas as mulheres) desqualificam-na – a mulher – no que se refere a seu poder de sedução e realização pessoal.

### Quando chega o outono



História 146

(MAITENA, 2004b, p.26)

Análise: Nestas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurada no saber segundo o qual a mulher vê na aparência algo de suma importância. Materializam-se aí discursos que reafirmam estar a beleza forçosamente veiculada a ser/ parecer jovem e a ter corpo moldado segundo padrões estabelecidos (balão 2), bem como que o consumismo é uma necessidade na mulher (balão 1). No discurso do cuidado de si materializado nestas formulações, as práticas de embelezamento se referem à plástica e ao se vestir dentro do que é estabelecido pela moda. Não ditos mas subentendidos remetem para uma memória segundo a qual para mulher o estar bem passa fundamentalmente pela questão da aparência. A

materialidade verbal “Quando chega o Outono” brinca com duas possibilidades de leitura: a estação do ano e a idade da mulher.



História 147

(MAITENA, 2006b, p.22)

Análise: Está a FD que determina o dizer deste cartum configurada em um saber de acordo com o qual ser bela é ser jovem.

Alguns aspectos neste cartum merecem ser discutidos. A materialidade verbal “A luz da razão” brinca com a palavra luz, que é usada no sentido denotativo (lâmpada) e conotativo (faculdade da percepção). Além do que a palavra razão permite algumas leituras: estar certo / ter juízo. Ou seja, a luz – ou a falta dela - faz com que se aja com juízo, o que implica esconder o corpo não jovem; quando se não é jovem, fica-se “muito melhor” no escuro (as marcas da idade devem se esconder na escuridão), isto é o certo.





História 148 (MAITENA, 2005, p.18)



História 149 (MAITENA, 2005, p.35)



História 150 (MAITENA, 2005, p.132)



História 151 (MAITENA, 2005, p.153)

Análises: Através do discurso, o corpo é 'construído': os significados que o corpo ganha no discurso moldam a materialidade do corpo real. Através da busca de um ideal evanescente, homogeneizante, os corpos – especialmente os femininos – tornam-se o que Foucault chama

de corpos dóceis, corpos cujas forças e energias são submetidas ao controle externo, à sujeição, à transformação.

No saber da FD em que tem origem o discurso materializado nas formulações verbais e não verbais presentes nos cartuns, estar bem consigo pressupõe ter corpo dentro dos padrões de beleza estabelecidos pelo grupo. Nos não ditos mas subentendidos presentes nestes cartuns, a segurança da mulher passa necessariamente pela questão estética: ter celulite (história 146), estar acima do peso (história 147), não estar com o corpo malhado (histórias 148 e 149) desestabilizam emocionalmente a mulher.



História 152 (MAITENA, 2005, p.23)



História 153 (MAITENA, 2005, p.59)





## História 154 (MAITENA, 2005, p.98)

Análise: A Análise do Discurso concebe o estereótipo (no caso destes cartuns, o que é ser coroa e velho e suas implicações) como representação coletiva cristalizada, que se constrói sobre um já-dito. Trata-se de “um saber do senso comum, que inclui as evidências dos parceiros de troca [...] varia segundo a época e a cultura” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 216). O ‘não ser jovem’ é tomado aqui como categoria social que cristaliza valores e significações; é objeto histórico; é uma categoria disseminada, construída segundo condições de inteligibilidade. Nas formulações presentes nos cartuns, atualiza-se um discurso de que ‘não ser jovem’ é algo negativo, é sinônimo de decadência. Além do mais, as discursividades materializadas nestas formulações preconizam que o que importa é o que se aparenta, não o que se é: o que interessa é a idade que se aparenta ter.

## 5.2.6 A mulher e seus valores

Vem a ser no imaginário que o sujeito esboça sua identidade e objetivos; cataloga e organiza o seu passado, presente e futuro. Por sua vez, o imaginário se expressa por meio de discursos, que se materializam em símbolos, rituais, mitos. Através das textualizações, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação do que se elegeu como ordem vigente ou de introdução de mudanças.



História 155

(QUINO, 1993, p. 23)



História 156

(QUINO, 1993, p. 28)



História 157

(QUINO, 1993, p. 30)



História 158

(QUINO, 1993, p. 34)

Análise: Nas discursividades presentes nestas tiras, na vida das mulheres, os filhos são principal motivo de orgulho (história 154); ter filhos é seu principal - e real - objetivo, sua principal realização (histórias 153, 155, 156). Além do mais, implicitamente delinea-se uma imagem de mulher como um ser fútil e superficial (história 154/ quadros 2 e 3; história 155/quadros 3 e 4). Observa-se que certos domínios da vida social têm sido vinculados à natureza. A centralidade da mulher no domínio familiar, essencialmente o seu papel reprodutivo, tende a se constituir na base da determinação da identidade feminina.



Ao se constituírem, as tiras se colocam como lugar de dizer em um jogo em que há interdependência entre a palavra e imagem: pode-se assinalar nestas tiras uma posição de sujeito que indica que ter filho é algo imprescindível a uma mulher. No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito dessas formulações, a mulher nasceu para ser mãe, é este o seu principal objetivo.



História 159

(QUINO, 1993, p. 45)



História 160

(QUINO, 1993, p. 87)



História 161

(QUINO, 1993, p. 98)



História 162

(QUINO, 1993, p. 192)

Análise: As discursividades que aparecem nestas tiras dizem respeito ao posicionamento da mulher no que se refere ao que aspira do futuro. Assinalam-se aí diferentes posições de sujeito que configuram o saber da FD que determina o que se pode e deve dizer: Materializam-se discursos que reafirmam que o universo da mulher ainda é dentro do lar. Seus principais interesses ligam-se ao seu casamento, ao desempenho de tarefas domésticas.(história 160 / quadro 3; história 159; história 158). Materializam-se aí também discursos que afirmam que o mundo das mulheres não se limita apenas a seus filhos, sua família, seu marido (história 157/ quadros 1 e 2; história 158 / quadros 1 e 2; história 159/ quadro 4 ). Para o surgimento destes, contribuiu a eclosão do movimento feminista nas décadas de 60 e 70.



História 163

(QUINO, 1993, p. 27)





História 164

(QUINO, 1993, p. 40)



História 165

(QUINO, 1993, p. 136)



História 166

(QUINO, 1993, p. 136)

Análise: Tomando como ponto de partida os estudos de Foucault, Lauretis (1994) mostra que no sistema gênero-sexo a pessoa é representada ou se representa de acordo com os atributos sociais construídos para o sistema. Observa-se, nas materialidades das tiras em questão, ser a mulher estereotipada, reproduzindo padrões estabelecidos, apresentando comportamentos e imagens que reforçam esses padrões: nas tiras, a mulher é estereotipada como vaidosa e fútil (história 161/ quadros 3 e 4; história 162/ quadros 1; história 163/ quadro 4). Ter 'utilidade mulheril' (história 164/ quadro 5), ou seja, servir como mulher implica se adequar a esses critérios.



História 167

(QUINO, 1993, p. 51)



História 168

(QUINO, 1993, p. 220)

Análise: A mulher constrói sua identidade a partir da identificação de seus valores, suas interações nas práticas cotidianas e nas falas. Muitas vezes, o feminino aparece reduzido à sua expressão mais simples. Nas tiras em questão, a mulher se constitui como sujeito que tem no casamento a principal razão de sua vida: tudo deve girar em torno deste que é visto como uma necessidade própria de sua natureza.



Essas sensações baratas que  
as liquidações nos provocam

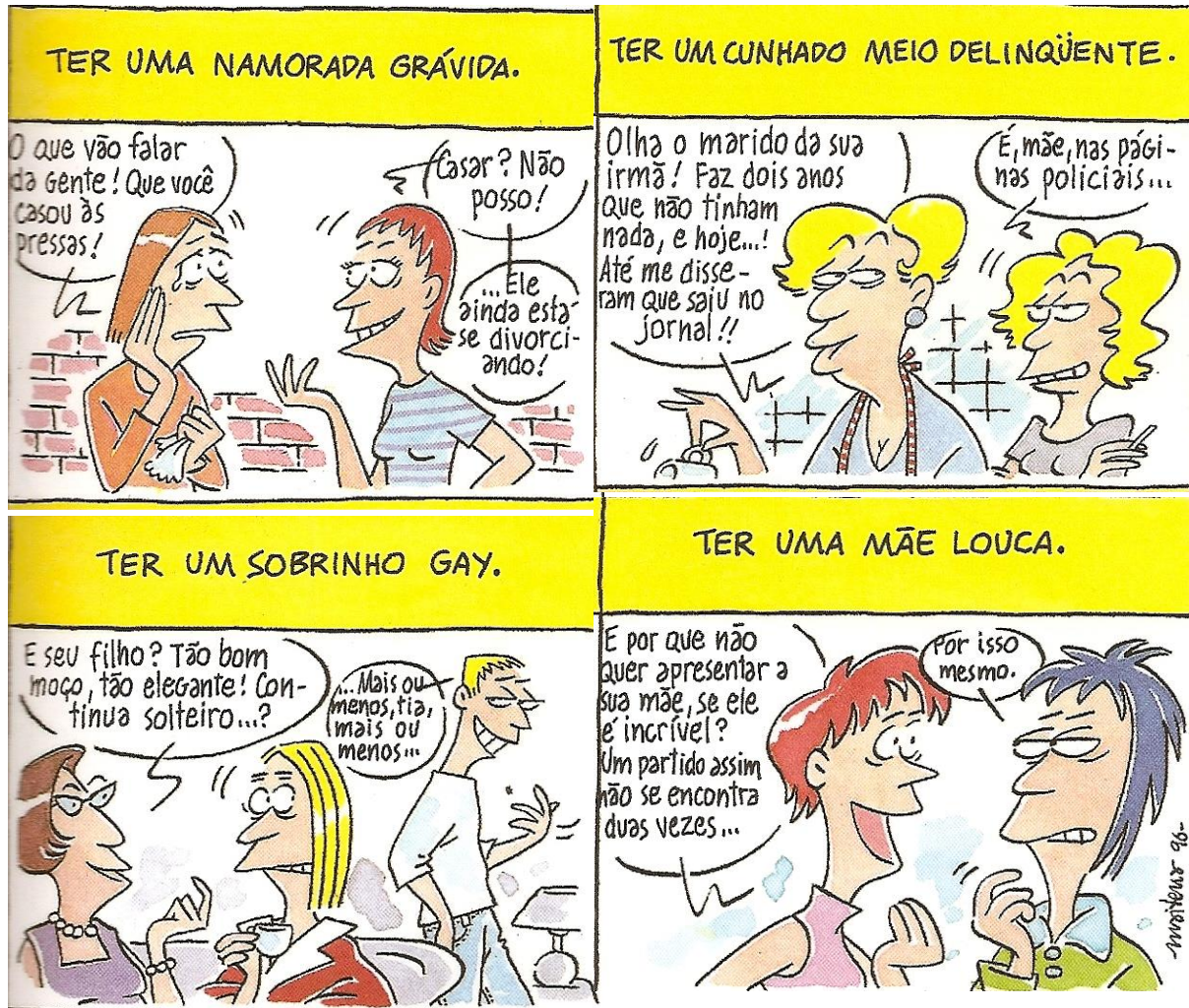


História 169

(MAITENA, 2003b, p. 61)

Análise: Não se encontra a subjetividade no campo individual, mas sim em todos os processos de produção social e material, logo também em práticas discursivas. Em termos discursivos, a subjetividade se constrói na inscrição/identificação do sujeito na FD a qual o constitui. No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta formulação, a mulher é fundamentalmente consumista, representando o comprar uma das formas de ser ela feliz. Materializam-se também discursividades que reforçam uma representação estereotipada da mulher como fútil, desequilibrada emocionalmente, irracional.

## Essas coisas que sempre acontecem nas melhores famílias



História 170

(MAITENA, 2003c, p. 59)

Análise: Para Foucault, o importante é analisar as práticas concretas, em sua microscopidade, em sua especificidade, objetivando-se “descer ao estatuto das práticas concretas pelas quais o indivíduo é constituído na imanência de um campo de conhecimentos”(FOUCAULT, 2006a, p. 237). As práticas discursivas formam sistematicamente os objetos de que falam. Neste cartum, colocam-se, em evidência, sentidos previamente estabelecidos e socialmente instituídos sobre o lugar ocupado pelo homossexual, a mãe solteira, o delinquente e a mãe “louca”.



As relações entre poder/saber definem as diferenças entre o normal e anormal, sendo estas definições utilizadas para regular o comportamento das pessoas. Segundo Foucault, a sociedade encarcera, exclui, esconde pessoas tidas como anormais. No cartum, fica claro que uma filha solteira e grávida (quadro 1), um filho gay (quadro 3), uma mãe louca (quadro 4) devem ser ‘escondidos’, sob pena de se ser também excluído.

É interessante salientar dois pontos neste cartum: em primeiro lugar, infere-se que ser gay, estar grávida e solteira, ser uma mãe ‘louca’ representam transgressões tais qual ser delinqüente. Outro aspecto interessante é o uso da expressão “louca” que, por essência, já desautoriza o indivíduo, uma vez que o louco é aquele que perdeu a razão, razão esta que pode ser tomada em dois sentidos, o que levaria a construções distintas: perder a razão pode ser concebido como não ter capacidade de julgar; ou como não estar certo. No cartum, este termo pode ser tomado nestas duas direções: a mãe louca perdeu a capacidade de julgar e, por conseguinte, nunca está certa. Observa-se que no texto em questão a palavra “louca” não é tomada como insanidade mental, mas sim como insensato, imprudente, imoderado: no caso, uma mãe que não se comporte dentro dos padrões do que se espera de alguém que ocupe este lugar – mãe.

## Seis coisas difíceis de encontrar



História 171

(MAITENA, 2004a, p. 10)

Análise: Nos discursos materializados nestas formulações, os principais interesses da mulher estão ligados à casa (quadro 2), aos filhos (quadro 3), ao companheiro (quadro 6) e aos cuidados de si, que envolvem tanto a preocupação com o exterior (quadros 4 e 5), como com o interior (quadro 1). Pode-se assinalar ainda aí uma posição de sujeito configurada no saber segundo o qual as mulheres são emocionalmente instáveis (expressão facial das personagens dos quadros 2,3,4,5), consideram o homem perfeito aquele que adivinha os seus desejos (quadro 6), têm horror a parecerem velhas (quadro 5)



## As mulheres e sua relação com a cantada



História 172

(MAITENA, 2004a, p. 64)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber de acordo com o qual a mulher espera ser cantada pelo homem (se não o é, há algum problema com ele – é homossexual – ou com ela – sua aparência. Percebe-se claramente que a conduta esperada do homem é investir em qualquer mulher considerada atraente, sendo-lhe isto cobrado). Nas discursividades aí presentes, reafirma-se a necessidade que a mulher tem da aprovação masculina. Não ditos mas subentendidos apontam para uma memória discursiva segundo a qual à homossexualidade é atribuída uma valoração negativa, isto ficando bastante evidente na expressão “bichinhas”, usada pejorativamente, o que é acentuado pelo uso do sufixo inhas.

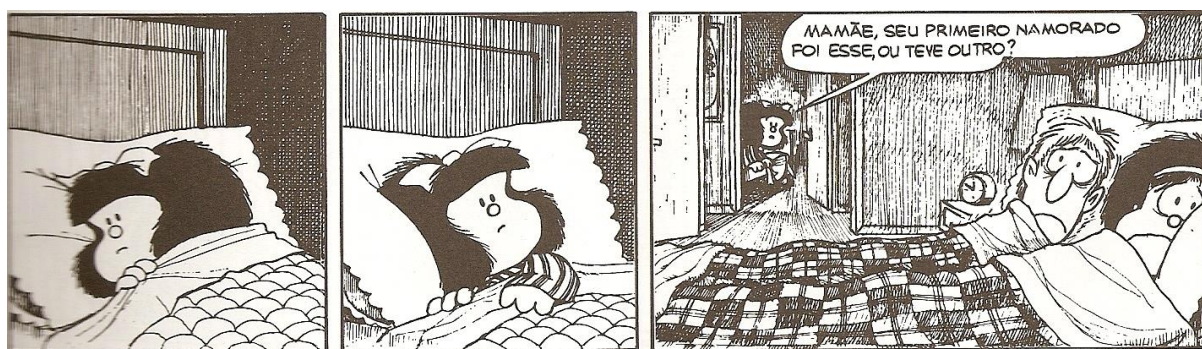


## 5.2.7 A mulher e o sexo



História 173

(QUINO, 1993, p.222)



História 174

(QUINO, 1993, p.245)



História 175

(QUINO, 1993, p.245)



História 176

(QUINO, 1993, p.254)



Análise: As formulações presentes nas tiras indicam os saberes sobre a mulher em relação ao sexo na época (décadas de 60/70): Mulheres não devem ter outras experiências afetivas além do homem com quem se casar (história 172/ quadro 3; história 173/ quadro 5). A expressão facial dos personagens na história 172 (quadro 3), bem como as falas do personagem pai, seu tom de voz (indicado pela fonte das letras), sua expressão facial na história 173 são indícios de o quanto este assunto ainda é tabu.

Às mulheres não é permitido – principalmente – ter experiências sexuais antes do casamento: noiva deve ser pura e limpa (história 171/ quadro 2). É interessante observar toda a rede semântica que se estabelece a partir destas duas palavras: à palavra “limpo” são atribuídos significados como “sem mancha [...], bem feito, bem acabado, aprimorado, perfeito [...]sem dano ou lesão [...] sem mácula:puro, imaculado [...]honesto honrado, probo[...]” (AURÉLIO, 1988, p. 395); já para a palavra “puro” são atribuídos significados como “[...] não infectado,[...] sem manchas ou nódoas; limpo, imaculado; inocente, cândido, virginal; singelo, simples; sincero, verdadeiro; casto, virtuoso; honesto, íntegro, probo [...]”(AURÉLIO, 1988, p. 395). Para que a noiva tenha, porém, estas características, é preciso que case virgem; caso não o faça, infere-se, portanto, que se torna uma noiva suja - “sujo [...] manchado, conspurcado, maculado; infeccionado, contagiado; em que há muitas incorreções e emendas; indecente, indecoroso, imoral, obsceno; indigno, desonesto, sórdido, torpe, canalha; em quem não se pode confiar; que perdeu o crédito, desmoralizado[...]”(AURÉLIO, 1988, p. 616) – e impura – “impuro: [...] contaminado, infetado; [...] lúbrico, sensual, impudico; sórdido, torpe, imundo [...]”[...]”(AURÉLIO, 1988, p. 354)

Observa-se que à ‘noiva com sujeirinha’ - infere-se que a ‘sujeirinha’ é advinda exatamente do fato de ter ela tido relações sexuais antes do casamento (história 171/ quadro 3) - e a mulheres que têm filho sem se casar (história 174/quadro2), é atribuída valoração negativa. A estas últimas, é imposto um peso ainda maior, pois, se transgridem a norma, mas casam, se reabilitam perante o sistema; caso contrário, não têm futuro (história 174/quadro2).



História 177

(PAIVA, 1990)

Análise: Nessas formulações, pode-se assinalar um domínio do saber em que a heterossexualidade não é a única forma de sexualidade tida como normal. A bissexualidade não é considerada perversão. Não se pode deixar de ressaltar, todavia, que o que predomina são as práticas de relacionamento heterossexual (apenas 1 relação homossexual em um universo de 18 )<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> É interessante ressaltar que no Livro de Pensamentos da Radical (2001), ela faz a seguinte observação no que diz respeito à relação afetivo/sexual que teve com uma mulher: “Márcia era carinhosa, me ouvia, me dava prazer, me fazia companhia e sabia tudo que eu queria e desejava. Mas eu gostava mais de quem me maltratava,



No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta formulação, a mulher se constitui como sujeito de desejo mediante múltiplas sexualidades: ela busca prazer sexual em relações heterossexuais, homossexuais, bem como em uma relação pode usufruir de mais de um parceiro. Materializam-se aí discursividades segundo as quais o sexo está associado a prazer sexual, estando desvinculado de relacionamentos estáveis.



História 178

(PAIVA, 1995, p. 33)

Análise: A interdependência da materialidade verbal e não verbal desta tira indica um saber sobre o sexo, segundo o qual o prazer sexual é elemento de ajustamento emocional e de alegria de viver.

não me ouvia, não me entendia, mas me dava mais prazer: homens” (RADICAL IN: PAIVA, 2001, p. 63). Ou seja, ela faz questão de deixar clara sua opção por relações heterossexuais.

Nos discursos materializados nessa formulação, percebe-se ainda que os cuidados com o corpo passam pela ginástica, pelo analista. O sujeito vê-se obrigado a adequar comportamento do seu corpo às normas estabelecidas. No funcionamento da relação das posições de sujeito e o saber sobre o cuidado de si é que é produzida a verdade do sujeito, sujeitado pelas práticas disciplinares. Nas discussões aí presentes, amar a si, cuidar de si, agradar aos outros são tomados como atitudes legítimas.

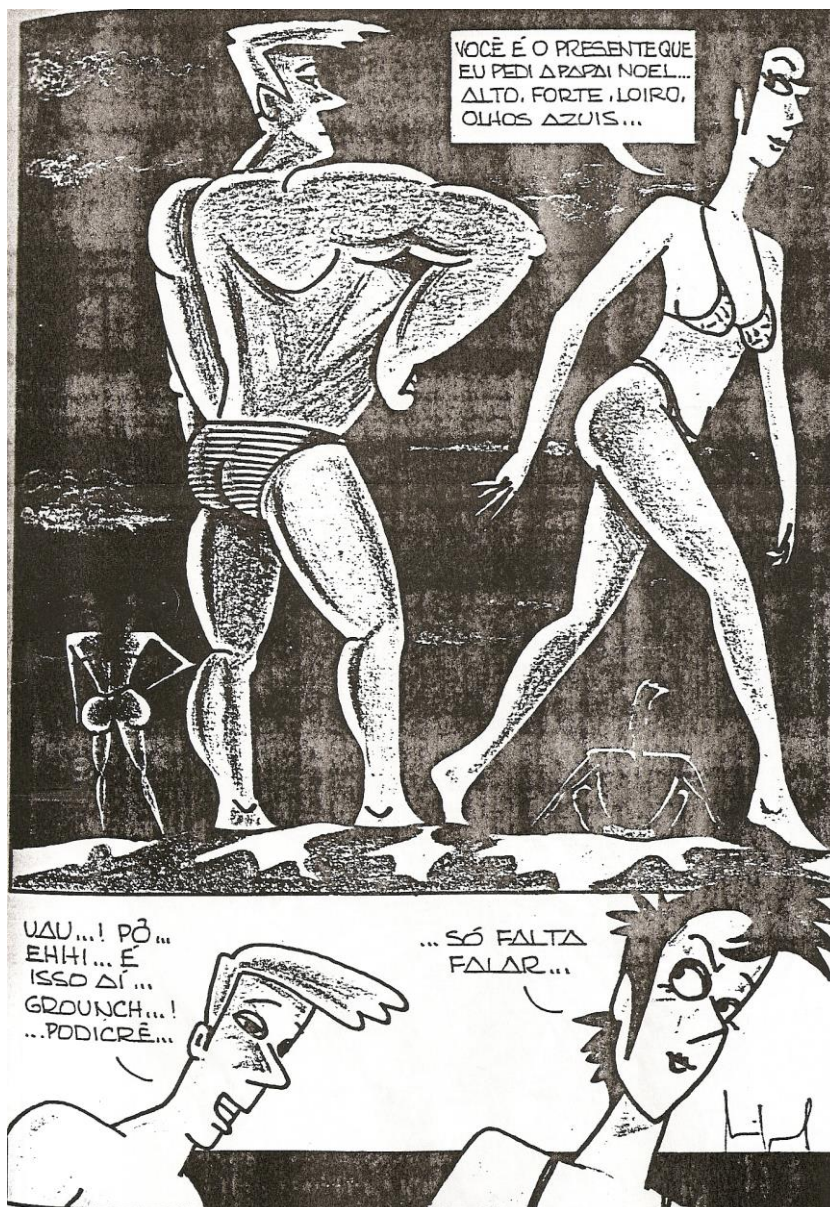
No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta formulação, para a mulher, a opinião do homem é de crucial importância, uma vez que vê ela no seu corpo um instrumento de sedução.

Chama-se atenção para a construção lingüística presente no 2º balão do terceiro quadro “Pra sua idade, você até que tem um corpinho razoável”: em primeiro lugar, observa-se que a expressão “pra sua idade” aponta para uma memória segundo a qual a beleza está ligada à juventude e ser jovem, para uma mulher, é ter menos de 30, ou seja, ela tem o corpo razoável dentro de determinado universo em que se reduz o rigor na análise (se a análise fosse feita, por exemplo, estabelecendo comparativo com mulheres de 20 anos, com certeza o resultado seria outro ), uma vez que sua idade é vista como demérito; já a expressão “até” indica que naquela idade ter um corpo como o dela é algo que foge à regra; quanto ao uso da palavra razoável, indica que o corpo dela está dentro do limite do aceitável. Percebe-se que o corpo – e, assim, a mulher – é avaliada em sua constituição como um objeto de consumo o seria, sendo aplicados critérios para ver até que ponto satisfaz – ainda – ou se precisa ser trocado por “um modelo” mais novo, que com certeza apresentará “acessórios” que melhor satisfarão.









História 180

(PAIVA, 1989)

Análise: Materializam-se nestas formulações discursividades respaldadas na moral sexual segundo a qual a mulher vive com liberdade a sua sexualidade, busca o prazer. As formulações aí presentes, todavia, são sustentadas por posições de sujeito originadas em FDs distintas que interagem e se confrontam: na primeira, para agradar / satisfazer uma mulher, o homem tem que estar enquadrado em estereótipo físico: magro, malhado, jovem, loiro, alto; na segunda, a mulher busca em suas relações bem mais do que o físico.

É interessante destacar o papel da expressão “só” nas duas histórias: na 1ª, a proposição introduzida por aquela expressão “desvaloriza” todos os argumentos em prol do candidato, tem o “só” valor de “mas” (adversativo): todas as “qualidades” de caráter que tem o pretenso

candidato caem por terra em vista dos seus “defeitos” físicos, sendo estes vistos como mais fortes. Fica implícito nesta 1ª história ainda que, se o homem apresenta dadas características físicas, não consegue dar prazer à mulher. Prazer sexual está, portanto, vinculado a estereótipo físico. É importante destacar que a prática de falar/discutir sobre sexo é vista aí como natural.

Na 2ª, a expressão “só” tem valor de exclusão: há uma única “qualidade” que falta ao candidato; esta, no entanto, mostra-se de grande valor, comprometendo seus outros atributos. Salienta-se que é aí o homem tomado como objeto de uso (presente pedido) e, como tal, para satisfazer plenamente, tem que apresentar todas as características solicitadas.

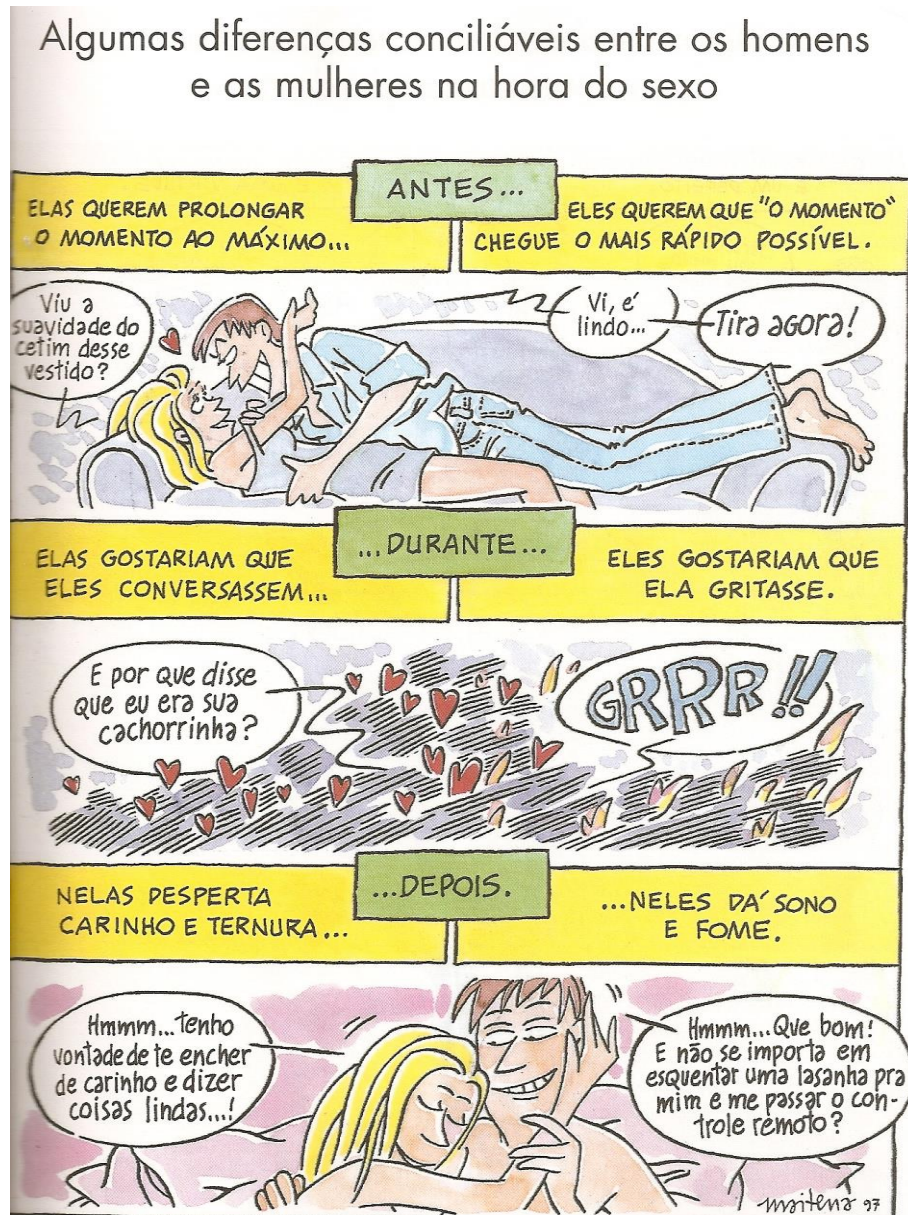


História 181

(PAIVA, 1995,p.14)



Análise: Nestas formulações, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurada no saber que a mulher busca prazer sexual em suas relações, mas o orgasmo ainda se constitui para ela em algo difícil de se conseguir (mas não impossível). Ressalta-se ainda em relação a esta história que é aí a prática de falar/discutir sobre sexo vista como natural.



História 182

(MAITENA, 2003c, p. 23)

Análise: No saber da FD em que é originado o discurso materializado neste cartum, homem e mulher concebem o sexo de maneiras distintas, ao mesmo tempo em que buscam nele distintos prazeres. Alguns pontos merecem ser destacados: no quadro 1, a materialidade não verbal (expressão facial da mulher e expressão facial do homem) e a materialidade verbal



(fala da mulher e fala do homem) indicam que a atitude assumida pela mulher é de alguém romântico (destaque para o coração próximo à sua face), enquanto que o homem estaria voltado essencialmente para o lado carnal (destaque para o balão dois referente a ele em que o “tira logo” vem em fonte maior, indicando que é falado em tom alto). No quadro 2, tanto a materialidade não verbal (mulher simbolizada por corações, indicando que está toda envolvida pelo romantismo; homem simbolizado pelas chamas, indicando que está envolvido nas chamas (índice de que há fogo) do prazer sexual), bem como a materialidade verbal (fala da mulher; grunido do homem) reforçam representações de homem e mulher em relação ao ato sexual: enlevo espiritual x prazer animal, carnal. Observa-se que, tanto no quadro 1 quanto no quadro 2, os elementos icônicos ‘coração’ e ‘chama’ remetem a uma memória segundo a qual o coração está associado ao amor e a chama à paixão. Além do que, a onomatopéia utilizada no quadro 2 é indício de que o homem na relação dá vazão a seu lado animal. No quadro 3, a materialidade não verbal (expressão facial da mulher e sua postura corporal, abraçando o homem; postura corporal do homem, que começa a afastar a mulher de si, retirando a mão que o está abraçando e sua expressão facial, principalmente a dos seus olhos) e a materialidade verbal (fala da mulher e fala do homem. Destaca-se o início da fala do homem “hummm Que bom!”, em que ele tenta encerrar aquele momento porque agora seus interesses – ver TV – e necessidades – fome – são outros ) reatualizam o discurso de que mulher vê na relação sexual uma demonstração de amor; enquanto que os homens vêem na relação sexual um simples ato físico que lhe trará prazer físico.

## Qual é a diferença...



História 183 (MAITENA, 2003c, p.37)

Análise: No saber da FD em que se pode identificar a posição de sujeito desta formulação, ter relações sexuais implica ter compromisso. Tomando como ponto de partida a materialidade não verbal (expressão de espanto no olhar; mãos na boca, que é atitude que indica perplexidade; bem como o corpo nu) e a materialidade verbal (palavra noite: não ditos mas subentendidos remetem a uma memória discursiva segundo a qual encontros amorosos acontecem à noite, inclusive a palavra “dormir”- ato praticado precipuamente à noite - às vezes é usada como sinônimo de ter relações), infere-se que personagem teve relações com amigo o que o tornou um namorado. Ou seja, o dizer do texto pauta-se em uma moral de acordo com a qual não se tem relações sexuais com amigos, sem que se queira torná-los namorados..

### Os caminhos que não ajudam uma mulher a chegar a parte alguma



### Quatro mal-entendidos típicos de um casal



História 184/(MAITENA, 2004a, p.70) História 185/(MAITENA, 2004a, p.70)

Análise: No saber em relação ao sexo que respalda a FD que determina o dizer deste cartum, as mulheres ainda não se sentem à vontade em se tratando de sexo. Nas discursividades presentes nestas materialidades verbais e não verbais, desfrutar do sexo é algo ainda distante do universo feminino (história 182/quadros 3 e 4; história 183/ quadros 3 e 4); o desejo sexual é mais presente no homem que na mulher (história 182/ quadros 2 e 3); a mulher tem medo de tomar a iniciativa (história 183/ quadro2) e se sente culpada, quando alguma coisa não vai bem na vida sexual do casal, por achar que falhou no que se refere a uma das funções por que se sente responsável: a sedução (história 182/ quadro 1); os homens pensam que sabem como excitar uma mulher (história 183/ quadro 3: destaca-se aí a materialidade não verbal, uma vez que a expressão facial da personagem indica o quanto seu companheiro está errado) .

O texto “brinca” ainda acionando a memória discursiva através da materialidade não verbal: na história 183/quadro 4, o nariz da personagem que cresce remete à história de Pinocchio, que, sempre que mentia, tinha o seu nariz aumentado. Quanto maior a mentira, maior o nariz (nariz da personagem já se encontra bastante crescido).

## Filhos e sexo, ter ou não ter?



História 186

(MAITENA, 2004a, p.72)

Análise: As formulações presentes no cartum são sustentadas por posições de sujeito em que a mulher acha que o homem não fica sem sexo, logo pressupõe que irá procurar outra para



satisfazê-lo e o homem vê no filho um rival das atenções da mulher . Reafirmam-se estereótipos tanto da mulher (mulher vê no ser mãe centro de sua vida), quanto do homem (homens vêm no desejo sexual principalmente uma necessidade, não estando vinculado forçosamente a amor).

## Para que serve um amante?



História 187 /(MAITENA, 2004a, p.73)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica uma moral em que mulheres têm amantes, mas se sentem culpadas em relação a isto.



Nos discursos materializados nestas formulações, ter um amante é fator que dá sentido à vida. Nas entrelinhas, pode-se inferir que a mulher não busca aventuras, uma vez que o que a leva a buscar relações extraconjugais é o fato de, no casamento, não se sentir realizada, o que não a exime, porém, de se sentir culpada.



História 188

(MAITENA, 2004a, p.69)

Análise: No saber que configura a FD que determina o dizer destes cartuns, homens e mulheres têm relações extraconjugais. Nestes discursos, para o homem, sexo e envolvimento amoroso são coisas distintas e o prazer sexual nada tem a ver com romantismo (quadros 1, 3 );

já com a mulher dá-se o contrário (quadros 2 e 4). Fazem-se presentes aí discursos sobre mulher e homem que os definem em posições de sujeito diferentes: enquanto os homens convivem bem com o adultério, encaram-no sem nenhum problema de consciência (quadro 5), este não vindo a abalar o seu casamento (quadro 3), enfim traem por puro prazer; as mulheres sentem-se culpadas (quadro 6) e terminam por encerrar o seu casamento (quadro 4), enfim, traem por amor..



História 189

(MAITENA, 2006a, p.19)

Análise: Nas formulações pode-se assinalar uma posição de sujeito configurada no saber segundo o qual o sexo é para a mulher fator de ajustamento emocional e alegria de viver.

Destaca-se aqui a materialidade verbal “Círculo vicioso com pouco vício”. Ou seja, ter relações sexuais é, implicitamente, associado à idéia de vício. Ao se buscar no dicionário,



encontram-se os seguintes significados para a palavra vício: “Defeito grave que torna uma pessoa ou coisa inadequadas para certos fins ou funções; inclinação para o mal [...] conduta ou costume censurável ou condenável; libertinagem, licenciosidade [...]; costume prejudicial [...]” (AURÉLIO, 1988, p. 672). Reafirmam-se aí, pois, discursividades de acordo com as quais o sexo está ligado à idéia do pecado (discurso bíblico), de transgressão, sendo tomado como algo “censurável e condenável”; além de discursividades segundo as quais a mulher é emocionalmente imatura e, sendo assim, instável.

DIGA PARA QUEM VOCÊ MENTE E DIREI O QUE VOCÊ DIZ



História 190 (MAITENA, 2006a, p.63)

Análise: Nas formulações pode-se assinalar uma posição de sujeito configurada no saber em que mulheres fingem comumente o orgasmo.



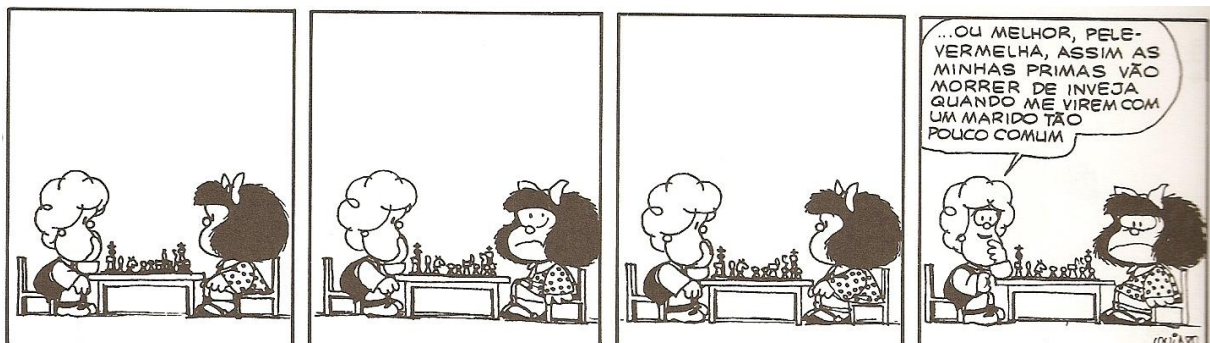
História 191

(MAITENA, 2005, p.61)

Análise: Nas formulações verbais e não verbais presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual o sexo não é uma prática constante no casamento. Nas entrelinhas, reforça-se mais uma vez que mulher não gosta de sexo.

### 5.2.8 A mulher e suas relações

As relações têm um caráter cultural e ideológico e estruturam as interações discursivas, mantidas e estimuladas por formas representativas. As representações de gênero estão ligadas a relações de poder, a políticas de identidades. São estes sistemas de representações e auto-representações sociais codificadas em normas, regras, paradigmas morais, que delimitam os campos do aceitável, do dizível, do compreensível.



História 192

(QUINO, 1993, p.196)





História 193

(QUINO, 1993, p. 298 )



História 194

(QUINO, 1993, p.303 )



História 195

(QUINO, 1993, p. 404 )

Análise: O discursivo manifesta a existência da materialidade verbal e não verbal no interior da ideologia. As materialidades verbais e não verbais, como construções discursivas, como lugares de inscrição dos sujeitos, são lugares privilegiados onde se instauram identidades. As posições de sujeito nas tiras são geradas no interior de uma Formação Discursiva em que as mulheres sempre se encaram como oponentes, são rivais, têm uma relação eivada pela desconfiança. Apropria-se a tira de um discurso do senso comum, sustentando serem certas marcas “destino da natureza”: sogras são inimigas em potencial (história 192), noras



representam uma ameaça (história 191); mulheres sempre estão competindo entre si (histórias 190 e 193).



História 196

(PAIVA, 1995)

Análise: No saber da FD que determina o dizer destas formulações, mulheres são impiedosas e ferinas para com as outras mulheres. Reatualiza-se um discurso segundo o qual mulheres não são amigas umas das outras, estando sempre competindo, principalmente quando se trata de homens; bem como que aparência é principal alvo de críticas, uma vez que ela considera este o aspecto mais importante .





História 197

(PAIVA, 1996)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que afirma que as mulheres se apaixonam por homens que se enquadram dentro de um modelo tradicional: não sentimentais, racionais até nas suas relações afetivas. Reatualiza-se um discurso segundo o qual a mulher está à disposição do homem.





História 198

(PAIVA, 1993)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que afirma que as mulheres dão o “golpe da barriga”, ou seja, engravidam para “prender” os homens. Reatualiza-se um discurso segundo o qual as mulheres “agüentam” qualquer coisa em prol de uma relação estável. Percebe-se que, independente do que seja sua relação com o homem, a mulher faz tudo para não perdê-lo: ter um marido “compensa” tudo.



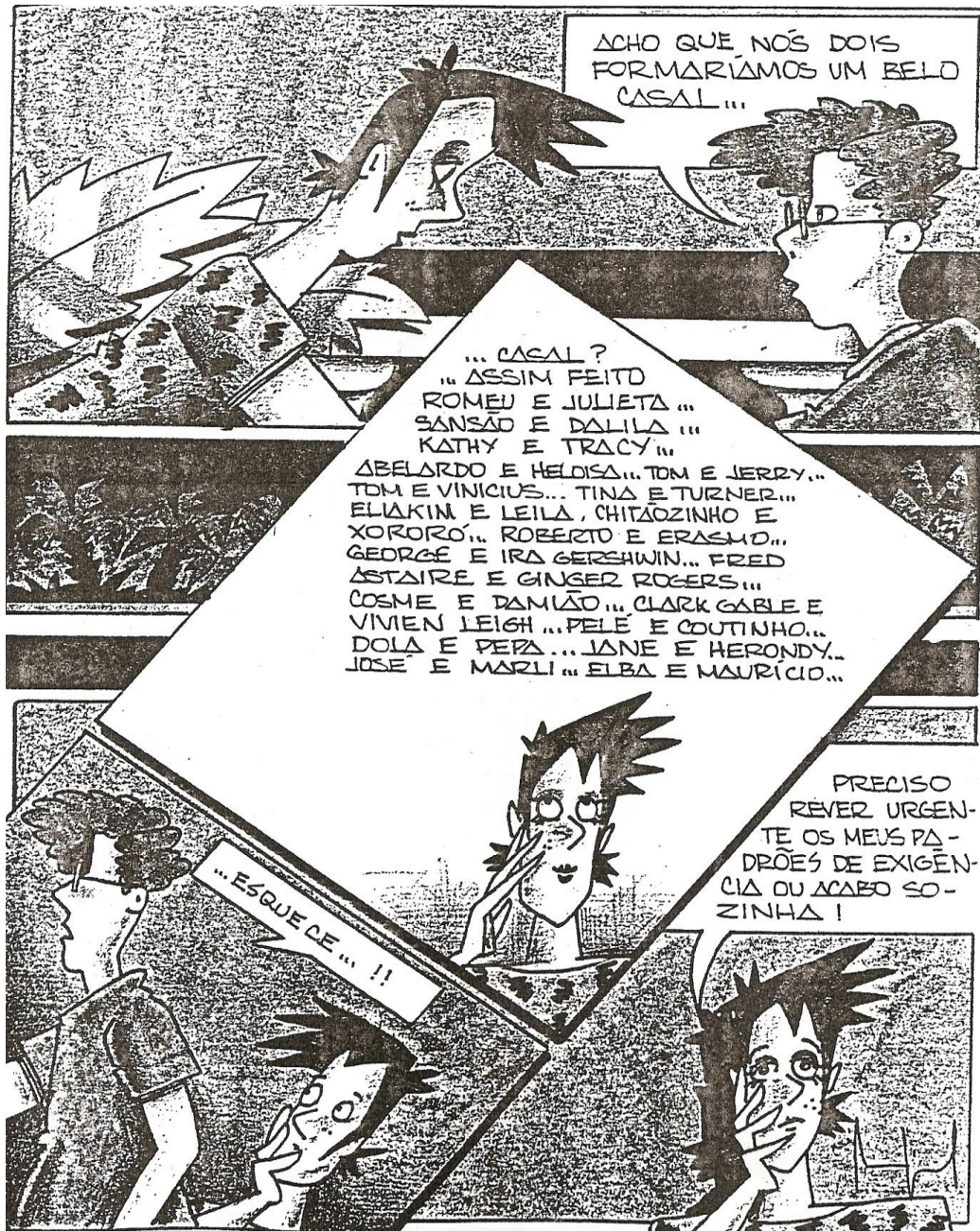


História 199

(PAIVA, 1996)

Análise: A FD que determina o dizer das formulações aí presentes, está configurada no saber segundo o qual as mulheres sempre “cedem” em prol de evitar o rompimento da relação. Reatualiza-se aí um discurso segundo o qual mulheres são mais dependentes dos homens do que estes daquelas. É interessante ressaltar que a personagem só permanece veemente em suas colocações até o momento em que percebe que o seu companheiro está levando a sério a discussão, não a vendo como uma simples disputa verbal sem maiores conseqüências. Ou seja, a postura radical da personagem é artificial.





História 200

(PAIVA, 1989)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que mulheres buscam relações estáveis. É possível perceber claramente, neste texto, que as palavras significam tanto pela história como pela língua, que a construção de sentido de todo dizer se dá a partir da junção do já-dito com o que se está dizendo. Faz-se referência no texto a uma série de “casais”, sendo necessário se apelar para memória e estabelecer o que representa cada um: Romeu e Julieta, um dos mais célebres casais da história, criados por Sheakespeare; Sansão e Dalila, personagens bíblicos que viveram história de amor; Tom e Jerry, personagens de desenho animado, o gato e o rato que estão sempre



juntos nas histórias; Tom e Vinícius, dupla responsável por algumas das principais obras-primas da história da música brasileira; Eliakin e Leila, dupla de jornalistas que são casados; Chitãozinho e Xororó, dupla sertaneja e de irmãos famosa; Cosme e Damiano, dois santos que são irmãos gêmeos, etc.



História 201

(PAIVA, 1995, p. 4)

Análise: De acordo com o saber da FD que determina o dizer desta história, homens são inconstantes em suas relações amorosas. Infere-se também a partir da materialidade verbal e não verbal que as mulheres buscam relações estáveis.



História 202

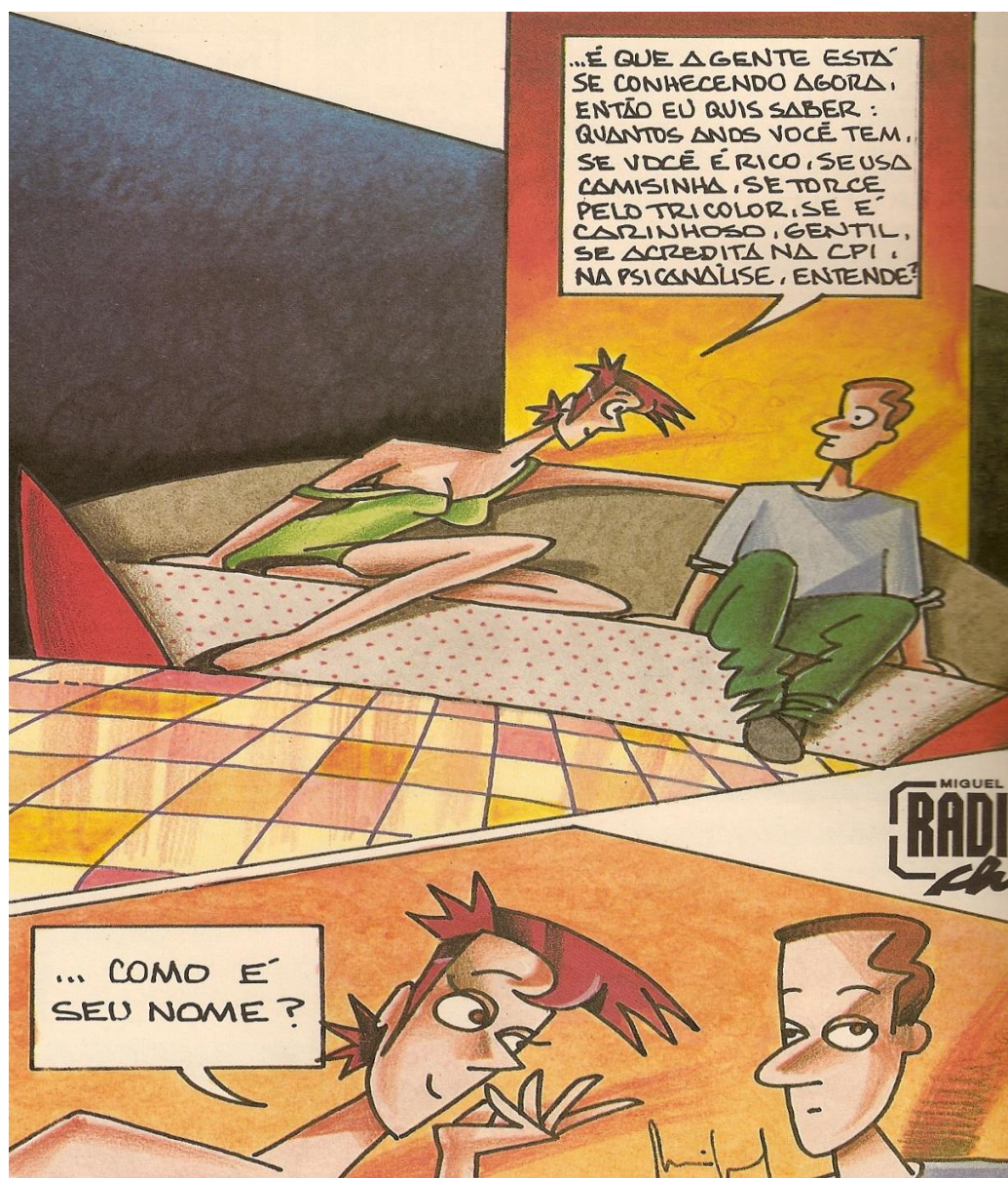
(PAIVA, 1995, p. 7)

Análise: Vem a ser o mecanismo de antecipação um dos fatores determinantes das condições de produção. De acordo com ele, todo sujeito coloca-se no lugar do seu interlocutor e, a partir disto, articula o seu dizer. Na história em questão, a personagem se coloca no lugar do outro e deduz que, se atender logo ao telefone, este vai achar que ela está muito ansiosa por falar com ele; caso contrário, que está tranqüila. Ou seja, ela deduziu que o seu ato de não atender ao telefone imediatamente - que o seu silêncio- seria lido por ele como um indício de que ela não está aflita. Mais uma vez a personagem antecipa-se ao seu interlocutor diante do fato de este não ter esperado que Radical atendesse ao telefone: ela deduz que ele encarou isto como



sinônimo de desinteresse da parte dela. Ou seja, teria sido esta a leitura que ele fez do seu silêncio.

Materializam-se nestas formulações discursos que reafirmam que as mulheres são emocionalmente mais dependentes das suas relações do que os homens.



História 203

(PAIVA, 1995, p. 18)

Análise: Materializam-se aí discursividades que dizem respeito ao posicionamento da mulher frente às relações afetivas. Infere-se, a partir das materialidades verbais e não verbais, que a mulher pauta-se em questões práticas na seleção de um possível namorado; quebra-se o estereótipo da mulher romântica, que se deixa levar pelo coração.



No saber da FD que está determinando o dizer destas formulações, a mulher se preocupa com sua saúde sexual, com as condições financeiras de um pretense namorado; se interessa por política, por futebol, por psicanálise.

## Os seis tipos mais comuns de sogras



História 204

(MAITENA, 2003a, p. 62)

Análise: Nas formulações verbais e não verbais, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em que as sogras e noras são rivais. Reforçam-se aí estereótipos: as sogras sempre procuram interferir na vida do casal e na criação dos netos, nunca agindo sem

“segundas intenções”; os filhos – os homens - são tolos e não percebem as manipulações de sua mãe (No que se refere a esta questão, observa-se ser o homem tomado como até ingênuo frente a estas armações maquiavélicas das mulheres). Reatualiza-se um discurso de acordo com o qual mulheres são inimigas.

## A vida de uma mulher é cheia de dúvidas...



História 205

(MAITENA, 2003a, p. 19)

Análise: Materializam-se, nas formulações, discursos que, embora reafirmem a responsabilidade/obrigação da mulher com os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e a harmonia conjugal, indicam um saber segundo o qual as mulheres também têm uma vida profissional. Nas expressões “Meu marido ou minha carreira” e “Minha carreira ou meus filhos”, pode-se observar claramente a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso: o uso do operador “ou” com valor de exclusão aponta para um discurso segundo o qual as mulheres se acham culpadas por terem uma carreira, já que se sentem como se estivessem ‘roubando’ algo de sua família: marido e filhos. Pode-se inferir que, se ela optar por ter uma carreira, não será uma boa esposa e/ou boa mãe. Na verdade, não ditos mas subentendidos remetem a uma memória discursiva de acordo com a qual a mulher deve cuidar do marido e dos filhos.



## Os homens preferem as jovens



História 206

(MAITENA, 2003b, p. 9)

Análise: No saber em que se respalda a FD que determina o dizer destas formulações, homens preferem ter relações amorosas com mulheres mais novas. Observa-se que, diante do corpo – feminino e masculino –, sujeito terá seu olhar marcado pelo imaginário cultural, pelas crenças: a forma como a idade é vista na mulher é bem distinta da forma como é vista no homem. Enquanto homens de 40 saem com mulheres de 25 (quadro 3), mulheres de 40 saem com amigas (quadro 5), por falta de opção, por não terem nenhum homem que queira sair com elas (o texto não verbal deixa bem claro que estão à procura de um homem, seja pela expressão facial e postura corporal, seja pelas onomatopéias e pontilhados que indicam estarem elas com radares ligados tentando localizar possíveis candidatos) e mulheres de 50 sequer saem (quadro



6). Não ditos mas subentendidos reatualizam uma memória de que mulheres são ‘julgadas’ por critérios biológicos: a partir de 30, são as mulheres já consideradas ‘ultrapassadas’, por terem reduzidas as possibilidades de procriação e de sedução, em virtude de alterações sofridas pelo seu corpo.

Há ainda alguns aspectos interessantes a serem destacados no cartum em questão: fica implícito, através do jogo entre a materialidade verbal e não verbal, que as mulheres buscam nos homens estabilidade financeira (quadro 2); que mulheres não saem com outras mulheres para desfrutar da companhia uma da outra, apenas para ter a possibilidade de encontrar homens.



Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber que reafirma que mulheres buscam nas relações que estabelecem com os homens um compromisso sério. Constata-se que é no discurso que se dá a construção de lugares a serem ocupados por homens e mulheres na sua relação com os outros. No cartum, mulheres ‘cercam’ os homens de todas as formas possíveis na tentativa de criar um vínculo estável: seja através da aproximação dela – mulher- da família dele (quadros 1 e 4); seja através da aproximação do homem da sua – dela - família (quadros 2 e 3). Quanto aos homens, mostram-se resistentes (quadro 1), perplexos (quadro 3: expressão facial diante da atitude da menina ao chamá-lo de pai); confusos (quadro 4) diante desta postura feminina. Instalam-se aí, pois, claras representações do homem e da mulher. Nestas, não se pode deixar de mencionar que se reforça a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem, uma vez que é ela que sente a necessidade de que se estabeleça esta relação estável que lhe dará mais segurança.

Reatualizam-se ainda, no cartum em questão, representações tradicionais da mulher: mulheres sempre competem com outras mulheres (quadro 5). O quadro 5 também deixa bem claro que os valores em que a mulher pauta a sua avaliação são ligados à aparência.

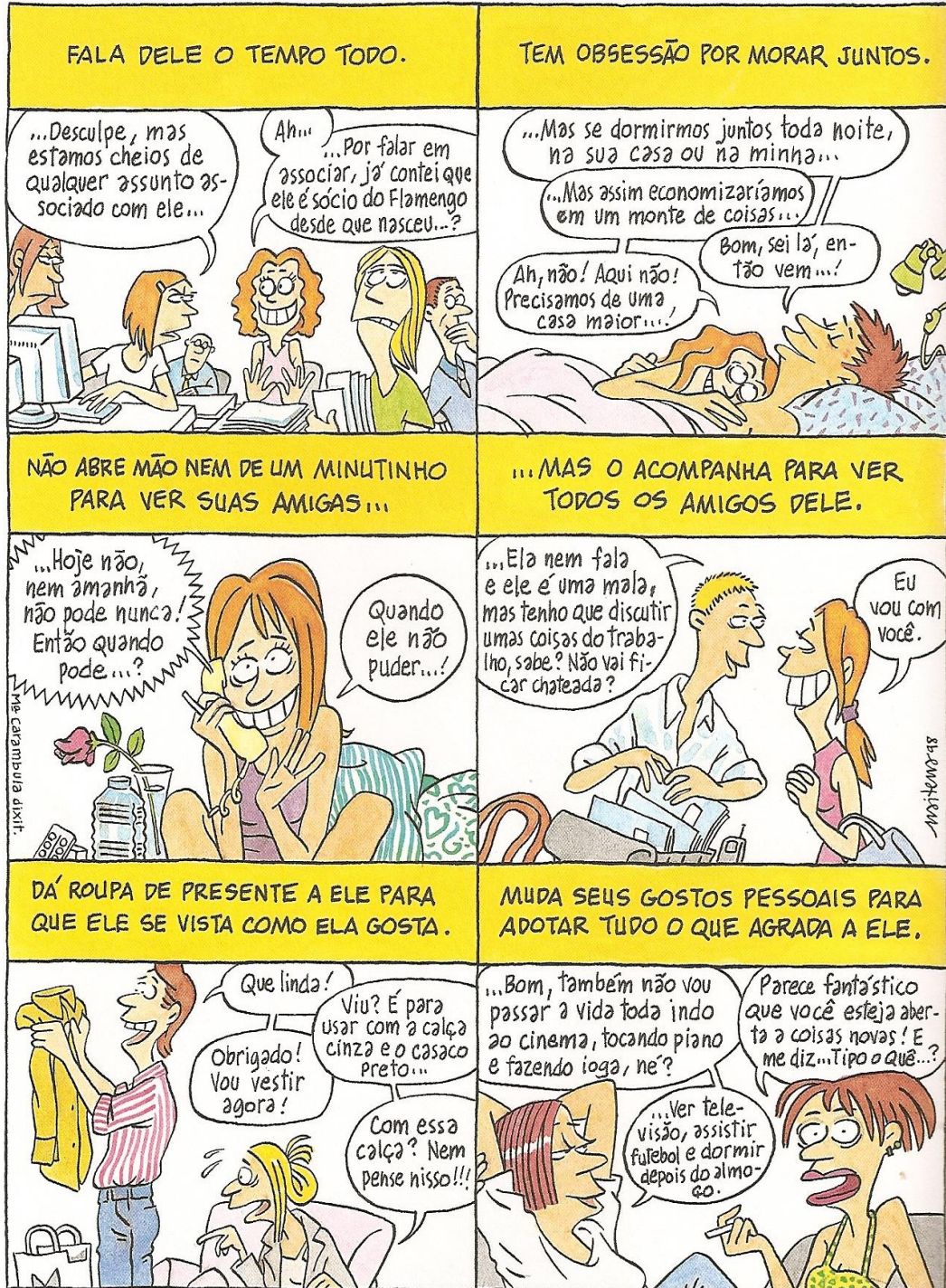


# Será que é melhor só que BEM acompanhada?



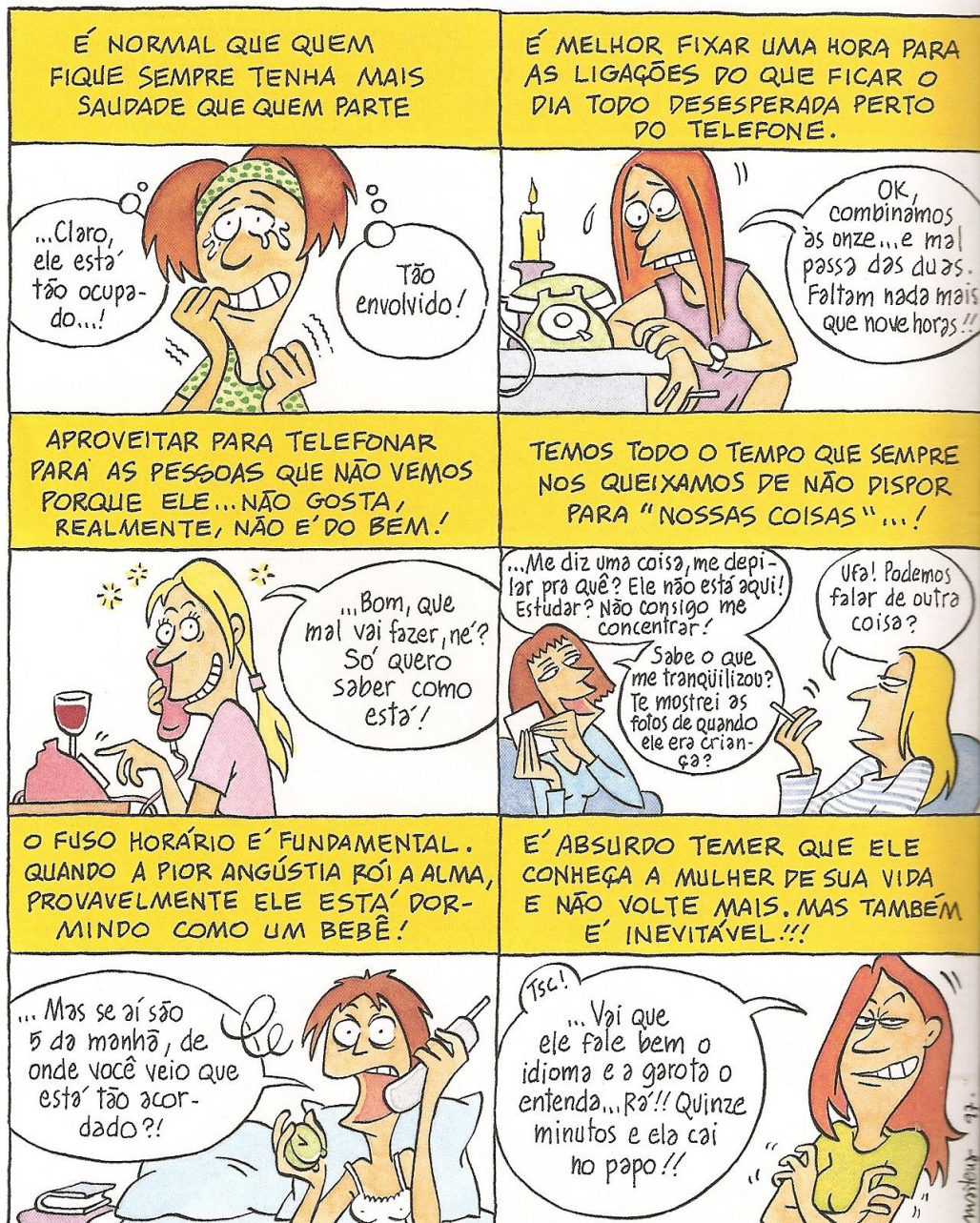


## Aquelas bobagens típicas de uma mulher recém-apaixonada





## Seis coisas que convém não esquecer quando nosso amorzinho viaja e ficamos sozinhas...



História 210

(MAITENA, 2004a, p. 66)

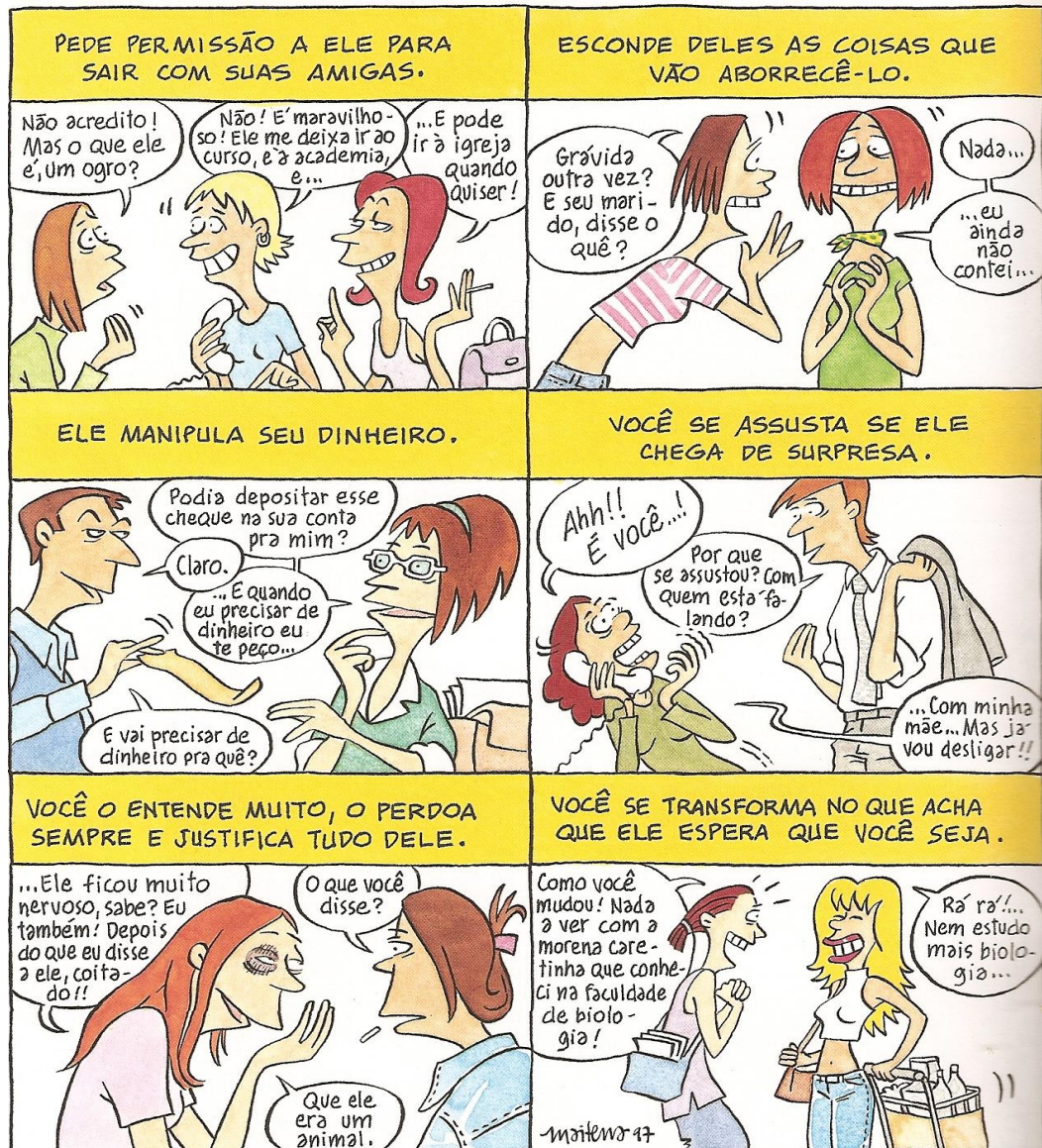
Análise: Segundo Foucault, os discursos são organizados com o objetivo de exercer um poder através de uma ordem verdadeira que estabelece quais os saberes a serem preservados e quais devem ser abolidos. Trata-se o discurso, então, de um conjunto estratégico de enunciados, com regularidades, que articula o saber e o poder e opera formando objetos e sujeitos. Nas formulações destes cartuns, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber em

que a vida da mulher gira em torno do homem (história 206/ quadros 2, 6, 10; história 207/ quadros 1, 3, 4, 6; história 208/ quadros 1, 2, 3, 4, 5). Na história 208 (quadro 3), reatualiza-se um discurso que reafirma uma relação assimétrica entre homens e mulheres: mulher esconde para quem liga, assumindo uma postura não condizente com sua situação: adulta. Prefere esconder a enfrentar.

Nas materialidades verbais e não verbais, materializam-se discursos que reafirmam a dependência da mulher em relação ao homem, bem como reforçam-se representações estereotipadas da figura feminina: é insegura (história 206/ quadro 12; história 208/ quadro 6), emotiva (história 208/ quadro 1), ciumenta (história 208/ quadro 5), ansiosa por um compromisso sério (história 207/ quadro 2) e por moldar o homem, principalmente no que se refere à sua aparência (história 207/quadro 5).



## Seis sinais irrefutáveis de que você colocou o homem que tem ao lado no lugar de seu pai



História 211

(MAITENA, 2004a, p. 68)

Análise: As formulações deste cartum são sustentadas por duas posições de sujeito distintas, originadas em FDs que interagem e se confrontam: na primeira, o homem é o chefe da família e tem poder absoluto, inclusive sobre a mulher. Na perspectiva de Foucault (Microfísica do poder, p. xiv), o poder é efetivado através do controle do corpo com vistas à obtenção da integração de “corpos e úteis” a um determinado propósito. É muito sutil o poder que permeia as relações entre os gêneros, só podendo ele ser compreendido nas relações que se efetivam em práticas discursivas e não discursivas. No cartum em questão, assinalam-se as seguintes práticas: quadro 1/mulher para sair pede autorização ao marido; quadros 2 e 4/mulher tem

medo de enfrentar marido, age de forma a não aborrecê-lo; quadro 3/ marido controla dinheiro da mulher; quadro 5/mulher se submete a todo tipo de agressão por parte do marido, inclusive física; quadro 6/mulher faz tudo para agradar marido: desde a cor do cabelo até o que estuda, tudo é traçado em função do gosto dele. É ainda interessante assinalar em algumas falas das personagens (quadro 1/balão 2; quadro 3/ balões 3 e 4; quadro 5/ balão 1), bem como nas materialidades não verbais (expressão facial e corporal das personagens femininas, principalmente dos quadros 5 e 6) o que Foucault chamou de docilização do sujeito, que leva à diminuição de “[...] sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens de poder, neutralização contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contra-poder” (FOUCAULT, 1984). Reatualiza-se nestas construções, pois, um discurso conservador e discriminatório no que se refere aos papéis de homem e mulher.

A segunda posição de sujeito contesta/questiona o dizer da primeira. Trata-se de uma segunda voz que pode ser percebida por trás tanto da materialidade verbal do título do cartum “Seis sinais irrefutáveis de que você colocou o homem que tem ao lado no lugar de seu pai”, como da materialidade dos enunciados que introduzem cada um dos quadros. Ela – a segunda voz – deixa implícito que esta não é a posição que o homem deveria ocupar, opondo-se ao saber da FD com que interage neste texto.





História 212 / (MAITENA, 2005, p. 7)

História 213 / (MAITENA, 2005, p. 8)

Análise: Nos cartuns ora analisados, o homem é colocado em posição de superioridade em relação à mulher: na história 210, com o fim da relação, ela fica desesperada; quanto ao homem, fica implícito que já superou o problema, estando inclusive com outra; na história 211, mesmo mulheres independentes, quando se apaixonam, se tornam dependentes dos homens. Ou seja, sua segurança é algo artificial.. O discurso de gênero materializado nas formulações é marcado culturalmente, portanto através de representação hierárquica das diferenças com base nas distinções biológicas. (Ao homem é atribuído traço positivo; à mulher, negativo. Ela é emocionalmente frágil e dependente) Cultura é tomada aqui como uma prática de significação, um campo onde diferentes significados se confrontam. Na verdade, observa-se que verdades construídas (mulheres são dependentes emocionalmente dos homens) estabelecem-se com força de evidência, com o selo do natural e do inquestionável.

Na história 210, destaca-se o fato de o processo de construção se dar pela oposição materialidade verbal X materialidade não verbal: enquanto na primeira, a mulher afirma estar muito bem, inclusive argumentando que o fator tempo contribui para isto; a materialidade não verbal fornece indícios de seu desespero: lágrimas nos olhos, corda no pescoço, expressão facial de sofrimento.



História 214 / (MAITENA, 2005, p.12)

História 215 / (MAITENA, 2005, p.151)

Análise: As formulações são sustentadas por uma posição de sujeito em que são as mulheres que fazem questão de manter a relação. Reforça-se a assimetria valorativa entre os gêneros, fundada na diferença cultural. No campo social é, pois, que se constroem e se reproduzem as relações sociais desiguais entre gêneros.

Foucault sustenta que nos enunciados as significações se erguem sobre o alicerce do próprio discurso. Desta forma, o modo como o não dito funciona depende dos enunciados. Na história 212, observa-se que o que não foi dito pelo personagem masculino ('Vou virar padre, vou para a China, vou casar', enfim não vou mais vê-la) significou a partir do dito ('Te ligo'). O nível enunciativo vai, pois, além do significado e do significante. Para Foucault (1972), "[...] falar é fazer alguma coisa - algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série pré-existente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições [...] e comporta regras". As práticas discursivas atravessam e são atravessadas por um saber (no caso da história 212, o que é e como se dá a relação homem/mulher), criando-se possibilidades de readequação ao/do contexto, através da atualização do discurso.

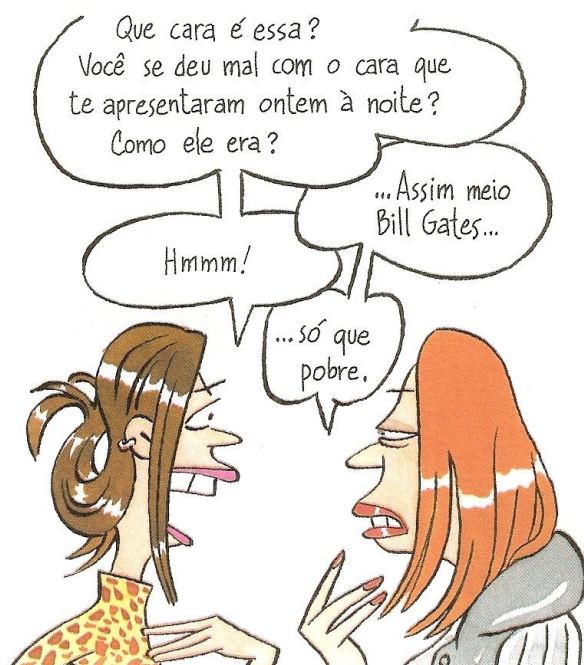
Na história 213, a mulher prefere ignorar as mensagens mandadas implicitamente pelo amado de que a relação dos dois já acabou. Observa-se que neste 'brinca-se' com as possibilidades de construção de sentidos a partir da prática de se mandar flores: existe toda uma memória que diz que, quando manda flores, o homem está interessado na mulher; desde que não seja uma coroa funerária: aí a memória já indica que esta só é enviada a quem já morreu.



História 216 / (MAITENA, 2005, p.9)



História 217 / (MAITENA, 2005, p.13)



História 218 / (MAITENA, 2005, p.56)



História 219 / (MAITENA, 2005, p.78)



Análise: Observa-se que, no saber que configura a FD que está determinando o dizer destes cartuns, a mulher vê no homem o mantenedor: ter dinheiro continua a ser uma característica esperada – primordial- nos homens, sendo este avaliado pelas condições que tem de sustentá-la.

Na história 217, a polifonia mostra-se bastante marcante: o que é estabelecido como verdade no balão 1, é totalmente desautorizado no balão 3 ( ênfase para o Bah). Na história 218, a simples menção do nome Bill Gates, uma das maiores fortunas no mundo, remete apenas à questão financeira . Fica logo implícito aí que, para as mulheres, a única coisa que interessa é ter dinheiro.Pode-se contrapor no nível intradiscursivo o balão 3 (expressão de aprovação, que reflete o quanto o fator dinheiro é importante) ao balão 4 (argumento eleito como o mais forte).Na história 219, fica claro que tudo em um homem pode ser relevado e resolvido, exceto o fato de não querer gastar dinheiro. Não ditos mas subentendidos remetem a uma memória discursiva segundo a qual o homem atrai a mulher pelo seu dinheiro (histórias 216, 217, 218 e 219).



História 220 / (MAITENA, 2005, p.20)



História 221 / (MAITENA, 2005, p.32)



Análise: Nas formulações presentes nos cartuns, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica uma moral segundo a qual a mulher só se preocupa consigo mesma, com o seu bem-estar. Sua preocupação não é com o companheiro, podendo ele sofrer um acidente (história 220) ou estar na sarjeta (história 221). O motivo de desespero é ter arranjado outra. Isto vem a ser acentuado por algumas expressões como “Tenho que ser otimista” (história 220) e “Ai, que susto!” (história 221)



História 222 (MAITENA, 2005, p.42)

Análise: Materializam-se nestas formulações discursos que reafirmam ser o homem o centro da vida da mulher: é ele que “dá as cartas”, ela sempre está à sua disposição.



História 223 / (MAITENA, 2005, p.76)

História 224 / (MAITENA, 2005, p.129)

Análise: Nas formulações presentes nos cartuns, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica que os homens não estão interessados no que suas mulheres têm a lhes dizer. Isto termina por reforçar o estereótipo de que homens são mais ocupados e têm mais responsabilidades que as mulheres, que têm coisas mais sérias para fazer do que conversar com as mulheres. Fica também implícito que estas não têm nada de interessante a contar, bem como que só sabem falar de bobagens, de futilidades e da relação. A elas mais uma vez é reservado o silêncio. Reforça-se mais uma vez a dependência destas em relação àqueles: são elas que precisam de atenção.



História 225 / (MAITENA, 2005, p.83)

História 226 / (MAITENA, 2005, p.108)

Análise: Nas formulações presentes nos cartuns, pode-se assinalar uma posição de sujeito respaldada no saber em que o casamento continua ser a grande meta de vida das mulheres. Na história 225, reatualiza-se uma memória em relação aos contos de fadas, segundo a qual o gênio da lâmpada pode conceder três pedidos. Nada – dinheiro, viagens, beleza – se compara,

contudo, ao fato de se ter um marido (balão 2). Na história 226, retoma-se agora a crença de que os três reis magos – estes retirados da Bíblia - também concedem desejos: mais uma vez nada se compara a se ter um marido (o que fica implícito quando a personagem interroga um dos três reis quanto a seu estado civil). Nestes dois textos, o já-dito (gênio da lâmpada realiza desejos / história 225; Reis Magos realizam desejos/ história 226), portanto, intervém e produz movimento que afeta sentidos, remetendo o leitor ao conhecimento já estabelecido. Instaure-se, contudo, o novo: a mulher não quer que o gênio (história 225) ou os reis (história 226) realizem outros desejos, mas que o próprio gênio (história 225) ou um dos reis (história 226) case com ela. Materializam-se discursividades que reafirmam que a principal meta da mulher é casar.



História 227 (MAITENA, 2005, p.134)

Análise: No saber que configura o dizer desse cartum, trabalhar fora para a mulher é sacrifício, não prazer. Não ditos, mas subentendidos remetem à memória discursiva segundo a qual a mulher tem no cuidar da casa, dos filhos e do marido seu real motivo de satisfação; o trabalho fora é uma necessidade, que muitas vezes a entedia. Outro ponto a se ressaltar é a questão da roupa: a imagem que a mulher quer que o seu interlocutor tenha de si, no exercício de sua profissão, é de alguém com características como a responsabilidade, a maturidade, a seriedade, a respeitabilidade, a competência. Em virtude destas serem tidas como características próprias do homem, a mulher as chama para si através do vestuário. Trata-se este – o vestuário -, pois, de uma construção simbólica.



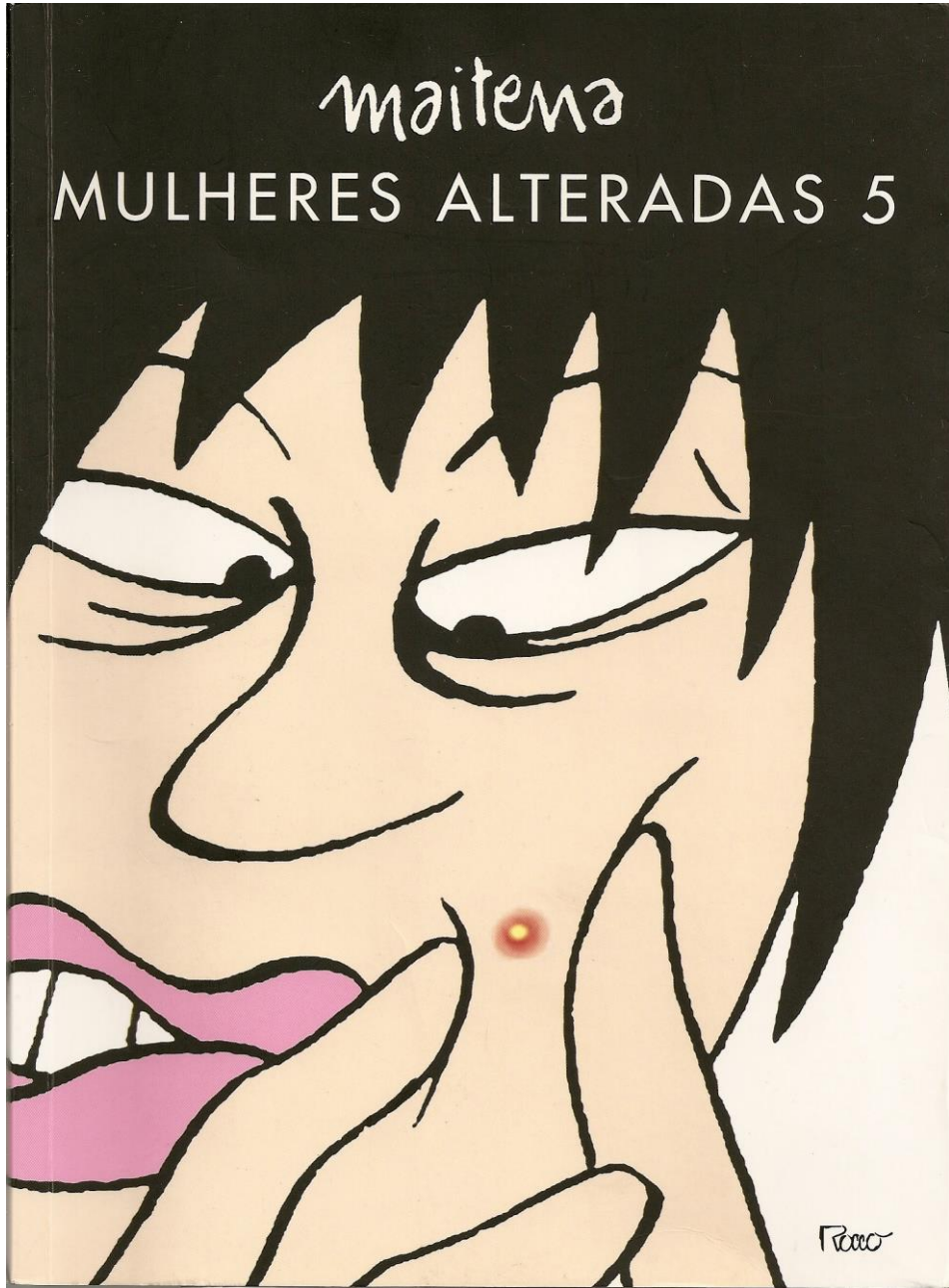


História 228

(MAITENA, 2005, p.11)

Análise: Nas formulações presentes no cartum, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que afirma que mulheres de classe média resolvem seus problemas existenciais em consultórios de analistas. A expressão ‘injeta colágeno’, por sua vez, aciona uma memória discursiva que prestigia investimento no corpo como forma de expressão da individualidade: reatualiza-se uma memória segundo a qual estar bem internamente implica forçosamente estar bem fisicamente –mente são em corpo são. Materializam-se discursividades que reafirmam que vida das mulheres é pautada em futilidades.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as análises, reflexões e discussões a que se procedeu neste trabalho, não se perdeu de vista que existe, entre o discurso e o lugar a partir do qual é ele enunciado (ou para o qual é proferido), uma relação necessária que não permite que seja analisado como se se estivesse analisando um texto, o que termina por determinar que se tenha necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção.

Vêm a ser as representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição social. Nas histórias estudadas, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma estar o feminino fortemente orientado para o relacional, o psicológico, o íntimo, as preocupações afetivas, domésticas e estéticas. Materializam-se discursos que cristalizam e respaldam a estereotipação da mulher como fútil, descontrolada, sensível, vulnerável em relação às tendências do momento (consumo), histérica, vaidosa, ferina; como ser que se descabela, fica histérica, se guia pelo coração, é instável emocionalmente. Reforça-se a imagem da mulher como alguém inseguro, sempre à procura da aprovação do outro – principalmente do homem – para nortear a sua vida, imputando-se às mulheres traços inerentes de certa fragilidade e dependência.

Percebe-se também uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma estar o masculino fortemente orientado para a “instrumentalidade”, o tecno-científico, mas também para o poder. Materializam-se discursividades que reafirmam uma visão estereotipada de homem como ser que não pode ser suave; não amolece; age guiado pela razão; é sensato, centrado, prático, menos ligado a futilidades; é “pele grossa”, uma vez que sensibilidade é tida como coisa de mulher.

A FD que determina o dizer de Mafalda está configurada em um saber, segundo o qual a mulher está vinculada à esfera da produção da vida, e não da riqueza: a mãe de Mafalda é

apenas dona-de-casa. Constatase, no entanto, que já se começam os questionamentos em relação ao papel desempenhado pela mulher na sociedade em várias tiras. Não se pode esquecer que foi nas décadas de 60 e 70 que eclodiu e teve seu ápice o movimento feminista. Inclusive pode-se destacar o aparecimento de uma personagem – mãe de Liberdade – que trabalha e contribui com as despesas da casa. A profissão que ela exerce é de tradutora, uma das profissões consideradas próprias para a mulher, uma vez que permite que trabalhe em casa e cuide do lar e dos filhos. Já em Radical Chic, a mulher se constitui a partir de práticas prioritariamente do domínio público, reflexo também do movimento feminista: recusa a constituição tradicional de feminilidade como casamento, maternidade e suas implicações – um marido e filhos para cuidar não estão nos planos da Radical, que prefere cuidar de si.

A FD que estabelece o dizer das “Mulheres de Maitena” está configurada em um saber de acordo com o qual a mulher está vinculada à esfera da produção da vida, mas também de riqueza. Observa-se, todavia, que as mulheres nestes cartuns são situadas, precipuamente, em contextos domésticos e/ou informais. Suas práticas sociais estão vinculadas aí a cuidados com os filhos, com a casa, podendo ser estendida a passeios ao shopping, encontro com amigas, viagens, etc. Reforça-se visão essencialista de que ao homem é reservado o espaço público do domínio da razão; enquanto que, às mulheres, seres percebidos como inclinados a particularidades e a conversas frívolas (imagem da mulher como alguém que fala demais, como alguém imerso em um mundo de futilidade e de fofoca) e afetadas, é reservada a vida doméstica (THOMPSON, 1998). Ou seja, as “Mulheres de Maitena” são, em alguns aspectos, tais como maternidade, casamento, mais conservadoras que Radical..

É preciso salientar, ainda, que, nestes cartuns acima mencionados, materializam-se discursos que reafirmam e recuperam visão estereotipada de uma mulher no exercício de uma profissão de comando: imagem rígida, sendo ainda visto como o destino da mulher que alcança sucesso profissional ser triste e sozinha. Fica implícito, muitas vezes, que sucesso profissional implica, para mulher, abrir mão de ser feliz, estando isto – ser feliz e realizada –, por outro lado, vinculado forçosamente não apenas a ter marido e filhos, mas também a cuidar destes. Percebe-se, em relação à mulher profissional, uma certa condescendência, sendo sua tarefa tomada como um acréscimo às suas tarefas habituais. Reafirma-se o discurso que a prática dos afazeres domésticos e os cuidados com os filhos são responsabilidade / obrigação da mulher.

Sendo os enunciados uma construção discursiva, lugar de inscrição dos sujeitos, são lugar privilegiado para a instauração de processos de identificação. Nas discursividades materializadas, principalmente nas “Mulheres de Maitena”, o biológico é marcante/determinante na vida/identidade da mulher. O 1º grande marco é a menarca: o tabu da 1ª menstruação. Já em relação à menstruação, observa-se que se vê cercada por mitos - e verdades – vinculadas à TPM: é possível assinalar uma discursividade que reafirma ser a vida da mulher organizada, decidida em função e em decorrência desta. A perda do hímen: há toda uma discursividade que reafirma a importância da virgindade feminina (isto é percebido principalmente em Mafalda). A maternidade é tomada como a grande vocação da mulher. Finalmente a menopausa e todos os mitos e preconceitos que carrega consigo, principalmente por ser quando se encerra seu ciclo de fertilidade, esta vista como uma de suas funções, não sendo a mulher culturalmente muito valorizada enquanto objeto sexual.

Sabe-se que representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos, assujeitando-os às práticas normativas. O bio-poder materializa-se no governo de si: deve o sujeito auto-controlar-se, modelar-se a partir das representações que estabelecem como deve ser seu corpo. No funcionamento da relação poder-saber, isto é, na relação das posições de sujeito identificadas e o saber sobre o cuidado de si por elas produzidas é que é construída a verdade do sujeito, sujeitado por práticas disciplinares de embelezamento do corpo.

Na FD que determina o dizer das formulações de Mafalda, o corpo feminino deve ser controlado, disciplinado, transformado pelo uso de produtos de maquiagem no rosto; pelo uso de cosméticos para cabelos e rosto. Na FD que determina o dizer das formulações de Radical Chic, Mulheres Alteradas, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas, o corpo feminino deve ser controlado, disciplinado, transformado pelo uso de produtos de maquiagem no rosto; pelo uso de cosméticos para cabelos; mas também pelas diversas técnicas de nutrologia, dermatologia, cosmetologia capilar, facial e corporal, pelas intervenções cirúrgicas.

Constata-se, assim, que o poder não se situa em uma única instância, mas em vários pontos como micro-poderes, uma vez que funcionam, na verdade, a nutrologia, dermatologia, cosmetologia como lugares de formação de saberes sobre os cuidados de si, os quais se distribuem numa rede de dispositivos que atualizam a necessidade de controlar o corpo, como micro-poderes. São os discursos do cuidado de si, enquanto práticas discursivas, elementos teóricos que integram o poder disciplinar do corpo. (As práticas e as técnicas são os elementos



não discursivos desse poder). Nos discursos do cuidado de si materializados, principalmente, em Radical e nas “Mulheres de Maitena”, a intervenção – inclusive a cirúrgica - é apresentada como prática legítima de embelezamento: fazer dieta, ginástica, cirurgia são práticas de embelezamento legítimas através das quais a mulher se constitui e se reconhece como sujeito que governa o seu corpo.

Em todo o *corpus* analisado, verifica-se que se materializam discursividades de acordo com as quais a beleza é uma construção: constata-se que o corpo transformado é valorizado em detrimento do corpo original, natural. O parecer sobrepõe-se ao ser: não interessa a idade que se tem, mas sim a que se aparenta ter. Obrigação não é, portanto, ser jovem, mas sim parecer jovem. A FD que estabelece o dizer destas histórias está, pois, configurada no saber que a beleza é fruto do trabalho sobre o corpo, bem como que ser bela é ter corpo esbelto e sem marcas de envelhecimento, enrijecido, modelado, cabelos tratados. Reforça-se a importância da aparência na construção social da feminilidade – o corpo funciona como investimento - e fortalece-se tanto o espetáculo do outro como o espetáculo de si. Instaura-se uma escala hierárquica em que ser jovem e bela implica poder; sendo à velhice e à não obediência aos padrões de beleza estabelecidos atribuídas valorações negativas.

Em Radical e principalmente nas “Mulheres de Maitena”, constata-se que as discursividades sobre o corpo dizem respeito não só à beleza, mas também à saúde. No discurso dos cuidados de si que aí se materializa, cuidar do corpo significa cuidar de si mesmo, afirmar-se, sentir-se bem. Instaura-se uma forte relação entre aparência e auto-estima, beleza liga-se a aspecto moral e psicológico.

Em Radical e nas “Mulheres de Maitena”, não ditos mas subentendidos remetem a uma FD que guarda a memória de beleza feminina associada à sedução: mulher veste-se, maquia-se, embeleza-se visando, principalmente, atrair o homem. Para Lipovetsky (2000), mais que as mulheres, os homens esperam encontrar a beleza na sua parceira, imputam grande importância às qualidades estéticas, em qualquer que seja a idade.(p.191). Nos discursos do cuidado de si materializados nas “Mulheres de Maitena” e, principalmente, em Radical, a sedução se apóia na aparência e na estratégia de valorização de todas as partes do corpo feminino, cujo valor simbólico é físico e sexual. Em Mafalda, em virtude do fato de seu público alvo ser constituído precipuamente de crianças, a questão da sedução não ganha visibilidade, porém, em muitas tiras, fica implícita a associação de beleza à sedução.

Em Mafalda, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual as mulheres não devem ter relações sexuais antes do casamento; devem ter um único parceiro sexual em toda a sua vida; não devem se separar de seus maridos, independente do casamento que tenham; gravidez antes do casamento é tabu.

Pode-se indicar em Radical – principalmente nesta - e nas “Mulheres de Maitena” uma posição de sujeito que indica mudança na forma de constituição moral-sexual: materializam-se discursos que afirmam como natural a iniciativa sexual partir da mulher; a mulher ter vários parceiros sexuais em sua vida e se relacionar com homens mais novos. Com relação às discursividades sobre o homem a ser seduzido e que é alvo de desejo, estabelece-se que as mulheres cobram dele fundamentalmente um bom desempenho sexual e condições financeiras, principalmente este último fator.

A FD que determina o dizer de Radical está configurada em um saber segundo o qual a mulher busca prazer sexual em suas relações, constitui-se como sujeito do desejo através de múltiplas sexualidades - homossexuais ou heterossexuais -, em que o sexo não está obrigatoriamente associado à afetividade e ao amor, podendo inclusive partilhar sua cama com mais de um parceiro ao mesmo tempo. As discursividades aí materializadas apontam uma moral sexual em que a mulher administra o corpo e o prazer, está mais erotizada, mais liberada, vê homem como objeto de desejo e de consumo. Não se pode esquecer que na década de oitenta as mulheres desfrutavam da “liberdade sexual” conquistada em virtude – principalmente – do feminismo.

Nas “Mulheres de Maitena”, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual a mulher busca prazer sexual – não sendo ele, o prazer, sua grande preocupação em uma relação sexual - em relação estável, em que sexo está associado à afetividade e amor. ( Com o advento da AIDS, estabelece-se a valorização de relações estáveis). Materializam-se aí discursos que afirmam que mulheres separadas buscam novos relacionamentos; que mulheres não separam questões financeiras de questões afetivas; que mulheres acham que podem mudar o homem (com o seu beijo transformar o sapo em príncipe); que muitas mulheres mantêm o desejo secreto de serem protegidas pelo homem, muito embora muitas vezes ostentem a capa da auto-suficiência, estando inclusive dispostas a

restringir a sua liberdade pela relação. Percebe-se que são estas verdades construídas, que circulam com a força de evidência, com o selo do natural e do inquestionável.

A FD que determina o dizer das “Mulheres Alteradas”, está configurado em um saber de acordo com o qual os homens não gostam de expor seus sentimentos, uma vez que “abrir-se” pode ser traduzido como fraqueza; enquanto que a mulher, por insegurança ou por desejo de domínio e manipulação, quer saber, detalhadamente, o que ele sente por ela e/ou o que pensa a seu respeito, quer “discutir a relação”, quer conhecer seus mais secretos pensamentos. Para a mulher, estar apenas juntos, por si só, não satisfaz plenamente, tem que falar, comungar intimidades. Ou seja, os discursos sobre homens e mulheres continuam a defini-los em posições de sujeitos diferentes.

Sistemas de representações e auto-representações são codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos, que delimita o campo do aceitável, do dizível, do compreensível. Nas discursividades materializadas nas “Mulheres de Maitena”, a traição, para o homem, não está vinculada a, necessariamente, ter ele deixado de gostar ou de amar a parceira; já a mulher, quando trai, sente-se culpada e/ou se percebe como uma vítima, que sofre por ter se apaixonado, sendo a fusão sexo/paixão, para ela, difícil de separar. Na FD que determina o dizer destes cartuns, o homem não aceita ser traído, vendo-se como desmoralizado e sob a suspeita de incompetente sexual.

Durante as análises é possível detectar que nas discursividades materializadas em Mafalda e nas “Mulheres de Maitena”, as mulheres vêem nas outras uma rival, com quem estão em constante disputa, principalmente se esta outra é a sogra ou nora com quem se está em constante contenda pelo amor e atenção do marido /filho.

Materializam-se, no *corpus* estudado, portanto, discursividades que reafirmam a assimetria valorativa entre gêneros fundada na diferença sexual e cultural e simbolicamente reelaborada. Assinala-se nas histórias que se dá a construção da mulher e do homem como grupos homogêneos cujos membros compartilham os mesmos desejos, medos, angústias, apagando-se as diferenças. A identidade de gênero é vista como se fizesse parte de processo de subjetivação interno próprio da biologia feminina e da masculina.

Por se tratar de histórias de épocas diferentes – Mafalda ( décadas de 60 e 70/ séc XX), Radical Chic (décadas de 80e 90/ séc. XX) e Mulheres Alteradas 1, Mulheres Alteradas 2, Mulheres Alteradas 3, Mulheres Alteradas 4, Mulheres Alteradas 5, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas e Curvas Perigosas 2 (década de 90 / séc. XX e século XXI) - , verifica-se que o campo do que é dito e do dizível vai recuperando/atualizando representações binárias sob novas roupagens. Consta-se uma grande recorrência a significados dados a mulheres em momentos diversos. Ou seja, as representações sobre a mulher mudam sem mudar, sendo atualizadas imagens eternas. Observa-se também que o fato de terem, de um lado, autores homens (Paiva e Quino); de outro, uma mulher (Maitena) como autora, mostrou-se irrelevante.

Finalmente, em relação às representações sobre a mulher no período compreendido entre as décadas de 60 (século XX) e o século XXI, observam-se, em todas as histórias analisadas, representações de homens e mulheres ligadas aos esquemas sociais de dupla moral e do binarismo implícito nas práticas discursivas e não discursivas, instituindo-se e legitimando-se um mundo cindido em masculino e feminino. Observa-se que o universo feminino é concebido de forma universalizante indo ao encontro das verdades estabelecidas sobre o ser feminino no senso comum.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as análises, reflexões e discussões a que se procedeu neste trabalho, não se perdeu de vista que existe, entre o discurso e o lugar a partir do qual é ele enunciado (ou para o qual é proferido), uma relação necessária que não permite que seja analisado como se se estivesse analisando um texto, o que termina por determinar que se tenha necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção.

Em relação às representações sobre a mulher no período compreendido entre as décadas de 60 (século XX) e o século XXI, observam-se, em todas as histórias analisadas, representações de homens e mulheres ligadas aos esquemas sociais de dupla moral e do binarismo implícito nas práticas discursivas e não discursivas, instituindo-se e legitimando-se um mundo cindido em masculino e feminino. Observa-se que o universo feminino é concebido de forma universalizante indo ao encontro das verdades estabelecidas sobre o ser feminino no senso comum.

Sabe-se que vêm a ser as representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição social. Materializam-se, no *corpus* estudado, discursividades que reafirmam a assimetria valorativa entre gêneros fundada na diferença sexual e cultural e simbolicamente reelaborada. Constata-se que nas histórias se dá a construção da mulher e do homem como grupos homogêneos cujos membros compartilham os mesmos desejos, medos, angústias, apagando-se as diferenças. A identidade de gênero é vista como se fizesse parte de processo de subjetivação interno próprio da biologia feminina e da masculina.

Nas histórias estudadas, pode-se assinalar uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma estar o feminino fortemente orientado para o relacional, o psicológico, o íntimo, bem como voltado para as preocupações afetivas, domésticas e estéticas. Materializam-se discursos que cristalizam e respaldam a estereotipação da mulher como fútil, descontrolada, sensível, vulnerável em relação às tendências do momento (o que termina por levá-la ao consumismo), histérica, vaidosa, ferina (principalmente em relação às outras mulheres); como ser que se descabela, fica histérica, se guia pelo coração e é instável emocionalmente. Reforça-se a imagem da mulher como alguém inseguro, sempre à procura da aprovação do outro – principalmente do homem – para nortear a sua vida, imputando-se às mulheres traços inerentes de certa fragilidade e dependência.

Percebe-se também uma posição de sujeito configurado no saber que reafirma estar o masculino fortemente orientado para a “instrumentalidade”, o tecno-científico, mas também para o poder. Materializam-se discursividades que reafirmam uma visão estereotipada de homem como ser que não pode ser suave; não amolece; age guiado pela razão; é sensato, centrado, prático, menos ligado a futilidades; é “casca grossa”, uma vez que sensibilidade é tida como coisa de mulher.

Por se tratar de histórias de épocas diferentes - Mafalda( décadas de 60 e 70/ séc XX), Radical Chic (décadas de 80e 90/ séc. XX) e Mulheres Alteradas, Mulheres Superadas e Curvas Perigosas (década de 90 / séc. XX e século XXI) - , verifica-se que o campo do

que é dito e do dizível vai recuperando/atualizando representações binárias sob novas roupagens.

A FD que determina o dizer de Mafalda está configurada em um saber, segundo o qual a mulher está vinculada à esfera da produção da vida, e não da riqueza: a mãe de Mafalda é apenas dona-de-casa. Constata-se, no entanto, já se começam os questionamentos em relação ao papel desempenhado pela mulher na sociedade em várias tiras. Não se pode esquecer que foi nas décadas de 60 e 70 que eclodiu e teve seu ápice o movimento feminista. Inclusive pode-se destacar o aparecimento de uma personagem – mãe de Liberdade – que trabalha e contribui com as despesas da casa. A profissão que ela exerce é de professora, uma das profissões consideradas próprias para a mulher, uma vez que permite que desempenhe a função de cuidar. Já em Radical Chic, a mulher se constitui a partir de práticas prioritariamente do domínio público, reflexo do movimento feminista: recusa a constituição tradicional de feminilidade como casamento, maternidade e suas implicações – um marido e filhos para cuidar não estão nos planos da Radical, que prefere cuidar de si.

A FD que estabelece o dizer das “Mulheres de Maitena” está configurada em um saber de acordo com o qual a mulher está vinculada à esfera da produção da vida, mas também de riqueza. Observa-se, todavia, que as mulheres nestes cartuns são situadas, precipuamente, em contextos domésticos e/ou informais. Suas práticas sociais estão vinculadas aí a cuidados com os filhos, com a casa, podendo ser estendida a passeios ao shopping, encontro com amigas, viagens, etc. Reforça-se visão essencialista de que ao homem é reservado o espaço público do domínio da razão; enquanto que, às mulheres, estas percebidas como afetadas, bem como inclinadas a particularidades e a conversas frívolas - imagem da mulher como alguém que fala demais, ou seja, mais do que se espera que fale; como alguém imerso em um mundo de futilidade e de fofoca. Reforça-se aí o estereótipo de que mulheres não são dignas de confiança, tampouco de serem ouvidas.-, é reservada a vida doméstica (THOMPSON, 1998).

É preciso salientar, ainda, que, nestes cartuns acima mencionados, materializam-se discursos que reafirmam e recuperam visão estereotipada de uma mulher no exercício de uma profissão de comando: imagem rígida, sendo ainda visto como o destino da mulher que alcança sucesso profissional ser triste e sozinha. Fica implícito, muitas vezes, que sucesso profissional implica, para mulher, abrir mão de ser feliz, que, por outro lado, está vinculado forçosamente não apenas a ter marido e filhos, mas também a cuidar destes. Percebe-se, em relação à mulher profissional, uma certa condescendência, sendo sua tarefa tomada como um acréscimo às suas tarefas habituais. Reafirma-se o discurso que a prática dos afazeres domésticos e os cuidados com os filhos são responsabilidade / obrigação da mulher.

Sendo os enunciados uma construção discursiva, lugar de inscrição dos sujeitos, são lugar privilegiado para a instauração de processos de identificação. Nas discursividades materializadas, principalmente nas “Mulheres de Maitena”, o biológico é marcante/determinante na vida/identidade da mulher. O 1º grande marco é a menarca: o tabu da 1ª menstruação. Já em relação à menstruação, observa-se que se vê cercada por mitos - e verdades – vinculadas à TPM: é possível assinalar uma discursividade que reafirma ser a vida da mulher organizada, e, muitas vezes, decidida em função e em decorrência desta. Em torno da perda do hímen, há toda uma discursividade que reafirma a importância da virgindade feminina (isto se vê de forma evidente em

Mafalda). A maternidade é tomada como a grande vocação da mulher. Finalmente a menopausa e todos os mitos e preconceitos que carrega, principalmente por ser quando se encerra seu ciclo de fertilidade, esta vista como uma de suas funções, não sendo a mulher então culturalmente muito valorizada enquanto objeto sexual.

Sabe-se que representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos, assujeitando-os às práticas normativas. O bio-poder materializa-se no governo de si: deve o sujeito auto-controlar-se, modelar-se a partir das representações que estabelecem como deve ser seu corpo. No funcionamento da relação poder-saber, isto é, na relação das posições de sujeito identificadas e o saber sobre o cuidado de si por elas produzidas é que é construída a verdade do sujeito, sujeitado por práticas disciplinares de embelezamento do corpo.

Na FD que determina o dizer das formulações de Mafalda, o corpo feminino deve ser controlado, disciplinado, transformado pelo uso de produtos de maquiagem no rosto; pelo uso de cosméticos para cabelos e rosto. Na FD que determina o dizer das formulações de Radical Chic, Mulheres Alteradas, Mulheres Superadas, Curvas Perigosas, o corpo feminino deve ser controlado, disciplinado, transformado pelo uso de produtos de maquiagem no rosto; pelo uso de cosméticos para cabelos; mas também pelas diversas técnicas de nutrologia, dermatologia, cosmetologia capilar, facial e corporal, pelas intervenções cirúrgicas.

Constata-se, assim, que o poder não se situa em uma única instância, mas em vários pontos como micro-poderes, uma vez que funcionam, na verdade, a nutrologia, dermatologia, cosmetologia como lugares de formação de saberes sobre os cuidados de si, os quais se distribuem numa rede de dispositivos que atualizam a necessidade de controlar o corpo, como micropoderes. São os discursos do cuidado de si, enquanto práticas discursivas, elementos teóricos que integram o poder disciplinar do corpo. (As práticas e as técnicas são os elementos não discursivos desse poder). Nos discursos do cuidado de si materializados, principalmente, em Radical e nas “Mulheres de Maitena”, a intervenção – inclusive a cirúrgica – é apresentada como prática legítima de embelezamento: fazer dieta, ginástica, cirurgia são práticas de embelezamento legítimas através das quais a mulher se constitui e se reconhece como sujeito que governa o seu corpo.

Em todo o *corpus* analisado, verifica-se que se materializam discursividades de acordo com as quais a beleza é uma construção: constata-se que o corpo transformado é valorizado em detrimento do corpo original, natural. O parecer sobrepõe-se ao ser: não interessa a idade que se tem, mas sim a que se aparenta ter. Obrigação não é, portanto, ser jovem, mas sim parecer jovem. A FD que estabelece o dizer destas histórias está, pois, configurada no saber que a beleza é fruto do trabalho sobre o corpo, bem como que ser bela é ter corpo esbelto e sem marcas de envelhecimento, enrijecido, modelado, cabelos tratados. Reforça-se a importância da aparência na construção social da feminilidade – o corpo funciona como investimento – e fortalece-se tanto o espetáculo do outro como o espetáculo de si. Instaura-se uma escala hierárquica em que ser jovem e bela implica poder, é o “passaporte” para a realização, inclusive profissional; sendo à velhice e à não obediência aos padrões de beleza estabelecidos atribuídas valorações negativas.

Em Radical e principalmente nas “Mulheres de Maitena” constata-se que as discursividades sobre o corpo dizem respeito não só à beleza, mas também à saúde. Além do mais, no discurso dos cuidados de si que aí se materializa, cuidar do corpo significa, também, cuidar de si mesmo, afirmar-se, sentir-se bem. Instaura-se uma forte relação entre aparência e auto-estima, beleza liga-se a aspecto moral e psicológico.

Em Radical e nas “Mulheres de Maitena”, não ditos mas subentendidos remetem a uma FD que guarda a memória de beleza feminina associada à sedução: mulher veste-se, maquia-se, embeleza-se visando, principalmente, atrair o homem. Para Lipovetsky (2000), mais que as mulheres, os homens esperam encontrar a beleza na sua parceira, imputam grande importância às qualidades estéticas, em qualquer que seja a idade.(p.191). Nos discursos do cuidado de si materializados nas “Mulheres de Maitena” e, principalmente, em Radical, a sedução se apóia na aparência e na estratégia de valorização de todas as partes do corpo feminino, cujo valor simbólico é físico e sexual. Em Mafalda, em virtude do fato de seu público alvo ser constituído precipuamente de crianças, a questão da sedução não ganha visibilidade, porém, em muitas tiras, fica implícita a associação de beleza à sedução.

Em Mafalda, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual as mulheres não devem ter relações sexuais antes do casamento; devem ter um único parceiro sexual em toda a sua vida; não devem se separar de seus maridos, independente do casamento que tenham; gravidez antes do casamento é tabu.

Pode-se indicar em Radical – principalmente nesta - e nas “Mulheres de Maitena” uma posição de sujeito que indica mudança na forma de constituição moral-sexual: materializam-se discursos que afirmam como natural a iniciativa sexual partir da mulher; a mulher ter vários parceiros sexuais em sua vida e se relacionar com homens mais novos. Com relação às discursividades sobre o homem a ser seduzido e que é alvo de desejo, estabelece-se que as mulheres cobram dele fundamentalmente um bom desempenho sexual e condições financeiras, principalmente este último fator.

A FD que determina o dizer de Radical está configurada em um saber segundo o qual a mulher busca prazer sexual em suas relações, constitui-se como sujeito do desejo através de múltiplas sexualidades - homossexuais ou heterossexuais -, em que o sexo não está obrigatoriamente associado à afetividade e ao amor, podendo inclusive partilhar sua cama com mais de um parceiro ao mesmo tempo. As discursividades aí materializadas apontam uma moral sexual em que a mulher administra o corpo e o prazer, está mais erotizada, mais liberada, vê homem como objeto de desejo e de consumo.

Nas “Mulheres de Maitena”, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica um saber segundo o qual a mulher busca prazer sexual – não sendo ele, o prazer, sua grande preocupação em uma relação sexual - em relação estável, em que sexo está associado à afetividade e amor. Materializam-se aí discursos que afirmam que mulheres separadas buscam novos relacionamentos; que mulheres não separam questões financeiras de questões afetivas; que mulheres acham que podem mudar o homem (com o seu beijo transformar o sapo em príncipe); que muitas mulheres mantêm o desejo secreto de serem protegidas pelo homem, muito embora muitas vezes ostentem a capa da auto-suficiência, estando inclusive dispostas a restringir a sua liberdade pela relação.



Percebe-se que são estas verdades construídas, que circulam com a força de evidência, com o selo do natural e do inquestionável.

A FD que determina o dizer das “Mulheres Alteradas”, está configurado em um saber de acordo com o qual os homens não gostam de expor seus sentimentos, uma vez que “abrir-se” pode ser traduzido como fraqueza; enquanto que a mulher, por insegurança ou por desejo de domínio e manipulação, quer saber, detalhadamente, o que ele sente por ela e/ou o que pensa a seu respeito, quer “discutir a relação”, quer conhecer seus mais secretos pensamentos. Materializam-se discursividades que reafirmam que, para a mulher, estar apenas juntos, por si só, não satisfaz plenamente, tem que falar, comungar intimidades. Ou seja, os discursos sobre homens e mulheres continuam a defini-los em posições de sujeitos diferentes.

Sistemas de representações e auto-representações são codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos, que delimita o campo do aceitável, do dizível, do compreensível. Nas discursividades materializadas nas “Mulheres de Maitena”, a traição, para o homem, não está vinculada a, necessariamente, ter ele deixado de gostar ou de amar a parceira; já a mulher, quando trai, sente-se culpada e/ou se percebe como uma vítima, que sofre por ter se apaixonado, sendo a fusão sexo/paixão, para ela, difícil de separar. Na FD que determina o dizer destes cartuns, o homem não aceita ser traído, vendo-se como desmoralizado e sob a suspeita de incompetente sexual.

Durante as análises é possível detectar que nas discursividades materializadas em Mafalda e nas “Mulheres de Maitena”, as mulheres vêm nas outras uma rival, com quem estão em constante disputa, principalmente se esta outra é a sogra ou nora com quem se está em constante disputa pelo amor e atenção do marido /filho.

al, os elegem como absolutos, e os colocam no “palco” da sua existência sob os “holofotes” de suas emoções e dedicação exclusivas.

(governabilidade: dispositivos que produzem identidade ).

funcionam como diferentes lugares de dizer?

Para Bourdieu (1998), a dominação masculina se dá na assimetria entre homens e mulheres, instituída na construção social. O ato sexual é pensado em função desse primado que se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/em baixo, etc. (BOURDIEU, 2002).

Num fenômeno universal, a primeira mulher é a diabólica, a bruxa, a responsável por tudo que acontece de ruim. Na nossa tradição é Eva e na grega, Pandora.

No Renascimento, Botticelli ilustra essa transformação da bruxa em deusa. O fenômeno continua nos séculos XVII e XVIII com a sacralização da mulher dentro do lar, a mulher-anjo, que cuida da casa e civiliza o homem. Aí começa a aparecer a idéia de que a mulher é o futuro do homem. É um processo ideológico, um outro olhar que os homens têm da mulher. Passamos do demonismo à idealização.

De que forma a exterioridade está presente na construção de sentidos nos textos analisados - os quadrinhos de Mafalda, Rê Bordosa, Radical Chic e Mulheres Alteradas -, em sua discursividade?

Pelo fato de terem, de um lado, autores homens (Angeli, Paiva e Quino); de outro, uma mulher (Maitena) como autora, funcionam esses quadrinhos como diferentes lugares de dizer?

Será através da análise do efeitos de sentido gerados por essa mesma discursividade que se tentará identificar alguns processos que caracterizam sua maneira específica de significar ( ORLANDI, 1997).

São parâmetros que ratificam um sentido ...de sujeito

.

Discursos do cuidado de si originam-se em um Fd ....Não há fronteiras entre beleza,

Estabelece-se o lugar, a conduta adequada, o perfil psicológico

Durante as análises é possível detectar que

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. ; HORKHEIMER, A. A indústria cultural: o iluminismo como massificação das massas. IN: LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

A BELEZA conquistada no muque. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro:Diários Associados, 29 de abr. 1961.

ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. IN: ZIZEK, S.(Org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 2001

A MULHER. **Jornal do Comércio**, no 233, caderno 2, 29/10/1881 .

AUTHIER - REVUZ, J. Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro co discurso. IN: **Fala múltipla**: aspecto retórico, lógico, enunciativo e dialógico. *Reveu de Linguistique*. Centre de Recherche De l'Université de Paris. Paris, 1982

AUTHIER - REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. *Cadernos lingüísticos*. Campinas: Unicamp, 1990.n.19, p. 25-42, jul/dez 1990

BADINTER, E. **Um e outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1990

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal** . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Brasília: UNB, 1999.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablune, 2002.
- BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. IN: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. IN: FARACO, C. A; TEZZA, C & CASTRO, G. (Org.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres**: Revistas Femininas e Relações Homem-Mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização, 1996
- BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: edições Pulsar, 2001.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. IN: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BERND, Z. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BIRMAN, J. Um futuro para a psicanálise: sobre a psicanálise no século XXI. IN: **Estudos em saúde coletiva.**, n. 73, RJ, Instituto de medicina Social, UERJ, dez. 1993, p. 49-50
- BORDIEU, P. **Le champ scientifique**: actes de la recherche em sciences sociales. Paris: 1976.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOURDIEU, P. **Economia das trocas lingüísticas**: O que falar quer dizer. Trad. S. Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. IN:\_\_\_\_\_. **Gênero, corpo, conhecimento**. Trad. Brita Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos: 1997. Coleção Gênero.

BORUTTI, S. Pragmatics and its discontents. **Journal of pragmatics**. 1984

BOUVOIR, S. de. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1967.

BOUVOIR, S. de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1967.

BRAIDOTTI, Rosi. Foucault. La convergence avec le féminisme. **Magazine Littéraire**, 325, 1994. p. 68-70

BRANCO, G. C. Saber e poder em Foucault. **Revista Brasileira de Filosofia**. São Paulo, n. 179, out./dez. 1995, v. XLII

BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1998.

BRITTO, L. Leitura e política. IN: EVANGELISTA, A.A. et al. (Org.). **A escolarização da leitura literária: o jogo no livro infanto-juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARDOSO, S. H. Ideologia: um conceito obsoleto ? **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 28, p. 379-384, 1999.

CARDOSO, S. H. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, A. T. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CAZARIN, A E. Relações entre o político e o religioso no discurso de L. I. Lula da Silva. IN: FERREIRA, M. C. (Org.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

CHARADEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. IN: MARI, H. et al (Org.) **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

CHARADEAU, P. De la compétence sociale de communication aux compétences de discours. In CHARADEAU, P. **Didactique des langues romanes: le développement des compétences chez l'apprenant**. Louvain-la-Neuve: DeBoeck Université, 2000.

CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, R.. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4., 1995. p. 37-47.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHERRYHOLMES, C. H. Um projeto social para o currículo: perspectivas pós-estruturais. IN: SILVA, T.T.(Org.) **Teoria educacional: crítica em tempos modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CHODOROW, N. **Psicanálise na maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1990.

CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1975

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.

COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique**: le discours communiste adressé aux chrétiens. Langages. Paris: Didier-Larousse, 1981

COURTINE, J. J. & MIRANDIN, J. M. **Quel objet pour l'analyse du discours ?** Matérialités discursives. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981a

COURTINE, J.J. Définition d'Orientations Théoriques et Méthodologiques en analyse de Discours. **Philosophiques**, vol IX, n. 2, Paris, 1984

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. IN: FERREIRA, M. C. (Org.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

COUTINHO, M. R. Cultura, gênero e sexualidade. *Águila*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.32-40, jan /jun 2000.. .

CRYSTAL, D. **Dicionário de Lingüística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahor Editor, 1988.

CRUZ, A R. Análise semiolingüística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo erótico, sexual e correlações com o machismo. In MARI, Hugo (ORG.) **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

CUTUFELLI, M. R. **A invenção da mulher: mitos e técnicas de uma exploração**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1980.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In: \_\_\_\_\_ **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Cláudia Santana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998

DELEUZE, G.. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2000

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DESCAMPS, C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1991.

DOSSE, F. **História do estruturalismo I: O campo do signo**. São Paulo: Ensaio, 1993.

DOSSE, F. **História do estruturalismo II: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias**. São Paulo: Ensaio, 1994.

DOSSE, F. **História à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate dos sentidos**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DUCROT, O **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ESCOBAR, A. J. V. Genealogia e política: Recordar Foucault IN: RIBEIRO, R. J. (Org.) **Colóquio Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.



- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARACO, C. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 2001.
- FARACO, C. A Bakhtin e os estudos enunciativos no Brasil: algumas perspectivas. IN: BRAIT, B. (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes: Fapesp, 2001a.
- FARACO, C. **A Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FERREIRA, M. C.L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 2000.
- FERREIRA, M. C.L. (Coord.) **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS / Ed. Da Universidade, 2001.
- FIORIN, J. L. Teoria dos signos. IN: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Lingüística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIORIN, J. **L Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- FIORIN, J. L. Semântica e análise do discurso. IN: MARI, H. et al (Org.) **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- FISCHLER, C. Obeso benigno e obeso maligno. In: SANT'ANNA, D. B. (Org. ) **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50.
- FLORES, V. **Lingüística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação**. Porto alegre: EDIPUCRS, 1999
- FOUCAULT, M. [1969] **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972
- FOUCAULT, M. [1978] **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. 7. ed Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. [1975]. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Trad. bras. Raquel Ramallete. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber.[1976] Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**. , n.2, p. 3-20, jul-sept., 1988a.
- FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**, Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990
- FOUCAULT, M.[1982] O Sujeito e o Poder. IN: RABINOW, P. & DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M.[1970]. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M.[1974] **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a
- FOUCAULT, M.[1966] **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M.(1984d). “Entrevista com Michel Foucault”. In: : MOTTA, M. B. da.(Org.): **Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. . Ditos e Escritos I
- FOUCAULT, M. **O**. Sobre a.Arqueologia das Ciências: Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, M. B. da. **Ditos e escritos**. Trad. Elisa Monteiro, Inês Dourado Barbosa. 2. ed.Rio de Janeiro: Forense, 2006a. Vol. II.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et singulatim": uma crítica da razão política.. In: MOTTA, M. B. da.(Org.). **Estratégia poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avelar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Ditos e Escritos IV

FOUCAULT, M. **O uso dos prazeres e a técnica de si**. In: MOTTA, M. B. da.(Org.). **Ética, sexualidade, política..** Trad. Elisa Monteiro, Inês Dourado Barbosa e Elisa Monteiro.2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006b. Ditos e escritos V.

FOUCAULT, M. **O Uma estética da existência**. In: MOTTA, M. B. da.(Org.). **Ética, sexualidade, política..** Trad. Elisa Monteiro, Inês Dourado Barbosa e Elisa Monteiro.2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006d. Ditos e escritos V.

FOUCAULT, M. **O. As técnicas de si**. In: MOTTA, M. B. da.. **Ditos e escritos**. Trad. Elisa Monteiro, Inês Dourado Barbosa. 2. ed.Rio de Janeiro: Forense, 2006c. Vol. II.

FRANÇA, M. I. (Org). **Desejo, barbárie e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2002

FRANZ, M. L. **O feminino nos contos de fadas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Coleção Psicologia Analítica.

GARCIA, C. Discursos e psicanálise. IN: MARI, H. et al (Org.) **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercício de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado das Letras-ALB, 1996

GIDDENS , A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Nesp, 1991.

GREGOLIN, M. R. A análise do discurso: conceitos e aplicações. IN: **Alfa**. Araraquara-SP:UNESP, n. 39, p. 13-21, 1995.

GREGOLIN, M. R. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso. IN: GREGOLIN, M. R (Org.). **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: ClaraLuz, 2001.

GREGOLIN, M. R. **Foucault & Pêcheux**: na análise do discurso – diálogos & duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GREGOLIN, M. R. Michel. Foucault: o discurso nas tramas da história. IN: FERNANDES, C. A & SANTOS, J. B. C.(Org.) **Análise do Discurso**: unidade e dispersões. Uberlândia: EntreMeios, 2004a.

GROULT, B. **Cette mâle assurance**. Paris: Albin Michel, 1993.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**:um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. Uma caracterização ampla para a História em Quadrinhos e seus limites com outras formas de expressão. IN: **Intercom** 1999. Rio de Janeiro, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HALL, S. Quem precisa de identidade ? In: SILVA, T. T. da (Org.).**Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HAROCHE, C.; HENRY,P.; PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1971.

HAROCHE, C. **Fazer dizer,querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza 1992 Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, A. O. de e BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992. pp.93-126

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: UNICAMO, 1992.

HOLANDA, H. B. Introdução: feminismo em tempos pós-modernos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultix, 1968.



JUNG, N. M. **Identidades sociais na escola**: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilingüe. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal do rio grande do Sul. Porto alegre, 2003.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KRESS, G. Ideological structures in discourse. IN: VAN DICK, T.(Org.) **Handbook of discourse analysis**. London: Academic Press Inc, 1985. Vol. IV

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LACAN, J. **O Seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACQUER, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, T.de. A tecnologia do gênero. Trad. Susan B. Funck. IN: HOLANDA, B. de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIEBES-PLESNER, T. Rhetoric in the service of justice: the sociolinguistic construction of stereotypes in an Israeli rape trial. **Text**, n. 4, p. 173-192, 1984.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOURO, G. Gênero: história e educação; construção desconstrução. **Educação e realidade**, Porto Alegre, n. 20, p. 101-132, jul/dez. 1995a.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e lingüística**: um percurso da lingüística neste século. Lisboa: Colibri, 1998

- LUCENA, I. Fiando as tramas do texto: a produção de sentidos em textos diversos. IN: ALVES, E. (org.). **Linguagem em foco**. Campos: Idéia, 2001
- MACHADO, R. H. B. Interpretação do discurso: estudo de um texto específico. **Revista da FAEEBA**. Salvador, no 9, jan / jun 1988.
- MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória arqueológica de Michel Foucault . Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MAINGUENEAU, M. **Genèses du discours** . Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
- MAINGUENEAU, M. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. IN: **Cadernos de Estudos Lingüísticos 19**. Campinas: Iel, 1990.
- MAINGUENEAU, M. **Novas tendências em Análise do Discurso** . Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, M. **Análise de textos em comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003
- MARCONDES, D. A linguagem na história: um exame histórico das relações entre a Filosofia e Ciência da Linguagem. In HEYE, J. (Org.) **Flores verbais**: uma homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bonfim no seu 70º aniversário. Rio de Janeiro: E. 34, 1995. p. 219-225
- MARCONDES FILHO, C. **A linguagem da sedução**: a conquista das consciências pela fantasia. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MARCONVILLE, J. **De la boné et de la mauvaiseté dès femmes**. Paris: Cote-Femmes, 1991.
- MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. **GRAGOATÁ**: Publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v.5, 2º Semestre de 1998

MARI, H. Apresentação. IN: MARI, H. et al (Org.) **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

MATHIEU, N. C. **L'anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe**. Paris: Cote-Femmes, 1991

MEDRADO, B. **Masculino na mídia**: repertórios sobre masculinidade e propaganda televisiva brasileira. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC-SP, 1997.

MERQUIOR, J. **Michel Foucault ou niilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MICELI, S. A força do sentido. IN: BORDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

MILNER, J. **O amor da língua**. Porto alegre: Artes Médicas, 1987.

MOITA LOPES, L. P. ; BASTOS, L. C. **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, S. P. : Mercado das Letras/Cnpq, 2002.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

MORGAN, D. **Discovering Men**. New York, London: Routledge: 1992.

MOYA, A.; OLIVEIRA, R. História (dos Quadrinhos). IN: MOYA, Á. **Shazan!** São Paulo: Perspectiva, 1977

MULHER Maravilha. Disponível em <<http://.cosmo.com.br/textos/quadrinex/qmm.shtm>>. Acesso em: 10/10/2005.

MURARO, R. Acerca do conceito de gênero. In: PUPIN, A; MURARO, R. **Gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2001. p. 7-9

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. IN: MUSSALIM, F. & BENTES, A C. (Org.).

**Introdução à lingüística:** domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. Vol.2.

MUZZI, E. S. Do enunciado à enunciação. IN: MARI, H. et al (Org.) **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso.** Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

NORA, P. **Les lieux de la mémoire.** Paris: Gallimard, 1994.

NOVELINO, A. M. Maternidade: um perfil idealizado. In: OLIVEIRA, E. (Org.). **Mulheres:** da domesticidade à cidadania, estudos sobre movimentos sociais e democratização. São Paulo: CNDM, 1989.

ORLANDI, E. A análise do discurso: algumas observações. IN: **Revista de documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1987.

ORLANDI, E e GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito.. IN: ORLANDI, E. **Discurso e leitura.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988

ORLANDI, E Heterogeneidade teoricamente sustentada. IN: AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio.** Campinas: Editora Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura.** Campinas: Editora Unicamp, 1993.

ORLANDI, E. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. IN: ORLANDI, E; LAJOLO, M. & IANNI, O (Org.) **Sociedade e linguagem.** Campinas (SP): UNICAMP, 1997

ORLANDI, E. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, E. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político.** São Paulo: Kairós, 1979.



OS DEZ mandamentos da mulher. **Jornal do Comércio**, no 8, caderno 3, 28/02/1888 .

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento.. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69) . IN GADET & HAK (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX & FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). IN GADET & HAK (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1993a.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas (1983). IN GADET & HAK (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1993b.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. IN: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PINTO, C. R. **Com a palavra, o senhor presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.

POSSENTI, S. O “eu” no discurso do “outro” ou subjetividade mostrada. IN: **Alfa**. Araraquara-SP:UNESP, n. 39, p.45-55, 1995.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

POSSENTI, S. Sobre as condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. IN: POSSENTI, S. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar Edições, 2002.

POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. IN: MUSSALIM, F. & BENTES, A C. (Org.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. Vol. 3.

POSSENTI, S. Ducrot e a análise do discurso IN: NEGRI, L.; Foltran, M. J. & OLIVEIRA, R. P.(Org.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004a.

PRADO FILHO, K. Controle social x subjetividade na genealogia do poder de Michel Foucault. **Revista Plural**. Sociologia, USP, São Paulo, n. 2, p. 18-36, 1 sem. 1999.

RABINOW, P. **The Foucault reader**. New York: Penguin Books, 1991.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REVOLUÇÃO lingüística. **Biblioteca Salvat de grandes temas** . Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979

RODRIGUES, N. **Filosofia...para não filósofos**.São Paulo: Cortez, 1989.

ROMERO, E. (Org.). **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1995

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANT'ANNA, D. Cuidados de si e embelezamentos femininos: fragmentos para uma história do corpo no Brasil.IN: \_\_\_\_\_. **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, J. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SCHWARZER, A. **After the second sex**: conversations with Simone de Beauvoir. New York: Pantheon, 1984.

SCHWARZER, A. **Simone de Beauvoir hoje**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Dabat e Maria Bethânia Ávila. **Realidade**, n. 2, vol. 15, Porto Alegre , 1990.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, 1994. p. 11-27.

SERRANI, M. S. Papel da paráfrase na construção de um imaginário. IN: **Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL**. Porto Alegre – 17 a 20 de maio de 1992. Área Lingüística - v. 2 Goiânia, 1993.

SHOTTER, J. ;GERGEN, K. Preface and introduction. In SHOTTER, J. ; GERGEN, K. J.(eds.) **Texts of identity**. Londres: Sage, 1989.

SILVA, M. L. Publicidade e papéis de gênero. **Revista Famecos**, Porto alegre, n. 12, p. 15-21, 2000

SILVESTRI, A & BLANCH, G. **Bajtín y vigotsky**: la organización semiótica de la conciencia. Barcelona: Anthropos, 1993.

SOUSA SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

STEIN, E. **A Mulher**: sua missão segundo a natureza e a graça. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SWAIN, T. N. **De deusa a bruxa**: uma história de silêncio. Humanidades. Brasília, Edunb, sd

THOMÉ, Y. B. **A mulher no mundo de hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967

.

THOMPSON, J. **Ideology and modern culture**. Cambrigde: Polity Press, 1994.

THOMPSON, E. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Archives. **Powers of persuasion**. Disponível em <[http://www.archives.gov/exhibits/powers\\_of\\_persuasion/powers\\_of\\_persuasion\\_intro.html#](http://www.archives.gov/exhibits/powers_of_persuasion/powers_of_persuasion_intro.html#)>. Acesso em: 10/12/2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENTURA, Z. **1968**: O ano que nunca terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WARNER, M. **Da fera à loira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

WEEKS, J. **El malestar de la sexualidad**: significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: Talasa, 1993.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82. .

WERTHEIM, M. **Pythagora's trousers**. LONDRES: Fourth Estate, 1996.

WILLIAMSON, J. Woman is an island: femininity and colonization. IN: BAUER, H.; GRAY, A. (Ed.). **Turning it on**: a reader in women and media. London: Arnold, 1996

WILLIAMSON, J. **Decoding Advertisements**: Ideology and Meaning in Advertising. London: Marion Boyars, 1994.

ZARETSKY, E. **Social Theory and the Politics of Identity**. London: Blackwell, 1994.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia IN: ZIZEK, S.(Org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.